

**DURLAND PUPPIN DE FARIA
(ORGANIZADOR)**

**INTRODUÇÃO À
HISTÓRIA MILITAR BRASILEIRA**

**RESENDE
2018**

**I61 Introdução à história militar brasileira/ Durland Puppín de Faria
(Org.). - Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2018
392 p.**

1. Brasil - História Militar. 2. Brasil - Exército 3. Guerra. 4. Batalhas. I. Faria, Durland Puppín de. II. Título.

CDD 355.00981

SUMÁRIO

Apresentação.....	05
Capítulo 1 - As Instituições Militares do Século XVI.....	07
Capítulo 2 - As Invasões Holandesas.....	31
Capítulo 3 - A expansão colonial e a consolidação das fronteiras - séculos XVII e XVIII.....	69
Capítulo 4 - Ação Militar da Independência até a Eclosão da Guerra da Tríplice Aliança.....	109
Capítulo 5 - A Guerra da Tríplice Aliança.....	161
Capítulo 6 - A Ação do Exército Brasileiro na Manutenção da Ordem Interna da Proclamação da República até a II Guerra Mundial.....	203
Capítulo 7 - A Participação do Brasil na II Guerra Mundial.....	229
Capítulo 8 - A Ação do Exército Brasileiro na Manutenção da Ordem Interna, no Desenvolvimento Nacional e no Contexto Internacional, após a II Guerra Mundial.....	283
Capítulo 9 - A Evolução da Formação Militar: Escolas e Reformas no Ensino do Exército Brasileiro.....	315
Capítulo 10 - A Evolução Doutrinária do Exército: da Independência ao Início do Século XXI.....	355
Referências.....	385

APRESENTAÇÃO

A finalidade desta obra é disponibilizar aos leitores uma base sólida de conhecimentos relativos à história militar terrestre brasileira. Em razão disso, em sua elaboração foram priorizados fatos relativos à História do Exército Brasileiro. Não obstante, acontecimentos concernentes às forças militares navais e aéreas também são abordados, quando relevantes aos temas tratados. Ademais, o estudo vai além da esfera castrense quando a história militar estiver entrelaçada aos campos político, econômico, social e cultural.

O presente estudo foi elaborado pelos professores da Cadeira de História Militar que ministraram aulas no ano de 2010. Foi dividido em dez capítulos, de acordo com as unidades didáticas, assuntos e objetivos constantes no Plano de Disciplina de História Militar do Brasil.

No primeiro capítulo, Durland Puppim de Faria discorre sobre as Instituições Militares do Brasil - Colônia, do século XVI. Aponta influências lusitanas e nativas sobre a formação das primeiras organizações militares que atuaram no Brasil e relata as lutas contra invasores que não reconheciam o direito de Portugal às terras recém-descobertas.

No segundo capítulo, Elonir José Savian aborda as Guerras Holandesas. Explica porque os holandeses invadiram o Brasil, relata os esforços luso-brasileiros para expulsá-los, e destaca as Batalhas dos Guararapes, marcos simbólicos da gênese do Exército Brasileiro.

No terceiro capítulo, Valter Rabelo Teixeira apresenta a evolução das Instituições Militares do século XVII até a Independência do Brasil. Enfatiza a atuação militar na defesa, expansão e consolidação das fronteiras nacionais e ressalta a importância das fortificações coloniais.

No quarto capítulo, Érico de Almeida Silva trata das ações militares da independência até a eclosão da Guerra da Tríplice Aliança. Expõe a atuação do Exército em prol da independência e da integridade territorial do Brasil. Também salienta a ação pacificadora do Duque de Caxias na resolução de conflitos internos e externos.

No quinto capítulo, Paulo Henrique Barbosa Lacerda versa sobre a Guerra da Tríplice Aliança. Analisa as causas do conflito e discorre sobre o seu desenrolar, abordando as Campanhas do Mato Grosso, do Rio Grande do Sul e do Paraguai.

No sexto capítulo, João Barbosa da Silva descreve a ação do Exército Brasileiro na manutenção da ordem interna da Proclamação da República até a II Guerra Mundial. Explana sobre relevantes conflitos internos, entre os quais as Guerras de Canudos e do Contestado, as Revoluções de 1930 e de 1932, o Movimento Tenentista, e a Intentona Comunista.

No sétimo capítulo, Luiz Emílio Da Cás relata a participação do Brasil na II Guerra Mundial. Enfatiza a mobilização, a instrução e a campanha da Força Expedicionária Brasileira no Teatro de Operações da Itália, destacando as operações desencadeadas no Vales dos Rios Serchio, Reno e Pó. Termina analisando a influência da participação do Brasil na II Guerra Mundial sobre a doutrina militar do Exército Brasileiro.

No oitavo capítulo, Alexsander Soares Elias expressa as ações do Exército Brasileiro na manutenção da ordem interna, no desenvolvimento nacional e no contexto internacional, após a II Guerra Mundial. Ressalta a atuação do Exército Brasileiro em prol das instituições democráticas, do progresso da pátria e da paz mundial.

No nono capítulo, Elton Licério Rodrigues Machado analisa a evolução do ensino militar da fundação da Real Academia Militar, Fortificação e Desenho até os dias atuais. Entre outras questões, explica os diferentes processos de ensino-aprendizagem adotados na formação militar e as implicações disso decorrentes.

No décimo capítulo, Elton Licério Rodrigues Machado explica a evolução doutrinária do Exército Brasileiro da Independência até os dias atuais. Entre outros aspectos, expõe sobre o esforço do Exército Brasileiro em atualizar-se doutrinariamente, por meio da adoção ou do aprimorando de inovações surgidas no seio da Ciência e da Arte da Guerra.

Para a elaboração deste trabalho, foram consultadas várias obras, das clássicas às mais recentes, de renomados historiadores e pensadores, com a finalidade de reunir os elementos que revelassem a veracidade dos fatos. Em alguns casos, a ausência de fontes confiáveis levou ao registro de dados considerados os mais fiéis. Os autores estão cientes que a História está em constante transformação, e que um conhecimento histórico jamais pode ser dado como pronto e definitivo.

Cabe-se ressaltar que o presente estudo não tem a pretensão de esgotar os temas analisados, algo por demais amplo e complexo. Espera-se, todavia, que proporcione aos adeptos do estudo das lides bélicas instrumentos que contribuam para embasar trabalhos de maior alcance.

Os autores agradecem aos professores e instrutores das Cadeiras de Geografia, Relações Internacionais e Português, que apoiaram a confecção da presente obra, em especial ao Sr. Francisco José Vita, pelas pertinentes orientações.

Durland Puppim de Faria - Organizador

CAPÍTULO 1



AS INSTITUIÇÕES MILITARES DO SÉCULO XVI

AS INSTITUIÇÕES MILITARES DO SÉCULO XVI

Durland Puppim de Faria

“Embora a nação portuguesa tenha relegado a segundo plano as instituições militares terrestres, os seus princípios desenvolvidos do século XI ao século XV, permaneceram inalterados e apresentaram grande reflexo na colônia portuguesa na América. A ideia do envolvimento de grande parte de população na guerra; a previsão e o preparo para que todos os homens válidos estejam em condições de realizar o serviço militar em tempo de paz e a existência de tropas operacionais permanentes e territoriais serviram de base para a mística da nação armada”.

Carlos Selvagem, historiador português

Formação de Portugal

A Península Ibérica, ao longo de sua história, foi ocupada por diversos povos que, por meio de um processo de absorção mútua, deixaram um pouco de suas culturas. Desses povos os que mais se destacaram na formação social, política e militar de Portugal foram os romanos, visigodos e árabes.

Os romanos conquistaram a Península Ibérica do Séc III a.C. ao Séc IV d.C. e estabeleceram colônias, leis, língua, costumes e organização política e militar até as invasões bárbaras na Península. Os visigodos que chegaram por volta do Séc V expulsaram da região os romanos, assimilando parte de sua cultura, leis, língua, religião (cristianismo) e a estrutura política e militar.

Em 710 os visigodos formam dois reinos antagônicos que logo entraram em conflito armado, o que acarretou a solicitação de apoio militar a uma força sarracena do norte da África, por parte de uma das facções rivais. Porém essa força mulçumana ao chegar à Península Ibérica, destruiu ambas as facções e conquistou quase toda Península.

O reino das Astúrias era a única região cristã autônomo na Península ocupada e dominada por mulçumanos. Esse reino, no Séc VIII inicia a uma série de batalhas que se prologaram no tempo e que ficaram conhecidas como Guerra da Reconquista.

Na região a oeste da Península surgem, por meio da Reconquista, os condados de Portucale e de Coimbra que, em 1193, pelo Tratado de Zamora, se tornam o reino de Portugal.

Evolução Histórica de Portugal

No ano de 1249, a Reconquista havia terminado para o Reino de Portugal, com a conquista da região de Algarve do Sul. Porém sua independência seria posta à prova diversas vezes pela Coroa de Castela (o maior reino cristão da Península Ibérica).

Uma poderosa força empregada durante a Reconquista, no alargamento das fronteiras e na consolidação da independência de Portugal frente à Castela, foi a cavalaria das ordens militares religiosas. Vista como uma força militar profissional e permanente, teve um grande papel nos empreendimentos militares dos séculos seguintes. Essas instituições medievais seguiam um rigoroso estatuto religioso e foram criadas, inicialmente, para auxiliar os peregrinos que iam combater os muçulmanos na Terra Santa. Como reconhecimento pelos serviços prestados, essas ordens receberam diversas doações de terras, enriquecendo-se. Por essa razão, a partir de determinado momento, a Coroa passou a controlá-las de perto, nomeando como Mestres dessas ordens os familiares do rei, quando não ele próprio. Em 1319, D. Dinis criou a Ordem de Cristo, uma das mais importantes ordens militares religiosas de Portugal, que teve como origem a extinta Ordem dos Templários (1119 - 1311).

Em 1308, D. Dinis criou a Marinha Real e, nesse mesmo ano, assinou o primeiro tratado comercial com a Inglaterra. Esses fatos permitiram o desenvolvimento de uma poderosa burguesia portuguesa, que anos mais tarde tenderia a entrar em choque com a nobreza.

No reinado de D. Fernando I (1367 - 1383), ocorreu grande incentivo às atividades navais, acarretando o aumento da construção de navios, do comércio marítimo, da exportação de produtos agrícolas e da importação de manufaturas. O porto de Lisboa passou a ser considerado "porto livre", incrementando consideravelmente a presença de investidores estrangeiros na região.

Ao longo desse século, ocorreu uma grande crise no sistema feudal português, levando a uma série de revoltas e a um crescente êxodo rural. Como consequência, uma parte da nobreza passou a apoiar a ideia de união com Castela contrariando os interesses do rei, de alguns nobres e, principalmente, da burguesia.

Em 1383, morreu D. Fernando I, deixando como herdeira sua filha, D. Beatriz, que era casada com o Rei de Castela, D. João I, o que levaria à união das duas coroas. Este acontecimento deu início a uma revolta, que culminou com a aclamação de D. João, Mestre de Avis, irmão bastardo de D. Fernando I, como rei de Portugal. Essa aclamação provocou, em 1384, uma guerra entre Portugal e Castela. Em agosto de 1385, as tropas lusas obtiveram uma vitória decisiva sobre os castelhanos na Batalha de Aljubarrota, consolidando definitivamente a dinastia de Avis no poder.

A Expansão Marítima

A posição geográfica colocava Portugal no extremo oeste das rotas comerciais que vinham do Oriente. As ameaças dos reinos vizinhos, a carência de terras agricultáveis

e o consequente desenvolvimento da atividade pesqueira balizaram a vocação marítima lusa. O aprimoramento das técnicas e dos instrumentos de navegação propiciou a busca de alternativas às rotas de comércio para o Oriente, de que foi pioneiro Portugal, seguido pela Espanha (Castela e Aragão).

Com a centralização do poder e o triunfo da dinastia de Avis, o Estado português iniciou a sua expansão ultramarina, dando ênfase aos interesses mercantis. Assim, em 1415, Portugal iniciou suas ações comerciais mais agressivas. Tomou dos muçulmanos a cidade de Ceuta, no norte da África, o que marcou o início da expansão portuguesa para outros continentes e explorou, paulatinamente, o litoral atlântico africano, com o objetivo que conseguir alcançar, por meio marítimo, a região asiática, chamada pelos europeus de Índias. A finalidade era participar do comércio de especiarias, monopolizada por algumas cidades italianas.

No ano de 1487, Bartolomeu Bueno conseguiu encontrar a passagem marítima para o leste do continente africano. Em junho de 1497, uma expedição comandada por Vasco da Gama deixou Portugal em direção às Índias, retornando, dois anos depois, com mercadorias que proporcionaram um lucro de 6.000% do valor investido.

Em 9 de março de 1500, partiu de Portugal uma esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral, que tinha como missão consolidar e ampliar as posições comerciais na Ásia, garantindo o fluxo constante de especiarias para Portugal, além de tomar posse, em nome do rei, das terras da América que coubessem a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas.

A sociedade portuguesa apresentava grande interesse nos benefícios propiciados pelas grandes navegações. Os motivos eram bem variados e compreendiam aspectos políticos, econômicos, sociais e religiosos. A Coroa portuguesa desejava fortalecer seu poder, auferir lucros e expandir seu império; para isso necessitava conquistar novas terras e controlar uma vasta rede comercial. A nobreza via na expansão territorial uma oportunidade para conquistar terras, riqueza e prestígio. A burguesia visualizava a probabilidade de maiores lucros com o surgimento de novos mercados e o aumento das atividades comerciais. A Igreja vislumbrava expandir a fé cristã e aumentar o número de fiéis. Para o povo, de um modo geral, surgia a possibilidade de trabalho, de ascensão social, de aventuras e de enriquecimento rápido.

Instituições Militares **Portuguesas**

Na época da descoberta do Brasil as instituições militares portuguesas já se encontravam bem constituídas. Era o resultado da necessidade de sobrevivência de sua população, que se consolidou como nação, ao longo de séculos de lutas contra diversos povos invasores. Esses povos, por vezes, foram absorvidos pela convivência com os lusos, assim como suas culturas e seus processos de combate.

A base das instituições militares lusas tem origem nas instituições romanas, que foram modificadas pelos visigodos e, depois, remodeladas pela nova estrutura adminis-

trativo-militar dos árabes, que dominaram parte da Península Ibérica até o fim do século XV.

O sistema militar português era modelado pela constituição política e social da Idade Média na Europa, com bases feudais. A normatização dessas embrionárias instituições militares encontrava-se estabelecida no *Libro de las Siete Partidas*, de D. Afonso X de Castela, uma espécie de código que continha diversas leis que regiam o seu reino, no século XIII. Este código constituía-se de diversas adaptações do direito romano aos costumes da população cristã da Península Ibérica.

Em 1499, o Rei D. Manoel (1495 - 1521) resolveu redirecionar a maior parte do potencial militar luso para sua força naval, transformando-a em uma das mais poderosas do mundo, em sua época. A ainda rudimentar artilharia havia sido instalada nas belonaves, criando um incontestável poder bélico.

Os primitivos trons foram substituídos por canhões feitos de ferro fundido, de ferro forjado e, finalmente, de bronze. O calibre era variado e os projéteis, que em determinado período chegaram a ser simples pedras, foram substituídos por esferas de ferro.

Apesar de imponente, a artilharia apresentava alguns fatores negativos como a imperfeição das peças, o difícil manejo, o limitado alcance, o lento sistema de carregamento, o excessivo peso, a limitada mobilidade e a baixa cadência de tiro. Essas deficiências tornavam a artilharia, por diversas vezes, inútil em batalhas campais, porém extremamente útil para a defesa de fortificações e para o emprego em navios de guerra.

No Período Manuelino, as organizações militares europeias sofreram profundas modificações, como o surgimento dos exércitos permanentes, subordinados direta e exclusivamente ao rei (havia a necessidade do rei depender cada vez menos das tropas subordinadas aos nobres); a retomada da preponderância da infantaria sobre a cavalaria nos campos de batalhas; e a crescente importância da arma de fogo nos combates.

Em Portugal, as armas de fogo portáteis passaram a substituir os arqueiros e besteiros, embora estes não tenham sido banidos completamente. A lança, o pique, a espada e o escudo ainda eram os equipamentos dos soldados portugueses.

Surgiu então, a necessidade de criar uma nova legislação para Portugal, que substituísse a anterior. Essa nova compilação de normas foi promulgada em 1521 e ficou conhecida como Ordenações Manuelinas.

Desde 1508, os portugueses observavam as novas formações táticas empregadas por outros países nas guerras europeias. Influenciados, principalmente pelas vitórias espanholas nas guerras na Itália, organizaram sua nova estrutura militar, utilizando a formação de grandes quadrados compactos, armados com piques, alabardas, armas de fogo e espadas, chamado terço, e empregando, como unidades táticas, as companhias de ordenanças ou simplesmente ordenanças.

Nesse período, as ordenanças tornaram-se permanentes, com um efetivo de 250 homens cada, comandada por um capitão, além de ter em seus quadros um alferes,

um meirinho e dez cabos, todos remunerados. As Ordenações Manuelinas estabeleciam que os súditos entre 18 e 60 anos poderiam ser convocados e os exercícios seriam realizados nos dias não destinados ao trabalho.

No ano de 1569, D. Sebastião (1568 - 1578) estabeleceu, por lei, a reestruturação militar de Portugal. Para isso, reorganizou a nação e instituiu o que seria hoje, a lei de mobilização nacional e a lei do serviço militar. Dessa forma ele definia as obrigações militares da população, conforme a categoria social, a província e a profissão. Também, determinava que todo nobre deveria estar sempre munido de armas e cavalo para participar de eventuais guerras; que os proprietários de terras e os homens mais ricos deveriam possuir um número preestabelecido de cavalos, lanças e arcabuzes para servir ao rei; que os não proprietários de terras e os mais pobres deveriam possuir lanças ou dardos; estabeleceu privilégios aos que possuísem a quantidade de montaria e armamento correspondente a sua categoria e especificou penas aos que não cumprissem a lei.

Porém havia a necessidade de organizar a nação militarmente de forma territorial, com os seus quadros, comandos e deveres e, ainda, realizar exercícios, ou seja, transformar as antigas organizações medievais em um exército nacional. Para isso D. Sebastião criou, em 10 de dezembro de 1570, o Regimento dos Capitães-Mores ou Ordenações Sebásticas.

Regimento dos Capitães-Mores ou Ordenações Sebásticas

- . O reino seria dividido em distritos de recrutamento (capitanias-mores) e cada distrito deveria constituir uma companhia de ordenança;
- . O alcaide-mor (autoridade política de um município ou distrito) recebia o posto de capitão-mor de ordenança. Nos locais onde não houvesse um alcaide-mor, o senhor do local ou um nobre poderia ser eleito pela comarca. Já na Colônia, os donatários das capitanias ou seu representante, e os representantes do rei recebiam esse posto;
- . O capitão-mor, auxiliado por um sargento-mor de ordenanças, também eleito, realizava o alistamento dos homens;
- . Todos os homens válidos entre 20 e 60 anos, exceto religiosos, fidalgos e os proprietários de cavalos, poderiam ser convocados para incorporar as companhias de ordenanças;
- . A companhia de ordenanças era composta por 250 homens, dividida em 10 esquadras, em caso de insuficiência de pessoal a companhia poderia ser criada com no mínimo 7 esquadras;
- . As companhias apresentavam a seguinte estrutura hierárquica: um capitão de ordenança, um alferes, um sargento e seus subordinados, um meirinho, um escrivão e 10 cabos de esquadra, todos escolhidos pelo capitão-mor com aprovação do rei;
- . Os homens possuidores de montaria pertenceriam a uma organização similar, chamada Companhia de Cavalos;
- . As instruções, os exercícios de tiro e as manobras de campanha eram dirigidos pelos oficiais de cada companhia;
- . A disciplina era mantida por meio de prêmios e penalidades pecuniárias ou corporais;
- . A inspeção da instrução e a revista do armamento deveriam ser realizadas duas vezes ao ano, pelos capitães-mores, inclusive nas colônias; e
- . As despesas com a manutenção do armamento e do gasto com a munição das armas de fogo deveriam ser custeadas pelos distritos, por meio das receitas, das multas ou dos impostos.

O artigo 12 do Regimento introduz o termo "bandeira" como sinônimo para unidade tática companhia. Esse termo foi amplamente utilizado no Brasil e se consagrou como organização militar de objetivos variados.

Anos depois, o próprio rei daria nova organização às ordenanças de Lisboa, criando 4 coronelias ou terços de ordenanças, com efetivo de 3.000 homens cada, dividida em várias companhias. Cada terço era comandado por um coronel e possuía regimento próprio.

Durante esse período as companhias de ordenanças tiveram seu efetivo reduzido para 100 homens e passaram a ser grupadas, formando um terço, similar ao terço espanhol.

A organização do terço variou bastante, durante a sua existência, porém, em sua fase inicial, era composto por 8 a 10 companhias, comandado por um mestre de campo (futuramente chamado de coronel) e auxiliado por um sargento-mor (futuro major). Compunha-se de piqueiros e de besteiros misturados com arcabuzeiros. Pouco depois, os besteiros seriam, totalmente, substituídos pelos arcabuzeiros.

No campo de batalha, os piqueiros se posicionavam agrupando-se no centro do dispositivo em formação quadrangular, escoltados pelos arcabuzeiros. Alguns arcabuzeiros eram colocados fora da formação principal, para fustigar o inimigo.

Essa organização lusa evoluiu rapidamente, tomando formas mais apropriadas às áreas de atuação do império ultramarino português. Essa estrutura militar deu uma nova dinâmica operacional, transformando-o em um exército mais bem organizado, para ser empregado de acordo com os objetivos da nação.

Essa formação militar, composta por homens pagos que formavam o exército regular, passou a ser chamada de tropa de primeira linha. As demais tropas, recrutadas para guarnecer praças fortes, apoiar povoações vizinhas e estabelecer defesas nas fronteiras, mas que não recebiam um pagamento contínuo, eram chamadas de terços-auxiliares, também conhecidas como tropas de segunda linha ou milícias.

O capitão-general era o responsável pelo recrutamento das tropas de primeira linha e, também, indicava os oficiais das milícias.

Em uma fase futura, surgiram os corpos de ordenanças, conhecidos, também como tropa de terceira linha, compostos por homens de menor capacidade combativa. Esses homens não recebiam qualquer pagamento, normalmente utilizavam o próprio armamento e eram empregados em caso de emergência.

Na realidade a nova organização militar de Portugal apresentava um mero valor quantitativo e territorial, pois a composição dos grupamentos militares continuava nas mãos do rei, que organizava e nomeava os comandantes militares a seu bel-prazer.

Com a União Ibérica, em 1580, as instituições militares portuguesas entraram em crise. A Coroa espanhola não via com simpatia o crescimento do poder militar português, pois essa força, no futuro, poderia ser empregada contra a própria Espanha em uma tentativa de separação.

Não obstante o valor e a organização das forças militares portuguesas, a projeção do poder militar de Portugal, em relação ao de outros países europeus, não se mostrou expressiva. Isso pôde ser verificado quando as tropas lusas eram empregadas, pois a execução das operações era imperfeita e tumultuosa e a disciplina era inadequada.

Constituição das Instituições Militares Coloniais do Século XVI

A partir de 1501, a Colônia portuguesa na América recebeu diversas expedições militares exploradoras. Em 1503, a expedição comandada por Gonçalo Coelho, ao partir do Brasil, deixou, na baía de Todos os Santos, uma guarnição com 24 homens e 12 bombardas. Porém, foi com a expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza, de 1531, que vieram os primeiros destacamentos militares, que tinham como missão, entre outras, guarnecer o litoral contra a pirataria e o contrabando e, ao mesmo tempo, efetivar o domínio português sobre a região estabelecendo núcleos de povoamento, como ocorreu com a vila de São Vicente.

O sistema de defesa empregado, na fase inicial da colonização, foi o de expedições navais de vigilância e punitivas, denominadas "guarda-costas", que patrulhavam o litoral, antes da fase das capitanias hereditárias. Esse sistema não surtiu o efeito desejado, pois os corsários, aproveitando-se do extenso litoral, realizavam ações rápidas em ataques fortuitos e em diversos pontos da costa, o que dificultava aos navios portugueses a realização de uma ação repressiva mais eficiente.

Ainda neste período, D. Manuel determinou a construção de diversas feitorias em pontos estratégicos da costa brasileira, com a finalidade de confirmar a posse da terra, de coibir o contrabando realizado por europeus, de servir de entreposto na exploração dos produtos da terra e, por fim, de funcionar como base de apoio para as embarcações que seguiam para as Índias. Essas feitorias que apresentavam um cunho econômico-militar tornaram-se, na realidade, os primeiros núcleos populacionais da Colônia.

Com o sistema de capitanias hereditárias, implantado em 1532 por D. João III, os donatários passaram a exercer a função de lugar-tenente do rei na Colônia e todos os naturais da terra, os escravos e os degredados, em caso de guerra, ficavam obrigados a servir sob seu comando. A metrópole fornecia armas, munições e, até mesmo, alguns oficiais, que eram incumbidos de armar, adestrar e comandar as forças organizadas na Colônia. Cabia ao donatário utilizá-las tanto na manutenção da ordem interna, como na defesa contra as agressões externas.

Em 1542, a Câmara de São Vicente estabeleceu a organização de uma milícia formada por brancos, mestiços e índios, todos previamente recenseados, que deveriam realizar, obrigatoriamente, o serviço das armas, conforme estabelecia as Ordenações Manuelinas. Essa rudimentar milícia chegou a ter dois mil índios flecheiros. Isso marca o início do serviço militar obrigatório na Colônia e a primeira sistematização de defesa da terra.

Com a criação do Governo-Geral, chegou à baía de Todos os Santos, em 1549, o fidalgo Tomé de Souza, nomeado Governador-Geral, acompanhado de aproximadamente 1.000 homens, sendo 600 soldados da tropa regular do reino. Calcula-se que a população de colonos brancos, nessa época, fosse algo em torno de 2.000 homens em toda Colônia.

A expedição de Tomé de Souza tinha um caráter essencialmente militar. Segundo as ordens constantes do Regimento do Governador-Geral do Brasil, de 1548, o governador deveria construir um forte guarnecido com peças de artilharia na baía de Todos os Santos; punir, exemplarmente, as tribos indígenas que tivessem causado algum dano à população de origem lusa e combater qualquer tribo ou estrangeiro que resistisse a sua dominação. Neste mesmo ano, Tomé de Souza fundou a cidade de São Salvador, que seria a capital da América portuguesa durante mais de 200 anos.

Esse Regimento estabeleceu que o governador-geral passaria a deter autoridade militar sobre todo o Brasil, colocando-se entre o rei e os capitães-mores. Criava normas para o recrutamento e para o serviço militar da população que vivia na Colônia e, também, definia a quantidade de armamento, equipamento e munição que os capitães-mores, os senhores de engenho e os moradores deveriam possuir. Desse modo regulamentava-se a vida militar local e distribuíam-se as missões e os encargos para a defesa da terra.

O Regimento de 1588 estabeleceu novas diretrizes ao governador-geral. As principais normas de procedimento atribuíam a esta autoridade os deveres de: realizar inspeções periódicas nas tropas permanentes e em seus armamentos; verificar as condições dos depósitos de munições e armamentos; receber e distribuir toda a munição e armamento, inclusive canhões, vindos de Portugal, para os oficiais responsáveis pela defesa de áreas específicas; empregar o engenheiro do governador-geral na melhoria das fortificações; armar e aprestar navios para realizar operações de defesa da costa; distribuir ou enviar temporariamente suas tropas de primeira linha para qualquer capitania; fiscalizar as condições de defesa das capitanias; e, principalmente, tomar medidas preventivas contra as incursões de corsários.

Em função da importância dada à artilharia na defesa da costa, foram criadas normas específicas para a instrução dos artilheiros que guarneciam as baterias de defesa litorânea. As instruções ocorriam aos domingos e em dias santos e, sempre que possível, com a presença do próprio governador-geral. Era comum que fossem realizados, durante as instruções de tiro, mais de 100 disparos.

O efetivo militar enviado para a colônia era insuficiente para realizar as missões atribuídas. Deste modo, o governador-geral viu-se obrigado a inserir no sistema de defesa a participação de colonos, mestiços e índios. Também, teve de criar adaptações táticas para as tropas, pois o ambiente colonial era bem diferente do europeu.

No início da colonização, os portugueses implementaram um sistema com características próprias, em que a produção baseava-se na exploração da mão de obra

mútuo. No campo estratégico, os chefes bandeirantes souberam tirar proveito das técnicas de guerra psicológica, ao alardear seus feitos, para intimidar seus adversários ou granjear o respeito das autoridades.

Nesse período, não havia no Brasil um exército colonial organizado e de comando centralizado, o que dificultava bastante a realização de defesa da Colônia. Cabiam às cidades ou vilas realizarem a defesa de sua região com as milícias locais, reforçadas por tropas de primeira linha que, sempre em quantidade insuficiente, estavam alocadas em quartéis, fortes ou postos de fronteiras.

Em função das dificuldades, os colonos passaram a utilizar táticas de combate similares às empregadas pelos índios, nas ações defensivas terrestres foram realizadas construções de fortificações em torno das vilas, chamadas de caïçara de pau ou juçara de espinhos, que dificultavam a ação do agressor. Nas ações ofensivas anfibias passaram a empregar grupos de canoas, que à noite, realizavam incursões aos navios inimigos, incendiando-os, ou, no desembarque em praias, executavam surtidas na retaguarda do inimigo.

Como estratégia de defesa passiva, as lavouras e os engenhos deveriam ser instalados o mais próximo possível do litoral ou perto de barrancas de rios, pois havia maior possibilidade de defesa e vigilância, estabelecendo um sistema de mobilização permanente das ordenanças. Os engenhos eram quase sempre, assemelhados a uma fortaleza, com uma casa forte cercada por muralhas com grossas paredes protetoras. Já as povoações eram protegidas por muros, valas, cercados e fortificações.

Os colonos, de um modo geral, viam a ocupação territorial, o povoamento e a produção como uma ação revestida de um caráter guerreiro, que o próprio ambiente impunha. Desse modo o trabalho na colônia era uma ação militar, que envolvia toda a população.

Reação à Invasão Francesa no Rio de Janeiro

Ao longo do século XVI, embarcações francesas realizaram diversas incursões na costa brasileira, com o objetivo principal de comercializar com os nativos os produtos da terra, como madeiras, animais selvagens, resinas entre outros. Porém, em 1555, chegou à baía da Guanabara uma esquadra com aproximadamente 600 homens, comandada pelo Vice-Almirante Nicolas Durand de Villegagnon, com o objetivo de instalar um núcleo colonial, que se chamou França Antártica. Para esse intento, o comandante francês fundou, como base para o início da colonização, o Forte Coligny, na atual ilha de Villegagnon, e aliou-se aos índios tamoios. Porém, o líder francês, ainda sentia falta de um efetivo maior para iniciar uma colonização.

Em março de 1557, Villegagnon recebeu reforço de uma esquadra comandada por seu sobrinho, Bois-le-Comte, composta por três navios, artilhado com 18 peças e com uma tropa formada por 290 homens.

O forte onde os franceses se instalaram era naturalmente protegido, pois estava posicionado em uma pequena ilha, localizada a um quilômetro do continente, rodeada de pedras, que impediam a aproximação de navios. Existia apenas um porto, por onde, somente pequenas embarcações, poderiam atracar. No momento do ataque, o Forte era guarnecido por 114 europeus, apoiados por cerca de 800 índios tamoios. Os franceses possuíam 5 canhões de grande calibre e outros menores, além de arcabuzes e lanças e, como proteção, usavam corpos d'armas (proteção do corpo formada por uma túnica de couro, forrada ou não com algodão).

A composição da tropa francesa era de valor combativo duvidoso e heterogênea, pois era composta por soldados, agricultores, artesãos, presidiários, entre outros. As regras disciplinares rígidas, impostas por Villegagnon, acarretaram grande insatisfação entre os homens, o que provocou diversas deserções e abandonos. O armamento dos índios aliados dos franceses era o tradicional arco, flechas (normalmente envenenadas) e lanças.

O armamento dos portugueses e de seus aliados era similar ao dos oponentes.

Mem de Sá, em 15 de março de 1560, atacou o Forte Coligny, que, após alguns combates, foi ocupado e destruído. Depois dessa vitória, Mem de Sá partiu para a Bahia, sem fundar um núcleo de colonização ou deixar uma guarnição no local, pois havia pouco recurso para isso. Também não realizou a pacificação dos índios tamoios, que permaneceram inimigos dos portugueses e aliados dos franceses. Esses erros iriam invalidar todo o esforço de guerra realizado até aquele momento.

Com a retirada das tropas portuguesas, os franceses, que conseguiram se esconder no continente, aos poucos foram retornando à Baía, onde guarneceram e fortificaram uma aldeia (Forte de Paranapuã), na atual Ilha do Governador, além de implantarem o reduto militar de Uruçu-Mirim, na região do atual bairro da Glória. Após se restabelecerem, voltaram a atacar navios e a saquear os colonos portugueses.

No ano de 1563, Estácio de Sá, sobrinho de Mem de Sá, retornou de Portugal, com uma pequena esquadra e com ordens da Corte de expulsar definitivamente os franceses da Guanabara. No início do ano seguinte, com os meios disponíveis em Salvador, Mem de Sá enviou o seu sobrinho para a Baía da Guanabara, com aproximadamente 200 homens, com a finalidade de derrotar os franceses e de fundar um povoado na região.

NA EUROPA

Em 1557 morria D. João III, Rei de Portugal e seu sucessor seria D. Sebastião, que tinha apenas 3 anos de idade. Deste modo a regência passou a ser exercida pela rainha viúva D. Catarina. Em 1562, D. Catarina passou a regência para o seu cunhado o cardeal D. Henrique. Em 20 de janeiro de 1568, D. Sebastião assumiu o trono português com apenas 14 anos.

nente. Esses ataques consistiam mais em saque a determinados pontos do litoral brasileiro, onde existia alguma riqueza, do que em conquistas para futura colonização. Os franceses, após a expulsão da Baía da Guanabara realizaram outra tentativa de colonização, desta vez no litoral nordeste da Colônia.

A Ocupação do Nordeste

As dificuldades encontradas por Portugal para ocupar o extenso litoral brasileiro estimulou a ambição de outros povos europeus ao longo do século XVI. A consolidação da posse do Nordeste ocorreu em meio a lutas sucessivas, principalmente contra franceses e posteriormente holandeses.

Uma das conquistas mais importantes foi a de Sergipe. Sua localização era estratégica, pois permitia a ligação terrestre entre a Bahia e Pernambuco. A tomada militar foi feita em 1590, em lutas contra os franceses e seus aliados índios caetés.

Nesse período, todas as capitanias ao norte de Pernambuco permaneciam semiabandonadas; nem a Coroa, nem seus donatários empenhavam-se em desenvolvê-las. Somente quando os franceses ameaçaram a Paraíba é que foram tomadas providências para assegurar o domínio ibérico na região.

Inicialmente a ocupação da Paraíba ocorreu após várias tentativas: em 1578, com Frutuoso Barbosa; em 1579, com João Tavares; e em 1584, por iniciativa oficial, com Felipe de Moura, comandando uma coluna por terra, e com uma esquadra espanhola, sob o comando de Diego Valdez. Nessa oportunidade, foi fundado o forte de São Tiago e São Filipe, destruído em 1585 pelos próprios espanhóis que o guarneciam, por ocasião da deserção do seu comandante, o também espanhol Francisco de Castrejón. Ainda em 1585, Martim Leitão reconstruiu o forte, fundou a localidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves (atual João Pessoa) e, em 1586, comandou a expedição que derrotou os franceses e seus aliados, os índios potiguaras, consolidando assim a conquista da Paraíba, que se tornou capitania real no mesmo ano.

Em 1597, outra esquadra francesa, com o apoio dos potiguaras, atacou Cabedelo, na Paraíba, destruindo o forte e arrasando o povoado. Coube a Manuel Mascarenhas Homem, Capitão-Mor de Pernambuco, por ordem do rei da Espanha e Portugal, o socorro à Paraíba e a conquista do Rio Grande (atual Rio Grande do Norte). No mesmo ano, foi organizada uma expedição terrestre, composta de quatro companhias de infantaria e uma de cavalaria, sob o comando de Feliciano Coelho, Capitão-Mor da Paraíba. Manuel Mascarenhas comandou uma força naval que, partindo da Paraíba, rumou para o Rio Grande. O deslocamento terrestre foi caracterizado por combates contínuos contra os franceses e seus aliados potiguaras. As ações foram prejudicadas pela incidência de varíola sobre a tropa, que obrigou seu retorno a Pernambuco, exceto a companhia do Capitão Jerônimo de Albuquerque que, embarcada em um caravelão, incorporou-se à força naval.

A Ocupação do Nordeste



No Natal de 1597, a expedição naval desembarcou próximo à foz do rio Potengi e, em 6 de janeiro de 1598, deu-se o início da construção do Forte dos Três Reis Magos, origem da cidade de Natal, atual capital do Estado do Rio Grande do Norte. Os meses seguintes foram marcados por lutas contra os potiguaras e os franceses remanescentes, cujos focos de resistência foram eliminados paulatinamente. Por fim, com a expulsão dos franceses, os índios potiguaras, da região, foram integrados à colonização, a partir da conquista da amizade e da confiança de seu chefe, o índio Poti. No final do mesmo ano, foi consolidada a conquista do Rio Grande, tendo assumido o comando do Forte o Capitão Jerônimo de Albuquerque.

A primeira tentativa de conquista do Ceará, região igualmente ocupada pelos franceses, ocorreu em 1603, por iniciativa de Pero Coelho de Souza, rico proprietário da Paraíba, que, após entendimentos com o governador-geral, recebeu dele o comissionamento de capitão-mor para a conquista. Sob seu comando, foi organizada uma expedição dividida em dois escalões: o primeiro seguiu por terra, com o próprio Pero Coelho à frente, e era constituído por 65 soldados e 200 índios aliados; o segundo, por mar, sob o comando do Sargento-Mor Diogo de Campos Moreno, que conduziu o suprimento em dois barcos. Reunidos os dois escalões na foz do rio Jaguaribe, a expedição subiu o rio, indo encontrar os franceses e potiguaras na serra do Ibiapaba. Após sangrenta luta, os franceses foram expulsos, sendo firmada a paz com os potiguaras.

A vitória militar inicial, porém, não permitiu a ocupação efetiva. Sem recursos, Pero Coelho viu-se obrigado a abandonar seu empreendimento. Coube a Martim Soares Moreno, por iniciativa oficial, a concretização da ocupação do Ceará. Em 1611, ele construiu o Forte de Nossa Senhora do Amparo, onde hoje fica a cidade de Fortaleza. Em sua missão, contou com o apoio do cacique Jacaúna, irmão de Poti. Martim Soares Moreno lutou ainda contra os franceses no Maranhão, assim como contra os holandeses em Pernambuco.

A ocupação francesa no Maranhão teve um caráter diferente das demais ações estrangeiras no litoral nordestino, pois visava a instalação de uma colônia na área. Embora já houvesse franceses estabelecidos na região desde 1582, somente em 1612 chegou ao Maranhão uma expedição colonizadora, organizada e comandada por Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardiére. Essa expedição era composta por três navios e cerca de 500 homens, entre soldados, colonos e religiosos. No final de julho, chegaram ao Maranhão, onde foram recepcionados pelos franceses que lá se encontravam e por nativos aliados. De imediato os novos colonos iniciaram a construção do Forte São Luís, em homenagem ao Rei Luís XIII.

A informação de que havia uma colônia francesa instalada no Brasil fez com que o Rei Filipe III da Espanha (Filipe II de Portugal) determinasse a expulsão dos invasores. Em 1613 iniciaram-se as operações militares com essa finalidade.

A primeira expedição organizada para expulsar os franceses da região foi chefiada por Jerônimo de Albuquerque. Ela apresentou diversas deficiências, como número insuficiente de embarcações, efetivo reduzido e despreparo da tropa (não era de 1ª linha e era composta, inclusive, por prisioneiros, libertos unicamente para participar da operação), além do limitado conhecimento da área. Ao chegar próximo da região, Jerônimo de Albuquerque determinou que uma embarcação realizasse o reconhecimento da área e que colhesse maiores informações sobre o inimigo. Paralelamente fundou o povoado de Camocim, para servir de base de apoio às operações, além de reforçar a presença portuguesa na região. Porém devido a uma violenta tempestade, a embarcação de reconhecimento foi deslocada para as Antilhas e, desse modo, as informações colhidas não foram transmitidas a Jerônimo de Albuquerque. Sem essas informações e com o nível de suprimento e munição baixos, resolveu retornar para Pernambuco. Em seu retorno, fundou a Fortaleza de Nossa Senhora do Rosário, no Ceará, deixando nela uma guarnição de 40 homens.

No final de 1613, a região de São Luís prosperava, já contava com aproximadamente 12.000 habitantes, e o Forte, que tinha a sua capacidade defensiva favorecida pela elevação onde se encontrava, teve suas instalações reforçadas e foi artilhado com peças de grosso calibre.

Em junho de 1614, Jerônimo de Albuquerque, com o apoio do Sargento-Mor Diogo de Campos Moreno, recém-chegado de Portugal, organizou uma nova expedição

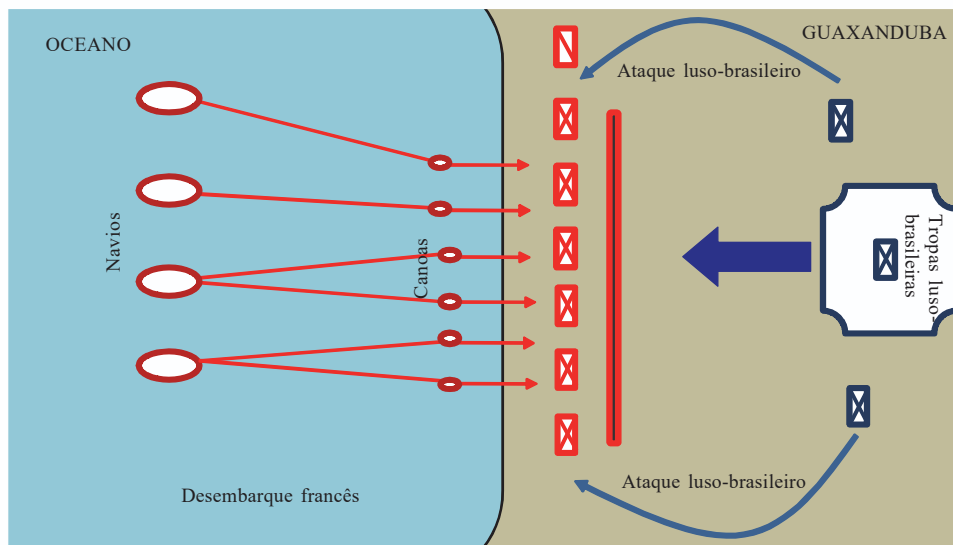
militar, composta de tropas portuguesas e de índios, que embarcaram em 3 navios e 5 embarcações menores, com destino ao Maranhão. No Ceará, outro grupamento, formado por índios, junta-se à expedição, que passa a ser composta por 220 soldados portugueses, 100 marinheiros e 200 índios flecheiros. Jerônimo de Albuquerque navegou até Pereá, onde instalou seu posto de comando, porém, por motivo de segurança, mudou-o para a região de Guaxanduba, onde levantou o Forte de Santa Maria, nas margens do rio Tajuaba.

Devido à inferioridade de meios e de pessoal, Albuquerque resolveu aguardar por reforços e não tomou a iniciativa das ações. Isso permitiu que, em meados de novembro, ocorresse um ataque surpresa por parte dos franceses, que durante a noite, utilizando canoas, conduzidas por índios, atacaram a esquadra portuguesa que se encontrava ancorada na praia de Guaxanduba. Nessa operação, os franceses capturaram três navios. No dia 19 de novembro, a frota de La Ravardière, composta de 7 navios e 47 canoas, surgiu diante do Forte português, bloqueando a entrada da enseada. Participaram dessa operação cerca de 300 franceses e 1.200 índios. Após o desembarque de parte dos franceses, ocorreram diversos embates entre as forças beligerantes, conseguindo, os ibéricos, evitar que o Forte passasse para as mãos dos franceses e impedindo que mais tropas francesas desembarcassem para apoiar os combatentes em terra.

Em função dessa batalha, Ravardière assinou um acordo para a suspensão das hostilidades, que duraria até dezembro de 1615, tempo suficiente para as cortes de Paris e Madri discutirem a legitimidade da posse do Maranhão.

Neste mesmo ano, Jerônimo de Albuquerque recebeu reforços e instrução de Madri para ocupar militarmente o Maranhão. Em outubro de 1615 iniciou-se o fustigamento dos franceses, que, sem o apoio de Paris, capitularam definitivamente e abandonaram o Maranhão.

“A JORNADA MILAGROSA”



Na madrugada de 19 de novembro de 1614, os franceses atacaram a praia de Guaxanduba, com uma força anfíbia composta por 7 navios e 47 canoas tupinambás, conduzindo aproximadamente 300 franceses e 1.200 índios, dividida em 6 companhias, estando duas em reserva. O inimigo desembarcou e iniciou a construção de trincheiras, deixando a reserva nos barcos. Ao observar a ação dos inimigos, Jerônimo de Albuquerque decide atacar as tropas invasoras. Dividiu sua tropa em três grupamentos, o primeiro, composto por aproximadamente 400 homens, quase todos indígenas, deveria defender o Forte Santa Maria, os dois outros grupamentos composta por aproximadamente 70 homens cada, comandados respectivamente pelo próprio Jerônimo de Albuquerque e por Gregório Fragoso, realizariam um cerco aos franceses e seus aliados que se encontravam em terra. Porém, antes do início das ações, os franceses enviam um emissário conduzindo uma mensagem de La Ravardiére, dando aos ibéricos quatro horas para a capitulação.

Durante esse período, os comandantes franceses permitiram que suas tropas descançassem. Jerônimo de Albuquerque, percebendo a oportunidade do momento, determinou que Diogo de Campos, acompanhado de um destacamento, atacasse as tropas inimigas que estavam descansando, enquanto os dois outros grupamentos ibéricos realizavam ataques nos flancos dos invasores. Essa ação acarretou a destruição de parte da tropa invasora e a dispersão dos remanescentes. Os líderes franceses, ainda, tentaram reunir seus soldados e realizar um contra-ataque, porém em função da desorganização causada pelo ataque ibérico, o contra-ataque foi frustrado e seus principais comandantes foram mortos. Nesse momento da batalha, a maré estava alta, o que impediu que a pequena cavalaria francesa pudesse ser empregada. Após seis horas de duro combate, a vitória tendia para o lado ibérico, principalmente porque a maré, agora baixa, não permitia ao inimigo receber reforços da esquadra fundeada na enseada, e os que se encontravam em terra não podiam retornar, pois as embarcações menores que se encontravam na praia haviam sido queimadas por ordem de Jerônimo de Albuquerque. Apesar da inferioridade numérica dos ibéricos, os franceses foram derrotados, tendo como saldo a perda de pelo menos 30 nobres, dos 100 franceses mortos durante o combate, e da metade das tropas indígenas que desapareceram. Já os ibéricos tiveram apenas 10 mortos e 30 feridos. Esse dia passaria à história com o título de "a Jornada Milagrosa".

Combates Indígenas

Ao chegarem ao Brasil, os portugueses encontraram um território povoado por grupos que se encontravam em estágios de desenvolvimento humano que variava do paleolítico ao neolítico. Reuniam-se em grupos familiares, formando aldeias, que se ligavam através de laços de parentesco com unidades maiores constituindo tribos.

Esses grupos indígenas sobreviviam por meio das atividades de caça, pesca, coleta e, em algumas tribos mais avançadas, de uma agricultura rudimentar. Porém, mesmo esta atividade não os fixavam definitivamente em um território. Essas tribos permaneciam em um local por aproximadamente quatro anos.

A guerra entre as tribos acontecia por razões materiais, como a conquista temporária de terras mais apropriadas para caça e pesca; sociais, para obter suas mulheres; morais e sentimentais, por vingança pela morte de parentes ou amigos; estratégicas, para prevenir possíveis agressões futuras; ou religiosas, vinculadas a ritos antropofágicos.

A preparação para a guerra era de responsabilidade coletiva, porém havia ações individuais, de acordo com os costumes de cada tribo. De um modo geral a tribo era responsável pela manutenção dos armamentos e por recompletá-los, além de preparar a alimentação utilizada durante a campanha (farinha de guerra). Quando a guerra era de maior vulto, ou seja, quando o teatro de operação localizava-se a mais de 100 km de distância, solicitava-se apoio a tribos aliadas.

As tribos possuíam um chefe militar, morubixaba, porém, na maioria das vezes, um conselho de guerra ou de anciãos é que possuía o poder decisório de declarar a guerra.

As armas e o processo de guerra não variavam muito entre as tribos brasileiras, qualquer que fosse o seu estágio de desenvolvimento. Destacavam-se os seguintes tipos de armamento:

a) Armas de arremesso - o arco simples e a flecha, o dardo e a zarabatana.

O arco era constituído de madeira forte e elástica, como o ipê ou pau-d'arco. A madeira era trabalhada com ferramentas de osso, pedra e dentes; lixada com folhas áspera até ficar completamente lisa; e por fim era aquecida no fogo e envergada até tomar o formato ideal. As cordas eram confeccionadas com fibras resistentes, como das bromélias. Os arcos apresentavam tamanho variado podendo ser até superior a estatura de um homem. As flechas eram confeccionadas com madeiras leves e rígidas, como o ubá. Para aumentar o seu poder de penetração eram afixadas pontas de ossos ou pedras pontiagudas e para aumentar o potencial de letalidade era, frequentemente, impregnada na ponta das setas alguma substância tóxica. Essas flechas possuíam um dispositivo de pena, acoplado em sua parte final, que permitia a rotação e a estabilização do projétil durante seu deslocamento no ar, possibilitando que a seta alcançasse a distâncias superiores a 200 metros. Algumas tribos utilizavam flechas com algodão embebido em resina que eram empregadas como projéteis incendiários. A grande deficiência desse armamento era o remuniamento, pois a quantidade de flechas conduzida era limitada, o que não permitia uma ação em combate muito prolongada.

O dardo era uma pequena lança de arremesso, confeccionado com madeira dura e pesada, como o pau-ferro, de tamanho variado e com ambas as pontas aguçadas e endurecidas pelo fogo. A zarabatana consistia em um tubo oco, no qual se introduzia setas enve-

nenadas, impelidas pelo sopro contra o alvo. Era normalmente empregada em atividades de caça a pássaros e pequenos animais, porém era também utilizado em pequenas ações de combate.

b) Armas contundentes de choque - o tacape ou borduna.

Era uma peça alongada de madeira pesada e dura, com uma parte destinada a empunhadura, mais delgada, e um corpo achatado, com dois gumes, que por vezes eram fixadas pedras para aumentar a ação contundente. Era sempre manuseada com as duas mãos.

c) Armas defensivas - escudo redondo ou oval.

O escudo era geralmente pequeno, circular ou oval, feito com madeira leve e/ou couro e, às vezes, com cascos de tartarugas. Sua principal diferença dos escudos utilizados na Europa não estava em sua forma nem constituição, mas no seu emprego, pois os indígenas usavam seus escudos apenas para a defesa contra flechas e dardos lançados pelo inimigo, porém, quando os contendores se aproximavam, os escudos eram abandonados e os combates ocorriam apenas com tacapes, utilizando para isso as duas mãos.

O principal meio empregado pelos indígenas em operações anfíbias era a canoa, confeccionada com um ou mais troncos de árvores, e com capacidade variada, chegando algumas a transportar até 60 homens.

As aldeias indígenas utilizavam a paliçada como sistema de defesa passivo, constituída por um conjunto de estacas de madeira fincadas verticalmente no terreno, ligadas entre si, de modo a formarem uma estrutura firme, que circundava a aldeia, com um pequeno número de entradas e saídas. Essas cercas tinham aproximadamente 2 metros de altura, podiam ser simples ou duplas e possuíam pequenas aberturas para que os defensores lançassem flechas. Próximo às cercas ou entre elas, eram instaladas armadilhas antipessoais que consistiam em simples estaca afiada feita de bambu ou de madeira, espetada verticalmente no solo.

Diversos fatores propiciaram o bom desempenho combativo do indígena brasileiro: o condicionamento físico, com destaque para a força muscular e a resistência física à fadiga; o desenvolvimento dos sentidos; a capacidade de orientação; a percepção de pequenas alterações do meio ambiente; e a facilidade em seguir rastros.

Os chefes guerreiros faziam, antes do início das ações, intensa preparação moral, com ênfase nas exaltações sistemáticas, no interesse e persistência da campanha, na recordação das glórias e dos feitos históricos, e no estímulo à vingança e à ousadia.

As ações ofensivas e sigilosas eram os tipos usuais de combate empregados pelos indígenas, que se iniciavam com um deslocamento realizado por grupos de guerreiros em uma ou duas colunas, com o chefe à frente dos guerreiros, seguido, logo à retaguarda, pelas mulheres que carregavam um pequeno suporte logístico, como os suprimentos básicos e redes. Grupos de esclarecedores eram enviados à frente, com uma ou duas jornadas de diferença, para evitar a quebra do sigilo das operações. Caso avistassem elementos da tribo inimiga, toda a coluna de marcha era detida e entrava em situação de alerta. A partir desse momento, um grupo de reconhecimento era constituído para identificar a situação e estabelecer a forma de ação mais apropriada. O efetivo empregado nas campanhas poderia passar da casa das centenas, havendo relatos de operações com o efetivo superior a 8.000 índios.

A tática de combate empregada baseava-se na exploração dos princípios da surpresa e da massa, além da superioridade moral. Para alcançar esses objetivos, procuravam atingir o inimigo em um tempo, local ou maneira para o qual ele não estivesse preparado, com o objetivo de infligir, a esse inimigo, o máximo de danos, com um mínimo de perdas. Para isso, aplicavam ainda, as manobras de desbordamento e envolvimento, procurando corta-lhe as suas linhas de comunicação e fuga. Porém não se descuidavam de uma via de retirada, caso ocorresse um insucesso. Faziam ainda, um largo emprego das táticas de emboscadas, aproveitando-se do amplo conhecimento do terreno.

No entanto, os ataques às aldeias inimigas ocorriam, às vezes, por vários dias, em função das dificuldades impostas pela paliçada que impedia a surpresa. Assim sendo, a técnica empregada consistia em procurar abrir uma brecha na paliçada, por meio de fogo ou pela destruição das estacas que a compunham. A aproximação para essa destruição era feita por meio da construção de outras fortificações (paliçadas), que os protegia das flechas inimigas, e que iam sendo construídas cada vez mais próximas da fortificação adversária. Esse trabalhoso processo permitia a entrada de um grupo de guerreiros na aldeia inimiga, fazendo prisioneiros ou matando todos os que encontrassem.

Caso a tribo conseguisse a informação de que tropas adversárias se deslocavam em direção a sua aldeia, era preparada uma formação defensiva para aguardá-los fora da aldeia ou executava uma marcha ao seu encontro para que o combate ocorresse fora das proximidades de sua aldeia. Nesse caso, o primeiro contato ocorria por meio de um combate de flechas e dardos, seguido de uma brutal luta corpo a corpo, onde eram amplamente empregados os tacapes. A peleja era normalmente encerrada com o abandono do campo de batalha por uma das tribos, ocasionado pelo temor de alguma surpresa ou satisfeito por conseguir a captura de alguns prisioneiros.

Sendo os indígenas exímios nadadores e remadores, não era incomum a ocorrência de operações aquáticas ao longo da costa e em rios. Há relatos de batalhas envolvendo esquadras rivais com mais de 50 canoas guarnecidas por até 60 homens cada. As mesmas técnicas de emboscada empregadas em terra eram utilizadas no combate naval, escondendo-se nas costas e em ilhas e atacando o inimigo em seu ponto mais fraco, nos flancos e pela retaguarda, com total surpresa. A utilização de canoas para, durante a noite, tomar de assalto embarcações europeias foi comum, assim como a sua utilização para transporte e desembarque de guerreiros em operações anfíbias.

Nos conflitos ocorridos entre os europeus e os indígenas verifica-se, de forma bem nítida, a importância da utilização de armamentos tecnologicamente mais desenvolvidos como a arma de fogo. Mas a superioridade dos europeus se deu, também pela capacidade de assimilação de técnicas indígenas. Dentre elas pode-se destacar a forma de combate, o emprego de emboscadas, a utilização de objetos nativos, o conhecimento da natureza, a alimentação e os medicamentos, entre outros.

CAPÍTULO 2



AS INVASÕES HOLANDESAS

AS INVASÕES HOLANDESAS

Elonir José Savian

*“Vigiavam todas as noites sem cessar; passavam os dias sem descansar; tinham por casa o céu e a terra por cama, expostos ao frio e à chuva. (...) sustentavam-se só de farinha de guerra, sem mais do que uma pouca água. Menos sentiam, porém, esta falta que a de armas e munições, a qual era tanta que o soldado que disparava o segundo tiro não tinha com que atirar o terceiro (...). E, os nossos, matavam uns holandeses para poder matar outros, servindo-se da pólvora que tomavam aos primeiros para poder atirar aos segundo. E, como ser tão grande essa falta, nunca aos nossos faltou ânimo”*¹

Padre Vieira, sobre os combatentes luso-brasileiros

No início do século XVII, nas áreas colonizadas do Brasil, estimava-se uma população de cerca de cem mil pessoas (30 mil brancos e 70 mil mestiços, negros e índios). Essas pessoas viviam, em sua maioria, de forma esparsa, na faixa litorânea, onde constituíam alguns poucos núcleos urbanos, dos quais se destacavam São Salvador da Bahia de Todos os Santos (Salvador), São Sebastião do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), Filipeia de Nossa Senhora das Neves (João Pessoa) e Olinda. O território era administrado por um governador-geral, que residia na capital, Salvador. Mais tarde, em 1621, a colônia foi subdividida em dois estados: o do Brasil, com capital em Salvador, e o do Maranhão, com sede em São Luís.

A economia fundamentava-se na produção de açúcar, produto muito valorizado na Europa, que conferia grandes lucros à metrópole. A produção açucareira, bastante elevada, era possível devido às condições ambientais propícias (clima tropical e solos férteis) e ao modo de produção (monocultura, realizada em grandes propriedades, por meio de trabalho escravo). As principais áreas açucareiras encontravam-se nas capitanias da Bahia e de Pernambuco. Em menor escala, como atividades complementares, explorava-se o pau-brasil, criava-se gado e plantava-se mandioca, algodão e milho.

Embora existissem alguns contingentes profissionais, de modo geral a defesa do território estava a cargo de forças recrutadas entre os moradores. Além das tropas, havia diversas fortalezas para a defesa.

¹ apud SOUZA JÚNIOR, 1998, p. 19-20.

Nessa época, o Brasil fazia parte do império ultramarino espanhol, pois em decorrência de uma crise sucessória, o trono português passara a ser ocupado pelo rei espanhol Filipe II, da Casa dos Habsburgos. A crise sucessória iniciara-se quando o rei português D. Sebastião I morreu, em 1578, na Batalha de Alcácer-Quibir, travada entre portugueses e mouros. Ele foi sucedido por seu tio-avô, o cardeal D. Henrique, que faleceu, em 1580. Em face disso, o rei Filipe II, da Espanha, por ter parentesco com a família real portuguesa (era neto de D. Manuel I), reivindicou e se apossou, à força, do trono português, dando início a uma fusão de coroas, conhecida como União Ibérica, que perdurou até 1640.

Devido à União Ibérica, os países inimigos da Espanha passaram a sê-lo também de Portugal. Um dos mais ferrenhos adversários era a República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, comumente conhecida como Holanda. Estas províncias, antigas possessões dos Habsburgos, rebelaram-se contra o domínio espanhol em 1567 e proclamaram sua independência em 1581, o que precipitou uma longa e sangrenta guerra, que, da Europa se propagaria para outros continentes.

A rebelião iniciara-se devido a desavenças de ordem religiosa, administrativa e econômica. Os holandeses, em sua maioria adeptos do calvinismo, desejavam seguir esse credo, o que não era aceito por Filipe II, um católico fervoroso. Queriam autonomia governamental, mas o rei insistia em imiscuir-se na política deles. Pleiteavam livrar-se dos pesados impostos cobrados pela Espanha sobre suas pujantes atividades comerciais, mas o monarca instava em mantê-los.

Paralelamente ao conflito, os holandeses rapidamente transformavam sua nação em uma potência comercial, marítima e militar, o que passou a ameaçar a hegemonia espanhola no continente europeu, nos mares e nas zonas coloniais. Para conter ou pelo menos diminuir a ascensão dos holandeses, Filipe II proibiu-lhes comerciar com a Espanha e suas colônias. Isso os alijou do lucrativo comércio açucareiro brasileiro, do qual eram partícipes importantes (refinação e comercialização na Europa). Não conformados, eles passam a engendrar soluções para a questão, que se refletiriam no Brasil.

Nesse sentido, nas duas primeiras décadas do século XVII, os holandeses organizaram diversas expedições, com diferentes fins, ao litoral brasileiro. Entre elas, destacaram-se as de Paulus van Carden, para saquear açúcar na Bahia (1604); a de Joris van Spilbergen, para espoliar São Vicente e Santos (1614); e a de Pieter Adriaansz, para explorar o rio Paru, na região amazônica (1616). Adriaansz chegou a fundar uma colônia no Pará, que foi destruída pouco tempo depois por tropas portuguesas.

Tais empreendimentos não trouxeram resultados compensadores, mas demonstraram a fragilidade das defesas brasileiras, o que levou os holandeses a decidirem ocupar, de forma permanente, as regiões açucareiras, conquistando-as por meio de ações militares. Isso só seria possível se realizado pela Companhia das Índias Ocidentais (*West-Indische Compagnie* ou WIC).

A WIC, fundada em 1621, era uma empresa de mercadores paraestatal, que passou a deter o monopólio comercial na África Ocidental e nas Américas. Nessas áreas, estava autorizada a conquistar territórios, criar colônias, firmar tratados, nomear administradores e conduzir operações militares, se aprovadas pelo governo holandês. Era gerida por um Conselho de Administração (*Heren XIX*) e possuía escritórios (*kamers*) em Amsterdã, Middelburgo, Roterdã, Hoorn e Groningen.

Ainda em 1621, o Conselho de Administração da WIC decidiu conquistar as mais ricas regiões canavieiras do Brasil. Esperava com isso lucrar com o comércio do açúcar e com outras atividades coloniais, como o tráfico de escravos. Tal empreendimento também enfraqueceria o império espanhol, deslocaria da Europa para ultramar os embates bélicos hispano-holandeses e propiciaria a expansão da reforma religiosa.

Os dirigentes da WIC optaram por invadir e se apossar do recôncavo baiano, onde se encontravam a sede do Governo-Geral do Brasil, Salvador, e grande quantidade de engenhos destinados à produção de açúcar. Para isso, organizaram uma poderosa frota, composta por 26 navios, armados com 500 canhões, e uma tropa de cerca de 3.000 homens, dos quais aproximadamente 1.700 teriam a missão de desembarcar e conquistar os objetivos estipulados. A frota era liderada pelo Almirante Jacob Willekens, e nela estavam também Johan Van Dorth, nomeado governador dos territórios a serem ocupados, e Pietersen Pieter Heyn, renomado comandante militar.

Os preparativos da frota, na Holanda, chamaram a atenção de agentes secretos que preveniram o governo espanhol de um possível ataque de grande porte ao Brasil. A Corte espanhola restringiu-se, no início de 1624, a comunicar o fato ao Governador-Geral Diogo de Mendonça Furtado e a ordenar a ele que preparasse a defesa da Bahia, dando prioridade para as fortificações.

Mendonça Furtado tomou providências para fortalecer o sistema defensivo de Salvador. Para isso, organizou uma força miliciania composta por cerca de mil combatentes e reforçou os fortes com armas e homens. Foi auxiliado pelo Bispo D. Marcos Teixeira, que ficou com os encargos de dar apoio espiritual à tropa, de estimular a população à resistência e de comandar e treinar tropas.

Devido ao relevo acidentado, a cidade de Salvador encontrava-se dividida em duas áreas principais, denominadas “cidade alta” e “cidade baixa”, e projetava-se sobre a baía de Todos os Santos. Os principais fortes eram o de Santo Antônio, na entrada da baía; o de São Filipe, na ponta de Monte Serrat; o de Santo Alberto (Lagartixa), na praia entre a cidade baixa e a ponta do Monte de Itapagipe; o de São Bartolomeu, na ponta da Ribeira, perto da foz do rio Pirajá; e o de São Marcelo (do Mar), erguido sobre um pequeno banco de arrecifes a cerca de 300 metros da costa, à frente do centro da cidade. Havia também outras fortificações que circundavam a capital e os defensores dispunham de alguns navios de apoio, ancorados na baía.

Os trabalhos defensivos, porém, foram prejudicados por desavenças entre D. Marcos Teixeira e Mendonça Furtado. O Bispo queria que parte da força de trabalho desse continuidade à construção da Sé (igreja episcopal), enquanto o Governador-Geral priorizava a melhoria do sistema defensivo. Isso dividiu a opinião dos moradores, prejudicando, em consequência, os trabalhos de fortificação e a coesão dos defensores.

A invasão esperada, entretanto, demorava a acontecer, o que fez os defensores relaxar na preparação para o combate. Também o comércio se via prejudicado e as lavouras estavam abandonadas. Diante disso, quatro meses depois de ser alertado pela Coroa sobre a possível invasão, Mendonça Furtado decidiu desmobilizar os habitantes recrutados para a defesa, que retomaram seus afazeres habituais.

No dia 8 de maio de 1624, no entanto, para a surpresa da população de Salvador, despontou na baía de Todos os Santos a frota da WIC. Muitos moradores consideraram inútil resistir, dada a disparidade de forças, e retiraram-se para as cercanias da cidade em busca de refúgios, outros, tendo Mendonça Furtado à frente, prepararam-se para a luta.

Em 9 de maio, os holandeses iniciaram o ataque. Parte da frota, sob o comando de Willekens e Heyn, bombardeou os fortes, enquanto cerca de 1.500 homens, liderados por Albert Shouten, desembarcaram nas proximidades do forte Santo Antônio, que, abandonado por sua guarnição, foi ocupado pelos invasores.

As tropas de Shouten prosseguiram rumo à cidade, mas, lá chegando, foram barradas pelos defensores em uma de suas entradas (Portas de São Bento). No porto, após intensa troca de tiros, o forte de São Marcelo foi tomado pelos holandeses, e os navios dos defensores foram capturados pelo inimigo ou afundados por suas próprias tripulações. Durante a noite, a guarnição e os moradores de Salvador, que ainda lá estavam, consideraram ser sua posição insustentável e abandonaram a cidade e as fortificações. Rumaram para a aldeia de Espírito Santo, distante cerca de 40 quilômetros.

No dia seguinte, os holandeses, por terra e mar, desfecharam ataques, pilharam e ocuparam a cidade. Mendonça Furtado, que não abandonara o posto, foi aprisionado e van Dorth, representando a WIC, assumiu o governo de Salvador.

Na aldeia do Espírito Santo, os baianos, refeitos da surpresa, começaram a se organizar para retomar Salvador. Convencionaram obedecer ao desembargador Antão Mesquita de Oliveira, mas este logo passou a chefia do governo local a D. Marcos Teixeira, que foi também encarregado de comandar a luta contra os invasores.

D. Marcos Teixeira resolveu isolar os holandeses em Salvador, de forma a impedi-los de se expandir para o interior e de conseguir os recursos necessários à manutenção de sua conquista. Para isso, ele estabeleceu, a cerca de 6 quilômetros da capital, o Arraial do Rio Vermelho, que seria a nova sede do governo-geral e quartel-general da reação contra o invasor. O Bispo também levantou o moral dos colonos e os distribuiu em companhias de emboscada, compostas por 25 a 40 homens cada.

A invasão das tropas da WIC havia repercutido intensamente na Europa, e Filipe IV ordenara a preparação de uma forte esquadra para retomar Salvador. A esquadra, comandada por D. Fadrique Álvarez de Toledo y Mendoza, Marquês de Valdueza, foi composta por 33 navios espanhóis, 26 portugueses e 4 napolitanos (o reino de Nápoles, da mesma forma que o de Portugal, era governado pelos Habsburgos). Conduzia 1.185 canhões e 12.563 homens, entre soldados e marinheiros. Da expedição tomaram parte muitos nobres, razão pela qual ficou conhecida como a “Jornada dos Vassalos”.

Tal força fundeou nas proximidades de Salvador em 29 de março de 1625. Paralelamente, outras tropas de Pernambuco e do Rio de Janeiro chegavam para reforçar o contingente restaurador.

No dia 30 de março, a frota de D. Fadrique entrou na baía de Todos os Santos e bloqueou as embarcações inimigas que se encontravam no porto (a maioria dos navios da WIC que participaram da invasão haviam retornado para a Holanda no ano anterior). Dessa forma, ficavam os holandeses totalmente cercados, por terra e mar. Paralelamente, tropas luso-hispânicas desembarcaram e uniram-se às de D. Francisco de Moura, que somavam cerca de 1.400 combatentes, e apertaram o cerco ao contingente holandês, que contava com cerca de 2.300 soldados europeus e 500 negros.

Os combates prosseguiram de forma intensa até o dia 27 de abril, quando, sem esperanças de receberem reforços e suprimentos prometidos pela WIC, os holandeses renderam-se. Foi-lhes permitido retornarem a salvo à Holanda, conduzindo somente os suprimentos e materiais imprescindíveis para o deslocamento. D. Fadrique entrou em Salvador em 1º de maio de 1625, restaurando o controle luso-espanhol sobre a Bahia.

Os reforços da WIC, aguardados em vão pelos holandeses (34 navios e cerca de 5.000 homens) chegaram à Bahia em 26 de maio. Todavia, não se encorajaram a fazer frente aos contingentes inimigos estacionados em Salvador. Preferiram retirar-se da costa baiana, sem combater.

Em agosto, D. Fadrique, com sua esquadra, retornou para a Europa, deixando cerca de 1.000 homens para reforçar as tropas da capital e para realizar melhorias no aparato defensivo.

Não obstante, os holandeses não deixaram de ser uma ameaça para os luso-hispânicos. Ainda em 1625, uma frota comandada por Pieter Heyn, investiu contra a Capitania do Espírito Santo e, em 1627, por duas vezes, contra Salvador, todas sem sucesso. No ano seguinte, entretanto, Pieter Heyn conseguiu aprisionar uma “frota de prata” espanhola na baía de Matanzas, em Cuba. Avaliou-se a presa em 9 milhões de ducados ou 15 milhões de florins, mais do que o dobro do capital inicial da WIC. Tal fato animou os holandeses a empreenderem outra expedição destinada a se apossar de parte do território brasileiro.

Desta vez, a WIC escolheu atacar e dominar Pernambuco, pois essa capitania era próspera devido à produção de açúcar, possuía núcleos populacionais importantes (Olinda, Recife, Igarapé, Porto Calvo, Serinhaém, Muribeca e Ipojuca), estava menos

defendida do que a da Bahia, possibilitava que do seu litoral fossem desencadeados ataques de corso a embarcações luso-espanholas que levassem riquezas à Europa, e tinha o porto de Recife que poderia abrigar uma esquadra capaz de manter o controle de vias de acesso marítimas vitais para a manutenção e expansão da conquista.

Os agentes secretos de Lisboa e Madri novamente perceberam nos portos holandeses o aprestamento de uma forte esquadra e obtiveram informações de que ela se dirigiria provavelmente para Pernambuco. A Corte espanhola limitou-se a recomendar ao Governador-Geral do Estado do Brasil, Diogo Luís de Oliveira, a construção de obras de defesa e a ordenar ao governador de Pernambuco, Matias de Albuquerque, que se encontrava em Madri, a volta para sua capitania.

De volta a Pernambuco, Matias de Albuquerque procurou mobilizar a população para a defesa. Aos poucos soldados de 1ª linha, juntaram-se milicianos, constituindo uma força de aproximadamente 1.000 homens. Solicitou também o apoio do índio Antônio Filipe Camarão, que o atendeu juntamente com muitos guerreiros. Além disso, para melhorar o sistema defensivo de Recife e Olinda, levantou novas fortificações e melhorou as já existentes (fortes de São Francisco da Barra e de São Jorge, entre outras menos expressivas).

No dia 15 de fevereiro de 1630, chegou a Pernambuco a esquadra holandesa. Era comandada por Hendrick Corneliszoon Lonck e dela faziam parte 56 navios e 7.280 homens. Imediatamente, os holandeses iniciaram o assédio a Recife e Olinda. Empregaram a maior parte de sua esquadra para bombardear Recife, o que resultou em um duelo de artilharia com as guarnições locais. Simultaneamente, 16 navios holandeses, sob o comando de Diederik van Waerdenburch, deslocaram-se em sentido norte, para além da vila de Olinda, onde, na praia do Pau Amarelo, desembarcaram 2.948 homens, sem encontrar resistência.

No dia seguinte, os holandeses iniciaram um deslocamento da praia do Pau Amarelo em direção a Olinda. Nas margens dos rios Doce e Tapado, tropas luso-brasileiras ofereceram resistência, sem êxito. Matias de Albuquerque decidiu então resistir em Olinda, mas o desembarque de mais 500 holandeses ao sul dessa localidade levou-o a considerá-la indefensável, ao que se seguiu ordem sua de retirada geral para Recife.

Em Recife, Matias de Albuquerque esperava resistir com mais vigor às tropas invasoras. Para isso buscou reforçar os fortes, as trincheiras e os redutos que a guarneciam. Isso não foi levado a bom termo devido à falta de pessoal, já que boa parte da população, assustada pelo avanço inimigo, houvera por bem abandonar a povoação. Constatando a impossibilidade de resistir por muito tempo, Matias de Albuquerque mandou incendiar armazéns e navios que continham mercadorias e cargas.

Os holandeses, sem perder tempo, deslocaram-se de Olinda para Recife, onde intensificaram a pressão sobre os defensores, que já era realizada pelas forças navais. Não obstante, as investidas acabaram rechaçadas pela tenaz resistência das guarnições locais, particularmente dos fortes de São Francisco da Barra e de São Jorge.

Paralelamente, os holandeses realizaram trabalhos de fortificação em Olinda e Recife, entre os quais a reforma dos fortes já existentes e a construção de outros, como o do Brum (Bruyn), o das Cinco Pontas (Frederick-Hendrick), o das Três Pontas (Waerdenburch), e o do Buraco (Madame Bruyn).

Todavia, a situação dos luso-brasileiros não era cômoda, pois muitos deles se viram obrigados a abandonar a família, as lavouras e os negócios. Ademais, recursos e reforços passaram a chegar somente aos holandeses, que buscavam consolidar sua conquista (até o final de 1630, 3.500 homens reforçaram as tropas invasoras).

No início de 1631, uma esquadra, comandada por Adrian Jansen Pater, composta de 16 navios e cerca de mil homens, ancorou em Recife. Tal força permitiu aos holandeses ocupar, em 22 de maio de 1631, a ilha de Itamaracá, onde foi levantado o Forte de Orange. Não obstante, uma tentativa holandesa de se expandir para o sul, por meio da conquista do porto de Afogados, foi rechaçada em 10 de julho de 1631.

Enquanto prosseguiram os combates em Pernambuco, atracou em Salvador, em 13 de julho de 1631, uma esquadra luso-espanhola, sob o comando de D. Antonio de Oquendo. Era constituída por 32 navios e 2 mil homens, e tinha a missão de reforçar e apoiar as tropas luso-brasileiras.

Em setembro, após deixar 800 homens na Bahia, Oquendo rumou para o norte. Pretendia desembarcar mil homens, para reforçar as tropas do Arraial, em Pernambuco, e outros 200, para defender a Paraíba. Em 12 de setembro, entretanto, na altura de Abrolhos, a esquadra luso-espanhola deparou-se com a frota holandesa, comandada por Adrian Jansen Pater e composta por cerca de 16 navios bem armados, que saíra de Recife para interceptá-la. Travou-se o combate e Oquendo saiu-se vencedor, o que lhe possibilitou desembarcar os reforços para o Arraial, comandados pelo napolitano Giovanni Vincenzo di San Felice, Conde de Bagnoli, e os destinados à Paraíba.

A vitória naval e os reforços estimularam os luso-brasileiros a intensificar o cerco ao inimigo. Já os holandeses, temerosos de uma grande ofensiva por terra e por mar, abandonaram Olinda, depois de praticamente a demolirem, e concentraram todas as suas forças em Recife.

A ofensiva esperada não aconteceu, mas as provisões dos sitiados, cerca de 7 mil soldados, em dezembro de 1631, escasseou. O governador holandês, Waerdenburch, para aliviar a pressão a que estavam submetidos seus comandados e conseguir suprimentos, ordenou a conquista do Forte de Cabedelo, na Paraíba, e do Forte dos Três Reis Magos, no Rio Grande do Norte, e também determinou incursões à localidade de Rio Formoso e ao cabo de Santo Agostinho. Todas essas ofensivas fracassaram, pois Matias de Albuquerque, avisado por espiões, enviava reforços às tropas que guarneciam os locais a serem atacados pelo inimigo, conseguindo, assim, frustrar seus planos.

As ofensivas fracassadas, o cerco e a falta de suprimento e de perspectiva de vitória, fizeram ruir o moral dos holandeses. Todavia, nesse momento crucial, eles receberam a adesão de Domingos Fernandes Calabar, um pernambucano nascido em Porto Calvo (atualmente município do Estado de Alagoas), que desertara das tropas luso-brasileiras por ter sido acusado de roubo e dilapidação. O desertor passou a guiar os holandeses e lhes ensinou a “guerra brásilica”. Com isso, dois trunfos dos luso-brasileiros, o conhecimento detalhado da região e o modo peculiar de combater, perderam eficácia. Conduzidos por Calabar, os holandeses atacaram com êxito Igarçu, Rio Formoso, Afogados e diversos pontos da várzea do rio Capibaribe. Confiantes, em 24 de março de 1633, 1.200 soldados holandeses atacaram de surpresa o Arraial do Bom Jesus, mas foram repelidos.

Animados com os sucessos obtidos com o auxílio de Calabar e com a vinda de reforços, os holandeses lançaram novas ofensivas e expandiram os seus domínios. Dessa forma, expulsaram os defensores que ainda se encontravam da ilha de Itamaracá (nela fundaram uma colônia agrícola para sustentar Recife, que não prosperou) e saquearam Goiana, Barra Grande e Muribeca. Também incendiaram a vila de Nossa Senhora da Conceição, em Alagoas, e conquistaram o Forte dos Três Reis Magos, apossando-se do Rio Grande do Norte.

Em 10 de março de 1634, 500 luso-brasileiros, comandados por Martim Soares Moreno, atacaram de surpresa Recife. O objetivo não era conquistá-la, o que era impossível dada a disparidade de forças, mas forçar os holandeses a manterem suas tropas na povoação, impedindo-os, assim, de expandir suas conquistas. Em contrapartida, no dia 30 de março de 1634, os holandeses investiram contra o Arraial, sendo repelidos novamente. No final de 1634, em 16 de dezembro, os invasores obtiveram importantes êxitos ao conquistarem os fortes do Cabedelo e de Santo Antônio, na Paraíba, o que lhes possibilitou ocupar Filipeia.

No início de 1635, os luso-brasileiros encontravam-se na defensiva e com grandes dificuldades para fazer frente ao inimigo, que recebia continuamente reforços, além da providencial ajuda de Calabar e de índios que cooptara. Em face disso, decidiram manter, até a chegada de reforços, seus principais pontos de resistência: o Forte de Nazaré (Castelo do Mar), localizado no cabo de Santo Agostinho, por onde poderiam chegar reforços vindos por mar da Europa e da Bahia (defendido por cerca de 600 homens); o Arraial, única posição que realmente inquietava os holandeses (defendido por cerca de 550 homens); Porto Calvo, onde se esperava reunir combatentes recrutados no interior da província (defendido pelo Conde de Bagnoli e algumas companhias napolitanas) e a região de Serinhaém, na qual se encontrava Matias de Albuquerque e grande número de famílias pernambucanas. No restante do território, os luso-brasileiros esperavam causar o maior dano possível ao inimigo, o que aconteceu por diversas vezes nos primeiros meses de 1635, graças a ações de grupos de guerrilheiros comandados por Martim Soares Moreno e Luís Barbalho Bezerra.

Os holandeses, por sua vez, lançaram ataques para consolidar sua conquista, que incidiram justamente sobre os pontos principais de resistência dos luso-brasileiros. Seguindo sugestão de Calabar, em março de 1635, Jan Cornelisz Lichthert atacou e apoderou-se de Porto Calvo; e, em 8 de junho, Krzysztof Arciszewski, após duros combates, submeteu o Arraial, cujos defensores só se renderam depois de esgotados os víveres e as munições.

Com a queda do Arraial, a resistência, a partir de Pernambuco, inviabilizou-se. Por isso, muitas pessoas do interior da capitania rumaram a Serinhaém para se juntar a Matias de Albuquerque e às famílias que lá se encontravam. Não ficaram nesse local por muito tempo, pois a tomada do Forte de Nazaré, em 2 de julho de 1635, por tropas de Sigmund von Schkoppe, deixou Serinhaém indefensável, forçando o governador, acompanhado de cerca de 8 mil pessoas, a empreender uma penosa retirada para Alagoas.

No caminho, a coluna de retirantes passou por Porto Calvo, guarnecida por 600 homens do invasor, dentre os quais Calabar. Matias de Albuquerque, informado disso, cercou a vila. Após alguns dias, em 19 de julho de 1635, os sitiados renderam-se. Albuquerque permitiu aos estrangeiros seguirem para a Bahia, onde embarcaram para a Europa. Calabar foi preso, julgado, condenado por traição, e morto. Prosseguiram, então, os luso-brasileiros a sua marcha, para depois de quase um mês, se reunirem em Alagoas aos remanescentes das tropas do Conde de Bagnoli, que haviam, anteriormente, sido derrotadas em Porto Calvo (esta localidade foi reocupada pelos holandeses após a saída de Albuquerque).

Em fins de novembro, chegou a Jaraguá (Alagoas), uma expedição mandada pela metrópole para apoiar as tropas que lutavam contra os holandeses. Era comandada pelo espanhol D. Luis de Rojas y Borja, que viera substituir Matias de Albuquerque nos cargos de governador e comandante das operações militares. Compunha-se de 2.400 homens, tinha artilharia de diversos calibres e estava bem suprida.

Rojas y Borja estava decidido a buscar uma batalha decisiva contra os holandeses. Para isso, organizou e fortificou sua base de operações em Jaraguá e mandou realizar reconhecimento na direção do inimigo. Calculava que uma vitória de suas tropas confinaria o inimigo a suas fortificações, que seriam reduzidas, posteriormente, com a chegada de outra expedição da metrópole; em caso de derrota, pensava em manter-se em Alagoas até a chegada de reforços. Bagnoli opôs-se ao plano, mas seu ponto de vista foi desconsiderado no conselho de chefes e ele recebeu a missão de guardar a base de operações, com 700 homens.

No início de janeiro de 1636, Rojas y Borja marchou para o norte, com cerca de 1.400 homens e os índios de Antônio Filipe Camarão. Diante desse avanço, os holandeses abandonaram Porto Calvo, que voltou para as mãos de guerrilheiros luso-brasileiros. Em 18 de janeiro, todavia, em Mata Redonda, os holandeses decidiram fazer frente ao comandante espanhol. Comandados por Arciszewski, somavam cerca de 1.500 homens, enquanto o efetivo de Rojas y Borja diminuía, pois parte do contingente ficara

em Porto Calvo. Iniciado o combate, Rojas y Borja foi atingido por um tiro e morreu. Sem ele, a confusão passou a reinar em suas tropas, que se retiraram. Os vencedores, por seu turno, seguiram para Serinhaém.

Bagnoli assumiu o comando das forças remanescentes e concentrou a resistência em Porto Calvo. A localidade atraiu todos que desejavam lutar contra o invasor. Voltaram a ser lançados sobre o território ocupado os grupos de emboscadas, que passaram a destruir canaviais, a atacar destacamentos inimigos, a punir colaboracionistas e a apropriar-se de quaisquer recursos que pudessem soerguer a economia da região. Destacaram-se nessas ações Filipe Camarão, Henrique Dias, Francisco Rebello (Rebelinho), Antonio Dias Cardoso, André Vidal de Negreiros, Sebastião Souto e outros líderes de frações guerrilheiras.

Nesse contexto de insegurança, as tentativas da WIC de lucrar com suas possesões não davam certo e os seus acionistas passaram a exigir os dividendos prometidos, que deveriam compensar os enormes investimentos. Tal panorama levou o conselho de administração da WIC a nomear Johan Maurits van Nassau-Siegen, renomado administrador e líder militar, governador da “Nova Holanda”. Deveria ele pôr fim ao conflito e fazer prosperar a economia local.

Em 23 de janeiro de 1637, Nassau desembarcou em Recife e pôs-se a cumprir as tarefas a ele delegadas. Imediatamente identificou a necessidade de conquistar Porto Calvo, o último foco da resistência. Sem perder tempo, mandou reunir tropas para esse fim. Bagnoli, que dispunha de 1.180 homens, decidiu interceptar as tropas holandesas que se deslocavam para Porto Calvo, mas acabou derrotado na batalha de Comandaituba, travada em 18 de fevereiro de 1637. Bagnoli retirou-se rumo ao sul e Porto Calvo, após heroica resistência, caiu a 6 de março.

Após capturar Porto Calvo, as tropas holandesas perseguiram as tropas de Bagnoli até o rio São Francisco, onde pararam seu avanço e levantaram fortificações, entre as quais o forte Maurício. Com isso, a WIC passou a dominar um imenso, rico e estratégico território, que do Rio Grande do Norte prolongava-se até o rio São Francisco. Nassau pensava em ampliá-lo, mas antes considerou necessário tomar medidas administrativas, políticas, econômicas e sociais, para fazer progredir seus domínios e para harmonizar as relações entre os conquistadores e os habitantes da colônia. Com isso, esperava recuperar, se possível com altos lucros, os recursos gastos pela WIC com a conquista.

Nas esferas administrativa e política, foram instalados os Conselhos de Escabinos (espécie de câmara municipal), que eram presididos pelos escoltetos (sempre um holandês, um tipo de promotor público), que tinha funções de polícia. Brasileiros foram convidados para alguns cargos e convocaram-se reuniões, nas quais se permitia o arrolamento de queixas e desagravos, para se evitar conflitos entre a população e as forças de ocupação.

Na área econômica, foram implementadas medidas que beneficiavam os moradores que colaborassem com os holandeses: venda a crédito de engenhos abandonados, financiamentos a uma taxa de juros máxima de 18% ao ano, garantia da propriedade e manutenção de direitos. Foram também introduzidas novas técnicas de cultivo e a cobrança de impostos foi reduzida pela metade em relação ao que era pago à Espanha. Tudo isso fez com que a produtividade e a lucratividade das lavouras canavieiras aumentassem. Além do açúcar, os holandeses passaram a exportar pau-brasil, fumo e madeiras diversas.

Na área social, para aliviar tensões religiosas (os holandeses, em sua maioria, eram calvinistas, e os luso-brasileiros, católicos), foi estabelecida a liberdade de consciência e de culto.

Nassau também tinha preocupações estéticas. Ao longo de seu governo, ele reformou Recife; construiu um jardim botânico, um jardim zoológico e um observatório astronômico; criou uma espécie de museu, com quadros de Frans Janszoon Post e Albert Eckhout, que registravam a terra e os tipos humanos locais; ordenou ao cientista Georg Marggraf a exploração topográfica da costa brasileira entre o Rio Grande do Norte e Sergipe; e, ainda, mandou Willem Piso estudar as doenças tropicais. Em 1639, entre a foz do Capiberibe e do Beberibe, ao lado de Recife, Nassau determinou a construção de uma cidade inteira a seu gosto, denominada Maurícia (Mauriceia).

As perspectivas de rápida recuperação econômica da capitania, combinadas com certa tolerância religiosa e um clima de respeito aos moradores, fizeram arrefecer o sentimento de revolta dos luso-brasileiros, já cansados por sete anos de guerra.

Aproveitando-se disso, Nassau resolveu expandir seus domínios. Em 1637, tropas holandesas conquistaram o Ceará e, de Sergipe, expulsaram para a Bahia as forças de Bagnoli. Ainda nesse ano, os holandeses se apossaram de São Jorge da Mina (Elmina), na África, para garantir o suprimento de escravos necessários à lavoura canavieira.

No ano seguinte, Nassau tomou conhecimento de que na Bahia as tropas estavam indisciplinadas, a população encontrava-se descontente e havia sérias divergências entre Bagnoli e o Governador-Geral Pedro da Silva. Almejando aproveitar-se da situação, ele ordenou um ataque àquela capitania, para anexá-la aos seus domínios. Para tanto, destacou uma frota composta por 40 navios e 5.000 combatentes.

No dia 16 de abril de 1638, os navios holandeses entraram na baía de Todos os Santos e desembarcaram tropas além de Itapagipe (a salvo dos canhões das fortalezas de Salvador), que dali se deslocaram para sitiar a capital. As tropas locais, lideradas pelo Governador-Geral Pedro da Silva, ofereceram tenaz resistência e barraram o inimigo, utilizando-se das fortificações da entrada norte da cidade (Porta do Carmo) e das costumeiras ações da “guerra brasileira”.

Em 18 de maio, os holandeses, pressentindo a possibilidade de ficar sem suprimentos e sem munição, resolveram lançar um ataque decisivo, com cerca de 3.000 homens, para sobrepujar os defensores. Estavam obtendo sucesso até o momento em que

Luís Barbalho Bezerra, à frente de numerosa tropa, saiu de um reduto e os atacou pela retaguarda. Surpreendidos, eles retiraram-se desordenadamente, com pesadas baixas (cerca de 500 homens).

As elevadas perdas humanas, a obstinada resistência inimiga e a falta de suprimentos levaram Nassau a desistir da conquista de Salvador. Nos dias 25 e 26 de maio de 1638, suas forças iniciaram o retorno para Pernambuco.

Em janeiro de 1639, chegou a Salvador uma esquadra luso-espanhola, comandada por D. Fernando de Mascarenhas, Conde da Torre, que vinha com a missão de expulsar os holandeses. Para isso, ele enviou André Vidal de Negreiros e Antônio Dias Cardoso para a Paraíba, e Filipe Camarão, João Lopes Barbalho e Francisco Rebelo para Pernambuco. Todos tinham por missão atrair o inimigo para o interior, levantar as populações contra o invasor e destruir a economia canavieira. Paralelamente, ele tinha em mente desembarcar 1.300 homens, sob o comando de Luís Barbalho, Henrique Dias e Francisco de Souza, em algum ponto desguarnecido do litoral nordestino. Todas as forças infiltradas deveriam apoiar sua esquadra quando se iniciassem as ações para libertação da Paraíba e de Pernambuco.

Em 12 de janeiro de 1640, o Conde da Torre, com 38 grandes navios e outros menores, partiu para executar o planejado. Entretanto, Willen Corneliszoon Loos, comandando uma força naval holandesa, interceptou a esquadra luso-espanhola e o Conde da Torre viu-se obrigado a se afastar da costa. Foi seguido por Loos e diversos embates entre as esquadras se sucederam ao longo da costa nordestina. No final, a vitória pendeu para os holandeses e o plano do Conde da Torre fracassou.

Entrementes, desembarcaram na enseada de Touros, no Rio Grande do Norte, as tropas de Luís Barbalho. Sem expectativa de bons resultados, caso permanecessem isoladas naquela região, resolveram retornar para a Bahia. No caminho, reuniram-se a elas as forças de Filipe Camarão, João Barbalho, Francisco Rebelo e outras. Depois de quatro meses, após uma árdua marcha por território inimigo, marcada por combates e padecimentos, os luso-brasileiros entraram em Salvador.

Em abril de 1640, Nassau novamente tentou se apossar da Bahia. Preparou uma frota composta por 20 navios e 2.500 homens e encarregou Johannes Lichthart de comandá-la. Este rumou à Bahia, porém, lá chegando, julgou não ter poder de combate suficiente para tal empreendimento. Limitou-se, então, a saquear, por um mês, locais indefesos do Recôncavo e de Itaparica, retornando, em seguida, para Recife.

Enquanto isso, na Europa, ocorria o fim da União Ibérica e a restauração do trono de Portugal sob D. João IV. A libertação de Portugal do jugo espanhol teve como causa a política do rei espanhol Filipe IV de aplicar altos impostos e requisitar navios e tropas em Portugal para as guerras que a Espanha travava na Europa. Isso gerou grande descontentamento entre os portugueses, que passaram a aspirar pela recuperação da independência. Aproveitando-se da situação difícil da Espanha, que se encontrava envolvida na Guerra dos Trinta Anos e lidava com revoltas populares na Catalunha, alguns no-

bres portugueses revoltaram-se em Lisboa, em 1º de dezembro de 1640, e proclamaram D. João, Duque de Bragança, rei de Portugal, com o título de D. João IV.

Espera-se que tal fato trouxesse a paz entre a Holanda e Portugal, já que ambos agora estavam em guerra contra a Espanha. Com essa finalidade, em 12 de junho de 1641, Portugal celebrou com a Holanda um armistício de 10 anos e um tratado de aliança. Pelos acordos, Portugal reconhecia a conquista de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte e comprometia-se a fazer cessar as hostilidades contra os holandeses. A Holanda, por sua vez, assumia o compromisso de não expandir suas conquistas no Brasil e assegurava aos luso-brasileiros livre trânsito pela “Nova Holanda”, sem desconfianças ou constrangimentos.

Enquanto na Europa eram tratados os termos, a assinatura e a ratificação dos acordos luso-holandeses, Nassau, por ordens da WIC, alargou os limites da “Nova Holanda”. Assim, expedições holandesas conquistaram Sergipe, em abril de 1641, e o Maranhão, em novembro do mesmo ano. Além das conquistas no Brasil, os holandeses se apoderaram de Angola e das ilhas de São Tomé e Ano Bom, possessões portuguesas na África.

Após aumentar suas possessões às custas de Portugal, em 22 de novembro de 1641, a Holanda ratificou o tratado de paz. Paralelamente, moradores pernambucanos enviaram proposta a D. João IV no sentido de que ele buscasse restituir Pernambuco a Portugal. O Rei português encarregou o Governador-Geral Antônio Teles da Silva de incentivar, apoiar e coordenar secretamente uma insurreição com esse propósito. Temia, D. João IV, que seu apoio ostensivo a um movimento restaurador pusesse em risco a própria segurança de Portugal, já que estaria desrespeitando o recente tratado firmado com a Holanda.

Enquanto isso, apesar de todo o esforço de Nassau, sua administração não agradava à WIC. Mesmo com os altos lucros do comércio açucareiro, a conquista e a estrutura administrativa e militar da colônia produziam um déficit crônico nos balanços da empresa.

Ocorria também na “Nova Holanda” um nítido atrito entre os luso-brasileiros, que administravam a zona rural, e os funcionários, financistas e comerciantes holandeses, que controlavam a zona urbana. Isso decorria de os proprietários luso-brasileiros encontrarem dificuldades para pagar os empréstimos concedidos pelos holandeses (entre os anos de 1640 e 1644, ocorreram inundações, incêndios e epidemias que arruinaram a produção açucareira). As dívidas quase nunca eram salgadas no prazo marcado, resultando no aumento dos juros, que concorriam para dobrar e, até mesmo triplicar, o montante inicial do débito, dificultando ainda mais seu pagamento. Destarte não existia integração entre os dois segmentos, o que se refletia negativamente na economia local.

Nassau procurou minimizar os conflitos, o que contrariou a política da WIC, orientada para apresentação de lucros aos acionistas. Algumas medidas foram -lhe exigidas, como diminuição das despesas consideradas desnecessárias (festas, construções, gastos

com artistas e cientistas). Todavia, a sua permanência como governador tornou-se insustentável.

A partir de 1642, ocorreram desentendimentos crescentes entre ele e a WIC: foi acusado de realizar negócios em proveito próprio e de fracassar na tentativa de recuperar a economia açucareira. Por sua vez, acusava a WIC de não enviar os recursos necessários para a sua administração. Para desprestigiar ainda mais Nassau perante a WIC, os holandeses foram expulsos do Maranhão, em 28 de fevereiro de 1644. A libertação do Maranhão ocorreu após um ano e meio de luta e foi perpetrada por forças locais, da Bahia e do Pará. Nassau acabou chamado de volta à Holanda e uma junta de administradores foi enviada para substituí-lo.

A nova junta de administração não estava propensa a dialogar, pois fora encarregada de fazer a “Nova Holanda” dar lucro a qualquer custo. Sendo assim, exigiu dos colonos o pagamento das dívidas, confiscou terras de senhores de engenho inadimplentes, mostrou-se intolerante na esfera religiosa (padres foram proibidos de entrar na “Nova Holanda”), restringiu a participação política dos pernambucanos nos governos locais, incentivou a inimizade entre índios e luso-brasileiros e diminuiu os efetivos militares, para cortar despesas. Tal procedimento criou condições propícias para que a conspiração articulada contra os holandeses desde 1641 se transformasse em um movimento insurrecional.

Em Pernambuco, a articulação conspiratória tinha como principal mentor João Fernandes Vieira, um rico proprietário de engenhos de Pernambuco. O governo português e o governo-geral do Brasil o apoiavam secretamente, mas consideravam que a iniciativa de uma insurreição deveria partir dos pernambucanos, já que se devia dar a impressão de que o movimento ocorria à revelia de Portugal e da Bahia.

Em 23 de maio de 1645, 18 moradores pernambucanos influentes reuniram-se e firmaram um célebre compromisso:

[...] “nós, abaixo assinados, nos conjuramos e prometemos, em serviço da liberdade, não faltar a todo o tempo que for necessário, com toda a ajuda de fazendas e de pessoas, contra qualquer inimigo, em restauração de nossa pátria; para o que nos obrigamos a manter todo o segredo que nisto convém; sob pena de quem o contrário fizer será tido como rebelde e traidor e ficará sujeito ao que as leis em tal caso permitem”.

O lema escolhido pelos conjurados foi: “Restauração da Liberdade Divina e da Pátria Independentes”. A primeira ideia-força tinha vinculação com a defesa da religião católica; a segunda, com a libertação do Brasil do jugo holandês.

Combinou-se a insurreição para o dia 24 de junho de 1645. Meses antes, o Governador-Geral do Brasil Antônio Teles da Silva enviara Antônio Dias Cardoso a Pernambuco, para arregimentar e instruir tropas. Estas deveriam se concentrar e organizar depósitos de suprimentos na região de Santo Antônio. Mais tarde, ele enviou outras

OCUPAÇÃO HOLANDESA



1624/25

1630/37

1638/44

▲ FORTES

✕ BATALHAS

tropas, comandadas por Filipe Camarão e Henrique Dias, para apoiar os pernambucanos quando a Insurreição se iniciasse. Para não despertar suspeitas, Teles da Silva informou aos holandeses que Filipe Camarão se amotinara e que Henrique Dias estava no encalço dele para prendê-lo.

O plano insurrecional previa a prisão dos líderes holandeses, o que se daria durante a festa de um casamento simulado entre familiares de João Fernandes Vieira e Antônio Cavalcanti. Após a prisão das lideranças holandesas, Agostinho Fernandes sitiaria Ipojuca e o Cabo, a fim de atrair para lá importantes efetivos das forças da WIC. Esperava-se, também, o apoio dos holandeses Dirck Hoogstraten, comandante do Forte Nazaré, e Kasper von Neuhoef von Der Ley, comandante de milícias holandesas estacionadas no sul de Pernambuco (esses se encontravam endividados e, por isso, propensos a aderir à causa luso-brasileira). Em meio a tudo, seriam lançados grupos de emboscadas para imobilizar e levar à rendição as guarnições inimigas espalhadas no Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe e Alagoas. Por fim, em Pernambuco, os insurretos, com os reforços mandados por Teles da Silva, imobilizariam as guarnições adversárias e esperariam a chegada de uma força naval, a ser mandada da Bahia, para, em conjunto, libertarem Recife.

Os conspiradores, porém, acabaram traídos por Fernão Corte Real e por Sebastião de Carvalho, que informaram os holandeses sobre o plano insurrecional. Diante disso, João Fernandes Vieira, com 50 companheiros, partiu para o interior, a fim de organizar o exército de libertação para uma luta que seria muito mais longa do que a esperada.

Em 17 de junho de 1645, ocorreu a primeira grande demonstração de força dos insurretos. Liderados por Amador de Araújo e por Domingos Fagundes, uma coluna de 400 homens derrotou a guarnição de Ipojuca, composta por milicianos holandeses (civis que prestavam serviços militares).

Essa ação atraiu o grosso das tropas holandesas, que durante 50 dias, foram fustigadas pela intensa movimentação e por mortais emboscadas desencadeadas pelos luso-brasileiros. Isso possibilitou aos insurretos mobilizar e concentrar forças, e, mais tarde, fazer a junção delas às tropas de Filipe Camarão e de Henrique Dias, que se haviam atrasado em razão de fortes chuvas.

Em 3 de agosto de 1645, forças insurretas, constituídas principalmente por civis pernambucanos e comandadas por Antônio Dias Cardoso e Fernandes Vieira, encontravam-se no Monte das Tabocas, 40 quilômetros a oeste de Recife. Para esse local, deslocou-se um forte contingente holandês. Ocorreu, então, a primeira grande vitória dos luso-brasileiros, tendo o inimigo se retirado do campo de batalha com pesadas perdas. Derrotados, os holandeses enviaram seus feridos para Recife e, com 450 homens, deslocaram-se para o engenho Casa-Forte, onde sofreriam mais uma derrota, no dia 17 de agosto.

Entrementes, para apoiar as ações dos luso-brasileiros, em 11 de agosto de 1645, chegava a Recife, proveniente da Bahia, uma esquadra, comandada por Salvador

Correia de Sá e Benevides, e uma flotilha, liderada por Jerônimo Serrão de Paiva. Os comandantes das forças navais desembarcaram tropas, comandadas por Vidal de Negreiros e Soares Moreno, em reforço às tropas insurrecionais, mas hesitaram em atacar Recife, que era sua missão principal. Salvador de Sá preferiu retirar-se para a Europa e a flotilha de Serrão acabou atacada e destruída pelos holandeses. Em um navio de Serrão, os holandeses encontraram documentos que comprovavam o apoio do rei de Portugal aos insurretos. Isso deixou D. João IV em uma situação diplomática embaraçosa, e ele imediatamente mandou sustar qualquer apoio aos insurretos, além de ordenar a seus súditos do Brasil a cessação das hostilidades e a devolução dos territórios que haviam retomado dos holandeses.

Os insurretos decidiram continuar a luta, em dupla rebeldia a Portugal e à Holanda. Até então os brasileiros tinham lutado ao lado de tropas portuguesas, espanholas e napolitanas. Doravante, deveriam lutar dentro de uma concepção política predominantemente brasileira, contrariando a orientação política e estratégica de Portugal.

Em setembro de 1645, tropas da WIC foram expulsas da região de Sergipe e das localidades de Serinhaém, do Cabo, do Pontal, de Nazaré, de Porto Calvo e de Olinda. Ante o sucesso dos insurretos, os habitantes aderiram em massa ao movimento restaurador. Restava aos holandeses somente a posse de Recife, da ilha de Itamaracá e dos fortes dos Três Reis Magos e de Cabedelo, os quais os insurretos evitaram atacar por falta de poder naval e de artilharia.

Recife acabou cercada pelos luso-brasileiros, que adotaram o mesmo expediente de Matias de Albuquerque em 1630. Para isso, eles construíram o Arraial Novo do Bom Jesus (Novo Forte Real do Bom Jesus), uma base de operações distante cerca de 6 quilômetros de Recife.

Os holandeses, novamente cercados, começaram a passar por privações. Contudo, quando a praça estava prestes a capitular, chegaram reforços e víveres da Europa. Trazia o auxílio Sigismund von Schkoppe, que criticou severamente os sitiados pela postura defensiva.

Von Schkoppe, imediatamente, desencadeou diversas operações nas áreas próximas, que não lograram sucesso diante da resoluta reação adversária. Em virtude disso, ele decidiu atacar o Recôncavo e a cidade de Salvador, o que, calculava, aliviaria a pressão sobre Recife e resultaria na obtenção de recursos e riquezas imprescindíveis para a manutenção das conquistas holandesas. Para isso, foi preparada uma frota para transportar 3.000 homens, que, em fevereiro de 1647, sob rigoroso sigilo, desembarcaram na ilha de Itaparica, sem encontrar resistência, e lá construíram uma base de operações bastante fortificada. Todavia, não levaram avante nenhuma operação para conquistar Salvador.

Os luso-brasileiros da Bahia passaram a lançar diversos ataques para expulsar o inimigo da ilha de Itaparica, mas este, bem protegido por redutos e trincheiras, conseguiu

PERNAMBUCO DURANTE A INSURREIÇÃO



manter a posição. Em dezembro de 1647, entretanto, Schkoppe abandonou Itaparica, deslocando suas tropas de volta para Recife, onde os holandeses necessitavam urgentemente de reforços. Nos dois anos seguintes, eles voltariam ao Recôncavo, mas somente para pilhar locais desprotegidos.

Em 23 de janeiro de 1648, fugiu de Recife, onde se encontrava preso havia nove meses, Francisco Barreto de Menezes, mandado a Pernambuco, por D. João IV, para comandar os insurretos. Ele dirigiu-se para o Arraial e assumiu o comando das tropas luso-brasileiras. O envio de Barreto Menezes deveu-se ao fato de a insurreição dos brasileiros haver repercutido positivamente em Portugal, sensibilizando o monarca a voltar a apoiá-los.

Em março de 1648, chegou a Recife uma poderosa esquadra da WIC, composta por 41 barcos, transportando víveres e 6 mil soldados. Com este poderio, o invasor sentiu-se encorajado para romper o cerco e marchar na direção sul, a fim de conquistar o cabo de Santo Agostinho e adjacências. Com tal ação, os holandeses esperavam capturar bases de suprimentos, cortar o apoio externo dado aos insurretos nesta região e abrir caminho, por terra, para uma posterior operação destinada à conquista da Bahia.

Durante a execução desse plano, ocorreu a primeira batalha dos Guararapes. Ao alvorecer do dia 18 de abril, o exército da WIC, sob comando de von Schkoppe,

marchou na direção Afogados-Barreta-Guararapes. Após luta feroz de quatro horas, nos montes Guararapes, os insurretos forçaram-nos à retirada, com von Schkoppe ferido e muitos oficiais mortos.

A vitória patriota reduziu sensivelmente a capacidade ofensiva terrestre. Contando com o farto material bélico capturado no embate, os luso-brasileiros apertaram o cerco e fizeram diminuir no litoral as incursões dos holandeses, que careciam de víveres e aguadas.

A diminuição da capacidade de ação estratégica e naval holandesa criou condições para a libertação de Angola. Em 12 de maio de 1648, partiu do Rio de Janeiro, ao comando de Salvador Correia de Sá e Benevides, uma expedição composta de 15 navios e 900 combatentes luso-brasileiros, que reconquistou Angola nos dias 15 e 16 de agosto de 1648.

Em 17 de fevereiro de 1649, os holandeses, sob comando de Van den Brinck, novamente buscaram uma batalha decisiva contra os luso-brasileiros, mas foram derrotados novamente, na Segunda Batalha dos Guararapes.

Ao rude golpe militar e econômico sofrido pelo invasor nas duas batalhas dos Guararapes somavam-se outros mais: a organização, em Portugal, da Companhia Geral de Comércio do Brasil e a guerra naval entre Inglaterra e Holanda pela hegemonia marítima mundial, que arruinaram a WIC.

BATALHADOS GUARARAPES



A Companhia Geral do Comércio do Brasil foi fundada em 1649. Era uma empresa de caráter monopolista e estava autorizada a operar da Capitania do Rio Grande do Norte até a de São Vicente, inclusive nos territórios ocupados pela sua rival, a WIC. Suas principais atividades estavam relacionadas ao tráfico de escravos e ao comércio do açúcar. Tinha como incumbências apoiar a luta contra os holandeses e fomentar a recuperação da agromanufatura açucareira.

A guerra naval entre a Holanda e a Inglaterra começou em 1652, depois que o Parlamento inglês decretou os “Atos de Navegação”, pelo qual todas as mercadorias importadas pela Inglaterra deveriam ser transportadas por navios Ingleses ou por embarcações dos países exportadores. Isso foi considerado inaceitável pelos holandeses, que eram os grandes intermediários do comércio mundial. A guerra foi de grande envergadura e exauriu os recursos da Holanda e da WIC.

Tudo isso contribuiu para que a Holanda perdesse a supremacia naval no litoral do Nordeste e animou os restauradores a prosseguir a luta contra um inimigo que se via cada vez mais enfraquecido.

Em 14 de janeiro de 1654, em ação conjunta de forças luso-brasileiras e de uma esquadra da Companhia de Comércio do Brasil, composta de 64 navios, teve início o assédio final a Recife. Após 12 dias de luta, em 26 de janeiro de 1654, na Campina do Taborda, os holandeses assinaram a rendição de todas as suas forças no Brasil. A guerra chegara ao final e os restauradores ocuparam Recife nos dias 27 e 28.

O reconhecimento por parte dos holandeses da perda dos territórios que haviam conquistado no nordeste brasileiro e em Angola deu-se somente em 1661, com a Paz de Haia. Em contrapartida, os portugueses cederam colônias no oriente para os holandeses e os indenizaram com 4 milhões de cruzados.

A resistência às invasões representou um grande esforço militar e financeiro, não só por parte das metrópoles como também da colônia. Foi uma demonstração de toda a potencialidade do Brasil e indicava que sua gente poderia conduzir o seu destino.

ANEXOS

Aspectos Doutrinários, Batalhas,
Biografias e Documento Histórico

ORGANIZAÇÃO, INSTRUÇÃO, FORÇAS MORAIS E RECRUTAMENTO

As forças holandesas tinham como principal unidade tática o batalhão, que era composto por cerca de 500 homens (250 arcabuzeiros/mosqueteiros e 250 piqueiros). Os batalhões podiam combater apoiando-se; oito deles formavam uma brigada.

Dava-se ênfase ao treinamento e à organização das tropas, adotando-se, para isso, manuais de instrução. Havia um rigoroso programa de instrução, de modo a fazer com que todos os soldados treinassem repetida e regularmente as ações que executariam em combate (os soldados, dentro de formações emassadas, treinavam ordem unida, através da qual aprendiam a realizar mudanças de frente e a formar linhas de combate). Exigia-se dos atiradores e piqueiros o manejo dos armamentos de forma padronizada e com a máxima eficiência.

As tropas brasileiras e as enviadas pela metrópole (espanholas, portuguesas e napolitanas) eram enquadradas em unidades denominadas terços. Os efetivos dos terços variaram ao longo do tempo, dependendo da disponibilidade de recursos, do fato de se estar em guerra ou não e de outras circunstâncias. Quando de sua formação, na Espanha, o número de soldados previsto para um terço era de três mil.

As tropas europeias, que lutaram ao lado dos brasileiros, recebiam instrução semelhante a das holandesas, mas sem o mesmo rigor. O treinamento dos combatentes brasileiros, por sua vez, compreendia, particularmente, o emprego de táticas de emboscada, na quais se priorizava a coragem, a iniciativa, a surpresa, a rapidez, o uso adequado do terreno e o combate corpo a corpo. Os europeus, quando no Brasil, buscaram, por vezes, treinar seus contingentes à maneira brasileira.

As forças holandesas eram compostas predominantemente por mercenários provenientes de locais da Europa onde o protestantismo se enraizou (Inglaterra, Escócia e regiões da Alemanha e da França). Também cooptaram índios, negros, colonos e portugueses, com promessas de liberdade, pagamento ou privilégios.

Combatiam, de modo geral, motivadas pelo credo, honra e pagamentos. Os comandantes procuravam pagar pontualmente e dar boas condições de serviço a seu exército, para mantê-lo com o moral elevado e disciplinado, o que, no Brasil, por vezes não foi possível.

As forças que combateram os holandeses foram formadas predominantemente por brasileiros (colonos, negros e índios), apoiados esporadicamente por contingentes de portugueses, espanhóis e napolitanos.

Os brasileiros apresentavam-se, normalmente, como voluntários para lutar contra o invasor, motivados por defender a sua terra e a religião católica. Foi comum também a promessa de alforria para os escravos que lutassem pela causa de seus senhores. Os portugueses, espanhóis e napolitanos normalmente eram soldados profissionais, pagos para combater, mas, não raro, muitos deles eram recrutados à força.

Durante o conflito, muitos holandeses e soldados da WIC, por razões diversas, entre as quais as de cunho financeiro, passaram para o lado dos luso-brasileiros.

O efetivo dos beligerantes variou ao longo dos trinta anos de guerra, dependendo da possibilidade das metrópoles enviarem reforços, da capacidade dos líderes em arregimentar a população local e de diversos outros fatores condicionantes.

AS ESTRATÉGIAS, A TÁTICA HOLANDESA E A “GUERRA BRASÍLICA”

Os holandeses, normalmente com superioridade de meios e forças, procuravam travar batalhas decisivas, ao estilo europeu, para derrotar de vez o inimigo. Comandantes a serviço da Espanha, como Rojas y Borja e Bagnoli, também eram adeptos desse modo de guerrear, o que lhes custou as derrotas nas batalhas de Mata Redonda e Comandaituba.

Os luso-brasileiros, inferiorizados militarmente no início do conflito, optaram por se esquivar de confrontos decisivos, preferindo desgastar o adversário por meio de emboscadas e outras ações. Paralelamente buscavam reunir forças suficientes para obter vitórias importantes contra as forças invasoras, como as que ocorreriam nos Guararapes.

Nos confrontos, os holandeses usavam as rígidas táticas formais da época. Dois de seus batalhões eram grupados, formando o “Batalhão Duplo”. Quatro batalhões duplos formavam uma “brigada”, ficando dispostos em três linhas, em xadrez. Nas marchas de aproximação, os soldados constituíam dez fileiras dentro dos batalhões; os piqueiros se posicionavam no centro; os mosqueteiros/arcabuzeiros, na frente, nas alas e na retaguarda. A artilharia era posicionada na frente do dispositivo e a cavalaria nos flancos. Os batalhões duplos possibilitavam grande liberdade de manobra ao comandante-geral, podendo este avançar seus batalhões da segunda para a primeira linha, conseguindo uma forte frente de combate. Os batalhões duplos que estavam na terceira linha podiam compor uma reserva. A artilharia iniciava o combate disparando contra o inimigo, depois era ultrapassada pelas demais tropas. Em seguida, a maioria dos mosqueteiros/arcabuzeiros se posicionava na frente dos piqueiros, disparando salvas contra o adversário. Depois de enfraquecido pelo fogo dos atiradores, o inimigo era atacado pelos piqueiros, agora posicionados à frente dos atiradores.

Tal processo de combate não surtiu os efeitos esperados quando empregado contra os luso-brasileiros, que se utilizavam de processos de combates flexíveis. Isso fez com que os holandeses, por vezes, copiassem o modo de lutar dos luso-brasileiros, conhecido como “guerra brasílica”.

A “guerra brasílica” surgiu da fusão de características das doutrinas militares portuguesas e espanhola, com o modo de guerrear silvícola. Dessa simbiose surgiram processos de combate afastados do formalismo e rigidez dos usados pelos exércitos europeus, no século XVII. O processo “brasílico” de combate caracterizava-se por ações de surpresa, pela mobilidade, pela iniciativa individual, pelo judicioso uso do terreno e pela dispersão. Assim, homens reuniam-se em grupos para emboscar o inimigo, levando-o à permanente inquietude. Nas emboscadas, preparadas em locais propícios, disparavam-se fogos contra o inimigo e depois se partia resolutamente para o combate corpo a corpo.

Ambos os beligerantes também realizaram sítios ou defenderam fortificações e localidades, processo de combate usual na época. Foram comuns também as operações anfíbias.

ARMAMENTO E LOGÍSTICA

Os dois exércitos dependiam do exterior para obter armas sofisticadas e munição. Ocasionalmente, eles as conseguiam após algum embate, como presas de guerra. Os holandeses tinham a sua disposição os mais modernos armamentos da época: arcabuzes, mosquetes, pistolas, lanças, piques, espadas, canhões, bestas e alabardas. Os luso-brasileiros fizeram uso de armamentos semelhantes, mas em menor proporção, o que os obrigava a usarem armas mais rudimentares, como arco e flecha, bordões, paus tostados e chuços.

Nas áreas em guerra, a prioridade era para a monocultura da cana-de-açúcar, ficando outras culturas relegadas, o que invariavelmente conduzia, mesmo nas épocas de paz, a frequentes períodos de fome. Por isso, o fornecimento de víveres para as tropas, principalmente das europeias, dependia das metrópoles. Sendo assim, era de grande importância para os beligerantes o controle dos portos locais.

Os holandeses, particularmente nos momentos em que estiveram sitiados em Recife, ficaram à mercê dos comboios de suprimento mandados da Europa pela WIC, que não primavam pela regularidade, ou de incursões sobre áreas do litoral brasileiro, às vezes sem êxito. Quando possível, eles mantiveram seus hábitos alimentares, consumindo carne de gado, toucinho, bacalhau, vinhos, aveia, farinha de trigo, cerveja e ervilhas. Todavia, em momentos de escassez, consumiram farinha de mandioca, e na falta dessa, qualquer substância comestível. Era comum entre eles, o escorbuto, devido à carência de vitamina C.

A alimentação dos luso-brasileiros não era melhor. Por vezes, recebiam da metrópole carne, peixe e vinho, mas normalmente consumiam farinha de mandioca e, ocasionalmente, carne bovina, milho, aguardente, frutas e outros víveres encontrados aleatoriamente.

Os holandeses possuíam serviços médicos melhores que os dos luso-brasileiros, mas isso pouco influía, por serem os procedimentos médicos, de modo geral, pouco eficazes. Estes consistiam na cauterização de ferimentos com óleo fervente e na amputação de membros destroçados. Além disso, o descuido em relação a aspectos sanitários levava à morte muitos soldados, acometidos por doenças, como tifo e disenteria.

O deslocamento de tropas e o transporte de suprimentos, quando possível, eram feitos por via marítima. No interior nordestino, isso era feito por péssimos caminhos, sendo as provisões transportadas por escravos, por muares ou em lentas carroças puxadas por bois. Quanto ao fardamento, que não era padronizado, os soldados holandeses eram mais bem supridos, mas houve momentos de penúria em que eles andaram esfarrapados pelas ruas de Recife. Já os luso-brasileiros, combatiam com suas vestes habituais.

BATALHA DO MONTE DAS TABOCAS

Em 3 de agosto de 1645, travou-se, no monte das Tabocas, a primeira batalha entre os combatentes da Insurreição pernambucana e as tropas holandesas da WIC.

Havia seis meses que Antônio Dias Cardoso, mestre da “guerra brásilica”, por ordens do Governador-Geral do Brasil, arregimentava e treinava tropas na região de Santo Antônio, cerca de 40 quilômetros de Recife. Entrementes, ao iniciar-se a insurreição para expulsar os holandeses do Brasil, muitos outros partícipes, inclusive alguns líderes, como João Fernandes Vieira, uniram-se às forças de Dias Cardoso.

Em julho de 1645, cerca de 1.900 holandeses, comandados por Hendrick van Hans, partiram de Recife para o interior de Pernambuco em busca dos luso-brasileiros. No final do mês, estabeleceram contato com grupos de insurretos no sítio do Covas, os quais, seguidos pelo inimigo, retraíram para o monte das Tabocas, onde se encontrava o grosso das tropas de Dias Cardoso (aproximadamente 1.000 homens).

O monte das Tabocas (1) localiza-se na serra do Camocim. Permite ampla observação sobre suas adjacências e, ao seu lado oeste, passa o rio Tapacurá (2). Na época, era rodeado, em seu sopé, por um bambual (3) de difícil penetração, que conferia as condições ideais para o emprego da “guerra brásilica”.

Quando os holandeses atravessavam o rio Tapacurá (4), foi-lhes de encontro uma pequena força luso-brasileira (5), que logrou atraí-los para uma campina (6), onde se iniciava uma passagem estreita (7), dentro do bambual, que chegava até cume do monte. Na campina, os luso-brasileiros desencadearam emboscadas na retaguarda, no centro e na vanguarda do inimigo (8). Surpreendidos, os holandeses recuaram até as proximidades do rio Tapacurá (9), onde se reorganizaram.

Refeitos, os holandeses voltaram a atacar (10), passaram por uma primeira faixa do bambual e chegaram até uma clareira (11), onde foram novamente emboscados (12). Após sangrento combate, sobrepujaram os luso-brasileiros. Todavia, quando chegavam ao topo da elevação (13), foram surpreendidos por uma reserva luso-brasileira, comandada por João Fernandes Vieira, que os atacou por todos os lados (14). Novamente só restou aos holandeses a opção pelo retraimento (15), que se fez de forma desorganizada, abandonando-se mortos, feridos e farto material bélico.

Na batalha, morreram aproximadamente 100 holandeses e 30 luso-brasileiros. A vitória dos luso-brasileiros possibilitou o fortalecimento da Insurreição e foi a primeira de outras que culminariam com a expulsão dos holandeses do Brasil.

PRIMEIRA BATALHA DOS GUARARAPES

Em abril de 1648, os luso-brasileiros controlavam o interior da Capitania de Pernambuco e sitiavam os holandeses em Recife. Estes, após receberem reforços, resolveram romper o cerco e reconquistar áreas do interior. Seu plano inicial era marchar para o sul e se apossar do Cabo de Santo Agostinho, por onde passavam recursos que da Bahia eram mandados aos luso-brasileiros que combatiam em Pernambuco. Para chegar ao Cabo de Santo Agostinho, os holandeses teriam de passar pela região dos montes Guararapes.

Os montes Guararapes são três: o do Telégrafo (denominação posterior à guerra), o do Oiteiro (caracterizado por ter duas cotas gêmeas) e o do Oitizeiro (o maior no sentido norte-sul). Na extremidade sul do Oitizeiro havia o boqueirão, que era uma estreita passagem aberta em um terreno de restingas e alagadiços, situado entre os montes e o mar. O boqueirão, via de acesso quase obrigatória para quem de Recife rumasse para o sul de Pernambuco, era um local propício para emboscadas.

No dia 17 de abril, o comandante das tropas da WIC, Sigismund von Schkoppe, com cerca de 6.300 homens, deu início à ofensiva com o objetivo de conquistar o Cabo de Santo Agostinho. Antes de dirigir-se para lá, suas tropas realizaram diversas fintas e demonstrações de que iriam atacar o Arraial Novo do Bom Jesus, um dos principais redutos dos luso-brasileiros. Com isso, o líder holandês esperava atrair para o arraial o grosso das forças luso-brasileiras e, assim, garantir a passagem em segurança de suas tropas pelo boqueirão.

No dia 18 de abril, os holandeses marcharam para o sul pelo litoral e passaram a noite nas proximidades dos montes Guararapes. Antes, haviam chacinado 40 luso-brasileiros e recebido dos sobreviventes a informação de que nos montes havia somente 200 combatentes. Os luso-brasileiros, por meio de patrulhas, acompanharam toda movimentação e perceberam a real intenção dos holandeses. Decidiram, então, marchar à noite para os montes e lá oferecer batalha, de surpresa, tirando o máximo proveito do terreno.

Na manhã seguinte, cerca de 2.200 luso-brasileiros, comandados por Francisco Barreto de Menezes, encontravam-se dispostos nos montes e no boqueirão, prontos para o combate. Filipe Camarão ficou no flanco direito, com um grupo de índios, oculto na vegetação da restinga (1); João Fernandes Vieira, com tropas de combatentes brancos, posicionou-se em uma parte baixa de terreno, próxima do boqueirão, entre o Outeiro e Oitizeiro, que lhes ocultava das vistas do inimigo (2); Henrique Dias, com tropas de negros, colocou-se no flanco esquerdo, na parte central do Oitizeiro (4); Vidal de Negreiros, com tropas reservas, ficou à retaguarda de João Fernandes Vieira (3); e parte das tropas de Vieira, comandadas por Antônio Dias Cardoso (cerca de 200 homens) posicionou-se na entrada norte do boqueirão (5).

O plano previa que Antônio Dias Cardoso atraísse as forças holandesas para o boqueirão, onde seriam fixadas por ataques frontais e destruídas por ações nos flancos. Henrique Dias daria cobertura ao ataque, impedindo um possível desbordamento pelos montes.

No dia 19 de abril, os holandeses avistaram as tropas de Antônio Dias Cardoso na entrada do boqueirão e decidiram destruí-las. Para isso, o grosso das tropas penetrou no boqueirão em perseguição a Antônio Dias Cardoso (6), uma parte progrediu pelos alagados (7), outra progrediu pelas encostas dos montes para atacar pelos flancos ou pela retaguarda (8), e o restante ficou em reserva.

Conforme o planejado, as tropas de Antônio Dias Cardoso recuaram (9) e foram perseguidas pelos inimigos que penetraram no boqueirão e nos alagados (10). Ao fazerem isso, foram forçados a estreitar sua frente de combate usual e desorganizaram-se, perdendo a coesão, que era um de seus principais trunfos.

Quando o grosso dessas tropas estava passando pelo boqueirão e pelos alagados, os luso-brasileiros saíram de seus esconderijos e iniciaram um ataque geral (11). No boqueirão, as tropas de Fernandes Vieira, apoiadas pelas de Vidal de Negreiros, após árdua luta, romperam o centro inimigo. Nos alagados, os ágeis índios de Filipe Camarão infligiram pesadas perdas aos holandeses, pesadamente equipados. Nos montes, Henrique Dias investiu contra os adversários que por lá avançavam.

Atônitos pelos ataques, os holandeses recuaram em todas as frentes (12), sendo perseguidos. Eles resolveram, então, lançar mão de suas tropas reservas. Parte delas foi empregada no boqueirão e nos alagados (13), mas pouco puderam fazer em face da desorganização e desmoralização das demais frações que lá combatiam. Outra parte apoiou as que estavam nos montes (14), com as quais iniciou um desbordamento das tropas de Henrique Dias (15), que recuou para o Oiteiro (16). Diante da possibilidade de os holandeses realizarem o desbordamento, tropas luso-brasileiras que estavam no boqueirão foram deslocadas para o Oiteiro e lá se juntaram às de Henrique Dias (17). Reforçado, Henrique Dias contra-atacou o inimigo com êxito (18).

Após quatro horas de lutas, os holandeses se retiraram para Recife, batidos em todas as frentes (19). Tiveram aproximadamente 900 baixas, entre mortos e feridos, enquanto os luso-brasileiros, cerca de 500.

A vitória nos Guararapes, conquistada por brancos, negros e índios, com o emprego de táticas genuinamente brasileiras, é considerada, simbolicamente, como o marco inicial da existência do Exército Brasileiro.

SEGUNDA BATALHA DOS GUARARAPES

Em 17 de fevereiro de 1649, aproximadamente 3.600 holandeses, sob o comando do Coronel Van den Brinck, deixaram Recife e ocuparam os montes Guararapes (os luso-brasileiros retiraram-se desse local após a batalha de 19 de abril de 1648, por não julgarem conveniente manter tropas de forma permanente nas elevações). Para lá esperavam atrair os luso-brasileiros e vencê-los em uma batalha decisiva, que lhes possibilitasse romper o cerco a que estavam submetidos e conquistar bases de apoio inimigas no sul de Pernambuco.

Forças luso-brasileiras, cerca de 2.600 homens, comandadas por Francisco Barreto de Menezes, que estavam no Arraial Novo, ao perceberem a movimentação inimiga, deslocaram-se para os Guararapes. Lá chegando, verificaram que os holandeses haviam ocupado o boqueirão e o monte Oiteiro e que estavam com suas defesas voltadas para o norte. Na noite de 18 para 19 de fevereiro, os luso-brasileiros infiltraram-se, através de passagens existentes a oeste dos montes, e pela manhã já se encontravam dispostos à retaguarda do exército da WIC.

Cobertos pelas matas existentes ao sul dos montes e do boqueirão, da direita para a esquerda, frente ao inimigo, posicionaram-se as tropas de Fernandes Vieira (1), Henrique Dias (2), Diogo Camarão (3), Figueiroa (4), Vidal de Negreiros (5), Antônio Silva (6) e Dias Cardoso (7). Nas elevações e no boqueirão, do esquerda para a direita, estavam posicionadas tropas holandesas comandadas por Carpenter (8), Giellissen (artilharia) (9), Brinck (10), Claes (11), Hauthyn (13), Branden (12) e Helst (14).

Após esperarem em vão por um ataque luso-brasileiro e fustigados pela sede e pelo sol inclemente, os holandeses decidiram retornar a Recife. Acreditavam que os luso-brasileiros, muito enfraquecidos, segundo informações recebidas, não interfeririam na manobra. Por precaução, as tropas de Branden e Helst foram designadas para cobrir o retraimento.

Na tarde do dia 19, ao iniciarem o retorno para Recife, os holandeses foram atacados em toda a frente, de surpresa. No boqueirão, as tropas de Vieira atacaram as de Brinck, Giellissen e Carpenter (15). Nos montes, Henrique Dias atacou Claes (16) e depois apoiou Vieira (17); Diogo Camarão, apoiado no decorrer da luta por Dias Cardoso e Antônio Silva, atacou Hauthyn (18); Figueiroa e Vidal de Negreiros fixaram Branden e Helst (19), que foram desbordados por Dias Cardoso e Antonio Silva (20).

Acossados em todas as frentes, após três horas de combate, as forças holandesas desintegraram-se. Os remanescentes reuniram-se na entrada norte do boqueirão (21). Dali, voltaram a se dispersar e por diversos caminhos buscaram chegar a Recife (22), sempre perseguidos pelos luso-brasileiros.

No embate, os holandeses tiveram cerca de 1.500 baixas (mortos, feridos ou aprisionados); os brasileiros, 300. A vitória permitiu manter o cerco a Recife, que levaria ao fim do domínio holandês no Brasil.

LÍDERES LUSO-BRASILEIROS

Dentre os muitos heróis das lutas contra os holandeses destacaram-se, pela liderança e pelo papel decisivo, João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Antônio Filipe Camarão, Henrique Dias, Francisco Barreto Meneses e Antônio Dias Cardoso.

André Vidal de Negreiros (Capitania da Paraíba, 1606 - Goiana, 1680) foi um dos melhores soldados de seu tempo. Tomou parte com grande bravura em quase todos os combates, desde a invasão dos holandeses à Bahia até a expulsão deles de Recife. Destacou-se por coordenar a mobilização de tropas e de meios nos sertões nordestinos. Notabilizou-se nas duas Batalhas dos Guararapes e comandou o sítio a Recife, que resultou na capitulação holandesa em 1654. Por seus feitos, foi nomeado governador da Capitania do Maranhão, da Capitania de Pernambuco (por duas vezes) e de Angola.

João Fernandes Vieira (Ilha da Madeira, 1613? - Olinda, 1681) foi um dos principais chefes militares nas lutas pela expulsão dos holandeses de Pernambuco. Teria chegado à Capitania de Pernambuco em 1620. Ligado ao ramo do comércio, participou, em 1630, da resistência à segunda invasão holandesa, quando fez parte da guarnição que heroicamente defendeu o Forte de São Jorge. Nos primeiros tempos da ocupação, conviveu com o inimigo, acumulou propriedades rurais e tornou-se um abastado senhor de engenho. Após a saída de Nassau, se opôs aos novos governantes e assumiu a liderança da Insurreição Pernambucana. Participou das Batalhas do Monte das Tabocas, da Casa-Forte, e das duas dos montes Guararapes. Depois da guerra foi nomeado governador da Capitania da Paraíba e de Angola.

Henrique Dias (Capitania de Pernambuco, início do século XVII? - Recife, 1662) era filho de escravos africanos libertos. Liderando um grande número de combatentes afro-brasileiros, lutou contra os holandeses durante todo o período em que esses estiveram em Pernambuco. Participou de inúmeros combates, distinguindo-se nos de Igarapé, no qual foi ferido duas vezes, e no de Porto Calvo, quando teve a mão esquerda estilhaçada por um tiro. Nas Batalhas dos Guararapes comandou suas tropas em ações fundamentais para o êxito da Insurreição. Devido aos seus relevantes feitos, recebeu diversas honrarias, entre as quais, o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo.

Francisco Barreto de Menezes (Peru, 1616 - Portugal, 1668), militar, foi nomeado, pelo rei de Portugal, em 1647, para exercer as funções de comandante-em-chefe do “Exército Restaurador”. Comandou as tropas luso-brasileiras nas duas Batalhas de Guararapes. Depois da guerra foi governador da Capitania de Pernambuco e governador-geral do Brasil.

Antônio Filipe Camarão (Capitania do Rio Grande do Norte?, início do século XVII - Pernambuco, 1648) era índio da tribo potiguar. Durante as invasões holandesas, à frente dos guerreiros de sua tribo, organizou ações de guerrilha que se revelaram essenciais para a derrota final dos invasores. Destacou-se na defesa de Salvador (1638) e nas Batalhas de Porto Calvo (1637), de Mata Redonda (1638) e da 1ª dos Guararapes. Nesta última, sofreu um ferimento que lhe seria mortal. Foi sucedido no comando dos combatentes indígenas por seu sobrinho Diogo Pinheiro Camarão, que teve desempenho exemplar na 2ª Batalha dos Guararapes.

Antônio Dias Cardoso (Portugal?, início do século XVII? - Recife, 1670) foi um dos principais líderes do conflito. Profundo conhecedor das táticas da “guerra brasileira”, era chamado de “mestre das emboscadas”. Lutou contra os holandeses em Salvador em 1624/25 e em 1638. Pouco antes da Insurreição, partiu para a Capitania de Pernambuco, onde arregimentou, treinou e comandou tropas. Teve um papel fundamental nas vitórias luso-brasileiras nos montes das Tabocas e dos Guararapes. Após o conflito, foi governador da Capitania da Paraíba.

LÍDERES LUSO-BRASILEIROS



VIDAL DE NEGREIROS



FERNANDES VIEIRA



HENRIQUE DIAS



BARRETO DE MENEZES



FILIPÊ CAMARÃO



DIAS CARDOSO

Acho este país um dos mais belos do mundo. Sua tropicalidade não se prende unicamente ao fator climático, mas à personalidade deste povo visualmente empenhado em assentar raízes dentro do aspecto regionalista pátrio de cada região, por um todo.

Mesclaram-se etnológica e culturalmente a ponto de sentirem-se brasileiros, mesmo sendo filhos de portugueses.

Aceitam-nos por contingência imposta e até conosco convivem socialmente. Porém, jamais nos aceitarão definitivamente.

O mesmo não se permite falar dos portugueses, que não assimilaram esta tropicalidade. Aceitaram a nossa presença e até reconheceram a nossa posse sobre a terra que lhes conquistamos. Quanto a estes, nossa administração é mansa e pacífica e eventualmente óbvia pelo esbulho compulsório, com preços que variam desde um alto cargo no governo flamengo da colônia, até alguns florins para gastos em tabernas. É portanto, uma ocupação em caráter “ad infinitum” no que concerne a eles.

Quanto aos primeiros, exige-se uma reflexão minuciosa recheada de precauções, pois estes não têm preço. Se alguns, de certa forma, a nós se uniram, o fizeram com o único intuito de abreviar o domínio português na terra para, posteriormente, também abreviar a nossa permanência. Estes somente com muita diplomacia e, segundo constatamos, mediante uma miscigenação sociocultural, dividindo-nos com eles e dividindo-os conosco, se aqui quisermos permanecer.

Os índios, colonos e negros estão unidos em um espírito de liberdade jamais conhecido nas cortes europeias. Portanto, se aceitarmos este espírito de liberdade como ponto básico, poderemos, através de uma contribuição cultural, científica e artística, nos fazer necessários por largo espaço de tempo. Necessito pois da vinda de artistas, médicos, pintores, músicos e outros doutores para que se possa firmar a conquista e para que a Companhia das Índias Ocidentais obtenha lucros correspondentes ao investimento feito.

Estabelecerei comércio com os redutos chamados Quilombos, povoados por ex-escravos que fugiram das fazendas. Pois estes, mais do que todos, repudiam os portugueses, podendo assim, ser nossos aliados contra guerrilheiros que diariamente investem contra a nossa permanência.

Recife, 3 de fevereiro de 1637

Johan Maurits van Nassau-Siegen

³ Extraída dos arquivos do Museu da Companhia das Índias Ocidentais em Amsterdam, Holanda.
Fonte: Fonseca Júnior, 2003.

A EXPANSÃO TERRITORIAL E A CONSOLIDAÇÃO DAS FRONTEIRAS - SÉCULOS XVII E XVIII

Valter Rabelo Teixeira

"A soberania e o respeito de Portugal impõem que neste lugar se erga um forte, e isso é obra e serviço dos homens de El-Rei, nosso Senhor e, como tal, por mais duro, por mais difícil e por mais trabalho que isso dê, é serviço de Portugal. E tem de se cumprir."

Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Capitão-General
e Governador de Mato Grosso - 1776 (NUNES, 1985, p.3)

O período compreendido entre as últimas décadas do século XVI e o início do século XIX pode ser caracterizado por acontecimentos históricos relevantes, ocorridos principalmente na Europa, e que apresentaram implicações marcantes para os destinos do Brasil colonial.

A União Ibérica (1580-1640) trouxe consequências drásticas para os portugueses. Em virtude da sua integração política à Espanha, Portugal passou a sofrer ameaças por parte dos principais inimigos dos espanhóis, à época: França, Inglaterra e Holanda. Motivados por razões políticas (retaliação à Espanha) e econômicas (lucros com a exploração do comércio colonial), esses países promoveram várias invasões no litoral brasileiro. Tais agressões, se por um lado colocaram em risco a ainda precária defesa militar da Colônia, por outro constituíram um dos fatores que estimularam o desenvolvimento das instituições militares coloniais, nas lutas empreendidas, em decorrência das quais foram consolidadas as ocupações do Nordeste e da Amazônia. No contexto das invasões estrangeiras, ressaltam-se as ocupações holandesas do Nordeste (1624-1654), ensejando a Guerra Holandesa, em cujas lutas identificamos a gênese do Exército Brasileiro.

A separação das Coroas ibéricas ocorreu em 1640, embora só tenha sido reconhecida pelos espanhóis em 1668. A recuperação da autonomia de Portugal coincidiu, entretanto, com o início de um período de profunda crise econômica lusitana. A União Ibérica havia sido bastante lesiva para os portugueses. O envolvimento de Portugal nas sucessivas guerras da Espanha contra seus inimigos promoveu o desmoronamento do Império Português, com a perda de várias colônias na África e no Oriente, tendo como consequência o colapso da atividade mercantil portuguesa.

Diante desse quadro, o Brasil passou a ter vital importância para a sobrevivência da economia da Metrópole. No entanto, a maneira como Portugal administrou a exploração da Colônia desde então foi muito opressiva, visando sobremaneira ao lucro,

sufocando a economia local. Isso gerou tensões sociais, propiciando a ocorrência das primeiras rebeliões da Colônia, como foi a de Beckman (1684), no Maranhão, assim como o surgimento dos quilombos, como o de Palmares (1630-1694). Essas ocorrências caracterizaram o antagonismo entre senhores e escravos e tendiam a desequilibrar o sistema econômico, com todas as implicações relativas à segurança interna decorrentes.

Em meados do século XVIII, verificou-se ainda o surgimento de importante corrente no plano do pensamento: o Iluminismo. Ele surgiu como reação ao poder absoluto do Estado, controlador da economia e monopolizador das decisões políticas; assim como às características contraditórias do modelo socioeconômico vigente (Antigo Regime), como os privilégios da nobreza em detrimento dos direitos pretendidos pela burguesia emergente.

Nas colônias americanas, o Iluminismo teve um fator restritivo crucial, que foi a escravidão. A sua existência era incompatível com os ideais iluministas de liberdade e dela dependia a atividade econômica principal - a agricultura. No Brasil, esses pensamentos inspiraram os movimentos libertários da Inconfidência Mineira (1789) e da Conjuração Baiana (1798), que foram influenciadas ainda, respectivamente, pela Independência dos Estados Unidos (1776) e pela Revolução Francesa (1789).

Por fim, as intervenções militares de Napoleão, na Espanha e em Portugal, trouxeram consequências marcantes para as colônias ibéricas na América: precipitou as independências das colônias espanholas e a transferência da Corte portuguesa para o Brasil.

A identificação dos diversos fatores, constituintes dos acontecimentos históricos desse período, assim como das suas causas e consequências, permite o entendimento das razões de estado que levaram alguns países da Europa, nos séculos XVII e XVIII, às disputas ultramarinas pela posse e exploração de colônias. Permite, por exemplo, compreender as circunstâncias que levaram à expansão do Brasil colonial para muito além do meridiano de Tordesilhas, o que constitui o importante legado português - a configuração geográfica do Brasil.

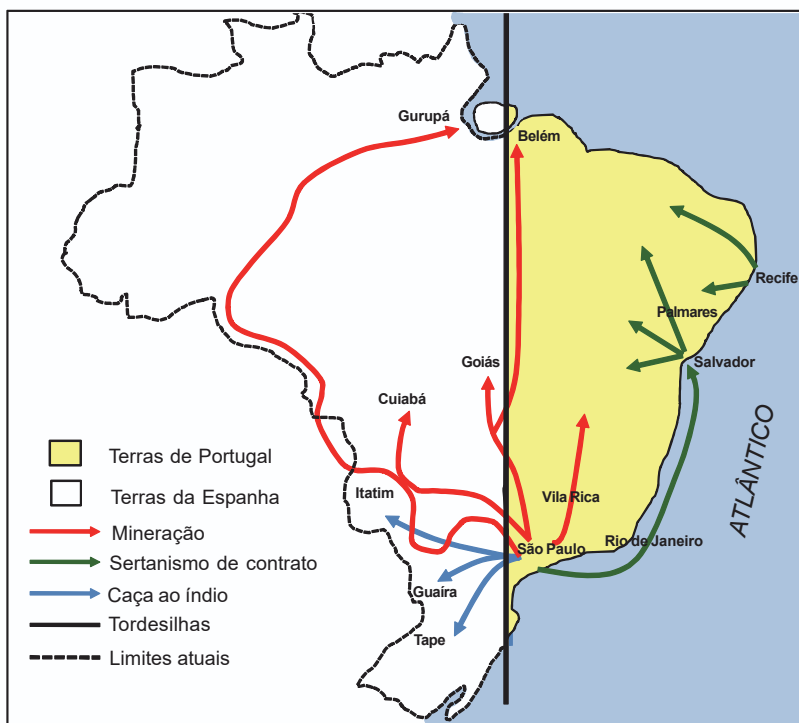
As Ações das Bandeiras

As primeiras expedições ao interior, ainda no século XVI, tiveram como objetivo a busca de pedras e de metais preciosos, motivadas pelas descobertas das riquezas mineiras por parte dos espanhóis, em suas conquistas. Destacaram-se, nesse período, as seguintes expedições: a de Aleixo Garcia (1516) que, através dos rios Paraguai e Paraná, atingiu o Peru; a de Francisco Bruza Espinoza (1554) dirigida à região da atual Diamantina - MG; a de Vasco Rodrigues Caldas (1561) à chapada Diamantina (Bahia); e a de João Ramalho (1562), que combateu os índios do Vale do Paraíba, os quais ameaçavam a vila de São Paulo. No final do século XVI, no litoral, essas e outras expedições contribuíram para o estabelecimento do domínio português, do Rio Grande do Norte (Forte dos Reis Magos) até Cananéia, em São Paulo. No interior, a ocupação estendia-se da serra da Mantiqueira ao rio Paranapanema, e pelos vales do rio Paraíba e do rio Tietê.

O movimento bandeirante foi caracterizado pelas inúmeras expedições realizadas ao interior da Colônia, com objetivos definidos, nos três primeiros séculos da colonização. Em linhas gerais, elas foram direcionadas para as atividades de apresamento de índios, para a busca de metais preciosos ou para atuarem como força de repressão contra rebeliões de escravos e tribos hostis.

Durante a ocupação holandesa no Nordeste, prevaleceu a ocorrência da modalidade de bandeira de apresamento de índios. Tal atividade teve seu crescimento por conta da ocupação holandesa do Nordeste. A produção e o comércio do açúcar pelos batavos haviam desorganizado o tráfico de escravos africanos na Colônia, aumentando o preço e acarretando a escassez de mão de obra na lavoura. A saída foi a utilização do índio como substituto do escravo vindo da África. Inicialmente foi empreendida a caça ao índio livre. Com a fuga deles ao apresamento, os colonos paulistas dirigiram suas ações para as missões jesuítas, localizadas no Sul e no Centro-Oeste. Ali foram encontradas grandes populações de nativos aculturados, que haviam perdido a capacidade de autodefesa, baseada na mobilidade e dispersão, por viverem em aldeias administradas por brancos. Com esse objetivo, foram atacadas e destruídas as missões da região de Guaíra (Paraná), as do Tape (Rio Grande do Sul) e as do Itatim (Mato Grosso).

BANDEIRAS DO SÉCULO XVII E XVIII



Um novo direcionamento das atividades bandeirantes - a busca de riquezas minerais - ocorreu após a expulsão dos holandeses do Nordeste e a consequente reorganização do tráfico de escravos africanos. Além desse fato, a crise econômica de Portugal no período pós-União Ibérica e a concorrência do açúcar produzido pelos holandeses nas Antilhas estimularam a Metrópole a investir na busca de metais. Nessa atividade, destacaram-se as expedições à região das Minas Gerais, de 1668 e 1674, lideradas por Lourenço Castanho e Fernão Dias Paes Leme, respectivamente; e a expedição de 1682, ao centro da Colônia, na direção de Goiás, comandada por Bartolomeu Bueno da Silva (pai), o Anhanguera. Porém, só no final do século XVII foram localizadas jazidas importantes.

A outra forma de emprego das bandeiras foi como força de segurança interna - o sertanismo de contrato - com principal incidência no Nordeste. Na segunda metade do século XVII, em virtude da crise econômica portuguesa, as restrições do pacto colonial foram agravadas, aumentando a opressão econômica sobre o Brasil. A necessidade de atender à avidez da Metrópole pelo lucro, cada vez maior, impunha o aumento da produção agrícola e correspondente crescimento da população de escravos, o que tornava propícias as manifestações de rebeldia, como a passividade no trabalho e a fuga. Por sua vez, as populações indígenas se organizaram contra a colonização, em consequência da usurpação de suas terras, pelo branco, para o uso na agricultura. Aumentaram-se as tensões sociais e surgiram as revoltas. Diante desse quadro, as bandeiras foram contratadas como forças de repressão, para garantir a ordem social, diante de fatores adversos da colonização, como as rebeliões de escravos e os ataques de índios hostis. Exemplos do emprego das bandeiras, com esses objetivos, foram a destruição do quilombo dos Palmares (1694), em Alagoas, e a dominação dos índios cariris, em longa e sangrenta campanha, denominada Guerra dos Bárbaros, desenvolvida em várias regiões do Nordeste, que se arrastou por quase quatro décadas, a partir de 1683. Nos dois acontecimentos, destacou-se o bandeirante Domingos Jorge Velho.

As expedições bandeirantes contribuíram, de modo indireto, para a colonização dos territórios situados além das Tordesilhas. Independentemente dos seus três objetivos principais, as suas incursões promoveram a miscigenação com o índio, difundiram a cultura portuguesa, trouxeram informações geográficas e deram origem a localidades. Foram inúmeras ainda as oportunidades em que as bandeiras foram utilizadas contra a presença estrangeira, quer combatendo invasores, quer lutando contra os espanhóis na consolidação de territórios ocupados anteriormente.

Nesse contexto, destacou-se a obra de Antônio Raposo Tavares, um dos expoentes do bandeirismo. Entre 1628 e 1638, participou da destruição dos redutos jesuítas espanhóis do Guaíra e do Tape. Integrou as forças mobilizadas para combater os holandeses na Bahia e em Pernambuco, entre 1639 e 1642. Seu maior feito, entretanto, foi a grande expedição iniciada em 1648. Raposo Tavares, ao partir de São Paulo, pretendia

ranhão. Ainda em 1615, Portugal deu início às ações efetivas para a conquista da região, com o estabelecimento da presença militar naquela foz. Para tanto, Francisco Caldeira Castelo Branco foi nomeado Capitão-Mor da conquista do Grão-Pará. Em 1616, à frente de cerca de 200 soldados, ele ergueu um forte de madeira, denominado Forte do Presépio, em torno do qual surgiu o povoado de Nossa Senhora de Belém, hoje a capital do Estado do Pará. Por muito tempo, o Forte foi o ponto de apoio para a conquista do interior amazônico

A consolidação da posse da região, no entanto, foi marcada por grandes dificuldades. Houve problemas de liderança, com atos de indisciplina da tropa e revoltas de índios. Francisco Caldeira revelou inaptidão para o comando, sendo deposto. O seu substituto, Baltazar Rodrigues de Melo, da mesma forma, não deu conta do controle da situação. Para impor ordem à tropa e conter os índios, foi nomeado o Capitão-Mor Jerônimo de Albuquerque, que veio a falecer no exercício da função. O seu substituto foi logo destituído, sendo aclamada, pela tropa, uma junta para assumir o controle, da qual fazia parte com destaque o Capitão Pedro Teixeira. Entretanto, ela enfrentou graves obstáculos, referentes ainda à desordem dos colonos e à ação violenta dos índios, contra as quais atuou com pulso e abnegação, concretizando a incorporação daquela região a Portugal. Esse feito, materializado pela construção do Forte do Presépio, é considerado o marco inicial da conquista e ocupação do Vale Amazônico, em disputas contra holandeses, ingleses e franceses.

Iniciou-se então um processo continuado de lutas contra invasores estrangeiros e tribos hostis, que durou décadas. Nas sucessivas vitórias foram alicerçados o controle efetivo da foz do Amazonas e o domínio de todo o Vale. Essa empresa foi obra de vários homens, portugueses ou colonos natos que, dotados de elevadíssimo grau de desprendimento e coragem, realizaram obras por vezes extraordinárias, a serviço da expansão colonial em prol da Coroa lusa. É necessário ressaltar que as intervenções iniciais na Amazônia, pelos portugueses, ocorreram em plena vigência da União Ibérica. Por ocasião da união das Coroas (1580-1640), Portugal havia assegurado, junto à Espanha, de acordo com o Juramento de Tomar, a continuação da exclusividade no controle sobre suas colônias. Por outro lado, os colonos estabelecidos na América espanhola demonstraram desinteresse em ocupar a Região Amazônica, face às imensas dificuldades impostas pelos obstáculos naturais e pela agressividade dos índios.

A presença espanhola na região ficou restrita à existência de escassas guarnições militares e de missões religiosas no Alto Solimões. Diante das ameaças das ocupações estrangeiras a partir do litoral Norte, com a possibilidade de acesso às riquezas minerais do Peru através dos afluentes do Amazonas, o Rei Felipe IV, da Espanha, houve por bem delegar aos súditos portugueses do Brasil a missão de combatê-las e de ocupar

a região. Para tanto, o Rei ratificou as concessões feitas a portugueses por seus antecessores e incentivou novas ocupações, ainda que com o risco de ter as terras em questão incorporadas a Portugal, na ocorrência da restauração da Coroa portuguesa, o que veio a acontecer de fato.

Após a fundação do Forte do Presépio, as primeiras dificuldades se deram por conta das lutas contra exploradores estrangeiros que chegaram no início do século XVII e já estavam estabelecidos na foz do Amazonas e proximidades.

Entre 1604 e 1606, o inglês Charles Leigh manteve uma colônia na margem esquerda do Oiapoque, a qual foi abandonada. Nova tentativa foi realizada por outro inglês, Robert Harcourt, em 1608, redundando igualmente em fracasso. Em 1616, Roger North obteve do Rei Jaime I da Inglaterra autorização para colonizar a Guiana e o Vale Amazônico. Sob os protestos do Rei Felipe III, da Espanha, o Rei da Inglaterra cassou a autorização dada a North, o que foi desconsiderado por este. Em consequência, ele foi preso e sua companhia desarticulada. Porém, as feitorias que havia estabelecido nas adjacências do Estuário Amazônico prosperaram, realizando ativo comércio com a Inglaterra.

Em 1621, Bento Maciel Parente foi nomeado Capitão-Mor do Grão-Pará. Na oportunidade, restaurou o Forte do Presépio e levantou informações sobre as incursões holandesas e inglesas na região e, na impossibilidade de combatê-las, comunicou os fatos à Corte e ao governador do Estado do Maranhão. Esse Estado surgiu da divisão administrativa efetuada por Felipe IV, em 1621, quando a região foi separada do Governo-Geral do Brasil (o Estado do Maranhão ligar-se-ia, a partir e então, diretamente à Metrópole), e abrangia as Capitanias do Ceará, Piauí, Maranhão e Grão-Pará, todas pertencentes à Coroa. Os objetivos de sua criação foram permitir o maior controle sobre a Colônia, no sentido de evitar ou combater as incursões estrangeiras na Região Norte, e incrementar a exploração econômica da área. Tais empreendimentos eram prejudicados enormemente pelas dificuldades em se estabelecer as ligações com a sede do Governo-Geral (Salvador), devido à contrariedade dos ventos e das correntes marítimas. Esse fator adverso acabou por determinar a organização política.

Em 1623, o Capitão Luís de Aranha Vasconcelos chega ao Pará com as missões de organizar uma expedição para explorar o Amazonas na direção oeste, fazer o reconhecimento da margem esquerda do estuário até o cabo do Norte, e expulsar os estrangeiros encontrados. Dias após sua saída de Belém, a tropa defrontou-se com uma guarnição composta por ingleses e holandeses, no Forte Mariocai, que havia sido construído por holandeses no início do século, na ilha de Gurupá. Sem meios suficientes para atacar a posição, Luís de Vasconcelos solicitou reforços a Maciel Parente, o qual se deslocou à frente de um contingente de 70 soldados e algumas centenas de índios. Coordenando as

ações, o Capitão-Mor tomou o forte, realizando a perseguição dos inimigos. Voltando a Gurupá, Maciel Parente mandou construir o Forte de Santo Antônio do Gurupá, que se tornou um ponto de apoio importante para as ações direcionadas para o interior.

Entre 1624 e 1625, novas feitorias estrangeiras foram levantadas nas proximidades de Gurupá. A missão de destruí-las coube a Pedro Teixeira, auxiliado por Pedro da Costa Favela. Na oportunidade foi destruído o Forte de Mandiutuba e outras instalações na região do Xingu.

Em 1626, os ingleses Harcourt e North organizaram a "Companhia da Guiana" e conseguiram, junto ao Rei Carlos I, da Inglaterra, amplos privilégios para explorar as terras que se estendiam do rio Essequibo (na atual Guiana) até o Amazonas. No intuito de assegurar tais domínios, foi construído o Forte de Tauregue (ou Torrego), em 1628, na confluência do rio Maracapuru com o Amazonas, o qual foi destruído em 1629 por Pedro Teixeira, auxiliado por Pedro Favela.

Em 1631, Jácome Raimundo de Noronha, Capitão-Mor interino do Grão-Pará, comandou uma expedição que destruiu o Forte Felipe, construído pelos ingleses à margem do rio de igual nome. No mesmo ano, sob a liderança de Roger Pry, os ingleses construíram o Forte de Cumaú, à margem esquerda do rio Amazonas, próximo a Macapá.

Em 1632, o Capitão Feliciano Coelho atacou e destruiu o Forte de Cumaú, sendo essa a última tentativa de fixação, dos ingleses, na foz do Amazonas. No local foi erguido um forte português, de mesmo nome, que serviu de base para a construção do Forte de Santo Antônio de Macapá, em 1686.

A neutralização das presenças inglesa e holandesa representou, todavia, a solução de parte dos problemas que comprometiam a soberania luso-espanhola na foz do Amazonas. Restava ainda anular as pretensões da França, fato que só viria a ser consumado em 1900, por arbitragem do presidente da Confederação Helvética, que deu ganho de causa ao Brasil, definindo os limites atuais com a Guiana Francesa.

A presença francesa no Maranhão, liderada por Daniel de La Touche (Senhor de La Ravardiere), fora precedida pela ocupação do litoral da Guiana. Em 1604, Ravardiere havia recebido do rei francês Henrique IV supostos poderes para explorar as terras situadas entre a ilha da Trindade e o rio Amazonas. Na Guiana, Ravardiere iniciou a colonização, abandonando a região, entretanto, por ter optado pela ocupação do Maranhão.

Em 1633, o Cardeal Richelieu, Primeiro-Ministro do Rei Luís XIII, concedeu poderes à Companhia do Cabo do Norte, empresa que reunia negociantes franceses, para explorar a Guiana, limitando suas ações, ao sul, no rio Oiapoque. Na oportunidade, estabeleceu-se um povoado que foi a origem de Caiena. Mesmo sem ter obtido o sucesso esperado, o empreendimento francês colocou em alerta o governo luso-espanhol. Como contramedida, o Rei Felipe IV, da Espanha, concedeu, em 1637, a Capitania do Cabo do Norte a Bento Maciel Parente, em caráter vitalício e hereditário. Seus domínios esten-

diam-se desde o cabo do Norte, ao sul, até o rio Vicente Pizon (Oiapoque), ao norte. Essa concessão foi um reconhecimento pelo empenho de Maciel Parente no combate aos invasores estrangeiros na região.

Em 1640 e 1652, respectivamente, foram criadas outras duas companhias, na França, com os mesmos objetivos da primeira. Ambas redundaram em insucessos.

O Tratado de Nimègue de 1678, acordado entre a França e a Espanha, colocou em risco a posse portuguesa da região do Cabo do Norte. Pelo tratado, a Espanha cedia pretensos direitos à França sobre a região, anulando a concessão feita, em 1637, a Maciel Parente. Apoiado nos argumentos do tratado, o Marquês De Ferroles, nomeado Governador da Guiana pelo Rei Luís XIV em 1690, tomou o Forte de Santo Antônio de Macapá e destruiu o Forte do Paru. Em reação, o Capitão Francisco de Souza, partindo do Forte de Gurupá, retomou o Forte de Macapá no mesmo ano, restabelecendo os domínios portugueses.

No período compreendido entre 1680 e 1687, Portugal intensificou medidas para a ocupação do Amapá, enviando expedições guarda-costas e construindo fortes. Na Europa, a constituição da Liga de Augsburg (1686), denominada a Grande Aliança após a incorporação da Inglaterra (1689), reuniu ainda Espanha, Holanda, Sacro Império Romano Germânico, Portugal e outros reinos. O objetivo da aliança era conter o expansionismo francês sob Luís XIV, e teve como desdobramento a Guerra dos Nove Anos (1688-1697), que se estendeu às colônias americanas. Uma das conseqüências advindas das decisões da Liga de Augsburg foi a assinatura do Tratado Provisional (1700), entre Portugal e França, que estipulou a neutralização da posse da Capitania do Cabo do Norte, determinando que Portugal demolisse os fortes da área.

O Tratado de Utrecht (1713) anulou o Tratado Provisional de 1700 e estabeleceu, em seu Artigo 8º, a renúncia da França às pretensões de posse das terras entre a foz do rio Amazonas e o rio Oiapoque.

Seguiu-se um período de relativa tranquilidade na região até as perturbações políticas, na Europa, consequentes das Guerras Revolucionárias Francesas. Em 1802, o Tratado de Amiens firmou a paz entre a Segunda Coligação e a França. Suas cláusulas tratavam basicamente de questões coloniais, resolvidas entre a França e a Grã-Bretanha. No que diz respeito à Guiana, o tratado estabeleceu o limite sul da posse francesa no rio Araguari, à revelia de Portugal, que naturalmente não aderiu à resolução em questão.

A Ocupação do Vale Amazônico

A constituição da Capitania do Cabo do Norte (1637) foi fundamental para a conquista do Amapá e a decorrente posse do estuário amazônico, imprescindível para o controle e ocupação do interior. No mesmo ano, haviam chegado ao Forte Gurupá, provenientes de Quito, oito remanescentes de uma expedição espanhola, sendo dois religio-

sos e seis soldados, os quais foram conduzidos à presença de Jácome Raimundo de Noronha, Governador do Estado do Maranhão. De posse das informações prestadas pelos espanhóis, o Governador decidiu organizar uma expedição portuguesa com o objetivo de fazer o trajeto no sentido inverso. A exploração do interior amazônico atendia também aos interesses espanhóis, conforme a própria orientação do Rei Filipe IV, já citada anteriormente. Sem demora, Jácome de Noronha incumbiu o Capitão Pedro Teixeira de tal missão. Teve início, então, o evento épico que abriria as portas para a conquista da Amazônia brasileira. A iniciativa foi muito oportuna, tendo em vista que estava em curso o movimento restaurador da independência de Portugal em relação à Coroa espanhola.

As instruções dadas pelo Governador prescreviam o reconhecimento minucioso do rio Amazonas, a seleção dos melhores locais a serem fortificados, o estabelecimento de relações amistosas com as populações indígenas e a fundação de uma localidade aquém da região ocupada pelos índios omaguás. Esta determinação estava contida em carta de prego, a ser aberta apenas no retorno. O objetivo de tal fundação era estabelecer os limites entre as soberanias portuguesa e espanhola na região.

Investido da patente de Capitão-Mor e General de Estado, Pedro Teixeira contou com a seguinte estrutura de comando: subcomandante, o Coronel Bento de Oliveira; mestre-de-campo, o Capitão Antônio Azambuja; sargento-mor, Filipe Cotrim; almoxarife, Manoel de Matos Oliveira; escrivão, João Gomes de Andrade; piloto-mor, Bento da Costa; os Capitães Pedro da Costa Favela, Pedro Baião de Abreu e Domingos Pires da Costa; os Alferes Fernão Mendes Gago, Bartolomeu Dias Matos e Antônio Gomes de Oliveira. O frei franciscano Agostinho das Chagas foi o capelão da expedição. Foram integrados ainda quatro soldados e um dos religiosos, Frei Domingos de Brieva, todos sobreviventes da expedição espanhola citada anteriormente. Esses espanhóis deveriam contribuir com a orientação durante a viagem.

A expedição partiu de Cametá (foz do Tocantins), em 5 de setembro de 1637, inicialmente com 70 soldados e numerosos índios. Quando chegou a Gurupá, rumo ao interior, o efetivo já somava 900 índios, número que subiu para cerca de 1.200. Os nativos eram organizados na composição da força de choque da expedição (flecheiros) e dos grupos de remadores das dezenas de grandes canoas, que transportavam os efetivos e meios necessários à viagem. A quantidade de pessoas em deslocamento ultrapassou 2.000, contando mulheres e crianças, uma verdadeira comunidade em movimento.

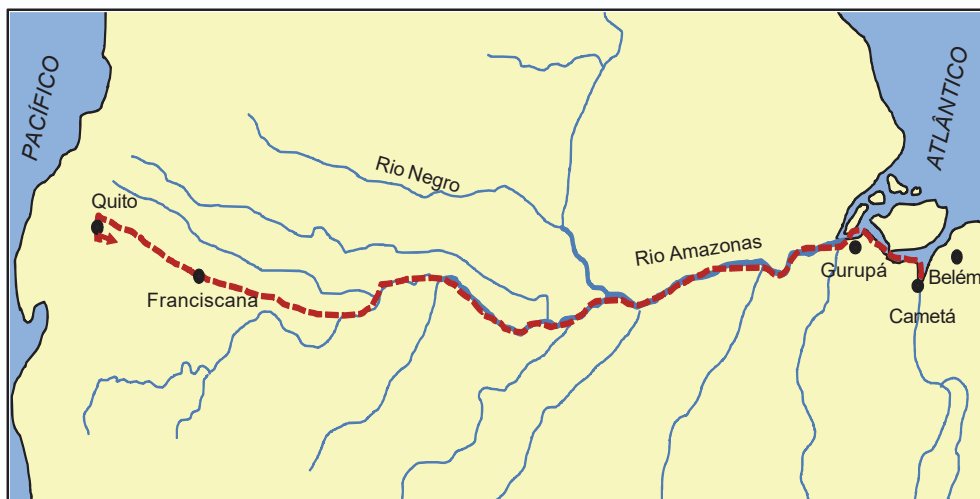
Em 13 de dezembro, Pedro Teixeira atingiu a foz do rio Negro, gastando dois dias no reconhecimento da região, quando foram levantados vários locais propícios ao estabelecimento de posições fortificadas. A essa altura, embora os objetivos da expedição estivessem sendo atingidos, as dificuldades inerentes às circunstâncias da viagem começaram a despontar: as doenças, o abatimento da tropa, devido ao cansaço, a carência de meios em geral, e a deserção dos índios remeiros e flecheiros. Após a ultrapassagem da foz do rio Juruá, verificou-se o agravamento da tendência à fuga dos índios remeiros.

Diante dessa adversidade, Pedro Teixeira determinou ao Coronel Bento de Oliveira, em fevereiro de 1638, que seguisse à frente da expedição no comando de uma fração composta de 20 soldados e 150 índios, com o objetivo de conferir maior velocidade ao deslocamento, e atuando como grupo de reconhecimento. Em 3 de julho, o grosso da expedição atingiu um ponto situado 60 quilômetros a jusante da confluência do rio Aguarico com o rio Napo, em território hoje peruano. Nesse local estacionaram 40 soldados e cerca de 300 índios, sob o comando dos Capitães Pedro da Costa Favela e Pedro Baião de Abreu.

Com a finalidade de ganhar mais rapidez, Pedro Teixeira continuou subindo o rio Napo, acompanhado de 15 soldados, seguindo as indicações do destacamento precursor. Mais a montante, penetrou pelo rio Payamino, onde encontrou as canoas do Coronel Bento de Oliveira, em agosto de 1638, quando foi concluída a parte fluvial da grande viagem, rio acima. No prosseguimento, após mais de cinquenta dias de árdua marcha, a comitiva foi recebida em Quito com festas e homenagens, e conduzida à presença das autoridades espanholas.

Diante do exame das instruções dadas ao Capitão-Mor e constatada a existência da carta de prego, as autoridades de Quito submeteram a questão à apreciação do Vice-Rei do Peru. A autoridade maior decidiu, então, que a expedição deveria retornar à sua origem, devidamente acompanhada de dois representantes dos espanhóis, que pudessem dar contas à Coroa espanhola das descobertas havidas na viagem de retorno, que se iniciou em fevereiro de 1639. Foram escolhidos os padres jesuítas Christóbal de Acuña e Andrés de Artieda.

EXPEDIÇÃO DE PEDRO TEIXEIRA



No dia 16 de agosto de 1639, dando cumprimento às instruções do Governador Jácome de Noronha contidas na carta de prego, Pedro Teixeira fundou Franciscana, na confluência do rio Aguarico com o rio Napo e assentou um marco-padrão de limite entre as soberanias de Portugal e Espanha na região. Em ato solene, o Capitão-Mor tomou posse das terras situadas a leste do referido marco, em prol da Coroa de Portugal, e em nome do rei Felipe IV, da Espanha, fazendo registrar o acontecimento em ata, a qual foi assinada pelas autoridades presentes na expedição. Em 12 de dezembro, a frota chegou a Belém, onde desembarcou parte dos expedicionários. O destino final dos remanescentes da frota foi São Luís do Maranhão, onde foram recebidos pelo Governador Bento Maciel Parente.

O Padre Acuña, seguindo as orientações do Vice-Rei do Peru, elaborou um minucioso relatório da viagem, na forma de um livro (*Descubrimiento del Amazonas*), o qual constitui-se em um valioso documento histórico sobre o evento. Nele, o religioso procurou alertar as autoridades espanholas quanto à necessidade de garantir a posse da Amazônia. O Conselho das Índias, órgão de assessoria ao rei sobre a administração colonial, em documento datado de 28 de janeiro de 1640, recomendou ao rei Felipe IV a anexação à Espanha do Estado do Maranhão, em consequência da ameaça à soberania espanhola que constituiu a expedição portuguesa.

Os conhecimentos levantados pela expedição, constantes nos relatórios de Pedro Teixeira e de seu piloto-mor, Bento da Costa, e no livro do padre Acuña, fizeram aumentar os interesses de outros reinos pela região. Podemos citar, por exemplo, as tentativas da França para dominar o Estuário do Amazonas, e a consequente disputa com os portugueses, conforme já relatado no presente capítulo.

O saldo da expedição foi bastante profícuo. Os conhecimentos geográficos e etnográficos obtidos ao longo da viagem foram fundamentais para o planejamento e a execução das ações que determinaram, à época, a posse da região. O ato da fundação de Franciscana fora emblemático - o limite ocidental da Amazônia portuguesa acabou sendo o rio Javari. Todavia, a realização de Pedro Teixeira foi precursora de outras empresas, que culminaram por consolidar a posse da vastidão amazônica, que hoje faz parte do Brasil.

A partir de então, verificou-se o prosseguimento de ações direcionadas para a ocupação do Vale Amazônico, nas quais são inquestionáveis as manifestações dos interesses do Estado português. O período da intensificação de tais ações corresponde justamente ao intervalo entre 1640 (separação das Coroas ibéricas e expedição de Pedro Teixeira) e 1755 (vigência do Tratado de Madri e fundação da Capitania de São José do Rio Negro). O interesse econômico pelo potencial de riquezas naturais da região continuou sendo a grande motivação para as disputas entre as potências europeias à época, incluindo Portugal, naturalmente.

A ocupação militar, vista como ação garantidora da soberania do Estado, foi o que bem representou a política de expansão territorial portuguesa. Deve-se levar em conta, ainda, que, desde os primórdios da colonização, as instalações militares voltadas para a defesa aglutinavam em torno de si crescente população de colonos, resultando, na maioria dos casos, na fundação de localidades.

Outro fator, o religioso, em muito contribuiu para a consecução dos objetivos do Estado português, em particular na Amazônia. Na catequese dos gentios, os padres jesuítas, carmelitas, franciscanos e mercedários promoveram a organização das missões onde e, a par da conversão religiosa dos nativos, procediam à aculturação deles. Nesse processo, tinham a possibilidade de agir como mediadores entre índios e colonizadores, facilitando as ações de interesse destes. As missões religiosas, cuja quantidade chegou a cerca de uma centena, da mesma forma que as instalações militares, propiciaram o surgimento de localidades e, indiretamente, a miscigenação. Entretanto, as missões não sobreviveriam sem o suporte econômico representado pela exploração do extrativismo vegetal (drogas do sertão). Nisso também se destacaram os religiosos, lançando mão do trabalho dos índios reunidos nos aldeamentos missionários.

A ocupação advinda da exploração das riquezas naturais, pela iniciativa privada, trouxe implicações graves referentes à utilização da mão de obra indígena. Diante da necessidade de prover trabalhadores para as áreas de cultivo e para outras tarefas em geral, lançou-se mão de prática antiga - a caça ao índio para a escravização. Para tanto, utilizou-se das chamadas tropas de resgate, que combatiam tribos hostis à colonização, que, por sua vez, promoviam ataques aos povoados e às tribos aliadas aos portugueses, justificando assim o apresamento ("guerra justa"). Essas ações atendiam aos interesses da administração colonizadora e por isso recebiam seu apoio. Tais práticas provocaram sangrentos combates e foram responsáveis pela significativa diminuição da população indígena, principalmente das tribos mais aguerridas.

Em 1663, uma tropa de resgate enviada por ordem do governador do Pará foi dizimada pelos índios caboquenas, na foz do rio Urubu. Os poucos sobreviventes foram acolhidos na missão religiosa de Saracá, próxima ao local, de onde o Alferes João Rodrigues Palheta empreendeu uma represália aos caboquenas. Para submetê-los de vez, o governador enviou nova expedição, comandada pelo experiente Capitão Pedro da Costa Favela. Em novembro de 1663, a tropa, embarcada em 34 canoas, chegou à foz do rio Urubu, quando foi buscado o contato e efetuada a dispersão dos índios.

Posteriormente, por ordem do Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Pedro da Costa Favela voltou à mesma região, fundando um núcleo que foi a origem do município de Novo Airão. Após a fundação, Favela deslocou-se para a embocadura do rio Negro, onde foi estabelecido o contato amistoso com os índios tarumãs. De posse das informações obtidas por Pedro Favela, quando retornou ao Pará, resolveu

o governador fortificar a barra do rio Negro, o que significou a materialização do domínio português na região e a constituição de uma base de apoio para ações desbravadoras futuras. A missão coube a Francisco da Mota Falcão que, em 1670, veio a construir o fortim de São José do Rio Negro. Havia sido dado o primeiro passo para as conquistas dos vales dos rios Negro e Branco. Em torno da nova instalação reuniram-se famílias dos índios barés, baniúas e passés, constituindo um povoado que foi a origem da atual cidade de Manaus.

A exploração dos vales do rio Negro e de seus afluentes, principalmente o rio Branco, na busca das especiarias e na captura do índio, fez intensificar o choque entre os colonizadores e os índios manaus, valorosos guerreiros que dominavam a região. Suas aldeias haviam sido unidas pelo esforço de catequese desenvolvido pelos padres carmelitas, a partir de 1695, o que os tornou poderosos. A altivez dos manaus levou suas tribos a resistirem à colonização. Entre 1723 e 1727, aproximadamente, reunindo tribos aliadas e subjugadas, os manaus, sob a liderança do Cacique Ajuricaba, promoveram uma revolta contra a ação colonizadora portuguesa, atacando povoados de colonos, missões religiosas e tribos aliadas ao branco, e impondo derrotas às tropas de resgate. Tendo revelado marcantes virtudes como guerreiro, Ajuricaba sintetizou o espírito de resistência nativa à ação estrangeira.

A ocupação das margens do Solimões encontrou obstáculos na presença das missões espanholas vindas de Quito. A partir de 1689, sob a orientação do jesuíta Samuel Fritz, de origem germânica e a serviço dos espanhóis, foram instaladas várias missões que foram as origens das localidades de Fonte Boa, Coari, Tefé e São Paulo de Olivença. Tendo sido expulso, o Padre Fritz retornou em 1704, quando foi novamente forçado a retirar-se, sendo suas missões ocupadas por religiosos carmelitas portugueses. Em represália, os espanhóis enviaram de Quito uma expedição que destruiu as aldeias carmelitas, aprisionando a pequena guarnição existente. O contra-ataque luso ocorreu no mesmo ano, sendo recuperadas as posições. A partir de 1710, os portugueses fixaram como limite oeste para as suas ações militares e religiosas o rio Javari, confinando com os domínios espanhóis, em caráter definitivo, na região.

Paralelamente às lutas empenhadas na conquista da Amazônia, os portugueses envidaram esforços no sentido de utilizar a imigração para aumentar a presença na área. Para tanto, ainda em 1672, chegou a Belém o primeiro contingente significativo de imigrantes (234 pessoas), vindos dos Açores. Em 1752 vieram mais 430 açorianos, e em 1770 cerca de mil pessoas oriundas de Mazagão (colônia portuguesa do Norte da África, à época, hoje território marroquino). Houve também o concurso de população negra (estima-se que tenha chegado a 30.000 o número de indivíduos no final do século XVIII), trazidos como escravos para substituir a mão de obra do índio, cujo apresamento havia sido proibido em 1755.

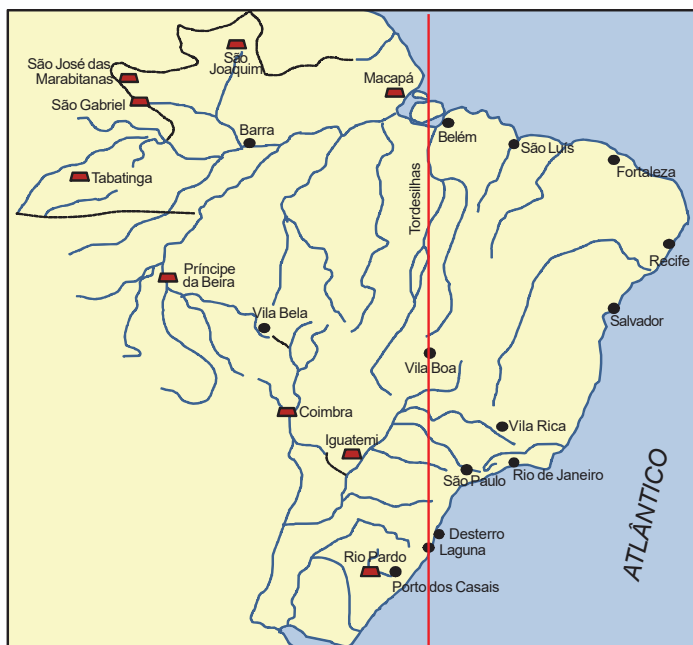
DIVISÃO ADMINISTRATIVA - 1709



De 1750 a 1777, Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal, exerceu o cargo de Secretário de Estado do Rei D. José I. No que pese as considerações controversas que possam ser ligadas à sua gestão, ela foi bastante profícua no que tange à formação territorial do Brasil colonial. Em 1750, as Coroas ibéricas assinaram o Tratado de Madri. Esse dispositivo jurídico instruiu-se pelos princípios do *uti possidetis* e das fronteiras naturais. Por ele, no que se referiu às colônias da América, Portugal teve reconhecida a posse do extenso território colonial que havia ocupado a oeste de Tordesilhas, muito próximo da conformação geográfica atual do Brasil.

Embora fosse opositor ao Tratado, Pombal tomou várias medidas que foram positivas para a organização territorial do Brasil colonial. Durante sua administração foram construídos os seguintes fortes, que delinearão as fronteiras: São Gabriel e São José de Marabitanas (1763), Macapá (1764), Tabatinga (1766), Príncipe da Beira (1776) e São Joaquim, na Amazônia; Iguatemi (1765) e Coimbra (1775), no Centro-Oeste; e Jesus, Maria e José (Rio Pardo, 1752), no Sul. Com o objetivo de incrementar a presença do Estado nas áreas ocupadas, foram criadas as capitanias do Mato Grosso (1748) e a de São José do Rio Negro (1755).

TRATADO DE MADRI - 1750
OS FORTES BALIZARAM A NOVA FRONTEIRA



Quanto à organização administrativa do território ainda, duas providências tomadas pelo Marquês foram importantíssimas para a formação da unidade da Colônia: a centralização do controle de todo o território colonial pelo Governo-Geral, com a extinção do Estado do Grão-Pará e Estado do Maranhão (1774), que haviam sido separados em 1772, permanecendo autônomos em relação ao Governo-Geral do Estado do Brasil; e a reversão à administração da Coroa das últimas capitanias que ainda estavam nas mãos de particulares. Em 1767, Pombal transferiu a sede do Governo-Geral de Salvador para o Rio de Janeiro. Tal mudança ocorreu pela necessidade de maior controle da produção aurífera de Minas Gerais e para permitir uma maior atenção à Região do Prata, devido aos conflitos com os espanhóis.

Outra ação relevante empreendida foi a execução de campanhas demarcatórias, como as realizadas por Ricardo Franco e Lobo d'Almada. Torna-se necessário ainda ressaltar que o Marquês de Pombal teve a preocupação de prover a Colônia de bons administradores, fiéis à Coroa portuguesa, sem os quais não poderia ver atingidos seus objetivos. Destacaram-se dessa forma Francisco Xavier de Mendonça Furtado (Amazônia), Gomes Freire de Andrade (no governo do Rio de Janeiro desde 1733, confirmado por Pombal), Luiz Antônio de Souza Botelho e Mourão (São Paulo), e Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (Mato Grosso).

Em 1770, junto às famílias que chegaram a Belém, procedentes de Mazagão, encontrava-se o engenheiro militar Manuel da Gama Lobo d'Almada, experiente nos serviços prestados a Portugal na defesa de suas colônias. Sua primeira comissão no Brasil foi o comando do Forte Macapá e administração da região, contribuindo para a segurança e o desenvolvimento da área até 1784. Nesse mesmo ano, assumiu o comando militar do Alto Rio Negro, quando ainda estavam em curso as demarcações territoriais decorrentes da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777. A sua principal tarefa foi justamente fazer o reconhecimento geográfico da região. Como ações subsidiárias, ele deveria realizar contatos com os povos nativos, fundar povoados, organizar a defesa territorial e desenvolver a cultura do anil. O trabalho executado por Lobo d'Almada no Rio Negro, concluído em 1786, resultou em detalhados levantamentos cartográficos da área.

Ainda em 1786, foi distinguido com o cargo de Governador da Capitania de São José do Rio Negro. Entretanto, a assunção do novo cargo foi adiada, por interferência do chefe da Comissão de Limites, General João Pereira Caldas, que delegou a Lobo d'Almada nova e importante tarefa, julgada mais urgente: o levantamento do vale do rio Branco. Tendo concluído com o mesmo êxito a missão recebida, assumiu finalmente o governo em 9 de fevereiro de 1787. Em 1788, assumiu a chefia da Comissão de Limites, em substituição ao General Pereira Caldas, concluindo as demarcações em 1791. Em 1792, transferiu a sede da Capitania de Barcelos para o Lugar da Barra (atual Manaus). Na sua administração, demonstrou zelo pela defesa do território, reforçando as praças distantes face às infiltrações espanholas. Lobo d'Almada veio a falecer em 1799, deixando como herança o exemplo de competência e abnegação nos trabalhos desenvolvidos em proveito da conquista da Amazônia brasileira.

A Ocupação do Centro-Oeste

A ocupação do Centro-Oeste ocorreu na primeira metade do século XVIII. Nessa região, as ações do Estado português obedeceram a ditames um pouco diferentes dos que ocorreram no Norte e no Sul. Em ambos os extremos, a ambição pela posse da foz de uma grande bacia, a Amazônica e a do Prata, ensejou disputas duradouras contra franceses, holandeses e ingleses, no Norte, e contra os espanhóis, no Sul. Em ambos os casos, houve a participação mais intensa do Estado português, devido à importância estratégica das regiões.

No Centro-Oeste, a ocupação teve início com as expedições bandeirantes, cuja incidência foi intensificada após os conflitos que caracterizaram a Guerra dos Emboabas. Inferiorizados nesse conflito, os paulistas passaram a dirigir as suas ações exploradoras, em busca de ouro, para as regiões onde seriam formadas as Capitanias de Goiás e de Mato Grosso. Um atrativo antigo motivava os paulistas para as suas incursões no Centro-Oeste: as riquezas minerais peruanas. Em suas expedições à região, as bandeiras depararam-se com as reduções religiosas espanholas do Itatim, passando a atacá-las a partir de

1622. Essas missões, em conjunto com as do Guaíra e do Tape, constituíam uma espécie de cinturão para barrar a expansão lusa e, embora constituíssem um projeto religioso, eram estimuladas pelo Estado espanhol. São comprovadas as relações entre os interesses políticos e econômicos do estado e os objetivos de conversão dos nativos pelas ordens religiosas, o que é válido para ambos os colonizadores ibéricos. Por outro lado, as incursões das bandeiras em busca do ouro, ainda que por iniciativa privada, atendiam indiretamente aos interesses expansionistas lusos. Nos confrontos, portanto, ocorreu o choque das soberanias ibéricas na luta pelo espaço colonial.

Junto às missões do Itatim, estava a localidade de Santiago de Jerez, fundada pelos espanhóis em 1580 (o local da fundação encontra-se em Aquidauana - MS), a qual constituía um centro administrativo da região, marcando a presença estatal. Localizada às margens do rio Miranda, barrava o acesso ao rio Paraguai.

Em 1632, Santiago de Jerez foi destruída pelos bandeirantes, ocorrendo o mesmo com diversos aldeamentos missioneiros da região. A consolidação do domínio português na área deu-se em 1636, após a derrota imposta pela bandeira de Francisco Pedroso Xavier às tropas comandadas pelo Governador de Assunção, na Serra de Maracaju. Em 1647, outra bandeira atacou a redução de Nossa Senhora da Fé do Taré, obrigando seus habitantes a refluir para o sul do rio Apa. Nesse local, em 1648, os espanhóis sofreram novos ataques, desta feita executados por uma coluna da bandeira de Raposo Tavares que, tendo sofrido muitas baixas, seguiu após para a Foz Amazônica.

No final do século, os bandeirantes haviam firmado suas posições às margens do rio Miranda, apossando-se da área estratégica outrora materializada por Santiago de Jerez. Em 1718, finalmente, Pascoal Moreira Cabral descobriu ouro no rio Caxipó-Mirim. Quatro anos depois, Miguel Sutil descobriu riquíssimas lavras de ouro de aluvião, de fácil extração, na região onde foi fundada a Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, a atual capital do Estado do Mato Grosso. Essa descoberta constituiu-se em um marco para a região: para lá rumaram multidões vindas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O fluxo de migrantes foi realizado utilizando-se, principalmente, a rota fluvial constituída pelos rios Tietê (o ponto de partida era a localidade de Ararituaba, hoje Porto Feliz - SP), Paraná, e Pardo, da Bacia do Rio Paraná; e rios Taquari, Paraguai, e Cuiabá, da Bacia do Rio Paraguai. Eram organizados comboios de canoas, em números que superavam várias dezenas. Tais expedições ficaram conhecidas como monções, em alusão ao fenômeno asiático (ventos periódicos, que influenciavam as navegações). No caso, o período de ocorrência das monções cuiabanas correspondia às cheias dos rios, em função das chuvas. Elas deram grande contribuição para o povoamento das margens dos rios percorridos.

Outro acontecimento relevante para a ocupação de terras, no Mato Grosso, foi a descoberta de ouro no rio Guaporé, a 600 quilômetros a oeste de Cuiabá, em 1734, por Fernão Pais de Barros. Em 1742, foi estabelecida a ligação fluvial com Belém,

através dos rios Guaporé, Madeira e Amazonas (rota já percorrida por Raposo Tavares, em 1648), por Manuel Félix de Lima, e que por isso mesmo foi conduzido preso para Lisboa. A Metrópole havia proibido tal percurso para evitar a evasão, por contrabando, do ouro cuiabano.

Já a região de Goiás havia sido percorrida por diversas bandeiras: Fernão Dias Paes Leme (1661); Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (o pai, 1670 e 1682); e Luiz Castanho de Almeida (1671). Em 1726, Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (o filho), descobriu as primeiras jazidas na região. À semelhança do que ocorreu em Mato Grosso, o achado atraiu grande número de aventureiros de São Paulo e Minas Gerais. Esse intenso fluxo criou novas rotas e determinou o surgimento de localidades ao longo delas, propiciando a ocupação do território. Mas também provocou a animosidade de algumas tribos indígenas com relação aos aventureiros, como os caiapós e tapirapés, que ameaçavam as caravanas, implicando na necessidade de organização de expedições para debelar as hostilidades.

A carta régia de 9 de maio de 1748 criou as Capitanias de Mato Grosso e de Goiás, desmembradas da Capitania de São Paulo.

Em 1751, foi empossado o primeiro governador de Mato Grosso, o Capitão de Infantaria Antônio Rolim de Moura, que permaneceu no cargo até 1765. Diante da importância econômica da Capitania, em virtude do ouro descoberto, e para corroborar com o Tratado de Madri, foi fundada a localidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752, às margens do rio Guaporé, feita de imediato a sede da capitania recém-criada. A partir de então, foi autorizada a ligação fluvial com Belém, rota fundamental para o Mato Grosso, devido às grandes distâncias aos principais centros da Colônia.

O Tratado de Madri (1750) estabelecia o rio Guaporé como limite na região, ficando de posse de Portugal as missões espanholas de Santa Rosa e Moxos. Com a assinatura do Tratado de El Pardo (1761), que anulava o de 1750, os espanhóis atacaram as áreas ocupadas pelos luso-brasileiros, visando reincorporar as áreas perdidas. As atuações dos governadores Rolim de Moura, em 1763, e João da Câmara, em 1766, propiciaram a recuperação das regiões.

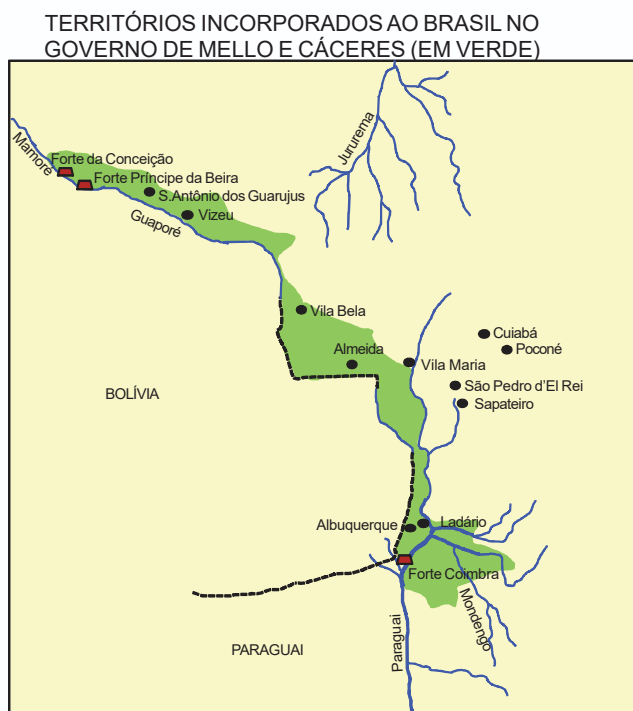
Em 1767, o Governador de São Paulo Luiz Antônio de Souza Botelho e Mourão determinou a construção do Forte Iguatemi (presídio de Nossa Senhora dos Prazeres), com os objetivos de marcar a presença portuguesa mais ao sul e preservar a posse dos rios que serviam às monções. A missão foi atribuída ao governo de São Paulo tendo em vista a proximidade do local à capitania paulista, assim como à imprecisão dos limites entre as capitanias.

Em 1772, Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres assumiu os cargos de Capitão-General e Governador do Mato Grosso. Sua missão era organizar a vida administrativa da Capitania e ocupar territórios para confirmar a soberania portuguesa na região. Tendo governado por 17 anos, ele realizou obra meritória, em cujas empreitadas

revelou virtudes como grande capacidade administrativa, abnegação, perseverança e responsabilidade no cumprimento do dever. Tal desempenho foi fundamental para a consecução dos objetivos políticos de Portugal no Centro-Oeste, conforme lhe havia confiado o Marquês de Pombal.

No primeiro ano de seu governo, Mello e Cáceres implementou importantes providências administrativas: criou o Tribunal de Justiça; realizou o censo da população de toda a Capitania; combateu a escravidão, em particular a do índio; efetuou estudos para estabelecer uma ligação fluvial direta com São Paulo; e realizou melhorias no caminho utilizado na sua primeira viagem para o Mato Grosso, tomando ainda medidas de segurança para a sua utilização por comerciantes.

Nos quatro anos seguintes de seu governo, Mello e Cáceres tratou de organizar a defesa da capitania. Para tanto, inicialmente, efetuou o reconhecimento da vasta extensão de terra sob sua responsabilidade. Isso possibilitou o levantamento dos locais a serem fortificados, o que seria o próximo passo no sentido de prover a segurança. As construções do Forte Príncipe da Beira e do Forte Coimbra remontam a essa época. Para essas tarefas, contou com os prestimosos serviços do engenheiro militar Ten Cel Ricardo Franco.



Forte Coimbra



Forte Príncipe da Beira



O Tenente-Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra foi um militar português que dedicou boa parte de sua vida profissional em proveito da formação territorial do Brasil colonial, no século XVIII. Tendo sido formado em engenharia e infantaria, chegou à Colônia em 1780, com a missão de chefiar a comissão de limites encarregada de fiscalizar o cumprimento das determinações do Tratado de Santo Ildefonso. Misto de engenheiro e soldado, ele tornou-se um dos expoentes da exploração e da defesa de imensas áreas do Norte e do Centro-Oeste da Colônia. Executou o levantamento cartográfico do Grão-Pará, Piauí, de São José do Rio Negro e do Mato Grosso. Explorou diversos rios da Bacia do Prata, na região do Mato Grosso; e da Bacia Amazônica, entre eles os rios Tacutu e Maú, nas fronteiras com a Colômbia, Venezuela e Guiana, além dos rios Negro e Branco. Tanto trabalho e dedicação deixaram como herança uma vasta documentação, na forma de cartas, plantas e relatórios, fundamentais para a condução da política de ocupação do Norte e do Centro-Oeste. Supervisionou a construção de diversas obras de vulto, destacando-se a conclusão do Forte Príncipe da Beira, em 1783, a construção do quartel dos Dragões de Vila Bela e a reconstrução do novo Forte Coimbra, do qual assumiu o comando em 1797, permanecendo até janeiro de 1809, quando faleceu, aos 61 anos.

Nos anos de 1776 e 1777, agravou-se o estado de beligerância entre os luso-brasileiros e espanhóis, na região do Prata. Diante da possibilidade de os conflitos do Sul propagarem-se para o Mato Grosso, Mello e Cáceres resolveu antecipar-se e mobilizar as defesas da Capitania. Para isso, reorganizou a força terrestre, criou corpos de voluntários, promoveu o reabastecimento de munição e o rearmamento da tropa, e guarneceu os fortes.

Em outubro de 1777, o Presídio de Nossa Senhora dos Prazeres foi tomado pelo Capitão-General do Paraguai, Agustín Piñedo, tendo sido posteriormente arrasado pelo inimigo. O Presídio estava, desde a sua criação, sob o controle da capitania de São Paulo.

As providências para a segurança da capitania efetuadas por Mello e Cáceres atingiram plenamente os seus objetivos. Todavia, outra preocupação incomodava o Governador: a possibilidade da reversão da posse de terras ao domínio espanhol, conquistadas com sacrifícios, por força das prescrições do Tratado de Santo Ildefonso (1777). Para minimizar essa possibilidade, ele tratou de organizar minuciosos documentos comprobatórios, a serem apresentados à Comissão Demarcadora, instruindo sobre os direitos de Portugal. A Comissão chegou à região somente em 1787, ficando muito bem impressionada com a excelência dos documentos produzidos pela administração da Capitania.

Em 1801, sob a influência das intervenções de Napoleão, Portugal e Espanha entraram em conflito novamente, rompendo um período de paz que vinha desde 1777. Tal situação serviu de pretexto para que as respectivas colônias, na América, emprendessem

disputas pela posse de regiões consideradas injustamente perdidas anteriormente. Nesse contexto, o Governador do Paraguai Lázaro de Ribera resolve invadir o sul do Mato Grosso, tendo como primeiro objetivo o Forte Coimbra, comandado, então, por Ricardo Franco. Em 16 de setembro de 1801, foi executado o ataque pelos paraguaios. Mesmo estando em perigosa desvantagem, os luso-brasileiros mantiveram, obstinadamente, a posição, frustrando por várias vezes a tentativa de desembarque do inimigo. O Comandante Ricardo Franco havia repellido, com altivez, uma intimação de rendição, feita por Ribera, no segundo dia de ataque. Os paraguaios acabaram por desistir do seu intento, no dia 24, devido às perdas sofridas e à falta de munição.

Apesar de inacabado, o novo Forte Coimbra havia cumprido o seu papel. A represália luso-brasileira foi realizada em 1º de janeiro de 1802, quando o Primeiro-Tenente de Dragões Francisco Rodrigues do Prado atacou e arrasou um fortim paraguaio ao sul do rio Apa. O grande feito da guarnição do Forte Coimbra preservou, para Portugal, as terras do Sul do Mato Grosso, herança dos brasileiros. Em 1864, o Forte Coimbra foi tomado pelos paraguaios de Solano Lopez, e só ao término da Guerra da Tríplice Aliança as questões de limites foram definitivamente resolvidas.

A Definição das Fronteiras Sul

A fixação das fronteiras meridionais brasileiras, em particular as do Rio Grande do Sul, ocorreu por meio de uma sucessão de lutas travadas no decorrer do século XVIII e início do seguinte. Em jogo estava o controle da foz do rio da Prata e os ganhos, de naturezas política e econômica, relativos ao interior da bacia, decorrentes de tal controle. Em confronto, encontravam-se as soberanias ibéricas, exclusivamente.

A Região do Prata havia sido descoberta pelos portugueses, porém fora ocupada pelos espanhóis, exatamente o oposto do ocorrido na Amazônia. Ambas as bacias correspondentes, as principais da América do Sul, revestiam-se de suma importância geopolítica, à época, por facilitarem o acesso às riquezas do interior, assim como a ocupação territorial.

As primeiras expedições realizadas à Região do Prata, no início do século XVI, a mando de Portugal ou da Espanha, denotavam o interesse desses reinos pela área e era o prenúncio das disputas que se seguiram. Coube à Espanha, entretanto, a realização de ações objetivas para o início da ocupação e posse do território. Os espanhóis reconheceram como descoberta oficial da foz do Prata a incursão feita pela expedição de João Dias de Solis (1516), que foi morto pelos índios guaranis, ao desembarcar em um ponto da margem esquerda. Uma de suas naus, no retorno à Espanha, naufragou próximo à ilha de Santa Catarina. Coube a Aleixo Garcia, marinheiro português a serviço da Espanha, sobrevivente a esse naufrágio, a descoberta do rio Paraguai, durante sua expedição ao Peru, em 1516. Essas expedições forneceram subsídios que orientaram a ocupação da área pelos dos espanhóis.

Quanto a Portugal, apesar do pioneirismo, não foram efetivadas ações que pudessem marcar a sua presença na região, com a fundação de feitorias ou fortes, pelo menos no século XVI. O próprio fato de a divisão administrativa em capitanias hereditárias ter sido limitada ao sul pelo paralelo 28°, à altura da ilha de Santa Catarina, é interpretado como a aceitação da soberania espanhola sobre o Prata, em consonância com a restrição de Tordesilhas. Tal postura, todavia, não foi permanente. Vários fatores concorreram para a determinação portuguesa em promover a expansão de sua Colônia para o sul.

O primeiro fator foi a pretensão de estabelecer o limite meridional justamente no rio da Prata, com base nos feitos das primeiras expedições portuguesas à região e no princípio das fronteiras naturais. No início do século XVII, o litoral compreendido entre Cananéia (SP) e a margem esquerda do Prata, inclusive, não estava efetivamente ocupado por portugueses ou espanhóis. As fundações das localidades de São Francisco do Sul - SC (1641), Paranaguá - PR (1648) e Laguna - SC (1676) trataram de marcar a presença lusa mais ao sul, dentro ainda dos limites de Tordesilhas.

Outro fator que abriu caminho para o sul foi o conjunto de ações dos bandeirantes paulistas nos ataques e destruições das missões jesuítas do Guaíra (Paraná) e do Tape (Rio Grande do Sul). Tais ataques já caracterizavam o confronto com a soberania espanhola. No que pese o aspecto privado das bandeiras, há registros da reivindicação das terras ocupadas pelos aldeamentos missionários por parte dos bandeirantes, em nome do rei de Portugal. O fato é que as destruições das missões concorreram para o interesse expansionista para o sul, criando condições para a ocupação do interior, ao passo que eliminava a presença dos espanhóis. Os ataques às reduções foram desencadeados a partir de 1607, no Guaíra, e concluídos em 1638, quando Fernão Dias Paes Leme destruiu os últimos aldeamentos do Tape.

A ausência de colonização nos territórios correspondentes aos atuais Rio Grande do Sul e Uruguai estimulou a ambição de Portugal sobre a região. Em 1647, Salvador Correia de Sá e Benevides obteve da Coroa portuguesa a concessão de terras que iam até o estuário do Prata. A bula papal *Romani Pontificis*, de 22 de novembro de 1676, criou a Diocese do Rio de Janeiro, estabelecendo como seu limite sul o Prata.

A mesma época, Portugal planejou estabelecer-se na região com objetivos bem definidos: ocupar a área livre a partir da margem esquerda do Prata para o norte, e concorrer com o contrabando lucrativo que era feito em Buenos Aires, com as riquezas que vinham do interior. A primeira tentativa de fixação na área deu-se em 1678, sob o comando do Tenente-General Jorge Soares Macedo, então Governador do Rio de Janeiro. Sem reunir meios suficientes, Jorge Soares teve seus navios avariados pelo mau tempo, na costa do Rio Grande do Sul, o que obrigou o retorno da expedição.

Diante do desafio que representava o estabelecimento de uma base na região do Prata, Portugal tomou medidas para a materialização de tal intento. Para isso,

nomeou novo Governador do Rio de Janeiro, D. Manuel Lobo, que veio da Metrópole trazendo minuciosas instruções para o cumprimento da missão. Em março de 1679, D. Manuel Lobo tomou posse e prontamente iniciou a organização da expedição. O primeiro e maior obstáculo foi a dificuldade do recrutamento da tropa, devido à baixa motivação da população do Rio de Janeiro. Diante da ponderação da Câmara local, que considerava um ônus muito pesado a mobilização feita somente na Sede, D. Manuel houve por bem solicitar apoio de outras capitanias, em particular a de São Vicente. A expedição, transportada em cinco embarcações, era composta de cerca de 400 pessoas, sendo o efetivo militar correspondente à metade desse número, aproximadamente.

Em janeiro de 1680, D. Manuel Lobo desembarcou na margem setentrional do Prata, quase em frente a Buenos Aires, e deu início à construção da Colônia do Santíssimo Sacramento. A Colônia, como ficou conhecida, tornou-se o ponto emblemático em torno do qual ocorreram as disputas pela hegemonia regional entre os reinos ibéricos. Esses embates acabaram por promover a ocupação militar e consequente colonização dos territórios correspondentes ao atual Estado do Rio Grande do Sul.

No mesmo ano da sua fundação, mais precisamente em agosto, a Colônia foi tomada, pela primeira vez, pelos espanhóis. O governador de Buenos Aires, D. José de Garro, à frente de cerca de 3.500 homens, assaltou a posição, após 23 dias de rigoroso cerco. Antes, D. José havia tentado a rendição, sob o argumento de estarem os portugueses em terras espanholas. Diante da negativa de D. Manuel Lobo, que se mostrou convicto no cumprimento da sua missão, o governador portenho passou à ação armada. No ano seguinte, a Colônia foi devolvida a Portugal, pelo Tratado Provisional de Lisboa de 1681, e reocupada em 1683.

Seguiram-se alguns anos, e a prosperidade da Colônia, através de intenso e lucrativo comércio, chegou a concorrer com Buenos Aires. Essa situação causava apreensão aos espanhóis, temerosos ainda de que a projeção da Colônia atraísse para a região os inimigos da Espanha - ingleses, franceses e holandeses. Os governadores de Buenos Aires não escondiam suas intenções em desalojar os portugueses da área. Em 1700, Maldonado chegou a solicitar ao rei espanhol autorização para arrasar a Colônia. Os ânimos dos espanhóis foram acirrados com a assinatura do Tratado de Methuen, em 1703, entre Portugal e a Inglaterra, tradicional inimiga da Espanha.

Em 30 de abril de 1704, a Espanha declarou guerra a Portugal, ordenando novo ataque à possessão portuguesa do Prata. Comandava a Colônia Sebastião da Veiga Cabral que, diante dos rumores do provável ataque, havia intensificado os trabalhos de fortificação e reforçado a defesa. Em outubro, os espanhóis, sob o comando de Baltasar Garcia Roz, desferiram ataques às posições portuguesas, sendo heroicamente repelidos. Em fevereiro de 1705, os portugueses resistiram a dois fortes ataques, desencadeados sob o comando do próprio governador de Buenos Aires, Valdez Inclan. No início de março, verificou-se a chegada de uma esquadra portuguesa, que, às vistas dos moradores da Colônia, já próximo à sua enseada, travou combate com as naus de Inclan, derrotan-

do-as. Todavia, as ordens da esquadra recém-chegada não eram para reforçar a praça e sim evacuar os seus habitantes. A operação deveria ter sido feita em sigilo, o que não ocorreu em virtude da denúncia de um desertor. Em consequência, Inclan desfechou intenso bombardeio sobre a cidadela, impondo o engajamento dos fogos dos defensores, e retardando a retirada. O embarque foi concluído em 14 de março, chegando a frota ao Rio de Janeiro em abril de 1705. Pela segunda vez a Colônia havia sido tomada pelos espanhóis.

Em 1715, pelo Tratado de Utrecht, foram reconhecidos os direitos portugueses sobre a Colônia. Coube a Manuel Gomes Barbosa a tarefa de organizar o seu repovoamento, já em fins de 1716. O novo empreendimento foi muito bem sucedido, o que fez ressurgir velhos ressentimentos entre os espanhóis de Buenos Aires.

Por outro lado, era preocupante aos portugueses o isolamento da Colônia, dependente da ligação marítima, e cujo apoio terrestre mais próximo era Laguna, no Sul de Santa Catarina. Para minimizar tal óbice, o Rei D. João V, de Portugal, determinou a fundação do Presídio de Montevideu, em 1723. A missão foi atribuída a Manuel de Freitas da Fonseca. A reação espanhola foi imediata. D. Bruno Zabala, então Governador de Buenos Aires, mobilizou tropas para expulsar os portugueses do local. Diante da ameaça, Freitas da Fonseca retirou-se para o Rio de Janeiro, onde foi preso e submetido a Conselho. Com a retirada lusa, os espanhóis instalaram-se no mesmo lugar e fundaram a localidade de Montevideu, em 1726, hoje a capital uruguaia.

Quanto à Colônia, os anos seguintes continuaram marcados pelo progresso. Lentamente, os portugueses foram alargando seus domínios. Os caminhos de Vacaria e Passo Fundo foram estendidos até Sorocaba, aumentando a apreensão de gado selvagem e favorecendo o surgimento de estâncias.

Em 1734, recomeçaram as hostilidades espanholas aos habitantes da Colônia. Havia assumido o governo de Buenos Aires D. Miguel de Salcedo, que trazia instruções expressas para confinar os portugueses da Colônia dentro do limite acordado pelo Tratado de Utrecht de 1715. Segundo interpretação dos espanhóis, ele estabelecia o limite pelo alcance de um tiro de canhão, disparado da fortaleza. Já do ponto de vista dos portugueses, seus domínios incluíam todo o território da margem setentrional do Prata, até o litoral. Tendo por base a sua interpretação, Salcedo intimou o Governador da Colônia, Antônio Pedro de Vasconcelos, a cumprir a sua reivindicação, sob ameaça das armas. Vasconcelos respondeu com altivez, demonstrando propósitos de defender a posição. Em consequência, Salcedo iniciou as ações militares em outubro de 1735, deslocando suas tropas para executar o cerco. No final de novembro, os sitiados desencadearam intenso bombardeio. Os portugueses resistiram ao cerco até 6 de janeiro de 1736, quando uma esquadra, composta por 7 navios, trouxe os reforços esperados do Rio de Janeiro, sob o comando de José da Silva Pais, cuja intervenção determinou a retirada espanhola. As hostilidades foram formalmente suspensas pelo Tratado de Paris, de 16 de março de 1737, firmado entre os soberanos ibéricos.

A necessidade de apoiar a Colônia era persistente. O fracasso na instalação do Presídio de Montevideu induziu Portugal ao planejamento da ocupação de outros pontos entre Laguna e a Colônia, visando ao apoio a esta. O Conselho Ultramarino, em parecer de 1728, salientava a importância da posse da foz do rio Grande de São Pedro, como era conhecida a lagoa dos Patos, para o que deveria ser designado um militar de escol. A missão recaiu sobre o Brigadeiro José da Silva Pais, insigne engenheiro e oficial do Exército Português.

Em 1735, o Brigadeiro Silva Pais assumiu interinamente o Governo do Rio de Janeiro, ocasião em que tomou conhecimento do ataque de D. Miguel de Salcedo à Colônia. Diante do dilema entre prover a segurança do Rio de Janeiro, face à possibilidade de uma investida espanhola sobre a Capital, e socorrer a Colônia, Silva Pais optou pelo apoio urgente ao Sul. Os objetivos da expedição organizada eram, sobretudo, mais abrangentes: incluíam ainda o ataque a Montevideu e a fundação de uma colônia na barra do rio Grande (saída para o mar da lagoa dos Patos).

Durante a execução, porém, verificou-se a ocorrência de alguns empecilhos, que comprometeram o sucesso das ações. O mais grave foi a falta de unidade de comando: a esquadra era comandada por Luís de Abreu Prego, cabendo a Silva Pais o comando da tropa de desembarque. Havendo desavenças entre os chefes, a coordenação do emprego dos meios foi prejudicada. As condições climáticas desfavoráveis e as dificuldades de navegação no estuário completaram o quadro negativo. Assim, a investida a Montevideu nem chegou a ser tentada.

No prosseguimento, Silva Pais contribuiu para a suspensão do cerco à Colônia. Diante desse êxito, ele chegou a aventar a possibilidade de arrasar Buenos Aires. Tendo verificado a inviabilidade de tal projeto, procurou atuar contra os navios espanhóis, lançando obstáculos nos canais de saída, de forma a dar liberdade de ação aos navios de Abreu Prego. Tendo revelado perseverante espírito de luta, Silva Pais teve suas iniciativas tolhidas, entretanto, pela falta de colaboração de seus auxiliares.

Consumada a inviabilidade da retomada de Montevideu, Silva Pais reconheceu o sítio de Maldonado, um ponto do litoral mais a leste de Montevideu, objetivando a instalação de uma guarnição militar. Todavia, o local mostrou-se carente de recursos naturais mínimos para o sustento da guarnição, e a possibilidade foi descartada.

Passou, então, José da Silva Pais à consecução do seu último objetivo: a fundação de uma colônia no rio Grande de São Pedro. No dia 19 de fevereiro de 1737, a sua expedição desembarcou na margem sul da foz do rio Grande. Deu-se aí o início da ação colonizadora de Portugal, no território do futuro Rio Grande do Sul, da qual Silva Pais foi o primeiro artífice. Sua primeira medida importante foi a construção da fortaleza no porto, a pioneira do território: o Presídio de Jesus, Maria e José (anos depois seria construído um forte homônimo, no Rio Pardo), onde hoje se encontra a cidade portuária de Rio Grande - RS. Sem descuidar da segurança, Silva Pais tratou de executar medidas para

prover o sustento da população, visando à permanência duradoura e à autossuficiência. Para tanto, criou a Estância Real do Bojuru, em área adjacente à margem norte do canal, destinada ao cultivo de alimentos e à criação do gado e da cavallhada. Iniciou também a organização política e administrativa da região, ao estabelecer o vínculo do governo militar com os primeiros habitantes do Viamão (próximo à atual Porto Alegre) e estâncias vizinhas.

As servidões relacionadas à instalação das guarnições, tais como a fadiga decorrente do árduo trabalho e a escassez de alimentos, levavam muitos soldados à deserção, comprometendo o desempenho militar. Por isso, a consolidação dos domínios portugueses, exigia uma complementação indispensável ao esforço militar - o povoamento. Para a ocupação do Rio Grande, contou-se, primeiramente, com famílias vindas de São Paulo, somadas às que haviam abandonado a Colônia do Sacramento. Já na década de 1740, a Metrópole programou a imigração que pretendia deslocar milhares de casais açorianos para Santa Catarina e Rio Grande. A primeira ocupação deu-se ao Norte da lagoa dos Patos, próximo à localidade já existente de Viamão.

O incremento das forças militares do Sul, somado à ocupação sistemática de Rio Grande e de Viamão, deveria constituir uma contraposição aos contingentes missioneiros dos Sete Povos das Missões, que apoiavam os castelhanos em seus ataques às instalações portuguesas. Em jogo persistia o controle do estuário do Prata e, implicitamente, a posse do próprio território das Missões. O equilíbrio de forças criou uma situação de fato, chegando mesmo a neutralizar os efeitos diplomáticos dos tratados firmados entre as metrópoles, pertinentes às disputas regionais, porém distantes delas. Os interesses coloniais passavam a preponderar - prenúncio das emancipações que se esboçavam.

A urgente e necessária ocupação do Rio Grande e respectiva área de influência exigiam que se fortificasse a ilha de Santa Catarina, com o objetivo de assegurar as ligações com Santos e o Rio de Janeiro. Tendo dado bom andamento à implantação da colônia do Rio Grande, o Brigadeiro Silva Pais foi convocado ao Rio de Janeiro, não sem antes proceder ao reconhecimento da ilha de Santa Catarina, cuja importância estratégica passava a ser considerada. A segurança do litoral catarinense era precária, apesar da relevância de São Francisco do Sul e Laguna. Somente em 1737 chegou à região a primeira tropa regular, oriunda de Santos, comandada por um capitão. No ano seguinte, Santa Catarina tornou-se capitania subalterna, separada de São Paulo e ligada diretamente ao Rio de Janeiro.

Em 1739, Silva Pais foi nomeado Governador de Santa Catarina, exercendo o cargo em duas oportunidades: de 1739 a 1743, e de 1746 a 1749. As suas administrações foram marcadas por realizações profícuas para o desenvolvimento da Capitania. No campo militar, providenciou a construção de quatro importantes fortificações e criação de um batalhão, que foi a origem do Regimento apelidado de Barriga-Verde (devido ao peitilho verde do uniforme), adjetivo herdado pelo povo catarinense. Quanto à adminis-

tração da Capitania, evidenciou a mesma capacidade da época da instalação do Rio Grande, criando repartições civis e promovendo o desenvolvimento da produção dos meios de subsistência. O fortalecimento dessa região representou uma maior segurança estratégica, com vistas às operações necessárias à consolidação da ocupação do Sul.

O ano de 1750 foi um marco importantíssimo para os destinos do Brasil. O principal evento, pelo seu significado, foi a assinatura do Tratado de Madri, em 13 de janeiro, cujo conteúdo jurídico foi obra de genialidade de um brasileiro, Alexandre de Gusmão. Ele havia exercido o cargo de secretário particular de D. João V, de 1730 até a morte do Rei, em 31 de julho de 1750. Dotado de perspicácia e grande poder de articulação, Gusmão esteve no foco da política que visou preparar entendimento das autoridades metropolitanas, para as negociações com a Espanha, com vistas à constituição das bases físicas da Colônia. Tal política orientou-se, respectivamente, pela consolidação das posses de áreas estratégicas, como o Rio Grande do Sul e Mato Grosso, e pelo desenvolvimento de estudos cartográficos. É conveniente ressaltar que a assinatura do acordo foi facilitada porque a rainha espanhola, Dona Maria Bárbara de Bragança, era filha de D. João V.

As resoluções do Tratado mostraram-se bastante favoráveis a Portugal, pelo menos na América, haja vista o ganho de terras legitimado pelo *uti possidetis*. Entretanto, cumpre salientar que o acordo foi global e, como tal, pretendeu solucionar, pelo mesmo princípio, as ocupações de terras feitas pela Espanha na Ásia, que por direito eram de Portugal.

A despeito disso, existe consenso entre estudiosos do assunto, revestidos de neutralidade, de que o Tratado de Madri constituiu um bom acordo, pelas suas características de equilíbrio e comedimento, em que fica evidenciada a boa fé das partes contratantes. Todavia, a sua breve existência formal foi desproporcional à sua relevante proposição, revogado que foi pelo Tratado de 1761. A essência dos seus princípios perdurou, contudo, validando o acordo primário, ainda que tacitamente, apesar de outros tratados de limites.

Os objetivos do Tratado de Madri impuseram a constituição de comissões mistas, cujas atribuições eram efetuar o reconhecimento dos acidentes naturais e a fixação das fronteiras, em conformidade com o disposto no documento. A tarefa das comissões demarcadoras revelou-se de difícil execução, consumindo anos de trabalho, sem uma conclusão satisfatória, em muitos dos casos.

Retornando às questões das disputas em torno do Prata, foram justamente os trabalhos demarcatórios na região o fator de grande e crescente tensão política entre os reinos litigantes, representados ali pelos seus colonos. A resolução do Tratado estabelecia a posse da Colônia do Sacramento pela Espanha, ficando com Portugal a região dos Sete Povos das Missões. Essa troca, embora estabelecida pelo acordo, veio a constituir um grave ponto de discordância entre as Coroas - em última análise, nem Espanha, nem Por-

tugal pareciam querer abrir mão do controle do estuário do Prata. Havia ainda a contrariedade dos interesses dos comerciantes e políticos portugueses, acostumados aos lucros auferidos com o contrabando na região, assim como, do outro lado, a predisposição dos jesuítas em manter os Sete Povos das Missões, frutos de árduos trabalhos de colonização, por eles desenvolvidos, durante anos.

À época do Tratado, Gomes Freire de Andrade era o Governador e Capitão-General do Rio de Janeiro, a quem cabia as responsabilidades pela administração do Sul. Ele exerceu os cargos de 1733 a 1763, período em que acumulou os governos de Minas Gerais (por três períodos, entre 1735 e 1763), de Mato Grosso (1748-1751) e de Goiás (1748-1749). Tendo sido indicado pela Corte como seu representante na Comissão Demarcadora do Sul, Gomes Freire subdividiu-a em três tropas ou partidas. A primeira partida, a cargo do próprio governador, efetuariam a demarcação de Castilhos até a foz do Ibicuí. As segunda e terceira partidas, sob as chefias do Tenente-Coronel Pinto Alpoim e do Sargento-Mor José Custódio de Sá Faria, respectivamente, ficariam encarregadas de efetuar as demarcações a partir da foz do Ibicuí até a confluência do rio Jauru com o rio Paraguai.

Os trabalhos da primeira partida foram desenvolvidos com normalidade até as proximidades das cabeceiras do Ibicuí, onde os demarcadores passaram a ser hostilizados pelos índios missioneiros. Diante do fato, Gomes Freire recolheu sua tropa à Colônia do Sacramento.

Havendo entendimento entre as autoridades comissárias, foi acertado o emprego da força para deslocar os habitantes dos Sete Povos e dar posse das terras à Coroa portuguesa. O que se verificou, porém, foi a falta de empenho, por parte dos espanhóis, em iniciar as ações que lhes cabiam. Somente em 1754, por ordens taxativas vindas de Madri, foi acertado um plano em conjunto, para a conquista das Missões.

Diante da protelação das ações espanholas, até então, e do aumento da animosidade dos índios, Gomes Freire determinou, em 1752, a construção do Forte de Jesus-Maria-José do Rio Pardo, na confluência do mesmo rio com o Jacuí. A nova praça foi guarnecida com tropas de dragões (cavalaria) vindas de Minas Gerais e da Colônia do Sacramento. O Forte do Rio Pardo constituiu uma barreira importante para a defesa da região, desde então.

As ações conjuntas das tropas portuguesas e espanholas, contra as milícias indígenas das Missões, produziram a Guerra Guaranítica (1754-1756), um conflito ímpar, reunindo duas potências europeias contra os índios, por sinal vassalos espanhóis, que foram interpostos pelas circunstâncias aos interesses das metrópoles ibéricas.

Os nativos das Missões, submetidos a um processo de aculturação há muitas décadas, haviam aprimorado a sua forma de combater, nas lutas havidas contra os colonizadores. Essas experiências permitiram-lhes a assimilação de aspectos da doutrina europeia, como o uso de armas de fogo, inclusive peças de artilharia. Esse relativo poder

de combate levou Gomes Freire à necessidade de negociar com os índios um armistício, em 1755, quando lhe faltou, temporariamente, o apoio espanhol, evitando assim a retirada. No prosseguimento, os aliados ibéricos concentraram seus meios e travaram a batalha decisiva de Caiboaté, cujo aproveitamento do êxito submeteu a região à vontade dos colonizadores.

A Guerra Guaranítica, contudo, não solucionou a questão de limites, no Sul. Em virtude das dificuldades nas demarcações, tanto no Sul quanto no Norte, diante ainda de outro cenário político na Europa, as Coroas ibéricas resolveram anular o Tratado de Madri, firmando o acordo revogatório de El Pardo, em 1761. Voltava-se à situação anterior, com todas suas pendências. Para os luso-brasileiros do Sul restaram, como dividendos das lutas empreendidas, o fortalecimento do espírito militar e o aumento de tropas na região.

No contexto da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), na Europa, formou-se o "Pacto de Família", que reuniu os reinos da Espanha, França e Nápoles, cujos soberanos pertenciam à família Bourbon, para contrapor-se ao crescente poderio naval inglês. Instado a integrar-se ao Pacto, Portugal manteve-se fiel à Inglaterra. Em consequência, a Espanha invadiu o território português europeu, cabendo ao Brasil o recrudescimento das tensões com os espanhóis, no Sul, ressurgindo as represálias e as agressões. Diante dos inevitáveis reflexos do conflito europeu no Brasil, Gomes Freire tomou medidas para reforçar as defesas do Sul.

Governava Buenos Aires D. Pedro Cevallos, cuja personalidade era conhecida por Gomes Freire, dado o tempo em que trabalharam em conjunto nas demarcações. Esse fato criou a possibilidade do levantamento hipotético das prováveis linhas de ação de Cevallos.

Inicialmente, Gomes Freire procurou mobilizar o maior poder de combate possível, com os meios disponíveis. Criou, então, uma Companhia de Aventureiros, para complementar a defesa do Rio Pardo, convocada entre os moradores de Viamão e Laguna. Considerando o já existente espírito de integração entre as regiões, que favorecia a mobilização em pontos distantes da área em conflito, Gomes Freire mandou organizar outras quatro Companhias de Aventureiros, em São Paulo. Determinou ao Coronel Tomás Luís Osório, comandante do Forte do Rio Pardo, a reunião do maior efetivo possível, sem prejuízo da defesa do Forte e, sob o seu próprio comando, que o deslocasse para o extremo sul, constituindo uma vanguarda contra os espanhóis.

Em 1º de outubro de 1762, Cevallos ataca a Colônia do Sacramento, que é tomada após um mês de cerco. Pela terceira vez a Colônia passou ao controle espanhol.

Em consequência do ataque à Colônia do Sacramento, Tomás Osório ocupou a região de Castilhos, em território espanhol, dando início, em 15 de outubro, à construção da Fortaleza de Santa Teresa.

Após conquistar a Colônia, Cevallos deslocou-se para Maldonado, consciente da segurança da sua retaguarda, devido à indisponibilidade naval portuguesa na região. Ali instalou a sua base de operações, de onde pretendia partir para a conquista de seu

objetivo estratégico - levar a fronteira colonial espanhola até Santa Catarina. Contava, para tanto, com um efetivo de cerca de 3.000 homens.

Em 1º de janeiro de 1763, faleceu Gomes Freire de Andrade, no Rio de Janeiro, em pleno exercício do cargo. A sua morte foi atribuída ao desgosto sofrido com a tomada da Colônia por Cevallos. Os trinta anos de meritórios serviços prestados à Coroa portuguesa, no Brasil, quando evidenciou várias virtudes, colocam-no entre os mais ilustres soldados e administradores coloniais.

Em 8 de abril de 1763, Cevallos iniciou a marcha para o combate, pelo litoral. Diante da superioridade inimiga, a posição de Santa Teresa não foi obstáculo, tendo o Coronel Tomás Luís Osório capitulado, à frente de 150 homens apenas, após a deserção em massa da guarnição.

Continuando a execução de seus planos, Cevallos ocupa, em 12 de maio, a Vila de Rio Grande, cuja população havia sido evacuada. A sede administrativa foi transferida para Viamão. De imediato, os espanhóis ocuparam a margem norte do canal, indicando a intenção do prosseguimento, ao longo do litoral.

Em 1763, a Guerra dos Sete Anos terminou com a assinatura do Tratado de Paris, pelo qual Portugal e Espanha deveriam devolver tudo que haviam conquistado pelas armas, durante o conflito. No Sul do Brasil, as autoridades confrontantes ajustaram seus limites, sem a participação das metrópoles, ficando os espanhóis com a posse do canal do Rio Grande. Entretanto, cumprindo em parte o Tratado, devolveram a Colônia do Sacramento, cômicos das dificuldades que Portugal teria para manter a posse. Portugal, por sua vez, restituiu os territórios conquistados durante a guerra, reivindicando a ação recíproca por parte dos espanhóis. Não sendo atendido, e diante da superioridade inimiga, restou aos luso-brasileiros do Sul o preparo silente para a expulsão dos invasores, oportunamente.

Ainda em 1763, foi nomeado o primeiro Vice-Rei do Brasil, Antônio Álvares da Cunha, 1º Conde da Cunha, instalado no Rio de Janeiro, então capital do Brasil. As primeiras inspeções do Vice-Rei deram conta da precariedade da guarnição local, sob todos os aspectos. De imediato, o Conde da Cunha passou a enviar instantes pedidos à Corte. Suas reivindicações incluíam o envio de oficiais portugueses para a reorganização e instrução da guarnição da sede, assim como de reforços de tropas para a Capital e para o Sul. Em Portugal, estavam em curso as reformas militares promovidas pelo Marquês de Pombal, em vista da fragilidade militar do Reino verificada durante a Guerra dos Sete Anos. Para tal reforma, Pombal contratou oficiais estrangeiros, cabendo a direção ao Conde de Lippe, oficial alemão de renome, discípulo de Frederico II. Atendendo aos pedidos do Conde da Cunha, foram enviados, em 1764, 50 oficiais portugueses.

Em 1764, foi nomeado o novo Governador do Rio Grande (desde 1760, o Sul possuía governo local, subordinado ao Rio de Janeiro), Coronel José Custódio de Sá e Faria, que teve como auxiliar de confiança o Coronel José Marcelino de Figueiredo. Diante do quadro encontrado, José Custódio empenhou-se, desde o início, em medidas

para combater os espanhóis. Tal postura não poderia ter apoio ostensivo por parte de Portugal, dado o clima político amistoso existente com a Espanha. Todavia, o ímpeto de José Custódio encontrou eco no ânimo da população rio-grandense. Ocorreu que os luso-brasileiros do Sul já haviam desenvolvido um sentimento nativista, forjado nas lutas anteriores e sedimentado no apego à terra, tornando-os soldados prontos e motivados para repelir o invasor.

A primeira ação de José Custódio foi a construção da fortificação de São Caetano, confrontando com a cabeça de ponte, estabelecida pelo inimigo, na margem norte do canal do Rio Grande. O objetivo era constituir uma base para a retomada da Vila de Rio Grande.

Após consolidar o planejamento, a missão de reconquistar Rio Grande foi atribuída ao Coronel José Marcelino. O plano inicial previa o emprego de cerca de 500 homens, que deveriam atacar divididos em sete embarcações, partindo de São Caetano. Duas tentativas foram frustradas. A primeira, devido ao mau tempo, que dispersou as embarcações; a segunda, pelo desembarque em solo pantanoso, que, associado ao fogo inimigo, impediu a progressão. Retornando a São Caetano, os luso-brasileiros tomaram a cabeça de ponte inimiga, assenhoreando-se da margem norte do canal, definitivamente.

Em virtude do clima de paz com a Espanha, Portugal viu-se na obrigação de anunciar medidas punitivas contra o Governador José Custódio, assim como a devolução do território ocupado, o que na prática nunca aconteceu. O que se verificou foi o reforço das guarnições, e o aumento da ocupação da região entre os rios Jacuí e Camaquã pelos estancieiros brasileiros, sob os protestos dos espanhóis.

Em 1773, o governador de Buenos Aires, D. Juan José de Vertiz y Salcedo, após reivindicar a saída dos luso-brasileiros das terras presumidamente espanholas, resolveu atacar o centro da Capitania do Rio Grande, a guarnição do Rio Pardo. Para tanto, Vertiz y Salcedo planejou executar uma manobra de flanco, a ser realizada por tropa regular, vinda de Corrientes, reforçada por contingente de índios missioneiros, sob o comando de Antônio Gomes; e uma manobra frontal, na direção sul-norte, sob o seu próprio comando.

Governava o Rio Grande o Coronel José Marcelino de Figueiredo. Frente à ameaça, ele assumiu, pessoalmente, o comando da Praça do Rio Pardo e determinou ao Capitão Rafael Pinto Bandeira que investisse sobre a tropa de Antônio Gomes. Apesar da inferioridade numérica, Pinto Bandeira desmantelou a força inimiga, valendo-se da surpresa. No Rio Pardo, Vertiz y Salcedo intimou a guarnição à rendição. Retornando ao Rio Pardo, Pinto Bandeira foi incumbido de atacar as tropas espanholas. Mais uma vez utilizando táticas de guerrilha, o Capitão impôs numerosas baixas ao inimigo. Sem poder contar com as tropas de Antônio Gomes e diante da resistência da guarnição do Rio Pardo, Salcedo desistiu do ataque e retornou a Buenos Aires.

Em 1767, havia chegado ao Brasil, comissionado Tenente-General, o oficial alemão João Henrique Böhm, acompanhado do Brigadeiro sueco Jacques Funk e do

Capitão italiano Francisco João Roscio. No primeiro semestre do mesmo ano, haviam desembarcado no Rio de Janeiro os Regimentos de Infantaria de Moura, de Estremoz e de Bragança (este comandado pelo Coronel Francisco de Lima, tio-avô do futuro Duque de Caxias), além de um trem completo de artilharia.

Diante do perigo que representava a ameaça espanhola à integridade da Capitania do Rio Grande, Böhm foi designado comandante em chefe do Exército do Sul, constituído pelos três regimentos vindos de Portugal, por contingentes de São Paulo e Minas Gerais, além das tropas convocadas no Rio Grande. No início de 1775, já era notável o reforço de tropas na margem norte do canal do Rio Grande (Lagoa dos Patos), em Porto dos Casais (Porto Alegre) e no Rio Pardo.

As ações para expulsar os espanhóis do sul do Brasil tiveram início com o ataque ao entrincheiramento de São Martinho. Essa posição constituía uma ponta-de-lança do território das Missões e ameaçava, pelo flanco oeste, o Rio Pardo. A missão coube a Rafael Pinto Bandeira, profundo conhecedor da região. Utilizando táticas que lhe eram peculiares, principalmente a surpresa, Pinto Bandeira neutralizou a posição, em 31 de outubro, retornando ao Rio Pardo.

A próxima posição inimiga atacada foi o Forte de Santa Tecla, que guarnecia a região de Coxilha Grande. A tarefa foi atribuída ao intrépido Pinto Bandeira, após receber do General Böhm o reforço de 150 homens. Dessa feita, não sendo conseguida a surpresa, Pinto Bandeira efetuou o cerco do Forte, recebendo a rendição da guarnição, em 24 de março de 1776.

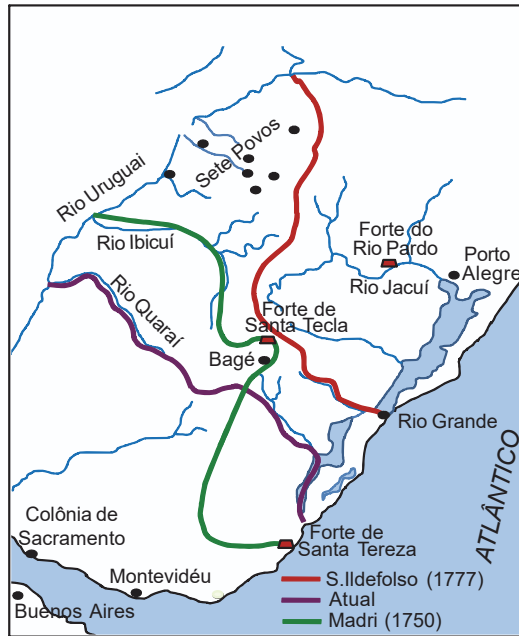
Restava a retomada da Vila de Rio Grande, cuja posse representava o acesso à lagoa dos Patos e, por extensão, à região de Viamão e Porto dos Casais. A ação foi comandada pelo próprio General Böhm. Na madrugada de 1º de abril de 1776, foi feita a travessia do canal e conquistada a Vila, graças à surpresa e às manobras executadas.

Em consequência das ações do General Böhm, a Espanha tratou de organizar a contrapartida. Ainda em 1776, criou o Vice-Reinado do Prata, nomeando D. Pedro Cevallos Capitão-General e Vice-Rei. Cevallos partiu da Europa, à frente de poderosa esquadra, chegando à ilha de Santa Catarina, da qual se apossou em 1777. Da ilha pretendia atuar sobre a Vila de Rio Grande. Tendo desistido de tal plano, seguiu para a Colônia do Sacramento, que passou às mãos espanholas, definitivamente.

Durante a ocupação da ilha de Santa Catarina, ocorreu a morte do Rei D. José I. Com a ascensão ao trono de Dona Maria I, o Marquês de Pombal foi exonerado. Em 1º de outubro de 1777, as Coroas ibéricas assinaram o Tratado de Santo Ildefonso, pelo qual foi acertada a devolução da ilha de Santa Catarina, ficando para a Espanha a Colônia do Sacramento e os Sete Povos das Missões.

O Tratado de 1777 desagradou, naturalmente, aos luso-brasileiros do Sul, que tinham como entendimento o direito da posse dos Sete Povos, desde o Tratado de Madri, e pelos quais haviam lutado na Guerra Guaranítica (1754-1756).

AS FLUTUAÇÕES DA FRONTEIRA SUL



A expulsão dos jesuítas dos territórios da Espanha e de suas colônias, em 1767, havia promovido a desorganização progressiva das Missões, cujas estruturas já tinham sido abaladas pela Guerra Guaranítica. Além disso, a administração espanhola leiga, sem afeição para com os índios, provocava o êxodo deles. O acúmulo desses fatores facilitou a conquista das Missões pelos luso-brasileiros, cujas motivações vinham crescendo, faltando um novo pretexto. Isso veio a ocorrer só em 1801, quando, em virtude das intervenções políticas de Napoleão, na Europa, Portugal e Espanha entraram novamente em conflito. De pronto, o Governador do Rio Grande, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, constituiu dois grupamentos de tropa: o primeiro, sob o comando do Coronel Manuel Marques de Souza, atuou na fronteira de Rio Grande (sul); o segundo, tendo à frente o Coronel Patrício José Correia da Câmara, na fronteira de Rio Pardo (oeste).

Ao sul, o grupamento do Coronel Marques de Souza ultrapassou o rio Jaguarão, conquistando a posição fortificada de Cerro Largo. Na fronteira do Rio Pardo, o Coronel Patrício Câmara expulsou os espanhóis de Batovi (São Gabriel), de Santa Tecla e da guarda de São Sebastião, e ocupou Santa Maria.

Além das tropas constituídas regularmente, o Governador contava com a colaboração de líderes locais, os caudilhos. Homens acostumados à vida rústica das planícies, eles fustigavam incessantemente os espanhóis com seus grupos armados, com ações de guerrilha, das quais tiravam proveito militar as autoridades lusas. Muitos deles eram militares profissionais, deslocados para a região para combater os espanhóis e que, motiva-

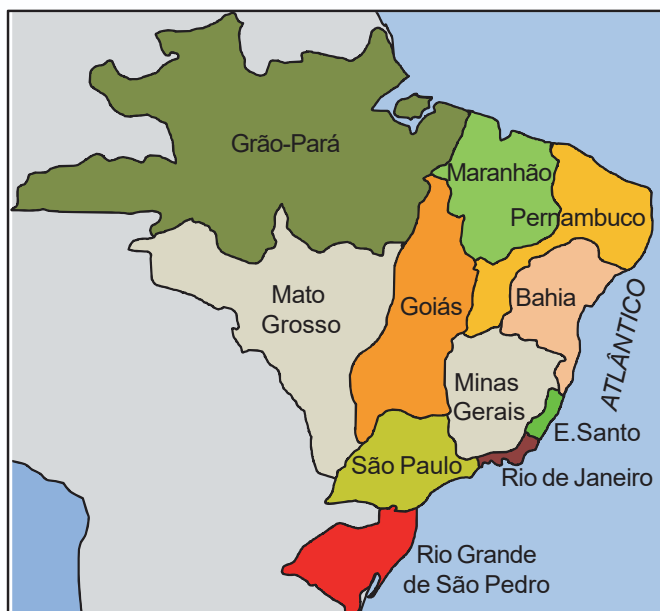
dos pelas circunstâncias locais, tornaram-se pecuaristas, cuja atividade econômica sustentou a ocupação das terras. Exemplos desses líderes foram Manuel dos Santos Pedroso e José Borges do Canto, os quais se apresentaram às autoridades, à frente de seus homens, prontos para lutar. As ações por eles executadas eram caracterizadas pela surpresa, mobilidade e golpes de mão.

Coube à tropa de Borges Canto, reforçada por 300 índios, libertados após um ataque a um campo de instrução espanhol, a execução do cerco a São Miguel. Passados três dias de sítio, a guarnição da capital das Missões capitulou. Essa ação precipitou as rendições de São Lourenço, São João, São Luís Gonzaga e Santo Ângelo. Em São Borja, o governador espanhol local foi aprisionado pelos índios e entregue aos luso-brasileiros.

A posse dos territórios não estava, porém, consolidada. Os espanhóis passaram a concentrar seus meios para recuperar os territórios ocupados. Na região das Missões, as tropas de Borges Canto e de Santos Pedroso lutavam contra os remanescentes inimigos no território, e para conter as incursões vindas de Corrientes.

No setor do Coronel Manuel Marques, os espanhóis contra-atacavam quando, ao atingirem a margem sul do Jaguarão, foi assinado o armistício na Europa, ao que interromperam a sua progressão. Encerrada a Campanha de 1801, estava esboçada a configuração territorial bem próxima da atual do Rio Grande do Sul, faltando a incorporação da faixa compreendida entre os rios Ibicuí e Quaraí, que foi realizada em 1812, durante a intervenção do Exército Pacificador.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA - 1789



A garantia da integridade territorial do Sul, todavia, estava longe de ser um fato consumado. A instabilidade política advinda dos processos de emancipação dos países vizinhos motivaria, ainda, por décadas, o surgimento de conflitos, ameaçando o território e a população rio-grandenses.

Chegado o final do século XIX, verifica-se que os fatores determinantes da expansão colonial portuguesa na América, para muito além de Tordesilhas, estiveram intrinsecamente ligados à ação militar. Inicialmente foram as expedições bandeirantes, com modalidades e objetivos específicos. A exploração do interior ensejou o estabelecimento de guarnições fortificadas, em torno das quais cresceram núcleos populacionais. Notável também foi a conquista dos litorais nordeste e norte, em lutas contra invasores estrangeiros. Ressaltam-se, igualmente, as ocupações militares da Amazônia e do Mato Grosso e as lutas no Sul, que delinearam as extensas fronteiras atuais, definidoras da nossa soberania, exceto o território do Acre, adquirido à Bolívia, em 1903.

O crescente sentimento nativista, já manifestado nos Guararapes, impeliu a sociedade, desde os primórdios mobilizada para as armas, às lutas pelos interesses da nacionalidade, com o amadurecimento de uma força terrestre representativa do povo, comprometida com a manutenção da integridade territorial.

AÇÃO MILITAR DA INDEPENDÊNCIA ATÉ A ECLOSÃO DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

Gláucio Érico de Almeida Silva

*“Caxias foi grande aos olhos de seu século: maior será aos olhos da posteridade”.*⁶

General José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque

O conflito de interesses entre Colônia e Metrópole agravou-se com o passar dos anos, gerando tensões que acabaram gerando rebeliões sem objetivo de separação política, ou seja, que não pretendiam separar o Brasil de Portugal (Movimentos Nativistas), mas queriam modificar aspectos da dominação portuguesa, reformar elementos do pacto colonial e retirar entraves econômicos. Entre elas citam-se: Revolta de Beckman (1684), Guerra dos Emboabas (1708), Guerra dos Mascates (1710) e Revolta de Vila Rica (1720). Ocorreram rebeliões que pretendiam separar o Brasil de Portugal, romper o pacto colonial e proclamar a independência política. Entre elas destacam-se a Conjuração Mineira ou Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates (1798), a Conjuração do Rio de Janeiro em 1794, a Conspiração dos Suaçunas/Suassunas em Pernambuco (1801) e a Revolução Pernambucana de 1817. Todos esses movimentos de emancipação foram controlados pela Coroa. Apesar de contidos, foram determinantes para o agravamento da crise do colonialismo no Brasil, já que trouxeram, pela primeira vez, os ideais iluministas e os objetivos republicanos.

A vinda da família real portuguesa para o Brasil, em janeiro de 1808, provocada por contingências bélicas na Europa, trouxe uma nova dimensão política, administrativa e social para o país. A primeira Carta Régia promulgada pelo Príncipe Regente D. João no Brasil, apenas quatro dias após sua chegada, autorizava a abertura dos portos brasileiros aos países amigos de Portugal. Com isso, iniciava-se, no Brasil, o rompimento de sua condição de Colônia. Atendia-se assim, aos interesses da elite agrária brasileira, acentuando as relações com a Inglaterra, em detrimento das tradicionais relações com Portugal.

⁶ apud *Jornal Inconfidência*, número 154, Agosto de 2010, p. 16.

Com a assinatura dos Tratados de 1810 (Comércio de Navegação e Aliança e Amizade), Portugal perdeu definitivamente o monopólio do comércio brasileiro e o Brasil passou, diretamente, à dependência do capitalismo inglês. Algum tempo depois, em 1815, foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves (região sul de Portugal), deixando de ser Colônia e adquirindo certa autonomia administrativa.

A burguesia mercantil portuguesa colocou fim ao absolutismo em Portugal, em 1820, com a Revolução do Porto. D. João VI foi obrigado a retornar a Portugal e seu filho, D. Pedro, tornado regente, aproxima-se ainda mais da aristocracia rural brasileira, que se sentia duplamente ameaçada em seus interesses, pois temia a intenção recolonizadora de Portugal e uma possível guerra de independência, nos moldes da América Espanhola, dividindo a região em diversas repúblicas.

A aristocracia rural brasileira encaminhou a independência do Brasil com o cuidado de não afetar seus privilégios, representados pelo latifúndio e pelo escravismo. Dessa forma, a independência foi imposta verticalmente, com a preocupação de manter a unidade nacional e conciliar as divergências existentes dentro da própria elite rural, afastando os setores mais baixos da sociedade, representados por escravos e trabalhadores pobres em geral.

A maçonaria (reaberta no Rio de Janeiro com a loja maçônica Comércio e Artes) e a imprensa uniram suas forças contra a postura recolonizadora das Cortes.

D. Pedro foi sondado para ficar no Brasil, pois sua partida poderia representar o esfacelamento do país. Era preciso ganhar o apoio do regente, em torno do qual se concretizariam os interesses da aristocracia rural brasileira. Em 9 de janeiro de 1822, cedendo às pressões, D. Pedro decidiu permanecer no Brasil.

O Dia do Fico, como ficou conhecida a data, era mais um passo para o rompimento definitivo com Portugal. Graças a homens como José Bonifácio de Andrada e Silva (Patriarca da Independência), Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira e outros, o movimento de independência adquiriu um ritmo surpreendente com o "cumpra-se", em que as leis portuguesas seriam obedecidas somente com o aval de D. Pedro, que acabou aceitando o título de Defensor Perpétuo do Brasil (13 de maio de 1822), oferecido pela maçonaria e pelo Senado. Em 3 de junho, foi convocada uma Assembleia Geral Constituinte e Legislativa e, em 1º de agosto, foram consideradas inimigas as tropas portuguesas que tentassem desembarcar no Brasil.

Em Portugal, a reação tornava-se radical, com ameaça de envio de tropas, caso o príncipe não retornasse imediatamente. José Bonifácio, transmitiu essa decisão portuguesa ao príncipe, juntamente com uma carta sua e outra de D. Maria Leopoldina, esposa de D. Pedro, que ficara no Rio de Janeiro como regente. No dia 7 de setembro de 1822, D. Pedro que se encontrava às margens do riacho Ipiranga, em São Paulo, após a leitura das cartas que chegaram a suas mãos, bradou: "É tempo... Independência ou morte... Estamos separados de Portugal".

Chegando no Rio de Janeiro (14 de setembro), D. Pedro I foi aclamado Imperador Constitucional do Brasil. Era o início do Império, embora a coroação tenha se realizado em 1º de dezembro de 1822.

A independência não marcou nenhuma ruptura com o processo histórico colonial. As bases socioeconômicas (trabalho escravo, monocultura e latifúndio), que representavam a manutenção dos privilégios aristocráticos, permaneceram inalteradas.

A primeira grande tarefa de D. Pedro I foi consolidar a independência no país, pois a nova situação política (separação de Portugal) não fora aceita em todo o território.

Durante todo o Primeiro Reinado (1822-1831), as exportações brasileiras foram inferiores às importações, ocasionando problemas financeiros ao governo, que teve de contrair empréstimos em bancos estrangeiros.

Sem exército preparado para combater os revoltosos, D. Pedro I contratou os serviços militares de mercenários, contando com o apoio dos grandes proprietários rurais do Centro-Sul. Os chefes mercenários contratados foram Lorde Cochrane, John Grenfell, Pierre Labatut, James Norton, John Taylor e Thomas Crosbie.

Os Estados Unidos da América foram o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil (1824), pois eram contrários ao colonialismo europeu e tinham interesse em estender sua influência sobre o continente americano, por meio da Doutrina Monroe - "A América para os americanos".

As nações latino-americanas, após suas independências, adotaram a república como forma de governo. Por isso, relutaram em reconhecer a independência brasileira, pois o Brasil adotara a monarquia e tinha no comando do governo um imperador português. Somente em 1825, o México reconheceu a independência brasileira.

Portugal também não queria reconhecer a independência. Porém, com a mediação da Inglaterra, os portugueses a reconheceram, em troca de uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas (moeda inglesa), além da concessão do título honorário de Imperador Perpétuo do Brasil a D. João VI, em 1825. O Brasil pagou a indenização contraindo empréstimo junto à Inglaterra, consequentemente, aumentando sua dívida externa.

A Inglaterra reconheceu a independência, exigindo que o Brasil acabasse com o tráfico de escravos. Em 1826, o governo imperial assinou um tratado com os ingleses, porém somente em 1831 foi decretada uma lei, proibindo o tráfico negreiro. A lei permaneceu no papel, não sendo cumprida. Foi negociada, também, a renovação do Tratado de Comércio e Navegação de 1810 (privilégio dos ingleses de pagarem somente 15% de impostos sobre produtos vendidos para o Brasil), sendo este estendido a outras nações, como a França, Áustria, Bélgica e Dinamarca.

Antes mesmo da proclamação da independência, em 3 de junho de 1822, havia sido convocada uma Assembleia para elaborar a primeira constituição brasileira.

Ela foi instalada apenas em 3 de maio de 1823, iniciando o trabalho de elaboração do anteprojeto da constituição (Constituição da Mandioca) com importante atuação do Partido Brasileiro. Este partido tinha posições anticolonialistas (oposição aos militares e comerciantes portugueses), antiabsolutistas (limitação e diminuição dos poderes do Imperador, aumentando os poderes do legislativo), e classistas (manter o poder na mão dos grandes proprietários de terra).

A atitude política de D. Pedro I, para fazer frente à Assembleia, foi aproximar-se do chamado Partido Português, que apoiava suas ideias absolutistas, e decretou a dissolução da Assembleia Constituinte, em novembro de 1823. Inúmeros deputados e líderes do Partido Brasileiro, foram imediatamente presos, no episódio conhecido como a Noite da Agonia.

Para acalmar os ânimos, o Imperador nomeou uma comissão de 10 brasileiros natos para elaborar uma constituição no prazo de 40 dias. Terminado o prazo, D. Pedro I outorgou a primeira constituição brasileira, no dia 25 de março de 1824, de inspiração francesa, estabelecendo quatro poderes: Judiciário, Legislativo, Executivo e Moderador (uso exclusivo do Imperador, visando garantir a harmonia do Estado). A capacidade eleitoral foi vinculada à renda em dinheiro (eleições censitárias), a religião católica seria a oficial, criava o regime de Padroado (igreja subordinada ao Estado), o Senado seria vitalício e criava-se o Conselho de Estado, órgão de assessoria do Imperador e de

Guerras da Independência

A permanência de D. Pedro no Rio de Janeiro, para reger os destinos do país, deu-se num ambiente em que já se manifestavam duas correntes políticas de marcantes características, a nacionalista de um lado e de portugueses de outro. Os nacionalistas se posicionavam francamente pela emancipação política, enquanto os portugueses e assemelhados batiam-se pelo "status quo". Quando da independência em 7 de setembro de 1822, vários focos de reação surgiram em regiões onde a presença maciça de comerciantes e tropas lusitanas não aderiram, porque tiveram seus interesses atingidos. Os focos da resistência foram na Bahia, no Piauí, no Maranhão, no Pará e na Província Cisplatina (atual Uruguai). Eles foram contidos pela ação de tropas brasileiras leais ao Imperador e com apoio de chefes mercenários.

À Bahia reservou-se o destino de ser o teatro das maiores violências na luta por emancipação. Desde fevereiro de 1822, deploráveis episódios originados com a intervenção do Brigadeiro português Madeira de Melo mostraram a disposição autoritária dos portugueses. Por exemplo, no Convento da Lapa, arrombando portas e derrubando altares, assassinaram cruelmente a Sórora Joana Angélica.

A 25 de junho de 1822, criou-se, na Vila de Cachoeira, uma junta interina de defesa, para dirigir a reação nacionalista. Iniciou-se uma luta de guerrilhas contra os lusitanos da qual participavam crianças, padres, mulheres e índios. Surgiram as companhias de voluntários cavaleiros, de sertanejos de Rio das Contas (comandados por Frei José

Maria Brayner), dos pretos libertos, dos voluntários do Príncipe (também chamados Periquitos), dos índios (chefiados por Bartolomeu Jacaré) e muitos outros grupos, que não dispunham de armamento comparável ao dos portugueses, mas que lutavam com bravura e patriotismo.

Foram esses brasileiros destemidos que se apossaram da escuna inimiga que bloqueava o porto de Cachoeira, que construíram trincheiras, que interditaram as passagens nos rios Cachoeira e Santo Amaro, que inquietaram as tropas lusitanas, cortando-lhes as comunicações e prejudicando-lhes o abastecimento. Entre os integrantes dessa notável resistência distinguiu-se a figura de Maria Quitéria de Jesus que, empolgada pela causa da Independência, abandonou sua casa, vestida de homem, e assentou praça num regimento, sendo depois transferida para o Batalhão dos Periquitos. Em fins de 1822, à frente de um grupo de mulheres, impediu um desembarque adversário na foz do rio Paraguaçu. A heroína brasileira demonstrou patriotismo em outros episódios arriscados, recebendo, mais tarde, uma condecoração do Imperador e o soldo de alferes de linha.

Após a definição das vilas de Cachoeira, São Francisco e Santo Amaro, em junho de 1822, o movimento cresceu, alastrando-se pela Província. Urgia coordenar as ações e orientá-las convenientemente. Era preciso recuperar a capital da Província, dominada pelas forças do Brigadeiro Madeira de Melo. Da vila de São Francisco, partiu o Alferes Francisco de Faria Dutra com um contingente do 1º Regimento de Linha e ocupou posição em Pirajá, nas alturas próximas ao local denominado Coqueiro. Outra força, composta de milicianos, provinha da capital, ao comando do Coronel Rodrigo Falcão Brandão, para operar na região chamada Cabrito. Mais tarde chegou o Tenente Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, com um batalhão de caçadores. Aumentavam aos poucos os efetivos militares que bloqueavam a cidade. Entre os que se juntaram, cita-se um corpo de tropa constituído de negros, formando a Guarda dos Henriques, comandada pelo Major Manuel Gonçalves da Silva: O nome da corporação era homenagem ao negro Henrique Dias, que tivera destacada participação na guerra contra os holandeses.

O Tenente-Coronel Felisberto Gomes Caldeira dirigiu as primeiras obras de fortificação na vila de São Francisco de Sergipe do Conde, na ilha de Cajaíba e em várias outras, a fim de impedir o acesso das canhoneiras portuguesas. Fortificaram-se as ilhas das Fontes, Vacas, Frades, Bom Jesus, Madre de Deus e Santo Antônio. Em terra firme, estabeleceram-se fortificações em Caipé, Marapé, Mataripe, Paramirim, Sambará, Engenho do Conde, Gamboa, Encarnação, Barra do Carcez e outros locais. Mobilizaram-se várias unidades, apesar da dificuldade para a obtenção de armamento. Um dos membros da Casa da Torre, Tenente-Coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, marchou com alguns homens e acampou em Pirajá, assumindo o comando das forças que se encontravam na região.

O Brigadeiro Madeira de Melo subestimava a importância do movimento, convicto de que suas tropas, mais bem armadas e adestradas, poderiam aniquilar as forças nacionalistas a qualquer momento. O chefe lusitano considerava incompetentes os

comandantes dos milicianos, já que eram homens de engenho e do sertão, com armamento insuficiente e munição escassa.

A falta de homogeneidade das forças rebeldes, a descentralização e o equipamento obsoleto seriam fatores da derrota brasileira. O Brigadeiro limitou-se a mandar efetuar uma permanente atividade de reconhecimento no Recôncavo e de patrulhamento marítimo e ocupou a ilha de Itaparica, a 10 de julho, sem encontrar resistência. Resolveu abandoná-la por julgá-la, erroneamente, destituída de valor estratégico. Preocupado com os problemas de governo, desinteressou-se das atividades dos nacionalistas que, ocupando a Feira do Capuame, bloquearam o acesso ao sertão, donde provinha o suprimento para a capital.

A necessidade de organização e enquadramento militar dos patriotas baianos não passou despercebida ao Príncipe, que autorizou seu Ministro da Fazenda, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, a contrair com particulares um empréstimo de 400 contos de réis. Assim, preparou-se no Rio de Janeiro uma força expedicionária sob o comando do General francês Pierre Labatut, participante das campanhas de Napoleão Bonaparte na Europa, especialmente contratado pelo Príncipe. Labatut seguiu para o norte numa flotilha, comandada pelo Chefe-de-Divisão Rodrigo Antônio de Lamare. Não podendo desembarcar em Itapoá ou outro ponto favorável do litoral baiano, foi até Alagoas e desembarcou em Jaraguá, de onde marchou para Recife, a fim de obter reforços. A 4 de setembro de 1822, regressou àquela região, transportando, através do Rio São Francisco, 200 homens para, de surpresa, atacar o Brigadeiro português Pedro Vieira em Sergipe. A resistência portuguesa desmoronou-se facilmente; e Labatut prosseguiu vitorioso de Laranjeiras para São Cristóvão, a futura capital sergipana e procurou tranquilizar os ânimos e pacificar a Província.

Chegando à Feira do Capuame em 28 de outubro, estabeleceu logo o quartel-general em Engenho Novo. Ocupou vários pontos importantes e reforçou as posições de Coqueiro, Cabrito e Pirajá. Designou Felisberto Gomes Caldeira comandante das forças de Itapoá, despachou Rodrigo Falcão para Cachoeira, requisitou suprimentos para a tropa e procurou aumentar os efetivos em Cabrito e Pirajá. Solicitou munição, gêneros alimentícios e gado para o abastecimento de suas forças. Percebeu a importância das posições do Recôncavo e a premente necessidade de reforçá-las. Sentia-se a ação de comando de Labatut. Todas as providências tomadas, como o deslocamento de forças, a distribuição de reforços e o reajustamento do dispositivo, deram grande vitalidade aos preparativos para a defesa. A par disso, as medidas administrativas adotadas ou recomendadas exerceram influência positiva no moral das tropas.

Cinco dias depois da chegada, as tropas tinham sido reorganizadas e distribuídas por brigadas. Fora criado um arsenal de guerra em Feira do Capuame, sendo sua direção confiada ao Capitão João Sepúlveda de Vasconcelos. Em 4 de novembro, já tinham sido reequipados todos os postos ribeirinhos. Em Cabrito havia outro arsenal de guerra. A maquinaria do engenho e a fábrica de artefatos de cobre transformaram-se em usina, onde Antônio Marques, filho do proprietário, incumbira-se de fundir peças de ma-

terial bélico e de recondicionar armas e munições apreendidas dos portugueses. As forças brasileiras se estendiam de Cabrito a Passe. Sob o controle de Manuel Pinto de Assunção e José Ribeiro Sanches, alguns destacamentos vigiavam ilhas, praias, ancoradouros e arraiais.

Em Itacaranhá, o ponto chave da defesa, segundo Labatut, concentrou-se o batalhão de negros e a companhia de caçadores de Santo Amaro. A tropa de artilharia, ainda em número reduzido, foi colocada em posições adequadas, como na Boca do Mato, na orla da cidade, e na ilha de Maré, sob a supervisão do Major Eusébio Barreiras, inspetor de Acupe e Dourado.

O Brigadeiro Madeira de Melo reconheceu que sofrera um envolvimento completo e tentou rompê-lo, mas foi sempre repellido. Novamente procurou apossar-se da ilha de Itaparica, mas não obteve êxito. Intensificaram-se os choques entre forças portuguesas e brasileiras, prenunciando confrontos decisivos entre os antagonistas.

Pirajá não constituía, para a força brasileira, simples povoação. Pela posição dominante, representava um ponto fundamental para a defesa. Pelo terreno elevado em que ficava o lugarejo, passava a antiga e tradicional estrada das Boiadas, ligando a capital com o norte da Província. A posse de Pirajá significava não apenas o domínio da enseada de Itapagipe, mas a interrupção na entrada de suprimentos para a cidade. Era previsível que o Brigadeiro procurasse controlar aquela região, pois o plano de operações consistia em atacar o exército nacionalista, buscando romper o centro do dispositivo, para aniquilar uma parte e obrigar o restante a retirar-se para o norte. Dessa forma ficaria rompido o cerco.

Ao amanhecer do dia 8 de novembro, uma tropa de infantaria portuguesa desembarcou em Itacaranhá e Plataforma, comandada pelo Coronel João de Gouveia Osório, da Legião Constitucional lusitana. Ao mesmo tempo, outras tropas foram lançadas sobre Cabrito e ameaçaram a retaguarda brasileira. No entanto, chegaram reforços e os nacionalistas de Coqueiro, Bate-folha e São Caetano resistiram, sob o comando do Tenente Alexandre de Argolo Ferrão.

Nas encostas de Pirajá, a luta assumiu grandes proporções. Segundo o Barão do Rio Branco, o comandante da tropa em posição, Tenente-Coronel José de Barros Falcão, que trouxera reforço de Pernambuco, possuía cerca de 1.300 homens, pertencentes ao batalhão de Pernambuco, ao Batalhão de Milicianos do Rio de Janeiro, à Legião de Caçadores da Bahia, ao Corpo Henrique Dias e a um destacamento do Regimento de Infantaria da Bahia, comandados respectivamente pelos Major Joaquim Silva Santiago, Tenente Alexandre de Argolo Ferrão, Major Manuel Gomes da Silva, Alferes Francisco de Faria Dutra, além de uma bateria de artilharia do Rio de Janeiro.

O efetivo português englobava os 1º e 2º batalhões da Legião Constitucional, o 4º e o 10º Regimentos de Infantaria e um contingente de Artilharia.

Depois de cinco horas a luta não apresentava resultados decisivos. Em dado momento, um violento esforço dos portugueses quase rompeu a linha brasileira, ameaçando dividi-la em duas partes. As colunas lusas avançavam sobre as alturas de Pirajá, quan-

do o Coronel Barros Falcão, a fim de evitar o envolvimento, ordenou a retirada. O corneiteiro Luís Lopes, por iniciativa, ao invés de obedecer, tocou a plenos pulmões "Cavalaria, avançar!". As tropas portuguesas vacilaram e, logo em seguida, ouviram o segundo toque. Hesitantes, recuaram, enquanto os brasileiros avançavam, perseguindo-os até a praia, onde conseguiram reembarcar, em desordem. Em Cabrito houve também uma debandada do adversário. Estavam assim derrotadas as forças do Brigadeiro Madeira de Melo, com cerca de 200 baixas.

Foram muito importantes as consequências políticas e militares da batalha de Pirajá. O nascente Exército Brasileiro conseguira impor-se, derrotando forças experimentadas e mais bem equipadas. Os portugueses renunciaram definitivamente à conquista de posições dominantes, conformando-se em manter a capital e reconhecendo a existência do governo de Cachoeira. Todos os seus suprimentos passaram a vir por via marítima, ficando dependentes, do apoio da esquadra. Labatut passou à ofensiva, em 29 de dezembro, comandando pessoalmente as forças de Pirajá e Itapoá, tentando desalojar os portugueses fortemente entrincheirados. Embora sem conseguir romper as posições defensivas lusas, o ataque revelou o espírito agressivo dos brasileiros.

Em 7 de janeiro de 1823, os lusos voltaram-se uma vez mais contra a ilha de Itaparica. Empregaram uma força naval constituída por mais de 40 embarcações de diversos tipos. Era preciso aliviar o cerco em Salvador, cuja população, na sua maior parte, era hostil aos portugueses e estava passando fome. Por volta das sete horas da manhã, os atacantes, em duas embarcações, procederam ao reconhecimento do Forte de São Lourenço, cuja defesa estava sob a responsabilidade do Major Luís Correia de Moraes. Às nove e meia, tentaram o desembarque, empregando o grosso da "Força Nava". Um destacamento atacou as trincheiras de Amoreiras, Isidoro, São Pedro e do Forte de São Lourenço. Um outro destacamento atacou também o Forte, duas canhoneiras da flotilha brasileira e as trincheiras entre o Forte e o Mocambo. Os itaparicanos defenderam-se valorosamente, sob o comando do Major Antônio de Souza Lima, e tomaram de assalto uma embarcação adversária. Às seis horas da tarde cessou a luta e os atacantes se retiraram.

Os pequenos combates de Conceição e de Itapoá, em fevereiro e maio de 1823, não trouxeram qualquer alteração nas posições defensivas de ambos os adversários. Embora os portugueses houvessem recebido nessa época um reforço de 2500 homens, consideravam-se ainda impotentes para uma ação definitiva contra as forças nacionalistas. Esse contingente veio agravar mais a escassez de víveres das tropas sitiadas. Desentendiam-se o Brigadeiro Madeira e o comandante da esquadra João Félix Pereira de Campos. O ambiente na Bahia tornava-se cada vez mais difícil, quando, agravando os problemas, surgiram a 10 de maio de 1823, frente à barra, velas da esquadra brasileira.

A força naval compunha-se de sete navios: nau Pedro I, fragatas Nictheroy e Piranga, corvetas Maria da Glória e Liberal e brigues Guarani e Real Pedro. D. Pedro I contratara para comandá-la Lord Thomas Cochrane, almirante inglês que se distinguira

nas lutas pela independência do Chile. Igualmente foi contratado um excelente grupo de oficiais ingleses, entre os quais John Pascoe Grenfell, Thomas Crosbie, Benjamin Hayden e James Sheplierd, além de John Taylor e do norte-americano David Jewett, que prestaram grandes serviços à Marinha nesses momentos difíceis da formação política do país.

A esquadra portuguesa tinha 13 navios: uma nau, cinco fragatas, cinco corvetas e dois brrigues. O primeiro combate deu-se sem que houvesse engajamento geral nem houve resultado decisivo. Cochrane estabeleceu uma base na enseada do Morro de São Paulo e, aproveitando-se de uma noite escura, entrou no porto para efetuar reconhecimento. Destacou dois navios, a nau Pedro I e a corveta Maria da Glória para interceptar os suprimentos destinados à cidade. Tentava-se fechar o cerco em torno da capital.

Surgiram algumas divergências entre os comandantes das forças brasileiras. O General Labatut foi destituído do comando e mandado para o Rio de Janeiro. A junta de Cachoeira nomeou comandante o Coronel José Joaquim de Lima e Silva que, a 3 de junho, desencadeou novo ataque contra as posições inimigas, sem resultado significativo.

A situação das forças portuguesas era cada dia mais precária. Hostilizado constantemente pela população, sujeito a privações e aborrecimentos, o Brigadeiro Madeira de Melo começou a desanimar. Enquanto de seu lado tudo escasseava, para os brasileiros crescia o entusiasmo e o vigor combativo das tropas, cujo efetivo contava com mais de 11 mil homens, provenientes da Bahia e de várias Províncias. De Minas viera pelo sertão o Regimento de Infantaria Auxiliar de Vila Nova da Rainha (Caeté).

Os navios de Cochrane tornavam difícil a entrada de reforços mandados de Lisboa. Ao findar junho, os portugueses, decidiram-se pela retirada, utilizando todos os barcos disponíveis. Concluíram-na precipitadamente a 2 de julho de 1823. O exército libertador, tendo à frente o Coronel José Joaquim de Lima e Silva, entrou triunfalmente em Salvador.

Não foi sem grandes sacrifícios e derramamento de sangue que o Nordeste se integrou à pátria independente. A população pagou pesado tributo nas lutas, principalmente devido à resistência do Comandante das Armas da Província do Piauí, Major João José da Cunha Fidié. Ele era um oficial de elite, culto e poliglota, experimentado nas guerras napoleônicas, de grande bravura pessoal, pertencente à boa estirpe de soldados profissionais e de engenheiros, que defendera a terra, ajudara a expandir seus limites e a enriquecê-la.

A iniciativa da reação dos brasileiros coube ao Coronel Simplicio Dias da Silva, que lançou o brado de revolta na vila de São João do Parnaíba. Informado do fato, o Major Fidié deslocou-se rapidamente de Oeiras, capital da Província do Piauí, para o litoral, cobrindo, em pouco tempo, os 700 quilômetros de distância. O Coronel Simplicio, surpreendido pelo rápido deslocamento de Fidié, dirigiu-se para o Ceará à procura de auxílio. Toda a sua família foi presa e os bens foram confiscados e levados para bordo do brigue português Infante D. Miguel, que viera do Maranhão. A revolução alastrou-se pe-

la província. De todas as partes chegaram dezenas de voluntários dispostos a lutar pela independência do país. Fidié tentou regressar a Oeiras, mas não obteve êxito. Os independentes do Piauí, reforçados por maranhenses e cearenses, ofereceram-lhe combate perto de Campo Maior, no leito vazio do Jenipapo, em 13 de março de 1823. Apesar da derrota, os brasileiros apreenderam os trens de retaguarda do adversário, causando-lhe embaraço. Convidado pela Junta maranhense a defender Caxias, Fidié se deslocou em abril de 1823 para a região e fortificou a elevação denominada Taboca.

Durante três meses os portugueses resistiram em Caxias, cercados por milhares de independentes (maranhenses, piauienses e cearenses), comandados, desde meados de julho pelo chefe sertanejo cearense José Pereira Filgueiras, que acorrera com numerosa expedição de vaqueiros e sertanejos, a pé e a cavalo. Reduzido a uma situação crítica, sem nenhuma possibilidade de receber reforços ou suprimentos, Fidié passou o comando, a 31 de julho de 1823. Capitulava a praça de Caxias, onde as forças vitoriosas entraram em 1º de agosto.

Desordem no Pará

Com a partida dos portugueses da Bahia, Lord Cochrane deslocou-se para o Maranhão, com a nau Pedro I, chegando a São Luís em 26 de julho. Ameaçando de destruição a cidade com disparos elevados, libertou a capital maranhense. Em seguida, aprisionou, no porto, o brigue de guerra lusitano Infante D. Miguel e vários outros navios.

Pouco tempo mais tarde, Cochrane mandou para o Pará o Capitão John Pascoe Grenfell com a missão de pacificar a Província. O quadro estava confuso por causa das constantes divergências entre as lideranças locais. Fracassara a rebelião libertadora chefiada pelo Capitão Boaventura Ferreira da Silva e pelos Alferes Antônio Loureiro Barreto e Mariano de Oliveira Belo, sendo estes presos.

Grenfell chegou a Belém a 10 de agosto de 1823, no brigue Infante D. Miguel, cujo nome fora mudado para Maranhão. Mediante o mesmo ardil que Cochrane usara diante de São Luís, dominou a situação e estabeleceu uma junta governativa composta de quatro militares - Coronel Geraldo José de Abreu, Capitão José Ribeiro Guimarães, Porta-Bandeira Félix Antônio Clemente Malcher, Capitão João Henrique de Matos. Verificando-se grande agitação popular em 15 de outubro, inflamada pelas palavras do Cônego Batista de Campos, Grenfell conseguiu restabelecer a ordem, apoiado por seus marujos e por alguns populares. Presos vários agitadores, Grenfell mandou fuzilar cinco, como exemplo, remeteu o cônego preso para o Rio de Janeiro e confinou outros 256 no porão do navio São José Diligente (depois rebatizado Palhaço), onde quase todos morreram asfixiados por cal virgem, derramada pelos carcereiros. Só quatro escaparam com vida. Preso e submetido a conselho de guerra, Grenfell conseguiu provar sua inocência no episódio. A Província continuou intranquila. Só serenaram os ânimos no Segundo Reinado, graças à ação do Tenente-General Francisco José de Souza Soares de Andréa.

Confederação do Equador - 1824

Os homens de pensamento liberal do Brasil estavam profundamente revoltados com duas atitudes autoritárias de D. Pedro I: o fechamento da Assembleia Constituinte em 1823 e a imposição da Carta Constitucional de 1824.

A revolta dos liberais foi violenta nas Províncias do Norte e do Nordeste. Os proprietários de terra e os políticos dessas regiões não concordavam com a excessiva centralização do poder nas mãos de D. Pedro I e com o descaso administrativo com que o Imperador tratava as questões do resto do Brasil, além do Rio de Janeiro e proximidades.

O estopim da revolução foi a nomeação de Francisco Pais Barreto, como presidente da Província de Pernambuco, feita pelo Imperador, que descontentou importantes setores da sociedade pernambucana.

Em julho de 1824, uma grande revolta explodiu em Pernambuco. Os principais focos do movimento foram as cidades de Recife e Olinda, e o líder de maior destaque foi Manuel de Carvalho Pais de Andrade, então Presidente de Pernambuco. Os revolucionários pretendiam fundar uma República, que se chamaria Confederação do Equador, e teria uma bandeira com os dizeres: Religião, Independência, União e Liberdade.

Participavam da revolta as províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

A República da Confederação do Equador, como todas as Repúblicas, deveria contar com uma Constituição, mas, enquanto os revolucionários não elaboravam esse documento, decidiu-se adotar, em caráter provisório, o modelo da Constituição da Colômbia.

As atitudes dos revolucionários receberam amplo apoio da imprensa liberal da região. O principal jornal era o "Typhis Pernambucano", dirigido por Frei Caneca, importante idealizador desse movimento revolucionário. O jornalista Cipriano Barata também fomentava as ideias rebeldes no seu jornal "A Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco".

A elite local abandonou o movimento com receio das ideias do grupo dos radicais, que queriam a libertação dos escravos e a igualdade social para o povo. Além disso, expressavam desobediência ao comando revolucionário, com expressões como "morte aos brancos", semelhante ao ocorrido no processo da independência do Haiti.

A reação de D. Pedro I foi rápida e violenta, ao tomar conhecimento das proporções do movimento revolucionário que se espalhava pelo Nordeste. Contratou uma esquadra naval, comandada por Lorde Cochrane, e determinou o envio, para a região, de uma força terrestre, comandada pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva.

Atacados por mar e terra, os revolucionários da Confederação do Equador foram derrotados. Diversos líderes do movimento foram presos e condenados à morte;

outros conseguiram fugir, como Manuel Pais de Andrade. Entre os condenados, estava frei Caneca, que recebeu a pena de enforcamento. Essa pena, contudo, foi transformada em fuzilamento, pois, em Pernambuco, nenhum carrasco se dispusera a levar o frei à força.

Guerra da Cisplatina - 1825/28

Disputada por espanhóis e portugueses desde 1680, ocupada por D. João VI e anexada ao Brasil como Província Cisplatina, a Banda Oriental do Uruguai manteve-se fiel a Lisboa, após o 7 de setembro de 1822, devido ao empenho de Álvaro da Costa e à presença da tropa portuguesa (Voluntários Reais). Um ano depois, Cochrane, com 5 navios, tomou Montevidéu em 18 de novembro de 1823, expulsou os Voluntários e forçou a adesão ao Império.

Localizada na entrada do estuário do Prata, a Cisplatina (Banda Oriental) era uma área estratégica para brasileiros e argentinos em relação ao controle da navegação e do comércio de toda a bacia platina. O Brasil tentou mantê-la como província do Império. As Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina) pretendeu retomá-la ou, pelo menos, recuperar o controle político sobre ela. No confronto com o Brasil, as Províncias Unidas aliaram-se aos uruguaios, liderados pelo General Juan Antonio Lavalleja e Fructuoso Rivera.

A guerra iniciou-se quando aconteceu o desembarque dos “33 orientais” (19/4/1825), liderados pelo General Lavalleja (1786-1853, ex-preso político), apoiado por Rivera, que retomou os objetivos de Artigas. Os 33 com o tempo transformaram-se em 2 mil. O congresso de Flórida (25/8), elegeu um governo provisório, declarou nula a anexação ao Brasil e incorporou a Banda Oriental às Províncias Unidas, que apoiaram a decisão. Os rebeldes bateram as tropas do Império em Galiñas (24/9) e Sarandi (12/10), cercaram a capital e proclamaram a independência uruguaia em 1825. Em Buenos Aires uma multidão arrancou as armas imperiais do consulado brasileiro. D. Pedro I declarou guerra (10/12) às Províncias Unidas e enviou tropas ao Sul.

D. Pedro I mandou uma esquadra bloquear a entrada do estuário do rio da Prata. As Províncias do Rio da Prata responderam atacando o litoral sul do Brasil. O imperador brasileiro enviou tropas, que incluíam mercenários contratados na Europa, a fim de sitiá-lo Montevidéu.

No plano militar a possante frota imperial, sob chefia do inglês James Norton, bloqueou Buenos Aires; os platinos revidaram. Em terra, batalhas e escaramuças, com amplo uso da cavalaria, típico das guerras platinas, favoreceram os uruguaios (General Lavalleja) e os argentinos (General Alvear), que passaram a incursionar pelo Rio Grande do Sul. Na principal batalha, Passo do Rosário (1827-ltuzaingó para os platinos), o Exército Brasileiro do Marquês de Barbacena se retirou, sem ser perseguido. O Império manteve Montevidéu, mas Rivera fustigou a Zona Missioneira.

A guerra tornou-se impopular no Brasil, pelos impostos que criava e o recrutamento forçado de soldados e pais de família. Dezenas de republicanos do Rio Grande do Sul combateram ao lado dos uruguaios, antecipando a Farroupilha. O Império alistava mercenários irlandeses e alemães. D. Pedro I, empenhado no conflito, chegou a ir ao Rio Grande do Sul, mas retornou devido à morte da Imperatriz.

Entre 1827 e 1828, enquanto cresceram as dificuldades brasileiras, aumentava a intervenção diplomática inglesa. A posição britânica prevaleceu, e, em 27 de agosto de 1828, Brasil e Argentina reconheceram a independência do Uruguai. Se no campo militar o resultado era indefinido, no campo diplomático houve uma vitória brasileira, pois, sendo o estuário do rio da Prata de importância geoestratégica para o Império, a criação de um Estado independente criava condições para que este ponto capital não fosse controlado hegemonicamente pelas Províncias Unidas do Prata. Outro ponto importante, diz respeito à integridade cultural do Brasil, pois se a Província Cisplatina continuasse agregada ao Império, a nação brasileira seria multicultural, pois a cultura dos platinos, apesar de ser ibérica, era predominantemente espanhola. Estas condições certamente causariam posteriores transtornos, com todas as implicações que os conflitos desta natureza acarretam.

As lutas pela Independência, particularmente, no Recôncavo Baiano, deram origem à Marinha de Guerra do Brasil, quer pela organização da força naval do Rio de Janeiro, quer pela incorporação de oficiais ingleses e pela atuação destacada do Primeiro-Almirante Lord Thomas Cochrane, como também pela do primeiro Ministro da Marinha de D. Pedro I, Almirante Luís da Cunha Moreira. Famoso ficou João das Botas, promovido a tenente por Lord Cochrane, quando preparou, na baía de Todos os Santos, uma flotilha de barcos pesqueiros improvisadamente artilhados. As duas forças nascentes, a terrestre e a naval, irmanavam-se, assim, na luta pela independência política do país.

Significativamente recebiam o batismo de fogo dois militares que seriam os maiores paladinos da Força Terrestre brasileira: Tenentes Luís Alves de Lima e Silva, que era Ajudante do Batalhão do Imperador, no sítio da capital baiana, e Manuel Luís Osório, que assentou praça à 1º de maio de 1823, na tropa de cavalaria da Legião de São Paulo, que integrava as forças de que o General Lecor dispunha para impor o sítio de Montevideú. Luís Alves tinha 20 anos e Osório, apenas 15.

Abdicação de D. Pedro I

O Imperador, que inicialmente demonstrara grande liberalidade, viu-se obrigado a dissolver a Assembleia Constituinte, antes mesmo que esta concluísse os seus trabalhos. Apesar de seu grande prestígio pessoal, ele necessitou do apoio do Exército nessa oportunidade. Ao dissolver a Assembleia, não produziu somente uma hostilidade dos líderes políticos contra o Exército, mas gerou, também, no seio da camada mais

liberal da época (brasileiros de tendências republicanas) uma impressão decepcionante. Parecia, agora, aos mais exaltados que se cometera um erro ao fazer de D. Pedro I um aliado na luta pela Independência.

Nesse ambiente de agitação política, o Brasil teve que se envolver em lutas ao sul do país, no Prata, contra a República das Províncias Unidas, envolvendo a área da Cisplatina. Se a guerra era impopular, maior foi a decepção pelo desfecho: perdeu-se a Cisplatina a 27 de agosto de 1828.

A impopularidade do Imperador crescia. Sua vida dissoluta, seus casos amorosos e a morte da Imperatriz Leopoldina distanciavam-no das elites, que começavam a perceber que D. Pedro I já não correspondia às aspirações mais legítimas dos brasileiros.

O prestígio de D. Pedro I diminuía sensivelmente, muito em função da crise econômica também. Ocorreu a liquidação do Banco do Brasil e a crescente queda nas exportações de açúcar. O algodão brasileiro também sofreu a concorrência do algodão produzido no sul dos Estados Unidos, que saía muito mais barato e, portanto, era mais procurado pelos países que o importavam. Os proprietários rurais começaram a fazer oposição, pois já se falava em acabar com o tráfico de escravos vindos da África.

O momento não era dos melhores no Brasil. O Partido Brasileiro fazia críticas violentas a D. Pedro I e ao Partido Português. O clima era tenso. Em meio a tudo isso, o pai de D. Pedro I, o rei D. João VI de Portugal, morreu e o seu sucessor natural era o Imperador do Brasil. Diante desse fato novo e imediato, o Partido Brasileiro passou a forçar a abdicação de D. Pedro I do trono do Brasil, pois, do contrário, poderia haver a união de Portugal e Brasil novamente e, talvez, o Brasil poderia voltar a ser colônia.

A agitação liberal crescia, escudando-se na queda do Rei francês Carlos X (29 de julho de 1830). O assassinato do jornalista Giovanni Líbero Badaró, que dirigia o jornal extremista "Observador Constitucional", de São Paulo, no dia 20 de novembro, comoveu a opinião pública. Acusaram o Imperador de ser o mandante do crime, o que nunca foi provado.

O Imperador decidiu fazer, nesse momento, uma viagem a Minas Gerais, mas a frieza com que foi recebido o desiludiu. Para compensar os agravos sofridos, a população portuguesa residente nas proximidades do Paço da Cidade, no Rio de Janeiro, enfeitou as ruas e colocou luminárias. Por volta das 22 horas de 13 de março de 1831, grupos de populares começaram a destruir os enfeites e as luminárias, originando um tumulto que ficou conhecido como "A noite das garrafadas". Criou-se um clima revolucionário de movimentos conspiratórios, com profundas articulações dentro do Exército. Na época, o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, cuja família desfrutava de prestígio nos meios militares, ocupava o cargo de Comandante das Armas da Corte.

D. Pedro I resolveu fazer concessões. Em 19 de março, formou um ministério composto só de brasileiros de tendências liberais e mandou pôr em liberdade os oficiais presos. Nada, porém, impediu o prosseguimento da conspiração. Incumbira-se o De-

putado Odorico Mendes dos contatos com oficiais do Exército que, animados com a posição tomada por Lima e Silva, prometeram apoio.

A 5 de abril, D. Pedro I demitiu o ministério, que se mostrara inoperante. Organizou outro, conhecido como o Ministério dos Marqueses. Justamente nessa oportunidade correu a notícia que se ordenara a prisão de diversos chefes liberais. A reação não demorou. No dia seguinte, no Campo de Santana, concentrou-se grande massa popular para exigir a demissão do novo ministério e a reintegração do anterior. Informado sobre a situação, o Imperador divulgou uma proclamação na qual procurava justificar a legalidade de suas resoluções, reafirmando a sua disposição de cumprir a Constituição. Esse documento, ao chegar ao Campo de Santana, foi rasgado pela multidão exaltada. Diversos corpos de tropa solidarizaram-se com o povo amotinado. O Batalhão do Imperador aderiu ao movimento e deslocou-se também para o Campo de Santana. O Brigadeiro Lima e Silva dirigiu-se ao Paço a fim de apresentar ponderações ao Imperador. Nada conseguiu. Por fim, enviou o Major Miguel de Frias e Vasconcelos. Horas depois este oficial retornou ao Campo de Santana trazendo o documento de abdicação. Era 7 de abril de 1831.

Buscaram-se através da História os fatos que conduziram marcadamente à abdicação do Imperador. Nos mais importantes está presente o Exército, ora cumprindo o seu desígnio de defensor dos poderes constituídos e de mantenedor da lei e da ordem, ora premido pelas circunstâncias, sentindo o desvirtuamento desses poderes, apoiando e conduzindo o povo no restabelecimento da normalidade sociopolítica.

Na fase de conspiração pela Independência encontram-se oficiais brasileiros participando ativamente da preparação do movimento. O grau de participação do Exército cresceu por ocasião do episódio do Fico. As tropas brasileiras, apoiando D. Pedro I, possibilitaram ao Príncipe Regente enfrentar a Divisão Auxiliadora que o queria embarcar de volta a Portugal.

Depois da Independência, a atuação da Força Terrestre está voltada para a luta pela manutenção da coesão e união ao redor do Imperador. Apesar de todo o apoio emprestado ao Príncipe e do esforço em manter a nação unida e coesa, viu-se logo o Exército envolvido em acontecimentos políticos.

Período Regencial

Depois da abdicação, o poder político ficou dividido entre três grupos que dominaram a vida pública brasileira até 1834, ano da morte de D. Pedro I, em Portugal: o dos Liberais Moderados ou Chimangos, o dos Liberais Exaltados, Farroupilhas ou Jurujubas e o dos Restauradores ou Caramurus. A partir de 1834, os Restauradores e os Liberais Exaltados tiveram participação no poder cada vez mais menor. A cena política brasileira passou a ser dominada pela ala dos progressistas e dos regressistas, que resultaram de uma cisão no grupo dos Moderados.

Em 1840, os regressistas assumiram a denominação de Partido Conservador e os progressistas, a de Partido Liberal. Estes dois grupos passaram, então, a dominar a vida pública até o fim do Segundo Reinado. Do ponto de vista ideológico tinham poucas diferenças entre si, suas discordâncias eram produto, apenas, da ambição pelo poder.

A Constituição do Império estabelecia que, ocorrendo o afastamento do Imperador e não havendo um membro da família maior de idade, o governo seria exercido por um conselho de três regentes, eleitos pelo Legislativo. Cumprindo-se a norma constitucional, têm início as regências, um período marcado por intensas agitações políticas e sociais, que convulsionaram a vida do País.

A Regência Trina Provisória

No dia 7 de abril de 1831, data da abdicação, a Assembleia Nacional estava em recesso e não havia no Rio de Janeiro um suficiente número de senadores e deputados que pudesse eleger os três regentes que governariam o país, conforme estabelecia a Constituição. Em caráter de emergência, os poucos políticos que se encontravam na cidade resolveram eleger uma Regência Trina Provisória, até que se elegeisse uma Permanente.

A Regência Trina Provisória governou o país cerca de três meses (de abril a junho de 1831). Era composta pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva (pai do futuro Duque de Caxias); o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (Moderado) e o Senador José Joaquim Carneiro de Campos (Restaurador).

Entre as principais medidas tomadas pela Regência Provisória destacam-se: reintegração do Ministério dos Brasileiros, demitido por D. Pedro I; promulgação de uma lei restringindo as atribuições do Poder Moderador, por parte dos regentes; anistia aos presos políticos (para agradar aos Exaltados, excluídos da Regência); e convocação dos políticos (deputados e senadores) para que, em Assembleia Geral, elegessem a Regência Trina Permanente;

Apesar de manterem as estruturas políticas do Império autoritário, as primeiras medidas tiveram caráter liberal e antiabsolutista. Era o início do chamado "avanço liberal", que durou até 1837.

A Regência Trina Permanente

No dia 17 de junho de 1831, a Assembleia Geral, composta por deputados e senadores, elegeu a Regência Trina Permanente, constituída pelos deputados João Bráulio Muniz (político do Nordeste) e José da Costa Carvalho (político do Sul), sendo mantido o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Podemos dizer que esta Regência representava os interesses do grupo político dos Moderados, tendo como opositores os Liberais Exaltados e os Restauradores.

O Padre Diogo Antônio Feijó foi uma das figuras de maior destaque nesta Regência, tendo sido nomeado para o cargo de Ministro da Justiça. Preocupado em garantir a ordem social dos Moderados, Feijó teve uma atuação enérgica

na repressão das agitações populares e nos levantes militares. Para impor a ordem, foi criada a Guarda Nacional (tropa controlada pelos grandes fazendeiros), que se constituiu no braço armado do Governo, com objetivo de conter a oposição.

Em 1831, sob pressão inglesa, foi decretado o fim do tráfico de escravos. Essa lei não foi cumprida, devido às grandes necessidades de mão-de-obra escrava na economia. Não conseguindo controlar satisfatoriamente os grupos políticos que lhe faziam oposição, o Padre Feijó renunciou ao cargo em 1832. Os Restauradores, felizes com a renúncia, impulsionaram a campanha pela volta de D. Pedro I ao poder. Pouco tempo depois, a luta dos Restauradores perdia sua razão de ser, com a morte de D. Pedro I.

Em 1834, a maioria dos políticos brasileiros da Câmara e do Senado promoveu uma reforma da Constituição do Império, através de medidas que buscavam acomodar as diversas facções políticas, conhecida como Ato Adicional.

O Ato Adicional era uma tentativa de harmonizar as forças políticas que atuavam no país. Dentre as principais modificações introduzidas, destacam-se: a Regência seria exercida por uma única pessoa, com mandato de quatro anos. Deixava de ser Trina para ser Una; extinguiu-se o Conselho de Estado, órgão que reunia os políticos mais tradicionais e conservadores; e criavam-se as assembleias legislativas das províncias, com poderes para fazer leis sobre as questões locais.

O Ato Adicional foi um instrumento conciliatório entre as diversas facções políticas, mas trazia uma contradição; ao mesmo tempo em que era descentralizador, oferecendo maior liberdade administrativa às províncias, era centralizador, já que os presidentes das províncias eram nomeados pelo Governo da capital do Império. O Ato foi considerado marco do avanço liberal no período regencial, sendo chamado pelos conservadores de "Código da Anarquia".

A criação da Guarda Nacional, em 18 de agosto de 1831, foi uma providência que correspondia à necessidade de satisfazer aos interesses da segurança nacional, com economia. Era um meio adotado na França e em outros países, de se ter tropa barata e boa para as emergências. De fato, prestou relevantes serviços ao país, notadamente no sul, onde, nas operações e alertas de fronteiras, os guardas nacionais estiveram sempre presentes e, não raro, constituíram a principal força de defesa, às vezes de ataque, senão a única. Eles se reuniam com certa facilidade, face às características da região e ao espírito combativo dos homens. Entre eles, contaram-se muitos heróis, que se fizeram até generais do Exército, como o cavalariano Andrade Neves, o Barão do Triunfo.

Na realidade, foram motivos mais de política interna que sugeriram a criação da Guarda Nacional do que o da defesa nacional. Ela tomou, assim, um cunho essencialmente político, o que, no futuro foi causa de sua extinção, pelo abuso exercido pelos políticos em suas manobras eleitorais, pela disputa do poder.

O objetivo legal dado para a Guarda Nacional foi o de defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império, manter a obediência às leis, conservar e restabelecer a ordem e a tranquilidade pública, além de auxiliar o Exército

de linha na defesa de fronteiras e costas. Esta última obrigação, somente se cumpriu no sul do País.

O relacionamento entre a Guarda Nacional e o Exército regular era semelhante ao da antiga milícia com o exército regular do período colonial, em muitos aspectos. Os aristocratas rurais que serviam na Guarda Nacional continuavam a gozar de foro militar, ou seja, uma espécie de proteção legal oficial. Eles também podiam usar uniformes para participar de paradas ou tomar parte em cerimônias religiosas ou públicas. Havia uma hierarquia, muito parecida com a do Exército. Organizavam-se programas especiais para aumentar o prestígio da Guarda, sendo-lhe sempre dada precedência sobre o Exército. Ela também tinha prioridade no recebimento de recursos, competindo com o Exército e era constituída, em cada município com o serviço pessoal e obrigatório dos homens livres de 21 a 60 anos.

Conforme as disponibilidades da população, organizava-se em infantaria (legiões, batalhões, companhias ou simples seções); em cavalaria (corpos, esquadrões, companhias ou seções); e em artilharia (corpos ou companhias para os quais nunca houve material). O preparo se fazia com instrutores designados pelo Governo Imperial ou pelo da Província.

A Regência Una de Feijó - 1834/36

Conforme o Ato Adicional determinava, novas eleições foram realizadas no país para a escolha da Regência Una. O Padre Digo Antônio Feijó e o deputado pernambucano Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, ambos pertencentes ao grupo dos Moderados, eram os principais concorrentes. O Padre Feijó representava uma parcela dos Moderados que, embora defendesse um Poder Executivo forte e enérgico, fazia alguma concessão à liberdade administrativa das Províncias. Essa era a ala progressista. O Deputado Cavalcanti representava a parcela dos Moderados que defendia o fortalecimento do Poder Legislativo Nacional do Rio de Janeiro e não concordava em dar liberdade administrativa às Províncias. Pertencia à ala dos Regressistas. Numa disputada eleição, o Padre Feijó conseguiu a vitória, embora com pequena diferença de votos, o que prenunciava dificuldades políticas no futuro.

Depois de eleito, o Regente Feijó sofreu grande oposição do setor Regressista que o acusava de ser incapaz de impor ordem no país. Explodiram, durante o seu governo, rebeliões como a Cabanagem (Pará) e a Farroupilha (Rio Grande do Sul). Quando ainda faltavam dois anos para findar seu mandato, Feijó, com a saúde abalada e sem prestígio político, resolveu renunciar. O poder foi entregue, interinamente, ao Ministro Pedro de Araújo Lima, de 1837 a 1838, para completar o mandato.

Realizaram-se novas eleições e o nome do Regressista, Pedro de Araújo Lima, foi confirmado como regente, após concorrer com o deputado Holanda Cavalcanti.

A Regência Una de Araújo Lima - 1838/40

Araújo de Lima tratou de organizar um novo ministério, logo que assumiu o poder, composto por expoentes do Partido Regressista (conservadores), conhecido como Ministério das Capacidades.

Este período caracterizou-se pelo combate às revoltas políticas que vinham ocorrendo nas Províncias e que, segundo o Governo, ameaçavam quebrar a unidade territorial do Brasil.

A autonomia administrativa das Províncias foi reformulada pela Lei Interpretativa do Ato Adicional, de 12 de maio de 1840. Essa lei tinha como objetivo limitar a autonomia dos municípios e promover uma nova centralização do poder político e o regresso da autoridade, dando aos Presidentes das Províncias o poder de veto aos projetos de lei elaborados nas respectivas Assembleias Legislativas.

Políticos Progressistas, opondo-se à Regência de Araújo de Lima, passaram a defender a ideia de que, transferindo-se o poder para as mãos de Pedro de Alcântara (filho de D. Pedro I e menor de idade), haveria a preservação da unidade territorial do Império e a falta de autoridade do governo central se extinguiria.

Foi fundado o Clube da Maioridade, organização política que tinha como objetivo lutar pela antecipação da maioridade do Príncipe. Essa tese uniu políticos progressistas e parte dos regressistas e teve o apoio das classes dominantes. A elite política acreditava que um imperador com fortes poderes liquidaria com as revoltas provinciais e restabeleceria a ordem social (interesse dos grandes proprietários de terra e senhores de escravos).

Em 1840, a Assembleia aprovou a tese e o episódio ficou conhecido como o "Golpe da Maioridade". O príncipe, com 15 anos incompletos, foi aclamado Imperador, recebendo o título de D. Pedro II, em 23 de julho de 1840. Iniciava-se o Segundo Reinado (1840-1889).

Revoltas do Período Regencial e II Reinado

A crise econômica que sucedeu a independência contribuiu para gerar intensos focos de descontentamento interno em várias províncias do país. No bojo da onda liberal e reformista que varria o século XIX, as camadas populares e as classes médias urbanas reivindicavam o direito de participar do poder político nacional. Como as insatisfações já não poderiam ser canalizadas contra a metrópole, elas convergiam contra o Governo Central do Império.

A classe dominante, em meio à crise econômica e social, mantinha firme o objetivo de impor sua autoridade em todo o território nacional. Para realizar seu projeto, era preciso garantir a unidade territorial do país e rechaçar, de todas as maneiras, as forças separatistas que se organizavam nas províncias. No campo político, dominaram a vida pública do Segundo Reinado o Partido Liberal e o Partido Conservador.

Após assumir o poder, D. Pedro II escolheu para o seu primeiro ministério, políticos do Partido Liberal (ex-Partido Progressista), que tinham lutado pela antecipação de sua maioria. Como participavam do ministério os irmãos Andrada e os irmãos Cavalcanti, ele ficou conhecido como Ministério dos Irmãos.

O Partido Conservador (ex-Partido Regressista) em muito se assemelhava ao Partido Liberal, pois ambos representavam a aristocracia rural.

Em outubro de 1840, ocorreram as "eleições do cacete", que foram marcadas pela fraude e pela violência. Os liberais saíram vitoriosos, mas as brigas entre os ministros, o conflito farroupilha no Sul, os atritos com os ingleses, devido ao tráfico negreiro, e a fraude nas eleições levaram à queda do Gabinete e à convocação de novas eleições, vencidas pelos Conservadores.

Os Liberais, inconformados com a perda do poder político para os Conservadores, organizaram, em 1842, as Revoltas Liberais de São Paulo e Minas Gerais. Essas revoltas tiveram pouca duração e, em 1844, o Imperador anistiou os revoltosos. Ocorreram novas eleições, com a vitória dos Liberais, que permaneceram no poder até 1848.

Nesse período, foi estabelecida a Tarifa Alves Branco, que elevou a arrecadação dos impostos, graças ao aumento das taxas alfandegárias sobre as mercadorias estrangeiras, atingindo assim os fortes interesses britânicos no Brasil. A reação inglesa se fez imediata com a promulgação do "Bill Aberdeen", pela qual os ingleses podiam aprisionar navios negreiros em alto mar, pressionando assim o fim do tráfico de escravos no Brasil.

Em 1847, foi criado o cargo de Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro), que era o chefe do Ministério, encarregado de organizar o Gabinete do Governo. Assim, o Imperador, em vez de nomear todos os ministros, passou a nomear, somente, o Presidente do Conselho, e este escolhia os demais membros do Ministério. Manuel Alves Branco foi o primeiro político a ocupar esse cargo.

Os Liberais e Conservadores, durante o Segundo Reinado, alternaram-se no poder, porém decidiram governar juntos, de 1853 à 1868. Esse período ficou conhecido como "era da conciliação", tendo em vista a não existência de diferenças ideológicas entre esses dois partidos.

A Cabanagem 1835/1840 - Pará

A Cabanagem foi uma grande revolta popular ocorrida na Província do Pará. Dela participaram pessoas vindas das camadas mais pobres da sociedade. Tratava-se dos cabanos, uma multidão de pessoas humildes, constituída de negros, índios e mestiços, que moravam em cabanas ao longo dos rios e eram explorados pelas autoridades do governo. A revolta dos cabanos foi uma tentativa de modificação daquela situação de injustiça social de que eram vítimas. Fazia-se necessário tomar o poder da Província.

O primeiro líder dos cabanos foi o Padre Batista de Campos. Em janeiro de 1835, as tropas dos cabanos conseguiram ocupar a capital da Província, Belém, e executaram o presidente local, juntamente com outras autoridades.

Para combater os rebeldes, o Governo Central enviou numerosas tropas. Somente em 1840, quando já estavam bastante desorganizados, os cabanos foram derrotados pelas tropas imperiais.

Apesar da falta de um plano político definido, fica-lhe, contudo, a glória de ter sido a primeira insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva do poder.

A Sabinada 1837/1838 - Bahia

O médico Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira liderou uma revolução ocorrida na Província da Bahia, que ficou conhecida como Sabinada. O plano era proclamar uma República na Bahia, mas os revoltosos não pretendiam que esta vigorasse para sempre. Ela duraria enquanto D. Pedro de Alcântara fosse menor de idade e estivesse impossibilitado de assumir o poder.

As camadas inferiores da população não participaram da Sabinada. Era, portanto, uma revolta da camada média, cujo propósito era garantir a independência política e administrativa da Bahia. Os sabinos não tinham pretensões de alterar o quadro social da Província.

Para reprimir os rebeldes, o Governo Regencial, mais uma vez, enviou tropas. A rendição dos revoltosos efetivou-se em março de 1838. O líder Francisco Sabino foi condenado à prisão.

A Balaiada 1838/1841 - Maranhão

A Balaiada foi um movimento subversivo irrompido em uma pequena vila maranhense, que se alastrou por toda a Província e ameaçou as regiões vizinhas. Recebeu o nome de Balaiada em referência a um de seus líderes, o fabricante de balaios Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, apelidado de Balaio.

Como o Brasil passava um momento de dificuldades políticas no Governo Regencial, surgiram forças desagregadoras que ameaçavam a unidade nacional. As do Maranhão pretendiam a separação da Província do restante do país. Caso isso tivesse se consumado, teria causado grandes mudanças na atual configuração territorial, afetando a integridade nacional.

As divergências políticas maranhenses estavam exacerbadas. O grupo situacionista ou conservador era apelidado “Cabano” pelos adversários, que queriam confundi-lo com o que agira em Pernambuco e no Pará. Ficava na oposição o Partido Liberal, que ganhou o apelativo de “Bem-te-vi”, nome do jornal editado por seus correligionários, propriedade de Estêvão Rafael de Carvalho.

Uma série de acontecimentos graves vinha intranquilizando a vida maranhense. O Presidente da Província, Vicente Camargo, mostrou-se incapaz de conter o confronto político. Os crimes aumentavam os ódios facciosos. No interior, encerrada a luta pela independência, centenas de antigos combatentes não conseguiram ocupação permanente.

Na pequena vila da Manga, situada na margem esquerda do rio Iguará, em dezembro de 1838, ocorreu uma desordem sem importância em si, mas que foi explorada pelos bem-te-vis, transformando-se no verdadeiro estopim da Balaiada.

Raimundo Gomes Vieira Jutai, vaqueiro nascido no Piauí, a serviço do Padre Inácio Mendes de Moraes e Silva, ao passar pela vila teve alguns de seus companheiros presos pelo subprefeito local. Entre eles estava seu irmão, acusado de homicídio. O subprefeito era cabano; o fazendeiro, bem-te-vi. Não conseguindo a libertação dos prisioneiros, Raimundo Gomes retirou-se, ameaçando voltar no dia seguinte para libertar o irmão e os outros. A 13 de dezembro entrou na vila com mais nove companheiros, arrombou a prisão e soltou os prisioneiros. Cerca de vinte soldados/policiais encarregados da defesa incorporaram-se ao bando. Em 2 de janeiro de 1839, Raimundo Gomes e seu bando entraram na vila do Brejo, onde receberam a adesão de Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, o Balaio, que imediatamente se intitulou general em chefe das forças bem-te-vis.

Os rebeldes animaram-se e conseguiram a adesão de outros fugidos da lei, aumentando o grupo dia a dia. A Balaiada logo tomou o caráter de vingança de pretos e mulatos, aliados a índios e cafuzos, desprovidos de terras e direitos, contra os portugueses e seus descendentes não mesclados, que integravam a classe dos poderosos.

Raimundo Gomes tornou-se um perigo para a ordem pública, já que era chefe de uma revolta sem ideal, sem bandeira e sem outros objetivos senão o saque e a obtenção de vantagens pessoais.

Pouco se podia fazer para contê-los. A reação começou com a iniciativa do prefeito de Itapicuru-Mirim, que contava com 40 guardas nacionais mal armados. Mas não chegou a haver um encontro. O Exército tinha efetivos muito reduzidos na área e não fora solicitado a intervir. Manuel Felizardo de Sousa e Mello, empossado Presidente da Província em 3 de março de 1839, não conseguiu perceber a gravidade da desordem.

Havia necessidade de providências urgentes, principalmente pelas notícias sobre o procedimento dos sediciosos nas vilas e fazendas encontradas pelo caminho. Eles saqueavam e destruíam tudo, em ações isoladas e sem coordenação. Ficou famosa a investida do Balaio e seu grupo sobre a fazenda Angicos, em março de 1839, por causa da crueldade com que os balaios trataram os vencidos.

Os revoltosos resolveram marchar sobre a cidade de Caxias, em cujo plano de defesa teve um papel preponderante o Capitão Ricardo Leão Sabino. Ele obtivera experiência militar quando participara como voluntário da campanha em Portugal, nas fileiras de D. João VI. Para a defesa, conseguiram organizar um corpo com mais de mil homens, constituído de oito companhias, comandadas por um capitão e com 16 tenentes

e 32 alferes, todos comissionados. Organizaram, também, um esquadrão de cavalaria e um grupamento de artilharia sob o comando do Capitão Sabino. Reformularam o plano de defesa, que continha entrincheiramentos, tendo as mulheres recebido a atribuição de operar o remuniciamento. Graças à organização militar, embora improvisada, pôde o povo de Caxias resistir heroicamente a um cerco de 46 dias.

Por fim a situação tornou-se insustentável. Os defensores estavam exaustos. Então, o Capitão Sabino preparou o canhão e acenou para os rebeldes, fazendo-lhes uma alocução, como se fosse partidário dele. Pediu-lhes que se aproximassem e, quando estavam na distância desejada ergueu um viva ao Imperador e pôs-se a tocar o hino nacional com uma pequena flauta. Diante do estarrecimento dos balaaios, ouviu-se a descarga de um tiro de canhão, desferido por Sabino. Houve um pânico geral; tinha sido deflagrado o último cartucho das forças defensoras. A desordem dos balaaios propiciou tempo para que os legalistas retraíssem, deixando a cidade entregue aos revoltosos.

Conquistada a cidade de Caxias (1º de julho de 1839), os balaaios, empolgados com a liderança alcançada no âmbito do Partido Bem-te-vi, decidiram dirigir-se a outros objetivos.

Raimundo Gomes resolveu enviar uma comissão a São Luís com o objetivo de solicitar a deposição das armas ao Presidente Manuel Felizardo de Souza e Mello, que encaminhou a petição ao Rio de Janeiro.

Os chefes rebeldes não se entendiam bem. As ambições pessoais sobrepujaram-se ao interesse comum. Depois de dominarem determinada região e gastarem seus recursos, os balaaios deixavam-na em busca de outra mais promissora.

Caxias foi retomada a 10 de setembro pelas forças legais sob o comando do Tenente-Coronel José Dias Carneiro, mas os revoltosos investiram novamente sobre a cidade, em 9 de outubro, com 2 mil homens, ocupando-a por algumas horas. Nesse combate, Balaio, recebeu um tiro do francês Isidoro, ali residente, vindo a morrer em consequência de gangrena no ferimento.

Com a desocupação de Caxias, os rebeldes se espalharam, levando a desordem a outros lugares do Maranhão. Aderira ao movimento o preto Cosme, evadido da cadeia de São Luís, que passou a se chamar D. Cosme Bento das Chagas, seguido de uma multidão de escravos que arregimentara. Intitulava-se "tutor e imperador das liberdades bem-te-vis", em nome das quais cometeu incriveis crueldades.

A situação continuava grave. Estavam ameaçadas a capital maranhense e as localidades próximas. A pequena força naval, sob o comando do Capitão-de-Fragata Joaquim Marques Lisboa procurou agir contra os rebeldes. Em 2 de novembro, 160 homens comandados pelo Tenente-Coronel Luís Antônio Favilla, com a cooperação da força naval do Primeiro-Tenente Jesuíno Lamego Costa, tomaram de assalto a vila de Icatu, às margens do rio Munim.

Em face da evolução da situação, o Governo Imperial sentiu a conveniência de confiar a uma só pessoa a Presidência da Província e o comando das Armas, tendo a

escolha recaído no Coronel Luís Alves de Lima e Silva, que há nove anos comandava o Corpo de Guardas Municipais Permanentes na Corte. Após receber a Carta Imperial de nomeação, Luís Alves embarcou, no dia 27 de dezembro de 1839, no navio São Sebastião, no Rio de Janeiro.

Sua missão era pacificar o Maranhão, tendo-lhe sido concedida autorização de penetrar no Piauí e no Ceará, se necessário, ficando sob suas ordens todas as forças operantes nessas Províncias. Chegou ao Maranhão em 4 de fevereiro de 1840 e tomou posse três dias depois, em meio a contentamento geral.

O Coronel Luís Alves reorganizou os meios disponíveis, dispensando os excessos; colocou o pagamento em dia; instruiu e preparou a tropa, criando a Divisão Pacificadora do Norte, estruturada em três colunas (Fig 1). As tropas que estavam nas comarcas de Caxias e Pastos Bons ficaram pertencendo à 1ª coluna, sob o comando do Tenente-Coronel Francisco Sérgio de Oliveira; a brigada do Tenente-Coronel João Tomás Henriques compôs a 2ª coluna, atuando em Vargem Grande e Brejo; finalmente, a 3ª coluna, sob o comando do Tenente-Coronel Luís Antônio Favilla, teve a incumbência de varrer a zona de Icatu. A guarnição da capital ficou entregue ao Coronel Manuel de Magalhães.



Fig 1

Lima e Silva organizou hospitais e nomeou médicos, cirurgiões e capelães para todos os acampamentos. Restaurou a disciplina e o moral das forças legalistas. Como Presidente da Província, favoreceu a lavoura e procurou incrementar as trocas comerciais da capital com o interior. Como era natural, encontrou dificuldades para executar o planejamento militar e administrativo. Soube, no entanto, encontrar soluções satisfatórias para todos os problemas.

Dos rebeldes, cerca de 2 mil estavam espalhados por toda a região nordeste do Maranhão, entre Brejo e Tutoia; em Pastos Bons havia também o mesmo número; nas proximidades de Caxias existiam também alguns bandos. Eles não tinham acampamento fixo e atacavam os locais fracamente defendidos. Ao todo eram mais de 6 mil. Convinha ter sempre as vilas bem guarnecidas, em particular nas regiões de Tutoia, Icatu, Rosário, Itapicuru-Mirim, Caxias, Anajatuba e São Luís, bem como no vale do rio Parnaíba, desde Brejo até Pastos Bons.

Com as tropas bem dispostas, o Coronel Lima e Silva procurou operar em toda a Província, iniciando a campanha pela comarca de Brejo, utilizando com frequência o desbordamento.

O governo funcionava normalmente. Confiante nos auxiliares diretos, o Presidente começou a sair da capital e a dirigir, por vezes pessoalmente, as operações contra os rebeldes. Contudo, não se descuidava de suas obrigações em São Luís e retornava para tomar as decisões governamentais que exigissem sua presença. Além disso, soube enfrentar com paciência todas as dificuldades materiais da tropa, e, aos poucos, os efetivos rebeldes foram se reduzindo.

Prosseguindo na missão, tratou de agir diplomaticamente. Entrou na fase das concessões, para dar oportunidade aos que quisessem recuperar-se. Usou o nome do monarca, empenhou a Igreja e ofereceu garantias aos arrependidos. Esse tipo de conduta, no entanto, não foi suficiente para dominar, de uma vez por todas, as forças rebeldes. Em certos casos era impossível apelar para a compreensão. Era preciso empregar a força contra os que não cedessem aos métodos dissuasórios.

Raimundo Gomes, o chefe revoltoso, acabou rendendo-se somente em 15 de janeiro de 1841. No entanto, em 22 de agosto de 1840, D. Pedro II já decretara a anistia a 2.500 rebeldes que depuseram as armas. Cosme, chefe dos escravos sem feitores, assumiu a direção do movimento, mas foi surpreendido em Tocanguira, sendo preso, julgado e enforcado.

Luís Alves de Lima e Silva, como Presidente da Província e Comandante das Armas, anunciou a pacificação em 19 de janeiro de 1841, o que representa mais uma participação das forças terrestres na manutenção da unidade nacional.

Durante o período de pacificação, o Presidente conduziu os destinos do Maranhão com prudência e habilidade. Conquistou o respeito e a estima de todos, devido à austeridade de seus hábitos e à dignidade de suas ações, aliados a sua mentalidade religiosa. Era franco, liberal, conciliador e previdente; procurava sempre adotar a medida

mais adequada para a situação, ou seja, energia para os que dela necessitavam, complacência e compreensão para os recuperáveis.

Após a ação pacificadora, passou o governo ao Dr. João Antônio de Miranda, já que sua missão estava finda. Foi promovido a Brigadeiro e agraciado com o título de Barão de Caxias, em julho de 1841.

Revolta Liberal de São Paulo - 1842

Era notório às vésperas da Revolução de 1842, o grande dispêndio de recursos do Governo Imperial para sufocar movimentos armados que eclodiam em diversas regiões do País. O Exército estivera empenhado em campanhas no Pará, no Maranhão, na Bahia e continuava lutando para debelar a Revolução Farroupilha que já durava sete anos.

Os dois partidos, Liberal e Conservador, digladiavam-se. As campanhas pela imprensa eram mais violentas em Minas Gerais, particularmente em Ouro Preto, a capital, em Barbacena e São João del Rei. Os mineiros estavam contra o gabinete conservador e havia suspeitas de que se tramava um golpe de Estado. A revolução irrompeu primeiro em São Paulo e depois em Minas, com mais intensidade, sob a alegação de que as leis criadoras do Conselho de Estado e reformadoras do Código do Processo Penal e o ato de dissolução da Assembleia Geral correspondiam a indícios de governo autoritário. Essas leis provocaram proclamações oposicionistas em todo o país, concitando o povo a pegar em armas. As representações de Minas e São Paulo, nesse particular, foram enérgicas. Os liberais espalharam a notícia de que o Imperador fora coagido e estava preso no palácio. No Rio, em São Paulo e em Minas organizou-se a sociedade secreta chamada Clube dos Patriarcas Invisíveis.

Em São Paulo procurou-se atrair para a causa o apoio da Guarda Nacional: sem força militar, o movimento seria apenas protesto político e as adesões seriam acanhadas. As forças revolucionárias estavam entregues a civis, despreparados para conduzir operações militares.

O primeiro pretexto para que os paulistas se levantassem foi a substituição do Coronel Rafael Tobias de Aguiar, Presidente da Província, por José da Costa Carvalho, Barão de Monte Alegre. A esse descontentamento, acrescentou-se o decreto imperial de 1º de maio, que dissolia a Assembleia, então com maioria liberal.

Os liberais viram aí uma feliz ocasião para a derrubada do ministério conservador e a retomada do poder. No ambiente de radicalismo, qualquer movimento que se iniciasse não ficaria limitado a uma simples reação de protesto contra um ministério: haveria de tomar o caráter de um golpe de Estado contra o regime monárquico, ocasionando fatalmente violenta reação.

Rafael Tobias de Aguiar, que fora demitido, proclamou-se (17 de maio) Presidente interino da Província, em Sorocaba. Considerou o Gabinete conservador uma oligarquia absolutista e assegurou lealdade somente ao Imperador, suspendendo a execução das leis reformistas em São Paulo. Por sua vez, o ex-regente Feijó, Senador do Im-

pério, dirigiu-se àquela cidade e, apesar de enfermo, uniu-se aos revoltosos, sendo aclamado Vice-Presidente interino. Veio logo o apoio das comarcas vizinhas a Sorocaba: Itapetininga, Itu, Porto Feliz e Capivari. A de Curitiba também era liberal, e os chefes rebelados esperavam o seu concurso.

A 20 de maio, integrados na Coluna Libertadora, os revoltosos rumaram para a capital paulista. A decisão do Major Francisco Galvão de Barros França, comandante da coluna, de desviar-se do itinerário para passar por Itu, onde esperava receber reforços, retardou muito o deslocamento. Essa perda de tempo seria fatal ao movimento.

Com efeito, o Governo central tomou medidas urgentes. José Clemente Pereira, Ministro da Guerra, mandou chamar o Barão de Caxias e o incumbiu de debelar o movimento. Em poucas horas, o General encontrava-se pronto para embarcar, partindo do Rio de Janeiro em 19 de maio de 1842, a bordo do navio Todos os Santos (Fig 2). O Barão desembarcou em Santos no dia 21, por volta das 9 horas da manhã, à frente de uma força de 400 homens. Rumou logo para São Paulo, onde tratou de tomar as primeiras medidas para colocar a capital fora do alcance das forças revolucionárias. Preparou de imediato a defesa, organizando unidades e ocupando e vigiando os pontos importantes. As principais dificuldades eram a insuficiência de meios e a exiguidade dos efetivos. A tropa ressentia-se da difícil marcha e da inclemência do rigoroso inverno. Caxias não se abalou com a inferioridade numérica da tropa, confiando no aprestamento e na disciplina. Tratou de dividi-la em três grupos, colocando-os em pontos estratégicos, a fim de isolar os revoltosos de possíveis contatos com o Rio de Janeiro, Minas Gerais ou mesmo com o Sul. Procurou demonstrar, por todas as maneiras, que possuía grande efetivo, mandando requisitar rações para 2 mil homens! Manteve a vigilância em Lorena e Itararé.

Neste ínterim, o Major Galvão e seus comandados mantiveram-se inexplicavelmente inativos, acampados nas proximidades da ponte dos Pinheiros. Curitiba, cuja adesão era esperada pelos sediciosos, permaneceu neutra em face das promessas do Governo central de atender às suas pretensões de desligar-se de São Paulo para constituir uma nova Província do Império.

Era grande a tensão na capital paulista ante a ameaça de ataque. Caxias tomou a iniciativa, buscando encontro com as forças do Major Galvão. Dois ataques sucessivos, nos primeiros dias de junho, forçaram os revoltosos a retrain. Era importante evitar a tomada de Campinas. Para lá seguiu, em marcha forçada, o Tenente-Coronel Amorim Bezerra.

As forças do Major Galvão passaram vitoriosas por Itu e se dirigiram para atacar a capital; outras forças rebeldes se prepararam para ocupar Campinas. Ambas surpreenderam-se ao saber que já estavam em poder das forças legais. O Barão de Caxias encontrava-se acampado na Ponte dos Pinheiros, dominando o entroncamento de Itu e Sorocaba.

Caxias determinou ao Tenente-Coronel Amorim Bezerra que oferecesse combate aos 400 insurretos que se achavam próximos. O encontro ocorreu em Venda Grande

a 7 de junho. Enquanto os rebeldes manobravam e tomavam posição para resistir, o Coronel Bezerra determinou o ataque da cavalaria, sob comando de Pedro Alves de Siqueira, auxiliada por 120 infantas, artilheiros e guardas nacionais. Os revoltosos, comandados pelo Capitão Boaventura do Amaral, resistiram às primeiras arremetidas. Percebendo que os revoltosos fraquejavam, o Coronel Bezerra, auxiliado pelos bravos oficiais Capitão Siqueira e Tenente Godfrey, avançou e atacou resolutamente, pondo em debandada os revoltosos, que deixaram 17 mortos e 15 prisioneiros, além da bagagem e da artilharia. O Capitão Boaventura recebeu ferimento mortal.

O primeiro choque definiu bem as diferenças entre os dois oponentes. Mostrou que a superioridade numérica em combate não era preponderante. O aprestamento das tropas e a experiência de comando de Caxias, como ocorrera em movimentos anteriores, davam aos legalistas o prognóstico de vitória.

Diogo Feijó tentou, inutilmente, influir sobre o moral da tropa em Sorocaba. A essa altura, Tobias de Aguiar, em Itapetininga, fazia um reconhecimento e de lá mesmo escapava para local desconhecido, influenciado, talvez, pela notícia de que os imperiais entravam em Sorocaba, sem resistência e sob aplauso popular.

Com a fuga de Tobias, Feijó assumiu a presidência interina da Província, na área rebelada. Encheu-se de brios nesse cargo, a ponto de ter sido o único de todos os chefes que não fugiu. Caxias teve de prendê-lo, mas o fez com o respeito devido a quem já fora Regente do Império e lhe atribuíra missões para debelar movimentos revoltosos.

Selou-se a sorte dos insurretos em Sorocaba, depois de pouco tempo de campanha. Os grupos rebeldes dissolveram-se com a mesma rapidez com que se formaram. Caxias passou poucos dias em Sorocaba, retornou à capital paulista e, em 8 de julho, partiu para o Rio de Janeiro, chegando à Corte em 23 do mesmo mês, já sabedor que devia seguir para a Província de Minas Gerais. Nessa noite, o Barão jantou em São Cristóvão, recebendo de S. Majestade o decreto de nomeação para seu ajudante de campo.

Os cabeças da insurreição, Diogo Feijó, Campos Vergueiro, Francisco de Castro Canto e Melo, Francisco Galvão e Bento de Moraes, foram levados para o Rio de Janeiro e processados. Rafael Tobias de Aguiar foi preso em 8 de novembro de 1842, no Rio Grande do Sul, num local chamado Guarita, e recolhido ao Forte da Lage, no Rio de Janeiro, onde permaneceu até a anistia de 14 de março de 1844.

Diogo Feijó, por orgulho pessoal, assumiu a responsabilidade pelo movimento. Recebeu a pena de desterro, no Espírito Santo, por seis meses.

O movimento liberal de 1842 deveria ter terminado em São Paulo, já que fora isolado e pacificado. O povo dera-se por contente pelo protesto perante a Nação, já enlutada por interminável revolução no Sul.

Esperava-se que Minas Gerais, a que estava destinada a missão de apoio, desistisse ante o insucesso da Província líder do movimento. Os fatos comprovariam

o engano desta expectativa. Os revolucionários mineiros, mal informados, fiéis à palavra empenhada aos paulistas, que supunham vitoriosos, armaram em sua Província uma tragédia maior que a de São Paulo.

REVOLUÇÃO DE SÃO PAULO - 1842

Ocupação de São Paulo e rendição dos revoltosos



Fig 2

LEGENDA

- posições rebeldes
- deslocamentos legalistas
- deslocamentos rebeldes
- posições legalistas
- posições rebeldes
- ① deslocamento marítimo de Caxias
- ② desembarque do 2º Regimento de Artilharia
- ③ marcha do corpo de fuzileiros
- ④ marcha do 12º Batalhão de Caçadores
- ⑤ cobertura para impedir qualquer auxílio dos farroupilhas em favor dos revolucionários
- ⑥ cobertura para impedir o acesso dos revolucionários à capital imperial
- ⑦ tropas sob o comando do Ten Cel Bento José de Moraes
- ⑧ marcha da coluna do Ten Cel Amorim Bezerra
- ⑨ Regresso de Caxias

Revolta Liberal de Minas Gerais - 1842

Os mesmos motivos que levaram os paulistas a se rebelar provocaram a revolta de Minas Gerais. Tratava-se de um movimento da feição partidária, com o pretexto de ajudar os paulistas. Mas a revolta em São Paulo encontrava-se virtualmente perdida quando os mineiros principiaram o seu movimento. Em 10 de junho, a Guarda Nacional e a Câmara de Barbacena se insurgiram, aclamando Presidente da Província José Feliciano Pinto Coelho da Cunha. Por seu intermédio, os revoltosos enviaram a Ouro Preto um manifesto em que esclareciam suas posições, mas que não chegou ao destino. Havia grande dificuldade de comunicação. As informações sobre a revolução em São Paulo só muito tempo depois chegaram a Minas, causando má impressão, especialmente a de que a capital não participara do movimento. Em Minas, a julgar pela narrativa do Cônego José Antônio Marinho, um dos chefes da revolução, houve a mesma tendência: por prudência ou por temor, os ouropretanos não revelavam simpatia pelo movimento.

Iniciados os preparativos para a reação contra o poder legal, continuaram os revoltosos mineiros agitados pelas notícias de São Paulo, que chegavam incompletas e confusas. A verdade era que não havia chefes nem munição. Através da organização e do planejamento, no entanto, essas deficiências acabariam por ser vencidas.

O Presidente de Minas Gerais, Bernardo Jacinto da Veiga, lançou uma proclamação ao povo de Ouro Preto, alertando que os revolucionários, sem ideais autênticos, desejavam a queda do Império, o que não era verdade. Os revolucionários sempre demonstravam o maior carinho para com o Imperador que, segundo eles, era coagido pelo Gabinete. Acusavam os conservadores, então no poder, de serem absolutistas num império constitucional, regendo o país por um Conselho de Estado, reduzindo os poderes do Imperador, introduzindo reformas legislativas, limitando as garantias dos cidadãos e governando, ademais, com a Câmara dissolvida. Era um governo sem forma, afirmavam eles.

De Barbacena partiram os primeiros impulsos revolucionários. Cuidaram, logo, de cortar as comunicações com a Província do Rio de Janeiro: a ponte sobre o rio Paraibuna foi incendiada. Queluz (atual Conselheiro Lafaiete), de grande valor estratégico para um ataque à capital mineira, foi tomada a 13 de junho. Diversos municípios como Pomba, Lavras, Turvo e Santa Bárbara, reconheceram logo José Feliciano Pinto Coelho da Cunha como Presidente interino da Província.

O governo provincial legalista passou a dar maior atenção ao movimento, que ultrapassava a fronteira da política e adquiria importância militar. A situação se agravou quando alguns militares aderiram aos rebeldes.

De Queluz, José Feliciano passou a São João del Rei (17 de junho), mas cometeu o erro de não avançar sobre a capital mineira. Ao que parece, foi uma falha idêntica à que aconteceu em São Paulo logo no início das operações. Desprezaram-se os princípios de ofensiva e surpresa, já conhecidos na época. No dia 18, a vila de São José aderiu aos revoltosos, o mesmo ocorrendo com Baependi,

no dia 26. Santa Bárbara e Caeté são tomadas pela força. Politicamente, tiveram uma vitória: receberam a adesão do ex-deputado Teófilo Ottoni, que, partindo do Rio de Janeiro, chegou a Minas Gerais sob disfarce e com documentos falsificados. Corria o boato de que os farrapos, comandados por David Canabarro, apareceriam a qualquer momento para engrossar as fileiras dos revolucionários.

Ribeirão, em poder dos rebeldes de Baependi, passou a ser visada pelos contendores, por seu valor estratégico.

Feliciano afastara-se de Queluz e trouxera para São João del Rei parte das forças. Os legalistas aproveitaram-se disto para desencadear, a 4 de julho, uma ofensiva sobre Queluz, sob o comando de José Manuel Coelho de Gusmão. Travou-se acirrado combate, mas a ofensiva não teve sucesso. Os revolucionários, comandados pelo Coronel Antônio Nunes Galvão, obrigaram os legalistas a recuarem para o alto da Varginha.

Os sediciosos demonstraram bravura nesses primeiros contatos, no campo de batalha. Idêntico êxito alcançaram em Rocinha da Negra, atacados por tropas adversárias, vindas de Rio Preto e Pomba. Seu primeiro revés foi em Paraibuna, onde foram traídos pelo próprio comandante, Coronel Andrade. Passaram, em seguida, a adotar a tática de guerrilha, para compensar a inferioridade numérica e, desta forma, defender São João del Rei e Barbacena.

A coluna reorganizou-se em Santa Quitéria e Sabará, conquistou Pitangui, sem encontrar resistência, e cercou Caeté durante quase uma semana. O comandante legalista, Coronel João da Mota Teixeira, retirou-se para Roças Novas.

A 15 de julho, decorridos pouco mais de 20 dias do início da luta, grande parte de Minas foi dominada pelos rebeldes. Bastava-lhes, agora, concentrar tropas contra Ouro Preto.

As forças rebeldes estavam distribuídas por Santa Bárbara (1.200 homens), Airuoca (1.000), Pomba, cortando a ligação com Mar de Espanha (600), Baependi (500), Sabará (350), Pé do Morro (600) e São João del Rei (500), além de outras posições que bloqueavam o acesso ao Rio de Janeiro.

Do ponto de vista operacional, a situação parecia favorável a um ataque sobre a capital mineira.

Mas Feliciano demorou-se em Queluz. Houve discursos e comemorações, e, só depois de muita perda de tempo, começaram as deliberações para o ataque à capital. O plano estabelecido foi o seguinte: José Antônio Marinho seguiria para o sul de Minas e Ottoni para Barbacena; depois se juntariam às forças de Queluz e Cataguases e marchariam unidos, formando uma só coluna, contra Ouro Preto.

O plano não se concretizou. Os revolucionários foram derrotados em Serra Negra e em Rio do Peixe, perdendo os arraiais de Santa Bárbara e Bom Jardim. O Gabinete agiu com rapidez deslocando tropas para o limite das Províncias do Rio de Janeiro com Minas Gerais. Nesse momento, a decisiva ação do Presidente da Província do Rio de Janeiro, Honório Hermeto Carneiro Leão, começou a mudar a sorte dos rebel-

des. Tropas legais concentraram-se em seis pontos diferentes, aguardando a ordem de entrar em Minas Gerais. As tropas fluminenses de Valença e Vassouras ocuparam Rio Preto e Santa Rita de Jacutinga, e uma segunda coluna apossou-se de Pomba. Eram consequências da demora de Feliciano.

A dispersão da coluna de Rio do Peixe, segundo depoimento do próprio Marinho, foi seguida pela de todas as forças que, nessa linha, estavam postadas. No dia 15 de julho, estavam livres todas as estradas que comunicavam a Província de Minas com o Rio de Janeiro. Nesse mesmo dia, Queluz estava em poder dos legalistas.

A nomeação do Barão de Caxias para dirigir a campanha (10 de julho) e a chegada de notícias da Corte quanto aos festejos pela vitória do governo em São Paulo produziram muito desânimo nas fileiras liberais. Não houve mais proclamações.

Num ataque a Araxá, apoiados pelos distritos de São Francisco, Campo Grande, Conceição e São Pedro de Alcântara, os revolucionários eliminaram a resistência encontrada, embora os legalistas requisitassem forças em Uberaba e Patrocínio para recebê-los. Os governistas usaram o fator psicológico, alardeando promessas de clemência para os adversários.

Os insurretos dominavam Caeté e Santa Bárbara, onde pretendiam manter sua maior força. Teófilo Ottoni, em Barbacena, estava bloqueado nas direções de Mercês, Paraibuna e Rio Preto. Sem possibilidades de receber reforços solicitados a Feliciano, os revolucionários retiraram-se.

Ottoni planejava marchar sobre Queluz e abrir caminho para a capital. Em São João del Rei, Feliciano anunciara a mesma decisão. A força rebelde tinha consciência da manobra que lhe restava. A ofensiva sobre Ouro Preto, tardiamente decidida, não seria surpresa.

Enquanto isso, em Queluz, Manuel Alves de Toledo Ribas, brigadeiro legalista reformado, em pouco tempo transformou a cidade em verdadeira praça de guerra, organizando forças para atingir Barbacena. Outras forças, do Rio de Janeiro e de São Paulo, convergiram para Ouro Preto.

O Barão de Caxias tomou conhecimento de sua nomeação para o comando das operações contra os rebeldes de Barbacena ainda em São Paulo. Chegou ao Rio de Janeiro no dia 23 de julho. Dois dias depois, partiu para Minas. Suas tropas, a essa altura, deslocavam-se em marcha forçada.

O grosso do exército revolucionário concentrou-se em Santo Amaro, onde houve uma reunião dos principais líderes - Teófilo Ottoni, Manuel Mello Franco, Antônio Nunes Galvão e Francisco José de Alvarenga.

O plano previa bloquear, na madrugada de 26 de julho, as estradas que ligavam Queluz ao Rio de Janeiro, a Itaverava, a Ouro Preto, a Congonhas e a Suaçuí (hoje São Brás do Suaçuí). Galvão encarregou-se da execução. Os revoltosos postaram-se em Lavapés e Boa Vista, emboscaram, ainda nas estradas de Congonhas, Ouro Preto e Suaçuí, o flanco do inimigo, para cortar-lhe a retirada. Nesta contingência, os legalistas

aceitaram o combate. Pela madrugada, tentaram evadir-se pelas estradas de Congonhas e Suaçuí, mas foram emboscados. Os governistas foram desbaratados e houve prisões em massa.

Os legalistas na verdade tiveram 50 mortos e outras baixas, por ferimento. Foi a mais bela vitória dos insurgentes, segundo o historiador Martins de Andrade.

Queluz ficou novamente à mercê dos revolucionários, que podiam investir sobre Ouro Preto. Mas, então, surgiram desentendimentos entre os chefes. Feliciano, impressionado pelos insucessos em São Paulo, estava disposto a depor as armas, ao passo que Ottoni, entusiasmado pela luta, continuou até Capão do Lana, acampando às vistas de Ouro Preto.

Os revoltosos, de modo geral, ansiavam pelo ataque. Tendo obtido permissão de Feliciano, tomaram o rumo de Bocaina, onde outros desentendimentos retardaram a ação. Os governistas aproveitaram a oportunidade para reunir novas tropas na capital.

Julgando insegura a posição de Bocaina, os revoltosos orientaram-se para Lagoa Santa. Foram emboscados, no arraial de Santa Luzia, travando violento tiroteio com os legalistas, que, no entanto, mantiveram o cerco da posição.

Feliciano, que tinha uma visão geral dos acontecimentos, desejava render-se: a Província de São Paulo estava pacificada, São João del Rei e todo o sul de Minas caíra em mãos de governistas. Mesmo tomando Ouro Preto, como queria Ottoni, acabariam cercados e obrigados a capitular.

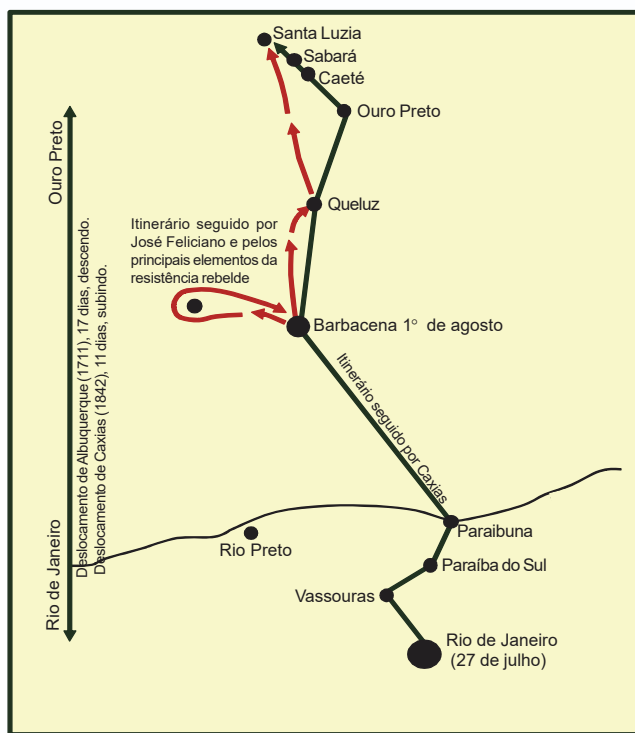
As forças do Barão de Caxias deslocaram-se para o porto de Estrela e para Paraíba do Sul. Restaurada a ponte sobre o rio Paraibuna, prosseguiram em direção à capital de Minas. No dia 06 de agosto chegam a Barbacena, atingindo Ouro Preto no dia 18. Em Minas, o chefe legalista afixou em toda a parte o edital de 30 de julho, concitando a todos os que pegaram em armas a entregá-las no prazo de 10 dias. Findo este prazo, mandaria recrutá-los para as fileiras do Exército Imperial.

Feliciano resolveu enviar o Coronel Francisco Vieira Souto Maior e o Dr. Manuel Mello Franco à Corte, para solicitar do Imperador anistia geral em troca da suspensão das hostilidades; mas foram presos no meio do caminho.

À frente de sua força, Caxias deslocou-se para Caeté, demonstrando, com isso, que iria oferecer combate.

Ciente de que Caxias preparava o ataque à posição revolucionária em Santa Luzia, Feliciano retirou-se por um roteiro desconhecido. Teófilo Ottoni procurou, de todo modo, evitar que a tropa soubesse desse episódio. Santa Luzia não passava de um pequeno arraial erguido na margem direita do rio das Velhas, podendo-se passar para a margem esquerda através da Ponte Grande. Encontrando-se em uma elevação, prestava-se a contento para uma ação defensiva.

Caxias, enquanto isso, continuava a sua preparação. Dividira o Exército em três colunas: uma, dirigida pelo seu irmão, Coronel José Joaquim de Lima e Silva, seguiria pela estrada do Arraial da Lapa; outra, comandada pelo Coronel Francisco de Assis



REVOLUÇÃO DE 1842

Marcha de Caxias, da Corte a Ouro Preto

LEGENDA

- tropas legalistas
- tropas rebeldes

Fig 3

Ataíde, iria em direção ao rio das Velhas, pela estrada do morro da Vicença, enquanto ele próprio, com o Coronel José Leite Pacheco, investiria sobre a posição rebelde, pela estrada de Sabará.

Sua concepção estratégica reunia simplicidade e perfeição: desbordaria os rebeldes atacando de frente com a sua coluna, enquanto a coluna do Coronel Lima e Silva avançaria pelo flanco direito. Ambos, portanto, estariam na margem direita do rio, ao passo que o Coronel Ataíde ocuparia a Ponte Grande para impedir a fuga de rebeldes.

O ataque fora marcado para o dia 21 de agosto. Caxias iniciou o avanço na madrugada do dia 20, ocorrendo às 8:30 horas, contato e troca de tiros. Caxias preferiu estacionar, a fim de aguardar o desbordamento previsto para o dia seguinte. Os rebeldes tomaram essa atitude como demonstração de fraqueza e concentraram-se em ataque maciço, obrigando Caxias a fazer um retorno. Contudo, Lima e Silva, que escutara os tiros, pressentiu que a luta engajara-se antes do previsto e acelerou o seu contingente, alcançando a parte superior de Santa Luzia por volta das 15 horas. Neste momento, Caxias retornou à frente de ataque com seus homens e dirigiu pessoalmente uma carga de baioneta contra os revolucionários. Entre dois fogos, estes perderam uma batalha que parecia praticamente ganha. Ao debandar, deixaram no campo uma peça de artilharia, munições e suprimentos. Foram feitos 300 prisioneiros.

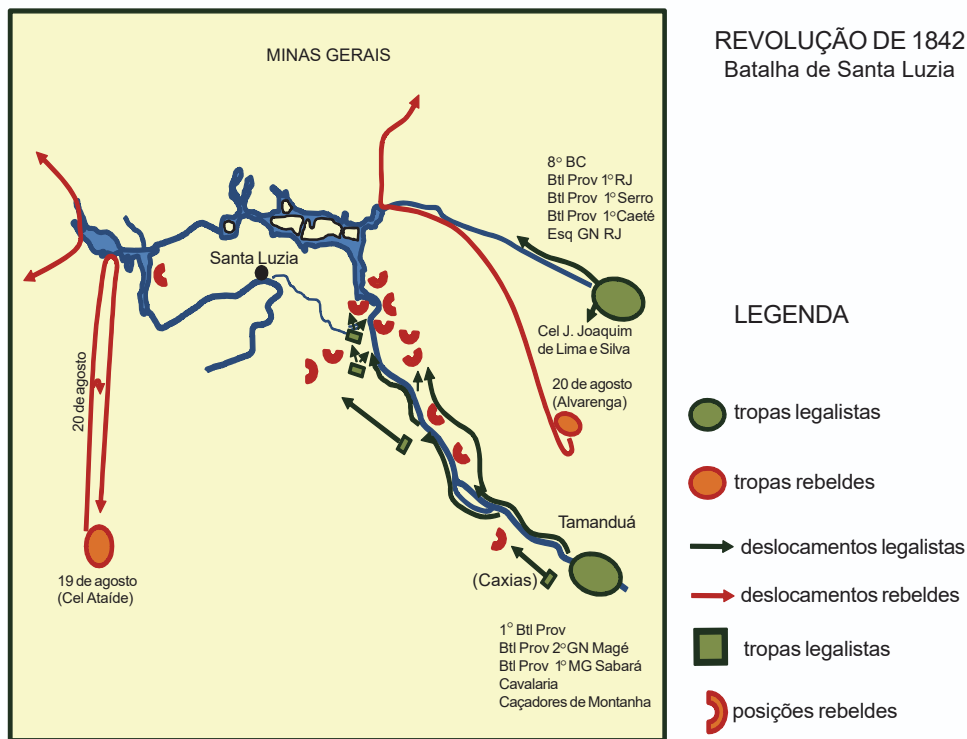


Fig 4

Antônio Nunes Galvão, repelindo a investida do Coronel Ataíde, ocupou a Ponte Grande, garantindo a retirada das tropas, dirigindo-se depois para o arraial de Matosinhos, onde dispersou os homens e recolheu-se à sua residência.

Otoni, José Pedro Dias de Carvalho, Manuel Dias, Camilo Brito e os irmãos Teixeira foram presos. Alvarenga, que acompanhara Galvão e Marinho, mais tarde, apresentou-se à prisão, levando um manuscrito da história do movimento revolucionário.

Caxias determinou que fossem vasculhadas Santa Bárbara e São João del Rei, eliminando os últimos redutos inimigos. Entrou triunfalmente em Ouro Preto. Pelo correio chegara-lhe a notícia de que fora promovido a Marechal-de-Campo (29 de agosto de 1842). O grande cabo de guerra passou a ocupar-se então de dar especial proteção aos vencidos, às suas famílias e aos seus bens.

Revolução Farroupilha - 1835/45

No Rio Grande do Sul, o período das Regências, também foi marcado por lutas apaixonadas, perturbações sociais e impasses político-partidários. O espírito independente, altivo e patriótico do povo gaúcho não admitia novas submissões, mesmo indiretas, e terminaram por explodir na chamada Revolução Farroupilha.

Entre as causas imediatas do movimento, destacam-se o descontentamento com a centralização política e a exploração fiscal sobre os produtos da economia pecuarista. As mudanças de gabinetes ministeriais quase sempre provocavam a substituição de servidores destacados na Província, acarretando desordem administrativa. A própria escolha do Presidente da Província raramente levava em consideração os interesses locais. Por outro lado, interessados na manutenção de preços baixos para os produtos sulinos, particularmente o charque, consumido na alimentação dos escravos, os proprietários agrários do Sudeste, que exerciam influência sobre as decisões do poder central, procuravam favorecer, através de baixas tarifas alfandegárias, os mesmos produtos provindos da região platina, e cobravam pesados impostos sobre a produção do extremo sul do Brasil, prejudicando estancieiros, charqueadores e exportadores rio-grandenses, integrantes de oligarquias locais.

Como causas imediatas, surgiram algumas decisões tomadas em 1834 pelo Presidente da Província, Dr. Antônio Rodrigues Fernandes Braga (nomeado a 14 de fevereiro de 1834), como a de aprovar leis que sobretaxavam os produtos dos campos e a de criar um corpo militar ligado ao governo provincial. Além disso, o irmão do Presidente, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, irritou os gaúchos com suas atitudes prepotentes em defesa da política oficial.

No quadro da política local, não podiam faltar as influências que provinham das repúblicas vizinhas. Bento Gonçalves era muito amigo e compadre de Lavalleja. Atuou, também, decisivamente o Conde Tito Livio Zambecari que, egresso do norte da península italiana, homiziara-se naquela Província brasileira.

Dois chefes políticos - José Gomes de Vasconcelos Jardim e Onofre Pires da Silveira Canto - à frente de 200 cavaleiros, concentraram-se na região de Viamão e dirigiram-se à cidade de Porto Alegre, estacionando, em 19 de setembro de 1835, perto do bairro da Azenha.

Cientificado do fato, o Presidente da Província mandou que se armassem a Guarda Municipal Permanente, o Piquete de Cavalaria de primeira linha (cerca de 70 homens) e a Companhia de Guardas Nacionais a cavalo. Como dispunha de pouca força na capital, apelou a todos os cidadãos para que se reunissem, armados, conseguindo juntar um contingente de cerca de 270 homens. Para coordenar as forças legais nomeou o Brigadeiro Gaspar Mena Barreto, pois o Comandante das Armas, Marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, estava ausente. Foram logo guarnecidos três pontos considerados importantes: o Palácio do Governo, o quartel da Guarda Municipal e o Trem de Guerra (arsenal).

Na noite de 19 de setembro, efetuou-se um reconhecimento do dispositivo revolucionário com um contingente de 20 homens da Companhia de Guarda Nacional, a cavalo, sob o comando do Major José Egídio Gordilho Barbuda, segundo Visconde de Camamu, que se oferecera espontaneamente para a missão. Os revolucionários haviam colocado elementos de vigilância junto à ponte da Azenha. Camamu não tinha vivência de combate, particularmente em operações noturnas, e contava com gente pouco adestrada.

Ele e mais dois homens marchavam adiantados e os demais, bastante afastados. Ao primeiro sinal de alerta dos farroupilhas, o grupo avançado disparou suas armas e retraiu rapidamente, supondo tratar-se de uma forte reação dos revoltosos, provocando uma debandada geral que levou o pânico aos governistas de Porto Alegre. O piquete farroupilha, com sete homens, vendo-os fugir espavoridos, perseguiu-os, matando um e ferindo quatro, entre eles Camamu.

No dia seguinte, os revolucionários penetraram na cidade sem encontrar oposição. O Corpo de Permanentes aderiu logo ao movimento, com exceção do comandante, do subcomandante, de um cabo, de um soldado e de um corneteiro. O Presidente da Província, sentindo-se desprotegido, refugiou-se primeiro no Arsenal de Guerra e depois na escuna Rio-grandense, com a qual viajou na mesma noite para a cidade de Rio Grande, onde chegou em 28 de setembro, contando com o apoio daqueles que não eram simpáticos ao movimento revolucionário.

Quase sem luta, a não ser ligeiras escaramuças, os revolucionários tornaram-se senhores absolutos da capital e obtiveram muitas adesões no interior.

Acéfalo o governo, a Câmara Municipal, convocada extraordinariamente por Bento Gonçalves em 21 de setembro, deu posse ao Dr. Marciano Pereira Ribeiro, que era o quarto na ordem geral de precedência dos Vice-Presidentes da Província.

Segundo o manifesto de Bento Gonçalves, divulgado em 25 de setembro de 1835, a revolução desejava apenas afastar o Presidente. Mas outros focos do movimento surgiram no interior do Rio Grande. Na vila de Rio Pardo, legalistas e revolucionários defrontaram-se ameaçadoramente. Bento Gonçalves acudiu, assegurando o reconhecimento do novo Presidente.

O Tenente-Coronel João da Silva Tavares, Comandante da Fronteira do Rio Grande, embora soubesse do levante, não aderiu, ficando em expectativa. Rafael Verdun, Coronel da Banda Oriental e amigo de Bento Gonçalves, resolveu combatê-lo, à frente de pequeno grupo em que predominavam orientais. Junto à Capela do Herval, houve um violento choque entre cavaleiros. Verdun, vencido, escapou rumo à fronteira, deixando para trás muitos mortos e feridos.

O Marechal Sebastião Barreto, Comandante das Armas, lançou uma proclamação em Taquarembó concitando os rio-grandenses a combater e marchou na direção de São Gabriel, acompanhado por cerca de 200 homens. Ao aproximar-se da cidade, em 4 de outubro, soube que os revolucionários dominavam a praça e que o 3º Regimento aderira ao movimento; retirou-se, em consequência, para o Uruguai.

Alguns legalistas, liderados pelo Major Manuel Marques de Sousa, mais tarde Conde de Porto Alegre, e alguns revolucionários, sob a chefia do Capitão Manuel Antunes de Porciúncula, cunhado de Bento Gonçalves, mobilizaram meios para lutar na região de Pelotas. Avisado sobre a situação, Silva Tavares, que vinha de Jaguarão, acelerou a marcha e conseguiu juntar-se a Marques de Sousa. Na tarde de 14 de outubro, ambos lançaram-se contra Porciúncula e derrotaram-no. Após a vitória, Marques de Sousa dirigiu-se para Rio Grande, acompanhado de seus liderados.

Silva Tavares recebeu informações de que o Tenente-Coronel Antônio Neto vinha contra ele, à frente de 400 homens. Soube também que Domingos Crescêncio, chefiando um outro grupo, partira de Jaguarão com o mesmo intento. Julgando difícil alcançar a cidade de Rio Grande, dividiu a força para melhor se esquivar e afinal transpôs a fronteira do Estado Oriental, onde se internou.

Tanto legalistas como revolucionários, quando a sorte das armas não os favorecia, ultrapassavam a fronteira, principalmente uruguaia, a fim de ganhar tempo e reunir novos meios.

Compreendendo a necessidade de expulsar da Província o Presidente deposto, Bento Gonçalves mobilizou combatentes em Encruzilhadas e nos municípios vizinhos e atingiu as imediações da cidade de Rio Grande em 20 de outubro. Cooperando com a manobra, Onofre Pires da Silveira Canto deslocou-se pela restinga a leste da Lagoa dos Patos até a localidade de São José do Norte, no sangradouro da lagoa, de frente a Rio Grande.

Bento Gonçalves mandou um emissário a Rio Grande, intimando a Câmara Municipal a reconhecer a autoridade do Presidente interino. O Presidente deposto tentou repelir a ameaça que vinha de São José do Norte valendo-se de algumas embarcações, mas os resultados não lhe foram favoráveis. A seguir viu-se ameaçado por outra direção: recebeu a notícia de que 600 revolucionários se aproximavam vindos de Pelotas. Só lhe restava repetir o que fizera em Porto Alegre: embarcou no brigue Parobé e rumou para a capital do Império.

Bento Gonçalves considerou terminada a missão, dispensou a tropa e passou a aguardar o substituto do Presidente Fernandes Braga. O governo central, em mãos do Regente Feijó, aceitou o fato consumado. Procurou, entretanto, restabelecer a normalidade, designando para a presidência do Rio Grande o Dr. José de Araújo Ribeiro, que contava com a simpatia dos gaúchos e era parente de Bento Manuel Ribeiro, um dos líderes farroupilhas.

Araújo Ribeiro apresentou-se em Porto Alegre em 8 de dezembro, mas a Assembleia Provincial, que não confiava nele, não lhe deu posse. Dirigiu-se então a Rio Grande e assumiu o governo perante a Câmara Municipal, em 15 de janeiro. A Assembleia resolveu romper em definitivo com Araújo Ribeiro e eleger Cabral de Melo. Muitos legalistas solidarizaram-se com Araújo Ribeiro, entre eles o Comandante das Armas interino.

Bento Gonçalves liderava os revolucionários. Bento Manuel, que estava do lado das forças legalistas, depois de mobilizar na campanha uma força de cerca de 600 homens, deslocou-se pelo sul do rio Jacuí na direção de Porto Alegre. Os rebeldes marcharam ao seu encontro, estabelecendo-se o contato em 22 de fevereiro. Afonso Corte Real, que comandava o grupo rebelde, achou prudente retirar-se para uma posição mais favorável. Bento Manuel procurou manter o contato. Trocaram-se alguns tiros e ambas as partes consideraram a possibilidade de uma trégua, em vista do equilíbrio de forças. Cada qual, temendo o resultado do confronto, planejava retirar-se para seu lado. Vieram, no

entanto, logo em seguida, reforços para os rebeldes, que resolveram manter-se no Iruí, afluente da margem direita do Jacuí. Bento Manuel, percebendo a inferioridade, retraiu durante a noite.

Em 27 de fevereiro chegou o Major João Manuel de Lima e Silva, Comandante das Armas da revolução, assumindo a chefia das forças e destruindo o grupo legalista.

Bento Manuel recuara para ganhar tempo e reunir reforços. Foi a Cachoeira e depois a Irapuá. Dera ordem a seus companheiros da região da campanha (sudoeste da Província) para que convergissem para Alegrete enquanto ele procurava atrair o adversário. Nas imediações de Jaguari, reuniu-se com o Coronel Medeiros, que atuava na região de Bagé, e com Silva Tavares. Bento Gonçalves tentou impedir a junção, partindo de Piratini, mas não conseguiu.

Dispondo de maior efetivo, Bento Manuel encaminhou-se na direção do Passo do Rosário, no rio Santa Maria, pela margem esquerda, onde Corte Real já se encontrava. Fustigou o adversário, pressionando-o contra o curso d'água e depois, pelo flanco, por dentro do mato, atacou com uma tropa de infantaria composta de 80 índios guaranis, e pela frente com uma excelente força de cavalaria. Infligiu ao inimigo completa derrota. Os rebeldes tiveram 150 mortos e outros tantos feridos. No combate do Passo do Rosário (17 de março de 1836), Bento Gonçalves não pôde intervir. Bento Manuel disse que o procurou, e que ele fugira.

Um grupo de militares que se encontravam presos em Porto Alegre, entre os quais o Major Manuel Marques de Sousa, concebeu e executou um plano contra-revolucionário na capital, visando ao restabelecimento do governo legal. Graças à colaboração de um oficial do 8º Batalhão de Caçadores, onde estavam recolhidos os presos, o grupo conseguiu sublevar a unidade, na noite de 14 para 15 de junho de 1836. Renderam a guarda, soltaram os prisioneiros legalistas, prenderam vários revolucionários, a começar pelo Dr. Marciano Pereira Ribeiro, Vice-Presidente em exercício. O Marechal João de Deus Menna Barreto, Visconde de São Gabriel, assumiu o comando da guarnição.

Bento Gonçalves trasladou-se rapidamente para a capital e intimou o Marechal Mena Barreto a entregar a praça, mas não foi atendido; e resolveu, então, atacar as posições guarnecidas pelos legalistas. Reconhecendo a impossibilidade de reconquistar Porto Alegre, recorreu ao sítio, instalando seu QG em Viamão. A capital conservou-se em poder dos legalistas até o fim da revolução.

Desejando restringir a atividade de Bento Gonçalves, Bento Manuel lançou-se contra ele. Foi, no entanto, obrigado a se retirar, porque o líder farroupilha estava em boa posição. Apesar disso, a situação foi-se tornando cada vez pior para Bento Gonçalves. Vendo-se ameaçado de isolamento e sentindo a necessidade de juntar-se aos companheiros, resolveu voltar para a campanha e, na noite de 18 para 19 de setembro, iniciou o deslocamento. No dia 2 de outubro ocupou o morro do Fanfa, na margem direita do rio Jacuí, e a ilha do Fanfa, no mesmo rio.

Bento Manuel, que tinha indiscutível tino guerreiro, pressentiu a manobra e decidiu mover suas tropas, utilizando o transporte fluvial pelo Jacuí. Desembarcou em Triunfo e logrou isolar Bento Gonçalves na ilha do Fanfa, em 3 de outubro de 1836. Gonçalves, tendo por um lado as forças terrestres de Bento Manuel e por outro o vapor Liberal, a escuna Legalidade e quatro canhoneiras comandados pelo Chefe-de-Divisão John Pascoe Grenfell, tentou romper o cerco abrindo fogo contra os navios. Ao clarear do dia 4, Bento Manuel desencadeou o ataque, empregando dois grupamentos sob o comando dos Coronéis Gabriel Gomes Lisboa e Francisco Xavier da Cunha, com apoio da artilharia naval, que tomaram logo o morro e a ilha do Fanfa.

Bento Gonçalves reconheceu que a derrota era inevitável, julgou que seriam inúteis mais sacrifícios e acabou rendendo-se, sendo levado para Porto Alegre, transferido depois para a Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Mais tarde foi encarcerado no Forte do Mar, em Salvador, de onde, porém, conseguiu escapar em 10 de setembro de 1837.

Com a derrota de Fanfa, esfacelaram-se as forças de Bento Gonçalves. Por isso Bento Manuel tratou de ir ao encontro de outro agrupamento de revolucionários, mais ao sul. Liberou a Guarda Nacional e dirigiu-se com 600 homens para Caçapava. De lá prosseguiu novamente para o sul. Os rebeldes também se movimentaram, tornando a situação ambígua: tentativas de combates, esquivas e ou acordos.

A situação militar tornara-se vantajosa para o Império. Os dois principais grupamentos farroupilhas tinham sido neutralizados: Bento Gonçalves tinha sido preso e Antonio Neto internara-se no Uruguai.

O governo central exonerou Araújo Ribeiro do cargo de Presidente, nomeando para substituí-lo o Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito, que logo entrou em atrito com Bento Manuel. Em consequência, este abandonou as fileiras governistas e alinhou-se às revolucionárias. A revolução, que estava praticamente vencida, recebeu novo impulso com Bento Manuel. Ele obteve vários sucessos na campanha e sitiou Porto Alegre pela segunda vez.

A barra do Rio Grande era de difícil transposição, não apenas pela pouca profundidade das águas, mas também pela inconstância de posição do talvegue. No entanto apresentava importância estratégica, pois permitia o acesso às lagoas dos Patos e Mirim e aos rios que nelas deságuam. Os imperiais dominavam a entrada da barra e o complexo lacustre do litoral rio-grandense. O auxílio militar da Corte viria por mar, tendo os navios de entrar pelo canal de acesso em Rio Grande. Os revolucionários, no início da campanha, não puderam apossar-se de ambas as margens do canal. Resolveram, por isso, dificultar a navegação na Lagoa dos Patos, apossando-se dos Fortes do Junco e de Itapoã.

Para facilitar a manutenção de Porto Alegre e possibilitar o acesso ao rio Guaíba e a livre navegação entre a capital e Rio Grande, as forças imperiais, em operação combinada, tentaram e conseguiram retomar os dois fortes.

Apesar dos bombardeios de inquietação que se realizavam com certa frequência, a guarnição de Porto Alegre resistiu bem ao sítio. Em princípios de 1838, era a seguinte a situação dos rebeldes: Bento Gonçalves, em Viamão, comandava cerca de mil homens no assédio a Porto Alegre; Antônio Neto, em Bagé, tinha 400 soldados; Domingos Crescêncio, em Piratini, 600; Bento Manuel e David Canabarro, na campanha, 500. Com outros contingentes espalhados pelo interior, o efetivo totalizava pouco mais de 3 mil homens.

As forças imperiais guarneciam Porto Alegre e Rio Grande. Algumas forças da Guarda Nacional encontravam-se na serra. As forças navais legalistas também operavam na área, de forma que o efetivo total das forças do Império era o dobro do que contavam os rebeldes.

O Marechal-de-Campo Antônio Elzeário de Miranda e Brito, Presidente da Província, vendo a dispersão das forças farroupilhas, concebeu um plano de atacar os sitiados da capital antes que os chefes rebeldes conseguissem concentrar-se, interpondo-se entre eles. Para isso executou um amplo movimento desbordante pelo norte do rio Gravataí, mas os revolucionários, percebendo o perigo, retraíram-se, frustrando os planos do Marechal Elzeário. O sítio da capital foi suspenso por algum tempo.

Elzeário prosseguiu até o rio Pardo e voltou a Porto Alegre, deixando naquela localidade o Marechal Mena Barreto. Ao amanhecer de 30 de abril, Antonio Neto investiu contra a tropa do Marechal Mena Barreto, destroçando-a completamente.

Apesar do desastre de Rio Pardo, Elzeário não desanimou. Provido de reforços, decidiu, no começo de 1839, iniciar nova ofensiva contra os sitiados de Porto Alegre. O plano, basicamente, era o mesmo do ano anterior.

A guerra civil durava já cerca de três anos e meio, sem esperança de conclusão. Nem os rebeldes venciam, nem os legalistas logravam dominá-los. O Governo Imperial mantinha a posse da capital da Província, da cidade de Rio Grande e das regiões circunvizinhas. Assegurava também a livre navegação entre elas pela Lagoa dos Patos e preservava a ligação com o exterior, via marítima, por Rio Grande.

Após a perda da capital, os revoltosos procuraram reconquistá-la a qualquer preço, não conseguindo. Tentaram também interceptar a navegação na Lagoa dos Patos. Para isso aceitaram os serviços do italiano Giuseppe Garibaldi, que foi comissionado como Capitão-Tenente pelos farroupilhas.

David Canabarro foi designado chefe da expedição, sendo que o primeiro objetivo deveria ser a vila de Laguna. Duas embarcações artilhadas - os lanchões Rio Pardo e Seival - construídas sob a direção do norte-americano John Griggs, foram levadas por Garibaldi do rio Capivari, tributário da Lagoa dos Patos, para a Lagoa Tramandaí, por via terrestre em cima de carretas puxadas por 50 parelhas de bois, e daí para o Atlântico. No oceano os barcos foram fustigados por forte ventania, naufragando um. Mas Garibaldi não desistiu; com o Seival atingiu Laguna participando do ataque a esta vila em 21 de julho de 1839. Canabarro conseguiu apoderar-se de Laguna e os revolucionários prosseguiram para o norte, ocupando Vila Nova, Imituba, Imaruí e Garopaba.

A invasão de Santa Catarina era também consequência da mudança no panorama político no Rio da Prata. Manuel Oribe, do Uruguai, renunciara ao poder e fora para Buenos Aires; Frutuoso Rivera instalara-se no governo e procurava estabelecer aliança com o Império do Brasil. Depois, o caudilho argentino Juan Manuel Rosas faria o mesmo, embora de forma passageira, fechando a fronteira aos republicanos rio-grandenses.

As forças terrestres legalistas, sob o comando do Tenente-Coronel José Fernandes dos Santos Pereira, em operação combinada com a esquadra, atacaram Laguna. Os insurgentes prepararam a defesa fundeando navios e guarnecendo a fortificação local. A fortificação resistiu no início, mas acabou rendendo-se. Por volta das 5 horas da tarde, a vila de Laguna caíra em mãos das forças do Império. Garibaldi, sem navios, integrou-se às forças de cavalaria de Canabarro, que tiveram de se retirar. Os legalistas não se empenharam no aproveitamento do êxito, possibilitando a Canabarro deslocar-se de Laguna para a localidade de Torres.

Em 30 de novembro de 1840, assumiu o cargo de comandante do exército em operações no sul do país, o General João Paulo dos Santos Barreto. Este compreendeu que Porto Alegre já não era objetivo dos rebeldes e, em consequência, levou as tropas para o interior, lançando a ofensiva na campanha.

Os republicanos, agora mais fracos, limitaram-se a inquietar as colunas de marcha. O General Barreto não conseguiu o engajamento com o adversário em batalha campal decisiva, como desejava.

Bento Manuel deixara a revolução por motivos particulares. Garibaldi, em 1841, abandonou a militância revolucionária e foi para o Uruguai.

O General Barreto, em junho de 1841, recebeu a notícia de que, desde abril, tinha sido substituído no comando.

Até junho de 1842 não ocorreu nenhuma ação importante. Durante o comando de Diogo de Sousa Coutinho, Conde de Rio Pardo, não se alterou a localização das tropas. Foi um período de inatividade.

Em maio e junho de 1842 eclodiram revoluções em São Paulo e Minas Gerais. No Rio Grande do Sul houve momentos de euforia, pois os rebeldes julgavam que esses movimentos armados viriam a facilitar os seus desígnios.

Restabelecida a paz nas duas Províncias, convenceu-se o Governo Imperial de que a rebelião rio-grandense não seria dominada enquanto não houvesse à frente das tropas um militar de indiscutível prestígio e capacidade profissional.

Naquele momento destacava-se o nome de Luís Alves de Lima e Silva, cuja atuação político-militar no Maranhão, em São Paulo e em Minas Gerais havia lhe granjeado muito respeito, tanto na área militar como na civil.

Concentrando numa só pessoa o exercício das funções militares e administrativas, o governo nomeou-o Presidente e Comandante das Armas do Rio Grande do Sul, em 28 de setembro de 1842. Na época as forças rebeldes ocupavam e dominavam a região do Rio Grande do Sul chamada “Campanha”.

REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Itinerário seguido por Caxias, de Porto Alegre até a Surpresa de São Gabriel

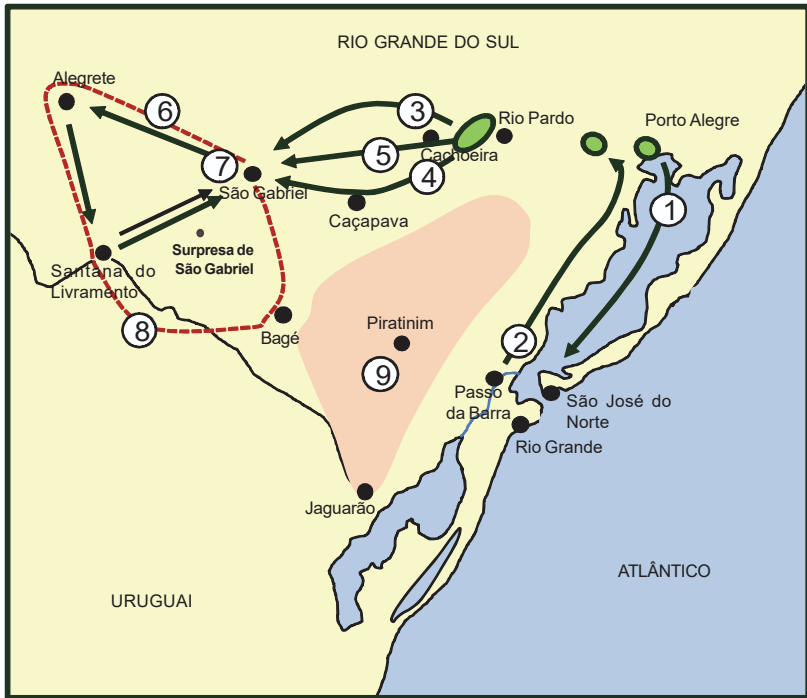


Fig 5

LEGENDA



posições dos legalistas



deslocamentos legalistas



deslocamentos rebeldes

- ① deslocamento de Caxias
- ② marcha de proteção da cavalaria
- ③ ação de cobertura do norte: Cel Jacinto
- ④ ação de cobertura do sul: Silva Tavares
- ⑤ ação de Caxias e do brigadeiro Neri
- ⑥ itinerário seguido pelos farroupilhas
- ⑦ coluna ligeira de 4.000 homens sob o comando de Caxias
- ⑧ marcha de José Antônio para surpreender São Gabriel
- ⑨ zona de influência farroupilha

Caxias chegou a Porto Alegre no dia 9 de novembro e procurou, inicialmente restabelecer as atividades comerciais na conflagrada Província. Criou estabelecimentos nas faixas de fronteira que privassem os rebeldes de conseguir aprovisionamentos nos países vizinhos. Sabedor que só teria êxito se contasse com maior número de cavalos, efetuou a compra de animais e, habilidosamente, atraiu Bento Manuel para o seu lado dando-lhe expressivo comando.

O plano de Caxias resumia-se em partir para o interior com as tropas articuladas em uma só coluna, precedida de uma atra vanguarda. Esperava poder atrair os revolucionários, travar batalha campal e batê-los. A execução do planejamento exigia uma concentração inicial dos meios disponíveis. As forças imperiais estavam dispersas; parte achava-se na região de Pelotas, parte em Porto Alegre e em Rio Pardo, e o grosso ocupava a margem esquerda do Jacuí, no Passo de São Lourenço.

Iludindo o adversário quanto ao local de travessia do canal de São Gonçalo e marchando ao longo da Lagoa dos Patos, Caxias evitou ser batido por partes. Conseguiu alcançar seu objetivo, levando a maioria dos meios de Porto Alegre e Rio Grande para juntar-se ao grosso do exército em Rio Pardo, deixando lá um mínimo de forças.

Reorganizou os seus elementos de manobra e, antes de iniciar a marcha, lançou um destacamento, sob o comando do Coronel Jacinto Correia, com a missão de galgar a serra e bater as forças farroupilhas de José Gomes Portinho, de forma que não viessem a perturbar-lhe a ligação com a capital.

REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Dispositivo no ataque de Ponche verde, 26 de maio de 1843

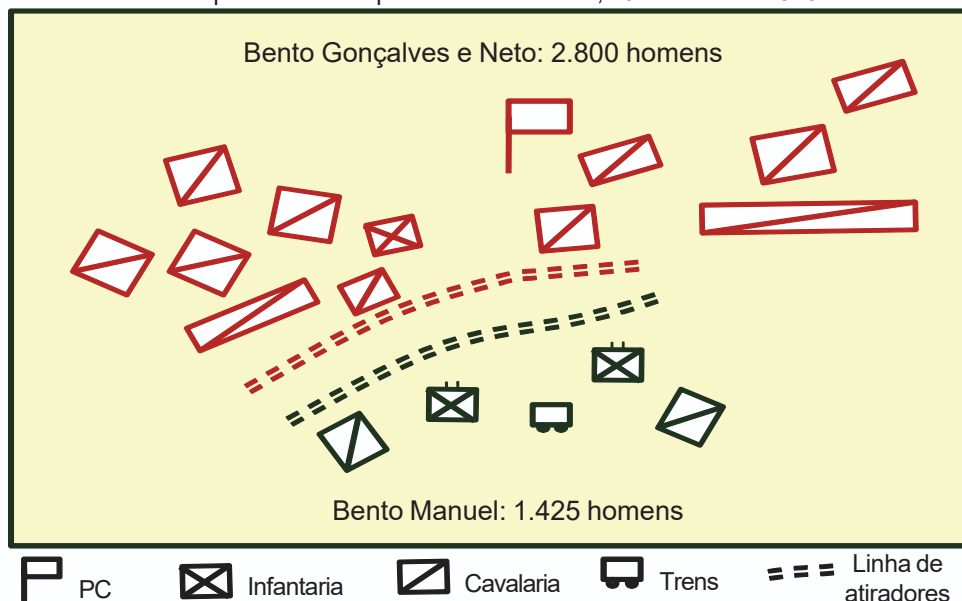


Fig 6

O Coronel Jacinto cumpriu a missão. Portinho foi obrigado a retrair, realizando um grande movimento circular e reunindo-se em Alegrete a seus partidários.

Em 27 de fevereiro, Caxias iniciou o movimento de seu pequeno exército, dirigindo-se para Alegrete, pois supunha que o inimigo estivesse em Passo do Rosário. A fim de ganhar rapidez, aliviou a tropa, deixando a tralha pesada sob a guarda de três batalhões de caçadores, em São Gabriel.

O adversário não o esperava. Nas proximidades de Santana do Livramento, a vanguarda trocou tiros com o inimigo, que se esquivava da batalha, rumando para Bagé, através do Estado Oriental. Em vista da fadiga da cavalcada, Caxias desistiu da perseguição e retornou a Santana, onde recebeu a notícia do ataque dos rebeldes à força deixada em São Gabriel, voltando então para lá (Fig 5). A seguir resolveu dividir a tropa em dois destacamentos, pois percebera a dificuldade de operar com uma só coluna contra um inimigo que se dispersava a cada momento e novamente se concentrava, quando lhe convinha. Ordenou, pois, a Bento Manuel, a quem confiara um dos destacamentos, que transpusesse o rio Santa Maria e avançasse pela margem esquerda, na direção de Bagé, enquanto ele próprio seguiria pela direita. Sabendo Bento Manuel que Canabarro se dirigia para Alegrete, resolveu correr no seu encalço, deixando o equipamento pesado no cerro de Vacaquá, sob o encargo de Francisco de Arruda Câmara. Canabarro esquivou-se

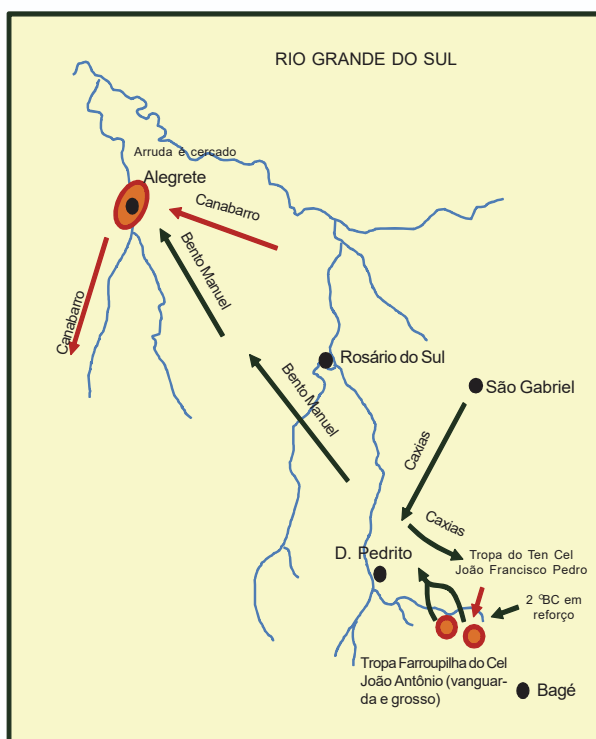


Fig 7

REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Ação de Bento Manuel sobre Alegrete e combate de Santa Maria Chico, 8 de julho de 1843

LEGENDA

-  tropas rebeldes
-  deslocamentos legalistas
-  deslocamentos rebeldes

com habilidade e, realizando um movimento circular, atacou o Coronel Câmara, sem obter grande resultado.

Caxias, por sua vez, organizou uma incursão contra o arsenal dos rebeldes, nas imediações do Pai Passo, obtendo um excelente resultado. Os insurretos, logo a seguir, reuniram-se com a finalidade de atacar uma das colunas do exército legalista, buscando batê-lo por partes. Escolheram a coluna de Bento Manuel, por estar momentaneamente com menor efetivo e porque ele era alvo dos

seus ressentimentos. O confronto deu-se em Ponche Verde (26 de maio de 1843) e o resultado não apresentou uma definição clara. Os rebeldes tinham superioridade em cavalaria e os legalistas em infantaria, que, formada em dois quadrados, soube resistir por mais de duas horas a todas as cargas.

Depois de Ponche Verde, Canabarro resolveu explorar o isolamento do Coronel Arruda Câmara em Alegrete. Em 5 de junho de 1843 intimou-o a render-se, mas ele se recusou. Canabarro, então, cercou a sua posição.

Caxias, que estava em marcha para Bagé, recebeu a notícia do combate de Ponche Verde. Mudou de rumo e juntou-se a Bento Manuel nas cabeceiras do arroio Santa Maria Chica, determinando-lhe que fosse a Alegrete, a fim de bater Canabarro. Bento Manuel deslocou-se a 8 de junho. A marcha foi realizada com grande rapidez e muito esforço da tropa; com a aproximação das forças imperiais, os revoltosos abandonaram o cerco, a 1º de julho.

Caxias tomou conhecimento de que os insurretos haviam deixado cerca de 600 homens, sob a responsabilidade de João Antônio da Silveira, junto às cabeceiras do Santa Maria Chica. Mandou Francisco Pedro atacá-los, e este investiu contra o oponente, que resistiu mas foi obrigado a transpor o Santa Maria, às pressas. Com a chegada de reforços legalistas do 2º BC, os rebeldes resolveram retirar-se.

Seguiram-se outros combates em Piratini (27 de junho de 1843); em Encruzilhada (4 de dezembro); em Santa Rosa, próximo ao Butuí (26 de dezembro), e em Picada Xavier, no final do ano.

David Canabarro acampara com suas forças nas imediações de Porongos, numa das paradas de suas marchas, procurando evitar contatos com os legalistas, pois as forças republicanas haviam renunciado a empreendimentos de maior envergadura. As negociações para uma trégua já se tinham iniciado, embora continuassem as operações.

Francisco Pedro aproximou-se, dando a entender que desejava apenas realizar troca de prisioneiros. Durante a noite, notando que Canabarro não tomara nenhuma medida de segurança, atacou de surpresa (14 de novembro de 1844), causando terrível confusão. Canabarro ordenou a retirada e seus homens; ao executá-la, esbarraram de frente com o grosso das forças de Francisco Pedro, que estavam emboscadas ao longo do provável itinerário de retirada. Foi um desastre muito grande para os farroupilhas.

Manobrando com habilidade desde o litoral, Caxias, progressivamente, reduziu o território dominado pelos rebeldes, comprimindo-os em direção às fronteiras. Fechadas estas, em acordo com a Argentina e o Uruguai, e batidos os principais grupos rebeldes, a pacificação haveria de ser mais fácil. Entre os chefes farroupilhas de maior expressão já havia discórdia. Todos estavam cansados. Caxias, experiente, conhecedor da mentalidade do povo rio-grandense, trabalhava no sentido de desarmar os ânimos. Não era o grande cabo-de-guerra que impunha condições. Era agora o diplomata hábil que, na hora da paz, reconhecia o valor do adversário e lutava por seus direitos.

Em 25 de fevereiro de 1845, os chefes revolucionários reuniram-se em Ponche Verde para deliberar em definitivo sobre as condições de paz. O Imperador assinara a anistia. Caxias e Canabarro dirigiram proclamações às tropas e ao povo.

Era enfim a pacificação, depois de mais de nove anos de lutas com enormes perdas de vidas humanas e avultados gastos militares para o Império e para a Província.

Revolução Praieira (1848) - Pernambuco

Na província de Pernambuco a cana-de-açúcar era a base da economia, e a maioria dos engenhos da região era de propriedade da família Cavalcanti, que dominava a política local. As classes populares, desprezadas pelos Cavalcanti, conscientizavam-se paulatinamente de sua precária situação social e econômica. O comércio, segunda fonte de riqueza, concentrava-se nas mãos dos comerciantes portugueses.

Na cidade do Recife, a Rua da Praia era o endereço do jornal *Diário Novo*, que exprimia as ideias do Partido da Praia. Este partido era constituído por liberais exaltados de Pernambuco, que andavam descontentes com a política de sua Província. Seus integrantes, conhecidos como Praieiros, ao lado dos Liberais, apoiavam o Presidente da Província, Antônio Pinto Chamorro da Gama, descompromissado com a família Cavalcanti e comerciantes.

O Gabinete Conservador, presidido por Pedro de Araújo Lima, parente dos Cavalcanti, assumiu o Governo no Rio de Janeiro no ano de 1848. Logo, nomeou para a presidência de Pernambuco o enérgico Herculano Ferreira Pena. Os praieiros não aceitaram essa indicação política, organizaram-se e fizeram eclodir no dia 7 de novembro de 1848 a Revolução Praieira.

Esta Revolução contou com amplo apoio popular, formado por pequenos agricultores, escravos libertos e pequenos comerciantes. Liderados por Pedro Ivo (comandante militar) e Borges da Fonseca (jornalista), os praieiros, inspirados no socialismo utópico ou romântico que apregoava o fim das desigualdades sociais e tinha cunho nacionalista, divulgaram seus planos no documento que ficou conhecido como "Manifesto ao Mundo". Este manifesto defendia as seguintes propostas: voto livre e universal para o povo brasileiro (fim do voto censitário), total liberdade de imprensa, garantia de trabalho, garantias dos direitos individuais do cidadão, fim da propriedade privada, nacionalização do comércio, extinção da lei dos juro e do sistema de recrutamento, fim do senado

vitalício, cargos de juízes e de ministros somente para brasileiros natos e promulgação de uma nova constituição.

As lutas entre os revoltosos e as tropas imperiais não duraram nem um ano. Sem recursos econômicos, humanos e militares, os praieiros contavam somente com dois mil homens e não resistiram à pressão imperial.

A Revolução Praieira foi a última revolta interna ocorrida no Império.

A partir de 1848, a aristocracia rural passou a ser senhora absoluta dos destinos políticos do país, obtendo a pacificação que desejava, ou seja, a maioria da população foi alijada da disputa pelo poder.

Política Externa do II Reinado

A política externa brasileira, durante o Segundo Reinado, foi marcada por três principais acontecimentos, que ficaram conhecidos como Questão Inglesa, Questão Platina e Guerra da Tríplice Aliança.

Questão Inglesa

A Inglaterra mantinha-se interessada em acabar com a escravidão negra no Brasil, visto que os escravos não recebiam salários, logo, não participavam do mercado consumidor e o dinheiro gasto pelos fazendeiros adquirindo escravos poderia ser empregado na compra de produtos industrializados. Esses argumentos visavam ao desenvolvimento do capitalismo industrial.

Por imposição inglesa, como forma de reconhecimento da independência brasileira, o Governo Imperial sancionou, em 7 de novembro de 1831, uma lei (Lei Feijó) que, em essência, determinava que "todos os escravos que entrarem no território e portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres". Na prática, a lei não era cumprida ("lei para inglês ver"), o que causava insistentes reclamações dos representantes da Inglaterra.

Em 1845, a Inglaterra aprovou a lei "Bill Aberdeen" que autorizava a sua Marinha a atacar navios negreiros. Amparada por essa lei, a Marinha Inglesa invadiu portos brasileiros com o objetivo de aprisionar os traficantes de escravos e suas respectivas embarcações.

Em 1850, o Brasil, pressionado pela Inglaterra, promulgou a Lei Eusébio de Queirós. Essa lei revigorava a Lei Feijó e impunha sanções rigorosas a todos que porventura participassem do tráfico de escravos, inclusive com a apreensão dos barcos e expulsão dos traficantes do país. Ela causou forte impacto na importação de mão de obra escrava.

Dois incidentes geraram o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Inglaterra, em 1863. O primeiro havia ocorrido em 1861, quando houve furto da carga do navio inglês Príncipe de Gales, que naufragara na costa do Rio Grande do Sul. O embaixador William Christie exigiu do governo brasileiro uma indenização no valor

da carga desaparecida, além da presença de um oficial inglês para acompanhar as investigações sobre os responsáveis pelo furto. O outro, em 1862, deveu-se à prisão de três oficiais da Marinha inglesa que andavam em trajes civis pelas ruas do Rio de Janeiro, embriagados, provocando desordens. Christie considerou a prisão grave ofensa à Marinha inglesa e exigiu do governo brasileiro a punição dos policiais que efetuaram a prisão.

D. Pedro II não atendeu às exigências de Christie. Este mandou que navios de guerra ingleses aprisionassem três navios da Marinha Mercante brasileira na Baía da Guanabara. A população do Rio de Janeiro revoltou-se e ameaçou invadir a casa do embaixador e os estabelecimentos comerciais de ingleses.

Visto que a situação agravara-se, a Inglaterra propôs que essas questões fossem submetidas ao arbitramento internacional do rei da Bélgica, Leopoldo I. Antecipando-se a qualquer decisão, D. Pedro II determinou o pagamento da indenização referente à carga do navio inglês.

Em 1863 o rei belga pronunciou-se favoravelmente ao Brasil, cabendo aos ingleses desculparem-se pela ofensa à dignidade da nação brasileira. Os ingleses recusam-se a apresentar suas desculpas oficiais, levando D. Pedro II a romper relações diplomáticas com a Inglaterra. Somente em 1865, o governo inglês, através de Edward Thornton, apresentou desculpas oficiais a D. Pedro II, reatando as relações entre os dois países.

O desfecho da Questão Christie afirmou a soberania nacional brasileira, reconhecida formalmente por uma grande potência.

Questão Platina

Dentre os muitos interesses que o Brasil tinha na região platina (área de fronteira entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), podemos salientar os seguintes: garantir o direito de navegação brasileira pelo Estuário da Prata, formado pela junção dos rios Paraná e Uruguai, que era o único acesso para a província do Mato Grosso, pois não havia estradas da capital do país para o Mato Grosso; impedir que pessoas vindas do Uruguai, principalmente vaqueiros, invadissem as fronteiras brasileiras e atacassem as fazendas gaúchas; e impedir que a Argentina concretiza-se o plano de anexação do Uruguai e do Paraguai, formando com este um só país, controlando a Bacia do Prata e restaurando o antigo Vice-Reinado do Prata.

Em 1828, foi definitivamente formada a República Oriental do Uruguai. Foram organizados dois partidos políticos, o Blanco que representava os fazendeiros (criadores de gado), ligado aos argentinos e liderado por Manuel Oribe. Eram adeptos do Unitarismo, ou seja, propunham a centralização do poder. O outro, Colorado, representava os comerciantes de Montevideu e era ligado aos brasileiros e liderado por Frutuoso Rivera. Eram adeptos do Federalismo, com as províncias internas federadas a um governo central, mantendo certa autonomia política.

Rivera venceu as primeiras eleições uruguaias, tornando-se presidente da República Oriental do Uruguai. Governou o país até 1834, quando seu opositor, Oribe, líder dos Blancos, venceu as novas eleições. Entre o final de 1834 e março de 1835, quando Oribe assumiu a presidência, a república uruguaia foi presidida, interinamente, por José Anaya. Logo depois de assumir o poder, Oribe aliou-se ao presidente da Argentina, Juan Manuel Rosas, que pretendia anexar o Uruguai ao território argentino. Essa união contrariava os interesses brasileiros. Era comum a provocação de conflitos, por parte dos Blancos, com os fazendeiros gaúchos.

Algum tempo mais tarde, o Brasil interveio militarmente na região, com o objetivo de garantir seus interesses políticos e econômicos. Aliou-se a Rivera e derrubou Oribe do poder em 1851. O presidente argentino, Rosas, que apoiava Oribe, aproveitou a oportunidade para colocar em prática o plano de anexação do Uruguai. Porém, duas províncias argentinas, Entre-Rios e Corrientes, lideradas pelo General Urquiza, organizaram uma revolta contra Rosas, apoiado pelo governo brasileiro.

As principais consequências da intervenção brasileira foram a derrota de Oribe, presidente uruguaio, com auxílio de tropas brasileiras comandadas por Caxias. O General Urquiza com apoio de tropas brasileiras derrotou Rosas na Batalha de Monte Caseros, em 2 de fevereiro de 1852. Com isso, a confirmação territorial agradava o Império, que pôde manter sua influência na área. O General Urquiza, após a vitória, foi conduzido ao poder argentino, e o General Rosas foi deportado para a Inglaterra, onde faleceu anos depois.

Questão contra Aguirre - 1864/65

Ao longo da década de 1850, o conflito político entre Blancos e Colorados manteve-se intenso no Uruguai. Em 1860, Bernardo Berro foi eleito presidente do país e executou uma política contrária aos interesses brasileiros. Em 1864, Anastásio Aguirre assumiu a presidência e continuou com a política de aversão ao Brasil. Além disso, fazendeiros brasileiros continuaram brigando com uriguaioes que pertenciam ao Partido Blanco, devido às violações de fronteiras, invasões de fazendas e roubos de gado.

O governo brasileiro, atendendo solicitação dos fazendeiros gaúchos, fez diversas reclamações ao governo uruguaio, enviando um emissário à capital, Montevidéu, que ficou conhecida como Missão Saraiva. Entretanto, o presidente, Anastásio Aguirre (Partido Blanco), ignorou a solicitação brasileira.

Não tendo sido atendido, o Brasil declarou guerra ao Uruguai e, concomitantemente, aliou-se ao Partido Colorado, que era liderado por Venâncio Flores. O Uruguai foi atacado pelas tropas brasileiras, sob o comando do General Menna Barreto, e pela esquadra, comandada pelo Almirante Tamandaré.

Venâncio Flores, com o auxílio brasileiro, derrotou Aguirre em 1865 e assumiu o governo uruguaio. Diante da derrota, Aguirre solicitou auxílio ao presidente paraguaio Solano Lopes, planejando uma aliança político-militar. Iniciava-se uma longa e sangrenta guerra, a Guerra da Tríplice Aliança.

CAPÍTULO 5



AGUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

AGUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

Cap QCO Paulo Henrique Barbosa Lacerda

"O presidente da república do Paraguai, contra todas as regras de direito internacional, mandou apresar o vapor brasileiro Marquês de Olinda, que à sombra da paz se dirigia para o Mato Grosso, e levava o presidente nomeado para essa província, o qual, assim como outros brasileiros, ainda hoje se acha preso. As tropas paraguaias invadiram depois por um modo inaudito a mesma província de Mato Grosso. O governo brasileiro, no firme empenho de vingar a soberania e a honra nacional ultrajadas, tem empregado todos os meios ao seu alcance na organização do exército e da armada para guerra a que fomos provocados por aquela república."

Fala do Trono p.359, 06 de maio de 1865.
Assembleia Geral, D. Pedro II

"Possuído do mais vivo júbilo por achar-me rodeado da representação nacional, rendo graças ao Todo Poderoso, e congratulo-me convosco pela feliz e gloriosa terminação da guerra que sustentamos, durante cinco anos, sempre com honra para nossas armas, contra o ex-presidente da república do Paraguai."

Fala do Trono p. 392, 06 de maio de 1870.
Assembleia Geral, D. Pedro II

Considerações iniciais

A Guerra da Tríplice Aliança contra Solano Lopez (Paraguai) foi o maior conflito bélico da América do Sul e ocorreu entre dezembro de 1864 e março de 1870. Como qualquer conflito, apresenta causas remotas e imediatas, e os personagens principais são fatores determinantes na eclosão e na condução da guerra.

A bibliografia sobre a Guerra da Tríplice Aliança teve várias fases. Logo após o conflito, Francisco Solano López foi retratado como um ditador de um país agrícola, que cometeu erros militares e queria dominar extensa área na bacia do Prata e os comandantes aliados do Brasil, Argentina e Uruguai como heróis nacionais. Posteriormente, no Paraguai, interesses políticos e econômicos fizeram o resgate de Solano López como um grande herói da nação. Na década de sessenta do século XX, os intelectuais de esquerda transformaram o ditador em herói antiimperialista. Finalmente, no início do século XXI, os historiadores buscaram fazer um relato mais técnico e crítico do conflito, usando a contraposição de fontes para a interpretação mais próxima da realidade dessa guerra, um exemplo dessa nova linha é a obra "Maldita Guerra" do historiador Francisco Doratioto.

Sobre os países envolvidos no conflito, verificamos que, de um lado, estavam o Brasil, a Argentina e o Uruguai, e do outro, o Paraguai. O Brasil a época constituía um Império independente, centralizado e com estabilidade política relativamente superior a dos demais envolvidos. A Argentina era um país com uma organização política instável, pois a capital Buenos Aires e o interior disputavam o poder central. No Uruguai, facções disputavam o poder, sofrendo a influência de outros governos; e por fim, o Paraguai, que era governado por ditadores desde sua independência e, portanto, quase sem resistências internas.

O Paraguai se isolou após a sua independência, em 1811, com o fim de evitar possível dominação pela Argentina, que se declarava sucessora do Vice-reinado do Prata. Esse isolamento que durou até a década de 1840, e também, sua abertura e inserção internacional, se explicam, em parte, pela situação política da região. Após sua abertura política, o Paraguai manteve boas relações com o Império do Brasil. No início da década de 1860, o governo paraguaio buscou uma participação ativa nos acontecimentos platinos, apoiando o governo uruguaio, hostilizado pela Argentina e pelo Império. O Paraguai entrou em rota de colisão com seus dois maiores vizinhos, e Solano López iniciou uma guerra que se estenderia por cinco anos.

Na década de 1850, a necessidade do Paraguai ampliar contato com o exterior para se modernizar encontrava um obstáculo no presidente argentino Juan Manuel de Rosas que se recusava a reconhecer independência paraguaia e dificultava seu comércio exterior, ao controlar a navegação do rio Paraná. A aproximação brasileira com o Paraguai atendia à política do governo imperial de buscar isolar Rosas, no Prata.

A questão da liberdade de navegação na região do Prata era essencial ao Império, por ser acesso, por via fluvial, ao Mato Grosso. A navegação era feita com barcos que penetravam no estuário do Prata, subiam pelos rios Paraná e Paraguai, passavam por Assunção até chegarem a Cuiabá, capital mato-grossense. Assim, para consolidar a liberdade de navegação, o Império tinha como pressupostos as independências do Paraguai e Uruguai e a não ampliação da fronteira argentina.

Em 1854, presidente paraguaio Carlos Solano López mandou seu filho, Francisco Solano López à Europa como ministro plenipotenciário para comprar armamentos e estabelecer contatos comerciais. Na Inglaterra, ele entrou em contato com empresa Blyth & Co, uma das companhias mais avançadas do mundo em tecnologia. Por intermédio dessa companhia, o Paraguai passou a comprar armamento, a enviar jovens paraguaios para receberem treinamento e, ainda, recrutou cerca de 250 técnicos estrangeiros (dentre os quais 200 ingleses) para modernizar o país. É equivocada, portanto, a imagem de que o Paraguai, antes de 1865, teria promovido sua industrialização com seus próprios recursos sem depender dos centros capitalistas, a ponto de tornar-se ameaça para os interesses ingleses no Prata. Os projetos de infraestrutura guarani foram atendidos por capitais ingleses, e a maioria dos especialistas estrangeiros que os implementaram era britânica.

Outro erro é ver o Paraguai pré-guerra como um Estado onde haveria igualdade social e educação avançada. A realidade era bem diversa, pois havia uma promíscua relação entre os interesses do Estado e os da família López, que soube se transformar numa espécie de proprietária privada do país enquanto esteve no poder.

Em abril de 1856, governo paraguaio assinou com o Império, um tratado que garantia a livre navegação e postergou, por seis anos, a discussão das fronteiras, mantendo o status quo da área litigiosa entre os rios Apa e Branco. Apesar disso, as autoridades paraguaias continuaram a dificultar, por meio de regulamentos, a passagem de navios brasileiros que rumavam para o Mato Grosso. Carlos López era dominado pela idéia de que, com a livre navegação, o Império fortaleceria militarmente essa província e ameaçaria seu país. A falta de definição de limites era o elemento visível de tensão entre o Paraguai e o Império.

O ano de 1862 foi decisivo para os países platinos e para o Brasil. No Paraguai, Francisco Solano López ascendeu ao poder; na Argentina houve a unificação do país sob a liderança de Buenos Aires e, no Brasil o Partido Liberal substituiu o Conservador. Nesse ano teve fim a moratória para a definição dos limites, estabelecida na década anterior pelo Paraguai com seus vizinhos. Solano López, por sua vez, aproximou-se do governo uruguaio blanco e dos federalistas argentinos, querendo se apresentar como árbitro na região e buscando se nivelar com a Argentina e o Brasil.

Os acontecimentos não se processaram como esperado por Assunção. O Império do Brasil, na questão uruguaia de 1864, aproximou-se da Argentina e apoiou o partido Colorado, que conseguiu a mudança de governo no Uruguai levando ao poder Venâncio Flores. O governo imperial entendia que o Paraguai apenas protestaria diplomaticamente sobre a situação de fato no Uruguai e não acreditava que este iria à guerra.

A notícia da entrada de tropas brasileiras no Uruguai chegou a Assunção em 25 de outubro de 1864, na forma de rumor. O representante uruguaio solicitou, então, a Solano López, o prometido auxílio ao governo Aguirre, não obteve resposta conclusiva do governante paraguaio.

A Guerra da Tríplice Aliança, portanto, foi fruto das contradições regionais, tendo como objetivo de cada país a consolidação dos seus Estados Nacionais: para Solano López era a oportunidade de colocar o Paraguai como potência regional e ter acesso ao mar pelo porto de Montevideú, fruto da aliança com os blancos uriguaio e federalistas argentinos, representados por Urquiza; para o presidente argentino Bartolomé Mitre era a forma de consolidar o Estado centralizado argentino e eliminar os apoios externos aos federalistas proporcionado pelos blancos e paraguaio; para os blancos, o apoio militar paraguaio contra argentinos e brasileiros, impediria quaisquer intervenções no Uruguai; para o Império, a guerra contra o ditador paraguaio não era esperada, nem desejada, mas, iniciada, pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e poria fim ao litígio fronteiro entre os dois países e às ameaças à livre navegação.

Causa Imediata da guerra

Na madrugada de 11 de novembro, chegou à Assunção o navio brasileiro Marquês de Olinda. A embarcação levava, a bordo, o novo presidente da província do Mato Grosso, o coronel Carneiro Campos. Horas após partir de Assunção, o Marquês de Olinda foi alcançado pela canhoneira paraguaia Tacuarí e obrigado a retornar ao porto da capital. López entendia que o Brasil havia declarado guerra ao Paraguai, ao invadir, meses antes, o Uruguai, seu aliado.

A ordem para mandar apreender o Marquês de Olinda demonstrava que Solano López convencera-se de que o Brasil se preparava para fazer-lhe guerra. Como consequência, decidiu, em 15 de novembro, iniciar operações bélicas contra o Mato Grosso, o mais rápido possível. O passo seguinte seria invadir o Rio Grande do Sul, por São Borja com as tropas que estavam concentradas em Encarnación, às margens do rio Paraná.

Forças paraguaias, antes da guerra

O autoritarismo paraguaio não só anestesiou a população como cegou o próprio Solano López: sua excessiva autoconfiança levou-o ao voluntarismo, a superestimar o poder nacional paraguaio e a fazer uma análise equivocada da correlação de forças militares e políticas região do rio da Prata. No plano bélico, a organização do Paraguai era anacrônica. O único general do país era o próprio Solano López, que atingira tal posto não por mérito militar, mas por ser filho do presidente Carlos Antonio López. No início da guerra, por decreto, tornara-se marechal. A oficialidade paraguaia restringia-se a cinco coronéis, dois tenentes-coronéis, dez majores, 51 capitães e 22 primeiros-tenentes, demonstrando uma grande falta de comando para uma força de milhares de homens. Quando Solano López chegou ao poder, o exército guarani dispunha de cerca de 70 mil soldados, número que se torna menos impressionante, mas ainda assim respeitável, se considerarmos que 43 mil homens não tinham instrução militar e se restringiam a fazer exercícios de ginástica, aos domingos, com armas simuladas. No serviço ativo, encontravam-se 13 mil homens e outros 16.500, na reserva. Em março de 1864, havia 30 mil homens nos campos de treinamento de Cerro León; 17 mil em Encarnación; 10 mil em Humaitá; quatro mil em Assunção e três mil em Concepción. O armamento paraguaio carecia de artilharia pesada e raiada, com projéteis que permitiriam perfurar a blindagem de navios encouraçados, que tinham costados e convés protegidos por placas de ferro. Boa parte da infantaria paraguaia utilizava fuzis de pederneira, obsoletos e que não funcionavam em caso de intempérie.

Contudo, o Exército Paraguaio poderia ter sido bem armado, se Solano López não tivesse se precipitado em invadir o Mato Grosso. O Paraguai comprara armamento na Europa, que estava prestes a ser entregue. Em novembro de 1864, antes de a Marinha Brasileira bloquear o Prata para navios que fossem a Assunção, o governo paraguaio re-

cebeu da Inglaterra, 106 caixões com rifles e munições, além de recursos humanos representados por três médicos e quatro técnicos ingleses. O representante paraguaio na Europa, Candido Bareiro, tinha armamento e canhões raiados para enviar. Havia, ainda, quatro couraçados em construção, encomendados a estaleiros europeus.

Entre dezembro de 1864 e meados de setembro de 1865, o Paraguai esteve na ofensiva militar, ao invadir o território brasileiro e o argentino. Solano López planejou uma guerra rápida e fulminante que, se bem sucedida, resultaria em novo equilíbrio de poder no Prata. O plano, porém, foi frustrado por um conjunto de fatores. As forças invasoras de Corrientes e do Rio Grande do Sul não se aproveitaram do princípio da surpresa; os blancos saíram do poder no Uruguai e, nas províncias argentinas de Corrientes e Entre Ríos, a população não aderiu à força invasora.

Ofensiva paraguaia, no Mato Grosso

O Paraguai preparou adequadamente a invasão do Mato Grosso, precedida pelo levantamento de informações por espíões. Em 1862, uma patrulha de cavalaria paraguaios percorreu o distrito de Miranda. No ano seguinte, em abril, chegou a Corumbá o Tenente André Herreras, da Marinha Paraguaia, que foi recepcionado pelo comandante da guarnição militar brasileira, e visitou, em seguida, o porto de Dourados, na margem do rio Paraguai. Dois anos depois, Herreras voltaria a essa região, no comando do navio Iporá, pertencente à força invasora.

Em novembro de 1863, o Coronel paraguaio Francisco Isidoro Resquín desembarcou em Corumbá, disfarçado de fazendeiro interessado em comprar terras no município de Miranda, para onde se dirigiu. Em seguida foi a Nioaque e contratou um guia brasileiro para percorrer a região. Resquín retornou a Corumbá somente em fevereiro do ano seguinte; meses depois, ele comandava a força invasora do território mato-grossense.

Em outubro de 1864, o governo paraguaio obteve informações sobre a situação em Mato Grosso, dadas por José Antônio Acosta, desertor brasileiro do Forte Coimbra. Interrogado, o desertor afirmou que não corria, do lado brasileiro, nenhuma informação sobre as intenções paraguaias de beligerância, que não era bom o estado de espírito dos soldados brasileiros desse forte e que não seriam capazes de nada, pois eram poucos e lá estavam há quatro anos, sem serem substituídos.

Nos dias 22 e 24 de dezembro de 1864 saíram, respectivamente, de Assunção e de Concepción, duas expedições militares para invadir Mato Grosso. A primeira, fluvial, era formada por cinco barcos a vapor e cinco outras embarcações menores, contando com 4.200 homens - mil deles de cavalaria - comandados pelo Coronel Vicente Barrios e tendo como objetivo inicial tomar o Forte Coimbra. A segunda expedição era terrestre e composta de cerca de 3.500 homens, comandados pelo Coronel Resquín, ela seguiu o trajeto Concepción-Bella Vista-Nioaque-Miranda-Coxim. Antes da partida da expedi-

ção fluvial, Solano López leu para os soldados uma proclamação em que afirmava terem sido estêreis seus esforços para manter a paz e que o Brasil provocara a guerra.

Na noite de 26 de dezembro, a expedição paraguaia chegou ao Forte Coimbra, situado sobre um monte cujo terreno é gradualmente inclinado, até alcançar as margens do rio Paraguai. O forte era comandado pelo Capitão Benedito de Faria e contava com dezessete canhões e 115 homens para defendê-lo, número que chegava a 150 pessoas, se computadas as mulheres e os índios. Na manhã seguinte, Barrios exigiu a rendição da guarnição, mas foi rechaçado pelo Coronel Hermenegildo Portocarrero, comandante do Distrito Militar do Baixo Paraguai, que se encontrava inspecionando o Forte. Esse militar já havia prestado serviço técnico ao Exército Paraguai.

Coimbra sofreu forte bombardeio, e a infantaria paraguaia, com 750 homens, avançou pelo caminho possível, um desfiladeiro, sob fogo dos canhões e fuzis brasileiros, perdeu cerca de duzentos combatentes e teve que recuar. Após um novo combate no dia 28, o Coronel Portocarrero determinou a evacuação do forte, utilizando o vapor Anhambai, sem que os atacantes paraguaios percebessem. Portocarrero e seus homens buscaram refúgio em Corumbá, perseguidos em um trecho pelo Coronel Barrios, que se deteve na povoação de Albuquerque, ocupando-a em 1º de janeiro de 1865. Dois dias depois, a força paraguaia desembarcou cerca de doze quilômetros de Corumbá. Essa vila, para sua defesa, dispunha de 400 soldados, 23 canhões, armamento portátil e munição. Porém, o Coronel Carlos Augusto de Oliveira não quis aguardar o inimigo e determinou a evacuação da localidade, apesar do comandante da flotilha da marinha, em Corumbá, opor-se à retirada.

A expedição terrestre paraguaia, dividida em duas colunas, invadiu o Mato Grosso por dois pontos: a primeira pelo antigo forte paraguaio de Bella Vista, à margem esquerda do rio Apa, onde hoje se situa a cidade brasileira de Ponta Porã. O grosso da tropa paraguaia, vinda de Bella Vista sob o comando de Resquín, entrou na colônia militar de Miranda, tendo derrotado, antes, uma pequena força brasileira de cavalaria. Os moradores evacuaram Miranda e, antes que os paraguaios nela penetrassem, índios da região se apoderaram de parte do armamento que havia no depósito da localidade e tiveram um breve e malsucedido combate contra os invasores. No dia 2 de janeiro, Resquín ocupou a localidade de Nioaque, cujos habitantes haviam fugido e daí se dirigiu para a vila de Miranda.

Enquanto isso, a outra coluna invasora, comandada pelo capitão Martín Urbietta, atacou e conquistou a colônia militar de Dourados, defendida por apenas dezoito soldados. O comandante brasileiro Tenente Antônio João Ribeiro, ordenou aos colonos que fugissem e escreveu a seu chefe, Coronel Dias da Silva: "sei que morro, mas o meu sangue e dos meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo de minha pátria". No caminho para a vila de Miranda, a coluna de Urbietta se uniu à de Resquín e, quando chegaram ao destino, em 12 de janeiro, encontraram a vila abandonada. Os paraguaios apossaram-se de munição e armamento existentes no arsenal local. As colunas

reunidas marcharam até Coxim, aonde chegaram em 24 de abril, e nesse local permaneceram.

A expedição fluvial paraguaia, por sua vez, não foi além do rio São Lourenço. Os invasores não tentaram prosseguir até Cuiabá, apesar de buscarem informações sobre a existência de um caminho por terra entre Dourados e a capital. A estrada do Piquiri, devido à possibilidade de ser utilizada para o transporte da artilharia, foi protegida, após a tomada de Corumbá, por uma força de dois mil homens, entre guardas nacionais e soldados de Exército Imperial, instalados no rio Aricá. Na capital mato-grossense, a população ficou alarmada com as notícias das fáceis vitórias paraguaias e da visão de refugiados chegados do sul, em condições deploráveis. O presidente da província, Albino de Carvalho, convocou três batalhões da Guarda Nacional, criou um batalhão de Voluntários Cuiabanos, além da força enviada para o rio Aricá e ordenou a construção de uma fortificação na colônia de Melgaço, situada a mais de cem quilômetros de Cuiabá, que deveria enfrentar a temida expedição fluvial paraguaia, que não se materializou.

As instruções originais de Barrios eram para tomar Cuiabá, o que praticamente separaria o Mato Grosso do restante do Império. Contudo, os paraguaios se restringiram a ocupar território litigioso com o Brasil, quer por não se sentirem seguros para avançar, pois não dispunham de barcos adaptados à difícil navegação até Cuiabá, quer pelas mudanças de planos de Solano López, que se preparava para invadir o Rio Grande do Sul e estava satisfeito com a grande quantidade de armamento e de munição tomada em Mato Grosso.

Forças brasileiras antes do conflito

O quadro de tensão no Prata levou o Governo imperial a propor, em abril de 1864, o aumento do efetivo do Exército em tempos de paz para 22 mil homens. A Câmara de Deputados aprovou a proposta, mas em fins de 1864, o Brasil dispunha de cerca de 20 mil soldados profissionais espalhados pelo país. Também não se tomou medida séria no território mais vulnerável do país, o Mato Grosso, embora em 1863 o próprio Ministro da Guerra afirmasse que era necessário conservar uma força do Exército nessa província, pois seria imprevidência enviá-la quando circunstâncias inesperadas o exigissem. Ocorreu, porém, a imprevidência, a ponto de, em meados de 1864, a província, habitada por aproximadamente 75 mil pessoas, apresentar contundente fraqueza militar, ao dispor de apenas 875 homens do Exército, quando o seu número deveria ser de 3.879, e a Guarda Nacional não alcança três mil homens.

O ataque paraguaio ao Mato Grosso causou indignação no Brasil, visto como ato traiçoeiro e injustificável, pois eram normais as relações entre os dois países, bem como, pelo fato de o Marquês de Olinda ter sido apreendido sem declaração de guerra. Por todo o país houve de início, grande entusiasmo popular, e voluntários se apresentaram para ir para guerra. O mesmo ardor não foi demonstrado pela Guarda Nacional, milícia controlada pelas elites regionais.

O Governo Imperial mobilizou os modestos efetivos do Exército espalhados pelo país e insuficientes para travar uma guerra externa. O serviço militar era considerado um castigo e por ser composto por indivíduos vistos como desclassificados pela elite, e pelas más condições de vida existente nos quartéis, como: havia punições corporais por faltas, a remuneração era a mesma desde 1825, a tropa recebia apenas uma refeição, as acomodações eram péssimas e o armamento era antiquado.

Um decreto do Governo, de 21 de janeiro de 1865, convocou 15 mil guardas nacionais, divididos em cotas distribuídas entre as províncias, para fortalecer o Exército do sul do Brasil. Verificou-se, então, ampla resistência desses milicianos para cumprir seu dever, sendo comum guardas nacionais convocados para guerra enviarem substitutos no seu lugar, situação, esta, prevista na legislação.

Para executar uma mobilização mais eficiente, o Governo criou, por decreto do dia 7 de janeiro de 1865, os Corpos de Voluntários da Pátria. Nestes podiam alistar-se livremente, súditos entre 18 e 50 anos. Para estimular o alistamento, oferecia-se aos voluntários, além do soldo normal dos soldados das forças regulares, de 500 réis diários, uma gratificação de 300 mil réis ao darem baixa no final da guerra. Nesse momento, os voluntários teriam direito, ainda, a terras, na extensão de 49.500 metros quadrados, nas colônias militares e agrícolas existentes em diferentes pontos do Brasil, além, de outras vantagens como: promoção por bravura, pensão por invalidez e por morte para os familiares. Na realidade, enquanto a elite, representada pela Guarda Nacional, resistia a ir para guerra, no setor popular houve entusiasmo inicial para se preencher os corpos de voluntários da Pátria.

O alistamento de novos soldados se fazia com vistas a executar um plano de campanha, elaborado pelo Marquês de Caxias, por solicitação do Ministro da Guerra, Beaurepaire Rohan. Caxias era o general brasileiro mais graduado e era, também, senador pelo Partido Conservador, tendo apresentado seu plano, em 20 de janeiro de 1865, e prevendo a organização de um exército de 50 mil homens, sendo 35 mil de infantaria, 10 mil de cavalaria e cinco mil de artilharia. A invasão do Paraguai seria feita por 45 mil soldados e permanecendo outros cinco mil como reserva no Rio de Janeiro e em Santa Catarina. Seriam três colunas invasoras: a primeira, de 25 mil homens, em ação combinada com a Marinha Imperial, entraria em território paraguaio pelo Passo da Pátria, no rio Paraná, quase confluência com o Paraguai, seus objetivos seriam anular a fortaleza de Humaitá e, em seguida, ocupar Assunção. A segunda, de 10 mil soldados, agiria no Mato Grosso, em Miranda, protegendo a cavallhada e o gado aí existente e distraindo a atenção do inimigo, para levá-lo a transferir tropas para o norte, facilitando o ataque a Humaitá. A terceira coluna, com outros 10 mil homens, organizada no Rio Grande do Sul, agiria no ponto mais próximo do Paraguai, em São Borja, para, ao mesmo tempo, impedir a concentração de tropas inimigas em Humaitá e evitar que se cortasse a retirada da força brasileira que atacaria pelo Passo da Pátria, caso essa ação malograsse.

Reação à invasão de Mato Grosso

O Governo Imperial decidiu-se por enviar uma coluna para Mato Grosso, tal como Caxias propusera, convocando 12 mil guardas nacionais de Goiás, Minas Gerais e São Paulo. No começo de abril, começaram as tarefas para organização da chamada Coluna Expedicionária do Mato Grosso. O teatro de operações do Mato Grosso foi secundário e não influenciou o resultado da guerra, embora as armas e munições apreendidas pelos invasores reforçassem o poder bélico do Exército Paraguai. Com a ocupação de Mato Grosso, Solano López garantiu sua retaguarda e pôde voltar-se para o rio da Prata.

Para libertar Mato Grosso, partiu de São Paulo (com destino a Uberaba), em 10 de abril de 1865, a primeira parte da coluna sob o comando do Coronel Manuel Pedro Drago, nomeado Presidente do Mato Grosso. Sua primeira parada foi em Campinas, onde, o Coronel Drago permaneceu por dois meses, desfrutando o convívio social da cidade. Em 20 de junho de 1865, a coluna retomou a marcha em direção ao norte, ocorrendo grande número de deserções.

Tendo recebido reforços goianos, em 29 de setembro, a primeira força da coluna a pisar em território mato-grossense constituía-se de 2.080 homens e tinha o objetivo de marchar para o distrito de Miranda e ocupá-lo, a fim de restabelecer a soberania brasileira na região. Por fim, em 20 de outubro, foi nomeado um novo comandante, o Coronel José Antônio Fonseca Galvão, devido à inação do anterior.

A coluna permaneceu retida em Coxim até junho de 1866 e começou a sofrer falta de mantimentos. O componente principal da alimentação dos soldados e de todos os combatentes durante a guerra, tanto aliados ou paraguaios, era a carne bovina, sendo raros os produtos agrícolas.

A coluna se deslocou de Coxim para a Vila de Miranda, que era rodeada por depressões que se inundavam facilmente no longo período chuvoso. Porém, a água para o consumo era lodosa. Com a morte do Coronel Fonseca Galvão, o seu substituto, Coronel Albino de Carvalho, permaneceu inerte vendo sua força se esvaír na escassez e na doença. O quadro só foi revertido com a chegada do Coronel Carlos de Moraes Camisão.

A coluna expedicionária partiu para a ofensiva em 25 de fevereiro de 1867 precedida, desde a colônia militar de Miranda por patrulhas para explorar o terreno. Em 21 de abril de 1867, penetrou em território paraguai. Porém, carecendo de mantimentos, o Coronel Camisão determinou a exploração da Fazenda da Laguna, pois havia informes sobre um rebanho bovino na região.

Laguna foi ocupada em 1º de maio de 1867. Não confirmada à presença das provisões, o Coronel Carlos Camisão teve de recuar e traçar como objetivo Concepción. Ordenou, em 7 de maio de 1867, a retirada da coluna para Nioaque, esta ação ficou conhecida como a "Retirada da Laguna", à qual se incorporaram índios guaicurús e terenas.

A retirada foi feita sob constantes ataques paraguaios, que arrebatarem o gado dos brasileiros, o que os levou à fome. Os soldados marcharam famintos, sob incessantes tempestades e por terreno pantanoso; tinham a vitimá-los, além dos inimigos, o cólera e outros problemas de saúde, decorrentes do contraste entre o frio noturno e o intenso calor diurno.

No dia 25 de maio de 1867, os paraguaios atacaram o acampamento brasileiro e foram rechaçados. A debilidade dos retirantes impedia-os, porém, de perseguir os inimigos, que se dedicaram a abrir as covas de brasileiros enterrados nas proximidades, para despojar os cadáveres. Repelindo os ataques inimigos, o que restou da força expedicionária brasileira alcançou Nioaque em 4 de junho, e surpreendeu-se ao descobrir seu abandono pela tropa que ali fora deixada. Porém, a partir desse ponto, a força retirante viu-se livre da perseguição do inimigo, que não foram mais visto, a partir de 11 de junho de 1867. O efetivo se reduzira à aproximadamente 700 combatentes dos que iniciaram a expedição.

Antes, porém, o Presidente de Mato Grosso, em fevereiro de 1867, resolveu romper a inércia e decidiu juntar uma força rumo a Corumbá. Chegando a essa localidade, em 23 de junho de 1867, o Presidente encontrou metade do efetivo brasileiro vítima da varíola. Ante a impossibilidade de defender a vila nessas circunstâncias, ordenou seu abandono. A força brasileira levou consigo a doença para Cuiabá, onde causou a morte de 5 mil a 10 mil habitantes.

Em fevereiro de 1868, quando a esquadra brasileira ultrapassou Humaitá e chegou até a capital paraguaia, Solano López ordenou a retirada de suas tropas do Mato Grosso, para reforçar o Exército do Paraguai do Sul. Em abril desse ano, Corumbá foi evacuada pelos paraguaios. Esse fato foi confirmado pelo governo mato-grossense em 17 de agosto, ao enviar uma patrulha de reconhecimento à vila.

As comunicações regulares, por meio da navegação platina, do Mato Grosso com o Rio de Janeiro, somente se restabeleceram em 4 de fevereiro de 1869, após Assunção ser ocupada por forças brasileiras, quando chegaram a Cuiabá os vapores Felipe Camarão e Fernandes Vieira, da Marinha Imperial. Eles foram recebidos por 2 mil pessoas, com banda de música e salvas de artilharia, e realizaram um te-déum em Ação de Graças na Igreja de São Gonçalo.

Ofensiva paraguaia à Corrientes e ao Rio Grande do Sul

No sul, o General Manuel Luís Osório foi nomeado comandante interino das forças brasileiras no sul, função que assumiu em 1º de março, sendo o efetivo de tropas ao seu comando de 9.465 homens e que estavam acampados próximos de Montevideu. Cabia a Osório o difícil encargo de organizar um exército de campanha em plena guerra e deslocado dos centros de apoio logístico do Brasil, e que o obrigou a tomar decisões firmes e enérgicas. Para prover as tropas, Osório comprou em Montevideu tudo o que lhe pareceu indispensável e urgente, por iniciativa própria e sem a aprovação do Governo.

No teatro de operações do sul, Solano López determinou a invasão do Rio Grande do Sul, visando atacar o Exército Brasileiro no Uruguai. Contava, para isso, com a garantia de Urquiza (líder argentino dos caudilhos do interior, em oposição a Buenos Aires) de que a Argentina se manteria neutra no conflito. Desejoso de manter o respeito pelo governo argentino, Solano López solicitou permissão para passar com suas tropas pelo território de Misiones, embora este fosse reivindicado, também, pelo Paraguai, para atacar o Rio Grande do Sul. Bartolomé Mitre (Presidente Argentino) recusou a autorização, respaldando-se na neutralidade do seu país, o que o tornou o próximo alvo de Solano López. Assim, em 19 de março de 1865, o Paraguai declarou guerra à Argentina.

Em 13 de abril de 1865, uma flotilha de cinco vapores de guerra paraguaios, entre os quais o Marquês de Olinda, incorporado à Marinha guarani, chegou à cidade argentina de Corrientes e atacou dois navios da Marinha Argentina, o Gualaguay e o 25 de Mayo, que se encontravam no porto. Os navios foram incorporados à Marinha Paraguaia. No dia seguinte à tomada dos barcos argentinos, o General Wenceslao Robles, à frente de 3 mil soldados, ocupou Corrientes.

O Paraguai estabeleceu um governo submisso em Corrientes, chamado de "Junta Governativa". Porém, a falta de adesão de correntinos e entrerrianos a Solano López foi o primeiro e importante fator para inviabilizar seu plano de campanha no Prata. O líder paraguaio esperava que suas tropas em Corrientes fossem reforçadas pelas milícias de Entre Ríos e de Corrientes, com o General Urquiza colocando-se do lado paraguaio. Mas isso não ocorreu. Ao contrário, as proclamações de Urquiza contra a invasão causaram entusiasmo, a ponto de conseguir que se apresentassem 8 mil cavaleiros entrerrianos, contra o Paraguai, sobrepujando o número fixado pelo governo central.

A invasão de Corrientes levou à assinatura, em 1º de maio de 1865, do Tratado da Tríplice Aliança, entre a Argentina, o Brasil e o Uruguai. Representantes da Argentina, Brasil e Uruguai, respectivamente, Rufino de Elizalde, Almeida Rosa e Carlos de Castro, assinaram o Tratado da Tríplice Aliança contra o Paraguai. O texto do acordo era secreto e estabelecia, além da aliança militar, os pré-requisitos para o estabelecimento da paz. Também as fronteiras entre o país guarani e os vizinhos argentino e brasileiro foram previamente determinadas, no tratado.

No plano bélico, a aliança era uma forma de suplantar as respectivas falhas de organização militar e viabilizar as futuras operações contra o Paraguai. Acrescentavam-se ao poderio do Brasil tropas argentinas que, embora em número pequeno, eram combativas, por serem veteranas. O Império ampliava, também, sua capacidade operacional e tática, dificultada pela distância do teatro de operações, ao poder utilizar como base o território da República aliada e seus recursos materiais. A Argentina, por sua vez, passou a contar com a numerosa esquadra imperial, elemento indispensável para conduta do conflito, pois os rios Paraguai e Uruguai constituiriam linhas obrigatórias de comunicações nas operações que se seguiriam. O governo argentino teve, ainda, acesso aos recursos do Tesouro

Brasileiro que, logo no início da guerra, concedeu um empréstimo de cerca de 400 mil libras esterlinas à Argentina e 200 mil ao Uruguai.

O governo argentino não queria nenhuma cláusula no Tratado a respeito da soberania paraguaia no pós-guerra, mas a posição de Almeida Rosa foi vitoriosa, e o artigo 9º do Tratado da Tríplice Aliança determinou que, finda a guerra, seriam garantidas a independência, a soberania e a integridade territorial paraguaias. O Tratado declarava que a guerra era contra o governo do Paraguai e não contra seu povo. Os aliados comprometiam-se a não depor armas senão em comum acordo e depois da derrubada de Solano López, ficando proibida qualquer iniciativa separada de paz por um dos aliados.

No mesmo dia, foi elaborado o plano de operações militares aliado, em conselho de guerra composto pelos Generais Bartolomé Mitre, Justo José Urquiza, Venancio Flores, Manuel Luís Osório e o Contra-Almirante Tamandaré.

Reorganização das Forças Aliadas e a Batalha Naval do Riachuelo

O plano de invasão do país guarani pelo sul, por Corrientes, aproveitando-se do domínio dos rios pela esquadra imperial, permitiria, em tese, o reaprovisionamento e deslocamento rápido de tropas. A Solano López restaria à vantagem defensiva, ao se considerar, sobretudo, a topografia do território paraguaio, desconhecida pelos aliados e com características pantanosas.

O Exército Argentino possuía 2.993 soldados de infantaria e 2.858 de cavalaria. A artilharia contava com apenas 540 homens e seus canhões eram obsoletos, tendo a maioria sido fabricada em fins do século XVIII. Inexistiam corpos de engenharia e de apoio às forças em combate e entre os chefes e oficiais havia rivalidades, antigas e recentes, originadas do processo político do qual o Exército fazia parte.

Mitre buscava ganhar tempo para organizar um exército de campanha. A primeira força argentina a comando do General Paunero, apesar da pomposa designação de 1º Divisão do Exército, era composta de apenas mil homens. Sem recursos para um enfrentamento direto que contivesse o avanço paraguaio, Paunero resolveu deter o inimigo com uma operação na retaguarda do mesmo, atacando a cidade de Corrientes. O plano era transportar as forças argentinas em navios, sob a proteção da Esquadra Brasileira, desembarcando-as na capital correntina, que sofreria, simultaneamente, um ataque terrestre de 1.500 cavalarianos sob o comando do General Cárceres (de Corrientes) e tropas do General Paunero.

A esquadra brasileira fora reforçada com a chegada dos navios da 2ª Divisão Naval, comandada pelo Chefe-de-Divisão Francisco Manuel Barroso da Silva, nos quais vinham 1.430 soldados brasileiros, da infantaria e artilharia. No dia 25 de maio de 1865, às 15h30, 3 mil soldados argentinos desembarcaram em Corrientes, seguidos de 2 mil brasileiros; a cavalaria de Cárceres não apareceu, descumprindo o plano de ataque. O combate foi rápido, travado em violento corpo-a-corpo, obrigando os paraguaios à retirada, fustigados pelos fogos de artilharia dos navios e de uma bateria brasileira em terra.

O General Paunero acampou na praça principal de Corrientes, sem condições de manter a posição tomada. A ausência da cavalaria inviabilizou não só a perseguição, como também a contenção dos prováveis reforços que seriam enviados por Solano López de Humaitá ou, ainda, da tropa do General Robles, caso este retornasse. Solano López, por sua vez, percebeu o desaparecimento das milícias correntinas de Cáceres da frente do Exército de Robles e interpretou que seriam usadas na ocupação de Corrientes. Como consequência, ordenou a retirada, em 26 de maio, das forças de Robles, que deveria fazer uma marcha forçada pelas margens do rio Santa Lúcia, até chegar à capital correntina. Esse recuo foi uma vitória para Paunero, permitindo à Mitre tempo para mobilizar seu exército contra o invasor.

A Batalha de Riachuelo teve início em 11 de junho de 1865, um domingo, e se deu, principalmente, ao longo da curva do rio Paraná, em frente à foz do riacho de Riachuelo, em uma área de seis quilômetros de extensão e dois de largura. Nesse local, na margem esquerda do Paraná, existem barrancas elevadas em Santa Catalina, onde os paraguaios colocaram trinta canhões.

Tendo a flotilha paraguaia decido o rio Paraná, esta surpreendeu a armada imperial, sendo que o primeiro navio brasileiro a se mover sob ataque paraguaio foi o Belmonte, seguido do Jequitinhonha e das outras belonaves, que navegaram em coluna e manobram em um espaço mínimo sob descargas inimigas. No primeiro momento, a força paraguaia passou pelos navios brasileiros, ainda imobilizados, e desceu para a margem esquerda, para além dos canhões de terra, posicionados junto ao Riachuelo.

Nessa primeira fase da batalha, a vantagem era paraguaia: o Belomonte e o Jequitinhonha estavam fora de ação e o Parnaíba cercado e quase dominado pelo inimigo. Utilizando-se do grande porte do Amazonas, de sua maior facilidade de manobrar, por ser o único navio brasileiro movido a rodas, e contando com a perícia do práctico argentino Bernado Guastavino, Barroso usou a saliência de aço de seu navio, o esporão, como aríete para abalroar os frágeis cascos de madeira das embarcações paraguaias.

Da Batalha do Riachuelo escaparam quatro navios paraguaios, seriamente danificados, sendo um deles o Tacuarí e perderam 2 mil homens. Posteriormente, os paraguaios recuperaram o Paraguai, com casco de ferro, mas com seu interior totalmente destruído por incêndio. Não houve perseguição brasileira aos navios paraguaios que se retiravam, pois a esquadra imperial sofrera sérias avarias tendo perdido o Jequitinhonha e 124 homens.

O domínio da calha do rio Paraná, com a vitória naval brasileira no Riachuelo inviabilizou a continuidade da invasão paraguaia, ao dar aos aliados o controle da navegação do rio Paraná, caminho estratégico para o envio de tropas e suprimentos aos invasores de Corrientes.

A batalha do Riachuelo foi decisiva em relação à destruição da força fluvial paraguaia, mas não em relação às fortalezas inimigas sobre o rio Paraguai, que impediram

o domínio dessa via fluvial pela esquadra brasileira, situação que perdurou até 1868. A vitória brasileira permitiu, porém, consolidar o bloqueio do contato marítimo do Paraguai com outros países, o que inviabilizou a obtenção de armamentos e mercadorias pelo Prata, e, ainda, pôs fim ao avanço da coluna invasora em Corrientes.

Na Batalha do Riachuelo esteve presente a conduta padrão do governo paraguaio de então. Neste contexto, ponderação, moderação, senso de equilíbrio, o respeito ao inimigo e a economia de vidas não eram características valorizadas pelos oficiais e pelo comandante paraguaio, mas sim sua ousadia, suas bravatas, seu desprezo pelo inimigo, sua valentia em atacar forças muito superiores e, ainda, desconsiderar um resultado adverso.

Em 14 de junho, dias depois da derrota paraguaia na Batalha Naval de Riachuelo, as forças de Paunero partiram do acampamento em Esquina e marcharam pela margem esquerda do rio Corrientes, na expectativa de que o General Urquiza a elas se incorporasse. Isso não ocorreu, pois Urquiza interpretava o recuo de Robles até San Roque como uma manobra diversionária, para levar as tropas argentinas a atravessar o rio Corrientes, emboscando-as. Em meados de junho, porém, as tropas paraguaias estavam em plena retirada, com Robles detendo-se, no dia 17 de junho, ao norte do arroio Empedrado.

A divisão paraguaia de Corrientes foi retirada por Resquin, pois o General Robles foi acusado de traição, sendo afastado em 23 de julho, apesar de nenhuma prova apontar sua conduta criminoso.

Existem indícios de que Solano López já planejava invadir o Rio Grande do Sul antes da intervenção brasileira no Uruguai, fato este comprovado pela grande mobilização em Encarnación. O plano de López era de que o Exército de Estigarribia (força armada que devia invadir o sul do Brasil), dividido em duas colunas, marchasse para o sul, utilizando-se de ambas as margens do Uruguai. Pela margem esquerda, brasileira, desceria a maior parte do efetivo, enquanto pelo oeste argentino, iria uma pequena força, do Major Pedro Duarte. Uma coluna estaria sempre à vista da outra, de modo a se auxiliarem quando necessário. Com a coluna invasora descendo pelas margens do rio Uruguai, esperava-se que o governo argentino desviasse sua ação militar para esse lado, favorecendo as operações das forças do General Robles. As tropas de Robles e Estigarribia se uniriam ao sul, no rio Uruguai, para, então, marcharem para enfrentar o Exército Imperial no Estado Oriental (Uruguai). O pré-requisito para a unificação dos exércitos invasores paraguaios era a apreensão, ou destruição, da esquadra brasileira, garantindo o controle paraguaio da navegação dos rios Paraguai e Paraná.

Em São Borja, na fronteira do Rio Grande do Sul, logo que se soube da marcha paraguaia, saindo de Encarnación para a outra margem do rio Paraná, a população gaúcha fronteiriça ficou convencida de que se daria uma invasão. Esses fatos foram comunicados às autoridades da Guarda Nacional na região e ao Presidente da Província. O

Governo Imperial, porém, não tirara as lições necessárias da invasão do Mato Grosso, pois, também, o Rio Grande do Sul se achava desguarnecido. Desde fevereiro, o General Honorário David Canabarro, veterano da Revolução Farroupilha e comandante da fronteira com Missiones, solicitara, sem ser atendido, o envio de reforços de infantaria, de armamento para a cavalaria da Guarda Nacional e a subida, pelo rio Uruguai, de três canhoneiras. Quando ocorreu a invasão paraguaia, as forças do Exército Brasileiro no Sul, sob o comando do General Osório, tinham se transferido de Montevidéu para Concórdia, na margem argentina do rio Uruguai, para comporem o Exército Aliado.

Os invasores de San Tomé, na Argentina, atravessaram o rio, utilizando-se de canoas trazidas em carretas, e desembarcaram em território brasileiro, próximo a São Borja, em 10 de junho de 1865. Entre as tropas invasoras havia uma companhia composta de correntinos e de brasileiros, na maioria agarrados à força e comandados por um oficial uruguaio, blanco, que escapara do cerco de Paissandu. Os paraguaios venceram o obstáculo representado pelas guardas nacionais existentes na margem do Uruguai e avançaram para São Borja, onde haviam infiltrado espiões. Nesta localidade, enfrentaram uma tropa composta de apenas 370 guardas nacionais. Os brasileiros se retiraram de São Borja durante a noite, mas os paraguaios entraram na localidade apenas no dia 12. Estigarribia desobedeceu à ordem de Solano López de não entrar nos povoados, de modo a evitar abusos dos soldados paraguaios contra a população e respeitar bens e propriedades dos habitantes. A resistência dos defensores de São Borja, embora curta, deteve os paraguaios tempo suficiente para permitir a fuga dos habitantes.

Em São Borja, Estigarribia recebeu novas ordens de Solano López. Elas eram para que a coluna invasora acampasse em Itaqui e estudasse o inimigo e que esperasse nesse local a chegada do Exército principal sob o comando do próprio Marechal Solano López. Estigarribia, porém, violou essas instruções e, desejoso de repetir a vitória inicial, decidiu marchar para Uruguaiana, deixando apreensivo Solano López, que enviou mais quinhentos homens para reforçar a coluna invasora.

Em 18 de julho de 1865, Estigarribia reiniciou a marcha de suas forças, rumo a Uruguaiana. Ele ordenou que a força do Major Pedro Duarte ocupasse a cidade de Paso de Los Libres, na Argentina, do outro lado do rio. No dia 24, os invasores chegaram ao rio Ibicuí, onde, de acordo com ordem de Caldwell (Comandante das armas do Rio Grande do Sul), deveriam ser atacados pela 1ª Divisão Brasileira. Canabarro não executou a ordem, argumentando esperar reforços do acampamento aliado de Concórdia. Ao entrincheirar-se em Uruguaiana, Estigarribia desobedeceu de novo às ordens de Solano López, que eram para se retirar do caminho de São Miguel. O clima de inércia em que se encontrava o Rio Grande do Sul e o sul do país, como um todo, levou Dom Pedro II a decidir-se por ir àquela Província. Às objeções apresentadas pelo Conselho de Estado a essa viagem, o monarca respondeu: "se me podem impedir que siga como Imperador, não me impedirão que abdique e siga como voluntário da pátria". Se dependesse exclusiva-

mente dos chefes militares do Rio Grande do Sul, os paraguaios permaneceriam na Província o tempo que desejassem.

O Imperador partiu em 10 de julho, no navio Santa Maria, desembarcou em Rio Grande e percorreu o interior da Província. A viagem impulsionou o esforço de guerra e pôs fim à inércia militar brasileira, restabeleceu a ordem administrativa e militar no Rio Grande do Sul e adquiriu uma dimensão simbólica, com a presença do monarca em uma Província com antecedente republicano.

A coluna do Major Duarte foi confrontada em 9 de setembro, na região de Jataí, pelo General Flores, pois, aquela tinha sido abandonada por Estigarribia a sua própria sorte. Os paraguaios lutaram bravamente, mas tiveram 1.700 mortos, 300 feridos e 1.200 prisioneiros e os aliados, 83 mortos e 257 feridos. Jataí reergueu o moral da tropa aliada e contribuiu para neutralizar os planos ofensivos de Solano López.

A única alternativa de Estigarribia à derrota seria sair de Uruguaiana, e ele chegou a dar ordem de retirada. Cancelou-a, porém, quando, ao começar a evacuar a vila, deparou-se com tropas inimigas. A partir de agosto começou, então, o cerco a Uruguaiana. Em 18 de setembro de 1865, os aliados realizaram os preparativos para o ataque a Uruguaiana. Antes do ataque, o comandante brasileiro, Porto Alegre, ofereceu a rendição, que foi aceita por Estigarribia.

Ofensiva aliada no sul

Com a rendição de Uruguaiana, os aliados dispunham de duas forças, uma nesse local e outra em Concórdia. Era necessário reuni-las e marchar por mais de duzentos quilômetros, até alcançar Corrientes, para atacar os paraguaios. Este movimento iniciou-se em 19 de setembro.

As tropas chegavam do Brasil com muita bagagem e dificultavam a marcha, também retardada pelas mulheres que as acompanhavam. Em território brasileiro, o número de mulheres chegava a ultrapassar, às vezes, o de soldados. Foi reduzido durante a marcha rumo a Corrientes, devido às privações que elas tiveram que enfrentar.

As campanhas ofensivas de Solano López em Uruguaiana e em Corrientes fracassaram. Perderam-se tropas bem treinadas e as que voltaram da Argentina encontravam-se desmoralizadas. O plano original de López fora ousado, mas estava calcado em premissas falsas - os apoios dos blancos e, principalmente, de Corrientes e Entre Ríos - e contava com dois comandantes, Estigarribia e Robles, que eram incapazes para as missões recebidas. Todavia, a responsabilidade do fracasso cabe a Solano López por não ter comandado as operações no campo de batalha.

Do desembarque aliado em Passo da Pátria até a ocupação de Humaitá, distante vinte quilômetros, a guerra foi basicamente de posições, travada nos limites da confluência entre os rios Paraná e Paraguai e a linha de defesa construída por Solano López. Era uma realidade nova, pois até então se travava, na Europa e no rio da Prata, guerras rápi-

das de movimento, com uso predominante de cavalaria e artilharia e de batalhas campais. A Guerra da Tríplice Aliança foi diferente, e os chefes militares tinham de se adaptar, pois fizeram carreira combatendo em conflitos rápidos, nos quais o fator decisivo era a cavalaria e o armamento principal, fuzis de pederneira, espadas e lanças.

O Exército Brasileiro no Paraguai operou, no início, balizado por táticas decorrentes da doutrina desenvolvida por Caxias ao longo das campanhas da década de 1850. Essa doutrina foi elaborada sob influência da tradição portuguesa, francesa e inglesa. A infantaria adotou o sistema de instrução proposto pelo Coronel português Bernardo Antônio Zagalo, que preconizava o domínio da ordem unida no campo de batalha, que visava, particularmente, à realização do tiro nas melhores condições, seja avançando ou recuando, e podia ser realizado a pé firme, em conjunto ou por atirador. A baioneta era utilizada como arma ofensiva no assalto e, na defensiva, contra a cavalaria, os infantess se concentravam em quadrados. A cavalaria, por sua vez, utilizava o regulamento de tática do General Beresford, na qual o objetivo era o ataque, em função da velocidade e do choque. A artilharia montada usava o regulamento francês, elegendo como alvos principais a infantaria e a cavalaria inimigas. Além das três armas, havia os corpos especiais, dos quais fazia parte a engenharia, encarregada de organizar o terreno e proporcionar a transposição de pequenos cursos de água. A engenharia era fundamental em uma guerra travada, em grande parte, em terreno pantanoso ou cortado por rios e riachos e, ainda, em trincheiras.

A segunda metade do século XIX trouxe rápidas mudanças no âmbito dos equipamentos bélicos, fazendo com que o material de emprego militar ficasse obsoleto. A artilharia brasileira da Guerra da Tríplice Aliança foi armada durante o conflito, principalmente, com canhões do sistema La Hitte e Whitworth, com a maior parte das peças importadas da França e da Espanha, mas também havia nacionais. Ela teve importante atuação durante o conflito, já que, em várias batalhas, desempenhou relevante papel, sendo o mais conhecido a artilharia de Mallet na Batalha do Tuiuti, em que empregou suas trinta bocas de fogo La Hitte de 4, 6 e 12 libras, contra tropas de cavalaria paraguaias.

Com a retirada paraguaia do solo argentino, invertia-se o sentido da guerra. O Paraguai seria invadido, cabendo aos aliados escolherem o lugar da invasão, o que deveria ser feito com muita cautela, por não disporem de mapas do Paraguai. O interior paraguaio era, em virtude de seu isolacionismo, um imenso desconhecido para os estrangeiros, e esse foi um fator que, até o final da guerra, seria um obstáculo para as ações aliadas. Somente em abril de 1866, os aliados invadiram o território paraguaio, obrigando Solano López a recuar suas tropas, que se instalaram em posições defensivas sólidas, atrás de terrenos alagados que dificultariam o avanço aliado.

Em março de 1866, as forças aliadas já se encontravam às margens do Paraná, avistando-se, do lado oposto, em território paraguaio, o forte de Itapiru. Este, na verdade, era uma construção antiga, dispondo, de cinco canhões, que tinham por base rochas

e como proteção um muro de terra revestido de tijolos, que desabara em um dos lados. A invasão aliada, porém, era um desafio, não tanto pelo sistema de fortificações inimigo, mas, sobretudo, pelas condições desfavoráveis de terreno e o desconhecimento do campo de operações.

O sistema defensivo paraguaio estava localizado no espaço de cerca de sessenta quilômetros de comprimento por uns vinte de largura, entre a confluência dos rios Paraná e Paraguai, ao sul, até o Tebicuarí, ao norte. A primeira posição paraguaia era Itapiru; mais ao norte, na margem esquerda do rio Paraguai, encontravam-se sucessivamente, as fortificações de Curuzú, Curupaiti e Humaitá, que dominavam o rio com artilharia e eram de difícil acesso por terra, pois estavam cercadas de vegetação cerrada. Entre Humaitá e Assunção foram erigidas duas posições fortificadas, uma à direita do rio Timbó e outra à esquerda do Tahí. A sequência de posições fortificadas, tendo como epicentro Humaitá, protegia a capital paraguaia contra a ação fluvial, enquanto, por terra, a maior defesa da cidade era a natureza. O território entre Assunção e Passo da Pátria era selvagem, coberto por densa vegetação, cortado por um verdadeiro labirinto de riachos, charcos, pântanos e lagoas, infestados de cobras e insetos; estes, particularmente, infernizavam os soldados aliados, suas montarias e seus animais de tração.

A decisão de fazer a invasão levou a artilharia brasileira e a uruguaia, instaladas em Corrales, a bombardear Itapiru. Essa artilharia possuía potentes canhões raiados, com grande alcance de tiro, enquanto os projeteis paraguaios não alcançavam as baterias aliadas, caindo no rio. Somou-se a artilharia de Itapiru uma chata, travando ambas, apesar da desproporção de forças, combates diários, durante três semanas, com a esquadra brasileira. Outro preparativo para a invasão foi ocupar, em março, uma pequena ilha ao sul de Itapiru, operação feita por novecentos soldados comandados pelo Tenente-Coronel Villagran Cabrita. Em 10 de abril, forças paraguaias tentaram retomar a ilha, fracassando no intento ao custo de 640 mortos, enquanto os brasileiros tiveram 52 mortos. Impressionaram a magreza e a nudez dos soldados paraguaios; os feridos, muitos com gravidade, comiam vorazmente farinha e carne que lhes eram oferecidas. Terminada a luta, Cabrita recolheu-se a uma chata e, estando com alguns militares, um projétil lançado de Itapiru caiu em meio ao grupo, matando-o. Em sua homenagem, a ilha passou a ser chamada, a partir de então, de ilha Cabrita.

Em 16 de abril de 1866, as tropas aliadas atravessaram o rio Paraná, em embarcações de transporte, inclusive particulares alugadas, protegidas pelos navios da esquadra imperial, para invadir o Paraguai. Forte bombardeio foi feito na praia de Itapiru, enquanto a 3ª Divisão Naval realizava o desembarque em outra região. Osório foi o primeiro a pôr o pé em terra no território paraguaio, às nove horas da manhã, a cerca de 2 quilômetros ao norte da confluência entre os rios Paraguai e Paraná, na região de Três Bocas.



OFENSIVAS - 1864/66

LEGENDA

- Paraguaia
- Aliadas

As tropas brasileiras, desembarcadas abaixo de Itaipu, surpreenderam as forças paraguaias - cerca de mil homens - Solano López não esperava a invasão nesse ponto. A vanguarda brasileira avançou pelo único caminho existente, arenoso, em meio a terreno alagado, em direção a Itaipu, e travou breve combate, às 10 horas da manhã, com a força paraguaia que se retirou. Solano López enviou reforço e, da esquadra, via-se a nuvem de poeira que essa tropa levantava na marcha acelerada, ao passar por terreno seco, o que permitia à artilharia dos navios atingi-la. Por volta das 14 horas, às forças de Osório chegaram próximo do forte Itaipu, ocasião em que desabou forte temporal. Os atacantes se imobilizaram, suportando chuva de granizo diretamente nos seus corpos, pois, para serem ágeis, não levavam mochilas. Os soldados brasileiros careciam de tendas ou de qualquer outro abrigo e passaram a noite ao relento, suportando o frio.

No final do dia, no mesmo local em que Osório desembarcou, chegava também o segundo escalão, composto de 10 mil soldados brasileiros. Às 20 horas, começou a desembarcar o terceiro escalão, com a divisão do General Paunero e a tropa de Flores, operação terminada no dia seguinte. Na manhã de 17 de abril, cerca de 4 mil paraguaios atacaram, sendo rechaçados, e assim se consolidou a cabeça-de-ponte aliada com 17 mil homens, que garantiu a travessia das demais forças invasoras. Ao ver a impossibilidade de conter o avanço aliado e seu acampamento sofrer um forte bombardeio dos navios brasi-

leiros, Solano López ordenou o abandono do acampamento de Passo da Pátria, o que ocorreu nos dias 22 e 23 de abril, enquanto, simultaneamente, afundava o Guauguay, para não ser capturado pela esquadra, e se destruiu a ponte que ligava Itapiru a Passo da Pátria. Posteriormente, a esquadra retirou o Guauguay do leito do rio e devolveu-o ao governo argentino.

Em 2 de maio de 1866, Solano López ordenou um ataque à vanguarda do exército aliado, por cerca de 4 mil paraguaios e uma bateria de artilharia, comandados pelo Coronel José Eduvigis Díaz. Às 14 horas, as colunas paraguaias passaram pelo esteiro Bellaco, ocultaram-se na vegetação e atacaram de surpresa a vanguarda aliada, composta de 3.500 homens comandados por Flores - 1.600 uruguaios e 1.900 brasileiros -, que se preparavam para partir em missão de reconhecimento. O ataque foi possível porque não se estabeleceram as devidas medidas defensivas no acampamento, principalmente, na vanguarda, de responsabilidade de Flores; a artilharia estava excessivamente próxima do mato espesso, que podia ser utilizado pelo inimigo para se esconder. Logo ao iniciar-se o ataque, foi capturada a bateria de canhões La Hitte, abandonada pela guarnição brasileira, que recuou em virtude da confusão causada pelo repentino ataque paraguaio.

No momento do ataque, muitos oficiais estavam em preparação à retaguarda e alguns, inclusive, embarcados em reunião, dessa forma a tropa se ressentiu de melhor orientação. No início da Batalha do Esteiro Bellaco, o restante das tropas aliadas descansava tranquilamente e creditava o barulho de tiros ao longe ao reconhecimento que as tropas de Flores deveria estar fazendo. Apenas quando os paraguaios penetraram mais profundamente no dispositivo aliado é que todos se deram conta de que estava ocorrendo um ataque. Socorrido pelas forças de retaguarda, tendo à frente o General Osório, Flores, que em um primeiro momento perdera até sua bagagem pessoal, rechaçou o ataque, que teve como baixas, entre mortos e feridos, algo em torno de 2.500 paraguaios e 1.500 aliados. No combate, Osório conquistou, conforme relato do Coronel Conesa (argentino), "a maior glória desta jornada e o apreço de todo nosso Exército."

Prosseguindo mais para o norte, os aliados acamparam próximo à região de Tuiuti, onde foram atacados novamente por López, em 24 de maio de 1866. No embate que se seguiu, as forças paraguaias foram novamente derrotadas, sofrendo pesadas baixas.

Dispositivo Aliado

Na frente do dispositivo Aliado estava a vanguarda de Flores, composta por brasileiros e orientais, e o 1º Regimento de Artilharia a Cavalo, sob o comando de coronel Emílio Luís Mallet. À esquerda do 1º Regimento estava posicionada a artilharia oriental e na retaguarda desta a 6.ª Divisão brasileira. Atrás dos orientais o general Osório colocou, nas vésperas da batalha, a 3ª Divisão do Brigadeiro Sampaio. Esse conjunto de tropas constituía o primeiro escalão dos brasileiros e orientais. Em suas vizinhanças e um pouco mais ao sul, estavam a 1ª e a 4ª Divisões, mais a 19ª Brigada Auxiliar, como segundo escalão. Ainda mais à retaguarda encontravam-se 2ª e a 5ª Divisões da Cavalaria Brasileira mais dois Batalhões (7º e 24º de Voluntários) da 19ª Brigada, sendo estes o terceiro escalão.

À direita, localizaram-se as tropas argentinas. Os 1º e 2º Corpos, comandados, respectivamente pelos generais Paunero e Emílio Mitre, com a artilharia ocupando o centro do dispositivo e com a cavalaria e a 2ª Divisão Buenos Aires, na retaguarda.

O efetivo paraguaio, na batalha, foi calculado em 24.200 homens sendo: 6.300 à direita, comandados de Barrios, 9.000 ao centro em duas colunas, comandadas por Diaz e Marco, e 8.700 à esquerda, comandados por Resquin e uma reserva, em Humaitá, de 10.000 homens que López não empregou.

A Batalha de Tuiuti

Iniciou-se por volta das 11:50 horas, do dia 24 de maio, quando subiu ao ar um foguete paraguaio como sinal de início das ações. A coluna central paraguaia lançou-se sobre a vanguarda Aliada, ao mesmo tempo as colunas das alas tentam realizar uma manobra de cerco sobre as forças brasileiras (à esquerda) e o argentinas (à direita).

Para os aliados houve surpresa, confusão, ausência do comandante em chefe (General Mitre), imprevidência e risco de derrota em vários momentos da luta. Porém, com o recrudescer dos combates e a iniciativa dos diversos escalões (companhias, batalhões, regimentos e brigadas) - aos poucos a batalha adquiriu personalidade própria e se transformou de quase derrota em expressiva vitória, na medida em que o General Osório, assumindo o comando geral das forças, interveio diretamente na luta.

A estratégia paraguaia foi bastante efetiva no início da batalha; atacaram, primeiro, as forças uruguaias, dizimado os batalhões uruguaios "Independência" e "Libertad" e empurraram para trás o 14º de Voluntários e a bateria oriental.

No momento do ataque aos brasileiros, a cavalaria paraguaia chegou a ficar a 50 metros das tropas brasileiras, mas na frente dela havia um fosso que o coronel Mallet, comandante da Artilharia brasileira, mandara cavar e o fogo dos canhões "La Ritte" que dizimara a tropa que tentava realizar uma desesperada carga contra a posição brasileira.

O comandante Diaz prosseguiu o ataque buscando o flanco esquerdo do primeiro escalão Aliado, com a finalidade de contornar e penetrar como uma cunha o dispositivo aliado. Das matas à esquerda, não cessavam os reforços inimigos. O brigadeiro Sampaio acudiu, prontamente, às tropas de Flores com a 3ª Divisão ("Encouraçada").

A luta sustentada por Sampaio transformou-se numa terrível mortandade, devido aos constantes ataques paraguaios. O inimigo chegou a recuar até a mata, mas voltou carregando sobre essa divisão, com uma coragem cega, fazendo-a retroceder, diversas vezes. Após cinco horas de combate, Sampaio foi substituído do comando, em decorrência dos graves ferimentos que havia recebido.

Osório, desde os primeiros instantes, tomara a liderança da luta, coordenando e impulsionando às tropas, reforçou o flanco esquerdo da 3ª Divisão, determinado que uma Brigada da 1ª Divisão fechasse a brecha que ameaçava dilatar-se, engajou, ainda, uma brigada da 4ª Divisão, que se dirigiu para o flanco esquerdo do primeiro escalão Aliado, detendo e fazendo o inimigo retroceder. Por fim, a 6ª Divisão fechou a brecha entre as tropas de Flores e a Artilharia de Mallet.

No flanco esquerdo mais ao sul, Barrios penetrara em massa no Potreiro Pires, defendido pela Brigada de Neto, rechaçando essa tropa, que recuou lutando até atingir Esteiro Bellaco.

Osório fez convergir para o flanco esquerdo, várias unidades, entregando o comando desse flanco ao Gen Menna Barreto, que com 2ª Divisão de Cavalaria e elementos de Infantaria, Cavalaria e Artilharia, esmagaram a coluna de Barrios.

As Forças Argentinas, no flanco direito, sofreram poderoso ataque paraguaio. O ataque generalizou-se em todo esse flanco com forças de cavalaria e infantaria inimigas, atirando-se contra o 1º Corpo de Paunero. A cavalaria paraguaia chegou a penetrar no dispositivo até a posição da artilharia, sendo aniquilada, e a seguir, o inimigo pôs-se em retirada perseguido pelos argentinos.

O Gen Osório, à frente de alguns batalhões brasileiros serrou em auxílio aos argentinos, mas verificou que o inimigo já havia fugido em debandada. Às 16h30min horas, a maior batalha campal da América do Sul estava terminada e constituía uma brilhante vitória dos Aliados.

A defesa, coordenada de maneira dinâmica por Osório, não permitiu ao inimigo nenhum êxito no ataque, quer na ruptura ou nas ações de desbordamento, incluindo o ataque de Barrios pelo Potreiro Pires.

Consequências

López soube tirar partido do terreno para a execução do seu plano que era uma combinação de manobra de ala de duplo desbordamento com ruptura no centro, em ações simultâneas, mas não soube tirar partido de sua artilharia e usar sua reserva.

Durante a batalha, Osório demonstrou seu valor como comandante e tático. O seu dispositivo racional em profundidade, a rapidez com que os escalões foram utilizados para manter a posição e a utilização de contra-ataques salvou-o da derrota; tendo infundido coragem, determinação e exibido bravura e valentia para estimular as energias.

A batalha culminou com uma expressiva vitória dos Aliados. As avaliações sobre as perdas paraguaias variam de fonte para fonte, sendo estimadas em seis mil mortos, dentre oficiais e soldados. Os feridos e capturados ascenderam a mais seis mil homens. Nos Aliados, as perdas estimadas ultrapassaram os quatro mil homens.

Cerca de um mês depois da batalha de Tuiuti, em fins de junho Solano López conseguira reunir um exército de 20 mil homens, profissionalmente inferior ao perdido em Tuiuti, mas com a mesma coragem e determinação de luta. Ainda em junho, ocorreram duelos de artilharia e escaramuças entre soldados paraguaios e aliados, que, nos postos avançados, estavam próximos uns dos outros. Ambos se observavam a partir de mangrulhos, (estrutura de observação criada pelos aliados, de 25 metros de altura, com um posto de observação no alto).

Em 1º e 2 de setembro de 1866, a esquadra imperial bombardeou Curuzú e Curupaiti. Os homens do General Porto Alegre desembarcaram na tarde do dia 2, a cerca de quatro quilômetros de Curuzú, e avançaram até essa posição, fixando-a e atirando contra os paraguaios. No dia 3, a esquadra bombardeou, por longo tempo, a trincheira paraguaia. Em seguida, a tropa de Porto Alegre iniciou o ataque, feito frontalmente e, ainda, pelo flanco esquerdo. Os brasileiros avançaram sob fogo contínuo de artilharia, marchando, em alguns casos, com água quase até o pescoço, flanquearam a extremidade da trincheira e atacaram pela retaguarda. Fugiram os 700 soldados do 10º Batalhão de Infantaria do Paraguai, trazido de Corumbá, que deveriam defender essa extremidade.

Os paraguaios retiraram-se em desordem e foram perseguidos, até as baterias de Curupaiti, por um punhado de brasileiros. Estes constataram que Curupaiti não tinha trincheiras pelo flanco esquerda e podia ser tomada. Caso Porto Alegre tivesse avançado sobre a posição, poderia, pelo menos, ter destruído o parapeito e atirado os canhões no rio, facilitando um ataque posterior.

Após uma trégua, nos combates, em 22 de setembro, o ataque a Curupaiti começou. A esquadra bombardeou essa posição, e Tamandaré procurou cumprir sua promessa de "desgastar em duas horas" a artilharia inimiga. O ataque dos navios foi ineficaz devido à altura da fortificação, superior a nove metros, que não permitia aos atacantes terem visão direta dos objetivos. Como consequência, os canhões brasileiros utilizaram um ângulo de tiro que fazia os projéteis caírem além das posições inimigas, sem que Tamandaré soubesse. Acreditando que tinha preparado o terreno o suficiente, a esquadra deu o sinal para as forças terrestres atacarem as posições paraguaias. Como fora planejado, pouco depois das 12 horas, quatro colunas paralelas, duas argentinas, à direita, e duas brasileiras à esquerda avançaram, sendo que o ataque principal caberia às duas centrais, uma de cada nacionalidade, sob comando dos generais Paunero e Albino Carvalho, enquanto as laterais eram lideradas pelo General Emilio Mitre (irmão do presidente argentino) e pelo Coronel Augusto Caldas. Eram 20 mil aliados, com os efetivos de argentinos e brasileiros praticamente equivalentes. Segundo testemunho paraguaio, os aliados avançavam com vistosos uniformes e bandas de música, para cadenciar o avanço da infantaria; os oficiais montavam cavalos e, devido a seus reluzentes uniformes de gala, constituíam alvos fáceis para atiradores inimigos.

Retardados pelo terreno alagadiço e enfrentando a artilharia paraguaia, que Tamandaré comunicara ter destruído, o Corpo de Exército do General Porto Alegre começou o ataque à esquerda. Após algum tempo, Bartolomé Mitre enviou dois observadores para ver a verdadeira situação da tropa brasileira, que lutava valorosamente, e eles voltaram dizendo que Porto Alegre tomara a trincheira. A informação não era verdadeira, pois esses observadores confundiram o primeiro fosso, que fora ultrapassado pelos atacantes, com a trincheira principal. Com base nessa informação equivocada, Mitre ordenou o segundo ataque, de forças argentinas, para auxiliar a suposta vantagem obtida por Porto Alegre, que estaria necessitando de reforço. As colunas fizeram investidas sucessivas, nas quais soldados e oficiais se portaram com bravura. As tropas de assalto, apesar de surpreendidas pela violência do fogo inimigo, que dizimava suas fileiras, e pelas inúmeras armadilhas, continuaram a avançar, tropeçando nos corpos dos companheiros caídos, até chegaram a alcançar o fosso da trincheira principal. Após horas de combate, os soldados aliados recuaram. Esse fato obrigou Mitre a recorrer às forças de reserva, que saíram dos montes onde estavam para retomar o ataque.

Mitre comandou o ataque sob o alcance das bombas inimigas e teve que trocar de cavalo, devido a ferimento causado no primeiro animal. Impressionou o sangue-frio dos soldados aliados que, durante horas, marchando adiante, para preencher claros de companheiros mortos, cômicos de que muito possivelmente também eles morreriam. O sol já se punha em Curupaiti e quase não havia mais reservas aliadas que pudessem ser utilizadas, quando Mitre ordenou o toque de retirada. A ordem apenas ratificava a situação de fato, pois havia uma debandada dos atacantes, que Porto Alegre, transfigurado de raiva, tentava, em pleno campo de batalha, conte-los, com vistas a fazer um novo assalto.

Os atacantes de Curupaiti não receberam reforço das forças dos Generais Polidoro (substituindo Osório) e Flores. Este tinha ordens de fazer um movimento de flanco, diversionário, com sua cavalaria de cerca de 3 mil homens, mas se afastou tanto das trincheiras paraguaias que não chegou a ter contato com o inimigo. Polidoro recebera ordens de Mitre para fazer, simultaneamente à operação principal contra a fortaleza, um reconhecimento, o mais vigoroso possível, não só para distrair o inimigo, mas para, oportunamente, transformá-lo em ataque. Porém, este General justificou a inércia por não ter recebido o sinal de bandeira para iniciar a ação.

O desastre em Curupaiti teve grandes repercussões. No plano militar tornou ostensiva a divisão do comando aliado: de um lado, Tamandaré e Porto Alegre, do Partido Liberal, hostilizando o Comandante-em-chefe Mitre, e, de outro, Polidoro, membro do Partido Conservador, e Flores, solidários a ele.

A derrota também produziu péssimo efeito no Brasil e, em círculos políticos no Rio de Janeiro, chegou-se a levantar a idéia de estabelecer a paz com Solano López. A iniciativa não prosperou devido à oposição de D. Pedro II, que, segundo os representantes britânico e português no Rio de Janeiro, se mostrou disposto a abdicar do trono, se

os deputados não atendessem a seu desejo de continuar a guerra. O Imperador estava disposto a levar a guerra até a última consequência. A partir de fins de 1866, coube, sobretudo, ao Brasil continuar a luta do lado aliado, com participação menor de efetivos argentinos e simbólica presença de tropas uruguaias.

O Comando de Caxias

Para pôr fim às intrigas e discórdias existentes entre os generais brasileiros e unificar o comando, um decreto imperial, de 10 de outubro de 1866, nomeou o Marquês de Caxias para o cargo de Comandante-em-chefe do Exército Brasileiro no Paraguai. A ninguém se podia confiar tanta autoridade, a não ser a Caxias, por ser o militar brasileiro mais importante, tanto com respeito à patente, como pelo prestígio de que gozava.

O prolongado período de guerra fez a comunidade internacional se expressar e arrefeceu os ânimos da população. Os países neutros, quase que unanimemente, simpatizavam com a posição paraguaia, pois era um pequeno país enfrentado um grande e, na América, isto significava um Império destruindo uma República. Internamente, a idéia de rápido sucesso não vingou, as convocações tornaram-se mais difíceis, e o negro começou a participar mais da mobilização. A participação de negros livres e de escravos libertos na guerra também contribuiu para que a instituição da escravidão fosse questionada após 1870.

O fim de 1866 e o início de 1867 foi uma época muito ruim para os aliados. Mitre teve de voltar para a Argentina para conter uma insurreição. Os exércitos aliados estavam desgastados pela derrota em Curupaiti.

A explicação para a imobilidade dos aliados teve algumas razões, como: a retirada dos soldados argentinos, a epidemia de cólera, o fato de Caxias ter de treinar grande número de novos soldados, parte deles escravos libertos, recém-incorporados à tropa, e, ainda, de recompor o quadro de oficiais. No começo da guerra havia expressivo número de oficiais. Com o decorrer do conflito, porém, esse número se reduziu pouco a pouco, quer devido às mortes em combate, quer por alguns terem ficado doentes e retornado ao Brasil. Contribuiu para reduzir, ainda mais, o número de oficiais o fato de Caxias, ao assumir seu comando, ter dispensado todos aqueles que julgava incapazes de prestar serviço eficiente.

A atividade de Caxias, para reorganizar o Exército, era intensa: comprava cavalos e mulas, vitais para as operações militares, e melhorava a alimentação destes. Realizaram-se obras adicionais de defesa, que transformaram o acampamento de Tuiuti em uma forte posição defensiva. Caxias tentava organizar melhor as tropas, ao treiná-las, e, enquanto aguardava a chegada do reforço do 3º Corpo de Exército de Osório, padronizava os outros dois. Também buscou mapear a região em volta de Tuiuti e identificar as posições inimigas. Com essa finalidade, tomou a iniciativa pioneira, antes só promovida durante a Guerra de Secessão norte-americana, de utilizar-se de balões de observação.

A Manobra de Humaitá

O Exército sob Caxias oferecia uma boa impressão da tropa, para qualquer pessoa, autoridade ou não, que visitasse o teatro de operações. O acampamento brasileiro era extremamente limpo, devido às rigorosas ordens de Caxias nesse sentido, por saber que a cólera era evitada pela drenagem da água poluída de esgotos. Esse cuidado estava na mentalidade dos brasileiros, mas os argentinos nunca tentaram segui-los. Ao contar com o reforço do 3º Corpo de Exército de Osório e com o fim da epidemia de cólera, Caxias iniciou, em 22 de julho de 1867, pela madrugada, o movimento de flanco, contornando Humaitá. Ao contrário do que Caxias planejava a marcha aliada não levou à retaguarda do inimigo, e descobriu-se que os paraguaios, na extrema esquerda das trincheiras de Rojas e Humaitá, estavam defendidos por uma linha contínua de fortificações. Estas formavam um grande entrincheirado, que contornava os pontos de Curupaiti e Humaitá. No dia 29 de julho, a vanguarda aliada ocupou a pequena povoação de Tuiú-Cuê, abandonada pelos paraguaios, à vista de Humaitá.

Em Tuiú-Cuê, Mitre mandou proceder reconhecimentos e confirmou que a extensa trincheira inimiga que partia de Tuiuti se unia com a de Humaitá. Deu conta que as tropas aliadas tinham realizado um cerco, ao tentarem achar uma brecha nas posições inimigas que permitisse um ataque à retaguarda dessa fortaleza. Ao perceber a importância desse fato, Mitre ordenou que a cavalaria aliada agisse à direita de Tuiú-Cuê, em direção à margem do rio Paraguai. Em 3 de agosto, 3 mil cavalarianos, sob o comando do General uruguaio Enrique Castro, bateram o inimigo em San Solano, estância pertencente ao governo paraguaio; causaram pouco mais de 150 mortos e capturaram 600 cabeças de gado bovino, 360 cavalos, além de duas carretas de munição e 400 armas, entre lanças e carabinas. Na volta, Castro cortou, em uma dezena de lugares, a linha telegráfica que ligava Humaitá a Assunção, que emudeceu o contato entre a capital e o Quartel-General de Solano López, e bateu tropas paraguaias que se arriscaram fora das trincheiras. Com a tomada, pelos brasileiros, em 2 de novembro, da posição paraguaia de Tahí, às margens daquele rio, Humaitá foi isolada, por terra, do restante do país.

Solano López procurou uma saída para a perigosa situação em que se encontrava e ordenou um novo ataque a Tuiuti. Em 3 de novembro de 1867, pouco antes do amanhecer, entre 8 e 9 mil paraguaios atacaram o acampamento aliado, no ponto de junção da linha brasileira com a argentina, surpreendendo civis e militares, que, ainda com roupas de dormir, foram mortos com armas brancas. A coluna maior dos atacantes se dirigiu à força argentina, em cuja vanguarda estava a legión Paraguaya (força de dissidentes paraguaios, contrários a Solano López), que fugiu seguida pelos argentinos, guiando, assim, os atacantes até o centro do acampamento brasileiro. Grande parte das tropas brasileiras e argentinas em Tuiuti debandou em busca de refúgio seguro em Itapiru. Divididos em duas colunas, os atacantes, comandados pelo General Vicente Barrios,

atravessaram a parte do acampamento onde estavam os comerciantes, que tinham também fugido dos soldados da infantaria paraguaia dedicaram-se, então, ao frenesi do saque, sobretudo comida. A cavalaria atacante teve um desempenho melhor e, comandada pelo Coronel Caballero, entrou em um dos redutos aliados, onde os defensores resistiram para se render, apenas o fazendo após começarem a ser mortos por arma branca.

O General Porto Alegre comandou o recuo para o reduto central, onde resistiu até que, às 10h30, após várias tentativas de penetrar nessa fortificação, os paraguaios fraquejaram. Ele passou, então, ao contra-ataque à baioneta; juntaram-se a ele forças de cavalaria enviadas por Caxias de Tuiú-Cuê. Porto Alegre participou diretamente da luta, teve dois cavalos mortos e dois bonés foram arrancados de sua cabeça por tiros de fuzil.

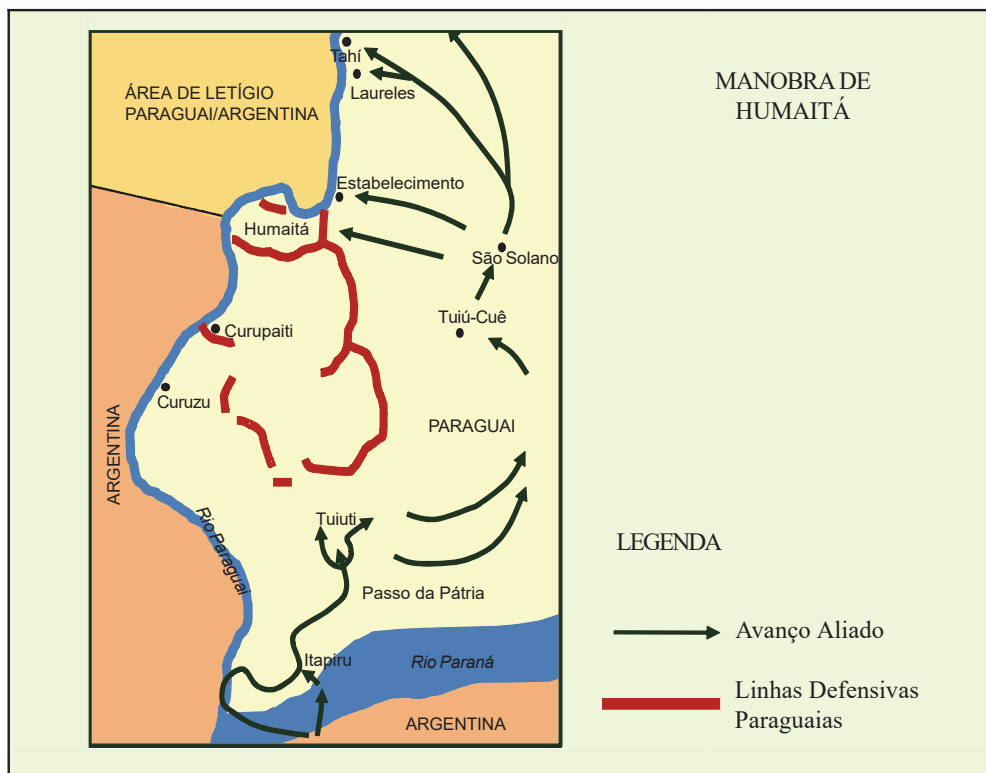
A derrota em Tuiuti havia posto fim à possibilidade de Solano López romper o cerco aliado. Contudo, como sempre, movidos pelo temor e pela adulação ao líder, seus chefes militares não lhe transmitiram fielmente a extensão da derrota.

Em 21 de dezembro de 1867, chegou ao Paraguai o reforço à Marinha Brasileira, os navios, monitor (classe de navios couraçados) Pará e outros dois, Alagoas e Rio Grande do Norte.

Em 14 de janeiro de 1868, Mitre se retirou da guerra definitivamente, passando o comando para o Marquês de Caxias. Em fevereiro de 1868, Caxias impôs à Marinha a obrigação de ultrapassar a posição de Humaitá, o que foi feito sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra Delfim Carlos de Carvalho.

Do lado aliado, apertou-se o cerco a Humaitá. O 2º Corpo de Exército, sob o comando do General Argolo, rompeu a linha de Rojas, constituindo-se na primeira força aliada a penetrar na área inimiga. Enquanto isso, durante a noite de 23 de março de 1868, grande parte dos defensores de Humaitá passaram para o Chaco e seguiram para San Fernando. Ficaram na fortaleza cerca de 3 mil homens, que dispunham de duzentas peças de artilharia de diferentes calibres e de grandes depósitos de alimentos. De timbó eram enviadas, com grande dificuldade, cabeças de gado para abastecer Humaitá, desembarcadas em Andai, na margem do rio acima dessa posição. Do lado aliado, o General Argolo que, desde 23 de janeiro, assumira o comando do 2º Corpo, uma vez que Porto Alegre se retirara por motivo de doença, posicionou suas tropas entre Curupaiti e Hermosa; a tropa argentina, comandada pelo General Gelly y Obes, encarregou-se de Paso Pucú, e Osório deslocou-se com o 3º Corpo até Pare-Cuê, a oeste de San Solano.

Escasseando os recursos em Humaitá, os paraguaios receberam ordens de Solano López para a evacuação da fortaleza entre 24 e 25 de julho de 1868. Na madrugada de 25, os sentinelas aliados perceberam algo anormal em Humaitá, ao avistarem apenas um ou outro soldado inimigo na posição. Osório, seguido do Coronel Corrêa da Câmara, fez um novo reconhecimento e, dessa vez, entrou na fortaleza, levando os últimos paraguaios à fuga, sobre canoas, rumo ao Chaco. Quase simultaneamente entraram em Humaitá as tropas dos Generais Argolo e Gelly y Obes.



A queda de Humaitá abriu uma nova fase na guerra. Solano López, mesmo mal informado e subestimando o inimigo, não poderia ter outra percepção senão a da impossibilidade de conseguir uma paz honrosa. Ainda assim, persistiu em sua resistência e, com isso, vitimou não só os aliados, mas os próprios paraguaios. Para os aliados, por sua vez, ocupar Humaitá não significava o fim da guerra. Pragmático, Caxias acreditava ser o momento de fazer a paz, para poupar vidas aliadas e recursos financeiros do Brasil. D. Pedro II, porém, persistiu na posição de que só a derrota de Solano López, com sua prisão e expulsão do Paraguai, garantiria, verdadeiramente, a paz futura. Por isso, a guerra continuou, em nova fase, ultrapassando os quase dois anos dedicados à Humaitá.

Com a queda de Humaitá, Solano López ordenou a evacuação de San Fernando e recuou para Piquissirí, onde se instalou em meados de setembro de 1868. Mandou erguer, na barranca da desembocadura desse rio no Paraguai, a fortaleza de Angostura, cercada por terreno úmido e bosques. Essas fortificações poderiam tornar-se instrumento imobilizador dos aliados, tal qual fora Humaitá, mas Caxias implementou uma estratégia para contorná-las e atacar pela retaguarda.

Da estratégia de Caxias resultou a manobra do Piquiciri, que praticamente destruiria o poder de combate do Exército Paraguai.

A Manobra do Piquiciri

Os Aliados, quando do deslocamento para o norte, na direção de Assunção se defrontaram com uma posição fortificada paraguaia no corte do rio Piquiciri. Esta posição defensiva era constituída, por uma linha contínua de trincheiras, desde a margem do rio Paraguai até as lagoas de Ipoá. Havia, após Piquiciri, as baterias de Angustura que tinham a finalidade de impedir a circulação de forças navais ao longo do rio Paraguai. A nordeste da posição do Piquiciri ficava a coxilha Ita-Ivaté, onde López instalou seu quartel-general.

Caxias verificou que um ataque frontal àquela posição seria demorado e poderia causar muitas mortes e que um desbordamento da posição, por leste, obrigaria a tropa a realizar um grande deslocamento, sem a certeza de que surpreenderia o inimigo. A outra opção seria contornar por oeste e pelo Chaco e atacar o inimigo pela retaguarda, mas implicava que no período das cheias (dezembro a março), o rio Paraguai tornava o Chaco de difícil transposição, o que dava a López a certeza de que um envolvimento aliado por oeste era impossível.

Plano de Caxias

Para realizar seu plano de contornar a posição por oeste, era necessária a construção de uma estrada pelo Chaco; seria um risco calculado, pois existiam poucas estradas aproveitáveis na região e havia, ainda, o perigo das cheias do rio Paraguai.

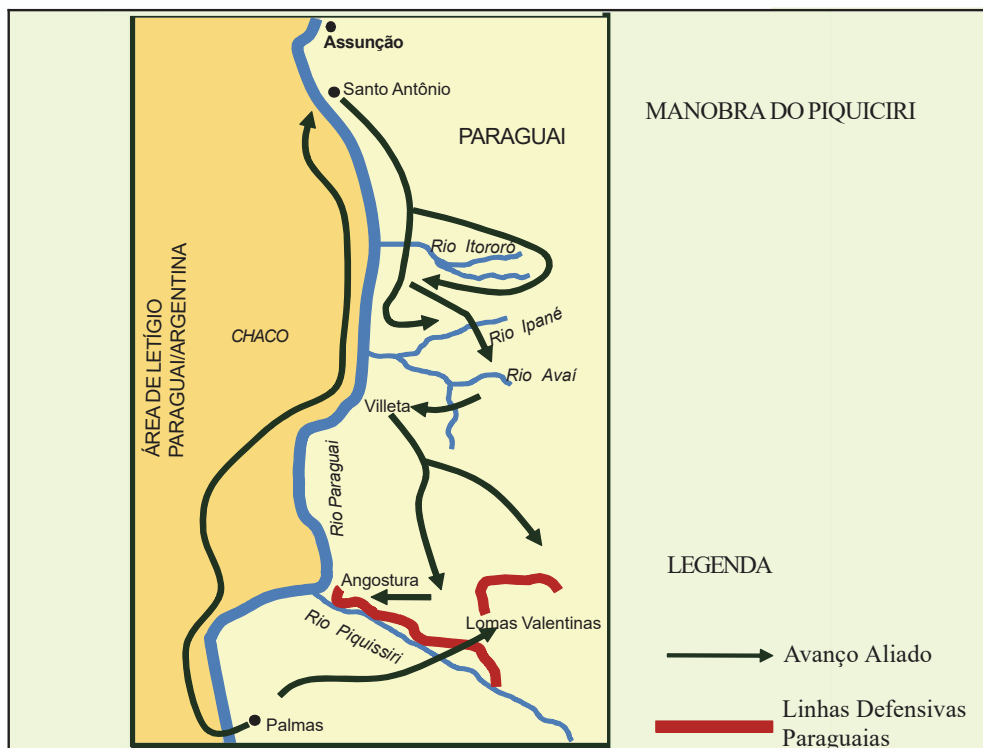
Caxias pretendia atingir a região de S. Antônio, ao norte, mantendo o máximo sigilo sobre os locais do desembarque e da transposição, para atuar na retaguarda da posição do Piquiciri, com a finalidade de conquistar Angustura e Ita-Ivaté e destruir as forças paraguaias na região.

Para construir uma estrada pelo Chaco, Caxias escolheu o 2º Corpo de Exército, comandado pelo general Argolo. Depois de cerca de um mês de trabalho, em 15 de novembro de 1868, estava pronta uma estrada, construída com troncos de palmeiras e com 10.714 metros de extensão, um dos feitos mais notáveis da Engenharia Militar Brasileira.

Caxias dividiu seu Exército em: um grupamento principal, composto pelos 1º, 2º e 3º Corpos de Exército mais, elementos de Cavalaria, Artilharia e Pontoneiros, que seguiria pelo Chaco e um secundário, composto de uma brigada brasileira, um Contingente Argentino (4.400 homens) e um Contingente Uruguaio (300 homens) que ficaria em Palmas, ao sul de Piquiciri, frente à posição defensiva paraguaia.

A Infantaria, a Artilharia e todo equipamento passaram pela estrada do Chaco e em 4 de dezembro toda a tropa já se encontrava frente à Vileta, pronta para o embarque na esquadra e desembarque em Santo Antônio. No final dia seguinte a esquadra havia transportado um total de 17.000 homens até a margem oposta. As Divisões de Cavalaria de Menna Barreto e Andrade Neves ficaram aguardando transporte que as levaria até Porto Ipané para o desembarque.

O terreno entre a região de S. Antônio e a posição do Piquiciri, pela existência dos cortes dos arroios Itororó e Avaí, prestava-se às ações retardadoras por parte do inimigo.



A Dezembroada: Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Angostura

Terminado com pleno êxito o movimento envolvente pelo Chaco, o grosso das Forças Aliadas estava em situação privilegiada para iniciar suas ações ofensivas, por outro lado, López, surpreendido pela manobra de Caxias, determinou que o general Caballero ocupa-se, imediatamente, a ponte existente sobre o arroio Itororó, com 5.000 homens e 12 canhões, mantendo grosso de suas tropas no interior das posições do Piquiciri e contando, ainda, com um contingente de 6.000 homens, em Assunção.

A Batalha do Itororó

Ao raiar do dia 6 de dezembro de 1868 as tropas brasileiras iniciaram o movimento para o sul. A vanguarda era composta de um esquadrão de cavalaria da Brigada de Niederauer, da 5ª Brigada de Infantaria, de Fernando Machado e do restante do 2º Corpo de Exército, e seguida pelos 1º e o 3º Corpos de Exército que constituíam o grosso.

O Arroio Itororó tinha as margens bastante íngremes com largura de 3 a 4 metros e profundidade de 4 a 5 metros. Havia uma estrada, protegida por mata, que levava ao arroio. A cerca de 200 metros deste, começava uma descida até a ponte madeira sobre o arroio. Ao sul desta, se colocaram as forças paraguaiaias, em um terreno elevado e com uma clareira rodeada por mata.

Os brasileiros, na sua marcha, ao alcançarem o alto da colina ao norte da ponte quando foram recebidos por uma barragem de fogo da artilharia inimiga. A 5.^a Brigada, encarregada do reconhecimento e da conquista ponte, avançou na direção passagem do rio, mas foi impedida pelo inimigo que saía da mata, e a atacava de surpresa.

Caxias determinou a abertura de fogo de artilharia contra o inimigo. A vanguarda abriu picadas à direita e à esquerda, da estrada até a barranca do rio para melhor bater o inimigo. O general Argolo, comandante do 2º Corpo, ordenou novas cargas com o apoio da cavalaria de Niederauer. Os batalhões avançaram, para frente repelindo o inimigo até as suas baterias; este carregava de volta, rechaçando os brasileiros.

Enquanto se desenrolavam esses acontecimentos, Caxias foi informado da existência de um passo a leste da posição, por onde as tropas poderiam chegar à outra margem do arroio. O Comandante-em-chefe decidiu fixar o inimigo frontalmente e desbordá-lo com o 3.º Corpo de Exército de Osório.

Enquanto Osório empreendia o movimento desbordante, novas ações ocorriam sobre a ponte. Nesse intere, Argolo foi ferido gravemente e as tropas brasileiras sofreram violentos contra-ataques, sendo obrigadas a retrocederem para a margem norte.

Como não recebesse sinais de que Osório havia atingido o flanco esquerdo do inimigo, Caxias não hesitou em lançar o 1º Corpo de Exército na ação. Este, também, sofreu um terrível e maciço contra-ataque inimigo. Caxias vislumbrou a repercussão negativa desse último lance para o resultado final da jornada e buscando infundir coragem à tropa, decidiu conduzi-la diretamente. Desembainhou, então, sua espada e bradou: "SIGAM-ME OS QUE FOREM BRASILEIROS!" e atravessando a ponte de espada à mão, arrebatou os subordinados. O inimigo foi levado de roldão, tendo recuando na direção de Vileta.

Meia hora após a conquista da ponte, Osório chegou com seu Corpo de Exército, após haver percorrido três léguas para contornar o inimigo e não apenas uma e meia, como havia sido informado. Terminado o combate, a perseguição, no entanto, só se fez sentir num pequeno raio de ação, por estarem às tropas fatigadas e a maioria cavalaria, ainda estar na margem direita do Paraguai à espera do embarque.

Os brasileiros tiveram 1864 baixas e os paraguaios perderam 6 canhões e 1.600 homens entre mortos e feridos.

A Batalha do Avaí

No dia seguinte ao combate de Itororó, Caxias, mantendo o 2º Corpo de Exército na região da ponte conquistada, marchou com o 1º e 3º Corpos de Exército para Cerro Ipané. Caballero furtava-se à perseguição e instalando posições retardadoras a cavaleiro da estrada entre Itororó e Vileta.

No dia 9, o Exército estacionou na região entre os arroios Santa Rosa e Avaí, onde foram incorporadas as divisões de cavalaria que desembarcaram em Porto Ipané.

Em 11 de dezembro, Caxias retomou-se o movimento na direção sudeste, a fim de atacar Vileta, para tanto, tinha que passar pelo corte do arroio Avaí. Caballero tendo abandonado Potreiro Valdovino, onde estacionara, entrou em posição onde existiam duas

colinas que margeavam aquele arroio. Os brasileiros, para atacar Caballero teriam que descer até o Avaí, transpô-lo e subir a colina oposta. Os paraguaios contavam com 6.000 homens em linha no alto da colina e dispostos a travar combate, em ótimas condições para repelir as forças de Caxias, durante a aproximação e o ataque.

Osório a frente do 3º Corpo de Exército avançou e ao aproximar-se do arroio Avaí, deparou-se com o inimigo em sua posição. Caxias concebeu uma manobra que visava romper o dispositivo inimigo e ao mesmo tempo atuar nos seus dois flancos, tendo em vista cortar a sua retaguarda. Com esta intenção, ordenou a Osório que atuasse frontalmente com o 3º Corpo de Exército, reforçado pela 5ª DC, de Câmara. Simultaneamente, lançou, pela esquerda, Andrade Neves com as 2ª e 3ª DC e, pela direita, Menna Barreto com a 1ª DC.

Quando a batalha já havia sido iniciada ocorreu uma violenta chuva que fez subir as águas do arroio, alagar o terreno e provocar a perda de uma grande quantidade de munição. Osório, com dificuldade, atacou a ala esquerda de Caballero, este, perigando ser ultrapassado, usou suas reservas naquele setor ameaçado, conseguindo, com isso, flanquear alguns batalhões brasileiros à direita da linha de ataque do 3º Corpo.

Caxias ordenou a Osório que usasse o restante de sua infantaria contra o centro e a esquerda inimiga, enquanto ele próprio interviria com o 2º Corpo na direita do dispositivo adversário. Durante o ataque do 3º Corpo, Osório foi ferido no rosto por uma projétil de fuzil, sendo afastando da luta por determinação de Caxias.

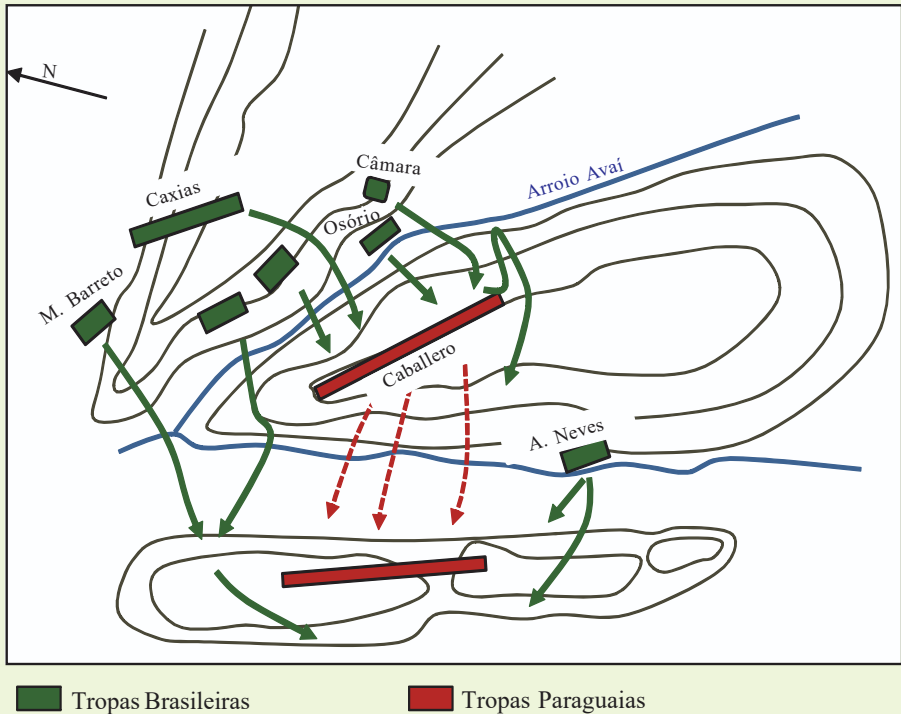
Por medida de segurança, uma das Brigadas de 1º Corpo de Exército, que estava na reserva, realizou a cobertura das cabeceiras do Ipané, contra possíveis forças vindas de Assunção.

Como as unidades do 3º Corpo de Exército fizessem grande esforço para manter as posições conquistadas, Caxias lançou à frente as divisões de infantaria do 2º Corpo de Exército e as reservas do 3º Corpo de Exército, engajando estas últimas no flanco esquerdo do inimigo.

Com o ímpeto renovado, os brasileiros conquistaram o alto da colina, onde se apossaram de quase todos os canhões do inimigo. Este recuou para a encosta das elevações a noroeste. Sem perda de tempo, Caxias mandou atacá-lo, pela retaguarda, com 5ª DC, quando se fechava o movimento duplamente desbordante da cavalaria brasileira. Andrade Neves caiu com suas duas divisões sobre o flanco direito do derradeiro núcleo paraguaio, enquanto Menna Barreto fechava o cerco no outro flanco. Vendo que o cerco se fechava sobre o adversário, Caxias determinou um último esforço aos seus infantes e cavalarianos, impelindo-os, de novo, para frente. O grosso do 1º Corpo de Exército, na reserva, também avançou, a fim de apoiar a divisão de João Menna Barreto.

Poucos inimigos, apenas uns 200 homens, entre eles Caballero, lograram furtar-se a essa vitória maior. Alguns fugiram pela estrada de Vileta, outros pelas colinas na direção de Lomas Valentinas e sendo perseguidos pela cavalaria brasileira.

Batalha do Avaí



As Batalhas de Lomas Valentinas e Ita-Ivaté

Vitorioso em Avaí, Caxias seguiu, com suas tropas para Vileta, onde acampou e estabeleceu uma nova base operacional e logística, tendo em vista o desenrolar das operações para atacar a posição do Piquiciri.

A 1ª DC foi lançada em 17 de dezembro, com a missão de exploração no rumo leste e a 2ª DC, na direção das colinas de Lomas Valentinas, onde ficava a coxilha Ita-Ivaté, na qual López instalou seu quartel-general. Foi nas encostas oeste e norte dessa coxilha que López estabeleceu uma linha de trincheiras ao verificar que o inimigo atacaria do norte para o sul.

Para o acesso a Ita-Ivaté, pelo norte, havia dois caminhos, de difícil deslocamento e por leste o acesso era mais fácil por qualquer ponto. Pelo sul, embora a posição estivesse apoiada em vegetação densa, o acesso era aberto devido ao grande descampado do Potreiro Marmol; por oeste, somente por Cumbariti, o terreno permitia o acesso à região. Para sua defesa, o "mariscal" dispunha de cerca de 9.800 homens em Ita-Ivaté, 3.000 em Piquiciri e 700 em Angustura. Os brasileiros concentrados em Vileta, por sua vez, con-

tavam com um efetivo de entorno de 19.500 homens, sem contar com as tropas, brasileiras, argentinas e uruguaia, deixadas em Palmas.

Ita-Ivaté constituía na visão de Caxias o objetivo, uma vez que conquistado permitiria a destruição do mais importante grupamento de forças inimigas e facilitaria a conquista de Angustura e da linha do Piquiciri e cortaria a possível rota de escape das forças de López por leste, pelo Potreiro Marmol.

Para conquistar Lomas Valentinas, Caxias planejou um ataque partindo de Vileta na direção de Palmas, devendo cobrir-se na região de Angustura e fixar o inimigo na direção Palma-Vileta.

O destacamento principal, sob seu comando, atacaria e conquistaria Ita-Ivaté. A ação do destacamento principal beneficiar-se-ia da missão atribuída ao destacamento do Andrade Neves, que com a 2ª e 3ª DC deveria desbordar Ita-Ivaté por leste, em missão de exploração e reconhecimento. O destacamento de João Manoel, com a 1ª DC reforçada e com apoio de Artilharia, romperia as trincheiras de Piquiciri. O destacamento de Câmara, com a 5ª DC, vigiaria Angustura; e o destacamento de Palmas, aferraria o inimigo, para facilitar a ação da 1ª DC pela retaguarda.

No primeiro ataque a Ita-Ivaté, em 21 de dezembro, os batalhões das diferentes brigadas estendidos em linhas de atiradores investiram contra as trincheiras inimigas, subiram a escarpa do fosso em passo-de-marcha, com as baionetas caladas, transpuseram as posições inimigas, lutando, desesperadamente, contra os defensores paraguaios.

A Cavalaria brasileira, apesar de combater num terreno completamente desfavorável, conseguiu penetrar no interior das trincheiras e auxiliar a ação, carregando contra os infantes ou cavalarianos adversários.

O grupamento de ataque, mesmo de posse da primeira linha de trincheira e de 13 canhões paraguaios não pôde manter a posição conquistada, pois os paraguaios contra-atacavam de todos os lados, aproveitando-se do desconhecimento que os aliados tinham do terreno.

Caxias ainda dispunha de forças para efetuar um contra-ataque de conjunto e reconquistar o terreno perdido, mas, como a noite caía rapidamente, era necessário cuidar dos feridos e restabelecer a ordem nas diferentes unidades. Buscou, então, aferrar-se ao terreno e guardar uma excelente base de partida para novos ataques.

A cavalaria de João Manoel atirava-se contra a retaguarda das trincheiras do Piquiciri, com pleno êxito, obtendo, com sua ação, duas vantagens inestimáveis o isolamento de Angustura e a abertura das comunicações com Palmas. No final do dia 21 de dezembro, as forças estacionadas em Palmas fizeram a junção com forças que atuavam em Piquiciri. As ações ofensivas, desse dia, causaram muitas baixas entorno de 1310 homens nos aliados e de 8.000 baixas no lado paraguaio, dentre mortos, feridos e prisioneiros.

O segundo ataque a Ita-Ivaté ocorreu no dia 27 de dezembro. O Exército Aliado contava, para este ataque, com cerca de 23.450 homens, efetivo muito superior ao do adversário. López contava com um efetivo que não ultrapassava a 4.000 homens e pouca artilharia disponível. Nesse dia, o ataque foi desferido simultaneamente por várias colunas após uma poderosa preparação de artilharia.

O grupamento do sul, sob o comando de Gelly Y Obes atacou o reduto por oeste. O grupamento do centro, sob o comando de Caxias e subdividido em duas colunas: a da direita, comandada por Bitencourt, atacou por noroeste; a da esquerda, comandada por José Luiz Menna Barreto, atacou por nordeste. O grupamento de leste, formado pela cavalaria brasileira, sob o comando de Vasco Alves, tinha como missão cobrir o flanco esquerdo de José Luiz Menna Barreto e cortar a retaguarda do inimigo, interceptando-o, caso fugisse na direção Ita-Ivaté - Cerro Leon.

Os componentes do primeiro escalão desenvolveram-se perto das trincheiras que lhes barravam o caminho. Em pouco tempo, os atacantes de Gelly Y Obes estabeleceram contato com a coluna de Menna Barreto, fechando o cerco e deixando López no seu interior. O resultado do avanço geral foi o recuo, em completa debandada, dos paraguaios que sobreviveram ao assalto.

López, vendo seu Exército em debandada e perdido, conseguiu, na confusão, iludir a vigilância aliada e fugir por Potreiro Marmol para Cerro Leon, onde iria apresentar novas resistências.

Por fim, com a rendição de Angustura, terminava a série de brilhantes operações que Caxias empreendeu durante o mês de dezembro e que passou para a História como "A Dezembroada".

De Itá-Ivaté, Solano López fugiu para Cerro León e, depois, para a Cordilheira de Ascurra. Parecia difícil que ele conseguisse se recuperar militarmente e reorganizar uma tropa que permitisse algum tipo de resistência. Nos primeiros dias de janeiro, foram vagas as notícias sobre o ditador, mas, aos poucos, graças ao interrogatório de prisioneiros paraguaios, delineou-se o quadro de que os aliados teriam que retomar as operações militares.

Em 1º de janeiro de 1869, Assunção, deserta, foi ocupada pelas tropas brasileiras. Nesse mesmo mês, Caxias retirou-se do Paraguai, atitude que foi imitada, em fevereiro, pelas cúpulas do Exército e da Marinha. Essa retirada, acrescida do cansaço da guerra por parte das forças brasileiras, sentimento aprofundado após os duros combates de dezembro do ano anterior, levaram à imobilização militar até meados de 1869.

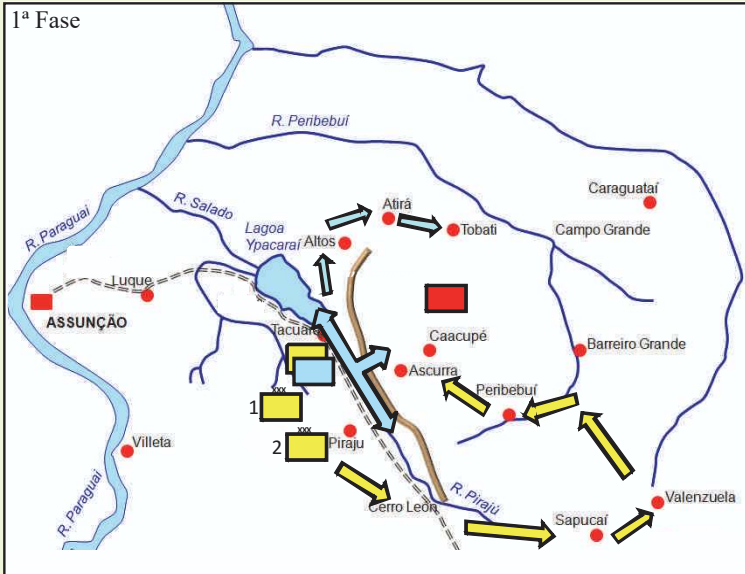
O Comando do Conde D'Eu

Foram retomadas as ações bélicas contra Solano López, com as forças imperiais sob o comando do Conde d'Eu. López manteve uma resistência suicida, pois não possuía recursos - quer humanos, quer materiais - para impor uma derrota ao inimigo. Assim, continuou a sacrificar inutilmente aqueles que o seguiam.

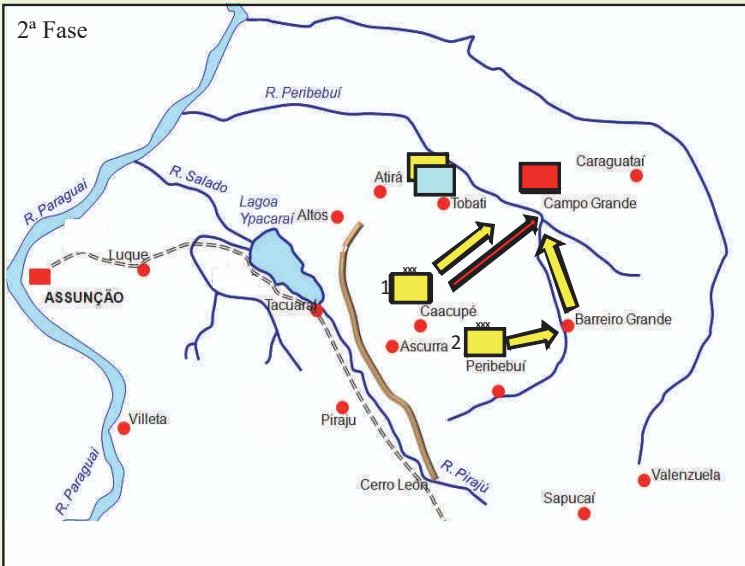
A campanha da Cordilheira durou um ano. Após as derrotas de 1868, Solano López refugiou-se na Cordilheira de Altos, instalando-se na cidadezinha de Peribebuí, declarando-a nova capital paraguaia. Fora da Cordilheira, os paraguaios tinham destacamentos, de variável capacidade militar, com a finalidade de conseguir recursos, principalmente gado.

A Manobra do Peribebuí

1ª Fase



2ª Fase



 Tropas
Brasileiras

 Tropas
Argentinas

 Tropas
Paraguaias

 Linha de defesa
Paraguaias

Em junho de 1969, na região das Cordilheiras, próximo da cidade de Peribebuí, tropas aliadas, comandadas pelo Conde d'Eu, lutaram contra as tropas paraguaias lideradas por Solano Lopez. Em disputa estava a sobrevivência do Exército Paraguai. Os aliados possuíam na região 33.500 homens (28.400 brasileiros, 4.000 argentinos, 1.000 uruguaios e 100 paraguaios), já Lopez contava com 8.000 homens. A manobra aliada tinha como objetivo realizar um movimento envolvente com 21.000 homens, sob o comando do Conde d'Eu, passando por Valenzuela, com a finalidade de realizar uma ação contra a retaguarda inimiga, atacando sucessivamente Peribebuí e Caacupé, destruindo o inimigo nesses locais e impedindo a fuga dos remanescentes, para norte, pela região de Altos e Atirá. Para isso seria realizada a ação principal na área mais desguarnecida do inimigo, evitando expor os aliados a um ataque frontal, onde às condições defensivas seriam mais vantajosas. Enquanto isso, uma força brasileira e argentina de 10.000 homens sob o comando do Gen Emílio Mitre, fixaria o grosso das tropas paraguaias em Ascurra e, também, bloquearia uma possível fuga das tropas paraguaias em direção norte. O ponto de partida para a realização da manobra foi na localidade de Piraju.

A ação principal iniciou-se em 31 de julho, estando na vanguarda o 1º C Ex (Gen Osório), seguido pelo 2º C Ex (Gen Polidoro da Fonseca) e por outros grupamentos aliados. A tropa de fixação permaneceu na região de Piraju-Tacuara, para defender as linhas de comunicações, realizar ações diversionárias na linha de contato com o inimigo na região de Ascurra e dar prosseguimento nas operações na região de Altos e Atirá. No dia 9 de agosto, as tropas aliadas ocuparam as posições circunvizinhas de Peribebuí e barraram as saídas para o NE apossando-se de Barreiro Grande. No dia 12, após um forte bombardeio sobre Peribebuí, as tropas aliadas atacaram e conquistaram a cidade. Foram capturados mais de 1 mil soldados e 19 peças de artilharia. Simultaneamente, as tropas do Gen Mitre, após alguns pequenos combates, capturam Altos e Atirá. De Peribebuí, o Conde d'Eu lançou-se sobre Caacupé, enquanto as tropas aliadas de Mitre prosseguiram para Tobati, a fim de impedir a fuga de Lopez para Campo Grande. Porém, Lopez conseguiu retirar suas tropas de Ascurra, deslocando-as para Caraguati, fugindo do cerco. O 1º C Ex perseguiu Lopez na direção a Caacupé - Campo Grande, enquanto o 2º C Ex atingia Barreiro Grande, para daí prosseguir para Campo Grande. A cavalaria que compunha a vanguarda do 2º C Ex, no dia 16 de agosto, deparou-se com as tropas paraguaias na região da planície de Campo Grande, dando início à batalha. Durante o combate, o efetivo das tropas aliadas aumentava à medida que o grosso do 2º C Ex se aproximava da região da peleja. A Batalha de Campo Grande durou aproximadamente 6 horas. Tempo suficiente para que Solano López conseguisse escapar, deixando o Gen Cabaleiro no comando de suas tropas. Como resultado os aliados perderam 26 homens e tiveram 297 feridos, os paraguaios tiveram 2.000 mortos e 1.300 prisioneiros. A partir deste momento as tropas inimigas perderam consideravelmente seu poder de combate, iniciando um logo período de fugas e perseguições.

Cerro Corá

O que restou das forças paraguaias, após as batalhas de Peribeubí e Campo Grande, reuniu-se a Solano López no arroio Hondo e dali marchou para a vila de Caraguataí, que foi proclamada nova Capital da República. A esmagadora superioridade permitiu aos aliados marcharem com três colunas, pelos três caminhos diferentes de acesso a Caraguataí, de modo a cercar o inimigo pelos flancos e retaguarda, caso ele se demorasse em sua retirada. Em 21 de agosto conquistaram a localidade, mas Solano López se evadira.

No dia 18 de setembro, Solano López estava a seis quilômetros do povoado de San Isidoro (Curuguatí). Na manhã seguinte, houve um confronto entre tropas brasileiras e paraguaias e outro no dia 22, num local chamado Hucurati, na Cordilheira de San Joaquín. Em ambos, os paraguaios foram derrotados e fugiram, pois já não tinham condições de luta.

Para não deixar Solano López perder-se pelo interior, o Conde d'Eu, na impossibilidade de avançar com todo o Exército, devido aos problemas de abastecimento, enviou, em 26 de outubro, uma vanguarda em direção a Curuguatí, sob o comando do Coronel Fidélis Pais da Silva.

Ao mesmo tempo, o General Câmara, com 2.600 homens, atuava na região de Concepción, vigiando a fronteira mato-grossense e buscando impedir a passagem de Solano López para a margem direita do rio Paraguai. Em 28 de dezembro, o ditador marchou não mais para norte, mas rumo ao leste, a fim de galgar a Serra de Maracaju. Nos primeiros meses de 1870, os aliados souberam que Solano López estava nos contrafortes da Serra de Maracaju-Amambaí. Ele fora para o sul de Mato Grosso, em direção a Ponta Porã, e, desviou-se em Cerro Corá.

Em 1º de maio de 1870, a cavalaria e a infantaria brasileiras entraram em Cerro Corá e houve feroz luta contra duas ou três centenas de soldados paraguaios. Solano López tentou fugir a galope, mas era facilmente identificável - era o único homem gordo em meio a um exército de esqueletos -, e, na fuga, foi alcançado e ferido mortalmente por um golpe de lança dado pelo Cabo Francisco Lacerda, conhecido por Chico Diabo. O ditador acabou por cair nas margens do arroio de Aquidabán, recostado sobre o braço esquerdo, com a espada na mão direita, os pés dentro d'água e o corpo sobre o terreno pouco elevado da margem esquerda. Nessa posição ele foi encontrado pelo General Câmara, que o intimou a render-se, mas obteve como resposta a frase "não lhe entrego minha espada; morro com a minha espada e pela minha pátria". O comandante brasileiro ordenou, então, que a espada fosse tomada por um soldado, que foi bem-sucedido. Em seguida, o ditador morreu.

Conclusão

Embora traumática, a guerra foi o ápice da obra de unificação do Brasil, ao conjugar energias de todo o país para vencê-la. No início do conflito, voluntários se apresentaram em todas as regiões do país; o Imperador teve sua imagem fortalecida e o hino nacional e a bandeira foram incorporados ao cotidiano dos grandes centros urbanos, por meio de festejos cívicos, nas comemorações de vitórias ou nas cerimônias de partida das tropas.

A política do Império do Brasil em relação ao Paraguai buscou alcançar três objetivos. O primeiro deles foi obter a livre navegação do rio Paraguai, de modo a garantir a comunicação marítimo-fluvial da província de Mato Grosso com o restante do Brasil. O segundo objetivo foi buscar estabelecer um tratado delimitando as fronteiras com o país guarani, de modo a ratificar, pelo direito internacional, a expansão territorial brasileira, ocorrida desde o período colonial. Por último, um objetivo permanente do Império até seu fim em 1889, foi procurar conter a influência argentina sobre o Paraguai, a partir da convicção de que Buenos Aires ambicionava ser o centro de um Estado que abrangesse o território do antigo vice-reino do Rio da Prata, incorporando o Paraguai. Os objetivos do Brasil foram alcançados e as forças armadas do país cumpriram a sua missão. Mas o Império estava enfraquecido, tanto economicamente, com politicamente.

CAPÍTULO 6



AAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA MANUTENÇÃO DA ORDEM INTERNA DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA ATÉ A II GUERRA MUNDIAL

AAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA MANUTENÇÃO DA ORDEM INTERNA DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA ATÉ A II GUERRA MUNDIAL

João Barbosa da Silva

“(...) é um fato histórico que as sociedades nascentes têm necessidade de elementos militares para assistirem a sua formação e desenvolvimento, e que só num grau elevado de civilização elas conseguiram emancipar-se da tutela da força, que assim se recolhe e se limita a sua verdadeira função”.

Editorial de “A Defesa Nacional”, nº 1, 10 de outubro de 1913.

Até o final da Guerra da Tríplice Aliança, o Exército foi um dos principais sustentáculos do regime imperial. Mesmo desprestigiado por muitas lideranças políticas, manteve-se leal aos imperadores e regentes, cumprindo seu papel de pacificar e manter a integridade nacional. Todavia, após as campanhas no Paraguai, uma série de eventos levou-no a ocupar uma posição proeminente no cenário político nacional e a tomar parte de eventos significativos, dentre os quais o primeiro foi a Proclamação da República.

Na década de 1870, o regime imperial apresentava sinais de enfraquecimento decorrentes de razões econômicas, políticas e sociais (dívida externa elevada, divergências ideológicas, miséria das camadas populares, entre outros), que resultavam em constantes crises políticas deflagradas por forças antagônicas e irreconciliáveis. Em linhas gerais, ao lado do imperador D. Pedro II encontravam-se grupos conservadores (senhores do engenho, barões do café e a Igreja Católica), que eram partidários do sistema escravista, do centralismo político e do regime monárquico; no outro lado posicionavam-se grupos progressistas (cafeicultores do oeste paulista, empresários e membros das classes médias urbanas), adeptos de mudanças relacionadas a ideias federalistas, abolicionistas e republicanas.

Nesse contexto, o Exército paulatinamente posicionou-se ao lado das forças progressistas, devido a uma sequência de atritos ocorridos entre lideranças militares e governamentais. De modo geral, os militares procuravam manter o prestígio e o poderio bélico alcançados pelo Exército em decorrência da Guerra da Tríplice Aliança. Muitos deles também buscavam participar ativamente da política e dos destinos nacionais. A isso se contrapunham líderes políticos do governo imperial, responsáveis por medidas que enfraqueciam a Força Terrestre (cortes de verbas, redução de efetivos, entre outras) e que restringiam a participação de militares nos debates relativos a questões importantes concernentes ao futuro do país (oficiais não podiam manifestar suas opiniões em jornais sem a autorização do Ministro da Guerra, por exemplo).

Um dos casos de maior repercussão ocorreu em 1883, quando o Tenente-Coronel Antônio de Sena Madureira fez declarações à imprensa contrárias a um Projeto de Lei do 2º Visconde de Paranaguá (João Lustosa da Cunha) sobre o montepio militar. Por sua atitude, ele foi punido disciplinarmente, o que irritou profundamente a oficialidade do Exército e contribuiu para a fundação, em 1887, do Clube Militar, destinado a ser porta-voz dos anseios dos militares.

Paralelamente, os alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, influenciados pelas ideias positivistas pregadas por Benjamim Constant Botelho de Magalhães (um de seus professores), realizavam manifestações contrárias à escravidão, ao catolicismo oficial, aos políticos e às instituições imperiais, elementos que consideravam obstáculos ao progresso do país.

O sentimento antiescravista era particularmente forte no seio das Forças Armadas. Em 1887, o Marechal Deodoro da Fonseca, um dos mais respeitados chefes militares, solicitou à princesa Isabel ordens no sentido de que oficiais e praças do Exército não fossem desviados de suas missões para perseguir escravos fugitivos.

Em 1889, o governo imperial estava totalmente isolado, pois havia perdido também o apoio dos fazendeiros escravocratas, em virtude da Lei Áurea, que aboliu a escravidão sem indenizar os proprietários de escravos. Da Igreja Católica, devido a ressentimentos que se iniciaram com a Questão Religiosa, ocorrida entre 1872-75. (D. Pedro II mandou prender bispos que, seguindo ordem papal não ratificada pelo imperador, haviam punido religiosos ligados à Maçonaria - vigorava no Brasil o Beneplácito, pelo qual nenhuma ordem do Papa poderia vigorar no Brasil sem que fosse previamente aprovada pelo Imperador).

D. Pedro II, percebendo a difícil situação da monarquia, resolveu implementar algumas das reformas mais ardentemente pleiteadas pelos setores oposicionistas (liberdade religiosa e educacional, autonomia para as províncias e mandato temporário para senadores). Todavia, essas medidas foram tomadas tarde demais para arrefecer o ânimo exaltado de militares e de civis avessos à monarquia, que, em 15 de novembro de 1889, sob a liderança do Marechal Deodoro da Fonseca, proclamaram a República. Não houve mortes no episódio. Sem encontrar reação armada, os republicanos, com tropas da guarnição, ocuparam o Quartel-General do Rio de Janeiro, depuseram o Gabinete Ministerial e prenderam seu presidente, o Visconde de Ouro Preto (Afonso Celso de Assis Figueiredo). Depois solicitaram a D. Pedro II que se retirasse do Brasil, juntamente com sua família, o que ocorreu em 17 de novembro. As províncias prontamente aderiram ao novo regime.

Deodoro assumiu provisoriamente o governo e, em 1891, foi promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, que estabelecia os seguintes pontos principais: sistema de governo presidencialista; existência de três poderes independentes (Executivo: presidente da república e ministros de Estado; Legislativo: Congresso Nacional - composto pelo Senado e pela Câmara dos Deputados; e Judiciário:

Supremo Tribunal Federal - órgão máximo); eleições pelo voto direto, não-secreto, censitário (somente homens com 21 anos ou mais podiam votar, desde que não fossem analfabetos, mendigos, militares - exceto oficiais - ou religiosos sujeitos à obediência eclesiástica); e mandatos de quatro anos para o presidente, de nove anos para os senadores e de três anos para deputados federais. As províncias passaram a ser denominadas estados, que usufruíam de grande autonomia e constituições próprias (subordinadas à Federal), e os presidentes de províncias passaram a ser denominados presidente de estado, eleitos pelo voto direto, à semelhança do presidente da república. A Igreja Católica foi desmembrada do Estado e deixou de ser a religião oficial do país.

Em 25 de fevereiro de 1891, Deodoro foi eleito presidente da República pelo Congresso Nacional, excepcionalmente de maneira indireta. Todavia, logo passou a ser pressionado por membros do Congresso Nacional (em maioria representantes da aristocracia cafeeira), que lhe acusavam de ser autoritário e responsável pela crise econômica vigente. Pressionado, Deodoro dissolveu o Congresso e mandou prender alguns líderes oposicionistas. Tal atitude, grave desrespeito à Constituição, encontrou forte reação de civis e militares ligados à oposição.

Em meio à crise, o Contra-Almirante Custódio José de Melo ameaçou bombardear a Capital Federal se Deodoro não renunciasse (1ª Revolta da Armada). Para evitar uma guerra civil, Deodoro houve por bem deixar a presidência, em 23 de novembro de 1891, passando o cargo ao vice-presidente Floriano Peixoto.

POSITIVISMO

Conjunto de ideias e princípios filosóficos, políticos e religiosos elaborados pelo francês Augusto Comte (1798-1857). No plano filosófico, o termo positivo designa realidades antagônicas, ou seja, o útil se antepõe ao inútil, o real ao irreal, o relativo ao absoluto. Para Comte, a humanidade - por ele denominada Grande Ser - se desenvolve através de três estados ou modos de pensar: o teológico, o metafísico e o positivo. Essas regras que conduzem o espírito humano constituem a "lei dos três estados". O estado positivo é, pois, o término de uma evolução, na qual o indivíduo alcança o saber definitivo, isto é, a ciência. Esse estado só pode ser atingido pelo método de observação e experimentação, o que levou o filósofo francês a estabelecer uma diferença entre ciências concretas e abstratas. Para estas, propôs uma classificação estabelecida em ordem lógica e cronológica: matemática, astronomia, química, biologia e sociologia, às quais, mais tarde, acrescentou a moral. Para Augusto Comte não existe o infinito nem o absoluto. "Tudo é relativo e isso é a única coisa absoluta", dirá ele num axioma que se tornou a máxima fundamental do positivismo. A natureza humana evolui obedecendo a leis históricas. O estudo da sociedade compreende dois aspectos, um estático, outro dinâmico. O primeiro estabelece a ordem e o segundo, o progresso. Assim, a um só tempo doutrina e método, o positivismo fornece os instrumentos para o funcionamento de qualquer sistema político, ou seja, a ordem e o progresso. Sua preocupação básica é a moral, fator essencial para qualquer decisão e que, no pensamento comtiano, fundamenta-se no altruísmo, termo, aliás, criado por Comte. (Azevedo, 1999, p. 361 e 362)

Floriano reabriu o Congresso Nacional e tomou medidas para minimizar os efeitos da crise econômica, como o controle sobre o preço dos aluguéis e dos gêneros alimentícios de primeira necessidade. Todavia, decidiu permanecer na presidência da república até a data prevista para o término do mandato de Deodoro (15 de novembro de 1894), o que ia de encontro ao previsto na Constituição, que previa a convocação de eleições caso um presidente renunciasse sem ter cumprido dois anos de governo. Em sua defesa, alegou que a Constituição abria uma exceção, ao determinar que a exigência só se aplicava a presidentes eleitos diretamente pelo povo.

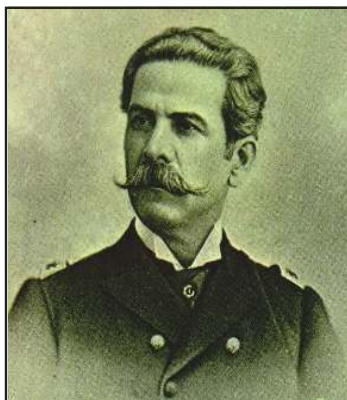
Tal medida foi contestada por grupos oposicionistas que desejavam assumir o governo nacional (parte da oligarquia cafeeira e grupos de militares). Em 06 de abril de 1892, 13 generais e almirantes antiflorianistas publicaram um manifesto por meio do qual denunciavam a ilegitimidade do governo e reivindicam nova eleição para a Presidência da República. Floriano reagiu energeticamente mandando prender e reformar os signatários do pronunciamento. Para isso, foi respaldado por setores do Exército e do Congresso Nacional, e por significativa parcela da classe média.

Todavia, os oposicionistas se articularam e decidiram depor Floriano por meio de uma ação armada. Essa se concretizou em 6 de setembro de 1893, quando um grupo de altos oficiais da Marinha, liderado pelos Almirantes Luís Filipe de Saldanha da Gama, Eduardo Wandenkolk e Custódio de Melo, rebelou-se (2ª Revolta da Armada). Dispondo de considerável poder naval (três encouraçados, quatro cruzadores, sete torpedeiras, e outras embarcações), os rebeldes passaram a controlar as águas da baía da Guanabara e ameaçavam bombardear a Capital Federal. Eles pensavam que uma demonstração de força seria suficiente para forçar Floriano a renunciar.

Os revoltosos, entretanto, não obtiveram o apoio político e popular esperados, e limitaram-se a empregar seus navios para a bombardear fortes guarnecidos por tropas do Exército e da Guarda Nacional, que responderam prontamente à ação inimiga, ocor-



FLORIANO PEIXOTO



CUSTÓDIO DE MELO

PROJETOS DE REPÚBLICA

No Brasil, às vésperas e durante boa parte da República Velha, três correntes principais buscaram implantar regimes republicanos de diferentes concepções:

- . os militares desejam uma República Positivista, caracterizada pela centralização política nas mãos do Presidente da República (prevaleceu entre 1889 e 1894, durante a chamada República da Espada);

- . a aristocracia cafeeira almejava uma República Liberal, baseada no federalismo descentralizado, com grande autonomia para os estados (prevaleceu entre 1894 e 1930, durante a chamada República Oligárquica);

- . setores da classe média urbana pleiteavam uma República Jacobina (em alusão aos jacobinos da Revolução Francesa, que desejavam mudanças profundas na sociedade), com grande participação popular e favorável a medidas com grande alcance social (não chegou a ser implantada).

rendo intensa troca de tiros. Ocorreu, então, um impasse: os revoltosos não conseguiam derrotar as tropas de Floriano e este não possuía navios para subjugar os amotinados. Diante da situação, os rebeldes mantiveram seus navios ancorados na baía da Guanabara, esperando receber apoio militar de alguma outra facção antiflorinista. Floriano, por sua vez, para fazer frente aos sublevados, mandou, às pressas, que fossem adquiridos navios de guerra no exterior.

Paralelamente, Floriano deparou-se com problemas no Rio Grande do Sul. Nesse estado existiam divergências entre os integrantes do Partido Federalista (maragatos, federalistas), liderado por Gaspar da Silveira Martins, e os do Partido Republicano (pica-paus, legalistas), chefiado por Júlio Prates de Castilhos. Os primeiros desejavam alterar a Constituição rio-grandense, instaurar um sistema parlamentarista e depor Júlio de Castilhos, então presidente do estado; os últimos almejavam manter a Carta Magna estadual e o sistema presidencialista.

O conflito armado intensificou-se em fevereiro de 1893 e os maragatos, comandados por João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares-Barão de Itaqui) e Gumerindo Saraiva, rapidamente controlaram áreas próximas à fronteira com o Uruguai. Diante da situação, Floriano apoiou Júlio de Castilhos e enviou tropas federais para o Rio Grande do Sul, sob o comando do General Hipólito Ribeiro, que se juntaram às forças legalistas locais.

Em maio de 1893, os maragatos enfrentaram os pica-paus no arroio Inhanduí, em Alegrete, sem que houvesse vencedor. Fracassaram também ao tentar ocupar Uruguaiana, que se manteve em poder dos legalistas. Isso convenceu os chefes maragatos de que suas tropas não poderiam derrotar as legalistas em combates convencionais. Diante disso, eles resolveram prosseguir a luta utilizando táticas de guerrilha, o que resultou em escaramuças sangrentas em diversas partes do Rio Grande Sul.

Em setembro de 1893, Gumercindo Saraiva tomou conhecimento da 2ª Revolta da Armada. Decidiu rumar em direção à Capital Federal para auxiliar os revoltosos a depor Floriano. No litoral catarinense, suas tropas uniram-se a uma força da Armada, comandada por Custódio de Melo, que do Rio de Janeiro para lá se deslocara, ocupando Desterro (Florianópolis). Unidas, as tropas rebeldes avançaram para o Paraná e ocuparam Curitiba. Todavia, os revoltosos foram detidos na cidade da Lapa, onde tropas legalistas, lideradas pelo Coronel Antônio Ernesto Gomes Carneiro, resistiram a um prolongado cerco. Gomes Carneiro acabou morto em combate (fevereiro de 1894) e a cidade foi dominada pelos rebeldes. Entretanto, o demorado cerco possibilitou a Floriano arregimentar tropas que foram posicionadas no rio Itararé, na divisa entre os estados do Paraná e São Paulo, o que inviabilizou o avanço dos rebeldes até o Rio de Janeiro. Diante disso, Gumercindo Saraiva resolveu retirar-se para o Rio Grande do Sul, onde acabou morto em Carovi, no dia 10 de agosto de 1894, quando fazia um reconhecimento.

Enquanto isso, os rebeldes da Armada que haviam permanecido na baía da Guanabara renderam-se diante da nova esquadra formada por Floriano. O almirante Saldanha da Gama, que os comandava, conseguiu fugir para o Rio Grande do Sul, onde passou a liderar os federalistas. Acabou morto na Batalha de Campo Osório, em Santana do Livramento, no dia 24 de junho de 1895.



O CERCO DA LAPA

O ano de 1894 é o epílogo do período, conhecido historicamente, de "Consolidação da República". A incipiente república brasileira passava, desde 1891, por uma crise institucional que, não raro, desaguava em uma violência incontida. Desde fins de 1892, a 'Revolta Federalista' convulsionava o sul do país e a Capital Federal se contorcia ante os canhões da Armada que havia se rebelado no início de setembro de 1893.

No Sul do país a situação não se encontrava muito vantajosa para as forças legais. A junção das forças federalistas com os marinheiros fortalece os revolucionários que tomam Desterro, capital catarinense. As tropas federalistas estavam no interior da província de Santa Catarina, seus chefes estavam reforçando suas colunas, preparando-se para invasão ao Paraná e, posteriormente, São Paulo. Chegar até a Capital Federal era a intenção. Em meados de novembro de 1893, tropas comandadas pelo General Argolo, não consegue libertar Santa Catarina e retrocedem para o Paraná.

A partir do dia 10 de janeiro de 1894 os acontecimentos se precipitam. Começa a invasão do Estado do Paraná pelas forças revolucionárias, que atacaram, por terra e por mar, com um efetivo aproximado de seis mil homens. A Armada, com quatro navios, irrompe na Baía de Paranaguá e bombardeia esta cidade paranaense. No dia 15 de janeiro desembarca uma força invasora; Paranaguá não resiste. As tropas legais abandonam o litoral paranaense e sobem a serra em direção a capital do estado (Curitiba). Por terra, os revolucionários, adentram o sul do estado paranaense. Invadem Tijucas e rumam para Curitiba com a finalidade de fazer a junção das suas forças. Entretanto, no meio do caminho estava a cidade de Lapa e, sua guarnição, com pouco mais de mil homens.

As forças federais, que estavam em Curitiba, retraem para Castro e, posteriormente, abandonam o Estado do Paraná. A capital paranaense é ocupada pelos federalistas sem nenhum disparo e, paulatinamente, as cidades caem nas mãos dos invasores. Somente a Lapa resiste, agora cercada e, com as forças do inimigo crescendo em número a cada dia. Apenas a vontade inabalável de seu comandante, que se recusa a acreditar nos informes do abandono das forças legais do Estado do Paraná e o sentimento do dever a cumprir, fazia com que, aquela pequena cidade no interior paranaense, irritasse os chefes revolucionários.

O comandante da tropa sitiada era o Coronel de Engenheiros Antônio Ernesto Gomes Carneiro e, nestes momentos, os chefes cedem espaço para líderes e, se morrem os homens, nascem os heróis. O Coronel Gomes Carneiro não era apenas comandante da tropa, mas guiava a cidade como um todo. Em todas as trincheiras combatia, em todos os momentos incentivava os sitiados demonstrando o valor pela causa pela qual tinham que permanecer em suas posições.

No dia 07 de fevereiro de 1894, a força sitiante começa um ataque geral em todas as trincheiras. Durante o combate, o Coronel Gomes Carneiro, é ferido e, dois dias depois, vem a falecer. Poucos dias após, sem a liderança militar de Gomes Carneiro, a cidade da Lapa, rende-se.

Não obstante, o sacrifício do Coronel Gomes Carneiro e dos habitantes da heroica Lapa, que sustentaram o cerco por 26 dias, não foi em vão. Este espaço de tempo foi suficiente para o Governo Federal preparar as forças legais, esvaziar o movimento da Armada no Rio de Janeiro e começar a atacar os revolucionários. A resistência lapaense fez diminuir o ímpeto dos agressores que, ao primeiro movimento das tropas legais oriundas de São Paulo, bateram em retirada, internando-se nos campos sulinos. Em reconhecimento ao seu sacrifício, Gomes Carneiro, foi promovido "post mortem", a General-de-Brigada.

Fonte: MACHADO, Elton Licério R. General Antônio Ernesto Gomes Carneiro. Revista Sangue Novo, Ano 2 - No 02, Junho de 2003, p. 31-33

A luta tornava-se cada vez mais difícil para os rebeldes. Havia também fracassado em ocupar Bagé e em manter Desterro, que fora reocupada por tropas legalistas. Sem perspectiva de vitória, Custódio de Melo exilou-se na Argentina, e, em 23 de agosto de 1895 (durante o governo de Prudente de Moraes), Joca Tavares assinou um acordo de "paz honrosa" com o General Inocêncio Galvão de Queiróz, representante do governo federal. Em consequência do tratado, os rebeldes acabaram anistitados, o Partido Republicano Rio-grandense consolidou sua hegemonia e Gaspar da Silveira Martins perdeu sua força política.

Por sua postura diante das revoltas, Floriano recebeu a alcunha de "Marechal de Ferro" e "Consolidador da República". Em 15 de novembro de 1894, passou o cargo a Prudente José de Moraes e Barros, primeiro presidente civil do Brasil. No governo deste ocorreu um sangrento conflito na Bahia, que ficou conhecido como Guerra de Canudos.

No final do século XIX, um místico chamado Antônio Conselheiro (Antônio Vicente Mendes Maciel) passou a percorrer o sertão nordestino pregando pela redenção divina e pela justiça mundana. Seus apelos foram ouvidos e ele passou a ser seguido por muitos sertanejos, vítimas da miséria endêmica, dos abusos dos grandes proprietários de terra, do descaso dos governantes e das agruras do ambiente semiárido.

Em 1893, Antônio Conselheiro e seus seguidores ergueram, às margens do rio Vasa-Barris, o arraial de Belo Monte (mais conhecido como Canudos, distante cerca de 400 quilômetros de Salvador). Nessa localidade, esperavam formar uma comunidade autônoma, desvinculada das leis republicanas. Canudos cresceu rapidamente, pois para lá afluíram milhares de pessoas marginalizadas pelo sistema vigente (o povoado chegou a contar com mais de 5 mil casas e cerca de 25 mil moradores, a maioria dos quais em condições de travar combates). Isso amedrontou altas autoridades da Bahia e da Igreja Católica, que passaram a ver a comunidade como o centro de uma seita político-religiosa que instigava ao cisma religioso e à desobediência ao governo republicano. Boatos sobre Antônio Conselheiro ser adepto da monarquia causavam especial temor aos líderes e aos partidários da República recém-instaurada.

Em outubro de 1896, ocorreu um incidente que deflagraria a luta armada. Antônio Conselheiro desentendeu-se com comerciantes de Juazeiro (Antônio Conselheiro havia encomendado madeira em Juazeiro para a construção de uma igreja, como não recebeu o material na data prometida mandou avisar que apanharia sua encomenda à força, se fosse o caso). Arlindo Leone, juiz de direito de Juazeiro, tomou conhecimento do fato e, para manter a ordem, solicitou tropas a Luís Viana, Presidente do Estado da Bahia. Este, por sua vez, solicitou apoio do Governo Federal, que enviou para Juazeiro cem praças do 9º Batalhão de Infantaria, comandadas pelo Tenente Manoel da Silva Pires Ferreira. Em Juazeiro, Pires Ferreira foi coagido pelas autoridades locais a atacar Canudos. Destarte, em novembro de 1896, ele decidiu atacar os conselheiristas. Todavia, não tinha informa-

mações detalhadas sobre o inimigo e sua tropa carecia de suprimentos de toda ordem.

Em Uauá, povoado a oeste de Canudos, os legalistas passaram a ser acossados pelos rebeldes, que utilizavam táticas de guerrilha. Pires Ferreira logo percebeu a impossibilidade de vencer os rebeldes com os meios que dispunha (encontrava-se com pouca munição, água e alimentos). Em consequência, optou por uma retirada.

A notícia do fracasso da expedição inquietou as autoridades republicanas e outro contingente foi encarregado de pacificar Canudos. Ainda em novembro de 1896, reuniu-se uma tropa composta por cerca de 550 soldados do Exército e forças policiais. O Major Febrônio de Brito foi designado comandante da expedição.

A tropa marchou para a região de Canudos sem muitos preparativos e lá chegou em péssimas condições. Estava desgastada pelo terreno inóspito e ressentia-se de suprimentos. Ataques frequentes dos conselheiristas atormentavam e baixavam o moral dos legalistas. Diante disso e sem perspectiva de vitória, Febrônio houve por bem ordenar a retirada.

A vitória dos conselheiristas contribuiu para que se formasse uma mística de invencibilidade em relação a Canudos. Muitos sertanejos para lá acorreram considerando a localidade inexpugnável e protegida por Deus. Na Capital Federal, autoridades militares passaram a acusar o governo de ser incapaz de sufocar o "levante monarquista". Diante das pressões, o governo mandou organizar uma terceira expedição, composta por 1.300 combatentes (a maioria do Exército), cujo comando foi entregue ao Coronel Antônio Moreira César.

Como ocorrera com as outras expedições, não houve maiores preocupações com a logística e não se buscou informações detalhadas sobre o inimigo e sobre o terreno onde a tropa iria atuar. Em março de 1897, Moreira César chegou a Canudos. Um árduo combate iniciou-se quando os legalistas investiram sobre o arraial. Em meio à refrega, Moreira César foi baleado quando liderava uma carga de cavalaria. Morreu horas mais tarde, o que abalou o moral da tropa, que empreendeu uma caótica retirada, na qual abandonou farto material bélico, que caiu em mãos conselheiristas.

A nova derrota das tropas federais repercutiu intensamente no Rio de Janeiro. Manifestações ocorreram reclamando providências para que Canudos fosse destruída e três redações de jornais de tendências monarquistas foram destruídas. Em face disso, organizou-se a quarta expedição.

A nova expedição, comandada pelo General Artur Oscar de Andrade Guimarães, foi formada por 16 Batalhões de Infantaria, além de unidades de cavalaria, artilharia e engenharia. Desta vez houve preocupação com a logística e foram estabelecidos depósitos de suprimentos em localidades próximas a Canudos.

O General Artur Oscar elaborou um plano que previa envolver duplamente Canudos. Para isso, uma coluna sairia de Aracaju, sob o comando do General Cláudio do Amaral Savaget, e se deslocaria para Canudos passando por Jeremoabo; outra coluna,



comandada pelo General João da Silva Barbosa, operaria a partir de Monte Santo, e nela se deslocaria o Comandante-em-Chefe. A junção foi marcada para 27 de junho de 1897, nas cercanias de Canudos.

Reunidas em Canudos, em julho de 1897, as tropas legalistas iniciaram o ataque à localidade inimiga. Os defensores reagiram tenazmente e os combates se intensificaram com muitas baixas em ambos os lados. Os suprimentos e o moral dos legalistas diminuía à medida que os dias passavam. Diante disso e da obstinada resistência dos rebeldes, o General Artur Oscar solicitou ao Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt, um reforço de 5 mil homens e suprimentos extras.

O Marechal atendeu ao pedido e deslocou-se para a Bahia em agosto de 1897, onde logo percebeu que a principal vulnerabilidade das tropas legalistas era uma estrutura logística inadequada. Diante da constatação, entre outras medidas, destituiu fornecedores que não cumpriam com suas obrigações, organizou comboios, e estabeleceu postos de suprimento, o que normalizou o fluxo de suprimento. Com isso e devido a chegada de reforços, as tropas das linhas de frente se revigoraram e apertaram o cerco a Canudos.

Finalmente, em 05 de outubro de 1897, os últimos defensores de Canudos renderam-se. Antônio Conselheiro poucos dias antes havia morrido de causas naturais. Findava-se, assim, o conflito no qual o Exército mobilizou cerca de 12 mil homens, dos quais aproximadamente 5 mil morreram. Estima-se que cerca de 20 mil conselheiristas morreram, devido aos combates, à fome e às doenças.

PARTE DO GENERAL ARTUR OSCAR AO MINISTRO DA GUERRA (TRECHO)

"Partes de combate - Vide Ordem do Dia nº 892. - Comando-em-chefe das forças em operações de guerra no Estado da Bahia, e do 3º distrito militar. - Acampamento em Canudos, em 4 de setembro de 1897. Ao cidadão Marechal Carlos Machado de Bittencourt, D. Ministro da Guerra - Parte - Depois dos combates gloriosos de Cocorobó e Trabubu, feridos pela Segunda Coluna, e dos sanguinolentos e também gloriosos de Angico e Favela, de 25 a 28 de junho, pela Primeira Coluna, aqui estou em obediência ao plano que em maio e da Vila de Queimada, apresentei ao antecessor de V. Exa. E por ele aprovado, em que declarava bombardear a cidadela de Canudos, pelo tempo que me parecesse conveniente, para só então atacar.

A dificuldade em manter a minha linha de comunicações com a base de operações, tornou muito mais longo do que pretendia, esse período de tempo, de modo que só a 18 de julho me foi dado assaltar Canudos.

Já tive ocasião de dizer a V. Exa. Que o terreno desta zona é extrema e caprichosamente acidentado, além de erizado de espinhos de um grande número de variedades e tudo protegido por um mato especial e fino, a que denominam caatinga.

O jagunço é sagaz, acostumado a esta natureza, conhecedor do terreno, perito atirador e bem instruído em sua tática particular, o que tudo concorreu para ser difícilimo manter-se, mais ou menos franca, a linha de comunicações.

Demais, a falta de pasto para os animais ainda tornou o serviço nosso de transporte deficiente e daí a necessidade de alimentar-se a tropa com o estritamente necessário. Vencido o inimigo nos combates a que acima refiro-me, contudo não nos deixou tranquilos.

A 30 de junho e 1º de julho, em número considerável, trouxe dois ataques muito sérios à artilharia, que pretendeu levar ou pelo menos inutilizar, para o que veio armado e munido de instrumentos que julgava apropriados à sua tentativa. Foram mais de duas oportunidades que ofereceu às forças, para que elas mostrassem o seu valor, infligindo-lhe severa lição e fazendo-lhe grande número de mortos. A 1º de julho, em número considerável, o inimigo assaltou-nos um comboio de víveres e munições, que não conseguiu levar, causando-nos algumas baixas e entre elas a morte do valente Capitão Valério dos Santos Neves, que então comandava o 14º Batalhão de Infantaria.

Os bombardeios diários sobre as igrejas e casas da povoação eram entremeados de tiroteios mais ou menos importantes, mas que foram escasseando pouco a pouco, como que dando a entender que o inimigo diminuía de número. Este estratagema não me iludiu.

As casas de Canudos são construídas de forma tal que as balas apenas fazem buracos e elas ficam de pé. Seus tetos são de caibros, com varas atravessadas, tendo em cima galhos com folhas grandes e largas, e com um revestimento de 20 a 25 centímetros de terra argilosa, de maneira que dificilmente são destruídas. A aguada para a nossa força e o pouco pasto para os animais, eram disputados diariamente à bala.

O nosso acampamento da Favela, que apenas dista 1.200 metros das igrejas fortificadas de Canudos, era todo o momento varrido pelas balas inimigas, que matavam até homens que dormiam e infelizmente não havia ponto melhor nem mais estratégico para acampar. E isto foi suportado desde 27 de junho até 18 de julho.

Felizmente, a 13 melhorou a situação com a chegada de um comboio relativamente avultado, pelo que dei uns dias para a alimentação das praças, a fim de só depois atacar.

É preciso, Sr. Ministro, conhecer esta zona, ver e estudar o acidentado capricho do terreno, observar a configuração das caatingas e trincheiras naturais, formadas pelas depressões do solo, para só então compreender-se como é que dez homens, ocultos e protegidos por tais recursos, podem e fazem parar um batalhão inteiro, valente e disciplinado. (apud Araripe, 1985, p. 144 e 155)

Prudente de Moraes foi sucedido por Manuel Ferraz de Campos Sales e Francisco de Paula Rodrigues Alves, que ocuparam a presidência nos períodos de 15 de novembro de 1898 a 15 de novembro de 1902 e 15 de novembro de 1902 a 15 de novembro de 1906, respectivamente.

No governo de Campos Sales consolidou-se a “política do café com leite”, pela qual os presidentes da República eram eleitos pela força do setor agrário dos estados de São Paulo (forte economicamente em razão da elevada produção de café) e de Minas Gerais (maior pólo eleitoral do país e grande produtor de leite). Assim, passaram a se revesar na Presidência da República representantes do Partido Republicano Paulista (PRP) e do Partido Republicano Mineiro (PRM), que controlavam as eleições presidenciais com o apoio das oligarquias dos demais estados.

Tal política foi temporariamente e parcialmente interrompida no governo do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (15 de novembro de 1910 a 15 de novembro de 1914). Este, apoiado por grupos de militares e pelas oligarquias de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, pôs em prática a “política das salvações”, que visava “moralizar o país” (buscava-se, principalmente, por fim ao nepotismo e à corrupção, comuns na maioria dos estados da federação, normalmente controlados por algumas poucas famílias que se perpetuavam no poder). Nesse sentido, houve intervenções federais nos estados da Bahia, de Pernambuco, de Alagoas e do Ceará, sendo os governantes locais substituídos por militares ou por pessoas a estes ligadas. Não obstante, o maior problema enfrentado por Hermes da Fonseca foi a Guerra do Contestado.

No início do século XX, os estados de Santa Catarina e do Paraná disputavam uma extensa área territorial situada entre os rios Negro e Iguaçu (norte); Serra Geral e rios Marombas e Canoas (leste); rios Pelotas e Uruguai (sul); e rios Peperiguaçu e Santo Antônio (oeste). Essa região era conhecida como a área do “Contestado” e nela habitavam, em grande maioria, sertanejos pobres, supersticiosos, desprovidos de terras, carentes de educação, oprimidos e manipulados pelos grandes proprietários de terras e autoridades locais.

Para agravar a situação dos menos favorecidos, o Governo Federal concedeu a empresa norte-americana Brazil Railway, responsável pela construção de uma ferrovia que ligaria o Rio Grande do Sul a São Paulo, como forma de remuneração, o direito de explorar o equivalente a 15 quilômetros de terras (ricas em madeiras-de-lei) em cada margem da estrada de ferro, as quais posteriormente deveriam ser povoadas por imigrantes. Isso resultou na expulsão de muitos posseiros, que se deslocaram para outros locais, acirrando os habituais conflitos por terras. Disputas de jurisdição entre os governos de Santa Catarina e do Paraná, principalmente em relação à cobrança de impostos, também contribuíam para deixar a situação tensa.

Em meio a tudo isso era normal vagarem pela região pessoas místicas, muito respeitadas pelo povo, denominadas monges. Em 1912, um monge, conhecido como

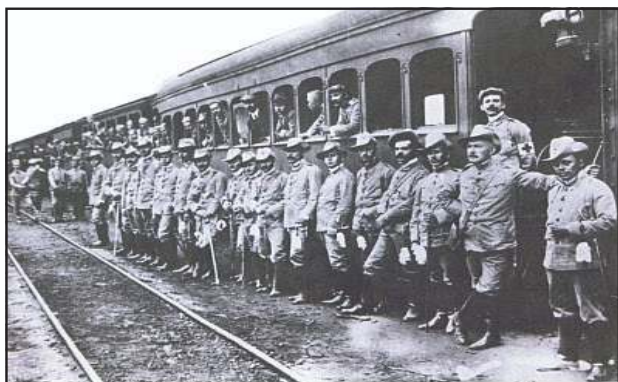
GUERRA DO CONTESTADO



José Maria, juntamente com seus seguidores, fundou a comunidade do Quadro Santo, em Taquaruçu, no município de Curitibanos. O povoado tinha leis próprias e ignorava mandados vindos de autoridades republicanas. Para defendê-lo, foi criada uma guarda de honra, constituída por 24 cavaleiros, intitulados "Doze Pares de França", numa alusão à cavalaria do Imperador Carlos Magno, que reinou durante a Idade Média.

As autoridades republicanas acreditavam que a comunidade de José Maria representava um risco para a ordem e a segurança da região e, por isso, decidiram dar fim ao povoado sertanejo. Antevendo o que estava por vir, José Maria e seus adeptos seguiram para a localidade de Irani, que nessa época fazia parte de Palmas (cidade disputada pelos estados de Santa Catarina e Paraná). O governo paranaense considerou o deslocamento de José Maria e seus seguidores uma invasão catarinense a áreas sob sua jurisdição e destacou tropas policiais, comandadas pelo Coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho, para expulsá-los da região.

Em Irani ocorreu um confronto sangrento entre tropas do governo paranaense e do adeptos do monge. Ao término da luta, entre os mortos estavam José Maria e João Gualberto. Os sertanejos, inconformados com a morte de seu líder, radicalizaram suas ações e iniciaram uma revolta que se expandiu pela região contestada, marcada por depredações, roubos e mortes. O Governo Federal reagiu mandando tropas, mas estas se mostraram insuficientes para fazer frente aos revoltosos (cerca de 10 mil no auge do movimento), que empregavam táticas de guerrilha.



JOÃO GUALBERTO
(SEGUNDO A PARTIR DA DIREITA)
E TROPAS PARANAENSES



Em 1914, o General Fernando Setembrino de Carvalho foi designado para dar fim à revolta. Com cerca de 7.000 homens, bem equipados e supridos, após muitos combates, ele conseguiu pacificar a região. Nas operações, o Exército empregou pela primeira vez aviões. Em um acidente, durante um reconhecimento aéreo, morreu o Tenente Ricardo Kirk, primeiro aviador militar do Brasil.

O Exército teve cerca de 900 baixas no conflito, os revoltosos entre 5 e 8 mil. A questão dos limites foi revolvida em 1916, pelos presidentes de Santa Catarina, Felipe Schmidt, e do Paraná, Affonso Alves de Camargo. O território em litígio foi dividido.

Hermes da Fonseca passou a presidência a Venceslau Brás Pereira Gomes, que governou de 15 de novembro de 1914 a 15 de novembro de 1918, e reforçou a “política do café com leite”. No seu mandato, o Brasil participou da I Guerra Mundial. No início desta, o Brasil adotou uma posição de neutralidade. Todavia, em 1917, diversos navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos alemães. Esses ataques levaram o Brasil a entrar na guerra ao lado dos Aliados (França, Grã-Bretanha, Estados Unidos, entre outros) contra as Potências Centrais (Impérios Alemão, Austro-Húngaro e outros coligados).

DIVISÃO TERRITORIAL DO CONTESTADO



Tendo em vista contribuir para o esforço de guerra dos Aliados, o governo brasileiro enviou uma missão médica à França e empenhou-se no sentido de fornecer matérias-primas e gêneros alimentícios aos países amigos. No campo militar, a Marinha Brasileira patrulhou o Atlântico, uma força naval juntou-se à Marinha Inglesa (não chegou a combater), e um grupo de aviadores e oficiais do Exército integrou as Forças Armadas Aliadas.

No início da década de 1920, o Brasil era governado por Eptácio Lindolfo da Silva Pessoa, eleito para ocupar a presidência no período de 28 de julho 1919 a 15 novembro de 1922. A presidência havia sido ocupada interinamente, de 15 de novembro de 1918 a 28 de julho de 1919, por Delfim Moreira da Costa Ribeiro, vice-presidente, que assumiu o governo interinamente em virtude do candidato eleito à presidência, Rodrigues Alves, não ter tomado posse do cargo por motivo de doença (viria a falecer em 16 de janeiro de 1919).

Eptácio Pessoa enfrentou problemas com oficiais do Exército, a maioria de baixa patente (tenentes e capitães), que deram início a um movimento contra o Governo Federal (mais tarde conhecido como Tenentismo). Insatisfeitos diante dos problemas políticos, sociais e econômicos nacionais, os tenentistas reivindicavam mudanças radicais na estrutura do País, entre as quais, reformas na educação pública, independência do Judiciário e fortalecimento do poder executivo nacional, além do fim da “política do café com leite”, das instituições oligárquicas e das fraudes eleitorais.

As reivindicações do movimento tenentista coincidiam com as aspirações da classe média urbana, da qual a maioria dos oficiais era oriunda, que não se sentia representada na política nacional. Muitos tenentistas propunham a ascensão dos militares ao poder, considerando os civis incapazes de governar e solucionar os problemas brasileiros.

Nesse contexto de crescente insatisfação, os tenentistas foram contra a posse do mineiro Artur da Silva Bernardes, eleito Presidente da República, para o quadriênio de 15 de novembro de 1922 a 15 de novembro de 1926. O fechamento do Clube Militar, ordenado pelo governo, e a prisão do seu dirigente, o ex-presidente Marechal Hermes da Fonseca, sob acusação de tumultuarem o processo eleitoral em curso, levaram, em 5 de julho de 1922, a uma crise militar.

Sob o comando do Capitão Euclides da Fonseca, filho de Hermes da Fonseca, tenentistas se rebelaram no Forte de Copacabana, na Escola Militar do Realengo e em outras unidades do Exército, com o intuito de derrubar o governo.

Os oficiais de altas patentes não aderiram ao movimento e o Congresso Nacional apoiou imediatamente a solicitação do presidente Epitácio Pessoa de que fosse decretado o estado de sítio. Foram organizadas tropas para reprimir os revoltosos e, diante das expressivas forças governamentais, a maioria deles se rendeu.

No Forte de Copacabana, todavia, um grupo de tenentistas decidiu levar adiante o movimento e iniciou uma marcha pela Avenida Atlântica em direção ao Palácio do Catete (sede do Poder Executivo nacional). A eles se juntou o civil Otávio Correia (ficaram conhecidos como "18 do Forte", mas há controvérsias em relação ao número exato de participantes da marcha). Após alguns tiroteios, os rebeldes se defrontaram com uma tropa legalista na altura da antiga rua Barroso (atual Siqueira Campos). Ao final do embate, dos "18 do forte" só sobreviviam os Tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes, que, feridos, foram aprisionados. Debelado o levante, Artur Bernardes assumiu a presidência, conforme o previsto.

Em 1923, ocorreu o julgamento e a punição dos implicados nos levantes militares do ano anterior, que foram acusados de promover a tentativa de um golpe de Estado. Tais fatos deixaram as relações entre os tenentistas e o Governo Federal tensas. Isso redundou, em 1924, em nova rebelião, desta vez no estado de São Paulo. Esta foi articulada pelo Major Miguel Costa, comandante do Regimento de Cavalaria da Força Pública do estado, e pelos Tenentes Joaquim Távora, Juarez Távora, Eduardo Gomes, João Cabanas, Filinto Müller e Newton Estillac Leal. Considerando que o movimento necessitava de um líder de renome, os conspiradores convidaram o general reformado Isidoro Dias Lopes para comandá-lo. O General prontamente aceitou.

O movimento iniciou-se em 5 de julho de 1924. Os revoltosos ocuparam pontos estratégicos da capital paulista (estação da Luz, ferrovias, quartéis, entre outros) e instalaram um governo provisório, chefiado pelo General Isidoro. Em resposta, as tropas legalistas, com forte aparato militar (contavam com artilharia, aviões e carros de combate), cercaram a cidade e promoveram um forte bombardeio, que provocou o caos.

O TENENTISMO

Na verdade, os tenentes foram oficiais jovens, motivados pela ideia de renovação política e repulsa à corrupção eleitoral e administrativa dos sucessivos governos, além de ofendidos com o que julgavam desprezo de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes pelo Exército. Eles iniciaram, em 1922, um movimento revolucionário com ideia de reforma de estado sob autoritarismo salvador. Sua ideologia, foi, sem dúvida, inicialmente vaga. Pensavam em obter pelas armas a regeneração dos costumes, universalizar o voto, acabar com os regionalismos e os potentados locais, promover uma administração mais centralizada, autoritária e nacionalista que não permitisse o retorno dos carcomidos da República Velha, sinônimo de liberais e federalistas, arrastar pela rua da amargura aqueles manda-chuvas que afrontavam a União.

Identificou-se nos tenentes a revolta contra os políticos, deixando de lado os ensinamentos liberais e legalistas de Rui Barbosa contra a intervenção armada. Entretanto, Edgard Carone define o movimento como de espírito liberal, em certos momentos na raia do reformismo, atingindo algum colorido socializante e de evidentes incertezas e dualidades, no que concorda em parte com as opiniões de Werneck Sodré.

Do rompimento dos revolucionários com a ordem legal e com os compromissos de lealdade aos superiores e fidelidade ao Exército, surgiu uma série de pensamentos que justificavam suas atitudes.

Diante das acusações de que se tratava de baderneiros incompetentes, irresponsáveis, traidores de seus superiores, os revolucionários terminaram por explicar: a sua condição de soldado não excluía o direito do cidadão. E o cidadão tinha o dever de intervir na coisa pública toda vez com que corresse perigo as instituições políticas, a liberdade e os direitos. Seria o seu "Direito de Revolução", sob alguns fundamentos contrários às doutrinas de organização do Estado e de seu funcionamento; a obediência não seria um dever, nada mais do que um contrato entre o indivíduo e a autoridade. A ruptura desse contrato pela autoridade liberava o indivíduo de suas obrigações para com ela. O Governo, ao sair da lei, obrigava o povo a sair da obediência (...)

(...) Aos tenentes aderiram muitos civis com idênticas ideias de revolta e renovação, oficiais das forças públicas estaduais, oficiais da Marinha e do Exército de outros postos. Incontestavelmente mudaram os rumos da História e abriram caminho para a modernização do País, usando as armas de que dispunham, um ambiente de messianismo que fora criado depois da República. (Pedrosa, 2001).

Pressionados, e sem perspectiva de sucesso, os revoltosos abandonaram a capital paulista na madrugada de 28 de julho e rumaram para o estado do Paraná, onde esperavam manter a luta contra o Governo Federal. Tropas legalistas, comandadas pelo General Cândido Mariano da Silva Rondon, foram ao seu encalço e os venceram em diversos combates, entre os quais o de Catanduvas. Derrotados, os rebeldes dirigiram-se para Foz do Iguaçu.

Paralelamente, tenentistas deflagraram outra revolta, agora no estado do Rio Grande do Sul. Esta se iniciou quando, sob a liderança do Capitão Luís Carlos Prestes, o 1º Batalhão Ferroviário, sediado em Santo Ângelo, levantou-se contra o Governo Federal. Pouco depois, tropas sublevaram-se em outras cidades gaúchas. Obedecendo a instruções do General Isidoro, as forças rebeldes do Rio Grande do Sul deslocaram-se para Foz do Iguaçu, tendo em vista se unirem aos revoltosos da coluna oriunda de São Paulo. As forças rebeldes gaúchas chegaram a Foz do Iguaçu em abril de 1925, após atravessarem os estados de Santa Catarina e do Paraná, travando seguidos combates com as tropas legalistas, nos quais perderam quase metade do seu contingente.

CAMPANHA DO PARANÁ



RONDON (TERCEIRO DA ESQUERDA PARA A DIREITA) E SEU ESTADO-MAIOR



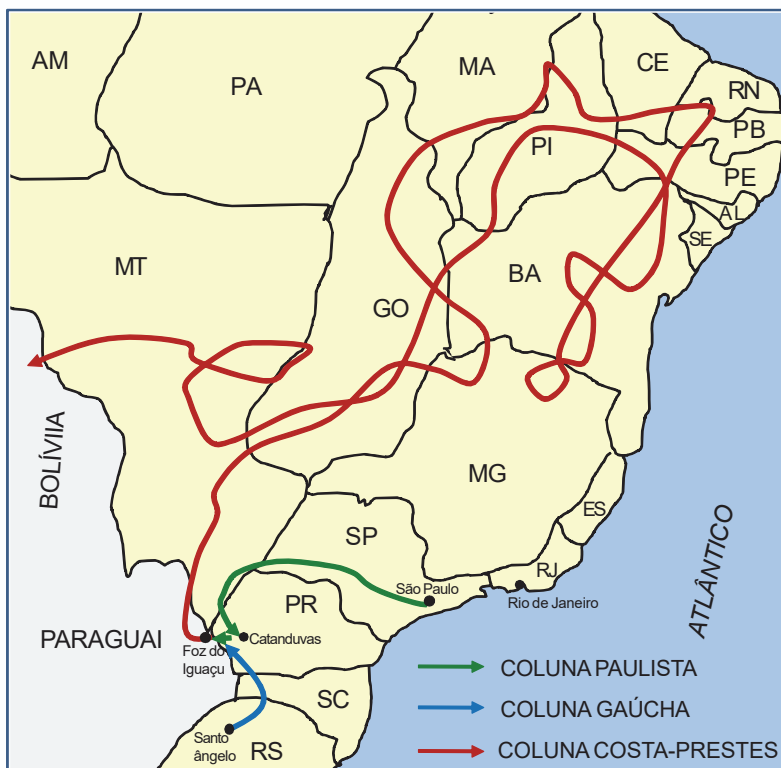
CAVALARIA LEGALISTA

Pressionados pelas tropas legalistas, os rebeldes decidiram abandonar Foz do Iguaçu, passar por território paraguaio, e continuar a luta no Mato Grosso. Formaram a 1ª Divisão Revolucionária, que ficou conhecida como Coluna Costa-Prestes (o General Isidoro deixou o comando e exilou-se na Argentina; foi substituído pelo General comissionado Miguel Costa, que tinha como chefe do estado-maior o então Coronel comissionado Luís Carlos Prestes). Após os rebeldes se retirarem de Foz de Iguaçu, Rondon deu por encerrada a missão das tropas legalistas.

A Coluna Costa-Prestes deslocou-se por dois anos e meio pelo interior do Brasil, procurando levantar a população contra o Governo Federal. Sem sucesso e depois de muitas escaramuças com forças legalistas, seus integrantes exilaram-se no Paraguai e na Bolívia. Quando isso ocorreu, Washington Luís Pereira de Sousa era presidente do Brasil, desde 15 de novembro de 1926.

O governo de Washington Luís foi mais tranquilo do que o do seu antecessor, pelo menos até as eleições para a presidência de 1930. Nestas, ele apoiou para sua sucessão Júlio Prestes de Albuquerque, presidente do estado de São Paulo, e para vice-presidente, Vital Henrique Batista Soares, presidente da Bahia. Presidentes de dezessete

MARCHAS DOS REVOLTOSOS DE 1924



estados apoiaram os candidatos indicados por Washington Luís. Todavia, políticos da oposição e os presidentes dos estados de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba uniram-se, formaram a Aliança Liberal, e lançaram Getúlio Dorneles Vargas, político gaúcho, e João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Presidente da Paraíba, como candidatos à presidência e vice-presidência. Rompiam-se, dessa forma, os arranjos da “política do café com leite”.

Nas eleições de 1º de março de 1930, saíram-se vencedores os candidatos da situação, sob protestos da Aliança Liberal, que alegava ter ocorrido fraude durante as votações. Mesmo assim, o processo sucessório continuou e os oposicionistas pareciam ter se conformado com a derrota. Todavia, muitos líderes civis e militares conspiravam para assumir o governo à força (entre eles vários tenentistas).

Em 26 de julho de 1930, João Pessoa foi assassinado, por razões passionais. Os oposicionistas, contudo, acusaram o Governo Federal de ter instigado o crime. Isso, aliado à insatisfação popular decorrente da crise econômica brasileira (causada pela depressão econômica mundial, iniciada em 1929, com a “quebra” da Bolsa de Nova Iorque), serviu de pretexto para que os políticos da oposição iniciassem um movimento para depor Washington Luís.

O movimento desencadeado pelos oposicionista, conhecido como Revolução de 1930, iniciou-se, em 3 de outubro, nos estados do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Paraíba, e rapidamente espalhou-se para outras unidades da federação. Getúlio, com o apoio de tropas sublevadas, assumiu a liderança do movimento e partiu do Rio Grande do Sul em direção à Capital Federal. Forças de Minas Gerais também iniciaram deslocamentos para o Rio de Janeiro e contingentes da Paraíba passaram a ocupar capitais nordestinas.

Tropas legalistas esperavam deter a coluna gaúcha em Itararé, no estado de São Paulo, onde tudo indicava que iria ocorrer um sangrento combate. O confronto acabou não ocorrendo, pois, no Rio de Janeiro, em 24 de outubro, os ministros militares, General João de Deus Mena Barreto, General Augusto Tasso Fragoso e Almirante Isaías de Noronha, depuseram e prenderam Washington Luís. Os mesmos militares, em seguida, formaram uma junta governativa provisória, que, em 3 de novembro de 1930, passou o poder para Getúlio.

O novo governante passou a presidir provisoriamente o país e interventores assumiram os governos estaduais. O Congresso Nacional e as Assembleias Estaduais foram dissolvidos. Tudo isso deveria perdurar até a elaboração de uma nova Constituição. Todavia, Getúlio postergou a convocação da Assembleia Nacional Constituinte e passou a governar com amplos poderes, amparado pela Lei de Organização do Estado Provisório, instituída pelos líderes da Revolução de 1930. Tal fato não foi aceito por diversas lideranças nacionais, entre elas muitas paulistas, que pleiteavam pela imediata volta da normalidade constitucional, com realização de eleições para a Presidência da República.

MARCHAS DOS REVOLUCIONÁRIOS DE 1930

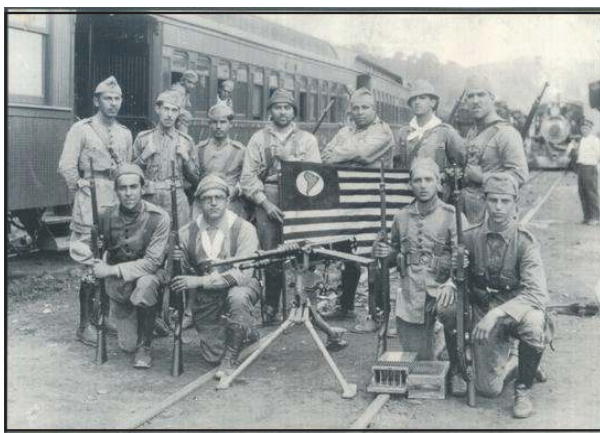


Outros fatos também deixavam tensas as relações entre São Paulo e o Governo Provisório: a antiga oligarquia paulista desejava resgatar a força política que perdera em decorrência da Revolução de 1930, o que era inviabilizado por novas lideranças ligadas a Getúlio, que estavam no poder; muitos políticos de São Paulo buscavam restabelecer a grande autonomia que o estado desfrutava no período de vigência da Constituição de 1891, o que era impedido pela política centralizadora implantada com o movimento de 1930; e a elite paulista, acostumada a dirigir os destinos de seu estado, não aceitava ser governada pelo interventor João Alberto Lins de Barros, natural de Pernambuco.

Diante das pressões, Getúlio nomeou o paulista Pedro Manuel de Toledo em substituição a João Alberto. Porém, tal medida não acalmou os paulistas, que estavam dispostos a travar uma luta armada contra o Governo Provisório para fazer valer os seus pontos de vista.

A morte de quatro jovens paulistas durante uma manifestação, em 23 de maio de 1932, por tropas federais, foi o estopim da revolta que se anunciava. Esta tomou forma em 9 de julho de 1932, quando um movimento armado, denominado Revolução Constitucionalista, eclodiu em São Paulo. A revolta foi comandada pelos Generais Isidoro Dias Lopes e Euclides de Oliveira Figueiredo e tinha em vista a deposição do governo de Getúlio. Houve grande adesão popular ao movimento (40 mil voluntários se apresentaram para lutar) e o estado de São Paulo mobilizou boa parte de seus recursos para a guerra.

Os paulistas esperavam o apoio de outros estados para marcharem até o Rio de Janeiro, onde pretendiam depor Getúlio. Todavia, somente contaram com o apoio de um pequeno contingente militar do Mato Grosso, liderado por Bertoldo Klinger. Nessa situação, o estado de São Paulo foi cercado por tropas legalistas e os constitucionalistas ficaram na defensiva, em três frentes principais: a do vale do Paraíba, a Mineira e a do Sul. Após diversos combates, em 02 de outubro de 1932, as tropas paulistas renderam-se, cientes de que não venceriam as tropas legalistas, que dispunham de ampla superioridade bélica.



SOLDADOS PAULISTAS



REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA - FRENTES PAULISTAS



Mesmo derrotados militarmente, os paulistas se consideraram vitoriosos politicamente, pois, terminada a revolta, Getúlio deu início ao processo de reconstitucionalização do Brasil. Uma Assembleia Constituinte foi eleita, tomou posse em 10 de novembro de 1933, e elaborou a terceira Constituição brasileira (promulgada em 16 de julho de 1934). A Carta estabelecia, entre outros pontos, o sistema federativo, eleições diretas para presidente (exceto para o próximo, que seria indireta), mandato presidencial de quatro anos e o voto secreto para homens e mulheres com mais de 18 anos (exceto analfabetos, mendigos e militares até a graduação de sargento).

Em 1934, Getúlio foi eleito presidente da República, iniciando seu primeiro mandato constitucional, que deveria se prolongar até 1938. Todavia, logo se defrontou com um movimento que ficou conhecido como Intentona Comunista.

Na primeira metade da década de 1930, comunistas brasileiros buscaram implantar no Brasil, a qualquer custo, um regime totalitário, de extrema-esquerda, semelhante ao existente na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Para isso, contaram com a liderança de Luís Carlos Prestes (ex-tenentista que se convertera ao comunismo), com a adesão de alguns militares, e com o apoio da URSS, que desejava instalar um governo títere na América do Sul.

Em 1934, Luís Carlos Prestes, após passar três anos na URSS dedicando-se a estudos marxistas-leninistas, voltou clandestinamente ao Brasil. Havia sido incumbido pelo governo soviético de iniciar uma revolução e instalar um governo comunista. Para apoiá-lo,

o Komintern (órgão controlado pelo Partido Comunista da URSS, destinado a criar uma União Mundial de Repúblicas Soviéticas.) destacou diversos agentes estrangeiros, que se infiltraram no país.

Luís Carlos Prestes passou a organizar o movimento, juntamente com outras lideranças comunistas nacionais e internacionais, no termos da política autoritária do regime soviético, sem articulação com as massas populares. Pressionado pelo Komintern, o movimento foi desencadeado, de maneira atabalhoada, em novembro de 1935, em Natal, Recife e no Rio de Janeiro.

Em Natal, o movimento armado iniciou-se no dia 23 novembro de 1935, quando praças do 21º Batalhão de Caçadores se amotinaram e instalaram um governo comunista. Em Recife, a revolta eclodiu no dia 24, quando militares do 29º Batalhão de Caçadores e do Quartel-General da 7ª Região Militar se rebelaram. Tais revoltas foram prontamente subjugadas por forças legalistas.

O terceiro surto subversivo eclodiu na madrugada de 27 de novembro, no Rio de Janeiro, onde os comunistas prepararam a insurreição em várias unidades militares. O principal foco do movimento foi 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, que foi sublevado pelo Capitão Agildo da Gama Barata Ribeiro. Na ação, trinta militares legalistas foram traiçoeiramente mortos. Todavia, tropas da 1ª Região Militar, comandadas pelo General Eurico Gaspar Dutra, controlaram os motins e prenderam os revoltosos, pondo fim ao movimento.

Diante da instabilidade política do país, Getúlio Vargas instalou, em 1937, um governo autoritário, conhecido como Estado Novo, que perdurou até 1945.

Do fim do Império até a II Guerra Mundial, o Exército viu-se obrigado a intervir em diversos conflitos. Todavia, sempre o fez de acordo com sua vocação democrática, tendo em vista estabelecer a união, a paz e o progresso do Brasil.

CAPÍTULO 7



A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA II GUERRA MUNDIAL

APARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA II GUERRA MUNDIAL

Luiz Emílio Da Cás

“A Força Expedicionária que representou o Brasil nesta sanguinolenta guerra cumpriu galhardamente a missão que lhe foi confiada, mercê de Deus e a despeito de condições e circunstâncias adversas. Num terreno montanhoso, a cujos píncaros o homem chega com dificuldade; num inverno rigoroso que a totalidade da tropa veio enfrentar pela primeira vez e contra um inimigo audacioso, combativo e muito bem instruído, podemos dizer assim mesmo, e por isso mesmo, que os nossos bravos soldados não desmereceram a confiança que neles depositavam os seus chefes e a própria nação brasileira”.

Proclamação do General João Baptista Mascarenhas de Moraes, Comandante da FEB, anunciando a vitória das Forças Aliadas na Europa (maio 1945)

1. Antecedentes

Na Europa

Terminado o grande conflito militar e político de 1914 a 1918; a Alemanha e seus aliados estavam devastados e entraram em uma profunda crise econômica e política que facilitaria o surgimento de partidos políticos de características nacionalistas, socialistas, militares e totalitárias, como as do Partido Operário Alemão (Partido Nazista). Em 1919, o ex-cabo do Exército alemão Adolf Hitler filiou-se ao Partido Nazista. No ano seguinte alcançou a liderança dos nazistas, por sua dedicação, oratória e inteligência. Em janeiro de 1933, o partido nazista venceu as eleições parlamentares, Hitler foi aclamado pelo Parlamento, Chanceler (Primeiro-Ministro) da Alemanha. Após a morte do Marechal Hindenburg, chefe da nação alemã, acumula, também, o cargo de Presidente do país dando início ao III Reich (Terceiro Império Alemão). Em março de 1935, o III Reich decretou a convocação geral das Forças Armadas em todo o país e, na segunda quinzena de outubro, é reinaugurado, por Hitler, o Curso de Estado-Maior do Exército Alemão. No ano seguinte, a Alemanha aumentou seu efetivo de paz para 1.411.000 homens, muito além dos 100 mil permitidos pelo Tratado de Versalhes, sendo que a França, nesse mesmo período, possuía, somente, 628.000 homens em armas. Em março de 1936 o III Reich ocupou militarmente a Renânia, desrespeitando, novamente, aquele tratado. A Inglaterra, após o início da Guerra Civil Espanhola (1936), tomou conhecimento que a Força Aérea Alemã havia atingido um nível de eficiência e um poder igual ao da Real Força Aérea (RAF), reconhecendo o perigo que isso representava para a segurança da Europa. Em março de 1938, depois de uma série de exigências dirigidas ao governo da Áustria, Hitler ocupou o país e o anexou à Alemanha. Em sequência anexou o território dos Sudetos, na Tcheco-Eslováquia. Em março de 1939, prosseguindo com suas conquistas, anexou à Bósnia e a Morávia, com o apoio dos partidos nazistas locais.

Em abril de 1939, a Itália, aliada dos germânicos, invadiu o território da Albânia. Neste mesmo ano, a Alemanha surpreendeu seus antagonistas com a assinatura de um acordo político-militar com a União Soviética (atual Rússia), no qual ficou acertada a divisão da Polônia. Com essa hábil manobra política, a Alemanha não só se fortaleceu como também procurou evitar um novo conflito em duas frentes (leste e oeste).

Em primeiro de setembro de 1939, ocorreu a invasão da Polônia pelos alemães, seguida da anexação de Dantzig, isso provocou a imediata declaração de guerra, por parte da França e da Inglaterra, aos alemães e seus aliados, eclodindo a Segunda Guerra Mundial. Em 16 de setembro, a União Soviética, seguindo os passos da Alemanha, ocupou parte do território polonês. Procurando tirar proveito das condições reinantes no leste europeu, invadiu a Finlândia (novembro de 1939) e anexou a Letônia, Estônia e a Lituânia, mediante acordos de assistência mútua. Em abril de 1940, os alemães invadiram a Dinamarca e a Noruega. A Rússia, apesar de aliada, não viu com bons olhos esta manobra alemã na direção norte. Finalmente, em maio, os alemães iniciaram as hostilidades contra a França, invadindo seu território pela Holanda, Bélgica e Luxemburgo, derrotando o Exército Francês e a Força Expedicionária Inglesa, em pouco mais de cinco semanas de fulminantes batalhas.

No Brasil

O Estado Novo, implantado por Getúlio Vargas em 1937, havia fechado o Congresso, imposto a censura à imprensa, prendido líderes políticos e sindicais e colocado interventores nos governos estaduais. O regime de Vargas apoiava-se em uma Constituição centralizadora e autoritária, que guardava muitos pontos em comum com as ditaduras fascistas da Europa. Com um estilo "populista", Getúlio Vargas montou um poderoso esquema para valorizar seu governo, criando o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), claramente inspirado no aparelho nazista de propaganda, idealizado por Joseph Goebbels, na Alemanha. A "Hora do Brasil", introduzida nas rádios brasileiras, mostrava os feitos do governo e escondia a repressão política praticada contra uma sociedade pouco organizada e pouco esclarecida. Por outro lado, Vargas criou o salário mínimo e instituiu a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dentre outros benefícios de cunho social.

Desde o início da Segunda Guerra Mundial, a ideologia do Estado Novo, apontava para um provável alinhamento com os países do Pacto de Aço (Alemanha e Itália). Vargas, ao comentar a invasão da Polônia pelo Exército Nazista revelava certa simpatia pelo nazismo: “Marchamos para um futuro diverso de tudo quanto conhecemos em matéria de organização econômica, política e social. Passou a época dos liberais imprevidentes, das demagogias estereis, dos personalismos inúteis e semeadores da desordem”. (Fonte - AHN/RJ - Discurso em setembro de 1939).

Houve um momento, logo no início da Segunda Guerra Mundial, em que o Brasil se manteve neutro em relação ao conflito, em decorrência de decisão tomada em outubro

de 1939, pelos chanceleres das três Américas que se reuniram no Panamá, com o propósito de se manterem neutros diante dos graves acontecimentos que agitavam a Europa. O Brasil deveria seguir sua tendência histórica de alinhamento e compromisso com as Américas. Esse fato pesou na decisão, mais tarde, em favor da causa aliada. Na Assembléia de Havana, em julho de 1940, após as invasões da França, da Holanda e da Bégica pelos alemães, os países da América, reafirmando os princípios da "Doutrina Monroe" declararam: "(...) que toda agressão externa contra a integridade, a soberania ou a independência de um Estado americano, seria considerada ato de agressão contra todos" (Fonte - AHN/RJ/Seção Arq MRI).

Um ano após eclodir na Europa, a guerra não ameaçava diretamente o Brasil. A ideologia nazista, contudo, fascinava os homens que operavam o Estado Novo, a tal ponto que Francisco Campos, autor da Constituição de 1937, chegou a propor à embaixada alemã no Brasil a realização de uma "exposição anti-comintern", com a qual pretendia demonstrar a falência do modelo político soviético e enaltecer o III Reich. Mais tarde, o chefe da Polícia Política de Vargas, Filinto Muller, enviou policiais brasileiros para um "estágio" na Gestapo (polícia política nazista). O general Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, participou de manobras do Exército Alemão e propôs romper com a Inglaterra, quando os britânicos apreenderam o navio mercante Siqueira Campos, que trazia armas de fabricação alemã, compradas pelo Brasil.

Existem divergentes interpretações sobre a postura de Vargas frente à eclosão da II Guerra Mundial. A visão tradicional considera-o como um político habilidoso, que protelou o quanto pôde a formalização de uma posição diante do conflito, na medida em que poderia obter ganhos, do ponto de vista econômico, dos dois lados. O grande sonho do Presidente era a industrialização do Brasil. Em 1940, o Ministro Souza Costa publicou um Plano Quinquenal, que previa recursos para: reequipar as ferrovias, a construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, a instalação de uma indústria aeronáutica e a construção de uma grande usina siderúrgica. Outra visão considerava a posição de Vargas, face à Guerra, como expressão de uma contradição, na medida em que o país dependia de forma mais acentuada da economia norte-americana e, ao mesmo tempo, possuía uma estrutura política semelhante à dos países do Eixo. A posição favorável à Alemanha poderia comprometer o desenvolvimento econômico do país, uma vez que os nazistas, apesar de avançarem na Europa, tinham na América do Sul um interesse secundário. Ao contrário, a defesa dos interesses dos EUA, poderia comprometer a política interna do Estado Novo. No entanto, as pressões dos norte-americanos foram intensas, tendo eles utilizado diversos mecanismos, desde a liberação de recursos para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda a um novo modelo de relação bilateral, à "política de boa vizinhança" do Presidente Roosevelt.

As relações entre o Brasil e os Estados Unidos foram marcadas pela evolução da Segunda Guerra Mundial. O Brasil era visto como aliado político e militar de interesse dos americanos. Estes pretendiam instalar bases militares no Nordeste brasileiro que por

sua proximidade relativa com a África assumia grande importância estratégica. O objetivo principal era garantir a defesa do continente de uma possível invasão alemã ou de um de seus aliados. O Nordeste brasileiro se constituía num alvo provável de uma eventual invasão da América e, ao mesmo tempo, representava um local ideal para a partida de aeronaves do continente que se dirigissem para a África, Europa ou União Soviética.

Por outro lado, a extensão territorial e as riquezas naturais do Brasil conferiam ao país uma importância especial dentre todos os países latino-americanos e assumia ainda maior relevo diante da indisfarçável simpatia do governo argentino pelo Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Cerca de um mês após o ataque japonês à Base Aeronaval de Pearl Harbor, no arquipélago do Havaí, em 07 de dezembro de 1941, e no momento em que os norte-americanos desenvolviam um intenso esforço diplomático para obterem a solidariedade das Américas aos Aliados, o Presidente argentino Ramos Castillo declarava à imprensa que seu país não iria à guerra ou promoveria a ruptura de relações diplomáticas com os países do Eixo. Nesse contexto, as relações com o Brasil ganharam maior significação política. O governo de Vargas, por sua vez, rompeu relações com os países do Eixo, em 28 de janeiro de 1942, em solidariedade à Doutrina Monroe e ao Acordo firmado na Reunião dos diplomatas das Américas em Havana-Cuba, em julho de 1940, o qual determinava que, qualquer atentado a países das Américas seria considerado ato de agressão a todos.

No governo brasileiro havia duas correntes de pensamentos: uma francamente favorável ao alinhamento do Brasil com os Aliados e outra favorável a uma posição de neutralidade. Na verdade, o segundo grupo, apesar de "neutro", acreditava ser possível uma vitória militar da Alemanha, e muitos de seus integrantes nutriam simpatias para com os regimes nazi-fascistas. A primeira corrente era liderada pelo Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, e a segunda tinha à frente o General Góis Monteiro.

Durante os debates que precederam a tomada de posição brasileira, o General Góis Monteiro enviou uma carta ao Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, afirmando que o Brasil estava totalmente despreparado para enfrentar a guerra. A afirmação foi endossada pelo próprio Ministro em documento ao Presidente Vargas. Propunha o adiamento do rompimento de relações diplomáticas com o Eixo, alegando não ter a nação condições de garantir sua integridade territorial. O Ministro da Aeronáutica, Salgado Filho, endossou a posição do Ministro da Guerra ao alegar que Força Aérea não dispunha de meios aéreos modernos para fazer frente às possíveis ameaças.

Era real o quadro de extrema fragilidade militar do Brasil, independente das motivações políticas e ideológicas dos chefes militares e políticos. Diante desse quadro, Getúlio Vargas decidiu negociar com os americanos, não somente, o fornecimento de armamento, mas a concessão de créditos e assistência técnica para implantar no Brasil indústrias siderúrgicas e bélicas. Por outro lado, o Conselho de Defesa Nacional dos Estados Unidos manifestara o interesse em importar borracha e minérios estratégicos do Brasil. Os americanos queriam evitar que o Brasil fornecesse quaisquer minérios ou mate-

riais estratégicos aos países do Eixo. Com esse propósito, eles assinaram, em 1941, um contrato de aquisição preferencial desses produtos. Vargas propôs aos americanos a troca desses minerais e da borracha por créditos para assistência técnica, aquisição de armamentos e implantação de projetos industriais. Os fatores econômicos, também, pesaram a favor da aliança com os Estados Unidos, pois a Europa conflagrada diminuiria as importações de café e de matérias-primas brasileiras, restando ao Brasil, praticamente, o grande mercado norte-americano.

No início de 1941, o Congresso dos Estados Unidos havia votado a Lei de Empréstimo e Arrendamento, conferindo poderes ao Chefe do Executivo para vender, transferir, trocar, arrendar e emprestar armamentos e equipamentos a qualquer país, sempre que a defesa dos Estados Unidos assim o exigisse.

Em janeiro de 1942, Vargas enviou aos Estados Unidos o Ministro da Fazenda Souza Costa para definir os acordos de compras, de concessão de créditos e de assistência técnica para a aquisição de blindados, navios antissubmarinos, aviões, armas e munição, além de recursos e tecnologia para implantação de indústrias estratégicas, particularmente da indústria siderúrgica (figura 1). A despeito disso, o Brasil procurou continuar neutro no conflito, mas acabou se chocando com o bloqueio marítimo imposto, simultaneamente, pela Inglaterra e pela Alemanha na Europa e envolveu-se em contenciosos com ambos os países.



Figura 1- Assinatura do Acordo Comercial Brasil - Estados Unidos. O Presidente Roosevelt foi cumprimentado pelo Ministro Souza Costa e por Oswaldo Aranha embaixador do Brasil.

Em 28 de fevereiro de 1942, no exato momento em que se ultimavam os acordos econômicos da Missão Souza Costa, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Jefferson Caffery, endereçava uma carta a Vargas solicitando, em nome do presidente Roosevelt, a permissão para a instalação de bases militares americanas em território nacional.

Em 3 de março, o Brasil e os Estados Unidos assinaram o acordo de Empréstimo e Arrendamento e os acordos sobre as exportações de minério de ferro e borracha, sendo que, no segundo caso, envolvia toda a produção brasileira destinada à exportação, num período de cinco anos.

Outro importante documento firmado pelos dois países, após o rompimento de relações com o Eixo, foi o Convênio Político e Militar, assinado em 23 de maio. Esse Convênio estabelecia as bases para as relações entre os dois países no quadro de guerra, especialmente sobre o emprego de forças militares e econômicas para a defesa do continente, as condições para instalação e operação das bases militares norte-americanas no Brasil e o incentivo a mobilização da indústria bélica, naval e aeronáutica brasileira. Os Estados Unidos deveriam fornecer ao Brasil, além de material bélico já previsto no Acordo de Empréstimo e Arrendamento, equipamentos para a construção de uma rede ferroviária nas zonas possíveis de operação.

2. O Envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial

Declaração de Guerra ao Eixo

Na realidade, o envolvimento do Brasil na Guerra iniciou-se em março de 1941, quando ocorreu o primeiro incidente de guerra, bem antes do rompimento das relações diplomáticas com o Eixo. O navio mercante Taubaté, que navegava entre Chipre e Alexandria, no mar Mediterrâneo, fora bombardeado e metralhado por um avião da Luftwaffe. Apesar da morte de um tripulante, do ferimento de outros treze e dos protestos da diplomacia brasileira, o governo alemão mostrou-se insensível ao fato.

Após o rompimento com o Eixo, o Exército guarneceu zonas sensíveis à agressão ao longo do litoral brasileiro, a Armada e a Força Aérea intensificaram o patrulhamento da costa e o serviço de escolta aos comboios navais. Outros incidentes menores continuaram acontecendo até que o Brasil foi vítima da campanha submarina alemã, no Atlântico. O navio mercante brasileiro Cabedelo foi o primeiro a desaparecer, em fevereiro de 1942, torpedeado pelos alemães, quando se dirigia da Filadélfia (EUA) para o porto de Cabedelo (Paraíba). Daí até a declaração de guerra à Alemanha e à Itália, em 22 de agosto desse ano (figura 3), mais dezoito navios mercantes brasileiros foram afundados pela ação naval alemã. Depois dessa data, outros doze foram afundados, totalizando, aproximadamente, um terço da Marinha Mercante Brasileira e provocando a morte ou o desaparecimento de 971 pessoas, dentre tripulantes e passageiros.

Em 27 de agosto, a Comissão Militar Mista de Defesa Brasil - Estados Unidos, reunida em Washington deliberou sobre como seria a participação militar brasileira na guerra. Destacam-se, dessas decisões, o envio de um Corpo de Exército, a três Divisões de Infantaria (DI), mais os elementos de apoio, à África ou à Europa, com organização igual às adotadas pela doutrina militar norte-americana. Também, seria enviado um Grupo de Caça da FAB ao teatro de operações (TO). Os Estados Unidos forneceriam o material bélico e os artigos de subsistência pelo "Lend Lease", com a previsão de 50% do material de uma DI ser entregue no Brasil para treinamento das Divisões brasileiras, e ofereciam estágios de instrução militar para oficiais brasileiros nos EUA e o envio de militares norte-americanos como instrutores para o Brasil.



Figura 2 - Manifestações em favor da entrada do Brasil na II GM.



Figura 3 - Reunião do Gabinete que declarou guerra ao Eixo.

A Mobilização Nacional

O Brasil passava por séria crise econômica desde a década de 1930. O Chanceler Oswaldo Aranha já havia recomendado ao Presidente Vargas medidas para a mobilização do país, relativas ao apoio da opinião pública, à economia de combustíveis e de trigo, à regularização dos vencimentos de obrigações internacionais, à constituição de estoques de produtos indispensáveis e à proibição da exportação de minério de ferro. Essas medidas, apesar de necessárias, foram estabelecidas de forma bastante reduzida.

A Guerra desestruturou os mercados internacionais e trouxe consequências para o Brasil. As importações diminuíram assustadoramente, quase asfixiando o país, que era dependente de produtos industrializados e de certas matérias-primas. Com relação às exportações, estas cresceram em quantidades brutas, aumentando em valor e diversificação. Para os Estados Unidos, o Brasil passou a exportar, com exclusividade, além do café, matérias-primas estratégicas de origem vegetal e mineral, tais como: borracha, babaçu, cera de carnaúba, quartzo, mica, berilo e outros minerais.

O Presidente Vargas decidiu nomear um coordenador para a mobilização econômica e determinou a criação da Coordenação da Mobilização Econômica, em no-

vembro de 1942, encarregada de transformar a economia de paz numa economia de guerra e capaz de atender às novas necessidades impostas pelo conflito.

Na indústria, a capacidade produtiva estava aquém das necessidades, principalmente a siderúrgica, pois o Brasil contava com poucos altos-fornos, todos a carvão vegetal. No esforço de guerra, além da Usina de Volta Redonda, comprada dos americanos, iniciou-se a construção de novos fornos em Minas Gerais e São Paulo, para a produção de ferro gusa, estas usinas só ficaram prontas após a guerra, mas demonstram o esforço e a evolução da indústria brasileira, no período. As demais fábricas produziram excedentes que auxiliaram no esforço de guerra.

Na lavoura, o café e o algodão eram os esteios da economia. No entanto, a carência de alimentos era notória, e coube às Comissões de Abastecimento Estaduais, regular o racionamento e os preços em suas regiões administrativas.

O setor de transportes, por suas deficiências, foi um dos mais sacrificados, tanto pelos afundamentos sofridos pela Marinha Mercante, bem como pela escassez de combustíveis sólidos e líquidos que dependiam de importação. No ferroviário, a solução foi substituir o carvão vegetal pela queima de lenha. No transporte rodoviário, foi necessário o racionamento, apesar da adaptação de muitos veículos ao uso do "gasogênio" (combustível alternativo para automóveis).

A mobilização de mão-de-obra limitou-se aos esforços destinados a atender às Forças Armadas e às extrações de borracha e minerais estratégicos. A "Batalha da Borracha" exigiu a criação do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, destinado a recrutar mão-de-obra ("os soldados da borracha") no Nordeste e transportá-la para as áreas extrativistas, no Amazonas e Acre.

Em resumo, as principais atividades no campo da mobilização econômica foram: o deslocamento de substancial parcela do comércio exterior da Europa para a América do Norte; o racionamento do consumo e o tabelamento dos preços; a ampliação do parque industrial; a intensificação da lavoura e da indústria extrativista; a adaptação dos sistemas de transportes aos novos tipos de combustíveis; a mobilização de mão-de-obra; o fornecimento de materiais estratégicos aos Estados Unidos; a aquisição de fundos para financiamento dos gastos relacionados à guerra; e a organização de entidades para o controle dos serviços.

As Forças Armadas Brasileiras estavam desaparelhadas para atenderem aos imperativos de uma guerra moderna e estranha ao país. Elas tiveram seus planos e órgãos reestruturados e a mobilização militar foi intensa. Nessa época, o Exército contava com um efetivo aproximado de 60 mil homens, sua organização, instrução e doutrina de emprego obedeciam aos regulamentos de característica francesa. Os armamentos e equipamentos, na sua grande maioria de procedência estrangeira, eram antiquados e em número insuficiente para atenderem às novas exigências. Para fins de comparação, é interessante observar que, pouco antes da guerra, o Exército Norte-Americano encontrava-se em

idênticas condições de preparo, possuíam não mais que 130 mil homens no serviço ativo, repartidos por três divisões de infantaria (DI) completas, seis DI parcialmente organizadas, duas divisões de cavalaria (DC) com os seus efetivos pela metade e nenhuma divisão blindada (DB), embora existissem algumas unidades de carros-de-combate (CC), e cerca de 1100 aviões de combate.

A Marinha de Guerra do Brasil, com um efetivo de 14 mil homens, dispunha de dois encouraçados, dois cruzadores, sete contratorpedeiros, um submarino, um navio-tanque e navios menores de apoio. Na sua maioria eram navios velhos e obsoletos. A sua doutrina e instrução, ao contrário do Exército, obedecia, em tudo, às características da Marinha de Guerra Norte-Americana, uma das mais poderosas da época.

A Aviação Militar (EB) e a Naval (MB), unificadas na Força Aérea Brasileira (FAB), após a criação do Ministério da Aeronáutica, em janeiro de 1941, também se ressentia da falta de aparelhos e equipamentos modernos. Seus meios operacionais eram uma centena de caças Vultée V 11 e algumas aeronaves de transporte, havendo a necessidade de substituí-los por equipamentos mais modernos.

Os arsenais e as fábricas militares produziam poucos explosivos, munições, armamentos e equipamentos para o Exército, montavam navios ligeiros para a Marinha de Guerra e aviões de treinamento e de transporte para a Força Aérea.

A idéia de mobilizar as Forças Armadas só se tornou realidade quando as ameaças do conflito começaram a se aproximar das costas brasileiras (1941), tornando-se imperativo apelar para o parque industrial dos Estados Unidos, único país, naquele momento, capaz de atender às necessidades brasileiras. Assim, o Brasil conseguiu adquirir grande parte dos equipamentos e munições necessários para a defesa do território e do litoral.

O Exército recebeu material para equipar uma divisão blindada (DB), uma divisão motorizada (DIMtz), meia divisão de infantaria (DI), dois regimentos de artilharia antiaérea (RAAAe), quatro batalhões anticarros, além 150 peças para a artilharia de costa e equipamentos para construção e manutenção de estradas. A Marinha de Guerra adquiriu dezesseis navios caça-submarinos, oito contratorpedeiros de escolta e um navio de transporte. A Força Aérea recebeu três grupos aéreos, equipados com aparelhos de reconhecimento dos tipos: Ventura, Hudson e Catalina, e um grupo de bombardeiros médios, equipado com a "Fortaleza Voadora B-25". Nesses reaparelhamentos não estão incluídos os esforços realizados para equipar a Força Expedicionária Brasileira e o 1º Grupo de Caças, que atuaram na Itália, a partir de 1944.

No campo interno, realizaram-se algumas medidas complementares de vulto, como a montagem, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e em estaleiros privados, de três contratorpedeiros, seis caça-submarinos, nove destroiers, dois monitores e sete corvetas para a Esquadra Brasileira e a instalação da Base Naval de Natal, como também, a reforma e construção de novos quartéis e estabelecimentos, para abrigarem os novos efetivos incorporados.

A mobilização de pessoal para as Forças Armadas foi dificultada pela precariedade e pela insuficiência das reservas disponíveis. A Marinha solucionou, parcialmente, o problema empregando os quadros de terra para mobiliar os novos navios e criou, em Natal, um Centro de Formação de Reservistas.

A Aeronáutica convocou pilotos civis brasileiros em formação nos Estados Unidos. Criou Centros de Preparação de Oficiais da Reserva no Rio, São Paulo e Porto Alegre, e aumentou as matrículas na Escola de Aeronáutica dos Afonsos. Estimulou o acesso de candidatos à Escola de Especialistas da Aeronáutica para mecânicos de voo e contratou, nos Estados Unidos, uma escola técnica para a formação dos especialistas de terra, que foi instalada em São Paulo.

O Exército preencheu os claros de oficiais, fruto do aumento dos efetivos para 180 mil homens, com a promoção de oficiais aos postos seguintes, completando os claros abertos nos escalões inferiores com a formação de novos profissionais, na Escola Militar e nos Centros e Núcleos de Formação de Oficiais da Reserva (CPOR/NPOR), e foi fechada, temporariamente, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), em Deodoro. A formação dos graduados passou a ser feita em massa pelas unidades, e a de especialistas, nos Centros de Instrução Especializada, destacando-se o da 1ª RM. Só no Nordeste os efetivos passaram de seis mil homens para 50 mil. Tudo isso custou ao Brasil o equivalente a cinco vezes a receita anual da União, na época.

O esforço de guerra brasileiro permitiu, também, que os norte-americanos construíssem no Norte e Nordeste (Belém, Fortaleza, Natal, Recife e Salvador) bases aéreas e navais, ao lado das antigas instalações nacionais ali existentes e destinadas a dar melhor cobertura aérea e naval ao continente americano. Porém, com a rápida evolução dos acontecimentos, estas bases transformaram-se em vitais pontos estratégicos para a garantia das operações aliadas na África e na Europa. Mais tarde, essas bases foram incorporadas ao patrimônio nacional. A Base Aérea de Parnamirim (Natal - RN) teve tanta importância para o esforço de guerra aliado que acabou sendo chamada de: "O trampolim da vitória".

3. A Participação da Força Expedicionária Brasileira na Guerra

A organização

Em agosto de 1943, iniciou-se a organização da Força Expedicionária Brasileira (FEB) composta da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE) e de outras duas DIE para janeiro de 1944. Contudo a organização dessas duas últimas foi cancelada, após o embarque do 1º Escalão para a Itália, em julho de 1944. A FEB foi constituída da 1ª DIE e de órgãos não divisionários (OND) (figura 4), sendo designado Comandante da FEB e da 1ª DIE, cumulativamente, o General João Batista Mascarenhas de Moraes.

Os órgãos não divisionários (OND) foram chefiados pelo General Olímpio Falconiére da Cunha (Inspetor Geral) e estavam compostos de: estado-maior da zona de interior (Rio de Janeiro), seção de saúde, agência do Banco do Brasil, depósito de intenção, depósito de pessoal, serviço postal e seções de justiça.

A 1ª DIE (Figura 5) foi organizada, conforme o modelo norte-americano, em tropa especial (Tr Esp), infantaria divisionária (ID), artilharia divisionária (AD), batalhão de engenharia (BE) e batalhão de saúde (BS). A tropa especial foi constituída por elementos de apoio e um esquadrão de reconhecimento (Esqd Rec). Por constituírem novidades na estrutura divisionária brasileira, muitas organizações militares (OM) tiveram que ser criadas para atender à FEB. O Boletim do Exército (BEx), de 23 de agosto de 1943, publicou a criação dessas novas OM; o 1º Esquadrão de Reconhecimento Motomecanizado (1º Esqd Rec), a Companhia do Quartel-General (Cia QG/1ª DIE), a Companhia de Manutenção (Cia Mnt), a Companhia de Intendência (Cia Int), o Pelotão de Polícia Militar (Pel PM - que teve por base elementos da Guarda Civil de São Paulo), a Companhia Comando (Cia Cmdo), a Companhia de Transmissões (Cia Trans), a Banda de Música e o Destacamento de Saúde (Dst S).

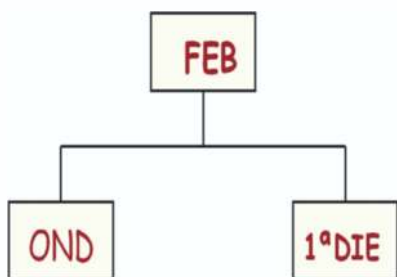


Figura 4 - Organização da FEB.

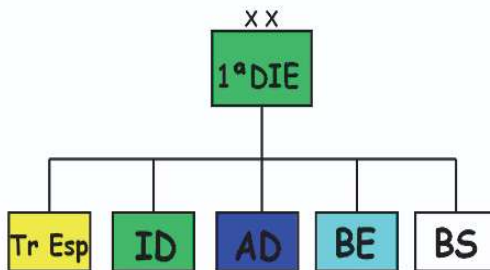


Figura 5 - Constituição da 1ª DIE.

A Infantaria Divisionária (ID) (Figura 6) foi comandada pelo General Euclides Zenóbio da Costa e tinha um efetivo total previsto de 9.796 homens, com três Regimentos de Infantaria (RI), compostos de uma companhia comando (Cia Cmdo), uma companhia de saúde (Cia S), uma companhia de serviços (Cia Sv), uma companhia de obuses (Cia O - com seis peças 105 mm), uma companhia de canhões anticarro (Cia Can AC - com nove Can AC 57 mm) e três batalhões de infantaria (BI). Estes eram compostos de uma companhia de comando (Cia Cmdo), uma companhia de petrechos pesados (Cia PP - dotada de metralhadoras .30 e .50 e Morteiros 81 mm) e três companhia de fuzileiros (Cia Fuz) a três pelotões de fuzileiros (Pel Fuz). Os Regimentos eram o 1º RI (Regimento Sampaio - Rio de Janeiro - DF), o 6º RI (Regimento Ipiranga - Caçapava - SP) e o 11º RI (Regimento Tiradentes - São João Del Rei - MG).

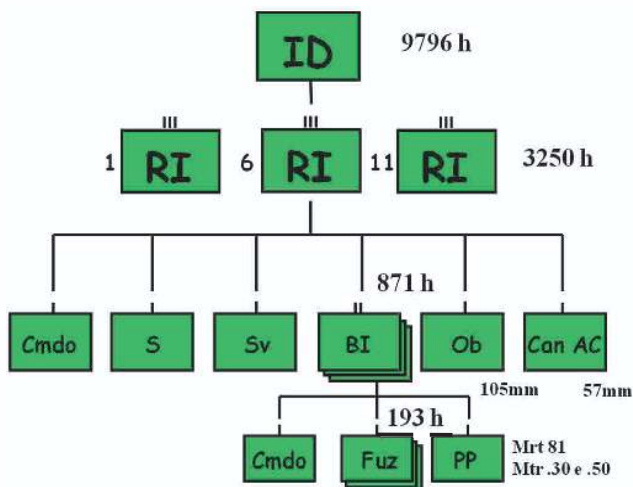


Figura 6 - Constituição da Infantaria Divisionária da 1ª DIE.

A Artilharia Divisionária (AD) (Figura 7) foi comandada pelo General Oswaldo Cordeiro de Farias e era composta de uma bateria comando (Bia Cmdo), um destacamento de saúde (Dst S), um grupo de obuses autorebocados de 155mm (4º GO) e três grupos de obuses autorebocados de 105mm (1º, 2º e 3º GO). Os grupos de obuses eram compostos de uma bateria comando, uma bateria de serviço (Bia Sv) e três baterias de obuses (Bia O), totalizando 12 obuses 155mm no 4º GO; e nos demais GO, 12 obuses 105mm por grupo. Compunha, ainda, a AD, uma esquadrilha de ligação e observação da FAB (1ª ELO), dotada de 10 aeronaves Piper Cub L 4H.

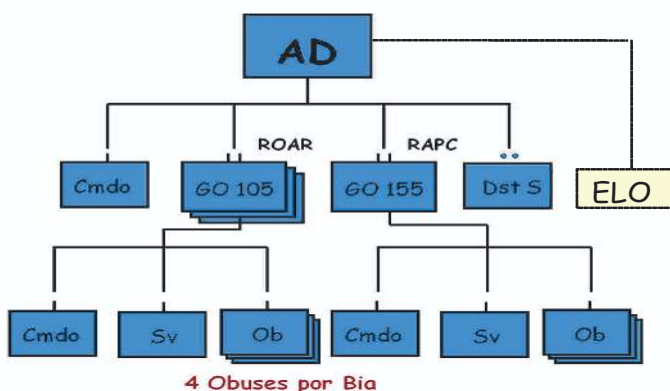


Figura 7 - Constituição da Infantaria Divisionária da 1ª DIE.

A Engenharia da FEB foi composta de um batalhão de engenharia (de combate), o 9º Batalhão de Engenharia (Aquidauana - MS) (Figura 8), com uma companhia de comando e serviço (Cia C Sv), um destacamento de Saúde (Dst S) e três companhias de engenharia (Cia E); na sua dotação de material, destacam-se 14 botes de assalto M2, 18 botes pneumáticos, 12 botes de reconhecimento e 6 tratores 6 Ton. E o Batalhão de Saúde (Figura 9) era composto de uma companhia de triagem (Cia Trg) e 3 companhias de evacuação (Cia Ev).

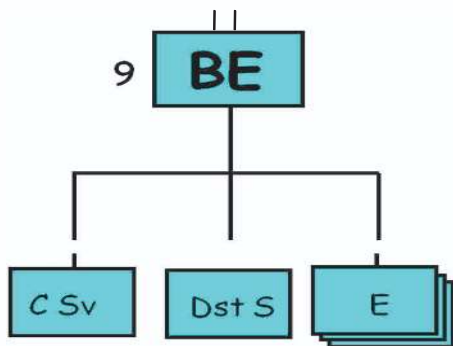


Figura 8 - Constituição do 9º Batalhão de Engenharia.

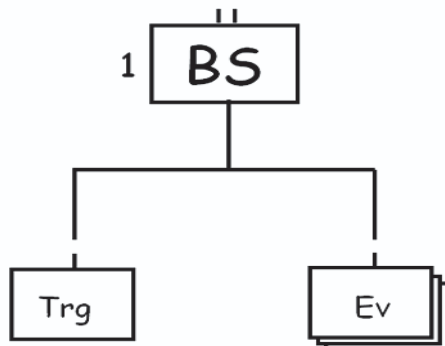


Figura 9 - Constituição do Batalhão de Saúde.

A 1ª DIE adotava na sua organização as modificações decorrentes dos ensinamentos colhidos pela Missão Brasileira de Reconhecimento na África do Norte (MBRAN), sendo, portanto, diferente da organização norte-americana de 1942. Com os meios de que dispunha, sua mobilidade tática era assegurada por 1.410 viaturas motorizadas, que possibilitavam o deslocamento de um terço do seu efetivo.

A estrutura da Divisão de Infantaria permitia: realizar operações de pequena envergadura contra elementos terrestres de qualquer natureza ou aéreos (em vôo baixo); atacar qualquer objetivo terrestre numa frente normal de 3000 metros por RI; defender um setor de 2500 a 5000 metros por RI; e realizar pequenas operações de transposições de cursos d'água.

Os oficiais do Estado-Maior da 1ª DIE, em sua maioria, eram antigos e conceituados instrutores da Escola de Estado-Maior do Exército, sendo, o Chefe do EM o Cel Floriano Lima Brayner, o E2 (inteligência) o Ten Cel Amaury Kruehl e o E3 (instruções/operações) o Ten Cel Humberto De Alencar Castelo Branco. Para o comando das unidades da FEB foram convocados oficiais com grande vivência em ações de emprego da Força nas lutas internas e possuidores do Curso de Comando e Estado-Maior.

A seleção, a mobilização e concentração da FEB

A seleção para o comando das subunidades da FEB constituiu-se num sério problema, porque o quadro de capitães do Exército estava envelhecido. Foram comissionados no posto de capitão, primeiros-tenentes das turmas de 1936 e 1937, renovaram-se os quadros, com as desvantagens de se ter capitães inexperientes e não possuidores o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais no comando das subunidades. Esta medida obrigou a convocação de tenentes e, até mesmo de aspirantes-a-oficial, recém-formados na Escola Militar, para o comando dos pelotões, esbarrando-se, outra vez, no problema da inexperiência para o combate. Com relação ao emprego de oficiais da reserva de 2ª classe (reserva não remunerada ou R2), eles eram, na FEB, 3% dos capitães e 36% dos tenentes. Como citou o Ten Cel Manoel Thomaz Castelo Branco: "a FEB ficou entregue ao tirocínio e à prudência dos chefes e ao entusiasmo dos subalternos". Eram experientes, não em operações de guerra convencional de vulto, mas em ações militares de defesa interna, onde puderam desenvolver atributos essenciais à liderança e ao comando de forças em campanha militar.

A mobilização dos efetivos da FEB esbarrou em problemas de difícil solução, que acabaram se tornando ensinamentos para as reformas do sistema de mobilização no pós-guerra. A reserva estava desprovida de pessoal especializado para fazer face aos novos armamentos e equipamentos que seriam empregados nas operações. Num país com população pobre e com baixa higidez física, a alta percentagem de incapazes para o serviço (em especial por problemas dentários e psicológicos) obrigou as Comissões de Inspeção ao abrandamento dos critérios, para ampliar o universo de selecionados. Esse fato produziu consequências indesejáveis, como soldados sem as mínimas condições físicas ou de saúde. Pelo mesmo motivo, a seleção intelectual foi insatisfatória em diversos aspectos, já que foram incorporados centenas de analfabetos, que não atendiam às exigências para lidarem com equipamentos sofisticados. Os rodízios e substituições excessivos dos elementos incorporados, motivados por interesses pessoais ou de fundo afetivo/emotivo, sobrecarregou a administração e retardou o início da instrução. A falta de preparação psicológica do país para a guerra prejudicou o voluntariado e agravou o quadro. Foram convocados reservistas de todo o Brasil, sendo a maioria da Região Sudeste.

Inicialmente, a concentração da FEB estava prevista para a cidade de Resende - RJ, entretanto, devido às dificuldades de recursos e de tempo, acabou sendo efetuada em diferentes pontos do Distrito Federal (Rio de Janeiro - RJ). A tropa expedicionária teve que ocupar instalações e quartéis, sem desalojar as unidades que as ocupavam, ou instalar-se em quartéis construídos emergencialmente. Tal situação gerou óbices, porque OM com acomodações para 2.000 homens receberam até 3.500, criando um ambiente interno desconfortável e desagradável. A disciplina ficou prejudicada pelo congestionamento de tropas, as quais estavam vulneráveis à ameaça de grupos de pressão e de

propaganda desagregadora e difamatória como os "5ª coluna" (elementos pró-Alemanha nazista). A proximidade da zona de concentração com os subúrbios do Rio e o fácil acesso a São Paulo e Minas Gerais levaram a constantes fugas de soldados, desejosos de rever suas famílias, após longos períodos de instrução e sem dispensas previstas.

A instrução no Brasil

A Diretiva Geral, de 27 de dezembro de 1943, do Comandante da FEB, previu que a instrução no Brasil seria desenvolvida da seguinte forma:

(...) Subseqüente à fase de reorganização de alguns Corpos de Tropas e à formação de outros, de 10 de janeiro a 1º de junho de 1944, comportaria, em princípio, duas fases. Na 1ª Fase - Depois de terminada a revisão aprofundada da instrução individual, que abordaria: instrução básica individual, instrução dos graduados, instrução peculiar das Armas ou Serviços, formação de especialistas e instrução da tropa. Tinha como objetivo principal, o adestramento e emprego das frações elementares das Armas. Na 2ª Fase - O objetivo principal consistiria no adestramento e emprego das subunidades de cada Arma, fazendo-se também este no âmbito da unidade imediatamente superior. O Esquadrão de Reconhecimento e a Companhia de Transmissões, nesta fase, não deveriam ultrapassar o emprego de suas frações constitutivas. No fim deste período, os Corpos de Tropas já deveriam ter estabelecido uma situação homogênea de instrução para todos os seus elementos. (transcrição, adaptada, de documento da FEB/AHEX)

No que se refere à instrução comum, o Marechal Mascarenhas de Moraes, assim se referiu em seu livro, "A FEB pelo seu Comandante": "O adestramento militar teve que começar pelo que havia de mais elementar na instrução individual". Isto se devia à carência de reservas preparadas adequadamente e prontas para mobilização e emprego.

Quanto aos quadros, o problema crucial para a instrução ficou bem retratado na observação de Manoel Thomaz Castelo Branco: "cada oficial ou graduado trazia suas convicções, sua bagagem cultural, seus hábitos decorrentes da doutrina militar francesa adotada pelo Exército Brasileiro desde a I GM, de modo que não foi simples desfazer-se desse lastro em proveito do outro".

Para superar a carência quase completa de especialistas na reserva convocada, foram executados cursos específicos na FEB e no Centro de Instrução Especializada da 1ª RM. Esses cursos visavam à formação de motoristas, mecânicos de viaturas, enfermeiros, operadores e mecânicos de rádio, telegrafistas, telefonistas, cozinheiros, dentre outros. Mesmo assim, as necessidades não foram totalmente cobertas e muitas unidades entraram em combate sem alguns de seus especialistas, substituindo-os por curiosos ou práticos.

No tocante à instrução da tropa, notas de instrução sobre a Doutrina de Emprego do Grupamento Tático (GT) foram elaboradas e distribuídas, já que o aprendizado e a perfeita compreensão do emprego desse novo aspecto da Doutrina Militar, foi uma preocupação constante do comando da FEB. Esta preocupação possibilitou a absorção de diversos ensinamentos a respeito do GT, enfatizando-se que o GT compreende frações de todas as armas, seja antes da ação, seja em curso da mesma; exige íntima cooperação de grupamentos mistos de infantaria e carros; pode cumprir missões de destacamento de segurança ou exploração na ofensiva, de contra-ataque, na defensiva, e de escalão de retraimento ou de retaguarda, na retirada. Também foram incorporados diversos ensinamentos a respeito da Divisão de Infantaria norte-americana (DI), a grande unidade básica de combate do Exército dos EUA.

Com a proximidade do embarque, o comando da FEB expediu ordens sigilosas no sentido de que fossem realizadas instruções de embarque e desembarque em transportes ferroviários e marítimos.

Um balanço da instrução da FEB no Brasil demonstra que ela esbarrou em problemas de diversas ordens: falta do material norte-americano; pequeno número de instrutores (formado por 30 militares brasileiros que haviam estagiado nos EUA e alguns norte-americanos, que não falavam o português); empirismo e autodidatismo (decorrente da profusão de novas publicações a respeito da doutrina militar norte-americana e das dificuldades do Estado-Maior do Exército em traduzir e divulgar os novos manuais); falta de Centros de Instrução adequados (o Campo de Instrução de Gericinó e o Centro de Instrução Especializada tinham que ser divididos com tropas não expedicionárias) e excesso de visitas de autoridades brasileiras e norte-americanas. A instrução ficou limitada à ordem unida, à educação física, às marchas e à instrução geral. Tudo isso prejudicou o rendimento, a instrução e o adestramento da tropa. O treinamento de emprego do Grupamento Tático acabou ficando restrito a um único grande exercício no terreno.

Os pontos culminantes da preparação da FEB, no Brasil, foram: um grande desfile realizado no Rio de Janeiro, com a tropa sem o armamento e o equipamento que seria usado na Itália e uma demonstração de tiro da AD, no Campo de Instrução de Gericinó, na Vila Militar (Deodoro - Rio de Janeiro - RJ), assistida pelo Presidente Getúlio Vargas. Em resumo, as palavras do próprio Marechal Mascarenhas de Moraes definem muito bem a situação de instrução da FEB ao partir do Brasil para sua missão, na Itália: “(...) seus 3 primeiros escalões de embarque, integrantes da 1ª DIE, chegaram à Itália com o treinamento incompleto e inadequado, e os 2 últimos partiram do Brasil, praticamente, sem instrução”.

O deslocamento e a situação na Itália

Diante da precariedade da instrução no Brasil, partir rumo ao TO europeu, onde haveria condições, recursos e facilidades, representou uma oportunidade para o desenvolvimento da instrução. Dessa forma, a FEB embarcou para a Itália em cinco esca-

lões sucessivos, com aproximadamente 5 mil homens, cada um. O primeiro partiu em 02 de julho de 1944, comandado pelo Gen Zenóbio da Costa, e com a presença do Gen Mascarenhas a bordo (Figura 10). O segundo e o terceiro escalões embarcaram em 22 de Setembro; o quarto, em 23 de novembro; e o quinto e último, em 08 de fevereiro de 1945, com maioria do efetivo formado por militares do Depósito de Pessoal.



Figura 10 - O 1º escalão da FEB a caminho da Itália.

A Situação da Itália, Anterior à Chegada da FEB

Após os sucessos do norte da África e da Sicília, até setembro de 1943, o novo passo das forças britânicas e norte-americanas foi na direção do território italiano. A situação na Península Itálica, nos últimos meses antes da chegada da FEB, foi favorável aos Aliados, que avançaram progressivamente em direção ao norte.

Com a queda de Mussolini, os alemães, a partir de 8 de setembro, assumiram o controle da situação na Itália, inclusive das operações que vinham se processando na Calábria, contra as forças do VIII Exército Britânico (VIII Ex GB), desembarcadas na península desde o dia 3 de setembro. No mesmo mês, o V Exército Norte-Americano (V Ex NA) desembarcou nas praias de Salerno. A batalha do litoral foi dura, mas vencida pelos Aliados, o que lhes deu condições de, posteriormente, conquistar Roma e prosseguir para o norte.

No encalço do inimigo, sempre com o V Ex NA à esquerda e o VIII Ex GB à direita, constituindo, ambos, o XV Grupo de Exércitos Aliados (XV G Ex) tinha como objetivo essencial a região de Bolonha, grande centro de comunicações no vale do rio Pó e, para isso, aqueles Exércitos deveriam cerrar sobre a linha Pisa-Florença-Rimini, conquistando Pistóia e Florença. O V Ex NA recebeu a missão de conquistar a região de Pisa-Lucca-Pistóia. Na sua progressão para o norte, em 04 de agosto de 1944, os Aliados atingiram o rio Arno e ameaçaram Florença, o que os levou ao sopé dos Apeninos,

cujas cristas erguiam-se ameaçadoras do outro lado do Arno. A nova fase das operações seria, pois, a conquista de Florença, base para as futuras ações, bem como a redução da Linha Gótica (denominação dada à posição defensiva alemã dos Apeninos) para, em seguida, cair sobre o grande objetivo do XV G Ex: a cidade de Bolonha.

Ao chegar à Itália, a FEB se deparou com uma situação extremamente desfavorável para as Forças Aliadas, que haviam perdido enormes efetivos em função das necessidades de tropas para as operações na França e na Grécia. Naquele momento, as Forças Aliadas contavam, na Península Itálica, com 20 divisões, enquadradas pelo XV G Ex Aliado, comandado pelo Gen britânico Sir Harold Alexander, contra 26 Divisões alemãs e 2 italianas, pertencentes ao Grupo de Exército do Marechal Albert Kesselring, um dos maiores especialistas em operações defensivas da Alemanha. O aparente equilíbrio de forças em termos de efetivos era rompido quando consideradas as vantagens que as forças do Eixo tiravam do terreno acidentado e extremamente favorável às operações defensivas. Tal situação iria empenhar a FEB em largas frentes, em missões diversificadas e além de suas possibilidades materiais, a despeito das dificuldades de sua preparação e de seu treinamento.

A preparação na Itália

Durante o primeiro mês após o desembarque, quando o 1º escalão esteve em Bagnoli, na periferia de Nápoles (Figura 11), pouco se avançou no adestramento militar, pelo atraso na entrega do material bélico necessário. Por isso, visando manter a forma física, a disciplina e a coesão, foram feitas práticas desportivas, marchas, ordem unida e instrução geral.

Em 04 de agosto de 1944, já em Tarquínia (ao norte de Roma), o 1º escalão foi incorporado ao V Ex NA, e no 4º Corpo de Exército Norte-Americano (4º CEx NA), articulando-se da seguinte forma: Comando e escalão avançado do QG 1ª DIE, a cargo do Gen Mascarenhas de Moraes e Tropa Especial e Grupamento Tático (GT), ao comando do Gen Zenóbio da Costa (Figura 12).

Somente após o recebimento do material bélico a FEB pode, finalmente, dar início à sua instrução na Itália, envolvendo a montagem e o manuseio dos novos armamentos individuais e coletivos e exercícios de tiro com armamento individual e coletivo. (Figura 13 e 14).

Especial importância foi dada à formação e treinamento de motoristas. Criou-se uma escola para esse fim, já que, devido à grande dificuldade imposta pelas más condições das estradas, aliada ao despreparo dos motoristas, grande percentagem de baixas na FEB foi ocasionada por acidentes com viaturas.

No que se refere à instrução de oficiais e graduados, foram realizados estágios na linha de frente, das 34ª e 88ª DI NA e, ainda, cursos para capitães e tenentes na Escola Americana de Treinamento e Comando de Pelotão (Leadership and battle training school)

em Santa Ágata Dei Gotti, Caserta (sul de Vada). Um fato curioso refere-se aos uniformes dos brasileiros, que tinham uma cor muito parecida com a dos uniformes alemães, isso causou alguns sustos e problemas, quando os oficiais e graduados se apresentaram para seus estágios na linha de frente. Mesmo com as dificuldades da língua, todos se saíram muito bem e muitos receberam elogios dos instrutores e observadores militares norte-americanos.



Figura 13 - Instrução de tiro com armamento individual.



Figura 14 - Instrução de arma coletiva.

O exercício de combate em Vada

O último exercício de combate, antes da entrada da FEB em ação, teve início em 10 de setembro de 1944, com a duração de 36 horas. Constatou-se de uma marcha de 36 quilômetros e de um ataque coordenado do 6º RI com o apoio de fogo do 2º GO. Participaram cerca de 4.000 militares brasileiros e a arbitragem ficou a cargo de 270 oficiais norte-americanos.

Um fato envolveu o então Capitão Ernani Ayrosa da Silva, durante a execução do exercício em Vada, quando da preparação de sua subunidade, ele foi criticado pelo Cel Matheus (assessor norte-americano), nos seguintes termos: "com este exercício o senhor naturalmente irá para Hollywood fazer filmes, mas não irá para a guerra". O Capitão percebeu que todo o desencontro consistia na aplicação dos princípios da doutrina militar francesa para o ataque. De acordo com essa doutrina, identificando o inimigo, fazia-se uma neutralização com fogos e, em seguida, partia-se para o ataque frontal. Pela doutrina norte-americana, identificava-se o inimigo, realizava-se uma neutralização, a seguir, a tropa, evitando os fogos diretos, atacava os flancos da posição inimiga. Decidiu o Capitão que, para o último ensaio, as armas coletivas que apoiariam o movimento de desbordamento teriam seus tiros regulados e que seriam deixadas nas posições. No dia seguinte, o tiro real com as armas reguladas e camufladas, na jornada anterior, apresentou resultados surpreendentes. Chamado pelo Gen Mark Clark, comandante do V Ex NA, o Cap Ayrosa teve a satisfação de verificar que o general ficara admirado pela eficácia do tiro dos brasileiros e pela capacidade de se adaptarem aos novos materiais e que esperava muito da FEB dali para frente.

Na visão geral das observações feitas pela arbitragem norte-americana, ficou demonstrado que foi muito boa a conduta e a tomada de decisões dos diversos escalões de comando, mas que a conduta da tropa deixou a desejar no tocante à disciplina de luzes e ruídos.

O Prosseguimento da instrução na Itália

Com a chegada do restante da FEB (do 2º ao 5º Escalões) à Itália, o Depósito de Pessoal foi transformado em Centro de Instrução e Reacompanhamento, comandado pelo Cel Mário Travassos, com instrutores formados nos centros de instrução norte-americanos e que se especializaram na instrução de minas, transmissões, esquiadores, cozinheiros e outros especialistas.

O desenrolar das operações trouxe novos ensinamentos, foram intensificados: o treinamento de patrulhas; a manutenção da ligação da infantaria-artilharia e a conduta da tropa no objetivo conquistado, prevendo sempre os contra-ataques do inimigo para recuperar a posição, focalizando a instrução nos ensinamentos extraídos de ações mal sucedidas.

Mesmo com o avanço da instrução, o Depósito de Pessoal da FEB, em dezembro de 1944, somente podia fornecer à 1ª DIE, num prazo de duas semanas, 750 combatentes e, mesmo assim, em sofríveis condições de adestramento. O Mar Mascarenhas de Moraes, para explicar a situação de adestramento e instrução da FEB, que colocaria a tropa brasileira entre as mais eficientes do TO da Itália, disse:

Se em nossa Pátria as dificuldades de organização, a seleção física, a escassez de material e fatores outros impediram que alcançássemos os objetivos finais da instrução, na Itália o retardamento da entrega de material e as necessidades prementes da frente de combate forçaram a nossa DI a entrar em linha, num estado de adestramento reconhecidamente incompleto. Tornaram-na, tais circunstâncias, a única Divisão que não foi submetida ao inalterável ciclo de instruções das Grandes Unidades norte-americanas. Completamos a nossa instrução em estreito contato com o inimigo, senhor de vantagens topotáticas indiscutíveis.

A Logística na FEB

A FEB estava ligada ao sistema logístico do V Ex NA, que funcionava através de uma grande unidade administrativa denominada Peninsular Base Section (Seção Base Peninsular). O V Exército tinha pontos de suprimento em torno de Livorno, para apoiar as unidades que operavam próximo ao litoral, e em Florença, para atender a esta parte do setor. O Destacamento FEB, quando em operações no vale do Rio Serchio, supriu-se nos pontos existentes em Livorno, Viareggio, Lucca, Tavolaia e outros. Depois disso o abastecimento ficou por conta dos pontos existentes em Florença e Pistóia.

No momento em que a FEB chegou à Itália, o V Ex NA atravessava uma fase bastante difícil com relação aos suprimentos. O grosso dos equipamentos, que até então se destinavam ao porto de Nápoles, estava sendo desviado para os de Cherburgo e Marselha, chegando à Itália, apenas o mínimo indispensável a suas necessidades. Em virtude disso, houve a necessidade de disciplinar o consumo excessivo dos materiais, em particular de munições, e zelar pela conservação e recuperação de equipamentos. A coleta e a recuperação de salvados (material danificado e recuperável) de toda espécie assumiu grande importância, chegando a recolher-se até 30 viaturas de 2 ½ toneladas carregadas, por dia.

O consumo era muito grande. Para se ter uma idéia, somente a FEB, consumia, em média, 426 toneladas diárias de suprimentos de todos os tipos, correspondentes a mais de 16 Kg por homem-dia. Em termos de transporte esta tonelagem representava um trem diário com 15 vagões de 30 toneladas ou um comboio de mais de cem viaturas de 2 ½ toneladas. No inverno de 44/45, o V Ex NA utilizou 15 companhias de cargueiros, totalizando mais de 3.700 mulas/cavalos para o transporte de suprimentos às unidades em contato, onde, devido à neve e à lama, às viaturas não podiam chegar.

A administração e a logística da FEB eram responsabilidade dos OND, as quais, durante as operações no vale do Reno, tiveram seu QG instalado em Montecatini. Nesta situação, estavam subordinados ao comando direto do Gen Falconière: o depósito do pessoal da FEB, os postos reguladores de Livorno, Nápoles e Caserta, o serviço de saúde da FEB, a agência do Banco do Brasil e o depósito de intendência. Os três últimos constituíam uma espécie de seção base brasileira, com sede em Livorno.

Os serviços divisionários obedeciam, em tudo, aos padrões e às normas norte-americanas, cabendo-lhes, especificamente, manter o fluxo dos suprimentos e das evacuações entre as instalações do Exército e as unidades em contato. As requisições eram feitas diretamente pelas unidades aos respectivos depósitos ou pontos de suprimentos do Exército, aonde iam se abastecer, quando não eram abertos pontos de distribuição, cabendo aos serviços correspondentes, apenas, o controle do fluxo dos suprimentos e dos estoques de reservas.

O Serviço de Intendência da FEB com uma Companhia de Intendência (Cia Int) composta de um pelotão de serviços, um pelotão de sepultamentos e três pelotões de transporte, com 45 viaturas de 2 ½ toneladas, tinha a missão de suprir a tropa de víveres, combustíveis, uniformes, equipamentos e artigos de uso pessoal, cabendo-lhe, ainda, o sepultamento dos mortos. A Cia Int apanhava os artigos nos depósitos e pontos de suprimentos do Exército e no depósito de intendência da FEB e os levava até os pontos de distribuição instalados em La Pieve e em Pistóia, onde eram recebidos pelas unidades. A distribuição era facilitada porque tudo era empacotado ou enlatado, inclusive o combustível que era distribuído em camburões de 6 galões (20 litros).

A ração consumida pela tropa era de cinco tipos. A ração K (de assalto) com café, almoço e jantar que acompanhava os homens e só podia ser consumida mediante ordem. A ração C (de combate) com café, almoço e jantar, que também devia ser consumida mediante ordem. A ração B (operacional), que conhecemos como ração quente e que era consumida costumeiramente, salvo em patrulhas ou durante os ataques, em que se usavam as rações K ou C. Existiam, ainda, a ração E (de emergência) e a ração 10 por 1 (coletiva) que eram usadas da mesma forma das rações K e C.

Foi difícil a adaptação dos brasileiros ao regime alimentar, mais qualitativo que quantitativo, dos norte-americanos. Para dar solução a esse problema, eram enviados do Brasil: arroz, feijão, farinha, açúcar e outros artigos. Além disso, 150 cozinheiros brasileiros foram treinados no food service (serviço de cozinha) do IV C Ex.

O Serviço de Material Bélico (SMB) era composto de uma chefia, uma companhia de manutenção (Cia Mnt), com um pelotão de suprimentos (Pel Sup), responsável pelo provimento de material bélico às unidades, inclusive munições, um pelotão de evacuação e reparação-auto (Pel Ev Rep-Auto), cuidava da evacuação de viaturas danificadas e de sua manutenção, nos casos em que as unidades não pudessem fazê-la e um pelotão de reparação de armamento (Pel Rep Armo), realizava a manutenção do material bélico em geral. Competia aos depósitos norte-americanos à entrega das munições aos usuários, ficando reservado ao SMB somente os controles dos créditos atribuídos e do consumo. Para se ter uma idéia do trabalho desenvolvido pelo SMB, no período de novembro de 1944 a fevereiro de 1945, foram realizadas 220 reparações de viaturas, 90 de armas portáteis, 25 de instrumentos, 20 de canhões, 200 de peças e conjuntos e outras. A chefia do serviço ficava a 3 km, ao sul de Porreta Terme, e a Cia Mnt, em Pistóia.

O Serviço de Saúde (S Sau) compreendia três escalões bem distintos: o da FEB, o da Divisão e o das unidades (regimentos e grupos). O da FEB coordenava os demais e encarregava-se da hospitalização. Mantinha, ainda, um serviço dentário, um posto avançado de neuropsiquiatria e seções hospitalares, estas, junto aos hospitais norte-americanos. Antes de chegar à rede hospitalar de campanha, funcionava o serviço de saúde da DIE, destinado a estabelecer ligações entre as unidades e a retaguarda, cabendo-lhe a evacuação no âmbito divisionário, sendo composto de um batalhão de saúde (BS). As Cia Ev/BS encarregavam-se da evacuação dos feridos dos postos de socorro das unidades ao posto de triagem da DIE, onde eram entregues às unidades de evacuação do V Exército, que os transportavam para os hospitais. O Serviço de Saúde atendeu, no período, 156 feridos por munições, 1.146 por estilhaços de granadas, 84 por estilhaços de minas, 153 por efeito blast (sopro), 8 vítimas de armadilhas, totalizando 1.549 feridos em combate. As doenças de caráter epidêmico (como rubéola, sarampo, varicela) causaram preocupação e a varicela chegou a provocar 532 casos. Nada menos de 10.776 homens baixaram aos hospitais, durante os 11 meses de permanência da FEB na Itália, uma média diária de 32,7 baixados. O número total de mortos nos hospitais foi de apenas 49 combatentes.

O Serviço de Engenharia (SE) na 1ª DIE era encargo do 9º Batalhão de Engenharia (9º BE). Para cumprimento de suas missões, a chefia foi mantida no próprio QG divisionário e no PC do Btl, em Suviana, onde também funcionou um posto de distribuição de material de engenharia. O aprovisionamento de materiais de engenharia pode ser aquilatado pelos seguintes números: 1.300 unidades de chapas de bueiro ARMCO, 80.000 sacos para areia e 300 galões de tinta para camuflagem. Todo esse material foi empregado na construção de posições defensivas, inclusive as chapas ARMCO na cobertura de casamatas. O suprimento de cartas, que chegou a 24 mil durante a ofensiva da primavera, era feito diretamente ao BE pela companhia de topográfica do IV C Ex. O suprimento de água foi realizado por meio de pontos (poços artificiais) abertos nas proximidades das áreas de maior concentração de tropa. Os trabalhos do SE tomaram maior vulto durante a defensiva de inverno em que a manutenção das estradas foi à tarefa mais difícil, devido às más condições do terreno, ora recoberto de lama, ou ora coberto por espessa camada de neve, que, em alguns trechos, chegou a atingir 70 centímetros de profundidade. O SE construiu, nessa fase, 6 quilômetros de estradas, reparou e conservou outros 55 quilômetros. Além disso, lançou campos de minas à frente da linha de defesa, a fim de impedir a ação dos carros de combate inimigos.

O Serviço de Comunicações (S Com) era composto de uma chefia, e da 1ª Companhia de Transmissões (1ª Cia Trans), a um pelotão de comando (Pel Cmdo), um pelotão de construção de linhas (Pel Const Linha), 1 pelotão de Exploração (rádios, telégrafos, teletipos e telefones - Pel Explo) e 1 seção de reparação e suprimentos. Para se ter uma idéia da dimensão de seu trabalho, durante a defensiva, essa subunidade manteve em funcionamento 72 telefones de campanha, 174 telefones magnéticos (sem bateria e sem campainha), 99 rádios de mão (tipo Cia), 48 rádios mochila (tipo Btl), 10 rádios de mesa (tipo RI). Consumiu cerca de 40 km de cabo pesado, 40 km de cabo leve, além de centenas de pilhas elétricas e outros materiais diversos.

Ao Serviço de Fundos competia prover os recursos necessários a todos os pagamentos de pessoal, material e serviços e promover e executar as indenizações por dano ou destruição das propriedades privadas. Para o desempenho dessas atribuições, era composto dos Serviços de Fundos e das Pagadorias Fixa e Central. A Pagadoria Fixa, sediada em Livorno, tinha por missão receber da Agência do Banco do Brasil, em Nápoles, os créditos que se destinavam à FEB, depositando-os no Serviço de Fundos da Divisão. Para vencimentos dos expedicionários, o Governo tomou por base o Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, com suas modificações, que atribuía aos militares em comissão no exterior, remuneração pelo triplo das fixadas em lei, além das despesas de alojamento e alimentação, que correriam por conta do Estado.

A Justiça Militar compreendia um Conselho Superior de Justiça Militar, um Conselho de Justiça e duas Auditorias. No período da defensiva de inverno, foram cometidos 33 crimes, punidos com penas diversas, dois deles (estupro) com a pena capital. As

penas capitais foram comutadas para prisão perpétua pelo Presidente da República e, já no Brasil, foi concedido indulto para todos os condenados.

O Serviço de Polícia consistia de uma chefia e um pelotão de Polícia Militar (Pel PM), com uma seção de tráfego e uma seção de polícia. Em março de 1945, em plena campanha, o Pel PM transformou-se em uma companhia, com uma seção de Comando e quatro Pel PM, em virtude das crescentes atividades da FEB. Do livro de Manoel Thomaz Castello Branco: "inicialmente, compuseram-no os mais capacitados policiais da cidade de São Paulo, daí o fato de ter apresentado um índice de eficiência comparável ao das melhores polícias de outros exércitos".

O Serviço Religioso cumpria sua missão de apoio espiritual aos febianos, com um tenente-coronel (capelão-chefe), 24 capitães/tenentes (capelães católicos) e 2 tenentes (capelães evangélicos).

O Serviço Postal tinha uma chefia com sede em Livorno e foi organizado com base em idêntico serviço existente no Exército dos Estados Unidos, respeitado o sistema postal em uso no Brasil. Compreendia dois correios coletores, no Rio de Janeiro e em Natal, ambos com uma seção de tráfego e uma censura postal, chefiadas por oficiais do EB.

A FEB possuía também um Serviço de Guerra Química, que foi preparado para se desdobrar na forma organizacional empregada pelos norte-americanos. Entretanto, as armas químicas, mesmo existentes em abundância, não foram utilizadas por nenhuma tropa em combate, nem mesmo pelos alemães. Em virtude disso, as atividades do Serviço de Guerra Química da FEB foram bastante limitadas na campanha.

A campanha na Itália

A Campanha da FEB em solo italiano foi dividida em quatro fases, segundo as regiões em que atuou e as atividades de combate que realizou (Figura 15).

A 1ª fase englobou as operações no vale do rio Serchio, onde atuou o Destacamento FEB. As principais ações foram em Monte Prato, Fornachi, Galliciano, Fabriche e S. Quirico. As missões eram de cobertura, segurança, limpeza de áreas e restabelecimento de contato com o inimigo.

A 2ª fase envolveu as operações no vale do rio Reno, onde a FEB, já como 1ª DIE, participou das batalhas de Monte Castelo e Castelnovo. Foram missões de defensiva e de ataque coordenado.

A 3ª fase constituiu de operações no vale do rio Panaro, com a vitória de Montese, a ocupação de Zocca e a posse de Vignola. Foram missões de ataque coordenado e aproveitamento do êxito.

A 4ª fase foi à perseguição realizada imediatamente ao sul do rio Pó, nela ocorreram às vitórias de Collecchio e Fornovo di Taro, onde foi aprisionada a 148ª DI alemã.

Nessa fase ocorreu a junção com tropas norte-americanas, em Alessandria e com tropas francesas em Susa. Após a rendição total dos alemães, a FEB participou da ocupação de regiões ao norte da península itálica.

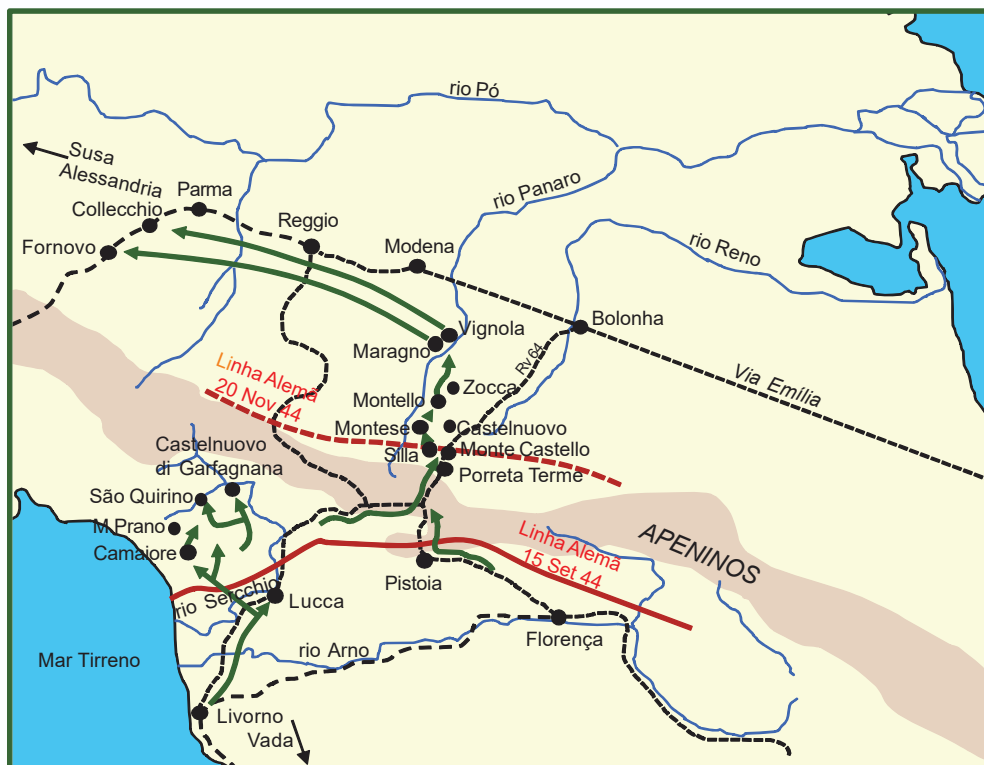


Figura 15 - Ações da FEB do Sercchio a Fornovo, no vale do Pó, mostrando as Linhas defensivas alemãs.

As primeiras ações operações na Itália - Dst FEB no vale do rio Sercchio

A 1ª Companhia de Engenharia do 9º BE, comandada pelo capitão Floriano Möeller, foi a primeira tropa brasileira a entrar em ação na Itália, construindo uma ponte Bailey, no corte do rio Arno, em apoio às operações desenvolvidas pelo IVC Ex NA, em 6 de setembro de 1944 (Figura 16).

O 1º Escalão foi aprovado pelo Gen Mark Clark, Cmt V Ex NA, após o exercício em Vada, constituiu o Destacamento FEB (Dst FEB), a comando do Gen Zenóbio da Costa, que foi organizado com o 6º RI e elementos do 11º RI, o 2º GO, a 1ª Cia E/9º BE, o 1º Pel/1º Esqd Rec, elementos da 1ª Cia Trans, da 1ª Cia Ev/1º BS, e tendo como adidos a Companhia Charlie do 701º Batalhão de Tanques Destroyers, a Companhia

Charlie do 751º Btl Tanques Médios e um pelotão de transmissões, todos norte-americanos. A primeira missão do Dst FEB se desenrolou numa área relativamente tranqüila da frente de combate, no vale do rio Sercchio. Constava, basicamente, de uma missão de cobertura ao ataque geral do IV C Ex NA, para o rompimento da Linha Gótica (Operação Olive). Segundo o enunciado da missão expedida pelo IV C Ex NA, o Dst FEB deveria: "Substituir elementos do 2º/37º RI e o 434º GAAAc em 15 1900 Set; manter contato com o inimigo e sondar-lhe o dispositivo por meio de vigorosa ação de patrulhas; caso o inimigo se retire, persegui-lo Mdt O deste C Ex; manter contato com a 1ª DB NA, que opera a leste".

Os elementos inimigos, em contato, pertenciam à 16ª DI SS e 42ª Divisão Ligeira alemãs, que eram enquadradas pelo XIV C Ex, comandado pelo Gen Hartmann, e realizava ações retardadoras, no contexto do retraimento geral alemão, ao longo do rio Arno, para a Linha Gótica.

A missão, por ser o batismo de fogo da FEB, parecia simples, mas em larga frente, com efetivos diluídos face à compartimentação do terreno que era muito acidentado e que se elevava, gradativamente, de 300m, na linha de partida, a 1.300m, no Monte Prano, e a cavaleiro do divisor de águas balizado pelo mar Tirreno a oeste e pelo rio Sercchio a leste. Como resultado dessa operação, o Dst FEB liberou do jugo alemão as primeiras cidades italianas, Massarosa, Bozzano e Quiesa, em 16 de setembro. Após informes levantados, o comandante do Dst FEB determinou o avanço das tropas para a linha Camaiore - Monte Prano - Monte Prumo. Em 18 Set o Dst FEB ocupou Camaiore.

O primeiro tiro de artilharia da FEB, contra posições inimigas, foi efetuado em 16 setembro de 1944, pela 1ª Bia do 2º GO, de Monte Bastione para posições inimigas nas alturas de Massarosa e Maggiano.

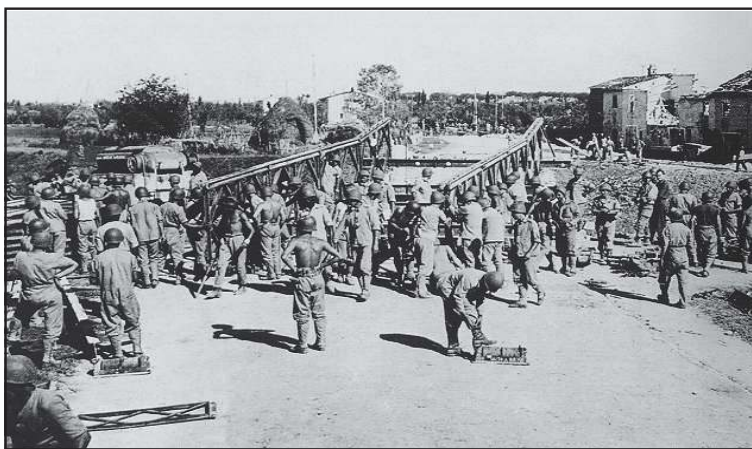


Figura 16 - 1ª Cia E/9º BE no corte do rio Arno, Set 1944.

Dentre tantas outras localidades que viria a libertar, a conquista de Monte Prano foi uma das mais difíceis desta fase, sendo necessárias seis jornadas para conquistá-la, de 21 a 26 Set, obrigando o inimigo a recuar para novas posições mais ao norte. Por esses feitos, o Dst FEB recebeu as congratulações do Gen Mark Clark, nos seguintes termos:

Já tive oportunidade de dizer anteriormente que da FEB, bem-vinda ao V Exército, poderíamos esperar grandes feitos, em face da organização, habilidade e entusiasmo que revelou durante a preparação inicial. O desempenho da FEB nos primeiros combates num setor do V Exército demonstra que nossas expectativas foram justificadas. [...] Confio que este seja o primeiro dos muitos objetivos que de futuro surgirão sob a legenda: Capturados pela Força Expedicionária Brasileira.

Em 28 de setembro, o Dst FEB recebe a missão de prosseguir na direção de Castelnuovo di Garfagnana. Prosseguindo as ações no vale do rio Sercchio, a partir de 2 de outubro, foram conquistadas as localidades de Lucca, Fornaci, Barga, Castelnuovo di Garfagnana, dentre outras. Nesta fase, somente no mês de outubro de 1944, o Dst FEB avançou mais de 40km, em território inimigo.

A 1ª DIE no vale do Reno - As conquistas de Monte Castello e Castelnuovo

Desde 25 de outubro, o Gen Mark Clark solicitara autorização superior para suspender as operações ao longo dos montes Apeninos, o que foi feito, seguindo-se um reajustamento de dispositivo. A Divisão brasileira iria atuar em uma nova área, mais central, em que vinham operando elementos da 1ª DB NA.

O V Ex deveria retomar a ofensiva, ainda em dezembro, antes do rigor do inverno, fazendo recair sobre o IV C Ex o encargo de operações preliminares, em novembro de 44, destinadas a melhorar as condições para uma futura ofensiva geral a ser efetivada na primavera de 45.

Em cumprimento às ordens do IV C Ex, o Gen Mascarenhas assumiu, no dia 1º de novembro, o controle de seus meios e das operações que se processavam no vale do Sercchio, objetivando a roçada (mudança de área de atuação) para o vale do Reno, nova zona de ação da 1ª DIE.

Em 9 de novembro, o comandante da FEB assumiu o comando do novo setor a noroeste do rio Reno, englobando alguns elementos americanos e tendo já substituído as tropas da 1ª DB que ali se encontravam, e com parte da 1ª DIE ainda em Pisa.

Na nova zona de ação, o comando alemão apoiava-se na formidável barreira dos Apeninos que barravam o acesso ao vale do rio Pó. O setor mais disputado situava-se entre o divisor dos rios Reno e Panaro e a localidade de Castelnuovo. Esse divisor de cursos d'água dominava e comandava inteiramente a estrada Pistóia-Bolonha, a rodovia 64 (Figura 17), particularmente no trecho Porreta Terme-Silla. Os pontos mais importan-

tes desse setor eram Belvedere, Gorgolesco, Della Torracia, Monte Castelo, Torre Di Nerone, Soprassasso e o entroncamento de Gaggio Montano. A frente ocupada abrangia as regiões de Monte Di Gaggio - Bambiana - Africo - Torre Di Nerone - Querceto (Figura 18).

Até 15 de novembro, nenhuma operação especial havia sido montada na nova zona de ação da 1ª DIE, além das tarefas de melhoria das posições e de substituição. A primeira missão recebida, neste novo setor, incluía a conquista da região de Castelnuovo e elevações próximas. No dia 16, foram ocupadas, por elementos do 6º RI, as regiões ao sul de Castelnuovo, como preparativos para a conquista desse baluarte. Essa missão foi modificada, mais tarde, sendo excluída a conquista de Castelnuovo.

Reforçado pela 1ª DIE (incompleta), o Cmt do IV C Ex decidiu conquistar o maciço Belvedere-Monte Castelo, a fim de eliminar as vistas inimigas sobre a importante rodovia que vinha de Pistóia para Bolonha (Rv 64). Essas ações ofensivas foram programadas para 24 de novembro. Constituiu-se, então, o 45º GT da 45ª DI NA, reforçado pelos 3º/6º RI, 1º Esqd Rec e Pel/9º BE, todos da 1ª DIE, para atacar aquelas elevações. Redundou esse ataque em verdadeiro fracasso. Renovada a operação para o dia seguinte; o 45º GT atingiu Monte Castelo e Belvedere; porém, contra-atacado pelos alemães, apenas Belvedere permaneceu nas mãos dos norte-americanos.

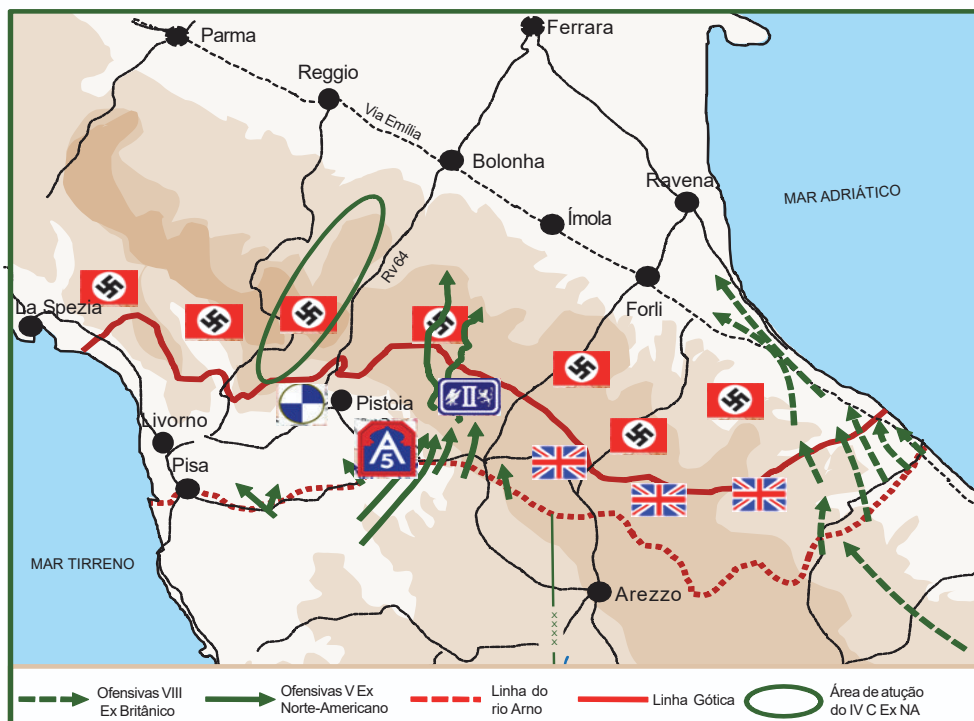


Figura 17 - Posições alemãs nos Apeninos (Linha Gótica) e manobras do V Ex NA e VIII Ex GB.

Clark (Cmt V Ex) e Crittemberg (Cmt IV C Ex), atendendo às ponderações do Cmt 1ª DIE, determinaram novas condições para o emprego da Divisão, que passaria a executar, para as próximas operações, o planejamento e a execução das missões a seu encargo. O comando aliado resolveu, ainda, suspender as operações ofensivas, determinando que as unidades se recolhessem aos seus quartéis de inverno, deixando a conquista de Bolonha para a próxima primavera, em consequência dos vários insucessos ocorridos em toda a frente, naquele inverno de 44.

Os insucessos dos ataques a Monte Castelo foram decorrentes de diversos fatores, como por exemplo: falta de apoio de carros de combate e de fogo aéreo aproximado, inexperiência em combate da tropa brasileira, condições atmosféricas adversas, erros na execução do apoio de fogo de artilharia, características do terreno (ingreme e enlameado), falta de conhecimento da localização exata do inimigo e de seu poder em contra-atacar e, sobre tudo, da insistência do comandante do IV C Ex em determinar ataques frontais a uma posição fortemente organizada e em terreno impraticável a um ataque dessa natureza.

Em 28 de dezembro, os exércitos começaram a se estabelecer defensivamente, tendo em vista enfrentar, da melhor forma, os rigores da estação e as inquietações do inimigo. Nesse período, distendeu-se a 1ª DIE numa frente de mais de 20 km, desde o Monte Belvedere até Lissano, o que acarretou o emprego simultâneo de quase todos os seus meios para guarnecê-la. Por ocasião da defensiva de inverno as ações de patrulha foram intensificadas, levando a infantaria a adquirir grande experiência neste tipo de missão.

À frente estabilizada continuou até fevereiro de 1945, quando o comando do XV Grupo de Exército Aliado resolveu reiniciar sua progressão para o norte, a fim de conquistar Bolonha e prosseguir para o vale do Pó. Numa primeira fase, marcada para abril, estava previsto para o V Ex NA desembocar no vale daquele rio. Assim, determinou o Gen Crittemberg à realização de operações preliminares (Operação Encore) para a segunda quinzena de fevereiro, a cargo da 10ª Div Mth NA e da 1ª DIE (Figura 19), ambas apoiadas por considerável artilharia do V Ex NA e fogo aéreo aproximado, inclusive, do 1º Grupo de Caças da FAB.

A 10ª Div Mth NA, numa primeira fase, atacaria para conquistar Belvedere e Gorgolesco e, após, a 1ª DIE atacaria para conquistar Monte Castelo. Uma segunda fase previa a limpeza do vale do Marano. Finalmente, numa terceira fase, seria conquistada Torre Di Nerone - Castelnuovo. Novos entendimentos deixaram ajustados que a 1ª DIE atacaria Monte Castelo depois que a 10ª Div Mth tivesse capturado Mazancana e que as tropas brasileiras, tivessem substituído as tropas daquela Divisão, nessa elevação.

O ataque americano foi iniciado às 23h do dia 19 de fevereiro. Na jornada imediata foi tomado de assalto Belvedere, em seguida, Gorgolesco. Apesar das reações inimigas que se processaram, às 17h, Mazancana foi conquistada, dando oportunidade para a 1ª DIE partir ao ataque. Por fim, Monte Castelo (Figura 20) iria receber, na jornada de 21, o derradeiro golpe das armas brasileiras.

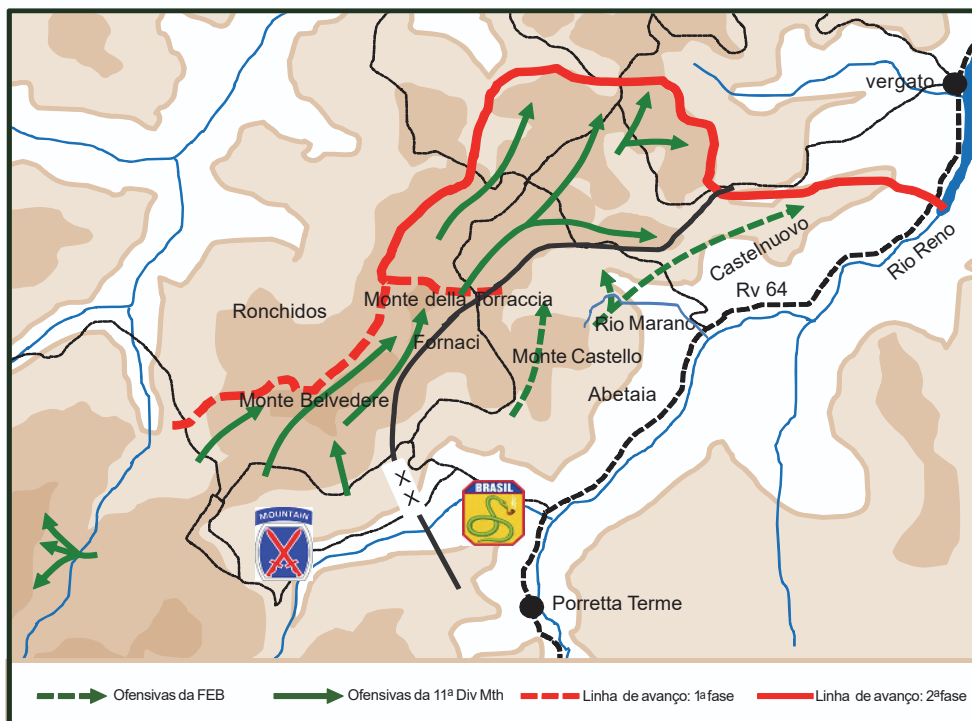


Figura 19 - Pl Op IV C Ex NA para a conquista de: Monte Belvedere - Monte Della Torraccia - Monte Castello - Torre Di Nerone - Castelnuovo (Operação Encore).



Figura 20 - Vista aérea de Monte Castello, Monte Della Torraccia e Abetaia.

A CONQUISTA DE MONTE CASTELO

Para o ataque ao Monte Castelo, a manobra montada pela 1ª DIE foi à seguinte: o 1º RI atacaria na direção Gaggio Montano - Monte Castelo - La Serra, a fim de apossar-se da região 875 - Fornace. Depois prosseguiria até a linha de Roncovechio. O 2º/11º RI deveria, em ligação com o 1º RI, aferrar o inimigo em sua zona de ação e fazer a cobertura do ataque principal da 1ª DIE (Figura 21). Ao 11º RI (-2º BI), em reserva, e aos outros elementos da DIE caberia ficarem em atitude defensiva, nas posições não envolvidas na ação ofensiva. O ataque principal do 1º RI ficou a cargo do, 1º Btl e o secundário, a cargo do 3º Btl. O Cmdo do RI disporia de uma reserva, o 2º Btl. A artilharia da FEB, reforçada com os fogos da Art /IV C Ex, atuaria com o 1º GO em apoio direto ao 3º Btl, cabendo aos 2º e 3º GO a ação de conjunto. O 9º BE apoiaria o 1º RI com uma Cia E, em apoio direto.

Às 20h do dia 20 de fevereiro, o 1º Btl procedeu à substituição dos elementos norte-americanos na região de Mazancana. Às 5:30h do dia seguinte, desembocou o ataque. No flanco oeste, a 10ª Div Mth lançou-se sobre Capela di Ronchidos, onde encontrou obstinada resistência inimiga. Enquanto isto, o 2º/11º RI iniciou sua pressão sobre Abetaia. O 1º RI partiu com o 1º BI para a crista do Monte Castelo, mantendo dois Pel na proteção do seu flanco esquerdo e da Divisão. O 3º BI atacou, mantendo a frente de Fornace, encontrando alguns pontos fortes inimigos, sua frente.

A 10ª Div Mth enfrentou serias dificuldades, marcando passo em Capela Di Ronchidos, não permitindo a simultaneidade de ações sobre Della Torraccia e Monte Castelo. Mesmo assim, a 1ª DIE continuou sua progressão, em atendimento às ordens do Cmt IV C Ex. A artilharia da FEB concentrava seus fogos sobre Monte Castelo e La Serra (figura 22).

Pouco antes das 12h, os contra-ataques alemães alcançaram a 10ª Div Mth refletindo-se no 1º Btl/ 1º RI, que só às 14h pôde continuar seu avanço para conquistar as cotas 930 e 875, o que permitiu ao 3º Btl conquistar, meia hora após, Fornello. O Cmt 1º RI empenhou, então, o 2º Btl (menos a 5ª Cia) aumentando, deste modo, a pressão sobre a parte sudoeste do baluarte. O 2º/11º RI, no flanco direito, assegurava a cobertura da manobra, avançando sobre Abetaia. Às 17:20h a defesa inimiga entrou em colapso. O 1º RI encontrava-se sobre Monte Castelo, enquanto a 10ª Div Mth, lentamente, progredia sobre Della Torraccia. Ainda nessa jornada, os elementos do 2º/ 11º RI atingiram e ocuparam Monte Della Casellina, facilitando a retomada da progressão na direção de La Serra. Estava conquistado Monte Castelo fruto da vontade, do esforço e da tenacidade do soldado brasileiro.

Coube aos 1º RI e 2º/11º RI o prosseguimento da missão e a cobertura no flanco direito, respectivamente. Assim, foi lançado o 2º/1º RI, às 21:30h do dia 23, para a captura da linha cota 958 - La Serra, conseguida por volta das 23h, e após ter enfrentado sete horas de contra-ataques, realizados por elementos da 232ª DI alemã que não obtiveram êxito.

Com a vitória sobre La Serra e o avanço do 2º/11º RI, a 1ª DIE, em 25 Fev atingira a linha Roncovecchio - Seneveglio; mais à esquerda, a 10ª Div Mth conquistara Monte Della Torraccia.

Na fase seguinte, a 10ª Div Mth foi lançada para a conquista de novas elevações na direção de Della Croce, e a 1ª DIE limparia o vale do Marano até St Maria Viliana.

Com a saída da 10ª Div Mth, elementos da 1ª DIE foram ocupar a frente de Della Torraccia para oeste, ficando o restante da DIE a leste. A Divisão realizou, ainda, ações de limpeza no Vale do Marano até St. Maria Villana e preparou-se para a conquista de Castelnuovo.

Em 3 de março, a 10ª Div Mth lançou-se em novo ataque juntamente com a 1ª DIE, que utilizou dois batalhões nessa missão. No fim da jornada os norte-americanos conquistaram Della Croce, ao mesmo tempo em que os 2º/11º RI e 3º/6º RI conquistaram a linha Ca Di Glansimone - St Maria Villana. O 6º RI substituiu, no dia 4 Abr, os americanos em Della Croce.

No dia 5 Abr, o ataque prosseguiu com a 10ª Div Mth ao norte do vale do Aneva, para ocupar a linha Magna di Braga - Della Castellana - Belvedere. O 6º RI

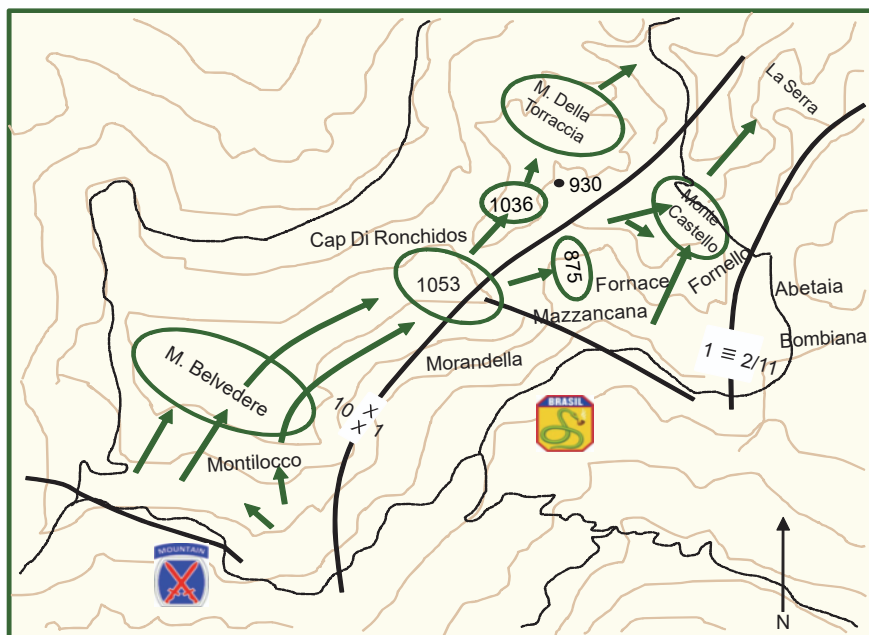


Figura 21 - Plano de Operações da 10ª DI Mth e da 1ª DIE para a conquista de Monte Belvedere - Monte Della Torraccia - Monte Castello.

atacou ao longo do divisor Aneva-Reno, em ligação com o 2º/11º RI, que atacaria, a nordeste, para cortar a retirada inimiga pela estrada Castelnuovo-Africo. No anoitecer, o Soprassasso estava ocupado pelo 2º/6º RI, Castelnuovo foi ocupado pelo 1º/6º RI, elementos do 11º RI ocuparam C. Banzane, desbordando por leste aquele baluarte alemão. Na manhã seguinte, a transversal Sassa - Serra Di Gato era alcançada por patrulhas brasileiras. Após essas ações, a Operação Encore foi considerada terminada pelo Gen Crittemberg.

As operações realizadas pelas tropas brasileiras, no vale do Reno, entre 5 Nov 1944 a 16 Mar 1945, acarretaram em 240 mortes e 1382 feridos, para a FEB.



Figura 22 - Artilharia da FEB preparando-se para uma concentração, no Ataque à Monte Castelo.

A Conquista de Montese e atividades no vale do Panaro

Em 10 de março, a 1ª DIE recebeu novas ordens do Cmdo IV C Ex, sendo transferida do vale do Reno para o do Panaro. Processou-se a realocação das forças entre 10 e 16 de março, estendendo a linha de resistência de Monte Della Torraccia para noroeste. O Cmdo 1ª DIE reajustou seu dispositivo para: Manter, a todo custo, às posições que ocupa e lançar reconhecimentos agressivos e estar em condições de aproveitar o êxito até o rio Panaro.

Em 20 de março, o Cmt 1ª DIE foi alertado sobre a grande ofensiva do V Ex, com o IV C Ex, à frente, a fim de desembocar no vale do rio Pó, entre o Panaro e o Reno, e capturar Bolonha. No setor costeiro a oeste, atuaria a 92ª DI NA, na direção geral norte. À 1ª DIE caberia, no primeiro período das operações, a segurança do flanco ocidental do V Ex, atuando na área a oeste do Panaro e a 10ª Div Mth deveria conquistar o divisor Reno-Panaro, na direção de Bolonha.

Limitada pelo 372º RI NA a oeste e a 10ª Div Mth a leste, a 1ª DIE, nos dias finais de março, tinha o seu dispositivo reajustado na frente compreendida pelos montes Della Torraccia e Grande D'aino. A direita ficou o 3º/1º RI, ao centro o 2º/1º RI e a esquerda o 11º RI. Na frente da 1ª DIE, o inimigo contava com dois RI da 114ª DI

Alemã. Estava o 471º RI alemão ocupando Montese - cota 888 - Montello. Além desse elemento, outros da 334ª DI inimiga foram identificados a nordeste de Sassomolare. Pretendia a 1ª DIE apossar-se do maciço Montese - 888 - Montello e, assim, eliminar a observação inimiga no interior das posições da 10ª Div Mth.

A CONQUISTA DE MONTESE

O ataque seria desfechado, na jornada de 14 de abril, pelo 11º RI e o 2º/1º RI, devendo ser conquistada a linha Riva Di Biscia - Montese - cota 888 - Montello (Figura 23). As forças do IV C EX iniciaram a fulminante Ofensiva da Primavera nessa jornada. O terreno a frente das posições brasileiras era desprovido de vegetações e facilitava a observação e os fogos ajustados do inimigo (Figura 24).

A primeira fase do ataque brasileiro consistiu no lançamento de patrulhas, com a finalidade de capturar a linha Casone - Possessione, o que foi conseguido após reações fortes do inimigo. O ataque propriamente dito iniciou-se às 13:30h. O 11º RI atacou com dois batalhões em primeiro escalão. O 1º Btl sobre Montese e o 3º Btl sobre Montello - cota 927. O ataque foi difícil, porém, por volta das 15h, o 1º Btl penetrou em Montese e o 3º Btl conquistou Cerreto.

Destaca-se na conquista de Montese a atuação do 3º Pel Fzo/2ª Cia Fzo/1º BI/11º RI, comandado pelo Ten Iporan, que foi a primeira tropa brasileira a entrar na localidade, após ter transposto um campo minado e ter sofrido baixas pela ação da resistência e da artilharia alemã.

Mais à direita, o 2º/1º RI atingiu Creda e Possessione. Entretanto, apesar dos esforços, não só este batalhão, mas também os outros estavam detidos antes de cair à noite, pela resistência instalada em Monte Buffone e Montello. Bem mais a oeste, o 2º/11º RI conseguiu cerrar à frente ocupando Maserno. Embora não registrassem para a 1ª DIE a conquista de todos os objetivos propostos, foram os únicos conquistados pelo IV C Ex na jornada de 14 de abril. O avanço da 10ª Div Mth, nesse dia, foi pequeno, porque a região cota 972 - Montello devassava as ações dos norte-americanos, o que indicava a necessidade de prosseguimento das ações por parte da 1ª DIE. A reação alemã foi violenta em toda a zona do IV C Ex, particularmente na frente da 10ª Div Mth, que sofreu pesadas perdas nessa jornada.

Às 8h de 15 de abril, os mesmos elementos da 1ª DIE que haviam atacado na véspera, prosseguiram sobre seus objetivos. Às 11:45h, Monte Buffone e cota 788 foram capturados e, mais tarde, Paravento e cota 787. No dia 16 abril, o 1º/1º RI a leste, ocupou as posições que foram conquistadas pela 10ª Div Mth. Tornou-se evidente, em face de crescentes indícios, que o Inimigo retirar-se-ia na noite de 18 para 19, ou na jornada seguinte. Em 19 de abril, concretizou-se o retraimento inimigo em toda a frente e, à noite, foi recebida a ordem para limpar a margem leste do Panaro e capturar elementos inimigos na direção geral Zocca - Morsello.

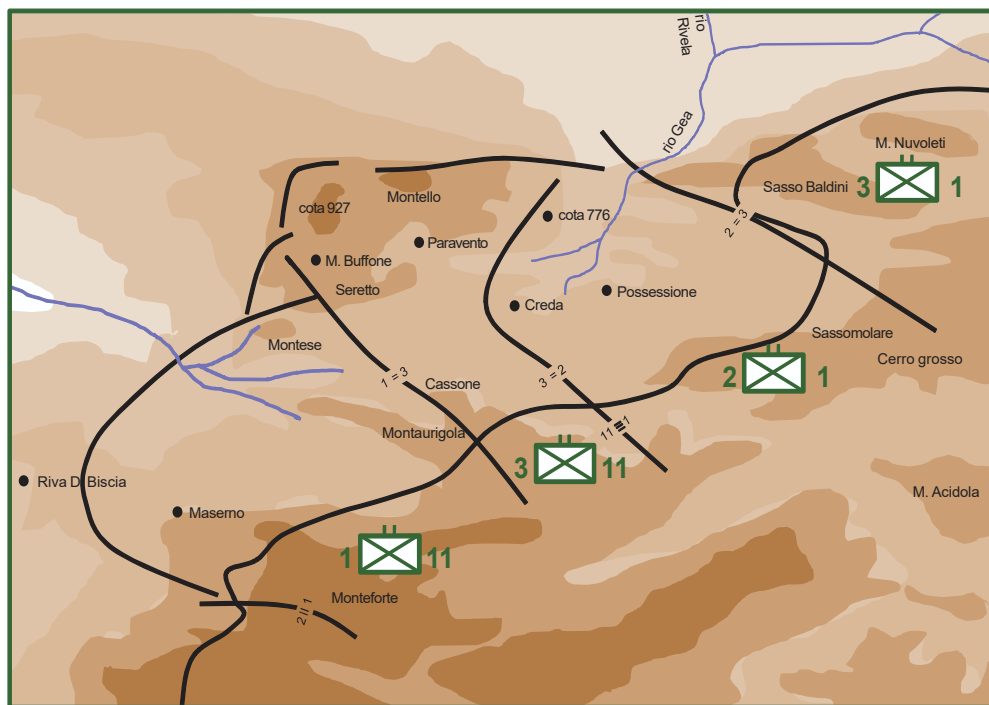


Figura 23 - Esboço do PI Op da 1ª DIE para a conquista de Montese e Montello.



Figura 24 - Montese, vista do PO da 1ª DIE.

Foi estabelecida uma cobertura a sudoeste, face ao rio Rivela, e a ocupação da região Zocca - il Crociale. O 1º Esqd Rec foi lançado ao longo do rio Panaro, a fim de retomar o contato com o inimigo, na sua esteira seguiu o 11º RI. Para a missão de cobertura a sudoeste, os 1º e 6º RI cerrariam progressivamente à frente. No fim da jornada, a 1ª DIE atingiu a linha que ia de Riva Di Biscia ao Monte Tortole, em aproveitamento do êxito.

A 1ª DB NA, atuando no flanco leste da 1ª DIE, atingiu, ao entardecer do dia 20 de abril, o Monte Ombraro. O IV C Ex estava em franca ponta de lança em relação às forças do II C EX NA. Na jornada do dia seguinte, a 10ª Div Mth se encontrava na margem esquerda do rio Pó, orientando suas ações para Milão, a fim de cercar e destruir o inimigo que se retirava para o norte.

A 1ª DIE recebeu a missão de cobertura do eixo Modena - Piacenza, face ao baixo Panaro. Por isso, decidiu-se ultimar as operações no vale do Panaro e, o mais rapidamente possível, lançar-se por Vignola na direção de Collecchio, a fim de realizar a cobertura do flanco sul do IV C Ex.

Assim, na jornada de 21 de abril, Zocca foi ocupada pelo 6º RI, cabendo ao 11º RI manter as posições ocupadas no rio Panaro. Os 1º e 6º RI abriam caminho na direção norte, tendo alcançado no dia seguinte as cercanias de Vignola, assinalando o término do aproveitamento do êxito, cuja duração fora de quatro dias e proporcionara a limpeza de todo o vale do Panaro.

A perseguição e a rendição da 148ª DI alemã

Começava a fase da perseguição. Os remanescentes inimigos, ante a derrota sofrida na batalha de Bolonha, deslocavam-se rapidamente para o norte pela vertente oeste do Panaro, cobertos por destacamentos retardadores. Todavia, no setor costeiro, as forças alemãs ainda opunham resistência na região Carrara - La Spezia.

Foi constituído, pela 1ª DIE, um Grupamento Tático (GT) (Figura 25) sob o comando do Cel Nelson de Melo (2º e 3º do 6º RI, uma Cia E, dois Pel CC, dois Pel DT e Elmtos Ap), inteiramente motorizado com viaturas da AD/1ª DIE (Figura 26). Este Dst foi lançado na direção Vignola - Collecchio, para cortar a retirada do inimigo, que se deslocava dos Apeninos para o norte e atuar na região compreendida entre os rios Panaro e Secchia. Ao sul, em missão de cobertura e reconhecimento, foi lançado o 1º Esqd Rec, que, inicialmente, ocupou Marano Sul Panaro. Em 23 de abril, o Gpt Nelson de Melo ultrapassou o divisor desses dois rios. À noite, GT estava na região de Formigene - Ergastalo, e o Esqd Rec, na margem oeste do Secchia, entre Castellarano e Sassuolo.

Na jornada seguinte, o GT atingiu a região de Arceto - Sabbione. Um novo GT Mtz foi organizado com base no 2º/11º RI, que atingira a região de Casalgrande - Scandiano. Na noite de 24 para 25 de abril, foram dissolvidos os dois GT da perseguição e a 1ª DIE lançou-se na direção do corte do rio Enza, coberta no rio Parma pelo Esqd

Rec. Com esse movimento, pretendia barrar a retirada das tropas alemãs que se dirigiam dos Apeninos para o vale do Pó, na região entre o vale do Secchia e do Enza. O 6º RI ocupou Montecchio com o 1º BI, Ratanello com o 2º BI e Sabbione com o 3º BI.

O 1º RI, ao anoitecer, apresentava o seguinte dispositivo: 1º BI em Malandrone, o 3º BI em Monfescino, cobrindo as direções Pavullo - Vignola e Pavullo - Formigine e tendo o 2º BI permanecido em Arceto - Sabbione.

O 11º RI ocupava as seguintes regiões: 1º e 3º BI em Casalgrande Scandiano e o 2º BI em San Polo D'Enza. O Esqdr Rec atingiu o corte do Parma, reconheceu sua margem oeste e ocupou Vila Nova.

Na manhã de 26 de abril, o Cmt DIE foi informado, pelo Cmdo IV C Ex, que a 232ª DI Alemã retirava-se da Ligúria para o norte. Em consequência, o Cmdo 1ª DIE decidiu lançar o 6º e o 11º RI para as margens do Parma, com a finalidade de bloquear e reconhecer as estradas que se destinavam a Parma e Reggio Nell'Emília e as localidades de Berceto, Fornovo, Collecchio e Parma (Figura 27).

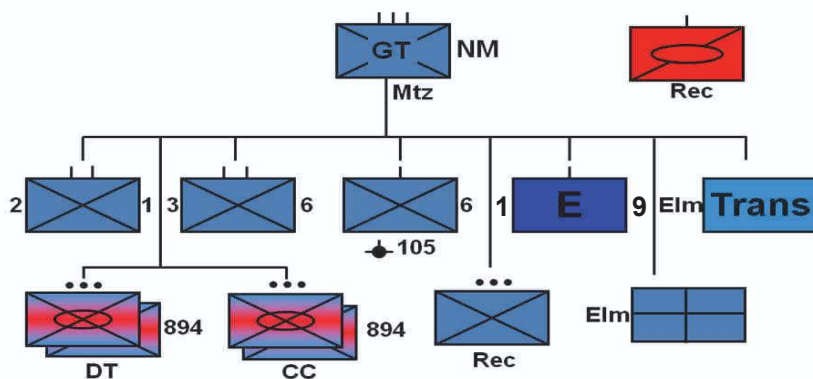


Figura 25 - Constituição do GT Nelson de Melo.



Figura 26 - Comboio Mtz Dst Nelson de Melo em ação no vale Pó.

O CERCO DE FORNOVO DI TARO E A RENDIÇÃO DA 148ª DI ALEMÃ

Na noite de 27 de abril, D. Alessandro Cavelli, padre de Neviano Di Rossi, apresentou-se aos oficiais do 2º BI/6º RI disposto a servir de mediador entre a nossa tropa e os alemães, com os quais já vinha mantendo entendimentos, conforme informou. Após o acerto entre o Cmt 6º RI e o Cmt 1ª DIE, foi expedido um ultimato, às 9h de 28 de abril, que o Padre Cavelli levou aos alemães, nos seguintes termos: "Ao comando da tropa sitiada na região de Fornovo di Taro. Para poupar sacrifícios inúteis de vidas, intimo-vos a render-vos, incondicionalmente, ao comando das tropas regulares do Exército Brasileiro que estão prontas para vos atacar. Estais completamente cercados e impossibilitados de qualquer retirada. Quem vos intima é o comandante da vanguarda da Divisão Brasileira, que vos cerca. Aguardo dentro do prazo de duas horas a resposta ao presente "ultimatum". a) Nelson de Mello - Coronel". (Relatório das atividades do 6º RI na Itália - AHEx).

Foi uma atitude ousada, porque o comando brasileiro estava em inferioridade numérica, em comparação com a tropa alemã cercada, o que os alemães não sabiam. Às 11:40h de 28 de abril, o padre Cavelli retornou com a seguinte mensagem: Senhor Cel Nelson de Mello, 28/04/1945. Depois de receber instrução do Cmdo superior seguirá a resposta - Maj Kuhn (Versão de Documento da rendição - AHEx).

Em virtude da resposta insatisfatória, o ataque do 6º RI teve início às 13h; com o 1º BI atacando a cavaleiro da estrada Collecchio - Fornovo; o 2º BI atacando ao longo da estrada S Vitale - Respicio e o 3º, juntamente com o Esqd Rec, a cavaleiro da estrada Bosconcelo - Ramiola. Por duas vezes o inimigo contra-atacou, tentando abrir caminho, sem conseguir êxito, à noite refluíu para Fornovo, sendo seguido de perto pelas tropas brasileiras, que cerraram o cerco. Às 22h, aproximadamente, três parlamentares alemães, chefiados pelo Maj Kuhn, Ch EM 148º DI (Figura 28), cruzaram as linhas brasileiras, em Gaiano, declarando-se autorizados pelo Gen Otto Fretter Pico, Cmt DI alemã (Figura 29), para efetuarem as negociações para a rendição da Divisão e de outras unidades alemãs e italianas.

Diante do vulto, da natureza e da importância da presa, o Cmt 6º RI informou ao Cmt 1º DIE. Este determinou ao Cel Lima Brayner e o Ten Cel Castelo Branco para conduzirem os termos da rendição, ficando acertada a suspensão dos fogos de artilharia a partir de 5:20h do dia seguinte e às 12h às tropas alemãs apresentar-se-iam nos posto de coleta de prisioneiros de guerra (P Col PG) em Scogdogna e Segalara, conforme solicitado pelos alemães.

Apesar de alguns incidentes, a rendição foi normal tendo sido aprisionados 2 oficiais generais e 14.777 homens da 148ª DI alemã, mais remanescentes da 90ª Div Pz e da Div Bersaglieri, 1000 viaturas motorizadas, 1.500 viaturas hipomóveis, 4000 animais e inúmeros armamentos (Figura 30). Tudo isso ocorreu com irrisórias baixas amigas, 5 mortos e 50 feridos, dentre os feridos encontrava-se o Cap Ernani Ayrosa da Silva, atingido gravemente por uma mina anticarro, em uma ação na estrada Collecchio - Fornovo.

Nessa ocasião, o restante da 1ª DIE se deslocou para as regiões de Piacenza e Castelvetro, a fim de substituírem parte da 34ª DI NA, que deveria atuar ao norte do Rio Pó e avançar na direção de Milão.



Figura 28 - Oficiais alemães negociam rendição da 148ª DI.



Figura 29 - Flagrante da rendição do Gen Fretter Cmt 148ª DI.



Figura 30 - Armamento alemão apreendido e Fornovo.

O final da campanha

No dia 30 de abril, a 1ª DIE recebeu sua última missão de combate, nos termos seguintes:

Estabelecer uma cabeça-de-ponte na margem N do Rio Pó, na região de Piacenza, a fim de proteger particularmente a construção de uma ponte em suas vizinhanças. Continuar a vigilância na linha Parma - Piacenza, detendo e aprisionando os elementos inimigos que se retiram para o norte; eliminar quaisquer forças inimigas encontradas; estabelecer ligações com a 92ª DI NA na zona de Alessandria. (Cópia do Relatório das atividades da FEB na Itália - AHEx).

Em cumprimento a essa ordem, foram organizados três GT; o 1º, o 6º e o 11º RI comandados respectivamente pelos Gen Cordeiro Farias, Falconieri e Zenóbio da Costa. Em 30 de abril, o 11º GT penetrou em Alessandria e fazendo a junção com a 92ª DI NA e em 1º de maio, elementos desse GT ocuparam as margens sul do Pó em Casale e lançando patrulhas até Vergelli, Mortara, Torino, Solero e Lombardore. O 1º GT lançou reconhecimento na direção de Lodi, Soresina e Montodino. Enquanto isso, o 6º GT, em Fornovo, terminava os últimos detalhes relativos à rendição da 148ª DI alemã. Em 2 de maio, o Esqd Rec estabeleceu contato com a 27ª DI francesa em Susa (Figura 31).

Com esses últimos acontecimentos terminava a guerra na Itália, pois, a 3 de maio, já se processava a capitulação final e total das forças alemãs no país, seguindo-se para a 1ª DIE um período de ocupação militar que se encerrou em 20 de junho.

A FEB sofrera, em toda a campanha, 443 mortos, (364 em ação, 60 em acidentes e 19 por doenças e motivos diversos), dos quais 13 eram oficiais. Ela cumprira rigorosamente sua missão na defesa da democracia.

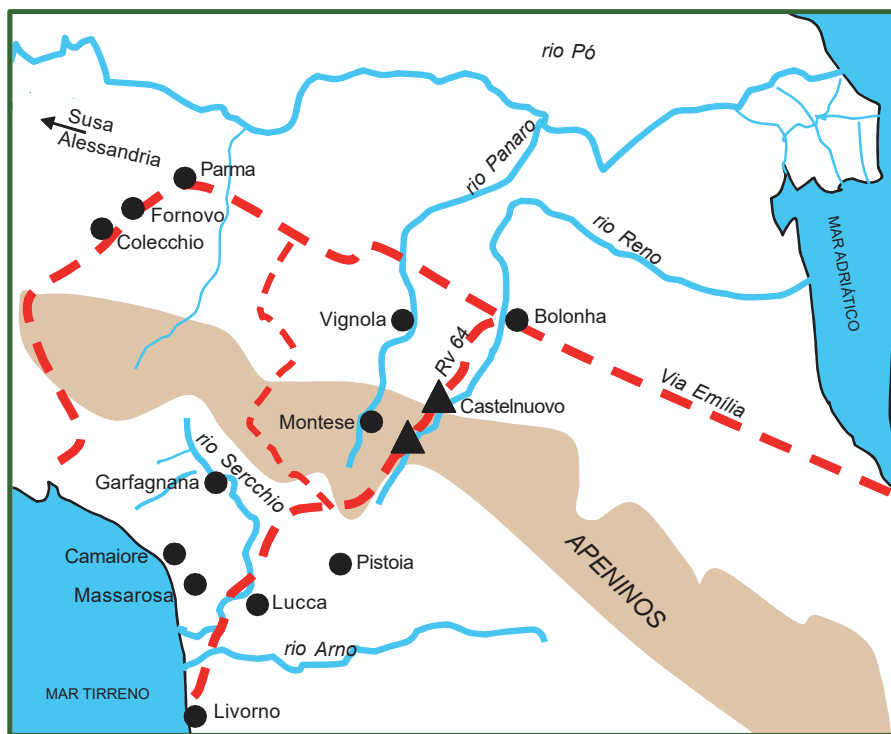


Figura 31 - Operações da FEB na região de Pó e na Direção de Susa.

Pouco depois, por ordem do Cmt V Ex, a 1ª DIE deslocou-se da sua área de ocupação para a região de Francolise, onde estacionou, aguardando o embarque para regresso ao Brasil. Em aviso 217-185, de 6 de junho de 45, ficou determinado que as unidades da FEB ficassem, desde a sua chegada ao Rio de Janeiro, subordinadas ao Cmdo 1ª RM e fosse dado destino aos seus elementos integrantes, o que significava a formal dissolução da Força Expedicionária.

Portanto, a FEB foi desativada, ainda, na Itália como medida de precaução do Governo Vargas, que temeroso da força e coesão e dos ideais de liberdade que a FEB defendera com suor e sangue, ela se tornasse uma séria ameaça ao regime vigente no país. Entre 6 de junho e 3 de outubro de 1945, chegaram ao Brasil os diferentes elementos integrantes da 1ª DIE e que foram, calorosamente, recebidos pelo povo brasileiro.

4. A participação da Marinha do Brasil no conflito

A Segunda Guerra Mundial encontrou a Marinha do Brasil em situação material bastante precária, devido as dificuldades econômicas da nação, no período. Assim, quando o submarino alemão U 307, na noite de 21 para 22 de agosto de 1942, afundou, nas costas de Sergipe, cinco navios mercantes brasileiros, com a perda de 607 passageiros, a Marinha tinha muito pouco com que enfrentar o inimigo que ameaçava as linhas brasileiras de navegação. Mas, com enorme esforço, em pouco tempo, já dispunha de uma frota de antissubmarinos bem equipada e aguerrida.

Sua principal tarefa foi proteger os comboios que trafegavam entre Trinidad, no Caribe, e Florianópolis - SC. Totalizando 574 comboios, formados por 3.164 navios mercantes, dos quais apenas três foram afundados.

As unidades de superfície da Marinha do Brasil afundaram 16 submarinos alemães e italianos, em resposta a permanente ameaça deles no Atlântico Sul. Documentos alemães confirmam que a nossa Marinha realizou 66 ataques contra seus submarinos.

Coube, ainda, à Marinha, a escolta do transporte da FEB até Gibraltar e o patrulhamento oceânico contra os furadores de bloqueio, navios que traziam mercadorias do Oriente para a Alemanha.

A Marinha envolveu-se na II GM mais tempo que o próprio país, uma vez que sua participação iniciou-se em outubro de 1941, com o posicionamento da Corveta Camaquã, em patrulha, no litoral do Nordeste e só terminou alguns meses após o fim da guerra, depois de assegurado que o Atlântico Sul estava efetivamente livre de submarinos do Eixo. Em quatro anos a Marinha de Guerra perdeu 468 dos sete mil homens que manteve em ação.

5. A Força Aérea Brasileira

A contribuição da Força Aérea Brasileira à causa aliada não ficou somente na proteção ao tráfego marítimo e na defesa do litoral brasileiro. Aos seus esforços iniciais somaram-se os do 1º Grupo de Caça, criado por Decreto em 18 de dezembro de 1943. Para comandante do grupo, foi designado o Major Nero Moura, um dos mais hábeis e competentes pilotos da Força Aérea. Foi, ainda, cogitada a criação de um grupo de bombardeiros, cuja concretização não se verificou, devido ao declínio da guerra.

A falta de material adequado para a instrução exigiu que os pilotos fossem treinados em escolas norte-americanas. Com esse fim, em janeiro de 1944, partiu com destino à Escola de Tática Aplicada, de Orlando, na Flórida, o primeiro contingente, composto de 16 oficiais e 20 sargentos. Lá receberam instruções referentes à aviação de caça diurna e noturna e à aviação de bombardeio.

A partir de 10 de fevereiro, novos contingentes de oficiais e graduados começaram a chegar às diferentes bases norte-americanas nas Caraíbas, até que, em 13 de março, todo o Grupo começou a concentrar-se na Base de Albrook, no Panamá, a fim de iniciar novo ciclo de instrução. Com o objetivo de imprimir maior objetividade à instrução, incorporaram-se ao Sistema de Defesa das Caraíbas.

O treinamento dos pilotos foi feito em aviões de caça tipo P 40, que estavam de acordo com as inovações desenvolvidas a partir de 1941 pela Força Aérea Britânica após a Batalha da Inglaterra.

Paralelamente à instrução dos pilotos, ocorreu a dos especialistas, entregue aos cuidados de instrutores que estavam nos Estados Unidos. A última fase do treinamento do Grupo começou a 1º de julho quando, então, julgaram-no apto a operar. O Grupo recebeu 25 aviões caça P 40 para uso próprio.

Em 27 de junho de 1944, o Grupo partiu para Suffolk Army's Air Field, em Long Island, a fim de se exercitar, nos caças Thunderbolt P 47 (figura 32) que seriam empregados na campanha da Itália. Esses eram os melhores aviões de caça norte-americanos, e seu armamento consistia em 8 metralhadoras automáticas .50.

Em setembro de 1944, o Grupo deixou a Base de Suffolk e seguiu para a Itália. O efetivo do Grupo chegou a 75 oficiais, 177 suboficiais e sargentos, 199 cabos, soldados e taifeiros, 6 enfermeiros e 1 capelão, totalizando 458 homens. Instalou-se em Tarquinia, mas por falta de sobressalentes, somente terminou seu aprestamento em 23 de outubro. Para efeito de emprego, o Grupo incorporou-se ao 350º Grupamento de Caças norte-americano, unidade integrante das Forças Aéreas Aliadas no Mediterrâneo e comandada pelo Ten Gen Ira Eaker.

Quando o 1º Grupo de Caça chegou à Itália, os V Ex NA e VIII Ex GB, integrantes do XV Grupo de Exércitos Aliados, encontravam-se em plena Batalha dos Apeninos e em luta contra forças alemãs instaladas na Linha Gótica, que pretendiam barrar o acesso dos aliados ao vale do Pó.

Embora na ofensiva, a situação desses Exércitos não era muito boa, dada a pobreza dos efetivos e suprimentos, a aspereza do terreno e à resistência do inimigo. Por outro lado, as Forças Aéreas desfrutavam de excelente condição, podendo prestar-lhes valioso apoio na difícil conjuntura. A superioridade aérea havia sido obtida, encontrando-se os céus da Itália praticamente livres da aviação inimiga, embora não o estivessem da artilharia antiaérea, arma tão perigosa para os pilotos quanto aquela.

Como decorrência daquela situação, não se justificava mais a presença no TO de tantas unidades de caça, surgindo daí a idéia de adaptá-las a missões de bombardeio, mediante a instalação de dispositivos para lançamento de bombas e foguetes e a colocação de uma máquina fotográfica para verificação dos resultados dos ataques. Assim transformados, poderiam, sem quebra da sua eficiência, participar da interdição do campo de batalha e do apoio imediato aos Exércitos, na sua última arrancada para o norte.

Durante pouco mais de quatro meses, aproximadamente, as Forças Aéreas desencadearam pertinaz campanha contra os sistemas de transportes em poder dos alemães, sendo atacaram parques e estações ferroviárias, viaturas, trens, pontes, entroncamentos, viadutos, centrais elétricas, etc., isolando e interditando o campo de batalha.

Dentre os muitos alvos atribuídos ao 1º Grupo, nessa fase, merecem destaque as ferrovias do Passo de Brenner e as suas variantes, defendidas, segundo o relatório dessa unidade, por 408 canhões antiaéreos de grosso calibre e 415 outras armas de menor porte. Das suas missões de apoio aéreo aproximado, destaca-se a colaboração prestada à conquista do maciço M. Belvedere - M. Castelo - M. Della Torrachia, pelo IV C Ex.

Na ofensiva da primavera, o 1º Grupo, dentro das missões recebidas do 350º Grupamento de Caças, dedicou-se ao apoio aéreo aproximado às Forças Terrestres no seu movimento para o norte. Atacou posições de baterias, pontos fortes, reservas e outras, por intermédio dos Destacamentos de Controle Aéreo Tático das unidades em terra.

Na campanha da Itália, o 1º Grupo de Caça cumpriu, até 3 de maio, data da rendição das forças alemãs na Península Italiana, 445 missões, 2.560 sortidas, em 5.465 horas de vôo, número proporcionalmente muito superior às missões cumpridas pelo restante das Forças Aéreas naquele TO. Destruuiu ou danificaram, em suas ações, 11 aeronaves inimigas, 105 locomotivas, 1.719 transportes motorizados, 1.085 vagões e carros-tanques, 21 blindados, 412 pontos em estradas de ferro e de rodagem, além de inúmeros outros danos e destruições em instalações e equipamentos inimigos.

De um total de 48 pilotos operacionais, em seis meses de atividades, o Grupo teve 16 pilotos abatidos pelo inimigo, sendo 5 mortos, 8 refugiados e 3 aterrados em território amigo. Na fase da ofensiva da primavera, 5 aeronaves foram destruídas pelo fogo anti aéreo do inimigo.

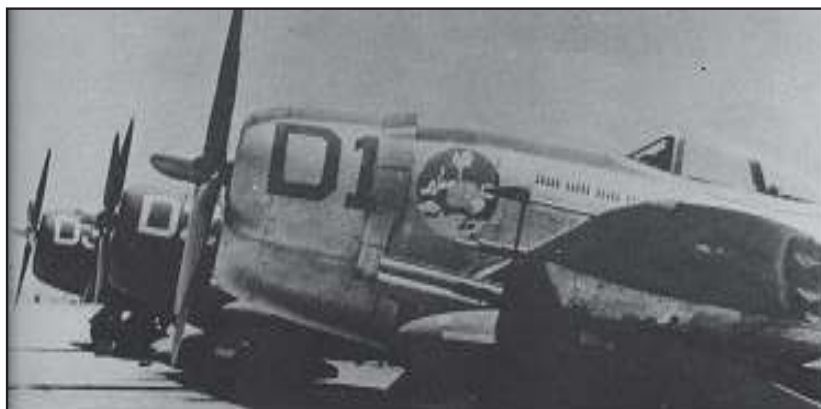


Figura 32 - Caças do 1º Grupo de Aviação-"Senta a Pua" em formatura na Itália.

6. Reflexos da participação do Exército Brasileiro na II GM

O Governo brasileiro criou, em 1946, o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, visando ao planejamento, ao emprego e às normatizações necessárias às operações conjuntas ou combinadas das três Forças ou de segurança interna ou externa. Para a formação e o preparo de assessores nas áreas de planejamento e de direção de Segurança Nacional e de Estado-Maior Conjunto, foi criada, no final da década de 40, a Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro.

Em 1946, o Coronel Castello Branco, oficial de operações da FEB, foi nomeado Diretor de Ensino da Escola de Estado-Maior, onde, devido a seus conhecimentos e experiência profissional, juntamente com outros oficiais que participaram da II GM, pôde iniciar um trabalho de elaboração de novos regulamentos que visam difundir a doutrina norte-americana que fora empregada pela FEB nos campos da Itália. Esses regulamentos não foram meras cópias da doutrina militar dos norte-americanos, tendo sofrido adaptações com vistas à melhor se ajustar às características do Exército Brasileiro.

Os novos métodos de planejamento de operações estavam baseados na capacidade prática dos oficiais de estado-maior e na concepção geral da manobra do comandante. As escolas de formação (AMAN, EsSA, CPOR, NPOR, EsMB, EsIE e EsCom), de aperfeiçoamento (EsAO) e de estado-maior (EsCEME) ficaram encarregadas da divulgação e difusão da nova doutrina no âmbito do Exército.

A organização do Exército, visando ao emprego da nova doutrina, era necessária. Grandes investimentos foram realizados, tendo sido adquiridos, nos Estados Unidos, uma enorme quantidade de armamentos e equipamentos (Figura 33), sendo fruto de um Acordo de Assistência Militar que foi assinado com aquela nação, no início da década de 50.

O recrutamento passou a exigir homens de níveis educacionais e culturais mais elevados. O processo de seleção foi adaptado para responder às novas exigências técnico-profissionais das unidades, utilizando-se de métodos científicos e orientados para as aptidões e possibilidades dos selecionados para o Serviço Militar Inicial.

A logística ganhou um grande impulso com a criação de depósitos regionais (subsistência, armamento ou munições), de arsenais e de parques de manutenção e a implantação de batalhões logísticos em grandes unidades (divisões e brigadas). Os processos administrativos foram aprimorados visando a torná-los mais eficientes e menos centralizados.

Foram criadas no início da década de 50, a Escola de Paraquedismo, o Núcleo da Divisão Aeroterrestre (NuDivAet) e as polícias do exército (BPE e Cia PE).

Os blindados, equipamentos, uniformes e armamentos foram substituídos por novos tipos, destacando-se: os carros-de-combate (CC) - Sherman e M3A1, as viaturas blindadas de transporte de pessoal (VBTP) - Scout Car e Half Track, os canhões anti-

carro (Can AC - 37mm e 57mm) e anti aéreos (Can AAe - 40mm e 90mm), os obuseiros (M101/105mm e M114/155mm), os rádios de campanha (PRC5 e PRC7), radares e sonares, os detectores e as minas (antipessoal e anticarro), as pontes de campanha (Baylei e M4T6), as bombas e granadas de diversos tipos, o equipamento individual NA (northamerican) e o capacete M1.

O Exército implantou diversos Programas-Padrão de Instrução nos níveis individual (básico e qualificação) e de adestramento (básico e avançado) que visam uniformizar e padronizar os métodos de preparação dos combatentes e das unidades operacionais, tendo realizado manobras regionais no Sul e Sudeste, na década de 50.



Figura 33 - Armamentos, equipamentos e viaturas do EB, no pós Guerra.

7. A Redemocratização do Brasil

Mesmo antes de terminar a guerra, tornou-se evidente para os brasileiros que o regime ditatorial instalado no Brasil não fazia mais sentido. O país lutou em defesa da democracia contra o fascismo na Itália, enquanto aqui prevalecia um regime com características idênticas.

As manifestações pelo retorno da democracia começaram pelo Manifesto dos Mineiros em outubro de 1943, passaram pelos militares brasileiros, em especial os integrantes da FEB e, finalmente, ao General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, que ao regressar de uma visita à linha de frente, na Itália, manifestou sua vontade ao General Góes Monteiro e este a Vargas, de quem era assessor.

Esses anseios transmitiram-se ao povo brasileiro. Finalmente, rendendo-se à realidade Vargas, marcou eleições para dezembro de 1945. Tudo indicava que a ditadura agonizava no ambiente de ressurreição democrática prenunciada pela vitória militar ocorrida na Europa.

O queremismo pregava, em manifestações ostensivas, a permanência de Vargas no poder e desafiava o ideal renovador dominante no seio das Forças Armadas. Assim, a intervenção militar para a garantia da imparcialidade do pleito tornou-se indispensável.

A 29 de outubro de 1945, os chefes militares e os candidatos à Presidência da República (General Dutra e Brigadeiro Eduardo Gomes) manifestam suas preocupações. O Presidente foi deposto pelo Alto Comando do Exército, com apoio das demais Forças Armadas. A deposição de Vargas ocorreu sem oposição, dado ao grau de reconhecimento do país de que se fazia por uma causa justa.

Em 02 de dezembro de 1945, após 15 anos de Era Vargas, foi eleito para a Presidência da República, o general Eurico Gaspar Dutra e também foi eleita uma Assembleia Constituinte, que elaborou a Constituição de 1946, com características, marcadamente, democráticas. Por fim o Brasil e o povo brasileiro devem muito às Forças Armadas e à FEB, em particular, pelo retorno dos ideais democráticos ao solo pátrio.



CAPÍTULO 8



**A AÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA MANUTENÇÃO
DA ORDEM INTERNA, NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL
E NO CONTEXTO INTERNACIONAL, APÓS A II GUERRA MUNDIAL**

A AÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA MANUTENÇÃO DA ORDEM INTERNA, NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL E NO CONTEXTO INTERNACIONAL, APÓS A II GUERRA MUNDIAL

Alexsander Soares Elias

*"Tudo passa, mas o Brasil fica.
Nós passamos, mas o Brasil fica.
O Brasil é eterno!
E o Exército é o guardião da eternidade do Brasil!"*

Gustavo Barroso

A Participação do Exército na Manutenção da Ordem Interna Após a II Guerra Mundial

O período da história republicana brasileira após a Segunda Grande Guerra (1939-1945), foi marcado pela égide da chamada "Guerra Fria". O termo, muito utilizado por jornalistas e historiadores, remete ao conflito ideológico, cultural, político, econômico e militar entre duas grandes potências do pós-guerra: Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), que perdurou até 1991, quando houve a desintegração do império soviético.

Nesse contexto, qualquer estudo acerca das instituições políticas brasileiras e suas eventuais crises têm de necessariamente levar em conta o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos. Este alinhamento não se constituía apenas no nível militar e econômico; havia também uma estreita ligação entre os princípios políticos e ideológicos que norteavam o modus vivendi da sociedade brasileira, de acordo com os valores equivalentes na sociedade norte-americana. Dentre tais valores, destacam-se a crença nos princípios democráticos da alternância de poder e o respeito à propriedade e a liberdade de expressão. No período do pós-guerra, houve vários momentos em que o Exército Brasileiro teve de agir a fim de garantir a manutenção de tais princípios no país.

A Deposição de Getúlio Vargas em 1945

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial trouxe ao país uma situação contraditória. Se as tropas brasileiras lutaram em solo italiano contra as forças do nazi-fascismo - ditos ditatoriais - não seria tolerável que aqui a situação política não fosse a de uma democracia liberal. Estava posto um grande problema; o governo tinha cunho ditatorial, pois, desde 1937, estava nas mãos do presidente Getúlio Vargas, de forma incontestada. Tal paradoxo tornava urgente uma solução.

Como grande articulador político, Vargas tentou tomar a frente do processo de redemocratização, apelando para uma aliança com as forças comunistas (cujo PCB - Partido Comunista Brasileiro - havia sido posto na legalidade em abril de 1945 pelo próprio Presidente) e com o chamado "sindicalismo pelego", que estava sendo encampado pelo recém-criado (também pelo próprio ditador) PTB - Partido Trabalhista Brasileiro. Surgia, então, o movimento Queremista, que exigia a permanência de Vargas no poder até que uma nova Constituição fosse entregue ao País. Os partidários de Vargas esperavam com isso que ele pudesse influenciar no processo constituinte, garantindo nessa nova Carta os direitos trabalhistas que foram outorgados ao longo dos seus quinze anos de governo. Para Vargas, tal apoio poderia garantir a permanência no poder, uma vez que, estando à frente do Executivo, teria a possibilidade de manobrar a Assembleia Nacional Constituinte e eleger-se novamente presidente da República, tal como o fizera com a Constituição de 1934.

Percebendo as manobras golpistas de Vargas, os chefes militares logo se articularam e detiveram a iniciativa das ações, conforme nos assinala o historiador Lincoln de Abreu Penna, em sua obra, *República Brasileira* (pág. 196):

A 29 de outubro, em consequência de uma série de reuniões, das quais participaram figuras de oposição e oficiais que serviam ao regime, é exigida a deposição do ditador. O General Góis Monteiro nomeia Cordeiro de Farias para a chefia do Estado-Maior (...). O Palácio Tiradentes é ocupado. O Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS), que se notabilizara como centro de tortura do regime estadonovista, é assumido pelo Coronel Dulcídio Cardoso. À noite deste mesmo dia, à frente de uma comitiva liderada pelo Coronel Cordeiro de Farias, Vargas é instado a renunciar.

Não restou ao ditador outra alternativa, a não ser resignar-se, exilando-se em São Borja - RS, sua terra natal.

A Crise em Agosto de 1954 (Vargas novamente no poder)

Nas eleições de 1950, o ex-presidente Getúlio Vargas (PTB-PSD) angariou 48,7% dos votos contra apenas os 29,7% obtidos pelo Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), conseguindo assim o mandato presidencial. Apesar da expressiva votação de Vargas, a UDN - União Democrática Nacional -, liderada pelo jornalista Carlos Lacerda, questionava a falta de maioria absoluta dos votos obtidos pela aliança PTB-PSD, marcando

desde o início uma cerrada oposição a Vargas. Tal oposição se fez crescer através dos anos com sucessivas denúncias através do jornal *Tribuna da Imprensa*, de propriedade do próprio Lacerda, nas quais constantemente buscava vincular Vargas aos interesses de lideranças sindicais manipuladas pelo PCB, desejosas de implantar no Brasil uma "República Sindicalista", seja lá o que isso significasse! Tal postura "denuncista" granjeou a Lacerda a alcunha de "o corvo", sendo assim chamado pelos seus adversários políticos. Não obstante estes exageros, expressos na divulgação de teorias conspirativas infundadas como o Pacto ABC (suposto plano de defesa externa conjunta entre Argentina, Brasil e Chile) ou a forjada carta Brandi (documento supostamente contrário à segurança nacional brasileira, atribuído a Antônio de Jesus Brandi, ministro do trabalho argentino), a imprensa lacerdista teve um papel relevante na disseminação do anticomunismo no meio civil, influenciando decisivamente a crise institucional que se instalou no País no ano de 1964. Cabe salientar também que, nesse período de nossa história republicana (1945-1964), a UDN foi o único partido de expressão verdadeiramente nacional a defender a irrestrita liberdade de expressão e o respeito à propriedade privada e a se posicionar francamente a favor da alternância de poder, condição *sine qua non* dos regimes democráticos. Nesse aspecto, residia a confluência ideológica entre os militares e a UDN, vindo a serem alguns dos membros da caserna os representantes do partido em eleições presidenciais desse período.

Uma ironia histórica: Lacerda fora o jovem estudante que, em janeiro de 1935, propôs o nome do líder comunista Luís Carlos Prestes para a presidência de honra da Aliança Nacional Libertadora, quando da sua reunião de fundação ocorrida no Teatro João Caetano, na cidade do Rio de Janeiro.

Em seu quarto governo (1951-1954), Vargas preocupou-se em ampliar suas bases eleitorais, utilizando para isso a máquina burocrático-sindical criada e fomentada sob os auspícios do Ministério do Trabalho, ainda durante o seu período como ditador (1937-1945). Essa postura de Vargas consubstanciou-se na escolha de seu Ministro do Trabalho, um jovem gaúcho de nome João Marques Belchior Goulart. Jango, como era mais conhecido, tinha papel de proa no PTB e era visto com desconfiança tanto pelo empresariado nacional como também pela oficialidade do Exército. Tais desconfianças advinham de sua franca ligação com lideranças sindicais vinculadas ao PCB, na clandestinidade desde 1947, ligações estas que eram muito menos por convicções ideológicas do que de ordem prática, no caso, o aumento de seu cacife eleitoral.

Ao fazermos qualquer tipo de avaliação da conjuntura nacional desse período, temos de necessariamente levar em conta o contexto político mundial de então. A chamada "Guerra Fria" estava em seu ápice, com a escalada da Guerra da Coreia (1950-1953), e os expurgos anticomunistas do macartismo nos EUA, em fins dos anos 1940 e início dos anos 1950, faziam-se refletir no Brasil, principalmente entre a oficialidade do Exército, o que reascendeu a ojeriza ao comunismo; uma reminiscência dos lamentáveis acontecimentos do ano de 1935 que ensejaram a denominada "Intentona Comunista" (até a pri-

meira metade da década de 1950 as Ordens do Dia dos Ministros do Exército alusivas ao fato faziam referência a "Revolução Comunista de 1935").

Além disto, acirrava-se o debate acerca do futuro do Estado brasileiro em termos de suas opções de desenvolvimento econômico, uma vez que o país experimentara tardiamente - apenas a partir da década de 1940 - a chamada modernidade capitalista de fato. Nesse torvelinho, a Força Terrestre viu crescer perigosas dissensões entre a sua oficialidade; havia oficiais que defendiam o alinhamento do Brasil com os EUA, inclusive sem restrições à entrada de investimentos norte-americanos no país (daí chamados pejorativamente pelos oponentes de "entreguistas") e aqueles que pregavam um nacionalismo econômico antiamericano, que se autointitulavam "nacionalistas". Cabe ressaltar que a posição deste último grupo coadunava em muito com a concepção da propaganda ideológica do PCB frente à agitação das massas.

Como um bom político populista, o presidente Vargas tentou manipular esse debate em seu favor, pendendo a um nacionalismo econômico estatizante, o que lhe granjeou paulatinamente a repulsa dos chefes militares - destacadamente os do Exército e da Marinha - que viam nessa atitude um perigoso efeito colateral: a possibilidade da pavimentação do caminho para a implantação, em longo prazo, de um regime de características comunistas no Brasil. Em seu cálculo político imediatista, Vargas estava menos preocupado com as possíveis consequências políticas de seus atos do que com a costura de acordos e compromissos políticos que lhe garantisse fazer de Jango - seu herdeiro político - o seu sucessor na Presidência da República. A conta por tal imprevidência mostrar-se-ia deveras cara ao ex-ditador.

Alguns dos oficiais ditos "nacionalistas" eram de fato marxistas teóricos, como foi o caso do historiador Nelson W. Sodré, então oficial superior do Exército. No entanto, a maioria destes prestava-se apenas ao papel de "bons companheiros de viagem", que, na gíria política da época, designava aquelas pessoas que cerravam fileiras junto às bandeiras ideológicas levantadas pelo PCB, por uma infinidade de motivos e interesses pessoais sem, no entanto, pertencerem aos seus quadros. A respeito das atividades do chamado "grupo nacionalista", bem como a organização de parte da oficialidade do Exército a fim de neutralizá-lo formando a chamada "Cruzada Democrática", o depoimento do Coronel Jarbas Passarinho na obra *Um Híbrido Fértil*, vem a ser bastante significativo:

Na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais [EsAO], que éramos obrigados a cursar, como capitães, tivemos em 1950 o que hoje eu chamaria de embrião de 1964. Apesar de intensa atividade profissional, que nos absorvia, nossa atenção voltou-se para o Clube Militar, cuja direção havia sido conquistada em eleições pouco disputadas. Venceram os que se diziam nacionalistas, como se os outros menos o fossem. Mas entre eles havia oficiais que, assumindo a direção do departamento cultural, usavam a Revista do Clube como veículo de pregação mais que simplesmente nacionalista. Tangenciavam, com o cuidado que a matéria impunha, a defesa das teses marxistas, sob certos mascaramentos. [...] Vimos no Clube Militar uma cabeça-de-ponte para o doutrinação do Exército pela esquerda. [Então] Reagimos.

Tal reação descrita manifestou-se de forma contundente nas eleições do Clube Militar no ano de 1952, que se transformaram em uma disputa ferrenha entre os membros da "Cruzada Democrática" e o grupo dos "nacionalistas". O desdobramento decorrente de tal disputa ganhou contornos nitidamente ideológicos, como nos é apresentado pelo historiador Ronaldo Queiróz, em sua tese de doutorado intitulada, *Do Exército Moderno à República Militar: Caserna, Política e Tensão 1913-1977*:

(...) O anticomunismo militar tomou a forma belicosa. Em suma, a tensão no interior das Forças Armadas, principalmente no Exército, transformava a instituição num espaço político que partidariava o quadro de oficiais, dividindo-os, impossibilitando, dessa forma, qualquer coesão imediata no corpo institucional. Em face disso, o alijamento dos militares de esquerda para a efetiva unidade ideológica se tornou imperativa como estratégia político-militar na direção da coesão institucional. A divisão na caserna dificultava a estrutura disciplinar, portanto atingia diretamente a hierarquia militar.

A disputada eleição para o Clube Militar no ano de 1952, representou bem mais que uma mera divisão no seio da caserna, o que por si só já seria grave; evidenciava e refletia o embate que também ocorria no meio político, empresarial, sindical e estudantil em relação ao direcionamento que viria a ser adotado pelo governo Vargas em suas relações internacionais, seja no aspecto político, seja no aspecto econômico.

Com a fragorosa derrota do General Estilac Leal (4.489 votos), ex-Ministro da Guerra de Vargas (1951-1952), que pleiteava um segundo mandato no Clube Militar, para a chapa liderada pelo General Alcides Etchegoyen (8.288 votos), apoiado pela "Cruzada Democrática", evidenciou-se a falta de apoio que Vargas possuía entre a oficialidade do Exército na consecução de seus projetos "nacionalistas", baseados em boa parte numa retórica antiamericana. A materialização mais evidente e preocupante para o governo dessa falta de apoio deu-se em fevereiro de 1954 através da publicação e circulação do chamado "Memorial dos Coronéis", que foi um manifesto assinado por 82 oficiais superiores do Estado Maior do Exército (EME) e da Escola Superior de Guerra (ESG) e redigido pelo Tenente-Coronel Golbery do Couto e Silva. A análise do historiador José Murilo de Carvalho na obra, *Forças Armadas e Política no Brasil*, nos traz o seguinte:

O "Memorial" punha ênfase na precariedade da situação funcional do Exército, com queixas contra a insuficiência de verbas, a falta de estímulo profissional, os baixos vencimentos, a desunião. Mas segundo admitem mesmo pessoas ligadas aos signatários, a finalidade principal era atingir João Goulart, Ministro do Trabalho, cujo projeto de 100% do salário mínimo era criticado ao final do "Memorial". Na pessoa de Goulart, o alvo era o mesmo de sempre, a alegada influência comunista nas Forças Armadas e no país, tolerada pelo presidente. Embora tivessem agido à revelia dos comandantes, os signatários não foram punidos como exigia a legislação militar, indicação clara da convivência dos chefes. Na realidade, o "Memorial" pretendia incentivar os generais a uma ação anti-Vargas.

É importante observarmos que, nesse período analisado, tal como nos que o antecederam e ao que lhe foi imediatamente posterior, a prática dos militares de se manifestarem publicamente sobre assuntos de ordem política era corriqueira, não obstante o fato de que nem sempre tais opiniões representavam o pensamento da corporação castrense como um todo. Sendo assim, a atitude desses oficiais superiores enquadrava-se na práxis concernente à época. Essa cultura política só veio a ser erradicada durante os governos do pós-1964, vindo esse feito a ser um dos mais significativos para a coesão das Forças Armadas em torno da preservação dos princípios democráticos. Com este afastamento forçado dos militares do jogo político, tornou-se inócuo no Brasil o vírus do caudilhismo - endêmico na América Latina -, permitindo o País a se inserir definitivamente no contexto das modernas democracias ocidentais na década de 1980.

Tomando por empréstimo o título premonitório do último disco da banda inglesa Pink Floyd (antes da saída do vocalista Roger Waters em 1983), podemos dizer que o "The Final Cut" entre Vargas e o Alto Comando do Exército deu-se na chamada crise de agosto de 1954, a qual teve início quando o jornalista Carlos Lacerda veio a ser alvo de um frustrado atentado contra a sua vida, o que acabou vitimando um major da Aeronáutica. Não fosse a perspectiva de que a história é "filha de seu tempo", poderia nos parecer estranho que um oficial, de qualquer das Forças Armadas, viesse a fazer parte da guarda pessoal voluntária de um político civil; no entanto, esse era o Brasil dos chamados anos dourados. As investigações e diligências que sucederam ao evento levaram à prisão de pessoas que confessaram o envolvimento de Gregório Fortunato - chefe da guarda pessoal de Vargas - na contratação do pistoleiro que incidentalmente tirou a vida do Major Rubens Vaz no princípio de agosto, na pacata Rua Toneleiros, do então elegante bairro de Copacabana.



Atentado contra Carlos Lacerda

Parecia que o mundo desmoronava ao entorno do presidente. Conforme prosseguiram as investigações levadas a cabo de forma paralela pelo Exército e pela Aeronáutica, as evidências sobre o mando do crime recaíam diretamente sobre os assessores mais próximos de Vargas, trazendo à tona uma série de outras irregularidades cometidas por eles mesmos, levando o presidente a dizer: "tenho a impressão de me encontrar sobre um mar de lama". Diante de tal situação, os comandantes militares passaram a externar sua insatisfação e exigir seu afastamento do poder. No dia 22 de agosto, o próprio Marechal Mascarenhas de Moraes levou ao palácio presidencial um pedido de renúncia, feito por um grupo de oficiais da Aeronáutica que tinham à frente o Brigadeiro Eduardo Gomes. Já no dia seguinte, vinte e sete generais lançaram o "Manifesto à Nação", exigindo a renúncia de Getúlio. Convencido de que a situação se tornara insustentável e cioso pela manutenção da unidade da Força Terrestre diante de tal quadro de crise institucional, o Ministro da Guerra, Zenóbio da Costa, apresentou, na manhã do dia 24 de agosto, a exigência do afastamento definitivo de Vargas da Presidência da República. Era o fim de linha para o velho caudilho, já então um septuagenário. Como último ato de uma ópera trágica, o presidente optou por tirar a própria vida, segundo ele mesmo em carta-testamento, "para entrar na história".



O suicídio de Vargas

O Golpe Preventivo do Marechal Lott (novembro de 1955)

As eleições de 1955 deram vitória aos candidatos Juscelino Kubitschek (PSD - Partido Social Democrata) e seu vice, João Goulart (PTB). Alguns políticos da UDN e militares (principalmente da Marinha e da Aeronáutica) descontentes com o resultado eleitoral, articularam-se no sentido de não permitir a posse dos eleitos e manter na presidência o deputado Carlos Luz, que, por força das circunstâncias, após o suicídio de Vargas e posterior adoecimento do vice-presidente, Café Filho, e pelo cargo de presidente da Câmara dos Deputados, ocupava a vaga presidencial. A insatisfação desses setores dava-se basicamente por dois motivos: os eleitos não obtiveram maioria dos votos (an-

gariaram apenas 36% da votação), tese defendida pela UDN, que obteve com seu candidato militar - Juarez Távora - o segundo lugar com 30% dos votos; e o fato de João Goulart ser herdeiro natural do populismo varguista, o que levantava suspeitas em muitos círculos militares que tiveram franca atuação nas pressões sobre Vargas em agosto de 1954.

Foi necessária a firme intervenção do então Ministro da Guerra, Henrique Duffles Teixeira Lott, garantindo a posse dos eleitos através do uso da Força Terrestre. Tal fato nos é apontado pelo historiador brasilianista Thomas Skidmore, em sua obra, *Brasil: De Getúlio a Castelo*:

Convencido de que o presidente interino Carlos Luz estava ligado aos conspiradores, Lott decidiu promover o seu próprio "golpe preventivo". A 10 de novembro, no dia em que sua demissão tornou-se pública, o ex-ministro da Guerra rapidamente mobilizou o Comando do Exército no Rio de Janeiro. A 11 de novembro, unidades do Exército ocuparam todos os principais prédios públicos, estações de rádio e jornais. Era um golpe militar no sentido clássico (...) Embora Lott tivesse o apoio do Exército no Rio e dos comandos vizinhos, os ministros da Marinha e da Aeronáutica denunciaram sua ação como 'ilegal e subversiva'. Sua resistência desapareceu, contudo, quando as unidades do Exército cercaram as bases aéreas e navais dissidentes.

Ato contínuo, o Marechal convocou o senador Nereu Ramos a ocupar a presidência até 31 de janeiro de 1956. Com essa atitude, o Marechal Lott garantiu a posse dos eleitos, preservando a continuidade democrática em nosso país e respeitando a vontade das urnas que fora expressa nas eleições de 1955. A sociedade brasileira teve, então, a percepção de que a intervenção militar tinha um caráter franco de manutenção da democracia, postura esta que mais adiante seria novamente esperada dos chefes militares, principalmente do Comando do Exército.



JK e o Marechal Lott

A Renúncia de Jânio Quadros e a Crise Institucional



O importante é saber para onde ir

Em 25 de agosto de 1961, sete meses após a sua posse, numa atitude inusitada o Presidente da República, Jânio da Silva Quadros, apresentou sua renúncia do cargo ao Congresso Nacional. Tal atitude peremptória visava o que mais tarde foi admitido pelo próprio Jânio, a forçar os chefes militares e a classe política a apoiá-lo num governo de força, ao estilo do exercido pelo General De Gaulle na França. Pelos seus cálculos, o presidente acreditava que, a despeito de sua falta de maioria no Congresso - apesar de eleito pela influente UDN, Jânio não tinha o apoio do partido - e da extrema desconfiança com que era visto pela cúpula militar - sua chamada "política externa independente" protagonizou atos como a condecoração de Ernesto Guevara com a medalha do Cruzeiro do Sul e o reatamento de relações diplomáticas com o bloco comunista -, seria pouco provável que estes dois importantes atores do jogo político nacional aceitassem de bom grado a ocupação do cargo presidencial por parte de seu vice, João Marques Belchior Goulart, o velho Jango, herdeiro do trabalhismo varguista, ligado a sindicalistas que tinham estreita relação com o Partido Comunista, então na ilegalidade. Em que pesassem essas considerações, sua renúncia fora prontamente aceita, o que necessariamente não ocorreu quanto à certeza da posse de João Goulart.

Havia um veto tácito por parte dos ministros da área militar, recusando-se estes a aceitar a solução parlamentar articulada pelo Congresso: a Emenda Constitucional de nº 04, que estabelecia o sistema parlamentarista no Brasil. Tal impasse levou até mesmo a haver dissensões dentro da Força Terrestre, conforme nos assinala Skidmore em sua obra já citada:

A opinião do Exército, no entanto, não era unânime. Logo depois da renúncia de Jânio, o Marechal Lott, já então apenas um general [sic] reformado, lançou um manifesto insistindo em que Jango assumisse a presidência tal como rezava a Constituição. Não conseguiu sequer arrastar a facção "pró-legalidade" entre o corpo de oficiais.(...) Lott foi imediatamente preso por ordem do Ministro da Guerra. (...) Subitamente a dissensão veio a público. O General Machado Lopes, comandante do Terceiro Exército, no Estado natal de Jango, o Rio Grande do Sul, declarou apoiá-lo totalmente. Uma declaração tão clara parecia ameaça de uma guerra civil. Sem essa deserção da parte de um comandante regional, a "frente legalista", provavelmente, não teria tido chance de contrariar o veto dos ministros militares. Jango ficou, portanto, devendo sua posse aos oficiais que divergiram da implacável oposição dos Ministros militares.

O receio dos chefes militares era de que Goulart, ao lançar mão de táticas populistas para governar, acabasse enveredando o país numa luta classista, o que era desejado por muitos. Tais temores, não tardaram a se confirmar.

Posse de João Goulart e a Experiência Parlamentarista

O Vice-Presidente da República, informado das resistências à sua posse, decidiu não voltar de imediato da China, aonde se encontrava em viagem diplomática a mando do próprio Jânio, mas fazer uma longa rota por Paris, Nova York, Buenos Aires, Montevideu e Porto Alegre, enquanto seus correligionários tentavam vencer a dificuldade. Alguns deles, entre os quais Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul, cunhado de Goulart, preparavam-se para a luta armada. Militantes brizolistas armaram barricadas em torno do Palácio Piratini, na cidade de Porto Alegre, e receberam do Governador três mil revólveres, com muita munição, requisitados da fábrica Taurus.

Em poucos dias, a crise econômica intensificou-se gravemente, enquanto as tensões políticas extremavam-se. Desenvolveu-se uma campanha desesperada pela ascensão de Goulart. O Exército procurava sentir os anseios nacionais, prevenindo as implicações da posse, mas sem desejar interferir diretamente no curso dos acontecimentos. No Sul, chefes militares cederam à pressão da campanha pela posse de Goulart, coordenada desde o Palácio Piratini, onde o governador Leonel Brizola instalava as transmissoras de uma rede nacional de rádio - a "Cadeia da Legalidade".

Os ministros militares chegaram a organizar, às pressas, a Divisão Cruzeiro, que sob o comando do General de Divisão José Teóphilo de Arruda, marcharia para o Sul a fim de contrapor-se ao III Exército, comandado pelo General de Exército José Machado Lopes. Pairava no ar o fantasma da guerra civil.

No Rio de Janeiro, alguns governadores reunidos propuseram uma solução de compromisso: a instituição de um regime parlamentarista, visando a reduzir substancialmente o poder do Presidente da República. O Congresso aprovou a emenda parlamentarista, que foi aceita pelos militares com reservas.

Destinado a forçar o presidente a moderar sua conduta, o artifício parlamentarista só serviu para deixar o país em meio a agitações de variadas matizes políticas, pois

Jango dedicava todo o seu tempo a um objetivo previsível e em certa medida legítimo: reconquistar e, se possível, aumentar os poderes presidenciais. É neste contexto que ocorreram vários episódios que levaram os chefes militares - já sensibilizados com as manifestações de empresários, organizações sociais, setores conservadores do clero católico e principalmente, de políticos civis -, a deflagrarem o movimento militar do dia 31 de março de 1964.

O 31 de Março de 1964

Na manhã de 31 de março, o Governador Magalhães Pinto levantou o Estado de Minas Gerais, juntamente com os comandantes da tropa federal e da Polícia Militar, o General de Divisão Olímpio Mourão Filho, da 4ª Região Militar, o General de Brigada Carlos Luís Guedes, da Infantaria Divisionária, e o Coronel José Geraldo de Oliveira, da Polícia Militar. O Marechal Odílio Denys, apesar de encontrar-se na reserva, havia se deslocado para Belo Horizonte, a 28 de março, para tratar da deflagração do movimento.

Na noite de 30 para 31 de março, foram desencadeadas três operações simultâneas: "Silêncio" - controle do serviço de telecomunicações; "Gaiola" - prisão dos líderes considerados extremistas no Estado e "Popeye" - deslocamento da tropa nos eixos rodoviários Juiz de Fora - Guanabara e Belo Horizonte - Brasília. Decretada a mobilização geral, o General José Lopes Bragança, da reserva, começou o alistamento de voluntários civis, que ultrapassou a casa de 10 mil homens. Às 17 horas de 31 de março, Magalhães Pinto leu o seu Manifesto à Nação, divulgando a eclosão do movimento. Por volta da meia-noite aderiu ao movimento o General de Exército Amaury Kruehl, comandante do II Exército (São Paulo e Mato Grosso). As tropas mineiras atravessaram o rio Paraibuna e logo se defrontaram com o Grupamento Tático, do General de Brigada Luís Tavares da Cunha Mello, enviado pelo Comando do I Exército para barrar-lhes o deslocamento. Ao cair da tarde, patrulhas do Destacamento Tiradentes entraram em contato com elementos do 1º Batalhão de Caçadores. O comandante da vanguarda mineira tomou conhecimento de que o comando de sua opositora carioca desejava ganhar tempo, para o grosso da tropa desdobrar-se defensivamente no terreno. Assim, anunciou que atacaria, mas enviou parlamentares que acabaram por conseguir a adesão do 1º Batalhão de Caçadores. Depois, foi a vez do Regimento Sampaio, que já se encontrava em Três Rios, tomar a mesma atitude; seu comandante, o Coronel Raimundo Ferreira de Souza aceitou as ponderações feitas por telefone, pelo Marechal Odílio Denys. A resistência governista desmoronava-se rapidamente, ficando livre a estrada de Petrópolis para o Rio de Janeiro com a retirada, afinal, do 2º Regimento de Infantaria.

Em São Paulo, verificou-se ação rápida na região do ABC, enquanto o Coronel Roberto de Pessoa controlava os meios de comunicação urbanos. A tropa pôs-se em marcha em direção ao Rio de Janeiro pela rodovia Presidente Dutra. Em Caçapava, foi preso o General de Brigada Euriale de Jesus Zerbini (irmão do mundialmente renomado

No Rio Grande do Norte, ocorreram ligeiros incidentes. De início, o Governador apoiou Jango, mas, em seguida, divulgou nota manifestando adesão ao movimento militar. Apenas a Base Aérea de Natal, no começo, não participou das ações contra o governo, devido o seu comandante mostrar-se contrário ao movimento. Mas a situação em Natal foi imediatamente posta sob controle, com a substituição do comando da Base Aérea. Na região Norte, a adesão ao movimento foi imediata e sem maiores problemas.

No Rio de Janeiro, muitos ainda no Palácio Laranjeiras acreditavam na possibilidade de barrar o deslocamento das tropas de Minas Gerais e São Paulo, em direção à cidade. Quando se soube que João Goulart embarcara para Brasília em um avião que o aguardava no fim da pista do Aeroporto Santos Dumont, todos os que o acompanhavam naqueles momentos cruciais deixaram o Palácio.

Em Brasília, João Goulart imaginou contar com forças que lhe permitissem reagir. O Comandante da 11ª Região Militar e do Comando Militar do Planalto, General de Brigada Nicolau Fico, tentou iniciar uma resistência, apoiado pelo núcleo local do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), que abriu inscrições de voluntários.

No restante do Centro-Oeste, a situação foi controlada facilmente. O Coronel Carlos de Meira Mattos (que posteriormente veio a comandar a AMAN), comandante do 16º Batalhão de Caçadores, de Cuiabá, tão logo tomou conhecimento da eclosão do movimento em Minas Gerais, ainda no dia 31 de março, deslocou sua tropa por rodovia e via aérea, em caminhões e aeronaves comerciais requisitadas, com destino a Goiânia e Brasília. Após conseguir a adesão do 10º Batalhão de Caçadores, de Goiânia, e da Polícia Militar de Goiás, rumou para Brasília, ocupando a capital da República e assumindo o comando geral de toda a tropa lá aquartelada.

Às 22 horas de 1º de abril, João Goulart deixava a capital rumo a Porto Alegre. Às 03:35 horas do dia 2, o Congresso, sob a presidência de Auro de Moura Andrade, votava o impedimento de João Goulart. Era declarada vaga à Presidência da República, sendo investido no cargo o Deputado Pascoal Ranieri Mazzili, Presidente da Câmara dos Deputados. Imediatamente, o General de Brigada André Fernandes, Chefe de Gabinete do Ministro da Guerra em Brasília, assumiu a Casa Militar e dominou a situação em Brasília.

O III Exército encontrava-se sob o comando do General de Exército Benjamin Rodrigues Galhardo, que foi substituído, a 1º de abril, pelo General de Divisão Ladário Pereira Teles, cuja posição era nitidamente janguista. A 3ª Divisão de Infantaria, de Santa Maria (General de Divisão Mário Poppe de Figueiredo) e a 2ª Divisão de Cavalaria, de Uruguaiana (General de Brigada Joaquim de Mello Camarinha), juntamente com a 3ª Divisão de Cavalaria, de Bagé (General de Brigada Hugo Garrastazu Teixeira), comprometidas com o movimento que ganhava corpo em todo o país, puseram-se em marcha sobre Porto Alegre.

No Paraná e Santa Catarina, importante área tampão entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, a ausência dos comandantes da 5ª Região Militar e da Infantaria Divisionária facilitou a adesão unânime da tropa regional, reforçada por um grupamento tático paulista e pela Polícia Militar paranaense. Nem mesmo em Porto Alegre havia unanimidade; o próprio Leonel Brizola, que também se encontrava na capital gaúcha, verificou que não possuía tantos adeptos quanto esperava. Percebendo a impossibilidade de reação, voou para sua estância Rancho Grande, em São Borja, e, deste local, para o Uruguai. Com a divulgação da notícia de que Jango abandonara o território nacional, no dia 3 de abril, o General Poppe assumiu o controle da situação e reintegrou em suas funções o Governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneguetti.

Em nome do movimento cívico-militar vitorioso, constituiu-se o Comando Supremo Revolucionário, integrado por três chefes militares representantes das Forças Armadas, que, posteriormente, foram nomeados ministros das respectivas Forças pelo Presidente Ranieri Mazzili. Era imperioso garantir a legalidade da ação militar. Com este intuito, foi decretado o Ato Institucional nº 1, de 9 de abril, que afirmava as bases do movimento e estabelecia as medidas drásticas que a situação excepcional impunha. O Executivo recebia amplos poderes para suprimir direitos políticos de cidadãos considerados subversivos à época, por períodos de até dez anos (coincidindo com o prazo máximo que alguns ideólogos militares julgavam suficiente e seguro para o retorno do poder político aos civis). Mandatos de membros do Legislativo poderiam ser, e foram efetivamente cassados. Foram suspensas por seis meses as garantias constitucionais de estabilidade para funcionários públicos, tendo ocorrido várias aposentadorias compulsórias e demissões, inclusive dentro da própria caserna. As Forças Armadas assumiam a responsabilidade da direção nacional.



Manchetes de jornais em 1º e 2 de abril de 1964

REFLEXÕES SOBRE A REVOLUÇÃO E O PÓS-64

Nilson Vieira Ferreira de Mello - Cel

(...) Nunca é demais lembrar que, no período de 1968 a 1973, registrou-se um crescimento econômico médio de 11,2% ao ano, com a oferta de empregos expandindo-se à taxa média anual de 4,3%, superior ao crescimento demográfico, estimado em 2,9%. Os investimentos estrangeiros diretos subiram de US\$ 1,6 bilhão em 68 para US\$ 4,6 bilhões em 73, dos quais 77% aplicados na indústria. A inflação- flagelo do assalariado e cornucópia do especulador- de uma projeção para 1964 de 140%, baixou para a média de 27% no decênio 1965/74. (...).

Alguns tentam obscurecer os êxitos econômicos da Revolução acusando-a de descaso com os problemas sociais. Ora, a solução desses problemas depende de recursos gerados pelo desenvolvimento. Esquecem, maldosamente, que foi o regime de 64 que incorporou à Previdência Social, hoje falida pelos descaminhos gerenciais e pela temerária generosidade da Constituição, 20 milhões de trabalhadores rurais, promulgou o Estatuto da Terra e criou órgãos e instrumentos de ação social, como o FGTS, o PIS/PASEP, o Sistema Nacional da Habitação e o BNH.

No campo da educação, essencial à promoção social, criou o MOBRAL cujos resultados foram excelentes até ser sabotado por razões políticas. Instituiu o Projeto Rondon, feliz e patriótica iniciativa que aproximava futuras elites profissionais das realidades do interior do país (...).

Em 1970, os mais pobres, que percebiam menos de um salário por mês, constituíam mais da metade da população (55%) e sua renda média anual era de US\$ 66,00. Em 1980, esses mais pobres representavam apenas 34% dos brasileiros e sua renda anual subira para US\$ 206,00.

Os demais estratos sociais, mais qualificados para disputar os benefícios do desenvolvimento, também ficaram mais prósperos: a classe média expandiu-se, os ricos ficaram mais ricos e a mobilidade social ocorria preponderantemente no sentido ascensional. Ronaldo Costa Couto, crítico severo do regime de 64, diz em seu livro 'História Indiscreta da Ditadura e da Abertura', recentemente publicado: "A verdade é que nesse período de crescimento acelerado a sensação dominante em todas as classes sociais era de ganho". Logo adiante reproduz depoimento de Luiz Inácio Lula da Silva no qual este afirma: "A popularidade de Médici no meio da classe trabalhadora era muito grande. Ora, por quê? Porque era uma época de pleno emprego".

(...) As Forças Armadas não esperavam louros triunfais ao término do ciclo revolucionário, que sempre viram como transitório. Cumpriram o seu dever de defesa da Pátria, impedindo que se tornasse uma gigantesca Cuba. E ainda fizeram mais, alçando o Brasil de um modesto 43º lugar para o de 8ª economia mundial, posição mais coerente com as dimensões e potencialidades. (...).

A Opção pela Luta Armada e a Reação do Exército

A Guerrilha Urbana

É senso comum que as ações violentas de grupos armados, visando ao enfraquecimento e à desmoralização dos governos militares, tiveram como ação motivadora o fechamento dos canais políticos a partir da decretação do Ato Institucional de número cinco (AI-5), datado de 13 de dezembro de 1968. Tal argumentação não encontra amparo na realidade dos fatos, uma vez que desde o ano de 1966 se tem registros de uma sequência de atentados a bombas, como o que foi efetuado no aeroporto internacional dos Guararapes (25/07/66) contra o General Costa e Silva, então Ministro do Exército, que redundou nas mortes de um jornalista e um almirante. Neste rol, também podemos destacar o atentado feito com um carro bomba ao QG do II Exército (22/06/68), em São Paulo, e que levou à morte o Soldado Mário Kozel Filho, um jovem de apenas 19 anos que cumpria o serviço militar obrigatório.



Atentado ao QG do II Exército



Soldado Mário Kozel Filho

De acordo com dados apresentados pela revista Aventuras na História (julho/2007), estima-se que em torno de 1.400 pessoas tenham se engajado em cerca de dezenove organizações clandestinas que propunham a derrubada dos governos militares no Brasil. Os elementos de esquerda que optaram pela luta armada lançaram mão de inúmeros expedientes criminosos, dentre os quais: atentados à bomba (cerca de 40); assaltos a bancos e carros-fortes (cerca de 154); roubo de armas em quartéis (o mais lamentável destes executado pelo desertor e ex-capitão Carlos Lamarca, que levou 63 fuzis e 03 metralhadoras do 4º RI, em Osasco); assassinatos de militares (um capitão dos EUA, suspeito de torturar guerrilheiros no Vietnã e de um major alemão, confundido com Gary Prado, captor e executor de Che Guevara); sequestro de embaixadores (04); sequestro de aviões (08) e até mesmo "justiçamento" de seus próprios quadros, que por algum motivo fossem considerados vacilantes e traidores da "causa revolucionária": entre 1972 e 1973, pelo menos nove guerrilheiros quiseram abandonar as armas e foram mortos por

seus próprios companheiros após serem submetidos e julgados a revelia por um "tribunal revolucionário".

É importante salientar que, em nenhum manifesto produzido pelas organizações de esquerda no período, propõe-se a continuidade da democracia liberal, ou mesmo justificam-se tais ações de guerrilha em prol de seu retorno, conforme afirma o historiador da Universidade Federal Fluminense e ex-guerrilheiro, o Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho - que atuou no sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick e posteriormente preso pelo Exército, foi libertado após o sequestro de outro embaixador. Para este analista, o discurso que defende que as organizações da esquerda armada lutaram pelo restabelecimento da democracia no Brasil tem início somente após a Lei da Anistia (1979), uma vez que não há documentação produzida por estas mesmas organizações que comprovem o contrário. Segundo o renomado historiador, embora lutassem contra um governo que definiam como ditatorial essas organizações de esquerda propunham, em seus manifestos, uma revolução popular para a posterior implantação de uma "ditadura do proletariado" ao estilo cubano, chinês e até mesmo albanês.

O saldo das ações de cunho terrorista no Brasil rendeu aos guerrilheiros cerca de 3,8 milhões de dólares, fruto de roubo a residências e "expropriações bancárias". O sequestro de diplomatas resultou na libertação de 130 militantes que haviam sido presos por suas ações de cunho terrorista (sendo o mais notório destes, o do embaixador dos EUA, Charles Burke Elbrick em setembro de 1969). A fim de se articular a luta contra a guerrilha, as Forças Armadas somaram esforços no sentido de aparelharem seus órgãos de inteligência. O Serviço Nacional de Informações (SNI) passou a coordenar as ações do CIE (Centro de Informações do Exército), e dos serviços correlatos da Marinha (Cenimar) e da Aeronáutica (N-Sisa). Também foram criados os DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações e Defesa Interna) e a OBAN (Operação Bandeirante), que tinha a colaboração de forças auxiliares - polícia militar e civil - no combate ao terrorismo levado a cabo pelos grupos guerrilheiros de esquerda. Tal coordenação e controle de esforços logo se mostraram profícuos. De setembro de 1969 a janeiro de 1970 foram estourados 66 "aparelhos" (locais que serviam de esconderijo aos guerrilheiros), presas 320 pessoas e apreendidas cerca de 300 armas. Nas palavras de um ex-guerrilheiro: "O Exército demorou a reagir, mas quando reagiu, esmagou as organizações guerrilheiras".

A repressão aos grupos guerrilheiros intensificou-se: Carlos Marighela - líder da ALN (Aliança Libertadora Nacional) e mentor do assalto ao Hospital Militar do Cambuci e do lançamento do carro-bomba contra o QG do II Exército em junho de 1968 - foi morto em São Paulo, numa ação desenvolvida pela OBAN em novembro de 1969. Carlos Lamarca - desertor do Exército, que roubou da casa da amante do ex-governador Adhemar de Barros um cofre contendo cerca de 2,6 milhões de dólares e comandou o sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher - foi perseguido no sertão da Bahia por um destacamento comandado pelo então Major Nilton Cerqueira, na chamada Operação Pajuçara.

Em setembro de 1971, o líder da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) foi morto a tiros próximo ao povoado de Pintada. Em sua obra acerca do período abordado, *As Ilusões Armadas*, o jornalista Élio Gaspari assim define o que ocorreu: "Da explosão da bomba no aeroporto dos Guararapes ao sequestro de Elbrick, as organizações armadas têm uma narrativa de ações. Depois da morte de Marighela, começou uma crônica de cadáveres".

Uma das melhores declarações públicas ao questionamento acerca da atuação enérgica das Forças Armadas - capitaneadas pelo Exército - frente aos grupos guerrilheiros que atuaram no Brasil foi dada pelo Coronel Jarbas Passarinho, em razão de matéria jornalística em dezembro de 1998, alusiva aos 30 anos da decretação do AI-5; quando indagado pelo jornalista, respondeu: - "O que o Exército deveria ter feito? Deveria ter entregado o poder aos comunistas? Teria sido o melhor para o Brasil?".

A Guerrilha Rural

No início dos anos de 1960 estava em voga na América Latina a "Teoria do Foquismo", elaborada pelo argentino Ernesto "Che" Guevara e pelo francês Régis Debray; essa teoria enfatizava a perspectiva da vitória de uma revolução comunista a partir de um "foco guerrilheiro" em área rural. Experiências bem sucedidas, como as que ocorreram na China (1949), em Cuba (1959) e a que estava em andamento no Vietnã do Sul, davam a muitos jovens corajosos e imbuídos de um verdadeiro idealismo revolucionário, uma percepção de que bastava ter em mãos um AK-47 e uma floresta onde se embrenhar para o sistema capitalista ruir frente ao cercamento das cidades pelo campo.

Embalados por essas ideias, um grupo de militantes do PC do B - Partido Comunista do Brasil - (dissidência comunista surgida em 1962, que seguia a orientação chinesa, diferentemente do PCB, que seguia as ordens vindas de Moscou) resolve estruturar um foco de guerrilha na região do Araguaia. A ocupação do terreno pela guerrilha começou no ano de 1966, tendo os comunistas, já no ano de 1971, cerca de 50 guerrilheiros em três áreas de atuação na região do "Bico do Papagaio", na confluência dos rios Araguaia e Tocantins (região que abrange os atuais estados do Pará, Maranhão e Tocantins) totalizando um raio de ação de 130 quilômetros de extensão. Para a consecução de seus objetivos, os guerrilheiros procuraram estabelecer laços de confiança com a população local, visando à mobilização e à "conscientização política" dos agricultores locais e das populações ribeirinhas.

No intuito de dismantlar a ameaça de sublevação de cunho maoísta, o Exército mobilizou um efetivo de 3.200 homens, sua maior movimentação de tropas desde a Segunda Guerra Mundial. Foram três fases da ação repressora pela força legal: 1ª fase, de abril a outubro de 1972; 2ª fase, de abril a agosto de 1973; e a 3ª fase, de setembro de 1973 a março de 1975. Inicialmente, as forças regulares do governo tiveram dificuldades em alcançar os objetivos traçados, uma vez que ainda eram incipientes tanto nossa doutrina de contraguerrilha, como também o adestramento de tropas para o emprego em tal finalidade.

De acordo com artigo publicado no 1º trimestre de 1995 na *Military Review*, pelo General Álvaro de Souza Pinheiro - que como tenente combateu a guerrilha no Araguaia tendo, inclusive, sido ferido em combate - a operação de contraguerrilha em sua fase inicial apresentou uma série de equívocos, dentre os quais se destacam:

Concepção equivocada nos níveis operacional e tático: o planejamento e a condução das operações inicialmente desencadeadas no "Bico do Papagaio" partiram do pressuposto que as ações de contraguerrilha a serem executadas seriam aquelas que normalmente são desencadeadas contra forças já no estágio de Exército de Libertação Nacional, do tipo "martelo-bigorna", "pistão-cilindro", etc. Uma das primeiras operações efetuadas na área foi uma ação de vasculhamento na única serra da região, a serra das Andorinhas, que se caracterizava por não ter cobertura vegetal. Após ser bombardeada com napalm pela Força Aérea, a serra foi objeto de uma vigorosa ação de cerco e busca efetuada por um grande efetivo. E o resultado foi nulo porque os guerrilheiros nunca lá estiveram. Por outro lado, no terreno de selva, as patrulhas deslocavam-se com um efetivo de pelotão, 35 a 40 homens, pelas trilhas, enquanto os grupos da guerrilha deslocavam-se através da selva, com um efetivo de 5 e no máximo 10 elementos. Dessa forma, as ações iniciais se mostraram extremamente ineficazes.

Falta de unidade de comando: provocada, sobretudo, pelo fato de que a base de combate de Marabá estava sob o controle do Comando Militar do Planalto (CMP). Uma simples solicitação de evacuação aeromédica provocava um complexo problema de coordenação.

Informações deficientes sobre o terreno e as forças adversas: Não havia cartas nem fotos aéreas da região de operações em escala compatível. O desconhecimento do terreno era enorme. As patrulhas deslocavam-se somente pelas trilhas, enquanto os guerrilheiros, profundos conhecedores do terreno, sempre se deslocavam através da selva. Não se conhecia o dispositivo e a composição das forças guerrilheiras.

Grande diversidade de unidades empregadas e deficiências no adestramento: Unidades de diferentes pontos do território nacional foram empregadas nesta fase. Algumas delas com graves deficiências no adestramento em operações de contraguerrilha no ambiente de selva. Muitas delas constituídas com soldados recrutas que, além da imaturidade psicológica, não tinham ainda completado nem a metade do ano de instrução. Inúmeras baixas ocorreram pela execução de disparos acidentais e por disparos equivocadamente realizados quando do encontro inadvertido entre patrulhas na selva.

Falta de continuidade nas operações: Diferentemente da força de guerrilha que já estava na área há algum tempo e lá permanecia, a tropa era empregada por períodos predeterminados, não mais de 20 dias, findo os quais retornava a sua sede, sem ser substituída. Esta descontinuidade trazia enormes prejuízos às operações e graves reflexos negativos sobre a população.



Área de Operações

Apesar de todas essas deficiências, há que se ressaltarem dois aspectos positivos na 1ª fase. Em primeiro lugar, foi possível fazer da ordem de 15 baixas na força de guerrilha. E em segundo lugar, houve uma conscientização geral em todos os escalões de comando sobre a gravidade da situação no "bico do Papagaio". Em outubro de 1972, foi decidido em Brasília, pelo mais alto escalão da Força Terrestre, interromper as operações.

A 2ª fase foi planejada levando-se em conta os ensinamentos colhidos na fase antecessora. E assim foi determinado que seria necessário o desencadeamento de uma operação de inteligência visando ao levantamento detalhado das forças guerrilheiras, do terreno e da população local. Esta operação de inteligência, que foi denominada "Operação Sucuri", foi minuciosamente planejada e cuidadosamente desencadeada. Como fruto das informações obtidas, ficou claro para o escalão superior que o problema não poderia ter apenas uma solução militar. Haveria necessidade de se integrar a ação de diversos órgãos governamentais civis de nível federal e estadual, para que se efetuasse a neutralização do foco subversivo.

A 3ª fase, que se denominou "Operação Marajoara", foi desencadeada imediatamente após a conclusão dos levantamentos efetuados pela 2ª fase. A unidade de comando ficou perfeitamente definida, cabendo ao CMA o exercício pleno do comando e controle, inclusive das diversas agências governamentais federais e estaduais civis envolvidas.

Foram selecionados efetivos profissionais das mais bem adestradas unidades de infantaria de selva e dos batalhões de infantaria páraquedista. Um rigoroso programa de adestramento foi conduzido tanto nas sedes quanto na área, enfatizando-se, sobretudo, o exercício da liderança nos diversos escalões. Três bases de combate foram instaladas, uma em Marabá, onde se encontrava o principal posto de comando da operação; uma em Xambioá e outra em Bacaba, às margens da rodovia Transamazônica. Foi estabelecido um eficiente e seguro sistema de comunicações que permitiu o funcionamento do sistema de comando e controle em muito boas condições. Da mesma forma, foi estabelecido um eficiente sistema de apoio logístico que levou em consideração as características altamente especiais da missão e do ambiente operacional.

Todo o efetivo envolvido passou a operar descaracterizado, em trajes civis. Como "estória de cobertura", a tropa atuava como se seus componentes fossem elementos pertencentes aos quadros da Polícia Federal. Esta decisão foi tomada, principalmente, a fim de negar o reconhecimento de que efetivos das forças armadas estavam sendo empregados num problema de defesa interna desta natureza.

As patrulhas passaram a operar com o efetivo de 5 a 10 homens, compatível com o poder de combate das forças adversas em presença. E também passaram a contar com considerável reforço de habitantes locais selecionados que atuavam como "guias" ou "rastreadores". A atuação destes elementos foi decisiva para a obtenção do pleno êxito na operação. Ao invés de se deslocar pelas trilhas, valendo-se das fotos aéreas, produto dos levantamentos aerofotogramétricos da Força Aérea, as patrulhas passaram a deslocar-se através da selva.

Mais uma vez se ratificava o ensinamento que "guerrilha se combate com guerrilha". Nesse contexto, cabe ressaltar o importante papel desempenhado pelos elementos da então Companhia de Forças Especiais, os especialistas em guerra irregular, que estiveram permanentemente envolvidos no combate à força guerrilheira, desde o desencadeamento das operações de informações. Nesta fase, estes elementos atuaram como multiplicadores de força, adestrando as unidades engajadas e preparando as forças de autodefesa das comunidades locais, desencadeando operações psicológicas junto à população local, e sendo empregados em missões selecionadas de ação direta contra as forças adversas.

Outro papel preponderante a ser ressaltado na consecução dos objetivos finais foi o desempenhado pelos elementos da Força Aérea, particularmente pelos esquadrões de helicópteros. Cumprindo missões de infiltração, exfiltração, ressuprimento e evacuação aeromédica, estes elementos foram fator primordial para o êxito alcançado. Assim, cerca de três anos após o início da ação repressiva, e tendo-se colhido uma grande quantidade de importantes ensinamentos para todos os escalões, eliminava-se aquele que fora o mais perigoso foco de guerrilha rural no território nacional.

O Exército e o Desenvolvimento Nacional

O Conhecimento do Território Nacional

O entendimento e a grandeza do território nacional começam a integrar o pensamento do militar no início de sua carreira, quando, nos estabelecimentos de ensino que o capacitarão para exercer suas atividades profissionais, encontra companheiros de variadas regiões do país. O convívio fraterno desenvolve a descoberta de locais ignorados, que passam a ser compreendidos e valorizados. Esse aprendizado prossegue e se intensifica ao longo da carreira, vivenciada em organizações militares espalhadas pelas unidades políticas da Federação.

Exemplo histórico de ampliação dos conhecimentos sobre o território nacional foi o projeto para a mudança da Capital Federal, do Rio de Janeiro para o Planalto Central, cujos estudos foram realizados por ordem do Presidente Eurico Gaspar Dutra, que criou, após a promulgação da Constituição de 1946, uma Comissão de Estudos para a localização da nova capital. O grupo foi chefiado pelo General de Divisão Djalma Polli Coelho até setembro de 1954 e depois pelo Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, já então na reserva.

O Exército e a Cartografia

O conhecimento do território nacional adquirido pelo militar leva-o, por vezes, a se dedicar a trabalhos de geodésia, topografia e cartografia. Nessa última disciplina, a atuação do Exército tem sido mais antiga, constante e metodizada, com o objetivo de chegar, no futuro, a minucioso levantamento da base física do país.

Em 1987, foi criado o Centro de Cartografia Automatizada do Exército. Dotado de equipamentos modernos, veio dar novo impulso à atividade cartográfica militar, suporte reconhecido da cartografia nacional.

Hoje, mais de 60% da área de nosso país foi levantada pelo Exército, através de Divisões de Levantamento (DL) localizadas em várias cidades do país. Em convênio com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ele levantou 130.431 quilômetros de terras indígenas, a maioria em plena selva amazônica, em certos casos propiciando a solução de graves litígios que poderiam levar a confronto fratricida em vasta região interiorana. Destacam-se os levantamentos em Mato Grosso (18.272 Km²), Amazonas (21.685 Km²), Roraima (53.407 Km²) e Pará (35.560 Km²).

Em convênio com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a 3ª DL realizou levantamentos cartográficos em 86% de toda a região nordestina, em área equivalente aos seguintes países juntos: Áustria, Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Espanha e França.

Em convênio com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), em 1986 a DSG (Divisão de Serviço Geográfico) executou nivelamento geométrico de 5.780 quilômetros do Vale do São Francisco em quatro meses, empregando 500 homens, incluindo mão-de-obra civil da região.

O Exército como Precursor nos Estudos de Geopolítica

Tendo a oportunidade de conhecer bem o território nacional e de estudar, por dever de ofício, os problemas de segurança nacional, o oficial do Exército é levado naturalmente a interessar-se pelos estudos de Geopolítica.

Sendo uma disciplina relativamente nova, ela atraiu a atenção de expressivos setores do meio cultural voltados para a solução de grandes problemas nacionais. Alguns militares, entre os quais os Generais Djalma Polli Coelho, Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva e Carlos da Meira Mattos (dentre estes, o mais profícuo e respeitado no meio acadêmico, diga-se de passagem), juntaram seus esforços aos de estudiosos civis da matéria.

A Geopolítica pode ser vista como o estudo da influência territorial na arte da ação política do Estado. É a política aplicada ao poder nacional e à sua estratégia, na paz e na guerra.

Obras de Cooperação

Constitui motivo de orgulho para o Exército o trabalho de sua engenharia. A vinda de D. João VI para o Brasil, após a invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão, motivou as obras de reforço nas fortificações, que ainda hoje, existem em pontos estratégicos do nosso litoral e nas mais distantes fronteiras terrestres. Para isso, os melhores nomes da engenharia portuguesa foram convocados, formando-se, sob a orientação desses homens, o embrião da engenharia militar em solo brasileiro. Da natureza do seu trabalho surgiu o símbolo da Arma de Engenharia, o "castelo".

Em 1955, nasceu o 1º Grupamento de Engenharia, enquadrando novos batalhões. Difícil é descrever o que foram os primeiros tempos. Oficiais e praças, oriundos da Região Centro-Sul, estranhavam as agruras do sertão nordestino.

Seus batalhões cumprem missões do Maranhão à Bahia. Ferrovias, rodovias, casas, escolas, hospitais, aquartelamentos e açudes são construídos, poços são perfurados. O mercado de trabalho é ampliado.

O auxílio aos flagelados das secas periódicas que castigam o Nordeste marca a presença da engenharia nessa região brasileira, dando-lhes assistência médico-hospitalar, distribuindo alimentos e orientando a mão de obra local na construção de obras que iriam beneficiá-los. Só em 1983, o 1º Grupamento de Engenharia teve mais de mil alistados nas chamadas "obras de emergência" a seu cargo, evitando-lhes a emigração, junto com suas

numerosas famílias, para cidades nordestinas ou para outras regiões do país. De igual importância foi o apoio prestado às vítimas do rompimento da barragem do açude Orós, em 1961.

Quinze anos após a criação do 1º Grupamento de Engenharia, nasceu o 2º, na Região Amazônica. É necessário participar do desenvolvimento da Amazônia. Enfrentam-se novos e velhos perigos: a malária, as chuvas, a violência dos rios, a selva. Procura-se conviver pacificamente com os índios.

O Conhecimento do Território Nacional

O trabalho continua célere. Constroem-se casas, abrem-se estradas, melhora-se o abastecimento de água das cidades. Liga-se a Amazônia ao sul do país, proporcionando a integração de todo o território nacional. Até setembro de 1996, figurava no acervo da Diretoria de Obras de Cooperação, órgão que coordena as ações do Exército nesse tipo de atividade:

- Obras rodoviárias - implantação de 11.400 quilômetros de estradas, o que supera a ligação rodoviária Lisboa - Paris - Londres - Bruxelas - Amsterdã - Berlim - Praga - Viena - Budapeste - Sofia - Belgrado - Atenas - Zurique - Milão - Roma, que soma 10.100 quilômetros; 1.800 quilômetros de estradas vicinais; 5.000 quilômetros de pavimentação asfáltica e 6.500 quilômetros anuais de conservação;

- Obras ferroviárias - 3.500 quilômetros de ferrovias, equivalente a 15% de toda a malha ferroviária nacional correspondente à distância aproximada de Recife a Porto Alegre;

- Obras de arte especiais - 47.300 metros de pontes e viadutos ferroviários e rodoviários, correspondentes a três pontes Rio - Niterói;

- Túneis ferroviários - 52.600 metros, incluindo o maior túnel ferroviário do Brasil e segundo da América do Sul, com quase três quilômetros de extensão;

- Obras hídricas - 1.200 açudes que, se colocados em todas as cidades nordestinas, do Maranhão a Alagoas, daria a média de um açude por município; mil poços tubulares e sete sistemas de abastecimento de água;

- Obras diversas - 18 quartéis, 5.200 residências e 43 aeroportos e pistas de pouso.

Vale destacar, ainda, o trabalho desenvolvido pelo Exército para a reconstrução das cidades de João Câmara e Poço Branco, no Rio Grande do Norte, que tiveram suas casas afetadas por tremores de terra, e a ação dos batalhões de Engenharia no sul do país, no socorro às vítimas das grandes enchentes que vêm afetando, com frequência, a região.

Evolução do Conceito de Missão de Paz

A mudança da natureza dos conflitos resultante do término da Guerra Fria fez ressurgir antigos desafios para a manutenção da paz que colocam em risco a segurança coletiva mundial. Por muitos anos, as operações de paz significaram ações militares para evitar a ampliação de conflitos. Atualmente, as missões de paz tornaram-se mais complexas, alterando os padrões originais.

As operações de paz tradicionais resumiam-se em desdobramento de forças de coalizão ou multinacionais no terreno, com a finalidade de monitorar e facilitar a implementação de acordo de cessar-fogo em apoio de esforços diplomáticos para solucionar politicamente o conflito armado. No passado, as operações de paz deviam satisfazer a três princípios: 1) ter a anuência das partes em confronto, inclusive um convite explícito dos países onde a força de paz seria desdobrada; 2) ser imparcial; 3) fazer uso de armas somente em defesa própria.

No presente, novos conceitos vêm sendo aceitos para garantir a paz no mundo. A doutrina emergente dos novos desafios de crescente violência criou outras formas de operações de paz, que podem ser dos tipos: a) de manutenção da paz - monitoramento de cessar-fogo estabelecido; b) de imposição de paz - intervenção militar convencional em separação dos beligerantes pela força; c) de pacificação - mediação diplomática com assessoria militar para colocar fim a disputas; d) de construção da paz - esforço nacional do tipo ação cívico-social que implique em desdobramento preventivo de força.

Prestígio Internacional

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial conquistou para o País extraordinário prestígio internacional. Como demonstração dessa realidade, em duas oportunidades de crise mundial o Brasil foi convocado por organismos internacionais a emprestar sua colaboração armada, para a manutenção da paz em regiões conflagradas. A primeira, no Oriente Médio, por solicitação da Organização das Nações Unidas (ONU). A segunda, na República de São Domingos, na América Central, por instância da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Foram várias as missões que o Brasil desempenhou ao longo destes mais de 60 anos que marcam o fim da Segunda Guerra Mundial. Dentre elas, devido ao alcance das ações, temporalidade e quantitativo do efetivo empregado, destacam-se:

Participação do Brasil na Crise do Suez (1956)

A crise decorrente da nacionalização do Canal de Suez por parte do presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, em julho de 1956, levou ao aumento da tensão envolvendo árabes, judeus e interesses franco-britânicos na região. Para pôr fim às hostilidades, foi necessária uma intervenção da ONU na região. Foi criada então a Força de Emergência das Nações Unidas (FENU), comandada pelo General E. L. M. Burns, do Canadá, que já se encontrava no Oriente Médio a serviço da ONU.

Pelo Decreto Legislativo nº 61, de 22 de novembro, foi o Presidente da República autorizado a enviar um contingente de valor batalhão para integrar a Força Internacional de Emergência, instituída com o objetivo de manter a paz e a segurança na região compreendida entre o Canal de Suez e a linha de armistício entre Israel e Egito.

O Ministro da Guerra, General Henrique Lott, determinou que o Comandante da 1ª Divisão de Infantaria ativasse o III/2º Regimento de Infantaria, à época só com dois batalhões incorporados, e o aprestasse a fim de embarcar para Suez. Somente após a chegada de nossa tropa ao Egito, começou-se a usar a expressão Batalhão Suez, nome pelo qual ficou conhecido o nosso contingente. Ele abrangia três companhias de fuzileiros, a 7ª, a 8ª e a 9ª, uma subunidade de comando e serviços, um destacamento de Polícia do Exército e um depósito misto absorvido no Egito pela companhia de comando e serviços.

O adestramento do pessoal centrou-se em um programa para o nivelamento da instrução, no aquartelamento do 2º Regimento de Infantaria e no Campo de Instrução de Gericinó.

Além de brasileiros, havia na Força contingentes nacionais do Canadá, Colômbia, Dinamarca, Finlândia, Índia, Indonésia, Ex - Iugoslávia, Noruega e Suécia. A Força manteve-se na região por 10 anos, a partir de 1957, e seu Quartel-General ficava na cidade de Gaza.

A missão que a Assembleia Geral atribuiu à FENU foi "garantir e supervisionar a cessação das hostilidades".



Soldados do Batalhão Suez

Ao batalhão brasileiro coube a vigilância de um setor da ADL (Armistice Demarcation Line) que se estendia por 50 quilômetros, sendo que a linha de demarcação era assinalada no terreno por um fosso de 60 x 60 cm. Ao longo da ADL, instalaram-se postos de observação guarnecidos em geral por dois homens. Os postos mantinham ligação entre si pela vista, nos trechos de maior densidade demográfica dentro da Faixa.

O batalhão, normalmente, mantinha duas subunidades desdobradas ao longo da fronteira; outra permanecia acampada na área do Posto de Comando Recuado, empenhado em atividades de vigilância e segurança.

O primeiro contingente foi formado por soldados já incorporados que prestavam serviço normalmente. Passados os seis primeiros meses, houve rodízio e adotou-se o sistema de convocação de reservistas por um ano. Os efetivos, no princípio, eram concentrados e treinados no 2º Regimento de Infantaria, no Rio de Janeiro. Com o passar do tempo, esse encargo tornou-se rotativo e passaram-se a organizar contingentes nas sedes de alguns grandes comandos, como São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte. A substituição semestral do pessoal correspondia à metade do efetivo, o que permitia que cada turma permanecesse um ano na área, sem quebra do padrão de eficiência da tropa. O transporte dos contingentes, de início, foi realizado pelos navios de transporte da Marinha de Guerra, mas passou depois a ser feito pela Força Aérea Brasileira.

Em duas oportunidades, coube a generais brasileiros o comando da Força de Emergência: Carlos Flores de Paiva Chaves, em 1964, e Sizeno Sarmento, em 1965. O Brasil também fornecia oficiais para integrarem o estado-maior da Força.

O Brasil contribuiu com 20 contingentes, empenhando um efetivo total de 6.300 homens, ao longo de quase 11 anos, de 1956 a 1967.

OEA na República Dominicana

O General Rafael Leônidas Trujillo exerceu o poder na República Dominicana de forma ditatorial por 31 anos (1930-1961). O país viveu momentos de dificuldade no governo de Joaquim Balaguer, que acabou renunciando. Juan Bosch, empossado em fevereiro de 1963, foi acusado de permitir infiltração comunista e acabou deposto, substituído por um triunvirato. A agitação política que se seguiu deu lugar ao surgimento de dois grupos, um favorável e outro contrário ao regresso de Bosch.

Os militares aquartelados em San Isidro atacaram a capital (Santo Domingo) em 25 de abril de 1965, onde ativistas comunistas entregavam a populares armas retiradas dos quartéis, organizando comandos para a luta. Houve pilhagens e incêndios, instaurou-se o caos. O chefe da junta militar, Coronel Pedro Benoit, pediu a intervenção temporária dos Estados Unidos. À tarde, fuzileiros navais norte-americanos desembarcaram e estabeleceram uma zona de segurança em torno das embaixadas, ao mesmo tempo em que iniciavam a retirada de civis.

Participação do Brasil

Diante do apelo da Organização dos Estados Americanos, através da Reunião de Consulta, o Presidente da República levou o assunto à consideração do Congresso que, pelo Decreto Legislativo nº 38, de 20 de maio de 1965, autorizou o envio de um "contingente militar das Forças Armadas, que não exceda em valor a um grupamento tático, com elementos de comando, bem como de apoio logístico e de forças aéreas e navais indispensáveis para, na forma da Resolução adotada, em 6 de maio, pela X Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, integrar a Força Interamericana na República Dominicana" onde deveria permanecer pelo tempo que a OEA julgasse "necessário à normalização da vida institucional daquela República e à restauração do ambiente de paz social e dos direitos humanos, mediante entendimento das facções em litígio e a livre constituição de um governo rigorosamente fiel aos postulados da democracia representativa".

Definindo a posição de seu governo, dizia o Presidente Humberto Castello Branco, em discurso proferido a 28 de maio de 1965, em Teresina, Piauí:

Em boa hora, tanto o Senado quanto a Câmara dos Deputados, por expressiva maioria de seus membros, compreendeu não somente a obrigação internacional assumida mas também a necessidade de assegurarmos a sobrevivência da democracia naquela República. (...) a uma grande nação como o Brasil assistem também grandes responsabilidades na preservação do Continente, na luta insidiosa e implacável do comunismo que disfarçado sob mil faces tenta subverter as liberdades democráticas. Já não podemos ser indiferentes à sorte de nossos vizinhos, nem cruzar os braços ante a violência das agressões externas por via interna. Cada frente de subversão é ameaça à nossa retaguarda e põe em jogo a liberdade de todos os povos. Hoje ela se abre no Caribe. E ninguém duvida de que se lograsse firmar-se aí, não tardaria em escolher e atacar uma nova vítima.

Autorizada a participação brasileira, o Decreto nº 56.308, de 21 de maio de 1965, criou o destacamento brasileiro da Força Armada Interamericana (FAIBRÁS).

O 1º Batalhão do Regimento Escola de Infantaria (I/RESI) e uma companhia do Corpo de Fuzileiros Navais passaram a constituir o FAIBRÁS, e seu deslocamento para a República Dominicana, distante mais de 6 mil quilômetros, fez-se por via aérea. A FAB, em 22 de maio, transportou 21 homens do destacamento precursor e, logo depois, mais 188. A 26, 27 e 28, aviões da Força Aérea dos Estados Unidos conduziram 922 homens.

O comando da Força Interamericana de Paz (FIP), para melhor combinar os meios, organizou a Brigada Latino-Americana, integrada pelo I/RESI e pelo Batalhão Fraternidade, constituído pela companhia de Fuzileiros Navais do Brasil e pelas companhias de infantaria de Honduras e Nicarágua. Mais tarde, a companhia do Paraguai viria incorporar-se a esse Batalhão.

Missão

Ajustando-se ao propósito de sua criação, "dentro de um espírito de imparcialidade democrática, colaborar na restauração da normalidade na República Dominicana", atribuiu-se à FIP a missão de: cooperar na restauração da normalidade institucional na República Dominicana; manter a segurança dos habitantes e a inviolabilidade dos direitos humanos; e estabelecer uma atmosfera de paz e conciliação que permitisse o funcionamento das instituições democráticas.

Atuação do FAIBRÁS

Organizada com as forças norte-americanas e a Brigada Latino-Americana, passou a FIP a cumprir a sua missão. A Estrada Principal de Suprimentos (EPS), ligando o porto de Jaina ao aeroporto de San Izidro, cruzava o centro da cidade de Santo Domingo através de um corredor que servia também para separar os combatentes.

A FIP mantinha-se como verdadeira cunha entre os grupos em disputa, a fim de evitar o contato entre os seus partidários. Mesmo assim, eram frequentes os atritos. Um dos pontos de maior fricção era a área do Palácio Nacional, símbolo do poder. Conseguiu o Secretário-Geral da OEA, José Mora, um acordo entre os litigantes, visando à desmilitarização dessa zona. Dessa delicada missão, foi encarregado o batalhão brasileiro. A operação, pela maneira como foi executada, foi considerada "padrão de operação de uma força de paz". Consistiu em isolar e bloquear a área do Palácio e retirar a tropa do Governo de Reconstrução Nacional que ali se encontrava. O FAIBRÁS, pela rapidez e precisão com que realizou as determinações, conquistou a confiança dos chefes, adquirindo prestígio e respeito.

Enquanto o I/RESI assegurava a neutralização da área do Palácio Nacional, a Companhia de Fuzileiros Navais substituiu a tropa norte-americana, encarregando-se da vigilância e segurança do setor oeste da extensa linha em torno da Cidade Nova. Estabeleceram postos de controle por onde se processava todo o movimento dos que passavam de um para outro lado da cidade, revistando pessoas e veículos com a finalidade de evitar o tráfico de armas, munições e explosivos.

O clima de ordem criado pela Força de Paz possibilitou à comissão de embaixadores realizar o seu trabalho e conseguir a concordância do nome de Hector Garcia Godoy para a presidência de um governo provisório que deveria preparar o país para as eleições.

Coube ao I/RESI assegurar os atos da posse, que se realizou a 3 de setembro, com enorme massa popular querendo penetrar no Palácio. A tropa brasileira, resistindo à pressão e ao alarido, com serenidade e paciência evitou as desordens, estabelecendo um clima de tranquilidade na cerimônia.

Regresso

O governo brasileiro atribuiu ao Estado-Maior das Forças Armadas a missão de coordenar através da Comissão Especial do FAIBRÁS as medidas para a volta do destacamento. Depois, considerando que a X Reunião de Consulta decidira retirar a FIP em virtude de haverem sido alcançados os objetivos que motivaram sua criação, baixou o Decreto nº 59, de 25 de setembro de 1966, extinguindo o FAIBRÁS a partir de 30 de setembro.

Retornava o FAIBRÁS ao Brasil depois de cumprir durante quase 16 meses a missão que lhe fora imposta, com algumas baixas. Graças aos revezamentos, mais de 3 mil militares do Exército e do Corpo de Fuzileiros serviram na Força Interamericana de Paz.

UNOMOZ - Moçambique

O COBRAMOZ (Contingente Brasileiro em Moçambique) formou-se a partir do pedido formalizado pela ONU de acordo com as "Diretrizes de Emprego de Forças de Paz da ONU". Os militares, todos voluntários, passaram por acurada seleção para o cumprimento da missão a cargo da 1ª Companhia do 26º Batalhão de Infantaria Paraquedista.

Uma das finalidades do COBRAMOZ era garantir a segurança dos observadores militares internacionais, durante o processo de desmobilização. O COBRAMOZ, nos quase cinco meses de missão, apreendeu cerca de 6.500 armas e 150 mil cartuchos e granadas, além de seis toneladas de explosivos que foram destruídos.

Deve-se ressaltar que a desmobilização nem sempre se mostrava pacífica; nas zonas de reunião, onde deveria se processar, havia dificuldades oriundas das políticas locais, com amotinamentos e mesmo aprisionamento dos observadores militares, exigindo pronta intervenção da COBRAMOZ.

As tropas brasileiras foram empregadas de janeiro de 1993 até dezembro de 1994. O General-de-Divisão Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva exerceu o comando da UNOMOZ de fevereiro de 1993 a fevereiro de 1994.

UNAVEM I - Angola

Essa missão transcorreu entre 1989 e 1991, implementada pela Resolução 435/78, do Conselho de Segurança da ONU, criada em 20 de dezembro de 1988, para a constatação internacional da retirada dos efetivos cubanos (50 mil homens) do território angolano. Havia observadores militares de vários países, cabendo ao Brasil a chefia da Missão de Observação, para a qual foi designado o General-de-Brigada Péricles Ferreira Gomes. Os oficiais brasileiros, por falarem o idioma oficial de Angola, puderam exercer funções de ligação entre as autoridades cubanas e angolanas.

A ONU considerou essa missão um sucesso. A retirada de elementos cubanos foi concluída em 25 de maio de 1991. Pôde-se, portanto, chegar ao acordo de paz entre o governo de Angola e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) em maio de 1991 e, conseqüentemente, a implantação da UNAVEM II após o encerramento dessa primeira, em 6 de junho de 1991.

UNAVEM III - Angola

Essa missão foi implementada em setembro de 1995, como decorrência da assinatura de novo acordo de paz entre o governo de Angola e a UNITA, em Lusaka, capital da Zâmbia. Teve por finalidade verificar o cessar-fogo, a desmobilização ou reintegração de forças militares irregulares nas Forças Armadas angolanas e zelar pelo segundo turno de eleições gerais no país.

O Brasil participou dessa missão com oficiais como observadores militares e tropas: um batalhão de infantaria, com 800 homens divididos em seis companhias, baseadas em Lobito, Luena, Kuito e Chitembo; uma companhia de engenharia, sediada em Calomboloca; duas equipes médicas do Exército, atuando em postos de saúde localizados nas Províncias do Moxico e Bié, e o Comando Regional de Luena. Total: 1.064 homens, correspondendo a 17% do efetivo da ONU.

A região é desprovida de estradas; por isso, o transporte aéreo, nas mãos de pilotos e aviões russos, tornou-se vital. Justificou-se, assim, a presença da companhia de engenharia que recebeu como missão reconstruir uma estrada entre Luanda, capital, e a Província de Uíge, com 350 quilômetros. A outro grupo coube desativar minas, em número de 15 milhões.



Tropas do III Contingente - 62º BI/ Btl F Paz

CAPÍTULO 9



A EVOLUÇÃO DA FORMAÇÃO MILITAR ESCOLAS E REFORMAS NO ENSINO DO EB

AEVOLUÇÃO DA FORMAÇÃO MILITAR ESCOLAS E REFORMAS NO ENSINO DO EB

Elton Licério Rodrigues Machado

*"Duas grandezas neste instante cruzam-se!
Duas realezas hoje aqui se abraçam!...
Uma - é um livro laureado em luzes...
Outra - uma espada, onde os lauréis se enlaçam.
Nem cora o livro de ombrear co'o sabre...
Nem cora o sabre de chamá-lo irmão..."*

Castro Alves, 1870

1- O Ensino Militar: das Origens à Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho

A necessidade de proteger sua colônia americana sempre norteou todas as ações que Portugal planejou e realizou no Brasil ao longo dos séculos XVI a XVIII. Desde as expedições guarda-costas, passando pela fundação de São Vicente e a implantação das capitanias hereditárias até a instituição do Governo Geral, estas ações estavam vinculadas à ocupação do território, como garantia de posse. Com a vinda em 1548, de Tomé de Souza, primeiro Governador-Geral, chegaram também os primeiros contingentes de soldados, com efetivo ainda bastante reduzido e permaneceram assim por muito tempo.

Ao longo dos três séculos de colonização, a principal força de defesa no Brasil era constituída pelos habitantes locais que eram organizados, segundo as leis portuguesas, nas companhias de ordenanças e de milícias. Poucos eram os efetivos das tropas profissionais que se fixavam no Brasil. Durante o século XVIII, o efetivo e a organização dessas forças aumentaram consideravelmente, exemplo disso é a transferência para o Rio de Janeiro de três regimentos de Portugal para combater nas guerras contra silvícolas e espanhóis no sul. Com poucos efetivos, fácil de notar, que o ensino e a formação militar no Brasil colônia, também eram incipientes.

Na construção e no serviço das fortalezas, surgem as primeiras informações de um ensino de caráter militar no Brasil. As fortalezas formavam a principal parte do sistema defensivo colonial e a construção destas exigia certa preparação técnica para a sua execução. Havia a necessidade dos militares, pertencentes à determinada fortaleza, serem habilitados para o manuseio dos armamentos lá existentes. Portanto, as primeiras instruções referem-se ao ensino prático de engenharia e de artilharia.

Dessa forma, surge, em 1698 uma determinação para que artilheiros do Rio de Janeiro freqüentassem aulas sobre o "uso e manejo da Artilharia". No ano seguinte, também no Rio de Janeiro, uma determinação régia previa a criação de uma "Aula de Fortificação". O instrutor das aulas seria o Capitão-Engenheiro da Capitania do Rio de Janeiro, Gregório Gomes Henriques de Matos. A carência de material de ensino (livros, compassos), a transferência do instrutor e a política externa portuguesa em relação ao contexto europeu prejudicaram o estabelecimento definitivo das instruções régias na colônia. Entretanto, os esforços para o ensino de Engenharia continuaram, pois determinações datadas de 1705 e 1713 definiam que em todas as colônias em que houver Capitão-Engenheiro ou Sargento-Mor, estarão obrigados a ensinar a arte do seu ofício, bem como a responsabilidade da promoção do estudo das ciências militares ficasse sob o encargo dos comandantes de armas. Mas, apesar das orientações, surgiram notícias de aulas sobre fortificações e artilharia em Capitanias como Bahia e Pernambuco, só na segunda metade do século XVIII.

A instrução prática de infantaria data dos anos iniciais do século XVIII com o início de uma instrução na guarnição do Rio de Janeiro. Para este fim, são destacados, em 1705, dois sargentos para ensinar, exercitar e formar granadeiros.

Em 1710, na cidade do Rio de Janeiro, ao ensino prático de engenharia foi acrescida, uma aula denominada "Artifícios de Fogo", sendo encarregado de ministrar o Capitão de Artilharia Antônio Antunes. Estas aulas eram ministradas nas próprias fortificações e eram aproveitadas pelos oficiais artilheiros.

Em 1738, foi organizado o Terço de Artilharia na cidade do Rio de Janeiro e, nessa mesma unidade, foi planejada uma aula, em que oficiais e soldados aprenderiam a teoria da artilharia e o uso dos "fogos artificiais". O documento de criação da aula informava que o ensino era obrigatório e também que nenhum oficial poderia ser indicado à promoção ou nomeado sem que tivesse antes frequentado o referido curso, no mínimo por cinco anos e obtido a aprovação. Apesar das precárias condições, existentes no Brasil, para execução plena das ordens da metrópole, esta aula, de alguma forma, permaneceria ao longo dos anos sendo ministrada no Terço de Artilharia.

Em 1774, chegava ao Rio de Janeiro, vindos de Portugal para servir no Regimento (antigo Terço) de Artilharia, oficiais especialmente nomeados para continuar as instruções da aula de Artilharia, bem como iniciar um novo curso, denominado "Aula de Arquitetura Militar". Livros e variado material didático para o ensino de engenharia constavam da lista que os oficiais-professores trouxeram da metrópole. A partir de então, a

primitiva aula do Regimento passa a ser conhecida como "Aula Militar", tendo dupla finalidade: preparar artilheiros e oficiais técnicos em engenharia militar.

Em 1792, o Vice-Rei, Conde de Resende, transformou a Aula Militar em Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho e instalou-a no edifício destinado ao depósito de material bélico, conhecido como "Casa do Trem de Artilharia", situada na Ponta do Calabouço, junto ao quartel do Regimento de Artilharia. Atualmente, neste sítio está, instalado o Museu Histórico Nacional. Os estatutos dessa Academia, conhecidos por carta enviada a Portugal pelo Vice-Rei, informavam que o plano de ensino desenvolver-se-ia ao longo de seis anos e compreendia um curso matemático e exercícios práticos. Do ensino dos cinco primeiros anos, era encarregado o mesmo oficial que ministrava aulas no Regimento de Artilharia e, no último ano um professor nomeado pelo rei de Portugal. Foram matriculados, no ano de 1793, 73 (setenta e três) alunos, a maioria militares com graduação de capitão a soldado e ainda alguns civis.

Com a criação da Academia, o ensino militar no Brasil iria visar a formação do profissional em todas as armas (o que não acontecia anteriormente), de acordo com a capacidade intelectual e a escolha do aluno. Aos alunos destinados a Infantaria e Cavalaria, o curso tinha a duração de 03 (três) anos, aos destinados a Artilharia de 05 (cinco) anos e aos destinados à "profissão" de engenheiros o curso durava 06 (seis) anos.

No ano de 1795, o Conde de Resende solicitou aprovação de um estatuto para outra academia com a finalidade de preparar oficiais da Arma de Infantaria. A denominada "Nova Academia de Aritmética, Geometria Prática, Fortificação, Desenho e Língua Francesa" iniciou seus trabalhos em dezembro de 1795 com 16 alunos matriculados, entre eles, dois filhos do Vice-Rei e o Alferes Francisco de Lima e Silva. Foi nomeado seu diretor o então Tenente-Coronel Joaquim Xavier Curado, que, mais tarde, viria a ter destacada atuação nas guerras da Banda Oriental, particularmente, na segunda década do século XIX. (PIRASSINUNGA: 1958, 43-54).

Portanto, na última década do século XVIII, o Conde de Resende empenhou-se em organizar as referidas Academias, e ainda procurou a aprovação e legitimação junto à metrópole. Isso representou um esforço para aumentar o nível de preparo das forças militares na colônia, além de elevar a condição educacional dos habitantes. No que concerne ao ensino militar das épocas anteriores, a diferença está na formalização de um estudo que se destina a qualificar melhor os oficiais das forças portuguesas no Brasil. Não seria somente em relação aos serviços de Engenharia e de Artilharia, mas também os das armas bases: Infantaria e Cavalaria. Outra diferença é a introdução de um estudo humanístico: o ensino da língua francesa.

Ao que tudo indica, os dois cursos propostos pelo Conde de Resende aproveitaram a mesma sede, ou seja, a "Casa do Trem de Artilharia" e seu funcionamento, embora precário e intermitente, aconteceu até a vinda da Família Real. As mesmas instalações foram empregadas provisoriamente para instalar, anos mais tarde, a Real Academia Militar.

2 - A formação do Oficial do Exército: Academia Militar (1811-1832).

Denominações da Academia Militar no Largo de São Francisco.

- Academia Real Militar (1812 - 1822)
- Imperial Academia Militar (1823 -1831)
- Academia Militar da Corte (1832 - 1838)
- Escola Militar (1839- 1857)
- Escola Central do Exército (1858 - 1874)

Com a chegada da Família Real ao Brasil, a estrutura administrativa do reino português reorganizou-se nos trópicos. Ao Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho) foi dado o encargo de gerir o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A necessidade de fortalecer as forças militares na colônia era uma das preocupações primordiais da nova administração. Dentre as várias ações realizadas, a criação da Academia Real Militar era fundamental para o ministro do Príncipe Regente, pois segundo Motta (1998, p. 17) "era o fecho das providências a serem tomadas no sentido de reformar o Exército e dar-lhe disciplina e instrução".

A ideia da criação, na colônia, de um estabelecimento superior de ensino com cursos completos de "ciências matemáticas e de observação" e de "ciências militares", não deixou de apresentar resistências. Oposições ao projeto derivavam de duas vertentes: uma educacional e outra política.

Por três séculos, todo o brasileiro, para realizar uma educação superior, deveria atravessar o Atlântico e frequentar escolas europeias, principalmente a Universidade de Coimbra. Nesse local formava-se a elite colonial e burocrática do império português, e não era admissível perder uma das principais bases sobre as quais a metrópole assentava sua superioridade. Da mesma forma, aflorava a discriminação e a desconfiança dos oficiais brasileiros em serviço, pois a capacitação militar poderia ter sérias repercussões políticas, como foi o caso dos movimentos emancipacionistas. Estas observações davam uma ideia aproximada da oposição imposta ao Conde de Resende ao criar as Academias no final do século XVIII.

As necessidades impostas pelos novos tempos ao reino português superaram as desconfianças e as dificuldades e, em 04 de dezembro de 1810, o Príncipe Regente D. João assinou Decreto que aprovou o estatuto da Academia Real Militar. Em 23 de abril de 1811, iniciou o seu funcionamento em sede provisória na antiga Casa do Trem. No ano seguinte, assumiu sua sede definitiva no Largo de São Francisco, onde permaneceria até 1874.

O Decreto que cria a Academia apresentava também seu primeiro estatuto. Este regularia as atividades da Academia e descreve, primeiramente, seu principal objetivo, que era a formação de oficiais artilheiros e engenheiros aptos a exercerem a profissão em atividades militares e em obras de infra-estrutura, sendo também seu objetivo formar infantes e cavaleiros.

CARTA DE LEI - DE 4 DE DEZEMBRO DE 1810.

Cria uma Academia Militar na Corte e Cidade do Rio de Janeiro.

D. João, por graça de Deus, Príncipe Regente de Portugal e Algarves etc. faço saber a todos os que esta carta virem, que tendo consideração ao muito que interessa ao meu real serviço, ao bem público dos meus vassallos, e a defesa e segurança dos meus vastos domínios, que se estabeleça no Brazil e na minha actual Corte e Cidade do Rio de Janeiro, um curso regular das Sciencias exactas e de observação, assim como de todas aquellas que são applicações das mesmas aos estudos militares e práticos que formam a sciencia militar em todod os seus defficeis e interessantes ramos, de maneira que dos mesmos cursos de estudos se formem hábeis Officiaes de Artilharia, Engenharia, e ainda mesmo officiaes da classe de Engenharia geographos e topographos, que possam também ter o útil emprego de dirigir objectos administrativos de minas, de caminhos, canaes, pontes, fontes e calçadas: hei por bem que na minha actual Corte e cidade do Rio de Janeiro se estabeleça uma Academia Real Militar para um curso completo de sciencias mathematicas, de sciencias de observações, quaes a physica, chimica, mineralogia, metallurgia e historia natural, que comprehenderá o reino vegetal e animal, e as sciencias militares em toda a sua extensão, tanto de táctica como de fortificação, e artilharia, na forma que mais abaixo mando especificar; havendo uma Inspeção Geral que pertencerá ao Ministro e Secretario de Estado da Guerra, e immediatamente debaixo das suas ordens à Junta Militar que mando crear para dirigir o mesmo estabelecimento, que sou servido ordenar na forma dos seguintes estatutos.

Fonte: PERES, 2011, P. 24-25.

Assim, a Academia nasceu com dupla destinação: escola militar e escola de engenharia. Formar militares, mas também engenheiros cuja missão era erigir obras de grande importância para a segurança e desenvolvimento do império português e, particularmente, o Brasil. Esta dualidade de funções pesaria sobre a sua estrutura e regime e sobrecarregaria o currículo, dando margem a diversos debates ao longo de sua história.

CURRÍCULO DE 1810

1º Ano - Aritmética, Geometria, Trigonometria e Desenho.

2º Ano - Álgebra, Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral, Geometria Descritiva e Desenho.

3º Ano - Mecânica, Balística e Desenho.

4º Ano - Trigonometria Esférica, Física, Astronomia, Geodésia, Geografia Geral e Desenho.

5º Ano - Tática, Estratégia, Castrametação, Fortificação de Campanha, Reconhecimento do Terreno e Química.

6º Ano - Fortificação Regular e Irregular, Ataque e Defesa de Praças, Arquitetura Civil, Estradas, Portos e Canais, Mineralogia e Desenho.

7º Ano - Artilharia, Minas e História Natural.

Fonte: MOTTA, 1998, p.22-23.

O Estatuto apresentava, entre muitas considerações, o currículo da Academia e, permitia, também, avaliar a enorme diversidade de assuntos teóricos de cada disciplina, empenhando uma grande parcela da carga horária prevista no programa de ensino que se

desenvolvia por 07 (sete) anos. Poderia ser acrescido, ainda, de um oitavo ano para o ensino de História Militar. O currículo era dividido em dois cursos, o curso matemático (1º ao 4º anos) e o curso militar (5º ao 7º anos), sendo que o curso completo era exigido somente para artilheiros e engenheiros. Aos infantess e cavalariános o curso deveria ser realizado em dois anos com as disciplinas do primeiro e do quinto anos, ou seja, os primeiros anos dos dois cursos. Essa distinção era comum à época, pois a Engenharia e a Artilharia requeriam estudos teóricos mais complexos de matemática superior, balística e fortificação, sendo consideradas "armas" técnicas ou científicas.

Portanto, do ponto de vista do conteúdo, o currículo acadêmico proposto, fruto do pensamento do Conde de Linhares, foi um ato de coragem e desafio em um Brasil carente de pessoas habilitadas a exercer um magistério plenamente capaz, com carência de livros didáticos e falta de laboratórios e equipamentos. Da mesma forma, não encontrava reflexo na estrutura sócio-econômica da colônia, nem amparo na cultura humanística e contemplativa. Porém era coerente com seu tempo e até mesmo à frente, pois as ciências matemáticas foram a base do profissional, que será o símbolo do progresso do século XIX, o engenheiro. Esse currículo, sobretudo, colocava a formação do oficial em um patamar elevado e aprimorava a categoria da técnica militar. Ao mesmo tempo, permitia que todos os oficiais que, sendo alunos da Academia, recebessem uma "bagagem" de conhecimentos que os qualificava sobremaneira dentro da sociedade brasileira.

O Estatuto ainda denotava preocupação com a metodologia de ensino e o processo ensino-aprendizagem. Definiu normas para a realização de um ensino prático, seja em sala ou no terreno, com uma aprendizagem voltada para a resolução de problemas, contando com recapitulações diárias e semanais. Propunha ainda que os lentes, como eram chamados os professores, elaborassem compêndios (notas de aula) com base em bibliografia também indicada. Isto vinha em auxílio ao estudante, frente à escassez de livros.

Segundo alguns autores, tais como Motta (1998), o ponto fraco do primeiro estatuto estava na organização do comando e no regime escolar.

A direção da Academia era de competência de uma Junta Militar, composta por cinco membros, sendo o presidente um tenente-general do Corpo de Artilharia ou Engenheiros. A Junta deveria reunir-se uma vez por mês para tratar de todos os assuntos inerentes à administração escolar, desde a definição dos horários e do material didático, passando pela decisão de matrículas e de organização de bancas examinadoras, tratando até, sobre problemas de disciplina. Seria complicada a organização de um comando nesses moldes, que não se adequava ao estilo militar. Com opiniões divergentes e sem experiência em administração escolar, ficaria difícil vencer os obstáculos impostos à novel Academia.

Quanto ao regime escolar, o problema era a ausência de internato e poucas regras disciplinares. O estatuto definia, apenas, o respeito aos horários das aulas e postu-

ra frente aos professores. A Academia nasceu com aspecto pouco militarizado: sem uniforme, sem formatura e sem a vida prática da caserna.

Portanto, tanto a direção da Academia quanto o seu regime seguiam os padrões do currículo proposto pelo Conde de Linhares, dando a Academia uma composição próxima dos estabelecimentos de ensino europeus, com seus colegiados e seus mestres. O idealizador da Academia via-a como um "centro de altos estudos, que dispensava as pequenas regras e os pequenos hábitos da rotina militar".

Estas diferenças de concepção, no que diz respeito à instrução na Academia Militar, seriam os fundamentos dos grandes debates e das inúmeras reformas pelos quais passaria o ensino militar e, particularmente, a formação do oficial do Exército ao longo desses dois séculos de existência. O conflito deu-se entre disciplinas científicas e as disciplinas militares, entre a "teoria" e "prática", entre uma escola para "doutores" e uma escola para "soldados". Contudo, inicialmente, foi a visão que o seu idealizador estabeleceu, o principal fator de apoio para manter a Academia em funcionamento apesar das inúmeras dificuldades que iria passar nos seus primeiros anos. O planejamento era ambicioso, a sua execução, no entanto defrontar-se-ia com a realidade sócio-cultural brasileira e com a cultura do Antigo Regime português.

A Academia, no seu segundo ano de existência, perdia o seu idealizador, pois vem a falecer o Conde de Linhares. Professores, já nos anos posteriores à morte do Conde, reclamavam do desinteresse do governo em relação aos problemas da Academia, pois "ela fora entregue a pessoas que não seguiram" os planos de seu idealizador. Compêndios não foram escritos, faltavam professores, gabinetes, laboratórios e instrumentos. O ensino tornou-se excessivamente teórico, e exercícios práticos não se realizavam, e poucos alunos conseguiam concluir os sete anos de estudo.

O número de alunos matriculados na Academia, no primeiro ano de funcionamento foi de setenta e três e, ao que tudo indica, mantiveram-se nesta média até a nova reforma curricular em 1832. O problema do baixo índice de aprovações, provavelmente, decorria da falta de estímulo dos militares em frequentar o curso na Academia, pois este não era indispensável para o acesso ao oficialato e nem necessário para ascender nos postos da hierarquia militar. Além de exercerem, os alunos, funções nos corpos de tropa da Corte, muitos recebiam ordens para seguir como suas unidades para as campanhas militares, sem concluir os estudos. Portanto, muitos militares, principalmente os oficiais, achavam inúteis os esforços despendidos para cursar os difíceis e longos anos da Academia. Talvez por conta disso, um ato do governo, em 1823, possibilitou a matrícula de alunos sem qualquer compromisso com a carreira militar, dando origem a uma categoria de alunos, os "paisanos", que, ao final do curso, receberiam um novo diploma: o de engenheiro civil. Esta atitude se, por um lado, demonstrou a capacidade da Academia em proporcionar um ensino de padrão elevado no contexto da época, por outro, afastou-a ainda mais do seu objetivo principal: a formação militar.

Estas atitudes baseavam-se na cultura militar portuguesa, arraigada na sociedade do Antigo Regime em que os laços de nobreza e a prestação de serviço ao Rei garantiam benesses e ascensão aos postos militares sem a formação adequada. Mudar pelo menos parte deste costume era uma das finalidades da Academia, pois o novo modelo vinculava o acesso ao oficialato à aquisição de conhecimentos técnicos específicos. Juntamente com a técnica, a obtenção de um conjunto de valores e atitudes baseados na disciplina e hierarquia, vinculados a um espírito de corpo castrense, era algo que faria parte da nova tradição e passaria a ser o ideal que a Academia perseguiria por muitas gerações.

OFICIAIS FORMADOS NA REAL ACADEMIA MILITAR NAS DÉCADAS DE 1810 E 1820



LUÍS ALVES DE LIMA E SILVA (DUQUE DE CAXIAS)



EMÍLIO LUÍS MALLET

Um estudo sobre os generais da ativa do império, da década de 1840, demonstrou que, dos 46 oficiais generais do período, apenas 09 (nove) haviam cursado a Academia Militar. (SOUZA: 2002, 161). Dentre os ex-alunos, estava Luis Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, que cursou a Academia Real militar entre os anos de 1818 a 1821. Esta presença de egressos da Academia dentro do Exército, era inicialmente tímida, passou nos anos seguintes, a aumentar. Porém, muitas mudanças e muitas gerações seriam necessárias para que essa presença se consolidasse.

Na década de 1820, as necessidades de reforma já haviam deixado os muros da escola e ganhavam destaque nos debates da Câmara dos Deputados, onde havia críticos e defensores. Projetos de reforma nos estatutos foram apresentados ao longo daquela década, no entanto, não foram além de objetos de calorosos debates. Poucos matriculados, menor ainda o de concludentes, estes números não justificavam, para os críticos, os gastos em manter a Academia. Ainda, em uma economia agrícola baseada em trabalho escravo, em que havia poucas obras públicas e privadas, em que predominava a ignorância com relação aos problemas técnicos, a profissão de engenheiro não era ainda uma necessidade imperativa.

Para os defensores, os corpos de tropa, principalmente de artilharia, já se beneficiavam com oficiais mais qualificados, bem como, a Academia, mesmo que timidamente, passou a ser um centro irradiador de ensino, principalmente, das ciências matemáticas. Essa característica, difícil de quantificar e pouco perceptível, fez com que a escola sobre-

vivesse aos tumultuados anos após a independência e que sua existência não fosse mais contestada. Entretanto, os debates iriam girar em torno de outro problema, cuja origem estava na dupla finalidade da Academia.

Uma profusão de reformas, em um curto período de tempo, foi testemunha da tensão e, ao mesmo tempo, da importância de que cada vez mais se revestia a Academia Militar. Ao todo cinco estatutos, juntamente a algumas determinações, tiveram como alvo a Academia no período de março de 1832 a março de 1845. Os temas de discussão, invariavelmente passavam pelo problema da dupla destinação da Academia. Diante disso, alguns tentavam militarizá-la, para outros, ao contrário, se fosse academia de ciências, não deveria ter ordem e disciplina imperativas da caserna. Assim, o conflito entre o estudo das ciências e o da técnica militar, ficava cada vez mais exacerbado. Portanto, uma clara definição da finalidade da Academia era um problema que necessitava de urgente solução.

Cadete foi um título honorífico criado por D. José I no ano de 1757, para distinguir os filhos de nobres, de oficiais gerais e oficiais superiores que sentavam praça nos regimentos portugueses. Ao mesmo tempo em que aprendia a rotina da vida castrense e as obrigações militares, o jovem entendia que o acesso aos últimos postos daria-se de forma gradual e por meio dos serviços que prestaria ao reino. D. João VI introduziu no Brasil, a partir de 1808, o 2º e o 3º Cadetes, sendo que 2º Cadete era graduação destinada aos filhos de capitães, tenentes ou graduados condecorados com alguma ordem militar. Já o 3º Cadete, para os filhos de civis ilustres. Com a Proclamação da República, a distinção foi abolida. Todavia, no início da década de 1930, no intuito de criar uma tradição e de valorizar a carreira militar, o aluno da Escola Militar passou a ser chamado de Cadete.

3 - A formação do Oficial do Exército: ensino acadêmico e a prática militar (1832 - 1850).

A primeira reforma significativa aconteceu em 1832, que, tanto ponto de vista curricular quanto do regime escolar, não apresentaram alterações. Os cursos de Infantaria e Cavalaria continuaram sendo ministrados nos 1º e 2º anos e o de Artilharia foi reduzido para quatro anos. Para o curso de Engenharia sete anos, houve ainda distinção em três especialidades de engenheiros, passariam a ser formados o "militar", o "geógrafo" e o de "pontes e calçadas".

Se do ponto de vista do currículo não causou muitas transformações, por conseguinte, alterou expressivamente a rotina administrativa da Academia. A primeira refere-se à direção da Academia. Esta passaria a ser exercida pelos lentes (professores), reunidos em congregação, em substituição a antiga Junta Militar. Esta solução, do ponto de vista militar, era um retrocesso, pois ampliava, em muito, o número de dirigentes e, em consequência, dificultava, ainda mais, a tomada de decisões. O segundo aspecto significativo era a união da Academia Militar com a Academia de Guardas-Marinha. Se a formação de oficiais do Exército e de engenheiros civis encontrava problemas na definição de conteúdos, o problema certamente se ampliava ao introduzir misteres próprios da formação dos oficiais de Marinha.

No entanto, em outubro de 1833, uma nova reforma separou as duas Academias. Os objetivos dessa reforma eram evidentes, o regulamento visava militarizar a formação dos oficiais do Exército. Para tanto, foram alterados pontos significativos na vida da Academia como a organização do comando e o regime disciplinar. Para a sua direção, foi extinto qualquer tipo de colegiado, que passou a ser exercido por um oficial egresso dos corpos científicos (Engenharia e Artilharia). Quanto à disciplina, o novo estatuto previa que era da competência do comando da Academia a punição e, até mesmo a exclusão dos alunos. Do regulamento, constava ainda, a obrigatoriedade aos alunos militares, do uso de uniformes e da participação em formaturas.

À frente da reforma acadêmica estava o Brigadeiro Cunha Matos que procurou organizar o regime escolar com a finalidade de criar um ambiente de quartel no Largo do São Francisco. Ao início das aulas, leu a Ordem do Dia, a primeira da vida acadêmica. No final do ano letivo Cunha Matos acampou, durante um mês, com os alunos e mestres na Fortaleza da Praia Vermelha para a realização dos "exercícios práticos". Apesar de serem previstos no Estatuto de 1810, os exercícios de campo foram realizados pela primeira vez.

Cunha Matos deixou a Academia no início de 1835, depois de apenas um ano no comando. Uma ordem ministerial fez que se voltasse ao Estatuto de 1832, no que tange ao currículo e a seriação das disciplinas. Da mesma forma, preconizava que o comando da Academia fosse entregue a um professor, que seria indicado, em uma lista tríplice, ao governo pela congregação dos lentes (professores).

No entanto, foram preservados os exercícios práticos, sem as instruções eminentemente militares, como o manejo do armamento e a execução de tiro. Confinados ao fim do ano letivo, esses exercícios práticos eram realizados em diversos pontos da cidade do Rio de Janeiro onde os alunos executavam ou observavam no terreno o que aprenderam na teoria. A partir de então, a Academia teria que, como tradição didática, conduzir seus alunos a praticarem seus conhecimentos científicos, materializando-os ou observando-os no terreno.

Inspirado no sistema de ensino utilizado na França, um novo regulamento é editado em 1839. O sistema francês era dotado de duas escolas: uma Politécnica, para os estudos científicos, e uma escola de Aplicações, para a consolidação dos conhecimentos técnico-profissionais. Porém, a comissão que planejou o novo regulamento concluiu que, para o Brasil, a existência de duas escolas era inviável. Seguindo ainda a inspiração francesa, a Academia passou a ser denominada de Escola Militar. Pela primeira vez, os alunos foram enquadrados em companhias de alunos, uma para os de infantaria e cavalaria e outra para os de artilharia e engenharia. Os comandantes dessas companhias eram oficiais instrutores encarregados da instrução prática das armas. Portanto, ao lado dos lentes que lecionavam Matemática, Ciências e a Arte Militar, surgiram oficiais-instrutores encarregados da "instrução militar".

ALUNOS DA ESCOLA MILITAR NA DÉCADA DE 1840



VISCONDE DO RIO BRANCO



DEODORO DA FONSECA



VILAGRAN CABRITA

No que se refere ao currículo, adaptou-se em uma única escola, as atividades científico-acadêmicas e as técnico-profissionais. Foi introduzido no currículo o ensino de História Militar, apesar de já estar previsto desde o Decreto de 1810. A duração do curso, para a engenharia, foi reduzida para cinco anos, para a artilharia quatro anos, e tanto infantes como cavalaria cursavam o 1º e o 2º anos. O currículo também inovou ao colocar, paralelamente ao longo do curso, o ensino das disciplinas matemáticas, ou seja, científicas, com as instruções voltadas à formação técnico-profissional peculiar à carreira das armas. Ficou evidente, portanto que a finalidade da reforma era estabelecer um equilíbrio entre o ensino científico e profissional.

No ano de 1840, o Ministro da Guerra criou o título de Alferes-aluno. A iniciativa visava atrair jovens sem muitos recursos financeiros, mas motivados para a carreira militar. Eram promovidos a este posto os alunos que concluíam plenamente o 2º ano do curso. Esta ação motivou a formação de uma cultura no Exército que, ao lado da hierarquia e disciplina, permaneceu como uma das bases fundamentais ao Exército, o culto ao mérito. Esta distinção não assegurava a patente militar, mas sim benefícios e vencimentos. Ao contrário do título de cadete, que representava um privilégio de nascimento, o Alferes-aluno, dependia da capacidade individual, portanto era uma recompensa ao estudo, à dedicação e, sobretudo, um culto ao esforço e à inteligência.

Desse momento em diante, mesmo com todas as modificações conjunturais que iria passar o ensino militar, a prática do reconhecimento pelo valor do indivíduo na busca do conhecimento permaneceria como um fator primordial. O Alferes-aluno era a materialização dos ideais liberais de igualdade, em que um homem era reconhecido por suas próprias conquistas e não por laços de parentescos ou nobiliárquicos.

No entanto, as reformas de inspiração francesa não duraram, pois dois regulamentos editados em 1842 e 1845, respectivamente, trouxeram novamente a desarmonia entre o ensino profissional e o científico. Esses novos estatutos privilegiavam o ensino teórico e científico e elevavam para sete anos o curso de Engenharia e para cinco anos o curso de Artilharia. Para os cursos de Infantaria e Cavalaria, foi adicionado um ano, que passou a ter três anos. Foram separados o ensino científico do profissional, que deveriam ser ministrados em anos distintos e não simultâneos como era anteriormente previsto. A disciplina foi negligenciada e os exercícios militares foram abolidos.

O ensino que predominou, durante a década de 1840, foi o de cunho técnico-científico ou acadêmico em detrimento do profissional-militar. Em muitos aspectos, principalmente os relacionados ao conteúdo, a Escola Militar voltou a ser como fora concebida em 1810. O "fosso" entre o ensino teórico das ciências e o prático da guerra, foi ampliado em 1844 com a introdução do bacharelado. Criou-se o grau de bacharel para quem concluísse o curso de sete anos e o de doutor em ciências matemáticas para os alunos que atingissem todos os requisitos previstos. Nasceu então, o híbrido bacharel-militar ou doutor-militar.

Esse fato trouxe para a Escola Militar e para dentro do Exército, o que já estava arraigado na vida brasileira, pois um "título" abria caminhos na sociedade da segunda metade do século XIX. Ao garantir prestígio social e político, deixou de ser uma busca de conhecimentos para ser um símbolo de pedantismo e ascensão social. Mesmo tendo aspectos positivos, pois aumentou consideravelmente o número de alunos, esta foi mais uma atitude contrária aos interessados em um ensino voltado para a formação militar.

4 - A formação do oficial do Exército: consenso entre a educação acadêmica e a instrução militar (1850-1874).

Das primeiras quatro décadas de história da Academia, dois períodos destacam-se. O primeiro, que abrange a vigência do primeiro estatuto (1811-1832), e um segundo que abrange os anos compreendidos entre 1832 a 1850.

Entre os anos de 1811 e 1832 a Academia Militar enfrentou o difícil problema de pôr em prática o que o Estatuto de 1810 previa. Críticas sobre a insuficiência de professores capacitados e de livros eram recorrentes; demandas sobre a ausência de equipamentos e de laboratórios foram comuns; bem como a falta de estímulos para matrículas de novos alunos. Estas dificuldades não decorriam somente de problemas internos da própria Academia, mas, sobretudo, eram frutos da realidade sócio-cultural brasileira. Com um mercado de livros incipiente e sem outro estabelecimento congênere para servir de modelo ou suporte, a sua existência era até mesmo contestada. Entretanto, os anos iniciais da Academia foram os anos de construção dos alicerces para os estudos das ciências matemáticas, da engenharia e da formação do oficialato do Exército no Brasil. Não obstante, ao sobreviver aos tumultuosos acontecimentos da independência, das guerras internas e externas e à abdicação de D. Pedro I, a Academia tornou-se uma instituição basilar do novel Império do Brasil.

No período posterior, ou seja, nas décadas de 1830 e 1840, a Academia superou, aos poucos, as dificuldades provenientes da falta de livros para estudos e da falta de mestres. Exercícios práticos e de campo passaram a ser comuns, se bem que colocados a parte, no fim do ano letivo e somente reservados para a aplicação dos conhecimentos acadêmicos, sem uma abordagem militar. As matrículas e os formandos aumentaram consideravelmente, chegando ao final do período por volta de três centenas de alunos.

Na década de 1840, a Academia, denominada nesse período de Escola Militar, evoluiria. Porém, ainda persistia a dupla função, formar oficiais engenheiros, artilheiros,

infantes e cavalarianos e ainda formar os engenheiros civis. Por essa razão, ao analisar os currículos das reformas até 1845, era notória a ênfase dada ao ensino das ciências matemáticas, deixando então, pouco espaço para a instrução militar e carga horária mínima para as disciplinas de humanidades. As tentativas efêmeras das reformas de 1833 e de 1839 procuraram dirimir as diferenças e adequar melhor à questão da formação militar e acadêmica. Mas logo, outras modificações tornaram-nas sem efeito, e mantendo o enfoque do ensino nas disciplinas matemáticas e com a predominância de um regime de características científicas, em detrimento da formação militar.

Agregado aos problemas que a dupla finalidade da Academia e que o ensino predominantemente teórico-científico traziam para o ensino profissional, outro aspecto importante se apresentaria: a ausência na Escola Militar dos ensinamentos obtidos das experiências da realidade conjuntural político-militar brasileira e, principalmente, do Exército.

A observação anterior derivou de dois problemas: o pequeno número de oficiais formados pela Academia e a inexperiência profissional destes oficiais. Estas dificuldades serão analisadas separadamente nos parágrafos seguintes.

A formação do oficial do Exército, ao longo das quatro primeiras décadas da Academia militar, foi contemporânea de muitos acontecimentos relevantes do ponto de vista militar. As campanhas na região platina, entre 1811 e 1816, a Revolução Pernambucana de 1817, os diferentes teatros de operações onde aconteceram batalhas contra tropas portuguesas para a independência, a Confederação do Equador em 1824, a Guerra da Cisplatina, entre 1825 e 1828, e as revoltas internas do período regencial e início do Segundo Reinado. Esses exemplos demonstraram que, nesse período de funcionamento da Academia, o Exército esteve praticamente sempre envolvido em campanhas militares, em vários momentos, em dois ou mais conflitos simultaneamente.

Entretanto, apesar dessas inúmeras experiências de campanha, a Academia Militar não sofreu nenhuma influência significativa desses episódios. O currículo e a ausência de um regime propriamente militar derivaram na falta de aproveitamento das experiências desses conflitos e resultaram também na deficiência de conhecimento profissional e na carência de experiência castrense. Apesar de muitos alunos serem oficiais e terem participado de campanhas militares, esses enxergavam o curso acadêmico como uma forma de ascensão dentro da sociedade imperial e não propriamente na carreira militar.

As campanhas do General Curado (1811); os problemas enfrentados pelo Marquês de Barbacena na Batalha do Passo do Rosário (20/02/1827) e as estratégias operacionais e as táticas de Caxias na pacificação da Balaiada, da Revolta Liberal e da Farroupilha não eram traduzidas em experiências para serem transmitidas aos alunos na Academia. As reformas curriculares pareciam alheias aos ensinamentos dos campos de batalha, e a formação do oficial, na Academia Militar, parecia transcorrer independentemente do que ocorria nas instituições militares brasileiras.

Diante da realidade bélica em que o Exército se encontrava, a Academia Militar não possuía capacidade para formar os oficiais em quantidade suficiente e, também, com qualidade profissional para exercer as suas funções. Somente ao final da década de 1840, quase trezentos alunos seriam matriculados e, mesmo assim, um terço deste número era de civis que faziam o curso de engenharia. Para contornar este óbice, o Exército lançava mão do antigo sistema de formação de oficial, no qual o militar incorporava em uma unidade e galgava os postos tendo, como referência a sua participação em campanhas militares ou seus vínculos familiares e sociais.

Dessa forma, a formação do oficial, nesses primeiros quarenta anos de ensino militar, seria constituída de dois campos, sem nenhuma vinculação entre si. De um lado, o ensino formal, ministrado na Academia em forma de aulas, com preleção e livros sobre as ciências matemáticas e a teoria da guerra sobre batalhas e processos de combates vividos na Europa. Do outro, a formação fazia-se com a participação nas guerras, nos combates dos diversos conflitos que ocorriam de norte a sul do império. A realidade do armamento, do soldado, das marchas e dos acampamentos eram os instrumentos de aprendizado, e as "cicatrizes" dos combates afixavam a promoção ao oficialato.

A consequência desses fatos foi o aparecimento de dois tipos de oficiais no Exército: o oficial acadêmico, conhecedor de teorias, egresso da Academia Militar, mas sem vivência profissional na caserna; e o oficial tarimbeiro, formado na prática dos quartéis, egresso dos campos de batalha, mas com pouca instrução escolar.

O termo "tarimbeiro" provém da palavra tarimba que era a cama de campanha do soldado. Composta por um estrado de madeira, plano e duro, coberto, às vezes, por couro de boi. Considerada uma cama rude, dura e desconfortável. O termo foi usado, inicialmente, no sentido pejorativo, significava o oficial com pouca ou nenhuma instrução. Mas, com o tempo, tornar-se-ia uma expressão honrosa, e designaria o profissional das armas com experiência em combate ou grande prática em campanha. O significado positivo do termo prevaleceu na cultura popular, pois o termo tarimba ainda é utilizado, em muitas regiões do Brasil, como sinônimo de experiência.

A oportunidade das duas "escolas" combaterem ombro a ombro e pôr à prova a sua eficiência logo surgiu, pois a década de 1850 iniciou com um conflito de grandes proporções na região platina. Tropas brasileiras, sob o comando de Caxias, combateram na Banda Oriental (Uruguai) e nas Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina), foi a guerra contra os ditadores Uribe e Rosas (1851-1852). Das experiências colhidas nos campos de batalha, dois testemunhos refletem a complexidade do ensino militar. O Ministro da Guerra, preocupado com os problemas enfrentados pela formação do oficial, frente ao horizonte que se descortinava na região do Prata, escreveu no ano de 1851, em seu relatório, que a "Escola Militar possuía todos os elementos para fazer sábios, porém poucos para formar oficiais". Um militar alemão, que participava da guerra contra as províncias Unidas do Prata, relatou que "no Exército Brasileiro imperavam o

A segunda solução surge em 1851, com a criação de um curso de Infantaria e Cavalaria no Rio Grande do Sul, composto por disciplinas do primeiro e do quinto ano da Escola Militar. A criação do curso no sul foi realizada em decorrência da Lei de Promoções e também porque a maioria dos batalhões e regimentos encontrava-se estacionado no sul. Instalado em 1853, o curso permitiu que o aluno tivesse instrução teórica sem se afastar dos corpos de tropa e do teatro de operações sulino; da mesma forma aumentou a qualidade do oficialato na fronteira. Mesmo sem funcionamento contínuo, o curso marcou o início do ensino militar no sul e, ao longo da segunda metade do século XIX e início do XX, marcaria o cenário militar do Rio Grande do Sul e do Exército.

Outra parte da solução, de importância fundamental na reforma estrutural do ensino militar, aconteceu com o desdobramento da Escola Militar em duas. Em 1855, instalou-se, na Fortaleza de São João na cidade do Rio de Janeiro, a Escola de Aplicação. O Exército realizou o que havia sido idealizado no regulamento de 1839, em que, seguindo o modelo francês, a formação do oficial dava-se em duas escolas, uma voltada para o ensino científico, e outra para a formação profissional.

Em 1858, a Escola de Aplicação passou a funcionar em um prédio especialmente construído para este fim, no sítio da antiga Fortaleza da Praia Vermelha. Essa nova escola tinha o objetivo de formar o profissional das Armas e de valorizar a vida de soldado: regime de internato, disciplina rigorosa, formaturas, marchas, acampamentos, manejo de armas. Do ponto de vista curricular, dividiu as disciplinas em ensino prático e o ensino teórico, implantando a profissionalização do ensino na formação do oficial do Exército. Para acentuar mais seu caráter prático e profissional, foi criado um batalhão de engenheiros para dar apoio à instrução da Escola de Aplicação.

Os alunos eram matriculados no Largo de São Francisco e após seguiam para a Praia Vermelha. Os destinados para a infantaria e cavalaria freqüentariam o 1º ano da Escola Militar e o 1º ano da Escola de Aplicações, já os de artilharia e engenharia cursavam ambas as escolas, durante os anos que eram previstos para sua formação, em uma, assimilando os conhecimentos teóricos e em outra, aplicando-os nos exercícios práticos.

Assim, a Lei de Promoções e seu Regulamento de 1851, a criação do Curso de Infantaria e Cavalaria no Rio Grande do Sul e a criação da Escola de Aplicação, foram soluções modernizadoras encetadas no seio do Exército. Os chefes militares de então conseguiram a profissionalização do ensino que "a velha Academia de 1811" não conseguira, procurando harmonizar o ensino científico das ciências matemáticas com a prática da profissão militar.

Coroando a fase de melhoramentos, foi criada, no ano de 1859, a Escola de Tiro de Campo Grande, na cidade do Rio de Janeiro. Com a finalidade de aumentar o nível de instrução da tropa, visava treinar oficiais e praças no manejo das armas e no tiro. Dessa forma, às vésperas da guerra contra o Paraguai, o Exército havia evoluído de 01 (uma) escola para 04 (quatro) núcleos de formação, sendo que dois destes núcleos eram de formação eminentemente profissional: a Escola de Aplicação e a Escola de Tiro.

Assim, no ano de 1874, após 63 anos de trabalho, a sede do Largo do São Francisco foi transferida para o Ministério do Império, com o nome de Escola Politécnica, tendo por incumbência a formação dos engenheiros civis. A Escola Militar da Praia Vermelha passou a ser responsável, além do ensino das três armas, pelo ensino da engenharia militar e pelo curso de Estado-Maior, concentrando a totalidade dos cursos de formação de oficiais somente em uma escola.

5 - A Escola Militar da Praia Vermelha: de Escola de Aplicação a "Tabernáculo da Ciência" (1874 - 1904).

DENOMINAÇÕES DA ESCOLA MILITAR DA PRAIA VERMELHA.

- Escola Militar de Aplicação (1855 - 1859).
- Escola Militar (1860 - 1880).
- Escola Militar da Corte (1881 - 1888).
- Escola Militar da Capital Federal (1889 - 1897).
- Escola Militar do Brasil (1898 - 1904).

As últimas décadas do século XIX e o alvorecer do século XX foram anos conturbados para a nação brasileira, pois movimentos político-sociais deixaram suas marcas na história nacional. O Exército, nesse período, já era uma instituição com certa identidade própria. Identidade adquirida, como muitos autores alegam, pela experiência nos campos de batalha da Tríplice Aliança. Dessa forma, principalmente na década de 1880, o Exército deixou de ser um observador dos acontecimentos, como aconteceu nas seis décadas anteriores, e passou a ser um ativo protagonista. Não seriam mais vozes isoladas, mas sim grupos que encontraram força e legitimidade dentro e fora da instituição, que falariam e atuariam no cenário brasileiro. O ápice dessa constatação é a fundação, no ano de 1887, do Clube Militar.

No seio do Exército, havia a preocupação com o "melhoramento" da força (termo que equivale atualmente a modernização), pois havia uma guerra e uma tática moderna e pouco se fazia para melhorar os níveis de operacionalidade. Comissões foram criadas, conferências organizadas e projetos foram propostos durante as duas décadas após o conflito com o Paraguai, porém sem nenhum resultado efetivo. A lei do recrutamento de 1874, que visava à implantação do serviço militar obrigatório, tornou-se um bom exemplo dessas condições, pois era a esperança de livrar o Exército do recrutamento forçado, mas logo virou letra morta.

Na Escola Militar com sede na Praia Vermelha, o período entre os anos de 1874 e 1904, destacou-se em relação às décadas anteriores. A escola, seus professores e seus alunos foram grandemente influenciados por movimentos social políticos e culturais que agitaram o país e o mundo, respectivamente. O ambiente de grande efervescência,

sobretudo político, marcou o cenário brasileiro daqueles anos. Diferentemente das gerações anteriores ao conflito contra o Paraguai (1865-1870), docentes e discentes envolveram-se ativamente em importantes movimentos que contestaram a ordem social e política do império. Com o desfecho satisfatório desses movimentos, a mentalidade política (protetora e salvacionista) permaneceu no ideário, principalmente dos alunos, com claro prejuízo para a formação militar.

ALUNOS DA ESCOLA MILITAR NA DÉCADA DE 1870



GOMES CARNEIRO



HERMES DA FONSECA

Durante todo esse período, os chefes militares, preocupados com a deficiente formação técnico-profissional, não deixaram de realizar reformas no ensino. No espaço de tempo compreendido entre os anos de 1874 e 1905, o ensino na Escola Militar da Praia Vermelha sofreu quatro modificações curriculares: em 1874, em 1889 (no epílogo do império) e duas após a Proclamação da República nos anos de 1890 e 1898. Reformas estas que culminarão com o fechamento da Escola Militar, no ano de 1904, consequência dos incidentes da "Revolta da vacina".

5.1 - Causas do envolvimento da Escola Militar nos movimentos sócio-políticos.

O cenário político brasileiro era dominado por assuntos que convergiam para a abolição da escravidão e para o crescente movimento republicano. Esses temas encontraram, na Escola Militar, ambiente propício e desenvolveram-se a tal ponto, que concorreram com a própria formação militar. O motivo que levou a Escola Militar a tornar-se um dos núcleos de movimentos abolicionistas e republicanos, além da influência desses movimentos sobre o ensino militar, foi um dos principais aspectos que distinguiram historicamente a formação do oficialato do Exército entre os últimos anos do império e os anos iniciais da república.

A causa deste fenômeno é complexa, entretanto, podem ser considerados três aspectos que, atuando em conjunto, proporcionaram o cenário para o envolvimento político-social dos alunos da Escola Militar.

Uma primeira explicação para a influência do contexto político-social brasileiro na formação do oficial está no prestígio que a Escola Militar alcançou no meio cultural e científico brasileiro da segunda metade do século XIX. A Escola transformou-se num centro de ensino valorizado e um "pólo de atração educacional", portanto, tornou-se o destino de jovens de diversas regiões brasileiras, em sua maioria, originários de uma incipiente classe média sem grande poder aquisitivo, em busca de ascensão social e de maior participação política. Por isso, a importância da Escola como centro de estudos superiores, aliada, ao aumento da classe média e do prestígio do Exército após a Guerra da Tríplice Aliança resultou em crescente número de matriculados. A média de 300 matriculados passa para 500 nas décadas de 1880 e 1890 e chega a 800 em 1903.

Outra razão para as agitações dos alunos da Escola Militar frente ao contexto da época foi a crescente popularização do cientificismo, no qual as ciências exatas alcançaram grande valorização curricular devido, sobretudo, ao curso de Engenharia Militar. Essa valorização foi a porta de entrada para a ideias de Darwin, Spencer e, principalmente, da doutrina do filósofo francês August Comte. Professores e alunos disseminaram a filosofia positivista, que tinha entre seus ideários a exaltação das ciências, a evolução da sociedade e a substituição da monarquia pela república. Dessa forma, as teorias sociais do positivismo e do organismo social de Spencer acabaram por influenciar o comportamento de gerações de alunos, que passaram a apoiar ativamente os movimentos abolicionista e republicano.

Por fim, um último motivo está na formação de uma identidade própria: o sentimento de pertencer a uma instituição e representá-la, que apareceu entre os alunos da Praia Vermelha. Os longos anos de estudos vividos longe do convívio familiar, praticamente em internato, num enquadramento militar, permitiram uma maior aproximação entre os alunos e formaram laços significativos, que construíram um espírito de corpo. A formação de um companheirismo era o elemento que faltava à velha Academia do Largo do São Francisco e um dos objetivos que muitos chefes militares procuraram atingir em reformas anteriores. Esse espírito de união e solidariedade era construído, sobretudo, nas agremiações estudantis, muito difundidas na Escola Militar. Grêmios culturais, literários e recreativos reuniam os alunos nos momentos de aprendizado e lazer e reforçavam os laços de camaradagem e de lealdade, que prevaleceram, em certas ocasiões, sobre os vínculos familiares. Tal identidade foi reforçada pela presença, na década de 1870, de muitos oficiais-alunos veteranos da Guerra da Tríplice Aliança, que requereram matrícula ao final do conflito. O número de oficiais-alunos matriculados nunca foi pequeno, pois permanecia em torno de 30% do total de alunos nos tempos do Império e chegou a mais de 50% nos anos posteriores à Proclamação da República.

Entretanto, essas características também apresentaram aspectos contraproducentes, pois a heterogeneidade do corpo discente, composto por praças-de-pré (recrutas), alferes-aluno e oficiais-alunos, e a natural influência dos últimos sobre os demais se

refletia na dificuldade que a Escola Militar enfrentava para manter o devido enquadramento e a disciplina. Da mesma forma, fruto de um companheirismo incondicional, manifestações coletivas dos alunos, até mesmo de indisciplina, começaram a aparecer.

O Florianismo foi um fenômeno político-militar brasileiro que girou em torno da figura do Marechal Floriano Peixoto. Teve início em 1891, abarcou o governo presidencial de Floriano (1891-1894) e a ação política posterior de seus seguidores. O termo ainda era mencionado nos primeiros anos do século XX para designar, de forma geral, os opositores ao governo e, de forma particular, os chamados republicanos radicais, também conhecidos como jacobinos.

5.2 - A Escola Militar e o movimento abolicionista e republicano.

Qual a dimensão da participação da Escola Militar ou, mais especificamente, de uma parte significativa dos seus corpos discente e docente nos grandes eventos que marcaram o período entre 1874 e 1904? A resposta é extremamente complexa, pois em todas as questões a Escola fora extremamente ativa e, não raro, a protagonista, pois em muitas ações esteve na linha de frente.

A primeira grande questão que mobilizou a Escola, e que contou com a simpatia do comando, foi a abolição da escravidão. Sociedades Acadêmicas, como a "Libertadora da Escola Militar", foram fundadas com o objetivo de aliciar ativistas, organizar palestras, realizar passeatas, escrever e publicar artigos e angariar fundos para libertar escravos. O General Tasso Fragoso lembra que alunos da Escola Militar, em trajes civis, ofereciam segurança nos comícios abolicionistas a Rui Barbosa, que frequentemente era alvo de escravocratas. (MOTTA: 1998, p. 201).

Já a questão republicana provocou um radicalismo nos alunos e os colocou em oposição aos chefes militares. Grande parte dos alunos e dos jovens oficiais, principalmente os científicos, era republicana. A valorização do mérito individual, somada à cultura científica, foi o fator determinante para o desenvolvimento do republicanismo dentro do Exército. Em 1878, já funcionava o Clube Republicano da Escola Militar, com sede em uma casa em Botafogo, onde os alunos reuniam-se secretamente e correspondiam-se com outras associações republicanas. Em 1885, apareceu outro clube republicano, também secreto, que difundia jornais e livros com conteúdos republicanos.

As situações de radicalismos e rebeldia, tanto na campanha abolicionista quanto no debate sobre a República, não deixavam de ser punidas pelos chefes militares. Mas o que consolidou a união entre os velhos comandantes e os jovens oficiais republicanos foi a questão militar. A Escola Militar entrou no debate, sob forma de reunião de alunos, em 2 de outubro de 1886, para manifestar solidariedade ao Coronel Cunha Matos e ao Tenente-Coronel Sena Madureira, que foram punidos por indisciplina ao escrever artigos

em jornais com críticas a postura do governo imperial nos assuntos relacionados ao Exército. Deodoro da Fonseca, como um dos mais antigos chefes militares, prestou apoio aos oficiais envolvidos, pois tal punição ofenderia o Exército e seus membros.

Em janeiro de 1887, os alunos da Escola Militar compareceram, apesar de proibidos, ao desembarque de Deodoro da Fonseca que havia sido destituído do comando das Armas da província do Rio Grande do Sul. Caso que gerou a demissão do Comandante da Escola Militar e punições aos alunos. Reuniões onde Benjamin Constant era orador, os alunos compareciam, sendo os mais vibrantes. No ano de 1889, quando o movimento republicano intensifica-se, nas passeatas e nos comícios os alunos militares, também faziam-se presentes. O apoio incondicional da juventude militar ao discurso de Benjamin Constant na Escola Militar, em outubro daquele ano, na recepção aos oficiais chilenos, traduz a liderança do antigo mestre sobre os seus discípulos.

Na manhã de 15 de novembro de 1889, algumas unidades militares, ou mesmo, a maioria da população do Rio de Janeiro não compreenderam, inicialmente, o verdadeiro motivo do movimento de tropas em frente ao Campo de Santana. Não obstante, a Escola Militar, marchou consciente e resoluta, desde a madrugada, para garantir a Proclamação da República. Os anos iniciais da última década do século XIX foram conturbados para a jovem república. No período, que ficou conhecido como consolidação republicana, o governo, principalmente de Floriano Peixoto, teve que combater sérias revoltas. Muitas delas aconteceram na Capital Federal. Os motins nas fortalezas de Santa Cruz e da Laje e a 2ª Revolta da Armada são exemplos significativos. Um dos principais pontos de apoio do governo do Marechal Floriano era a Escola Militar. Os alunos eram voluntários para fazer a guarda pessoal do Presidente, substituíam as guarnições das fortalezas, eram utilizados como mensageiros e até mesmo combatiam em qualquer lugar onde a república se visse ameaçada.

Após Floriano Peixoto, já no governo de Prudente de Moraes, começou a ser delineada uma estratégia política que procuraria manter no poder a oligarquia cafeicultora paulista: é a "política dos governadores", que tomará corpo no governo seguinte. As classes médias urbanas, que viam na república a possibilidade de maior participação política, começaram a fazer ferrenha oposição ao governo das oligarquias. Nessa posição encontravam-se militares que foram protagonistas nos eventos que levaram a Proclamação da República, entretanto, não encontraram espaço político na nova ordem. Após a morte de Floriano Peixoto (1895), uma oposição mais radical elegeria a política do "Marechal de Ferro" como símbolo e encontraria nos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha um campo fértil para suas ideias: surge o "florianismo". Esse fenômeno foi explorado por políticos para garantir demonstração de apoio militar, e a Escola Militar e seus alunos serão utilizados como "massa de manobra".

Entre os anos de 1895 e 1904, qualquer incidente poderia ser usado por políticos de oposição ao governo para se dirigir à Escola e procurar apoio entre os alunos

militares. Assim foram protagonizados os incidentes de maio de 1895 e março 1897. A pouca participação dos alunos e a pronta intervenção dos comandantes não deixaram que as revoltas tomassem vulto.

Entretanto, em novembro de 1904, no contexto da Revolta da Vacina, a Capital Federal estava sob fortes contestações populares. Influenciadas pelos discursos de oposição ao governo, parte das camadas populares da cidade do Rio de Janeiro provocou uma série de distúrbios no centro e em vários bairros. Seguindo um plano determinado, apareceram na Escola Militar, políticos e chefes militares que se opunham ao governo de Rodrigues Alves. Entre os oficiais que se dirigiram à Escola encontra-se o Major do Exército e Deputado Lauro Sodré (um líder florianista), que fora aluno nos anos de 1880 e ativo republicano, juntamente, com o General Silvestre Travassos. Exercendo liderança sobre os alunos, os militares sublevaram a Escola Militar e prenderam seu comandante. A Escola marchou, na noite do dia 14 de novembro, contra a sede do governo, sendo detida por forças do Governo. No dia seguinte, tropas do Exército e da Marinha ocuparam o prédio. A Escola Militar, com sua sede na Praia Vermelha, foi fechada e a maioria de seus alunos, presa ou transferida para pontos distantes do território nacional.

Segundo Lobato Filho (1992, p. 17), contemporâneo dos acontecimentos, os motivos que levaram a maioria dos alunos a aderir à revolta possuem fatores políticos, mas estes não foram determinantes. Todavia, a importância maior decorreu da influência exercida por alunos mais antigos, veteranos das revoltas anteriores, que, após anistiados, possuíam ascendência e liderança sobre os demais. Da mesma forma, os laços de solidariedade, de espírito de corpo, tradição construída nas lutas pela abolição e pela República, impuseram um companheirismo incondicional, que determinou o levante da Escola na fatídica noite de novembro de 1904.

5.3 - Cultura científica e formação profissional: faces da mesma moeda.

Com a reforma de ensino de 1874, a Escola Preparatória, que funcionava anexa à Escola Militar, teve a duração do seu curso ampliada para três anos. Os concludentes dos preparatórios eram matriculados nos cursos de Infantaria e Cavalaria, que duravam dois anos; o de Artilharia, três anos, o de Estado-Maior, quatro e, finalmente o de Engenharia, cinco anos. Portanto, com a introdução dos estudos preparatórios, um infante teria, no mínimo, cinco anos de estudos; já um oficial engenheiro completaria o curso em oito anos. Até então, os cursos das armas, não eram considerados linhas específicas de estudos. Assim, o artilheiro e o engenheiro eram infantes e cavalarianos com mais anos de formação.

BENJAMIN CONSTANT BOTELHO DE MAGALHÃES (1836-1891)



Aluno da Escola Militar na década de 1850. Participou da Guerra da Triplice Aliança entre setembro de 1866 a agosto de 1867. Entretanto, foi no magistério que encontrou sua grande vocação, sendo professor entre os anos de 1872 a 1889 na Escola Militar da Praia Vermelha. Positivista e republicano, teve grande influência sobre gerações de oficiais, principalmente, entre os alunos das armas científicas. Oriundo de família pobre, Benjamin Constant, personifica a busca, pelo mérito individual, da independência financeira e ascensão social em contraste com a sociedade aristocrática baseada na herança familiar. Foi Ministro da Guerra no Governo Provisório após a Proclamação da República e, posteriormente, Ministro da Educação Pública (cargo que ocupava quando faleceu).

O novo regulamento (1874) prescreveu, da mesma forma que foi realizado anteriormente, na Escola de Aplicação, a existência ou ainda, a divisão das disciplinas em ensino teórico e o ensino prático, sendo o "prático" a instrução predominantemente militar. No entanto, se a Escola Militar foi liberada da formação do engenheiro civil, o Exército não deixou de necessitar de profissionais habilitados para exercer estes serviços. Portanto, novamente a dupla missão se impôs para a Escola: a formação do oficial do Exército e do ensino da engenharia militar.

A instrução profissional-militar não conseguiu resistir à crescente importância das ciências matemáticas e de Engenharia. Afinal, fazer o curso completo da Escola Militar, formar-se bacharel ou engenheiro militar era o objetivo de todos os alunos, pois, como declarou um aluno da época: "a luta para vencer a barreira do plenamente era renhida, e nela se consumiam energias, fazeres e até a saúde, tão severo eram os estudos teóricos, os únicos que contavam". Da mesma forma, a "cobiçada miragem do galão estrelado de alferes-aluno, que era o maior título de glória" (MOTTA: 1998, p. 189), garantiria, para uma grande parcela dos concludentes, uma ascensão social que fora conquistada a partir do mérito individual baseado na aplicação aos estudos. Assim, o epíteto de "Tabernáculo da Ciência" que fora consagrado de maneira informal pelos próprios estudantes, determinou a formação de gerações de oficiais da Praia Vermelha.

Portanto, aos alunos que atingiam o grau exigido poderiam continuar a sua formação, já os outros iniciariam sua vida militar nos corpos de tropa. Essa situação proporcionou o aparecimento, novamente, de dois tipos de oficiais: de um lado, os oficiais científicos e, de outro, os oficiais prático-tarimbeiros. Os primeiros, devido a suas atividades, ficavam mais afastados dos corpos de tropa e ficaram conhecidos como bacharéis-fardados. Os segundos poderiam ter uma vivência técnico-profissional mais intensa ao longo da carreira, no que se refere às atividades propriamente militares.

Um distanciamento maior ocorreu entre os anos de 1881 e 1887, quando o curso de Infantaria e Cavalaria, por imposição do Ministro da Guerra, teve sua duração reduzida para um ano. Naqueles anos a formação ficou conhecida como "curso de alfafa". Foi um grave prejuízo para o ensino e ao mesmo tempo, aumentou a dissociação entre os oficiais, pois "há um vício na Escola Militar que vem de longa data: a importância exclusiva que se liga à teoria e o desprezo pela parte prática, (...) merecendo até, os que a ela se dedicam, o epíteto de tarimbeiros", testemunhava um capitão na Revista do Exército Brasileiro no ano de 1883. (MOTTA: 1998, 168). Assim, os oficiais ditos prático-tarimbeiros estavam mais vinculados ao Exército e aos problemas referentes aos corpos de tropa, como instrução e aparelhamento.

Por outro lado, os oficiais dos corpos científicos, sem perspectivas consideradas atraentes para a ascensão profissional no Exército, buscaram reconhecimento e espaço dentro da sociedade brasileira. Segundo Celso Castro (1995, p. 51), era contra membros de uma determinada "elite que os alunos da Praia Vermelha disputavam, social e simbolicamente, espaço e poder". Essa elite tinha nome e sobrenome, eram os bacharéis em direito, que desfrutavam da hegemonia dos cargos e funções públicas da administração imperial. Os alunos da Escola Militar, principalmente dos quadros científicos, imbuídos do espírito da "meritocracia", influenciados pelo cientificismo e positivismo, tinham nos movimentos republicanos e abolicionistas as armas para ascender social e politicamente.

MARECHAL RONDON (1865 - 1958)



Aluno da Escola Militar da Corte na década de 1880. Ao desbravar os sertões, instalando redes telegráficas e integrando territórios e tribos indígenas, foi o oficial que melhor personificou o espírito da sua formação na Escola Militar, ou seja, a formação que preconizava a missão civilizadora dos exércitos sul-americanos.

Portanto, os dois tipos de oficiais que eram formados naquela época tinham características diferentes, pois o oficial tarimbeiro estava mais absorvido pelos problemas do Exército, enquanto os oficiais científicos preocupavam-se não só com a caserna, mas, principalmente, com problemas de maior amplitude, relacionados ao desenvolvimento do país. Entretanto, a organização, o enquadramento militar da Escola e, principalmente, a convivência entre os alunos não permitiram grandes rivalidades entre científicos e tarimbeiros, pois temas polêmicos, como a abolição e a república, como visto anteriormente, proporcionaram pontos de interesse comuns.

5.4 - As reformas no Ensino na Escola da Praia Vermelha.

No último ano do Império, ocorreu mais uma reforma no ensino militar. Foram criadas pelo Decreto de 9 de março de 1889, mais duas Escolas Militares. A primeira, em Fortaleza, com um Curso Preparatório, com a duração de três anos, e um Curso de Infantaria e Cavalaria, com a duração de dois anos, e a Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro. Foi mantido na Escola Militar, integralmente, apenas o curso de Infantaria e Cavalaria, com duração de dois anos; os cursos de Artilharia, Engenharia e Estado-Maior passaram a ser realizados na Escola Superior de Guerra. O curso Preparatório, de três anos, prosseguiu nas condições anteriores. O Exército passava então a possuir cinco escolas de formação de oficiais: duas em províncias, uma no Rio Grande do Sul e outra no Ceará, ambas com o curso preparatório e, três na Praia Vermelha, onde funcionava a Escola Preparatória, a Escola Militar e a nova Escola Superior de Guerra.

O objetivo do Governo Imperial com essa reforma, foi claro. Com o radicalismo do movimento republicano e a liderança dos alferes-alunos sobre o restante dos discentes, o objetivo foi separar os alunos adeptos da República dos demais discentes e dividir a formação do oficial em várias escolas, para evitar a desenvolvimento de um espírito de corpo como havia se criado dentro da Escola Militar.

Logo após a Proclamação da República, um decreto presidencial criou a Escola Prática do Exército, no Realengo, Rio de Janeiro e a Escola Prática de Infantaria e Cavalaria, em Rio Pardo, no interior do Rio Grande do Sul. Os cursos das Armas passariam a ser realizados parte nas Escolas Militares e parte nas Escolas Práticas.

Esse regulamento, elaborado pelo Ministro da Guerra, General Benjamin Constant, provocou uma profunda reformulação no currículo da Escola. Os pressupostos doutrinários do Ministro baseavam-se na constatação que o ensino militar acompanharia a evolução dos processos de guerra e ao mesmo tempo prepararia a compreensão do "papel civilizador" dos exércitos futuros. Tal ensino formaria o cidadão armado, agente dinamizador do progresso e ferrenho defensor da República. Para isso, o currículo ensinaria uma educação científica, começando com a Matemática e terminando com a Sociologia. Para atingir esses objetivos os cursos passariam a ter no mínimo cinco anos (cavalarianos e infantes) e no máximo sete anos (Estado-Maior e Engenheiros) sem contar os três anos de preparatórios.

O currículo tinha um Curso Geral, que se desenvolvia nos primeiros quatro anos, fazendo que o aluno só entrasse em contato com as disciplinas técnico-profissionais no quinto ano. Por esse regulamento, Benjamin Constant foi injustamente, acusado de ser o criador do bacharelismo fardado, mas devido, em grande parte, a sua morte, o regulamento não foi de todo aplicado. Na verdade o estatuto de Benjamin Constant era uma síntese do que era a formação do oficial nas duas décadas que antecederam o advento da República. A grande consequência destes ensinamentos foi a formação do Oficial do Exér-

cito voltado às questões políticas e sociais do país, com maior peso dos estudos teóricos, em detrimento dos estudos profissionais.

A última década do século XIX foi conturbada por vários acontecimentos políticos que tiveram ramificações na Escola Militar, além de conflitos que expuseram as inúmeras vulnerabilidades da estrutura militar. Preocupados com a situação, os chefes militares buscaram soluções para operacionalizar e adequar a Força Terrestre para o combate moderno. Nesse contexto foi criado em 1896 o Estado-Maior do Exército e em 1898 foi realizada uma nova reforma no ensino militar.

O regulamento de 1898 extinguiu as Escolas Práticas e criou as Escolas Preparatórias e de Tática. A Escola Militar, localizada na Praia Vermelha, passou a chamar-se Escola Militar do Brasil, e a Escola Superior de Guerra foi extinta.

O Decreto faz uma importante modificação, pois altera o currículo da Escola Militar, reduzindo a carga horária das disciplinas científicas e aumentando a das disciplinas técnico-profissionais. O Curso Geral passou a ter a duração de três anos, durante os quais eram formados os oficiais das Armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia, e o Curso Especial, com a duração de dois anos complementava a formação dos oficiais de Estado-Maior e de Engenharia.

ALUNOS DA ESCOLA PREPARATÓRIA E TÁTICA DE RIO PARDO, NO FINAL DO SÉCULO XIX



GETÚLIO DORNELES VARGAS



MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES

O Curso Preparatório era desenvolvido nas Escolas Preparatórias e de tática, localizadas uma no subúrbio do Rio de Janeiro (Realengo) e outra no interior do Rio Grande do Sul (na cidade de Rio Pardo). A finalidade da existência dos cursos preparatórios em outra escola era reduzir o período de convívio durante a formação. Um grande período de convivência dos alunos fortalecia suas convicções e criava uma predisposição à influência externa e ao desenvolvimento da atividade política. Apesar do alcance e da importância dessas reformas, seus objetivos não foram atingidos, pois como visto anteriormente, todas as Escolas foram fechadas, no final de 1904.

6 - Escola de Guerra e a abolição do soldado-doutor.

Com a interrupção das aulas na Praia Vermelha e seu posterior fechamento, foi assinado no ano seguinte, um novo decreto para regulamentar o ensino no âmbito do Exército. O decreto preconizava que a formação do oficialato do Exército passaria a acontecer em várias escolas: duas no Rio Grande do Sul e duas outras situadas no Realengo, aproveitando as instalações da antiga Escola Preparatória.

As novas escolas eram: Escola de Guerra em Porto Alegre; Escola de Aplicação de Cavalaria e Infantaria em Rio Pardo; Escola de Artilharia e Engenharia e a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia situadas em Realengo (Rio de Janeiro). As duas últimas eram somente cursadas por engenheiros e artilheiros, após ter realizado o curso inicial de dois anos na Escola de Guerra de Porto Alegre. Portanto, nesse regime, infantess e cavalarianos seriam formados em três anos, artilheiros em cinco e engenheiros em seis.

ALUNOS DA ESCOLA DE GUERRA DE PORTO ALEGRE, NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XX



EURICO GASPAR DUTRA



MÁRIO TRAVASSOS

A mudança do local da formação do oficialato brasileiro na primeira década do século XX, pode ser relacionada a um planejamento que visava à modernização do ensino militar, melhor ainda, a capacitar os novos quadros para enfrentar as condições postas a profissão militar nos tempos modernos. A melhoria da capacidade operacional da Força Terrestre passava necessariamente pela formação dos oficiais. Para resolver essa questão, os chefes militares há muito já se indagavam sobre a necessidade de reformulação do ensino militar. Dentre tais chefes destacou-se, o General Nepomuceno Mallet (Ministro da Guerra entre 1898 e 1902) que, em um de seus relatórios, observou que a instrução oferecida na Escola Militar preparava ótimos bacharéis em ciências, porém, não soldados. Como resposta às indagações do ministro, a antiga Escola Militar de Porto Alegre passou a ser chamada de Escola de Guerra, revelando a determinação de formar guerreiros, não mais bacharéis e doutores em ciências.

O regulamento de 1905 fez uma profunda reforma no ensino militar, pois tinha por finalidade a profissionalização e procurava colocar em prática muito do que se havia pensado em fazer com reformas anteriores. As modificações romperam com o passado.

Merecem destaque as seguintes inovações: eliminação dos estudos de Estado-Maior; extinção dos estudos preparatórios; a matrícula na Escola de Guerra somente de praças-de-pré; e a extinção da categoria de alferes-aluno e a criação do "aspirante-a-oficial", posto que seria atingido somente após a conclusão do curso.

Ao eliminar o curso de Estado-Maior no âmbito da formação inicial, o regulamento estabeleceu a noção do aperfeiçoamento contínuo ao longo da carreira, pois no bojo da reforma criou-se também a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), que passou a formar oficiais para constituir o Quadro de Estado-Maior do Exército.

Ao mesmo tempo, desapareceu a figura do alferes-aluno com ares de doutor e merecedor de continência; em seu lugar instituiu-se o modesto, mas significativo, aspirante-a-oficial. Após concluir o curso na Escola, era incluído nos corpos de tropa, onde, na convivência da caserna concluiria a sua formação. O Exército deixou de se preocupar com o ensino médio, pois o candidato deveria ser aprovado previamente nos colégios de ensino médio civil. Finalmente, rompeu-se com a dualidade do aluno-oficial, do aluno-praça, pois, ao estabelecer a matrícula somente de praças-de-pré, garantiu-se a equiparação de todo os alunos a soldados, facilitando a criação de um regime disciplinar mais severo.

Assim, a reforma de ensino e os novos estabelecimentos de formação tiveram por finalidade mitigar com as influências acadêmicas e científicas do bacharel fardado. A Escola Militar teria apenas uma função definida: formar os oficiais "tropeiros", isto é, tenentes e capitães altamente adestrados nas suas funções profissionais, com a finalidade de servir nos corpos de tropa e ser comandantes de pequenas frações.

As diversas escolas de formação espalhadas pelo território nacional tornaram-se um estorvo, pois as grandes distâncias demandavam gastos excessivos. Dessa forma, as diversas escolas foram transferidas para o Realengo em 1911, formando o Grupamento Escola. No ano seguinte, surge o coroamento do projeto de modernização no ensino militar brasileiro, a Escola Militar do Realengo.

7 - A Escola Militar do Realengo: o alicerce da reforma militar.

A reforma do ano de 1913 consolidou a união das escolas no aquartelamento do Realengo. Inicialmente, consolidada em dois estabelecimentos: a Escola Militar e a Escola Prática, que funcionavam sob o mesmo comando. Com instalações modestas e sem o cenário deslumbrante da Praia Vermelha, a Escola Militar do Realengo era uma simples casa que, contudo, ligaria permanentemente o seu nome à história militar do Brasil. Nesse estabelecimento de ensino militar, tomariam forma as propostas dos chefes militares em relação à formação dos oficiais do Exército.

O Plano de Ensino de 1913 seguiria o mesmo caminho da reforma anterior: estabelecer uma formação de três anos para infantess e cavalarianos e de quatro para artilheiros e engenheiros. Dessa forma ampliou-se o tempo de qualificação de oficiais de

infantaria e cavalaria, bem como abreviou o curso para artilheiros e engenheiros. Além disso, a Escola Prática tinha a função de consolidar os conhecimentos teóricos obtidos na Escola Militar com instruções voltadas, exclusivamente, a aplicação profissional.

As modificações foram consolidadas nos regulamentos de 1918 e 1919 que, de certa forma, culminam com o projeto de aprofundar cada vez mais o ensino profissional militar, iniciado em 1905. Editados sob o impacto doutrinário da 1ª Guerra Mundial, os regulamentos prescreveram que os cursos passariam a ter a mesma duração (três anos para todas as armas) e, ainda, que toda a instrução seria eminentemente prática, como fica claro no texto do Decreto: "Não haverá ensino puramente teórico, todo ele é ou teórico-prático, ou prático unicamente." (MOTTA, 1998, p. 250). No âmbito dessas mudanças, o curso de engenharia passou a formar o oficial engenheiro, apto somente para as atividades tipicamente militares. No ano de 1928, com a edição da primeira Lei do Ensino Militar, foi criada a Escola Técnica do Exército para formar o especialista, ou seja, o engenheiro militar.

Outras importantes modificações foram introduzidas na formação do oficial: a Escola Prática foi extinta, ficando todo o encargo do ensino com a Escola Militar; a escola passou a ser subordinada ao Estado-Maior do Exército (EME); e os oficiais candidatos a instrutor da Escola deveriam se submeter a provas práticas. Resultado dessa última inovação, adentra a Escola Militar em 1918, um grupo de oficiais instrutores, selecionados em concurso pelo EME. A 'Missão Indígena', como era chamada. Foi reconhecida por seu alto grau de profissionalismo, eficiência e entusiasmo dos seus oficiais. Destacou-se a instrução voltada à prática castrense, exatamente como prescrevia o regulamento.

Nesses anos aconteceu a integração do ensino da Escola com a instrução que era ministrada nos corpos de tropa, aplicando a ambos os mesmos processos de instrução. Com esse currículo, a Escola moldou-se a padrões tipicamente militares, pois os assuntos militares ocupavam setenta por cento dos estudos, sendo complementados por um ensino prático rigoroso e conduzidos por um regime militar severo. Completou-se assim o ciclo iniciado em 1905, cujo objetivo era a formação técnico-profissional, eliminando-se grande parte do conteúdo cultural e científico.

Entretanto, a década de 1920 novamente se tornaria conturbada e a juventude militar mais uma vez encontrou-se em armas. Os alunos da Escola Militar participaram da primeira revolta tenentista, conhecida como "Dezoitos do Forte", ocorrida em 05 de julho de 1922. De curta duração e rapidamente debelada, a rebeldia dos alunos evidenciou que havia necessidade de nova reformulação dos currículos da Escola. O exagerado combate ao "bacharelismo" havia levado a formação do oficial ao extremo do profissionalismo e da prática, sem, contudo, atender às ciências da cultura geral, necessárias ao complemento dos conhecimentos que deve possuir um oficial do Exército. Novamente a questão impôs-se: qual a dosagem necessária de conhecimentos cultural-científicos e técnico-profissionais para uma formação militar adequada?

ALUNOS DA ESCOLA MILITAR DO REALENGO NO FINAL DA DÉCADA DE 1910



GUSTAVO CORDEIRO DE FARIAS



EDUARDO GOMES

7.1 - O comando do Coronel José Pessoa: a força de um ideal

Em 1924, a Escola Militar do Realengo começou receber a influência dos oficiais da Missão Francesa de Instrução, com oficiais franceses como instrutores. Foi criada a função de Diretor de Ensino, ocupada por um oficial francês. Foram, também, instituídos novos regulamentos, que procurariam estabelecer a harmonia entre os ensinamentos profissional e científico, objetivo principal das futuras modificações. Contemporâneo dessa fase, o Coronel Campos de Aragão, que fora aluno da escola no início da década de 1930, declarou: "O mestre passou a definir o problema geométrico, a sua finalidade entrosada com uma compreensão profunda de toda a ciência lógica. Começou a analisar a filosofia primeira de Laffite. Citou Kepler e Lagrange". Mas também salientou: "A escola fora invadida por uma verdadeira mania de campo. Não havia instrução que os oficiais não preferissem o tabuleiro de Gericinó. Podendo evitar as salas, isto era feito". Esse é o perfeito testemunho do equilíbrio que ocorreu no currículo da Escola Militar, pois a força reformadora das três primeiras décadas do século XX consolidou as bases necessárias para que a Força Terrestre trilhasse o caminho da operacionalização e do profissionalismo. Foi assim que, superados os excessos com relação ao ensino e a sua finalidade, a Escola Militar do Realengo adentrou os anos 1930.

Em janeiro de 1931, assumiu o comando da Escola Militar do Realengo o Coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Sem se preocupar com grandes mudanças curriculares, que tinham sido o alvo das reformas, o Coronel José Pessoa seria responsável pela transformação do ensino militar em educação militar. O novo comandante avaliou a verdadeira importância da Escola Militar para o Exército, pois no seu primeiro pronunciamento, declarou que era a missão mais honrosa de toda a sua vida.

O comandante, preocupado com a formação moral do oficial, recorreu à história e procurou um exemplo de conduta, de capacidade profissional e de patriotismo. Tais virtudes conduziram-no ao Marechal Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias. A partir disso, idealizou a formação do oficial à imagem de Caxias. Para impor uma forma-

ção moral seria necessário valorizar o aluno da Escola Militar que, até então, recebia tratamento igual aos recrutas. Buscou aumentar a autoestima dos seus comandados, recuperou e outorgou o título de Cadete, agora não mais como produto da nobreza hereditária, mas, sim, como o reconhecimento da inteligência, da cultura e da formação moral e de caráter do futuro oficial. Da mesma forma, para distinguir o Cadete dos demais militares, criou uniformes, relacionando-os às antigas tradições do Exército.

JOSÉ PESSÔA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE (1885-1959)



Cursou a Escola de Guerra de Porto Alegre, sendo declarado Aspirante-a-Oficial em 1909. Em 1918, como primeiro-tenente, realizou estágio na escola de formação de oficiais franceses e combateu nos campos de batalha da Europa, onde comandou um Esquadrão de Carros de Assalto, sendo promovido ao posto de capitão por atos de bravura. Na década de 1920, escreveu seu primeiro livro: "O tanque na guerra européia". Entusiasta na mecanização do Exército, foi o comandante da 1ª Companhia de Assalto, em 1921, no Rio de Janeiro, e realizou o primeiro desfile de uma unidade blindada no Brasil. Mas foi na década de 1930, no comando da Escola Militar, que realizou a sua maior obra e demonstrou ser um militar além de seu tempo: ao criar símbolos e instituir o Corpo de Cadetes, concretizou seu ideal de uma sólida formação ética para o oficialato. Idealizou a Academia Militar das Agulhas Negras ao moldes dos institutos militares de nações mais adiantadas, para dar ao Exército e ao Brasil jovens oficiais física e moralmente preparados. Assim, ficou o Marechal José Pessoa, personificado na honra e na disciplina dos cadetes da AMAN e cristalizado na mentalidade e na atitude dos integrantes da Força Terrestre.

Para concretizar esses ideais, instituiu o Corpo de Cadetes e fez, numa cerimônia em 25 de agosto de 1931, a entrega do seu estandarte, cujo brasão foi desenhado por J. Wasth Rodrigues. O Corpo de Cadetes passou a ser o elo fundamental para a formação do caráter do militar. Finalmente, instituiu uma arma simbólica para o Cadete: o Espadim, réplica em escala menor do sabre de Caxias. Esse símbolo haveria de ser o atributo mais importante do cadete, primeiro troféu a ser conquistado e o último a ser devolvido ao Exército. A criação dos símbolos estabeleceu para as novas gerações, educadas sob o signo de Caxias, uma mentalidade homogênea, fundamentada em valores éticos e patrióticos e exteriorizada numa conduta moral irrepreensível.

O Marechal José Pessoa também estimulou os cadetes a frequentar ambientes sociais condignos e fez importantes reformas no prédio da Escola, melhorando o ambiente de convívio do cadete. Criou o Departamento de Educação Física e o Departamento Hípico, reforçando a necessidade de, ao lado da conduta moral; uma higidez física para o futuro oficial. Mas, o maior legado do Marechal José Pessoa, seria a transferência da Escola Militar para a Cidade de Resende. Retirar a formação do oficial do Rio de Janeiro, onde o Cadete se encontrava exposto às influências políticas e sociais, era um objetivo há muito ambicionado.

A Escola Militar do Realengo foi um marco importante para a profissionalização, a operacionalização e a contínua modernização do Exército, pois a homogeneidade da formação e a ênfase no ensino técnico-profissional produziram uma geração de oficiais capacitados para as funções de comando e liderança, dentre os quais se destacam: todos os oficiais em função de comando e estado-maior na campanha da FEB na frente de combate italiana durante a Segunda Guerra Mundial, exceto o Marechal Mascarenhas de Moraes; ou ainda, os Generais Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo, todos Presidentes da República no período 1964 a 1985. A principal escola de formação do Exército ocuparia uma nova sede na década de 1940, mas o espírito e a mentalidade desenvolvidos dentro dos muros da "humilde e espartana" Escola Militar do Realengo permanecem moldando a formação do oficial do Exército Brasileiro.

8 - A Academia Militar das Agulhas Negras (1944 - 2010).

Ao longo das quatro primeiras décadas do século XX, o Exército Brasileiro havia se transformado radicalmente. Sob o impacto da incessante busca pela modernização, o sistema de ensino, que no início do século concentrava-se apenas na formação, agora possuía inúmeras Escolas que eram frequentadas pelos oficiais ao longo da carreira. A ECEME fora criada em 1905 e a EsAO, fruto da Missão Militar Francesa, consolidou-se na década de 1920, com a finalidade de habilitar os Capitães ao exercício do comando. A Escola Técnica, a Escola de Artilharia de Costa e Anti-aérea, a Escola de Intendência, bem como os cursos de formação de Sargentos e dos núcleos de formação de oficiais temporários, são exemplos da complexidade a que chegou o preparo e adestramento dos quadros.

Para atender às necessidades do Exército foi criada, em 1937, a Inspetoria Geral do Ensino do Exército, que passaria a orientar, regular e coordenar todos os assuntos relativos aos estabelecimentos de ensino da Força Terrestre, com destaque para a pesquisa e a normatização de processos didáticos e de ensino-aprendizagem. No mesmo ano, foi aprovada a Lei do Magistério Militar, regularizando o exercício do magistério, permitindo que os oficiais exercessem, exclusivamente, à atividade docente. No ano seguinte, foi publicada a Lei do Ensino Militar, em que constava que o ensino militar no Exército tinha por finalidade preparar especialistas necessários para conduzir as Forças Nacionais, em todos os escalões da hierarquia militar. Ainda no ano de 1938, foi iniciada a construção da nova Escola, em Resende, como fora previsto no projeto idealizado em 1931.

8.1 - A Escola Militar de Resende (1944 - 1951): aplicação dos ensinamentos colhidos pela FEB

O ano 1944 representou o último de funcionamento da Escola Militar no Realengo, e o primeiro ano da Escola Militar de Resende. No ano anterior, a Escola teve 1.036 ca-

detes, um número recorde de alunos frequentando os cursos. O regulamento em vigor datava de 1942. A estrutura do currículo, em linhas gerais, acompanhava o que vinha sendo feito desde 1924 e tinha por finalidade instruir os oficiais nas técnicas de comando das frações e informar-lhes sobre as principais questões de ordem política, econômica, social, histórico-geográfica e técnica, referentes à preparação e à execução da guerra. Indicava, ainda, uma didática da instrução profissional basicamente objetiva e, como o processo mais adequado, o Exercício Tático, baseado no terreno e representado em carta topográfica. Esse regulamento incorporou parte das experiências dos oficiais brasileiros que estagiavam no exército dos Estados Unidos a partir do início da II Guerra Mundial, passando a enfatizar a utilização dos meios auxiliares de instrução. Os cursos foram estruturados em um segmento fundamental, a ser realizado em um ano, e outro profissional, com a duração de dois anos.

No ano de 1945, um novo regulamento, o primeiro da nova escola, institui o Curso de Intendência, como um reflexo direto da experiência da Segunda Guerra Mundial, pois as operações de grande envergadura, tanto no tempo quanto no espaço, desdobraram uma cadeia logística até a frente de combate, introduzindo o oficial intendente no campo tático. No entanto, só após o retorno da FEB teria início, de forma concreta, a influência norte-americana, pois não houve instrutores estrangeiros nas escolas de formação. As primeiras mudanças no ensino da Escola Militar ocorreram com a difusão e a utilização dos manuais norte-americanos, por meio de traduções emergenciais. Assim, muitas inovações de metodologia, surgiram depois da 2ª Guerra Mundial e, em sua maioria, foram implantadas nas escolas militares.

8.2 - Academia Militar das Agulhas Negras: profissional e acadêmica (1951 - 1990).

No ano de 1951, por meio de um decreto, a Escola Militar de Resende passaria a se chamar Academia Militar das Agulhas Negras. Completa-se assim, a obra do Marechal José Pessôa, que distinguia no nome da Academia também um importante signo a auxiliar na formação integral do oficial, pois o perfil estilizado do maciço das Agulhas Negras já se encontrava no Brasão do Corpo de Cadetes, desde o ano de 1931.

Destacam-se, nos primeiros anos da década de 1950, o 1º e 2º Seminários de Ensino do Exército, realizados respectivamente nos anos de 1950 e 1952. Sob a chefia do Ministro da Guerra, do Chefe do EME e do Diretor de Ensino do Exército, esses encontros reuniram representantes de vinte instituições de ensino militar. Foram discutidos diversos assuntos de interesse do ensino, sendo desenvolvido um esforço conjunto para integração de todo o ensino no Exército, possibilitando uma complementaridade entre os níveis de ensino das diversas escolas. Esses encontros, realizados na AMAN, demonstraram a importância que a Academia possuía no sistema de ensino militar.

Ainda na década de 1950, o ensino na AMAN sofreu algumas modificações. Por conta do desenvolvimento tecnológico ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, o

ensino técnico-científico e de formação de engenheiros voltou novamente a ter destaque no âmbito da Academia. No ano de 1953, foi criado o curso Inicial de Formação de Oficiais Técnicos, com a finalidade de preparar os futuros alunos da Escola Técnica do Exército, onde seriam formados os engenheiros militares. Nos anos que se seguiram, foram propostos os cursos de Técnica Industrial, Geodésia e Topografia. Tais inovações conduziram a profundas e radicais transformações na estrutura da Academia e nas atividades de ensino.

Os chefes militares atentos aos prejuízos para a prática castrense e a formação profissional caso fosse ampliado o número de cursos, as alterações foram minimizadas. Houve apenas a criação do curso Básico, do curso de Comunicações e do curso de Material Bélico, que iniciaram as suas atividades no ano de 1959.

Sob a influência da Guerra Fria, na qual as ameaças nucleares e os avanços ideológicos da esquerda revolucionária em áreas da América Latina, da Ásia e da África eram uma realidade, o Exército Brasileiro, através da ECEME, organizou em 1959, um seminário que discutiria as estratégias político-militares necessárias para fazer frente à ordem mundial que se impunha. Assim, o seminário foi um evento importante para os destinos do pensamento militar brasileiro e do Exército, valorizando a estratégia e a geopolítica, com reflexo imediato nas atividades de ensino das Escolas Militares.

Na década de 1960, os conflitos político-ideológicos ficam mais nítidos no Brasil. Grupos guerrilheiros, de inspiração marxista-leninista, criaram focos de guerrilha na cidade e no campo. Essas condições implicariam a elaboração de uma estratégia doutrinária para lutar contra esse novo inimigo.

Os currículos da AMAN na década de 1960 e 1970 sofreram modificações por influência da conjuntura política e militar em que vivia o Brasil. Na reforma de 1964, a duração do curso Básico passou para dois anos, elevando assim a formação total para quatro anos. Foram inseridas no currículo as disciplinas de Informação e de Guerra Revolucionária e estudadas as operações de defesa territorial e de segurança interna. Nesse processo também foi criado na Academia, em 1968, o Departamento de Instrução Especial (DIEsp) com a responsabilidade de ministrar a disciplina de Instrução Especial, cuja finalidade foi adestrar o cadete na guerra contrarrevolucionária.

O novo currículo estabeleceu a divisão das disciplinas em dois campos: o profissional e o universitário. Tal divisão ficaria mais percebida em 1967, quando os cursos, que eram subseções da Divisão de Ensino, passaram para a subordinação do Corpo de Cadetes que teve então a responsabilidade de gerenciar e executar as disciplinas inerentes ao ensino profissional.

As reformas posteriores foram supervisionadas pelo Centro de Estudos do Pessoal (CEP), criado em 1968, que passou a orientar a elaboração técnica dos currículos e programas. Surgiram, assim, os Planos de Matérias (PLAMA) e Planos de Unidades Didáticas (PUD). Ao mesmo tempo foi implantado uma moderna metodologia para a redação de objetivos específicos e gerais de unidades didáticas e de disciplinas, alcançan-

do resultados satisfatórios no processo ensino-aprendizagem. Também novos órgãos de gestão do ensino foram criados no Exército, aos quais, a Academia passou a se subordinar. Foram criados, no início da década de 1970, o Departamento de Ensino e Pesquisa (atual Departamento de Educação e Cultura do Exército) para coordenar toda a área de ensino, e a Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento (atual Diretoria de Educação Superior Militar) que passou a coordenar, diretamente, as atividades de ensino da Escola. Com esses órgãos reguladores, foram instituídas as diretrizes para elaboração da documentação do ensino, a fim de padronizar os diversos documentos, desde o Plano Geral de Ensino até os Planos de Sessões. Nesse período, a instrução militar recebeu um enorme incremento, pois o Exército Brasileiro, adotando modernos sistemas de administração, elaborou o Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB), que unifica, regula e padroniza a instrução militar, desde a instrução individual básica até o adestramento e emprego das Grandes Unidades operacionais.

Na década de 1970, a principal modificação curricular da AMAN, ocorreu na duração dos cursos das armas, quadros e serviços, que de dois anos, passaram para três, sendo que a duração do curso básico foi reduzida em um ano. No quarto ano, passaram a ser realizados estágios de complementação e aplicação de conhecimentos. Ao longo da década de 1980, na Academia foram realizadas pequenas alterações curriculares, visando à atualização do ensino frente às novas necessidades do Exército.

Nos anos de 1980, valorizou-se o ensino de idiomas, visando um maior intercâmbio com outros países e suas Forças Armadas. Em 1987, foi criado o Curso Avançado, com a duração de um ano, e cursado pelo Cadete no segundo ano de sua formação. A implantação do novo curso ocorreu em 1989 e, a partir de então, o curso Básico permaneceu com duração de um ano, e os cursos das Armas, Serviço e Quadro voltaram ser realizados em dois anos.

8.3 - Modernização do Ensino e formação do Oficial do século XXI (1990 - 2010).

Em 1988, impulsionada pela projeção do Exército para o século XXI, a AMAN sofreu mudança organizacional, e suas instalações foram ampliadas. Foram construídas novas alas para alojamentos, um refeitório idêntico ao original já existente, um teatro com capacidade para 2850 pessoas, parques de instrução para os cursos Básico e Avançado e para a Seção de Instrução Especial, uma nova biblioteca, um novo Pátio de Formaturas, instalações para as atividades administrativas e de apoio ao ensino e um moderno Polígono de Tiro, dotado de meios necessários ao apoio dessa importante atividade de ensino. A ampliação visava a atender ao aumento do efetivo de cadetes para os anos que se seguiram.

No âmbito curricular, na década de 1990, iniciou-se no Exército o processo de modernização de ensino. Esse processo foi motivado pela constatação da acelerada evolução científica e tecnológica que proporcionou um maior acesso à informação e ampliou

os debates entorno do conceito de educação militar. Em 1995, o Departamento de Ensino e Pesquisa (atual DECEX) constituiu o Grupo de Trabalho para o Estudo da Modernização do Ensino (GTEME), que enfocou o ensino como um processo em contínua evolução, induzindo à adoção sistemática de novos enfoques pedagógicos. Sua proposta buscava a mudança de comportamento do aluno, proporcionando incentivo a atitudes pró-ativas, resumidas no axioma pedagógico do "aprender a aprender". Com o processo de Modernização de Ensino, o militar é ensinado a aprender e, como escreveu Ruas Santos (1998, p. 372), a ser comprometido com seu "auto-aperfeiçoamento e estimulado a atuar na complexa realidade que o cerca por meio da pesquisa, interação profissional e tecnológica".

Em 1999, a modernização foi consolidada na Lei de Ensino do Exército. Dessa forma, a AMAM iniciou a implantação de mudanças significativas em sua estrutura organizacional e de ensino. Uma grande reforma curricular foi realizada, com a extinção e a criação de disciplinas. Houve um enfoque especial para atividades extra-classe como complemento às disciplinas curriculares, tais como: palestras, conferências, intercâmbios, viagens e visitas, assuntos da atualidade, programa de leitura, projeto interdisciplinar e pesquisas.

Tal processo foi paulatinamente implantado em todas as Escolas e Cursos do sistema de ensino do Exército e, na primeira década do século XXI, o DEP, o órgão de direção setorial responsável pela educação militar (atual Departamento de Educação e Cultura do Exército), conduziu o processo de modernização, constituindo medidas legais que estabelecem contato e vínculos com universidades e centros de pesquisa. A finalidade era melhorar a qualificação dos seus quadros, tanto no nível técnico quanto no superior, do bacharelado ao doutorado.

Mas a natureza fundamental da modernização de ensino é ser vista como um processo em contínuo aperfeiçoamento. Motivada pelo aumento significativo da informação e do conhecimento, ela proporcionou ferramentas para que o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem não ficasse restrito à sala de aula e nem mesmo à relação aluno-professor. No que se refere ao ensino profissional, foi valorizada a área afetiva, incluindo atributos a ser evidenciados pelos concludentes dos cursos, no exercício da liderança. Para tanto, foi estabelecido o Projeto Liderança, que no âmbito do Corpo de Cadetes constitui programas para o desenvolvimento dos atributos ligados ao comando e à liderança militar.

A modernização do Ensino, conforme o historiador Ruas Santos, é um processo histórico, e pode ser comparado aos procedimentos de renovação educacional e doutrinária do Exército prussiano no século XIX ou, no início do século XX, às Missões Militares de Instrução no Brasil. Neste contexto, a AMAN assume no atual processo o mesmo papel que a Escola Militar do Realengo outrora desempenhou: o de "motor" da reforma militar no Exército na primeira metade do século XX.

A Academia Militar, ao iniciar o século XXI, e sendo a herdeira de dois séculos de educação militar, apesar da complexidade, do tamanho e da dimensão do Exército Brasileiro da atualidade, mantém ainda o papel de protagonista nas ações educacionais. Também está plenamente comprometida com o constante desenvolvimento de métodos e técnicas com o objetivo de aprimorar a formação inicial do líder militar. Assim, um novo período na formação dos oficiais combatentes do Exército começa a se estabelecer, consoantes com as palavras do Coronel Ruas Santos: "o Exército Brasileiro deixa para trás a falsa e contraproducente dicotomia baicharéis-tarimbeiros completamente anacrônica numa sociedade complexa e moderna como a brasileira". (SANTOS: 1998, p. 373).

CAPÍTULO 10



A EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA DO EXÉRCITO DA INDEPENDÊNCIA AO INÍCIO DO SÉCULO XXI

A EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA DO EXÉRCITO: DA INDEPENDÊNCIA AO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Elton Licério Rodrigues Machado

"A evolução militar do Brasil precisa ser vista no cenário de sua evolução social considerando-se o militar parte e reflexo do geral. Todavia, o militar, por suas condições peculiares de existência, deve saber reagir no âmbito da ordem lógica (...). Isto reclama não só instrução adequada, mas o exercício que aperfeiçoa e consolida a cultura, ensinando-o a ver e a reagir sem embaraços de circunstâncias efêmeras. É o que nos ensina a História."

João Batista Magalhães, 1956

1 - A Organização do Exército Brasileiro (1824 - 1850).

Portugal, durante todo o período colonial, evitou a criação de tropas especializadas no Brasil. Somente tropas de infantaria ligeira, mas estas estavam assim organizadas mais em razão da existência de insuficientes efetivos, com pouca instrução e armamento deficiente, do que uma verdadeira infantaria leve. A cavalaria concentrava-se nos Dragões (cavalaria leve), montados em cavalos inferiores aos usados na Europa, e com treinamento mais voltado para o combate a pé. Tudo isso decorria uma política que visava o uso das tropas terrestres como instrumento de repressão interna, ao mesmo tempo que diminuía os custos operacionais.

Com a vinda da família real portuguesa, algumas modificações são perceptíveis, como a transformação das unidades de cavalaria para o padrão de cavalaria ligeira. Foram criadas unidades especializadas de caçadores (infantaria leve) e de granadeiros (infantaria pesada), bem como artilharia de campanha, visando adaptar o exército colonial aos padrões europeus. Estas transformações aceleram-se um pouco com a Independência, mas o processo de criação de forças armadas nacionais seria, inicialmente, lento, pois o Primeiro Reinado não representou uma ruptura radical com os padrões da antiga metrópole.

A Constituição do Império (1824) definiu a estrutura militar, cuja organização segue, ainda, o modelo colonial. A primeira linha era composta por tropa regular e paga; a segunda e a terceira, por milícias e ordenanças, com funções auxiliares e sem soldo. Decorre disso a divisão em três classes: Exército, milícias e guardas municipais. Ainda, o processo e a seleção dos efetivos da primeira linha seriam fixados anualmente.

A tropa de 1ª linha, ou seja, o Exército foi organizado dentro das armas (Infantaria, Cavalaria e Artilharia). Possuía também, um Estado-Maior General, um Corpo de Engenheiros e um Corpo de Estado-Maior. O efetivo nominal, ou teórico, ficou fixado em 30.000 homens. A organização das tropas e sua distribuição pelo território foram constituídas aos poucos e muitas modificações foram realizadas. A realidade econômica e social brasileira não correspondia ao que prescreveu a Constituição e os efetivos anuais, frequentemente, eram fixados abaixo do inicialmente estabelecido. No Primeiro Reinado (1822-1831), devido à falta de tropas brasileiras preparadas para o combate, foram incorporadas ao Exército Brasileiro unidades formadas por combatentes estrangeiros. Podem ser citadas as seguintes, que existiam quando irrompeu a Guerra da Cisplatina: 2º e 3º Batalhões de Granadeiros, 27º e 28º Batalhões de Caçadores e um esquadrão de lanceiros. Essas unidades eram formadas predominantemente por alemães e irlandeses. As Unidades de estrangeiros foram extintas por lei em 1830, após graves tumultos na cidade do Rio de Janeiro, dando uma amostra dos graves problemas que este tipo de recurso para obter tropas pode ocasionar ao país.

Com a abdicação de Pedro I, em 1831, a situação se torna ainda pior. As forças armadas, vistas com desconfiança pelos políticos dos primeiros anos da Regência, foram muito reduzidas e os oficiais estrangeiros, demitidos. Prova disso, foram as previsões de efetivos e orçamentos, realizada anualmente pelo legislativo imperial, pois entre os anos de 1831 e 1864, nunca foram superiores a 20.000 em tempo de paz e a 27.000 homens em tempo de guerra. Ainda em 1831, em virtude da criação da Guarda Nacional, foram extintas a antiga organização da 2ª e 3ª linhas das Forças Terrestres, o que agravou ainda mais, o problema de efetivos para o Exército.

Um dos grandes problemas da primeira metade do século XIX foi o recrutamento, pois o serviço militar de até nove anos e o baixo soldo não atraíam voluntários. Os numerosos tipos de isenções, estipuladas em lei, levavam apenas aqueles que não tinham algum tipo de proteção social a serem obrigados ao serviço. Essa situação dava um caráter de punição a instituição militar. Portanto, completar os efetivos estipulados e necessários sempre foi um problema no Império. Procurou-se adotar, através dos anos, várias formas para o recrutamento: facilitar aos recrutados a apresentação de substitutos; pagamento de indenização para não servir; estimular o voluntariado com diminuição do tempo de serviço e melhoria de soldos, bem como estimular o engajamento. Todavia essas providências nunca surtiram os efeitos desejados e era muito comum ter um contingente que estava servindo contra a sua vontade, vítimas dos recrutamentos forçados. Com as péssimas condições de serviço, com atrasos no soldo e na distribuição de fardamentos, havia afrouxamento da disciplina, que só era mantida sob a ameaça constante de castigos corporais. A dificuldade no recrutamento complicava o sistema de substituição, o que estimulava as deserções, prejudicando ainda mais a manutenção dos efetivos. Entretanto, o problema do recrutamento, não estava nas Forças Armadas, mas derivava da organiza-

ção econômica, política e social decorrente de um país agrário, com uma elite composta por grandes proprietários rurais dependentes de mão-de-obra escrava. Visando manter esta estrutura, foi criada a Guarda Nacional.

A Guarda Nacional foi criada em 1831, e tinha entre seus objetivos a conservação da ordem e tranquilidade públicas e, ainda, auxiliar o Exército na defesa das fronteiras. Apenas no Rio Grande do Sul, a obrigação de reforçar as tropas do Exército foi cumprida, pois a Guarda Nacional constituiu, até a Guerra da Tríplice Aliança, a maior parte dos contingentes nas guerras externas. Também foram extintos os antigos corpos de milícias e guardas municipais que passaram a fazer parte dela.

Instrumento da elite agrária, a Guarda Nacional limitava a missão do Exército à guerra externa e quebrou a unidade das organizações militares no Brasil, pois esta nova força ficou subordinada, diretamente, ao Ministério da Justiça. Segundo Izecksohn (1997, p. 66), a criação da Guarda Nacional obedeceu a um duplo movimento. Primeiro, visou a diminuir as despesas governamentais com as funções de controle e defesa e, segundo, evitar que um exército de grandes proporções se constituísse num elemento de instabilidade política. Assim, ao mesmo tempo em que restringiu a missão do Exército à guarda de fronteiras, transferia aos proprietários de terra prerrogativas importantes na área do controle social.

Desta forma, o Exército passa a constituir papel secundário, pois a Guarda Nacional foi um concorrente do Exército em relação ao recrutamento e a recursos. O alistamento na Guarda Nacional era obrigatório a todos os eleitores entre 21 e 60 anos e isentava do serviço militar no Exército. Estes não recebiam soldos e quando mobilizados eram indenizados, conforme posto ou graduação. Estas características demonstram que a Guarda Nacional foi um aparelho essencialmente político, e isso será causa da sua degeneração, pois frequentemente foi instrumento de manobras políticas para a conquista do poder em âmbitos regionais.

2 - Transformações na Segunda metade do século XIX.

Na década de 1840, após a consolidação interna das instituições políticas, o governo Imperial passou a definir estratégias em sua política externa, para tanto sentiu a necessidade de respaldar-se em instituições militares capazes de garantir suas aspirações frente a outras nações. Diante disso, na década seguinte, ocorreram no Brasil profundas modificações na estrutura do Exército, pois a grande campanha contra Oribe e Rosas, nos anos de 1851 e 1852, destacou as fragilidades da organização e emprego da Força Terrestre em operações externas e de grande envergadura.

Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, foi comandante das tropas imperiais durante o conflito contra Oribe e Rosas, por isso, possui um papel relevante na implantação das novas idéias, pois foi Ministro da Guerra entre os anos de 1855 e 1856.

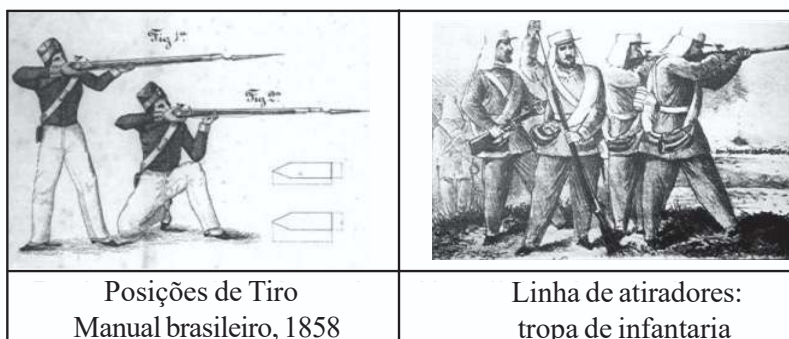
Na década de 1850, foram revistos e atualizados, na medida do possível, regulamentos, instruções, quadros de organização e efetivos. A Lei de Promoções de 1850 criou critérios mais claros para as promoções (fixando que seriam ou por merecimento, ou por antiguidade ou por estudos) e foi um exemplo dos trabalhos realizados. Foram criados os Distritos Militares: O 1º Distrito Militar no Rio Grande do Sul; o 2º abrangendo Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo; o 3º incluía a Corte e a Província do Rio de Janeiro; o 4º Distrito Militar, abrangia as províncias da Bahia ao Rio Grande do Norte; o 5º Distrito, incluía as regiões entre o Ceará e Amazonas e; o 6º Distrito Militar, abrangia Goiás e Mato Grosso. Também foi implantada a reforma no ensino com a criação da Escola de Aplicação e a construção da sua sede no sítio da Praia Vermelha. Visando um melhor preparo dos oficiais, foi criado junto à nova escola um batalhão de engenheiros, o único do Exército imperial durante a campanha da Tríplice Aliança.

Foi constituída a Comissão de Melhoramentos de Material do Exército para estudar e comprar equipamentos e armamentos modernos. Voltada para a pesquisa e desenvolvimento em todos os campos do material bélico, a comissão muito contribuiu para o aparelhamento do Exército. Os trabalhos da Comissão logo deram resultados: a adoção de novos equipamentos; a redação de manuais; e a compra dos primeiros fuzis de recarga do Exército (Dreyse, conhecido como “fuzil agulha”). Essa comissão foi responsável pela introdução desses fuzis que utilizavam o cartucho completo (carga, espoleta e projétil), bem como dos modernos canhões de alma raiada (La Hitte) com suas granadas de “shrapnells” que fizeram a fama da artilharia de Mallet, na guerra da Tríplice Aliança.

Veterano de muitas guerras, Caxias trouxe as experiências colhidas no campo de batalha e, enquanto Ministro da Guerra, lançou as bases da nova doutrina militar, visando renovar a tática vigente e enquadrá-la nas exigências modernas. A base teórica e prática das reformas foram influenciadas pelo que era aplicado em Portugal, mas foi procurado adaptar as inovações às características da realidade brasileira.

Na Infantaria adotou-se o sistema de instrução do Coronel Bernardo Antônio Zagalo, do Exército Português. Nessas instruções, a ordem-unida dominava no campo de batalha; o pelotão era a unidade de tiro e o batalhão de emprego; e a baioneta, após as salvas de tiro, seria utilizada como arma ofensiva na ação de choque durante o assalto e, na defensiva, na formação dos quadrados, especialmente contra a cavalaria.

Na Cavalaria, adotou-se o Regulamento do Marechal Beresford, do Exército inglês. Procurava-se tirar partido da potência de choque da arma e empregá-la ofensivamente, pois a regra geral era o combate a cavalo. O ataque era a principal finalidade da cavalaria e, na sua execução, buscavam-se obter velocidade e regularidade. As unidades deviam dispor sempre de uma reserva.



Na Artilharia, adotou-se o regulamento da guarda francesa. A tática da artilharia de campanha, principalmente, era muito rudimentar, sendo os alvos compensadores as formações de infantaria e cavalaria.

Foram realizadas também mudanças na estrutura organizacional do Ministério da Guerra, criando órgãos de gerenciamento, controle e fiscalização tais como: a Repartição do Ajudante-general para a administração de pessoal e dos efetivos; as Inspeções Militares que eram comissões que atuavam nos Distritos Militares sob as ordens do Ministro da Guerra; a Repartição do Quartel-Mestre General com finalidades logísticas e; a Repartição de Contabilidade de Guerra para as atividades financeiras.

Esta organização e os melhoramentos da década de 1850, mesmo que precárias, mostraram-se eficientes, pois o Império e o Exército conseguiram mobilizar, concentrar, adestrar e colocar na linha de frente, poucos anos depois, efetivos muito superiores ao que administrava em tempo de paz.

Na Guerra da Tríplice Aliança para organizar as Unidades, lançou-se mão inicialmente da velha tradição militar sulina, pois o núcleo do 1º Corpo de Exército foi formado pelas poucas unidades regulares estacionadas na fronteira sulina, tendo seu maior efetivo, composto por tropas milicianas (como a brigada de cavalaria do General Antônio de Sousa Neto) e das unidades da Guarda Nacional da província do Rio Grande do Sul. Contudo, o conflito não possuía mais as características dos tempos da conquista da fronteira, em que o espírito guerreiro bastava. Ao contrário, a guerra teve, no tempo de duração, no espaço geográfico, nos engenhos bélicos empregados, nas manobras planejadas e executadas, nos efetivos envolvidos e na intensidade de seus combates, os elementos de uma guerra moderna, nunca antes vivida por nenhum dos beligerantes.

Um dos pontos negativos foi o recrutamento, mas este não dependia dos chefes militares, pois era fruto da estrutura econômico-social do país, isto é, agrário e dependente da mão-de-obra servil. Mesmo assim, houve evolução com a criação do Depósito Geral de Recrutados, na Corte. As necessidades em efetivos foram supridas pelos Batalhões de Voluntários da Pátria, que, estimulados pelo fervor patriótico, saíram dos mais distantes rincões para combater.

Outro ponto sensível na campanha contra o Paraguai foi a logística. O Império estabeleceu bases em territórios uruguaio, argentino e paraguaio e o abastecimento era feito à base de contratos com fornecedores, cujas carretas alcançavam a linha de frente. Apesar de ser um sistema que trouxe muitos inconvenientes, era a forma empregada usualmente para o fornecimento dos suprimentos. Hospitais foram estabelecidos desde a linha de frente e formou-se uma cadeia de evacuação com organizações de saúde instaladas em Buenos Aires e Montevidéu. Foram organizados também serviços de Saúde, Material Bélico, Religioso e de Polícia que funcionaram regularmente em toda a Campanha.

Com relação aos armamentos, a Comissão de Melhoramentos de Material dotou as unidades de um armamento moderno e em quantidades necessárias, pois não há registros da falta de armamento ou munições que chegaram a comprometer operações. Os armamentos coletivos eram canhões de tubo raiado e de alma lisa, com carregamento antecarga, utilizava como munição as granadas "shrapnells" (metralhas) e lanterna. Disponha ainda, a artilharia, de foguetes a Congréve. Os armamentos individuais eram espingardas, carabinas e mosquetões do tipo Minié e Enfield. Adquiridos em 1858, essas armas possuíam o mecanismo de percussão com cápsula de fulminato, de carregamento do tipo anticarga e calibres 14,88 e 14,66 mm. O Dreyse, "de agulha" e retrocarga, foi usado por, pelo menos, um batalhão de infantaria. Já a cavalaria usava clavin Minié e Spencer, pistola e lança. A artilharia e a engenharia usavam o mosquetão Minié.

Ocorreram muitas mudanças na estrutura e na organização das tropas empregadas no teatro de operações da guerra, mas foram decorrentes das evoluções do próprio conflito. Como visto anteriormente, as inovações na estrutura, no equipamento e no armamento militar necessárias para o planejamento e execução das operações foram realizadas, nos anos que precederam o conflito, particularmente na década de 1850.

3 - A organização do EB no ocaso do Império (1870-1889).

A partir da Guerra da Tríplice Aliança, surgiu um exército profissional, adaptado às exigências da moderna guerra do período da Revolução Industrial, o qual estava equipado com armamentos e equipamentos atualizados, tais como armas de repetição, canhões raiados e telégrafo. Da mesma forma, as manobras de grande envergadura, como as de Humaitá e Piquissiri, demandaram planejamentos operacionais, logísticos e de serviços técnicos que proporcionaram uma experiência singular no adestramento dos quadros.

Entretanto, o preço foi muito alto para o Império Brasileiro, pois o número de baixas foi excessivo e os custos financeiros enormes; as dívidas contraídas para a guerra levaram décadas para serem pagas. Passado o perigo, a velha política de manter um exército pequeno é novamente posta em execução, com efetivos e recursos orçamentários novamente reduzidos. A experiência de combate não foi aproveitada para a instrução militar. A vida na caserna se volta novamente para a rotina da burocracia e da administração.

O Exército, que fora o instrumento da diplomacia imperial, nunca mais foi usado da mesma forma que tinha sido nas décadas de 1850 e 1860. Em consequência, houve uma redução nos investimentos o que ocasionou uma estagnação na taxa de crescimento. Os efetivos nominais foram fixados, no ano de 1871, em 19.000 homens, irão diminuir na década seguinte para números entre onze e treze mil homens. Estes números refletiram-se na doutrina militar e na capacidade operacional, pois é consenso na historiografia do período que o Exército, no início do período republicano, tinha índices de operacionalidade abaixo da Força que iniciara a campanha da Guerra contra o Paraguai. Um exemplo destas condições pode ser percebido no histórico de aquisições de armamento, pois entre 1850 e 1868 o Exército tinha avaliado, adotado ou descartado oito modelos diferentes. Todavia, nas duas décadas seguintes foram adotados apenas dois modelos novos: o fuzil Comblain e o canhão Krupp, que teria longo tempo de uso na artilharia. Ainda, este armamento foi adquirido nos anos de 1873 e 1872, ou seja, logo ao final do conflito contra o Paraguai.

No entanto, algumas iniciativas apareceram, mesmo sendo poucas e de alcance reduzido, que evidenciaram preocupações de alguns chefes militares com as condições da Força Terrestre.

Em 1872, foi reorganizada, agora em caráter definitivo, a Comissão de Melhoramento do Exército. Chefiada, inicialmente, pelo Conde D'Eu, possuía três seções (fortificações, artilharia de campanha e armamento portátil). Esta comissão mantinha permanentemente dois oficiais na Europa.

Em relação ao recrutamento, em 1874 aprovou-se a Lei do Serviço Militar. Regulamentada no ano seguinte, alterou o sistema de recrutamento instituindo o alistamento obrigatório e o sorteio para preencher as fileiras, permanecendo, no entanto, o voluntariado como prêmio. Infelizmente, a Lei não se concretizou, pois esbarrou nos interesses da política partidária, bem como a duração e a natureza do serviço militar, a limitação pelo regime de sorteio e, principalmente a falta de uma propaganda que conscientizasse a população da importância da defesa e, ainda, de medidas que ajudassem a sociedade a vencer a aversão geral pelo serviço das armas.

Pela primeira vez, preocupou-se com o problema da remonta no Exército, pois fora uma das deficiências em campanha durante a Guerra contra o Paraguai. Para tanto, criou-se em 1874, uma coudelaria no interior do Rio Grande do Sul.

No mesmo ano (1874), o Exército deixa de formar engenheiros civis, passando a Escola Central para responsabilidade do Ministério do Império e concentra seus cursos somente na Escola Militar da Praia Vermelha. Nos anos que se seguem, surgem novas estabelecimentos de ensino e instrução como as duas Escolas de Tiro (uma no Rio de Janeiro e outra no Rio Grande do Sul) destinadas a formar instrutores para os corpos de tropa. Em Porto Alegre, o Curso de Infantaria e Cavalaria é transformado na Escola da Militar da Província do Rio Grande do Sul, que acresce o curso de Artilharia. Em 1889,

na última reforma imperial surge a Escola Superior de Guerra, para formar os quadros de estado-maior, artilharia e engenharia. Também surge no mesmo ano a Escola Militar do Ceará com cursos das armas base de combate.

Foi fundada a Biblioteca do Exército em 1881, e no ano seguinte um grupo de jovens oficiais inicia a publicação da "Revista do Exército Brasileiro". Editada entre os anos de 1882 e 1888, a revista possuía um caráter técnico e buscava difundir os progressos de outros exércitos e discutir os problemas da Força. Pretendia ser apenas doutrinária e não discutir política, mas como toda a sociedade brasileira da época, não conseguiu permanecer alheia ao movimento abolicionista e republicano.

Em resumo, após a década de 1860, as instituições militares, particularmente o Exército, entram em declínio. As reformas derivavam de esforços isolados e quase não tinham resultados na prática. Se o nível intelectual dos oficiais melhorou, este, porém apresentava-se muito heterogêneo. Os oficiais dos corpos científicos relegavam ao segundo plano os estudos de caráter tipicamente militar, pois não encontravam dentro da força o estímulo para exercer suas atividades, devido ao precário estado dos corpos de tropa. De outro lado, os oficiais prático-tarimbeiros, embaraçados na rotina da caserna, olhavam com desprezo os científicos, pois não os consideravam bons soldados. Não obstante, as aspirações político-sociais uniram os integrantes do Exército e desenvolveu a identidade corporativa, construída durante os combates no Paraguai e, de modo diverso, os vinculou na causa republicana.

4 - O EB da Proclamação da República até a Segunda Guerra Mundial (1889 - 1939).

O Exército do começo do período republicano tinha 53 unidades de tropa, sendo 32 de infantaria, 10 de cavalaria, 08 de artilharia, 02 de engenharia e uma de transporte. A maioria das unidades encontrava-se no Rio Grande do Sul, que tinha 18 unidades e no Rio de Janeiro com 10 unidades. Estas unidades eram subordinadas a três quartéis gerais, sendo dois com sede no Rio de Janeiro e um em Curitiba. Possuía um efetivo de aproximadamente 13.500 homens, com o número de oficiais autorizado para 1.595. Logo houve uma pequena reforma, porém isso não alterou a situação, portanto era uma força pouco numerosa e, ao mesmo tempo, despreparada.

A formação dos oficiais, como anteriormente observado, visou mais à elevação do Brasil a um padrão civilizatório e moderno do que à preparação para guerra em termos de pessoal, material e doutrina. Neste ponto, o Exército muito contribuiu, pois Frank D. McCann, observa no livro "Soldados da Pátria" que, com um índice de analfabetismo de 85% numa população total estimada em 14 milhões de pessoas, as poucas centenas de oficiais formados nas Escolas Militares influenciaram a sociedade em um grau desproporcional à porcentagem na população. Cita como exemplos Alfredo d'Escagnolle Taunay e Euclides da Cunha, autores de livros que formaram a identidade nacional. Tendo nasci-

do e crescido nas cidades litorâneas esses intelectuais europeizados tomaram contato com os sertões brasileiros. A "Retirada de Laguna" de Taunay e "Os Sertões" de Euclides da Cunha dão testemunho do estranhamento destes jovens oficiais em relação ao interior do Brasil e reforçaram o ideal da missão "civilizatória" do Exército.

Nos primeiros anos do Brasil republicano, no armamento usado pela infantaria, predominava os velhos fuzis Comblain de 12 mm, adquiridos no início da década de 1870. A cavalaria usava carabinas de repetição e modelo Winchester, adaptadas para atirar com cartucho Comblain, mas metade dos regimentos ainda era de lanceiros. Havia o uso de revólveres Nagant (oficiais) e pistolas Gerard (cavalaria). Na artilharia de campanha havia várias peças. Sobressaíam-se os canhões La Hitte, Whitworth e Krupp. Observa-se, portanto, que a dependência de armas e equipamentos importados era enorme, o que aumentava a defasagem operacional do Exército. A doutrina de emprego ainda era a mesma que fora empregada na guerra contra o Paraguai. Privilegiava o fogo e as manobras nas unidades valor batalhão e companhia, predominando a ordem unida no campo de batalha.

Convulsionada por conflitos, a última década do século XIX, demonstrou a fragilidade das Forças Armadas brasileiras. A segunda Revolta da Armada e a Revolução Federalista no sul, nos anos de 1893 a 1895, foram muito mais combatidas pelo fervor republicano e o sentimento antimonárquico que por forças regulares.

O conflito em que o Exército teve que mobilizar forças consideráveis foi em Canudos no ano de 1897, pois dos efetivos nominais do Exército de 3.082 oficiais e 20.035 praças, 32% dos oficiais e 42% das praças participaram do conflito. O Exército, apesar de vencedor, saiu deste conflito em farrapos. A necessidade de empregar praticamente 50% das suas forças, bem como os problemas enfrentados pelos planejamentos descuidados e por uma logística deficiente evidenciou, neste episódio, a incapacidade operacional da Força Terrestre. As expedições anteriores e o número de baixas da quarta e última chegaram a 4.193 somente nos combates de julho a outubro de 1897, demonstrando uma capacidade tática limitada e rudimentar. Tudo isto, sem evidenciar a fragilidade do inimigo que tinha completo desconhecimento da ciência e da arte da guerra, baseando seus ataques na experiência de vida, no fervor religioso e no conhecimento do terreno.

Durante os anos iniciais da República, foram realizadas algumas reformas, contudo foram de pequeno alcance, tais como: uma reorganização das tropas do Exército, aumento do quadro de Generais, reorganização do Corpo de Saúde e dos hospitais, e a criação da Contadoria Geral da Guerra, para gerir a administração financeira do Exército. Todavia, os acontecimentos políticos não permitiram reformas mais profundas.

A partir de 1898, na gestão do Marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet à frente do Ministério da Guerra, os planos de renovação da Força deixaram de ser ocasionais e frutos de iniciativas individuais. Os pensamentos iriam se tornar em projetos

que espelhavam a realidade brasileira e que visavam buscar lenta, mas continuamente, a busca da operacionalidade. O Ministro Mallet, durante sua administração, trabalhou com objetividade para resolver alguns dos grandes problemas que a guerra moderna impunha a uma força combatente. Entre eles, destacava-se o papel do Estado-Maior do Exército, a reestruturação do ensino, a repartição das unidades existentes e o recrutamento. Segundo McCann (2007), o "projeto Mallet", como foi chamado, forneceu o alicerce intelectual para as ações de reformas até a Primeira Guerra Mundial.

Dessa forma, os Distritos militares foram reorganizados e assumiram o papel de executores da preparação militar para a guerra. O Estado-Maior, criado em 1896, sendo regulamentado e instalado no em 1899, foi um marco para a modernização da Força, pois ficou sob a sua responsabilidade o preparo da mobilização militar e a organização das unidades, bem como a responsabilidade pela instrução e planejamento das operações. A criação da Escola de Estado-Maior (atual ECEME) deu-se em 1905, como resultado destas reformas.

4.1 - As reformas do Marechal Hermes da Fonseca.

O impulso renovador dado pelo Ministro Mallet seria mantido por seus sucessores, tendo destaque o Marechal Hermes da Fonseca, considerado por muitos como o "pai da reforma militar". Hermes da Fonseca, enquanto Comandante do 4º Distrito Militar, sediado no Rio de Janeiro, sob a orientação do Estado-Maior do Exército, executou manobras nas regiões de Santa Cruz e Gerincinó em 1905 e 1906.

Essas manobras tiveram por objetivo verificar a situação real da tropa para o cumprimento de missões operacionais, visto que não se realizavam manobras desde o Império. Por meio delas, foram evidenciados os principais problemas e levantadas as providências necessárias. O que ficou constatado, nesses exercícios, não era novidade, pois a indolência dos últimos anos havia transformado a Força Terrestre, num Exército de paradas, sem as mínimas condições de cumprir suas missões constitucionais de defesa da Pátria.

Havia deficiências em carros para transporte de material e abastecimento logístico. O calçado das praças era de péssima qualidade e muitas marchas tinham que ser realizadas com a tropa descalça. O arreamento da cavalaria era ruim e as barracas da artilharia e da engenharia eram muito pequenas. O equipamento individual não atendia aos mínimos requisitos operacionais básicos, principalmente as mochilas, que eram muito pesadas e apertavam as axilas, a ponto de adormecer os braços, fazendo com que os soldados derrubassem as armas no chão. As fivelas dos cintos abriam facilmente e as cartucheiras abriam nas costuras, deixando cair a munição. Da mesma forma, o material bélico estava obsoleto, os quadros incompletos e as casernas eram velhos casarões sem as mínimas condições de higiene e conforto. O serviço militar, apesar dos esforços anteriores, ainda

era baseado no voluntariado e considerado quase um castigo. A organização em tempo de paz era inadequada e não permitia o treinamento dos grandes comandos.

O Marechal Hermes, entre os anos de 1907 e 1909, já como Ministro, pôde implantar as reformas necessárias para modernizar o Exército. Entre as inúmeras providências merece destaque a aprovação em 1908, da Lei do Serviço Militar Obrigatório, que era a maior aspiração para os chefes militares desde o tempo do império.

Na primeira e na segunda década do século XX, algumas ações auxiliaram a diminuir as resistências da população ao serviço militar nas Forças Armadas. Dentre elas pode-se destacar: o estímulo a criação dos clubes de tiro, que tornarem-se extremamente populares, principalmente, nas classes mais abastadas e; a campanha a favor do serviço militar obrigatório, realizada pelo poeta Olavo Bilac. Essas atitudes, aliadas as notícias da 1ª Guerra Mundial, contribuíram para que o debate sobre a reforma do Exército deixasse de ser um problema discutido apenas dentro da Força Terrestre.

Finalmente, em dezembro de 1916, são alistados os primeiros 114 sorteados. A partir desse momento, ingressava enfim o Brasil, na era da nação armada, condição primeira da organização do sistema militar contemporâneo. O Exército, aos poucos, consolidou uma estrutura e admitiu a convocação de reservistas em grande escala, o que permitiu a constituição de uma reserva mobilizável em caso de guerra.

Merece destaque também o início da construção em 1908, da Vila Militar. A idéia era reunir em um só local as unidades antes espalhadas pela Capital Federal. Na mesma data, iniciou-se a preparação dos campos de instrução de Gericinó e Santa Cruz.

Foram adquiridos os mais modernos armamentos da época, como os Fuzis Mauser 1908 (que seriam utilizados até 1960) e novos Canhões Krupp. O equipamento das praças recebeu a ferramenta de sapa que havia mostrado sua utilidade na Guerra Russo-Japonesa. Foi adotado um novo plano de uniformes, colocando de lado os velhos uniformes do tempo do Império, substituindo-os por outros mais adequados ao combate moderno e às condições brasileiras. Foram criados, ainda, a fábrica de pólvora sem fumaça, em Piquete (SP), e o Parque de Material Aerostático, precursor da Aviação Militar Brasileira.

Nessa ocasião, surge a necessidade de agrupar os corpos de tropa a organização semelhante dos tempos de guerra, pois até então o Brasil não possuía grandes unidades subordinadas a um comando único. Seguindo este princípio, em 1908 o Marechal Hermes deu nova organização ao EB, com 21 regiões de alistamento e 13 de inspeções permanentes (espécie de comandos regionais). Fixou o efetivo máximo em 28.000 homens. Organizou cinco brigadas estratégicas (espécie de divisões ligeiras), três brigadas de cavalaria, além de uma brigada mista. Foram reestruturados os grandes órgãos dos serviços e criados os quadros de dentistas, auditores, veterinários, intendentess e suplementar geral.

Assim, em um curto período de 20 anos foram criadas estruturas administrativas, há tempos desejadas, que permitiram que o Exército deixasse a estagnação e começasse uma fase de renovação. Entre as estruturas e os processos iniciados são destaques: o Estado-Maior, o Serviço Militar, as reformas realizadas durante a gestão do Marechal Hermes da Fonseca e a profunda reorganização do ensino militar.

A criação do Estado-Maior, que aliada à implantação da Escola de Estado-Maior, formou a estrutura de mais alto nível do Exército. Na segunda década do século XX, nomes como dos Generais Caetano de Faria, Bento Ribeiro, Tasso Fragoso, entre outros, foram destaques na reorganização do Exército, quando estiveram à frente do Estado-Maior do Exército (EME).

A Lei do Serviço Militar obrigatório, que foi implantada paulatinamente, marcou profundamente as instituições militares brasileiras, pois modificou, por um lado, a mentalidade da sociedade brasileira, que viu no serviço militar um dever cívico para com a nação. De outro lado, proporcionou a existência de uma reserva treinada e prontamente mobilizável.

As reformas iniciadas pelo Marechal Hermes da Fonseca procuraram solucionar os problemas doutrinários que afligiam a capacidade operacional do soldado, inclusive promovendo reformas de ordem estratégicas que permitiram, tempos depois, a organização de grandes comandos e das Grandes Unidades operacionais.

Finalmente, a reorganização do ensino militar entre os anos de 1905 e 1919, mudou completamente a formação do oficialato, pois a eliminação do curso de Estado-Maior, que passa a ser realizado fora do âmbito da formação, demonstra que os conhecimentos militares, pela exigência dos postos e funções, são paulatinamente adquiridos ao longo da carreira. Também mostrou que o objetivo central da formação inicial era o oficial de corpo de tropa, tenente e capitão com capacidade técnico-profissional, dotado de forte espírito militar

		
Marechal Hermes da Fonseca	Barão do Rio Branco	Olavo Bilac
Os principais incentivadores da modernização do Exército nas primeiras décadas da República		

EME E ECEME: Criador e Criatura.

A origem dos estados-maiores está relacionada com a ampliação dos teatros de guerra, pois dificultou a visualização, por parte do comandante, da manobra planejada por ocasião da ação no terreno. Foram os prussianos, no séc. XVIII, a época de Frederico II, que empregaram, pela primeira vez, oficiais em funções típicas de estado-maior. Já no século XIX, com o aumento da complexidade do processo de tomada de decisões, o assessoramento científico ao comando tornou-se instrumento essencial para a vitória. Assim os prussianos procuram estruturar um órgão permanente, funcionando desde o tempo de paz.

Na segunda metade do século XIX, o General Helmuth K. B. Motke (Chefe do Estado-Maior prussiano) estabeleceu um método de planejamento militar objetivo (as Diretivas Gerais), com assessoramento aos chefes militares no planejamento e na execução. Mas foi durante as guerras de unificação alemã e, principalmente, na guerra franco-prussiana (1870), que a importância dos trabalhos de estado-maior foi constatada.

O ensino para a formação do oficial de estado-maior amadureceu na França do final do séc. XIX e a atual estrutura dos estados-maiores em seções aconteceram durante a Primeira Guerra Mundial. O General Pershing, comandante da Força Expedicionária Norte-Americana, estruturou o seu estado-maior em seções, estabelecendo missões específicas para cada uma: pessoal, informações, operações e logística.

No Brasil, Os primeiros cursos de Estado-Maior de 1ª e 2ª Classes tiveram início em 1839, com a reforma na Academia Militar que seguiu o modelo francês. Durante todo Império e nos anos iniciais da República, a terminologia de oficial de Estado-Maior era aplicada: ao conjunto de oficiais-generais do Exército; ao conjunto dos comandantes de corpos de tropa e arsenais e; ao conjunto de oficiais de segundo-tenente a coronel que serviam no Quartel General Geral.

Na busca para alcançar níveis de profissionalismo e reduzir as vulnerabilidades que ficaram expostas nas lutas do sul (Revolução Federalista) e em Canudos, foi criado pela Lei número 403, de 24 de outubro de 1896, o Estado-Maior do Exército (EME), que, apesar da publicação, somente foi estruturado no ano de 1899. No seu Artigo Primeiro pronuncia a função deste órgão que seria a de: estudar o emprego das tropas em campanha e preparar os elementos de sua mobilização, transporte e concentração nos diversos Teatros de Operações.

A criação de um Estado-Maior moderno e atualizado possibilitou que a atividade fim se desenvolvesse de forma mais coordenada, precisa e adequada substituindo as antigas e empíricas repartições da Ajudância e do Quartel General Geral. Neste sentido, a criação do EME, representou a mais abrangente das medidas de renovação e modernização do EB, iniciou a escalada para o profissionalismo, consolidada no séc. XX.

Em virtude da abrangência das missões do EME, tornaram-se necessários oficiais capacitados para realizar em alto nível, as atividades de estado-maior. Ficou evidente que esses oficiais deveriam possuir um grau de escolaridade superior, aliada a uma capacitação técnica e prática. Com a reforma de ensino de 1905, é a criada a Escola de Estado-Maior (EEM), desvinculada da formação e com a finalidade específica de formar oficiais para o Quadro de Estado-Maior.

Iniciou suas atividades em 1906, em instalações do Palácio Duque de Caxias, passou por várias sedes na cidade do Rio de Janeiro e, desde então, não interrompeu suas atividades. Na década de 1950 recebeu a atual denominação de Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). A criação da Escola de Estado-Maior representou um avanço notável em relação aos cursos realizados na antiga ESG da Escola Militar do Brasil.

"Criador: EME; criatura: ECEME. Nasceram na passagem dos séculos, com o DNA da evolução, com o traço marcante de havê-la realizado com o Exército Brasileiro aberto ao aproveitamento da experiência vivida por outros exércitos mais evoluídos e financeiramente mais bem dotados". (PERES: 2005, p. 55).

Essas transformações eram básicas e foram importantes para integrar a Força Terrestre na direção da operacionalidade. Ao longo do século XX, novas mudanças estruturais aparecem, novos elementos são agregados, mas a capacidade de absorver novos conhecimentos e de continuamente modernizar-se a fim de atender a sua missão constitucional foi decorrente dos mecanismos implantados durante as duas primeiras décadas do século XX. Dessa forma, as reformas desse período, alteraram expressivamente as condições técnico-profissionais do Exército.

4.2 - Os Jovens Turcos e "A Defesa Nacional".

Entre as principais inovações introduzidas ao tempo do Marechal Hermes que tiveram grande incentivo do Barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores, foi o envio de três turmas de oficiais para estagiar no exército da Alemanha e importar aspectos da doutrina militar alemã. Era uma política de aproximação e visava a contratação de uma Missão Militar de Instrução que não se concretizou.

Entre 1906 e 1912, oficiais brasileiros captaram o método e assimilaram a experiência de combate dos germanos. Apelidados de "jovens turcos" (uma referência à oficialidade do exército turco), estes jovens procuraram transmitir os conhecimentos adquiridos aos diversos níveis da Força, particularmente aos oficiais subalternos. A pregação deles, em torno de novas técnicas e táticas militares, serviu para combater a rotina, entrave na modernização do Exército Brasileiro. Os estagiários, embora em pequeno número, difundiram seu aprendizado através do contato direto com as tropas, da atuação na Escola Militar entre os anos de 1919 e 1922 e da fundação da revista A Defesa Nacional, esta última servindo de instrumento para veiculação do "pensamento renovador militar".

A revista tornou-se referência na evolução do pensamento militar brasileiro, pois a jovem oficialidade publicava nas páginas da revista seus anseios e esperanças sobre problemas doutrinários. Assim, tornava perceptível tanto aos chefes militares quanto às lideranças civis da sociedade brasileira a necessidade de uma estrutura militar condizente com os interesses da nação.

Revista "A Defesa Nacional"

A revista A Defesa Nacional apresentava um formato de mais ou menos 18x27cm. Nas primeiras edições não tinha capa e iniciava com o editorial, após o que vinham impressos diversos artigos. A revista contava normalmente com 32 páginas. Foi inspirada na revista militar alemã Militaer Wochenblatt. Sua circulação era mensal.

É visível em Leitão de Carvalho e Klinger a preocupação em valorizar os conhecimentos adquiridos no estágio transmitindo-os ao Exército Brasileiro. Os dois fazem, em 1912, a viagem de retorno ao Brasil no mesmo navio, o que tornou possível traçarem estratégias para tornar útil o que haviam aprendido, pois tinham dúvidas de que a experiência adquirida por eles na Alemanha fosse convenientemente aproveitada. A primeira resolução foi manterem-se reunidos em duas ou três unidades de tropa, na capital federal, de tal forma que estas se tornassem unidades modelos para as demais da capital federal e as dos Estados.

Também pensaram em editar uma revista militar, como recurso para difusão dos conhecimentos adquiridos.

A revista A Defesa Nacional foi fundada em 20 de setembro de 1913 nas dependências do Clube Militar, e seu primeiro número saiu em 10 de outubro de 1913. Estava criado o veículo de propaganda das principais idéias renovadoras trazidas da Alemanha, que agitariam o Exército no início do século XX. A periodicidade era mensal, e não havia apoio institucional. A revista não publicava anúncios, seus custos eram bancados pelo grupo mantenedor. O grupo também se encarregava de todas as fases do trabalho até o empacotamento e remessa das revistas pelos Correios.

O "grupo mantenedor" era composto por doze oficiais, dentre os quais foram escolhidos três redatores: o 1º Ten Bertholdo Klinger (redator-chefe), o 1º Ten Estevão Leitão de Carvalho e o 1º Ten Joaquim de Souza Reis Neto. O 2º Ten Francisco de Paula Cidade era o secretário. Ele, o 1º Ten Mário Clementino de Carvalho, o 1º Ten Brasília Taborda e o 1º Ten José Pompeu Cavalcanti de Albuquerque, que não participaram do estágio na Alemanha, foram na verdade as primeiras adesões recebidas pela equipe no Brasil. Completava o grupo o Cap Epaminondas de Lima e Silva, o Cap César Augusto Parga Rodrigues, o 1º Ten Euclides de Oliveira Figueiredo, o Cap Francisco Jorge Pinheiro, que estagiaram na Alemanha de 1910 a 1912, e mais o 1º Ten Amaro de Azambuja que também estagiou, mas no período de 1908 a 1910. (Fonte: SCHWENGBER, 2006).

4.3 - A Missão Indígena.

No processo de reforma que o Exército brasileiro vinha sofrendo, sentiu-se a urgência de melhorar a formação de oficiais na Escola Militar do Realengo.

Em 1917, os dirigentes do Exército adotaram duas providências efetivas para a modernização da instrução militar: criaram o Centro de Instrução e Aperfeiçoamento de Infantaria, que serviu inicialmente para a formação dos sargentos instrutores dos Tiros de Guerra e, mais tarde, foi transformado na Escola de Sargentos de Infantaria; e estabeleceram, pela primeira vez, um concurso para a seleção de um quadro de instrutores para a Escola Militar do Realengo, cujo principal critério deveria ser uma reconhecida capacidade para ser instrutor, conforme o modelo alemão. Esses fatos deram origem à Missão Indígena.

O nome da missão relaciona-se a um grupo de instrutores partidários do estabelecimento de uma cultura militar própria, que, de certa forma, se opuseram à chegada da Missão Militar Francesa (1920). Todavia, não pode ser descartada a velha cultura do ensino bacharelesco provinda da Praia Vermelha, pois os antigos professores, que perdiam cada vez mais espaço, ainda ciosos de suas prerrogativas, viam naqueles "tropeiros" e em suas instruções um arrefecimento intelectual dos quadros do Exército.

Ao receber, em 1919, a apresentação do primeiro grupo de instrutores da Escola Militar, o Chefe do Estado-Maior do Exército, o General Bento Ribeiro, observou que, pela primeira vez, o Estado-Maior do Exército intervinha na escolha dos instrutores da Escola Militar. Esta escolha teria a finalidade de proporcionar o ensino prático aos

futuros oficiais, salientando ainda o grau de homogeneidade (jovens com a mesma mentalidade profissional) e o fato de que isto seria a esperança para o ensino profissional. (DENYS: 1985, p. 16).

A "Missão Indígena" começou seus trabalhos fora da Escola, no segundo semestre de 1918, e na prática, em 1919 assumiu toda a estrutura de ensino militar no que concerne à formação inicial dos oficiais. Foi nomeado, juntamente com os novos instrutores, o Comandante da Escola, Coronel Monteiro de Barros, que compreendeu a missão de orientar e apoiar o novo corpo de instrutores, segundo as idéias renovadoras, preconizadas pelos escalões superiores do Exército.

O início dos anos 1920 representou mais um momento de crise política na história do Brasil, e a Escola Militar foi novamente envolvida. Segundo o Marechal Odylio Denys (1985, p. 17), um dos instrutores, a rigidez disciplinar da "Missão Indígena" e o ensino militar com predominância de um modelo mais prático do que teórico na Escola Militar do Realengo não foram obstáculos suficientes para que seus alunos participassem dos eventos do 5 de julho de 1922. O desfecho trouxe a expulsão de cerca de seiscentos alunos, o afastamento do comandante da Escola e de todos os oficiais da "Missão Indígena". Esta situação abriu caminho para que membros da Missão Militar Francesa de Instrução, até então afastados da Escola Militar, assumissem, a partir de 1924, as funções de ensino. Começou então, a influência francesa na formação de oficiais. Essa influência perdurou, na formação técnico-profissional, até as proximidades da 2ª Guerra Mundial.

4.4 - Participação do Brasil na 1ª Guerra Mundial.

Quando explodiu a guerra na Europa, o governo brasileiro procurou manter-se neutro. Mas com o torpedeamento de um navio de bandeira brasileira, próximo ao canal da Mancha em abril de 1917, o Brasil rompeu relações com a Alemanha. Contudo outros navios mercantes brasileiros foram atacados, o que levou a declaração de guerra em outubro de 1917. A participação militar brasileira foi mais intensa com a Marinha, que assumiu o encargo de patrulhar o Atlântico Sul e patrulhar o mar territorial do país. Além disso, constitui uma Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), que partiu rumo à Europa, caracterizando o primeiro esforço naval brasileiro fora das águas sul-americanas.

O esforço de guerra também consistiu no envio de aviadores navais. O grupo era formado por nove aviadores, sendo que um deles era tenente Aliatar de Araújo, do Exército Brasileiro. O Exército também se fez representar, nas operações terrestres, com oficiais incorporados a vários regimentos franceses da linha de frente. Distinguiu-se entre eles o Tenente José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, então aluno da École Militaire de Saint-Cyr. Esse oficial participou do conflito integrando o 503º Regimento de Dragões do Exército Francês.

Foi mobilizada, também uma missão médica para instalar e operar um hospital em Paris. O Exército participou com cinco médicos e 30 praças para realizar a guarda do hospital.

Se a participação brasileira foi acanhada em vista da intensidade do conflito, as consequências foram bastante produtivas. As exportações de matérias-primas e um incremento industrial brasileiro foram benefícios auferidos pelo Brasil. Com relação ao Exército, houve, primeiramente, através do esforço pessoal do então Capitão José Pessoa, a introdução dos primeiros carros de combate.

Ainda como Tenente, José Pessoa, realizou estudos em motomecanização na Escola de Carros de Combate de Versalhes. Ao retornar ao Brasil, publicou o livro "Os Tanks na Guerra Européia", um dos primeiros tratados sobre emprego de carros de combate. Também foram adquiridos doze carros de combate Renault FT-17, tornando o Brasil o pioneiro em blindados na América do Sul. Com estes carros de combate, foi criada em 1921 a 1ª Companhia de Carros de Assalto, que teve como seu primeiro comandante o Capitão José Pessoa. Esta iniciativa, por motivos financeiros teve duração efêmera.

Logo após o conflito, oficiais austríacos foram contratados para dinamizar o Serviço Cartográfico do Exército. Isso contribuiu para desenvolver a artilharia, pois levantou coordenadas em vários pontos da cidade do Rio de Janeiro, o que possibilitou a realização de exercícios com a execução de tiros reais. Mas, sem dúvida, o proveito maior para o Exército foi a contratação da Missão Militar Francesa de Instrução.



Pandiá Calógeras: um civil na pasta da Guerra.

Nascido na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1870. Formou-se em Engenharia, mas foi como político que se destacou durante os anos da República Velha (1894-1930). Foi o primeiro civil a exercer o cargo de ministro da Guerra na história republicana entre os anos de 1919 e 1922. Sua gestão no ministério foi marcada pela modernização e ampliação do Exército. Quartéis foram reformados ou construídos, a fundação da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e, a contratação da Missão Militar Francesa de Instrução são marcos da sua administração. Entretanto, em julho de 1922, teve de enfrentar o primeiro levante tenentista. Deixou o Ministério da Guerra em novembro daquele ano, quando terminou o mandato presidencial de Epitácio Pessoa. Morreu em Petrópolis no ano de 1934, no Estado do Rio de Janeiro.

4.5 - Atuação da Missão Militar Francesa de Instrução (1919 - 1940).

O Brasil, mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, percebeu a necessidade da modernização de seu Exército. As reformas de Hermes da Fonseca deram ensejo a essa modernização, e o envio de oficiais para estágios na Alemanha muito contribuiu para tal.

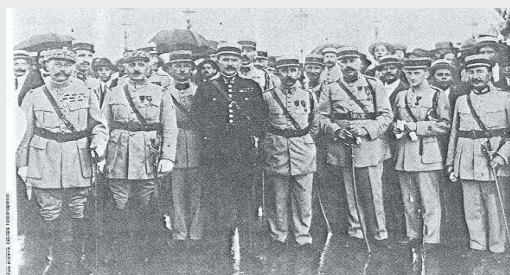
Todavia, a Primeira Guerra Mundial operara mudanças doutrinárias que precisavam ser aprendidas. Muito se discutiu sobre a conveniência da vinda de uma missão de técnicos militares europeus para promover essa remodelação. Por fim, resolveu-se contratar oficiais franceses. A decisão quanto à nacionalidade explica-se pelo fato de o Exército da França ter saído vitorioso na guerra, e de alguns integrantes do Exército Brasileiro terem lutado ao lado dos franceses. Além disso, os laços culturais do Brasil eram muito mais fortes com a França do que com qualquer outro país.

Dessa forma, optou-se pela Missão Militar Francesa, que chegou ao Brasil em 1920, chefiada por um general e integrada por mais de 20 oficiais. Forneceu instrutores para a Escola de Estado-Maior, para a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, para a Escola de Aviação Militar, para o Curso de Oficiais Intendentes, para o Curso de Saúde e Veterinária e para o Curso de Equitação. Somente a partir de 1924, passou a atuar na Escola Militar do Realengo, inclusive com um oficial ocupando a função de subdiretor de ensino militar.

Durante 20 anos, de 1920 a 1940, a Missão trabalhou junto ao Exército, implantando um novo método de raciocínio para a solução de questões táticas e para o estudo de problemas militares. Os ensinamentos permitiram que o Exército atingisse a sua maioria no domínio da tática e da técnica de estado-maior, para emprego numa guerra moderna. Segundo Tasso Fragoso, Ministro da Guerra no final da década de 1920, só se aprendeu realmente o serviço capital de estado-maior, isto é, a arte de dirigir tropas e de provê-las, depois que a Missão ensinou.

A influência francesa ultrapassou os limites do Exército, pois, no nível de política de guerra, influiu na criação, em 1927, do Conselho de Defesa Nacional (CDN), mostrando que os problemas de defesa nacional não são prerrogativas das Forças Armadas ou de governos, mas sim um problema permanente de Estado. No entanto, suas contribuições para o Exército foram inúmeras, dentre elas podem ser citadas: a adoção de novos regulamentos; a criação de escolas militares de especialização, como a Escola de Aplicação para o Serviço de Saúde do Exército; a implantação dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR); e a criação da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

A Missão Militar Francesa foi o ápice do ciclo de reformas militares iniciado pouco depois da Proclamação da República. A sua intenção reformadora foi confirmada pela atuação contundente nas principais escolas do Exército (EMR, EsAO e ECEME). Propiciou, desta maneira, o aprimoramento cadenciado do tenente, do capitão e do coronel, o que produziu forte impulso ao processo de evolução do Exército Brasileiro. Nesse período, o Exército aperfeiçoou as suas escolas e a instrução de suas unidades, construiu a maioria dos quartéis e melhorou o equipamento, elevando o nível técnico-profissional de seus quadros.



O General Maurice Gustave Gamelin (1872 - 1958), foi um dos principais oficiais franceses da Primeira Guerra Mundial. Chefiou a primeira equipe da Missão Militar Francesa no Brasil. A consideração que possuía junto as Forças Armadas francesas e seu envio como chefe, demonstrou a importância que foi atribuída a Missão. Os oficiais franceses eram colocados em funções de chefia. Dessa forma, superavam a mera função de observadores e conselheiros.

Foto: o General Gamelin (ao centro de farda escura) com os oficiais da primeira equipe.

4.6 - Outras Missões Militares de Instrução.

- Missão Militar Austríaca.

A partir do ano de 1917, o Serviço Geográfico do Exército (SGE) é progressivamente organizado, no morro da Conceição na cidade do Rio de Janeiro. No ano de 1920, com a orientação do então major Alfredo Vidal, houve a contratação de vinte e um técnicos do Instituto Geográfico Militar de Viena. A Missão Austríaca, como ficou conhecida, chegou a 24 de outubro, proporcionou a criação formal do SGE e dinamizou as atividades cartográficas no Exército e no Brasil.

No ano de 1921, o levantamento da carta topográfica do Distrito Federal foi um dos primeiros resultados profícuos, e proporcionou a confecção da Carta Topográfica que foi impressa em sete cores e tendo curvas de níveis. A carta do Distrito Federal, de escala original 1:50.000, em certos trechos (Vila Militar), foi desdobrada nas escalas de 1:20.000, 1:10.000 e 1:2.000, e serviram de base à Instrução de Tática da EsAO e para os Corpos de Tropa da Vila Militar, principalmente, para dirigir os tiros de artilharia.

A dimensão e a importância do conhecimento que a Missão Austríaca proporcionou, podem ser percebidos facilmente, pois sua contribuição vai muito além do preparo de oficiais do Exército. O desenvolvimento da cartografia e o mapeamento das vastas regiões brasileiras são o legado desta Missão Militar de Instrução. (COELHO, 1951/52, p. 35-47).

- Missão Militar Americana de Instrução.

Em 1934, foi contratada uma Missão Militar Americana de Instrução, composta por três oficiais e chefiada por um oficial especializado em Artilharia de Costa. Sua atuação se deu junto ao Centro de Instrução de Artilharia de Costa, atual Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe) e a Escola Técnica do Exército, atual

Instituto Militar de Engenharia (IME). O contrato com a Missão Militar Americana foi renovado, em 12 de novembro de 1936. Na ocasião, suas missões são ampliadas, pois passou a cooperar com o Estado Maior do Exército brasileiro, atuando junto a Inspetoria de Defesa de Costa e com Oficiais do Exército brasileiro, no desenvolvimento e funcionamento do Centro de Instrução de Artilharia de Costa, além de superintender os cursos e auxiliar a instrução.

Ao que tudo indica, foram proferidas, pelos americanos, aulas e conferências sobre pedagogia e instrução militar e um dos chefes da Missão Americana publicou um livro sob o título "Métodos de Instrução". Essas ideias tiveram repercussão e aceitação, pois segundo Jehovah Motta (1998, p. 297), os regulamentos da Escola Militar, publicados após 1940, havia certo modo de fazer e de dizer, que revelava a influência daquelas palestras.

Com o início da Segunda Guerra Mundial e a maior aproximação do Brasil com os EUA, a Missão Militar Americana de Instrução, deixa de figurar nos registros. Entretanto, com a ampliação das demandas militares brasileiras é bem possível que a missão não deixou de existir, apenas a natureza de suas atividades foram ampliadas, vindo a abranger o preparo da Força Expedicionária Brasileira (FEB). (Fonte: RODRIGUES, Fernando Silva. As relações político-militares entre Brasil e Estados Unidos no contexto da segunda guerra mundial).

4.7 - Aspectos organizacionais e doutrinários às vésperas da Segunda Guerra Mundial.

Na década de 1930, o Exército Brasileiro estava organizado em cinco Divisões de Infantaria, três Divisões de Cavalaria, um Destacamento do Norte, um Destacamento do Oeste, Unidades de Fronteira e Unidades de Serviço (Intendência, Material Bélico, Saúde, Transporte, Veterinária e Engenharia).

A infantaria divisionária adotou o sistema ternário, que se constituía de um quartel general (QG) e três regimentos de infantaria, com três batalhões em cada regimento.



Infantes com um
FM Hotchkiss.

A evolução da infantaria, após a Primeira Guerra Mundial, restringiu-se ao maior número de armas automáticas e ao emprego de pelotões e de grupos de combate. A menor fração de manobra era o Pelotão e o Grupo de Combate passou a ser o elemento básico da organização da infantaria, substituindo as formações lineares antigas. As deficiências do emprego da infantaria eram a limitação da velocidade de deslocamento do homem a pé; a deficiência em armas de defesas antiaérea e contra carros de combate; e a inexistência de armas de tiro curvo nas companhias de fuzileiros.

Os regimentos passaram por profundas transformações. Os efetivos foram reduzidos e o número de armas automáticas passou de seis para cento e cinquenta. O armamento de dotação da Infantaria, de modo geral, era a pistola Colt .45, o fuzil Mauser, as metralhadoras Hotchkiss e Madsen, o morteiro 81mm, as granadas defensivas tipo "Mill's" e as ofensivas tipo DMB, além da granada de bocal.

A evolução da cavalaria, foi marcada pelo esforço de implantação de unidades blindadas e motorizadas. Com a coordenação da Seção de Motomecanização do EME, em 1938, foram adquiridos os carro de combate Fiat Ansaldo CV 3/35. No mesmo ano foi criado o Esquadrão de Auto-Metralhadoras, considerada a primeira unidade de cavalaria mecanizada do Exército Brasileiro. Esta unidade tornou-se o embrião da Escola de Material Bélico.



Esquadrão de Lanceiros

As deficiências das unidades de Cavalaria deparavam-se na:

- predominância, ainda, de unidades hipomóveis;
- no baixo poder de fogo e de choque, devido ao uso do sabre e da lança;
- na limitada defesa antiaérea e contra carros de combate e;
- em escassos meios de comunicações.

A Primeira Guerra Mundial foi o ápice da artilharia de campanha e tornou-se indispensável nos campos de batalhas com a missão principal de apoiar pelo fogo a progressão da infantaria, bem como realizar fogos de contra bateria. No entanto, no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, foi dada grande importância para a Artilharia de Costa. Para proteger o litoral, foram construídas ou reformadas inúmeras fortalezas, tendo destaque os que protegiam a Capital Federal: Copacabana, Caxias, São João, Santa Cruz e Imbuí.



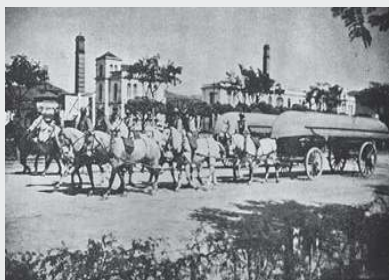
Seção de artilharia com
peça Krupp 75, M 1918

O armamento orgânico da artilharia de campanha era basicamente os canhões Krupp e Schneider, com calibre 75 mm. As deficiências da artilharia de campanha do Exército Brasileiro, na década de 1930, eram: o limitado alcance dos seus canhões, que dificultava o apoio cerrado à infantaria e; a falta de motorização que dificultava sua mobilidade, pois suas peças eram tracionadas por animais.

Em 1938, com reorganização da Força Terrestre, foi criada a artilharia divisionária, que tinha, sob sua subordinação, os grupos de artilharia. As unidades de artilharia organizavam-se a três baterias (subunidades), cada uma com quatro peças (canhões).

Nos aspectos doutrinários, a artilharia de campanha sofreu profundas transformações, como o acompanhamento do tiro de artilharia pelo observador avançado (OA), junto à tropa de infantaria em primeiro escalão ou no posto de observação (PO). Aviões começaram a ser utilizados para a observação de tiro. Passou-se a utilizar o goniômetro-bússola para pontaria da peça em substituição a antiga luneta. A melhoria na precisão dos tiros, com o emprego da topografia e, o surgimento da artilharia antiaérea, desvinculada da arma de aviação, foram marcos das inovações doutrinárias. Entretanto, a artilharia de campanha do Exército Brasileiro, somente conheceu os modernos obuses de 105 e 150 milímetros e, sua conseqüente motorização, quando foi assinado o acordo com os EUA e, a FEB se preparava para entrar em combate.

Organizada em batalhões, a engenharia, doutrinariamente, era empregada como arma de apoio ao combate, além de realizar serviços diversos. Tinha entre suas principais atribuições: trabalhar na organização do terreno; estabelecer ligações com o emprego dos meios de transmissões (comunicações); suprir água; construir pontes, passarelas e portadas; abrir de trilhas e brechas.



Transporte de material de engenharia

A criação da Arma de Engenharia, no Exército Brasileiro, aconteceu no ano de 1908, e até meados do século XX, era também de sua responsabilidade manter as transmissões e comunicações. A engenharia foi a primeira a substituir as viaturas hipomóveis pelas motorizadas, a fim de transportar seus equipamentos, que se tornavam complexos. Dentre os modernos equipamentos que recebeu encontram-se: equipagens de ponte Delacroix (francesa); meios de transmissões por telefone de campanha, radiotelegrafia, artificios pirotécnicos e painéis.

Juntamente com os melhoramentos doutrinários e organizacionais, ao longo dos 50 anos iniciais do período republicano, os chefes militares procuraram diminuir a dependência externa do Exército em relação aos meios de emprego militar. Por quase todo o Império, a fabricação de pólvora, de armas e de munições era concentrada nos Arsenais de Guerra. A partir de meados do século XIX, as armas foram importadas em grande quantidade, o que levou os arsenais a realizarem tarefas secundárias.

Com o advento republicano e o início do processo de reforma da Força, iniciou-se um ciclo de construção de fábricas militares que tinham por objetivo, diminuir a dependência estrangeira. Entretanto, até a década de 1930, devido a imperativos sócio e econômicos, foram construídos apenas dois estabelecimentos: a fábrica de munição do Realengo (1898) e a fábrica de pólvora sem fumaça em Piquete (1909). É, portanto, na década de 1930 que a construção de fábricas se intensifica, pois são construídas, entre 1932 e 1939, cinco fábricas militares: duas fábricas para munição de artilharia, uma para material hipomóvel e de engenharia, uma para armas leves e uma para material de comunicações.

Desta forma, o Exército Brasileiro atingiu ao final da década de 1930 um efetivo nominal de aproximadamente 100.000 homens (GIGOLOTTI: 2003, p, 589), que em nada lembrava os cerca de 20.000 de quatro décadas anteriores. Vários eram os estabelecimentos de ensino e de todos os níveis. A doutrina militar e sua organização estrutural estavam em consonância com os exércitos mais adiantados, bem como o parque fabril procurava atender os requisitos mínimos para emprego de um exército moderno e atualizado.

Logo, a conjuntura política e militar iria mudar novamente. No entanto, o Exército estava preparado, o que permitiu a rápida adaptação à doutrina americana na década de 1940. Isso só foi possível graças às bases sólidas adquiridas com as sucessivas reformas militares, adotadas desde o início do século XX, e o intercâmbio com diversos exércitos de nações estrangeiras.

5 - O Exército Brasileiro após a Segunda Guerra (1945 - 1970).

Entre as décadas de 1940 e 1970 a influência doutrinária da Segunda Guerra é marcante, seja pela participação ativa no conflito, seja, pela aproximação político-militar com os Estados Unidos da América (EUA). A extensão dos ensinamentos colhidos na guerra modificou em grande parte as instituições militares brasileiras e criou mecanismos de Estado para produzir e gerir a política de defesa.

Na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), o então Coronel Humberto de Alencar Castelo Branco, que assumiu a direção de ensino em 1946, iniciou uma fase de intensos trabalhos e procurou sistematizar a nova doutrina militar, baseada na norte-americana. Foram elaborados documentos doutrinários que se disseminaram por todo o Exército, como os manuais de operação e o Manual de Estado-Maior e Ordens, cuja primeira edição data de 1952. Como Diretor de Ensino (1946-1949) e como comandante da Escola (1954-1955), o Marechal Castelo Branco, teve atuação marcante, e definiu as bases do que ficou conhecido como "a escola do método".

A criação da Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1949, também é uma consequência da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Seu primeiro comandante também foi um veterano da FEB: General Oswaldo Cordeiro de Farias. Sua

finalidade é gerar, na sociedade brasileira, uma mentalidade de defesa. Em seus cursos, até hoje, além de oficiais de altas patentes, encontram-se civis de destaque nos campos político, econômico e intelectual. Durante a Segunda Guerra, a ausência de um órgão central, dificultou a coordenação e o planejamento entre as Forças Armadas. Este problema levou então à criação, em 1946, do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e da Secretaria de Segurança Nacional, dois órgãos ligados à Presidência da República.

O acordo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos, assinado em 1952, proporcionou o fornecimento de equipamentos, serviços e assistência militar até 1976. Com este pacto foi possível a motorização e a motomecanização da Força Terrestre. Houve a motorização das unidades de infantaria; na cavalaria surgiram unidades mecanizadas e blindadas e; as criações de uma divisão blindada e de uma divisão aeroterrestre completaram as reformas iniciadas logo após o término da Segunda Guerra Mundial.

No final da década de 1950, com o acirramento da Guerra Fria e a estratégia militar comunista para a tomada do poder, baseada na formação de grupos guerrilheiros, surgiram, a partir da ECEME e do EME, o conceito de Segurança Interna e de Guerra Revolucionária. Como consequência, na década de 1960, deu-se ênfase à instrução de Guerra Revolucionária, e as Forças Armadas definiram que parte dos seus efetivos passaria a receber treinamento especializado.

A luta contra a guerrilha propiciou ao Exército o desenvolvimento de uma doutrina própria para ações de natureza não convencional. Dentro dessa concepção doutrinária, surgiu em 1957, o Curso de Operações Especiais, precursor do Batalhão de Forças Especiais, criado em 1983. Com a mesma concepção, em 1964 foi criado o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), e o primeiro Curso de "Guerra na Selva" foi realizado em 1966. Nas décadas seguintes, as unidades das Armas também passaram a ter em seus quadros organizacionais Pelotões de Operações Especiais (PelOpEs). Para fins de adestramento e eventual emprego, estes pelotões eram reunidos em caráter temporário em Subunidades de Operações Especiais (SUOpEs), sob o controle das grandes unidades operacionais.

6 - O Exército Brasileiro nas últimas quatro décadas (1970 - 2010).

No início dos anos 1970, houve nova reestruturação organizacional do Exército, baseada em brigadas, como grandes unidades operacionais, integrando as divisões de exército que por sua vez, integravam exércitos em campanha. Decorrentes destas transformações, as divisões de infantaria passaram a ser divisões de exército. Foram criadas, brigadas de infantaria motorizadas, blindadas, paraquedista e de selva e, também, as de cavalaria mecanizada e blindada. Em 1974, consolidou-se a mudança do Ministério do Exército para Brasília e deu-se continuidade à reestruturação da Força. Mudanças também ocorreram no nível administrativo, com a estruturação de vários órgãos de direção setorial e de apoio, em departamentos e suas diretorias.

Em 1976, por decisão do Presidente Geisel, chegou ao fim o acordo de Assistência Militar com os Estados Unidos. Essa atitude tinha o objetivo: promover o desenvolvimento da indústria bélica brasileira; estimular a autossuficiência bélica e; promover a pesquisa e evolução tecnológica nas áreas relativas aos assuntos de defesa. Essa política estimulou a produção bélica, através de empresas públicas, de economia mista e, principalmente, privada. Imbel, Embraer, Engesa, Avibrás, CBC e Bernardini são algumas empresas, que assentadas nos progressos do parque fabril nacional, conseguiram até mesmo uma pequena parcela do mercado mundial de material militar.

Em 1980 foi criado o Centro Tecnológico do Exército (CTEx), para pesquisa e desenvolvimento de armas e equipamentos. A integração com a indústria nacional produziu armamentos de grande complexidade tecnológica, como os carros de combate "Osório" e o veículo blindado "Charrua". Conjunções internacionais e exíguos recursos orçamentários diminuíram a demanda e impediram muitos projetos. Entretanto, esforços contínuos produziram uma linha de blindados leves, sobre rodas, o Urutu e o Cascavel, que ainda são operacionais; o sistema Astros de artilharia e, ainda, uma completa linha de viaturas.

Em virtude do aumento populacional, da expansão econômica, do desenvolvimento tecnológico e do panorama internacional, foram fixados novos efetivos para o Exército. A Lei 7.150 de 01 de dezembro de 1983, passou de 182 mil para 300 mil homens o efetivo nominal do Exército. Contudo, estes números nunca foram atingidos.

Na década de 1980, através do EME, começou a ser implementado um sistema de planejamento (SIPLEX), que incorpora nova concepção doutrinária e modernos procedimentos de programação orçamentária. No contexto do SIPLEX, foram iniciados os programas FT 90, FT 2000 e FT 2015, que visaram e, ainda visam, à progressiva modernização e adequação da Força Terrestre às necessidades de segurança nacional. Neste contexto, os órgãos de direção setorial e de gerenciamento logístico passaram por profundas reformas.

No início da década de 1990, ocorreu a reestruturação do EME e foi criado o Comando de Operações Terrestres (COTER), com atribuições inerentes ao preparo e ao emprego da Força Terrestre. Porém, ao longo da década, suas missões também abrangiam: planejamento e instrução no emprego da Força Terrestre nas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e nas Operações Internacionais de Manutenção da Paz.

O número de escolas aumentou (EsFCEX, EASA) e as antigas foram ampliadas (EsAO, AMAN, EsSA). A implantação do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica (CIGE) propiciou o ingresso do Exército na era da Guerra Eletrônica, pois o domínio do espectro eletromagnético é fundamental para a guerra moderna.

A criação da Aviação do Exército, ainda na década de 1980, com unidades de helicópteros, conferiu à Força Terrestre grande flexibilidade de emprego, ao mesmo tempo em que aumentou sua mobilidade. Com a Aviação e a criação da Brigada de Infantaria

Leve completou-se a concepção doutrinária das "Forças de Pronto Emprego", aptas a se contraporem, de imediato, a forças oponentes em uma emergência. Da mesma forma, criaram-se unidades especializadas para combate em regiões específicas, como as unidades de montanha e de caatinga, que se somam às tropas de selva. Elas garantem a operacionalidade em níveis adequados nos mais variados ambientes operacionais.

Na última década do século XX, em função de atividades de narco-guerrilha na Colômbia e no Peru, das pressões internacionais sobre a Região Amazônica e da distensão política na Região Platina, a área do Comando Militar da Amazônia foi priorizada como hipótese de área de emprego operacional. Na realidade, aquela região nunca tinha sido deixada isolada pelas Forças Armadas. Os pelotões de fronteira, mesmo em número reduzido, marcavam a presença do Estado brasileiro na Amazônia. O Projeto Calha Norte, nos anos 70 e 80, recebeu grande apoio do Exército. A falta de recursos orçamentários não possibilitavam a ampliação das unidades na Amazônia. Portanto, o que mudou foi a mentalidade da sociedade brasileira em relação à soberania da região, o que levou, mesmo com poucos recursos e grandes problemas, a implantação de grandes unidades na Amazônia.

Duas brigadas de infantaria (uma do Rio de Janeiro e outra do Rio Grande do Sul) foram transferidas para a região. Um esquadrão de helicópteros foi instalado em Manaus e outras unidades de apoio foram criadas na área. Além de um esquadrão de cavalaria mecanizado, organizado desde os anos 1980, foram criadas duas unidades de artilharia de selva.

Em 2002, foi criada a Brigada de Operações Especiais, em Goiânia-GO, constituída a partir do núcleo 1º Batalhão de Forças Especiais, criado em 1983, transferido do Rio de Janeiro para o Estado de Goiás. Ela possui como elementos de manobra orgânicos o 1º Batalhão de Forças Especiais, o 1º Batalhão de Ações de Comando, além de outras unidades de emprego e de apoio administrativo.

No final do século XX, o Exército Brasileiro tinha consolidado sua Política Militar Terrestre, que, desde os anos 1980, havia fixado os grandes objetivos para a Força Terrestre. A comunicação social, os aspectos histórico-culturais e o homem, principal componente da Força Terrestre, mereceram especiais cuidados, pois, com o desenvolvimento da mídia e a rapidez das comunicações, são fatores que passaram a influir no processo decisório de qualquer operação militar.

6.1 - Doutrinas Militares da Força Terrestre no século XXI.

A busca por uma doutrina militar autóctone, adequada aos cenários e às hipóteses de guerra, foi um anseio proclamado desde a década de 1960. No final do século XX, a aspiração foi consolidada. Considerando a complexidade da guerra atual e as hipóteses de emprego, foram desenvolvidas três doutrinas básicas: Delta, Gama e Alfa.

A doutrina Delta refere-se ao combate convencional contra forças regulares e em um cenário clássico, com manobras de grande envergadura. Com grande ímpeto, buscando a decisão no menor prazo possível, preconiza a ofensiva em uma guerra de movimento.

A doutrina Gama refere-se ao emprego do Exército exclusivamente na Amazônia e prevê duas estratégias. A primeira ofensiva pressupõe um inimigo com poder militar semelhante ou inferior. Nesse caso a força regular, em combate convencional, irá procurar a rápida decisão do conflito. Já quando o poder militar do inimigo for realmente superior, serão empregadas ações não convencionais. Portanto, a estratégia a ser empregada será a da resistência.

A doutrina Alfa, busca regular o emprego da Força Terrestre em ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Esta doutrina se reveste de importância nos tempos atuais, pois a utilização das Forças Armadas contra tráfico de armas e de drogas na região de fronteira é uma realidade.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. **História Militar do Brasil**. Resende, RJ: Ed. Acadêmica, 1979.
- ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. **Que História é esta? A Revolução Farroupilha (1835-1845)**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- ALENCAR, Francisco; RAMALHO, Lúcia Carpi; RIBEIRO, Marcus Venicio Toledo. **História da Sociedade Brasileira**. 14. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996.
- ALVES, Leonardo Ramalho Rodrigues. **Quo Vadis, Blindados?** In Revista do Exército Brasileiro. Vol. 131, No. 131 (jan./mar, 1994), pag. 49 - 52.
- ARAGÃO, Cel. Campos de. **Cadete do Realengo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. **Expedições militares contra canudos: seu aspecto marcial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.
- AVENTURAS NA HISTÓRIA. Edição nº 47. Abril, julho de 2007.
- AZEVEDO, Carlos do Amaral Azevedo. **Dicionários de nomes, termos e conceitos históricos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- BARONI, Adelaide Cristina Brandão. **A revista A Defesa Nacional e o golpe de 1964: um estudo sobre o discurso militar (1985-2004)**. Disponível em: <<http://www.abed-defesa.org/page4/page8/page9/page16/files/AdelaideBaroni.pdf>>.
- BARRETO, Annibal. **Fortificações do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.
- BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1935.
- BENTO, Cláudio Moreira. **As batalhas dos guararapes: descrição e análise militar**. 6. ed. Porto Alegre: Genesis, 2004.
- BIOSCA, I.E.F.L. **A Intendência no TO da Itália**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1949.
- BRASIL. Imperador. **Falas do Trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889, coligidas na Secretaria da Câmara dos Deputados**. Brasília: Instituto Nacional do Livro, INL, 1977.
- CÂMARA, Hiram de Freitas. **Marechal José Pessoa: a força de um ideal**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1985.
- CARVALHO, Ferdinando de. **Lembraí-vos de 35**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1981.
- CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CARVALHO, L. P. Macedo. **Hermes: o pai do Exército moderno**. In Revista A Defesa Nacional, no. 784, 1999.
- CASTELO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil na Segunda Grande Guerra**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1960.
- CASTRO, Celso. **Os Militares e a República**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da Campanha do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- COELHO, Cel. Djalma Polli. **Geógrafos, cartógrafos e demarcadores**. In Anuário do Serviço Geográfico de 1951-1952, nº 4, pp. 35-47.
- COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e Geral**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- DENYS, Odylio. **Renovação do Exército: Missão Indígena**. Revista A Defesa Nacional. Rio de Janeiro: 1985.

- DIVERSOS. **A Força Expedicionária na Campanha da Itália**. Resende, RJ, AMAN - Ed. Acadêmica, 1999
- DIVERSOS. **História do Exército Brasileiro**, Volume III. Brasília DF, EME, 1972.
- DIVERSOS. **O Exército na História do Brasil**, Volume III - República. Rio de Janeiro: BIBLIEX /Odebrecht, 1998.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Letras, 2002.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **C 124-1: Estratégia**. Brasília, 2004.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **História do Exército Brasileiro**. Brasília: Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1972.
- FAUSTO: Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
- FIGUEIREDO, Diogo de Oliveira. **A indústria bélica brasileira: primórdios, evolução e crise**. In Revista do Exército Brasileiro. Vol. 131, No. 131 (jan./mar. 1994), pag. 46 - 48.
- FILHO, Oscar Medeiros. **Geografia política sul-americana e percepções das agências de defesa**. Disponível em: <[http://www.abed-defesa.org/page4/page8/page9/page17/files/ Oscar Medeiros.pdf](http://www.abed-defesa.org/page4/page8/page9/page17/files/Oscar%20Medeiros.pdf)>.
- FONSECA JÚNIOR, Eduardo. **Zumbi dos Palmares: a história do Brasil que não foi contada**. Rio de Janeiro: Eldorado, 2003.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. I-V Vol. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. **Os franceses no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar do Ministério da Guerra, 1930.
- FROTA, Guilherme de Andrea. **500 anos de história do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.
- GARCIA, Ledonias F. **Estudos de História: Sociedades Contemporâneas**. Goiânia: UFG, 2000.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Letras, 2002.
- GIGLOTTI, João Carlos Jânio, Estudo de História Militar, vol II - **Idade Contemporânea: da Fase Revolucionária ao século XX**. Resende: AMAN - DE / História Militar, 2003.
- GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora; São Paulo: Martins Fonte, 2000.
- Guararapes 350 Anos**. Revista do Exército Brasileiro - Especial. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.
- História da Península Ibérica**. Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura.
- Isto É Brasil 500 Anos**. São Paulo: Três, 1998.
- IZECKSOHN, Vitor. **O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1997.
- KEITH, Henry Hunt. **Soldados salvadores: as revoltas militares brasileiras de 1922 e 1924 em perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1989.
- KOSHIBA, Luiz & PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **História do Brasil: no contexto da História Ocidental**. 8 ed. São Paulo: Atual, 2003.
- LOBATO FILHO. **A última noite da Escola da Praia Vermelha**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. **O Império em Construção: Primeiro Reinado e Regência: Col. Discutindo a História do Brasil**. São Paulo: Atual, 2000.
- MAGALHÃES, João Batista. **A evolução militar do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

MARIZ, Vasco (org.). **Brasil-França: relações históricas no período colonial**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2006.

Mc EVEDY, Colin. **Atlas de história medieval**. São Paulo: Letras, 2007.

McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro, 1989-1937**. Rio de Janeiro: Letras, 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: guerra do açúcar no nordeste, 1630-54**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2007.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesas na vida e na cultura do norte do Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

MELO, Raul Silveira de. **Um homem do dever: Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1964.

MORAES, João Batista Mascarenhas. **A FEB pelo seu Comandante**. 2. edição. Rio de Janeiro: EGGCF, 1960.

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. **Do Exército Moderno à República Militar: Caserna, Política e Tensão (1913-1977)**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2009.

MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998.

NETO, Jonas Correia. **Missão Militar Francesa**. In Revista Da Cultura - Vol. V, No. 08 (jun 2005), pag. 34 - 39.

NUNES, José Maria de Souza. **Real Forte Príncipe da Beira**. Rio de Janeiro: Spala /Odebrecht, 1985.

O Exército Na História Do Brasil. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998.

PASSARINHO, Jarbas. **Um híbrido fértil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.

PEDROSA, José Fernando de Maya. **A grande barreira: os militares e a esquerda radical no Brasil, 1930-68**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

PENNA, Lincoln de Abreu. **A República Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PEREIRA, José Geraldo Barbosa. **A restauração de Portugal e do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

PERES, Carlos Roberto (Org.). **Da Academia Real Militar à AMAN: dois séculos formando os Líderes e Chefes Militares do Exército Brasileiro**. São Paulo, 2010.

PERES, Carlos Roberto; CÂMARA, Hiram de Freitas (Orgs.). **ECEME a Escola do Método: um século pensando o Exército**. Rio de Janeiro. BIBLIEx, 2005.

PINTO, Lenine e PEREIRA, José Gerardo. **A integração do Rio Grande do Norte e do Amazonas à Província do Brasil**. Natal e Lisboa: RN/Econômico Empresa Jornalística Ltda, 1958.

PIRASSINUNGA, Adailton Sampaio. **O Ensino Militar no Brasil: Período Colonial**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1958.

PORTELLA, J. V. F Alves. **Seis séculos de artilharia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Renovação e revoltas: a ESCOLA MILITAR DO REALENGO de 1918 a 1922**. Disponível em: <http://www.abed-defesa.org/page4/page7/page23/files/FernandoRodrigues.pdf>

RODRIGUES, Fernando Silva. **As relações político-militares entre Brasil e Estados Unidos no contexto da Segunda Guerra Mundial**. Disponível em: http://www.uss.br/web/arquivos/arquivos_professores/fernando-hist1.pdf.

ROSTY, Cláudio Skora. **As invasões holandesas: a insurreição pernambucana, a batalha do monte Tabocas e dos montes Guararapes**. Vitória de Santo Antão: [S.N.], 2002.

RUAS SANTOS, Francisco. **Marechal Castelo Branco: Seu Pensamento Militar**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1968.

SANTOS, Francisco Ruas. **A Arte da Guerra**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998.

SAVIAN, Elonir José & LACERDA, Paulo Henrique. **Manual de História Militar Geral**. Rio de Janeiro: AMAN - Divisão de Ensino 2008.

SCHWEMBERG, Clóvis Antônio. **Os cavaleiros das idéias: o projeto institucional dos jovens turcos e a profissionalização do Exército Brasileiro (1913 - 1920)**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Severino Sombra - Vassouras, 2006.

Sebastianismo em Portugal. Revista História Viva, Ano I nº 9. São Paulo: Duetto, 2004.

SEÇÃO DE ENSINO 'A' - AMAN. **A Força Expedicionária na Campanha da Itália**. Resende: Editora Acadêmica, s/d.

SELVAGEM, Carlos. **Portugal Militar: Primeira Época**: da fundação e organização do reino. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

SELVAGEM, Carlos. **Portugal Militar: Segunda Época**: da expansão ultramarina da nacionalidade. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

SILVA, Francisco de Assis; BASTOS, Pedro Ivo de Assis. **História do Brasil**: colônia, império e república. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1983.

SILVA, Gen Ernani Ayrosa. **Memória de Um Soldado**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1985.

SKIDMORE, Thomaz. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. 2. Ed. - Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

SOUZA JUNIOR, Antônio de. **Do Recôncavo aos Guararapes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

SOUZA, Adriana Barreto de. **A serviço de sua Majestade**: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-1850). in CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). Nova História Militar brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV/Bom Texto, 2004.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História das Lutas com os holandeses no Brasil desde 1824 a 1654**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

VIANA, Hélio. História do Brasil. 15. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1992.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

- http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/pandia_calogeras
- <http://www.wikipedia.org>
- <http://www.abed-defesa.org>
- <http://www.exercito.gov.br/web/guest/república>
- http://www.feth.ggf.br/servigeoex.htm#_ftn5
- <http://www.francisco.paula.nom.br/Armas%20Brasil/Index.htm>
- http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1550_1870.shtm
- <http://www.uss.br/>

Foram feitos esforços para se determinar a autoria e a origem das imagens contidas nesta obra. Todavia, os autores farão as devidas correções caso encontrem ou sejam informados de créditos errados ou incompletos. Os créditos estão separados de acordo com as páginas nas quais aparecem as imagens. Os números destacados referem-se as páginas.

Capa: Capa: da esquerda para a direita, de cima para baixo: desenho de José Wasth Rodrigues; disponível em: <<http://polemologia.blogspot.com.br/2011/02/uniformes-da-guerra-do-paraguai-brasil.html>>; disponível em: <http://tokdehistoria.com.br/tag/the-brazilian-expeditionary-force> ; disponível em: <<http://www.militarypower.com.br/combatentes.htm>>; disponível em: < <http://www.defesaaereanaval.com.br/?p=744>>; disponível em: <<http://www.escala1sexta.com.br/board/viewtopic.php?t=5901>>

07: detalhe de obra “Martins Afonso de Sousa em Cubatão”, de Benedito Calixto;

20: extraídas do livro: **O Exército na História Do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998 (adaptadas por Elonir José Savian);

21: extraídas do livro: **O Exército na História Do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998 (adaptadas por Elonir José Savian);

24: elaboradas por Durland Puppim de Faria;

27: elaboradas por Elonir José Savian, com informações cedidas por Durland Puppim de Faria;

31: detalhe de obra “A Batalha de Guararapes”, de Victor Meirelles, acervo do Museu Nacional de Belas Artes;

37: extraída do livro: **O Exército na História Do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998 (adaptada por Elonir José Savian);

40: extraída do livro: **O Exército na História Do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998 (adaptada por Elonir José Savian);

49: elaborada por Elonir José Savian;

52: extraída do livro: **O Exército na História Do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998 (adaptada por Elonir José Savian);

53: obra Batalha dos Guararapes de Pedro Paulo C. Estigarribia;

61: elaborada por Elonir José Savian;

63: todas elaboradas por Elonir José Savian;

65: todas elaboradas por Elonir José Savian;

67: disponível em <www.exercito.gov.br> Acesso em 10 jan. 2010;

69: detalhe de obra “A Partida da Esquadra de Estácio de Sá para o Rio de Janeiro, em 1565, de Benedito Calixto;

73: elaborada por Elonir José Savian;

82: elaborada por Elonir José Savian;

86: disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/ficheiro:Brasil_states1709.png> acesso em 26 nov. 2010 (adaptada por Elonir José Savian);

87: elaborada por Elonir José Savian;

91: extraída do livro: **O Exército na História Do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998 (adaptada por Elonir José Savian);

92: abaixo <www.gmaspsbrasil.com> acesso em 23 nov. 2010; acima <www.18bdainffron.eb.mil.br> acesso em 24 nov. 2010;

106: elaborada por Elonir José Savian;

107: disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/ficheiro:Brasil_states1789.png> acesso em 26 nov. 2010 (adaptada por Elonir José Savian);

109: extraída do livro: **O Exército na História Do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998;

134: extraída do livro: **O Exército na História Do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998 (adaptada por Elonir José Savian);

139: extraída do livro: **O Exército na História Do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998 (adaptada por Elonir José Savian);

144: extraída do livro: **O Exército na História Do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998 (adaptada por Elonir José Savian);

145: extraída do livro: **O Exército na História Do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998 (adaptada por Elonir José Savian);

153: extraída do livro: **O Exército na História Do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998 (adaptada por Elonir José Savian);

154: extraída do livro: **O Exército na História Do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998 (adaptada por Elonir José Savian);

155: extraída do livro: **O Exército na História Do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998 (adaptada por Elonir José Savian);

- 161: detalhe de obra “A Batalha do Avaí”, de Pedro Américo, acervo do Museu Nacional de Belas Artes;
- 180: extraída de: DORATIOTO, 2002. (adaptada por Elonir José Savian);
- 183: extraída de: DORATIOTO, 2002. (adaptada por Elonir José Savian);
- 191: extraída de: DORATIOTO, 2002. (adaptada por Elonir José Savian);
- 192: extraída de: DORATIOTO, 2002. (adaptada por Elonir José Savian);
- 196: elaborada por Elonir José Savian;
- 1970: elaborada por Durland Puppim de Faria;
- 203: obra “A Proclamação da República”, de Benedito Calixto;
- 208: esquerda: <<http://www.girafamania.com.br/nascimento/floriano-peixoto.jpg>> acesso em 15 nov. 2010; direita: acervo do Museu da República (Rio de Janeiro);
- 210: elaborada por Elonir José Savian;
- 214: elaborada por Elonir José Savian;
- 217: elaborada por Elonir José Savian;
- 218: acima: <http://4.bp.blogspot.com/_KwmdgO-H0I/SAOxbOZ6m4I/AAAAAAAAEBw/9zUTNB3TmU0/s400/gualberto.jpg> acesso em 15 nov. 2010; abaixo: <<http://www.panoramio.com/photo/644526>> acesso em 15 nov. 2010;
- 219: elaborada por Elonir José Savian;
- 222: todas de autoria do Capitão Thomaz Reis;
- 223: elaborada por Elonir José Savian;
- 225: elaborada por Elonir José Savian;
- 226: acima: <http://portalmegaphone.com.br/press/wp-content/uploads/2009/07/tropa_paulista_estacao.jpg> acesso em 15 nov. 2010; abaixo: <http://portalmegaphone.com.br/press/wp-content/uploads/2009/07/trincheira_federais_av_biris.jpg> acesso em 15 nov. 2010;
- 227: extraída do livro: **O Exército na História Do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998 (adaptada por Elonir José Savian);
- 229: detalhe de obra “A Conquista de Montese”, de Antonio Martins;
- 235: acervo do Arquivo Histórico do Exército;
- 237: ambas do acervo do Arquivo Histórico do Exército;
- 247: ambas do acervo do Arquivo Histórico do Exército;
- 249: extraída do livro: **O Exército na História Do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998 (adaptada por Elonir José Savian);
- 250: ambas do acervo do Arquivo Histórico do Exército;
- 256: extraída do livro: **O Exército na História Do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998 (adaptada por Elonir José Savian);
- 257: acervo do Arquivo Histórico do Exército;
- 259: extraída do site “US Army - The Military History”(adaptada por Elonir José Savian);
- 260: extraída do livro: MORAES, Mal João Batista Mascarenhas. **A FEB pelo seu Comandante**. 2ª edição. Rio de Janeiro: EGGCF, 1960. (adaptada por Elonir José Savian);
- 262: acima: extraída do site “US Army - The Military History”(adaptada por Elonir José Savian); abaixo: acervo do Arquivo Histórico do Exército;
- 264: extraída do livro: O Brasil na II Guerra Mundial; (adaptada por Elonir José Savian);
- 265: acervo do Arquivo Histórico do Exército;
- 266: extraída do livro: O Brasil na II Guerra Mundial; (adaptada por Elonir José Savian);
- 267: acervo do Arquivo Histórico do Exército;
- 269: acervo do Arquivo Histórico do Exército;
- 270: Autoria do Major José Fernando de Maya de Pedrosa (adaptada por Elonir José Savian);
- 272: ambas do acervo do Arquivo Histórico do Exército;
- 273: acervo do Arquivo Histórico do Exército;
- 274: elaborada por Elonir José Savian;
- 277: acervo do Centro de Documentação da Aeronáutica;
- 279: ambas do acervo do Arquivo Histórico do Exército;
- 280: autoria de Walt Disney;
- 281: disponível em <www.exercito.gov.br> Acesso em 10 jan. 2010;
- 288: disponível em <www.cepdoc.fgv.br> Acesso em 12 jan. 2010;
- 289: todas disponíveis em <www.cepdoc.fgv.br> Acesso em 10 jan. 2010;
- 290: disponível em <www.cepdoc.fgv.br> Acesso em 15 fev. 2010;
- 291: disponível em <www.cepdoc.fgv.br> Acesso em 20mar. 2010;
- 294: ambas acervo da Academia Militar das Agulhas Negras

- 296: Reuters;
- 298: ambas disponíveis em <www.ternuma.com.br> Acesso em 10 jan. 2010;
- 302: Infográfico;
- 308: disponível no site da Associação do Batalhão Suez;
- 313: cedida por Elonir José Savian;
- 315: foto: arquivo SMAV/AMAN; pinturas: Newton Coutinho; montagem: 1º Ten Monteiro de Barros (E/5-AMAN);
- 324: ambas disponíveis em <<http://www.exercito.gov.br/web/guest/galeria-dos-ministros-e-comandantes-do-exercito>> Acesso em 30 nov. 2010;
- 327: esquerda disponível em <<http://www.exercito.gov.br/web/guest/galeria-dos-ministros-e-comandantes-do-exercito>> Acesso em 12 nov. 2010; centro disponível em <http://www.presidencia.gov.br/info_historicas/> Acesso em 12 nov. 2010; direita disponível em <<http://www.exercito.gov.br/web/guest/patronos>> Acesso em 12 nov. 2010
- 331: ambas disponíveis em <<http://www.exercito.gov.br/web/guest/patronos>> Acesso em 02 dez. 2010;
- 333: esquerda disponível em <<http://www.exercito.gov.br/web/guest/patronos>> Acesso em 10 nov. 2010; direita disponível em <<http://academiaitaitaiensedehistoria.blogspot.com/>> Acesso em 05 nov. 2010;
- 335: esquerda reprodução de foto do Livro O Cerco da Lapa e seus Heróis (David Carneiro); direita disponível em <<http://www.exercito.gov.br/web/guest/galeria-dos-ministros-e-comandantes-do-exercito>> Acesso em 29 out. 2010;
- 340: disponível em <<http://www.exercito.gov.br/web/guest/galeria-dos-ministros-e-comandantes-do-exercito>> Acesso em 05 set. 2010;
- 341: disponível em <<http://assemprs.org.br/>> Acesso em 22 set. 2010;
- 343: esquerda disponível em <<http://ahimtb.org.br/>> Acesso em 29 out. 2010; direita disponível em <maragatoassessoramento.blogspot.com> Acesso em 29 out. 2010;
- 344: esquerda disponível em <portalsaofrancisco.com.br> Acesso em 15 out. 2010; direita disponível em <jomalvarenga.sites.uol.com.br> Acesso em 25 out. 2010;
- 347: esquerda disponível em <politicaparahipoliticos.com.br> Acesso em 15 out. 2010; direita disponível em <reservaer.com.br> Acesso em 25 out. 2010;
- 348: Quadro museu da AMAN (REPRODUÇÃO)
- 355: Montagem sobre fotos parciais do Quadro Fieis Soldados (reprodução) - Autor: Coronel Estigarribia.
- 367: ambas disponíveis em <<http://www.francisco.paula.nom.br/Armas%20Brasil/Index.htm>> Acesso em 22 out. 2010;
- 368: esquerda Reprodução de Revista A Defesa Nacional, no. 784, 1999; centro disponível em <www2.mre.gov.br/info_historicas> Acesso em 02 nov. 2010; direita disponível em <<http://www.ihgs.com.br>> Acesso em 02 nov. 2010
- 373: esquerda disponível em <<http://www.exercito.gov.br/web/guest/galeria-dos-ministros-e-comandantes-do-exercito>> Acesso em 15 out. 2010; direita disponível em <reservaer.com.br> Acesso em 25 out. 2010;
- 375: GIGLOTTI: 2003;
- 376: GIGLOTTI: 2003;
- 377: ambas de GIGLOTTI: 2003;

Diagramação: Elonir José Savian

Luiz Emílio Da Cás é Coronel de Infantaria da reserva, oriundo da Academia Militar das Agulhas Negras (turma - AMAN: 1976) e Mestre em Aplicações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (1985). Além de diversos cursos militares da Brigada de Infantaria Paraquedista e possui, na área civil, pós graduação em Didática do Ensino Superior (Associação Educacional Dom Bosco, 1992-1993), de Política e Estratégia (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, 1996), cursa, atualmente, História pela Universidade Aberta do Brasil - Pólo de Resende, 2011- 201...). Ministra aulas de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras desde 1990, sendo, atualmente, professor de História desta Academia Militar. Contato: luizdacas@Yahoo.com.br

Valter Rabelo Teixeira é Tenente-Coronel da reserva, da Arma de Infantaria, Turma de 1977. Atualmente é professor de História militar da Academia Militar das Agulhas Negras

Durland Puppín de Faria é oficial do Exército Brasileiro, oriundo da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Possui licenciatura em História (Universidade Salgado de Oliveira / 2010), bacharelado em Direito (Faculdade de Direito de Campo / 1996), especialização em História Militar (Universidade do Federal do Estado do Rio de Janeiro / 2007) e em Política e Estratégia (Universidade Federal Fluminense - ADESG / 2007) e mestrado em Ciências Militares (Escola de aperfeiçoamento de Oficiais/ 1999) e em História do Brasil (Universidade Salgado de Oliveira / 2017). Desde 2008 é professor chefe da Cadeira de História Militar e tomou posse como Professora Militar Permanente da AMAN em 2012. Contato: durlandpuppín@gmail.com

Elonir José Savian é oficial do Quadro Complementar do Exército Brasileiro. Além de diversos cursos em escolas militares, possui licenciatura em História (Universidade da Região de Joinville, 1993-1997), especialização em História Militar (Universidade do Sul de Santa Catarina, 2011) e mestrado em História Social (Universidade Severino Sombra, 2012-2013). É autor do livro "Haverá sempre uma Cavalaria": tradição e modernização no processo de evolução tecnológica do Exército Brasileiro; é coautor da obra Introdução ao Estudo de História Militar Geral. Atualmente é professor de História da Academia Militar das Agulhas Negras. Contato: ejsavian@hotmail.com

Elton Licério Rodrigues Machado é oficial do Quadro Complementar do Exército Brasileiro (Turma 2001). Além de diversos cursos em escolas militares, possui graduação em Licenciatura Curta em Estudos Sociais e Licenciatura plena em História (Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba - FIE, 1995-1997) e Mestre em História Social (Universidade Severino Sombra, 2003-2005). É professor, desde 2002, das disciplinas de História Militar Geral e História Militar do Brasil na Academia Militar das Agulhas Negras.

João Barbosa da Silva é oficial do Quadro Complementar do Exército Brasileiro. Além de diversos cursos em escolas militares, possui licenciatura em História (Universidade de Taubaté-SP, 1995-1998). Atualmente é professor de História da Academia Militar das Agulhas Negras. Contato: gabrielel@oi.com.br

Alexsander Soares Elias é oficial do Exército Brasileiro, oriundo da Escola de Administração do Exército (2003). Além de possuir o Curso de Aperfeiçoamento Militar (2012) é licenciado em História (1997) e Mestre em História (2001). Foi professor no Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA/ 2004-2005). Desde 2005 é professor da Cadeira de História Militar da AMAN. Contato: alexsanderprofessor@bol.com.br